

Organização:
Tiago Siqueira Reis e
Monalisa Pavonne Oliveira

LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NO TEMPO PRESENTE:

historiografia, teoria e metodologia

volume 1



Organizadores:
Monalisa Pavonne Oliveira
Tiago Siqueira Reis

**Lutas e Movimentos Sociais no Tempo Presente:
historiografia, teoria e metodologia.**

Volume 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

REITOR VICE-REITOR

José Geraldo Ticianeli Silvestre Lopes da Nóbrega

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR

Aldenor da Silva Pimentel

CONSELHO EDITORIAL

Titulares

Ariosmar Mendes Barbosa
Georgia Patrícia Ferko da Silva
Rosinildo Galdino da Silva
Guido Nunes Lopes
Rafael Assumpção Rocha
Raquel Voges Caldart
Simone Rodrigues Silva
Ana Paula da Rosa Deon
Priscila Elise Alves Vasconcelos
Altiva Barbosa da Silva
Madiana Valéria de Almeida Rodrigues
Ricardo Carvalho dos Santos
Eliabe dos Santos Procopio

Suplentes

Rileuda de Sena Rebouças
Victor Hugo Lima Alves
Gilmara Maria Duarte Pereira
José Teodoro de Paiva
Ramão Luciano Nogueira Hayd
Edileusa do Socorro Valente Belo
Maria do Socorro Lacerda Gomes
Jhêssica Luara Alves de Lima
Fábio Luiz Wankler
Carlos Alberto Marinho Cirino
Maria Bárbara de Magalhães Bethonico

Editora da Universidade Federal de Roraima
Campos do Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto – CEP: 69.310-000. Boa Vista – RR – Brasil
E-mail: editora@ufr.br

A Editora da UFRR é filiada à:



Copyright © 2022
Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) e é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Capa

Matheus de Oliveira Vieira

Diagramação e Editoração Eletrônica

Paulo DeCarvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

L973 Lutas e Movimentos Sociais no Tempo Presente : historiografia, teoria e metodologia - volume 1 / Tiago Siqueira Reis, Monalisa Pavonne Oliveira, Organizadores. – Boa Vista : Editora da UFRR, 2022.
348 p. : il.

Inclui Bibliografia.

ISBN: 978-65-5955-029-6

Livro eletrônico (e-book).

1. Movimentos Sociais. 2. História. 3. Lutas. 4. Historiografia.
5. Tempo Presente. I. Título. II. Reis, Tiago Siqueira. III. Oliveira,
Monalisa Pavonne.

CDU - 316.42

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:
Maria de Fátima Andrade Costa - CRB-11/453-AM

A exatidão das informações, conceitos e opiniões
é de exclusiva responsabilidade dos autores

SUMÁRIO

- 8 **PREFÁCIO**
Virgínia Fontes
- 15 **APRESENTAÇÃO**
Tiago Siqueira Reis
Monalisa Pavonne Oliveira
- 16 **DAS PESQUISAS SOBRE RELAÇÕES INDUSTRIAIS AOS ESTUDOS SOBRE TRABALHO GLOBAL: UMA VIRADA TEÓRICA E CONCEITUAL**
Jörg Nowak
- 37 **QUAL O FUTURO O TRABALHO NA ERA DIGITAL? SERÁ QUE O TRABALHO TEM FUTURO?**
Ricardo Antunes
- 46 **DUAS DÉCADAS DE CONFRONTO SOCIOPOLÍTICO NA ARGENTINA (2001-2019)**
María Celia Cotarelo
Nicolás Iñigo Carrera
- 69 **O MST NA LUTA POR REFORMA AGRÁRIA POPULAR E JUSTIÇA SOCIAL NO BRASIL**
Álvaro Anacleto
Fábio Tomaz Ferreira da Silva
Messilene Gorete da Silva Lobato

- 87 ENFF: UMA ESCOLA DA CLASSE TRABALHADORA
Carla Maria Loop
Eliane de Moura Martins
Rosana Cebalho Fernandes
Rosmeri Witcel
- 107 CUBA EM BUSCA DO SOCIALISMO PRÓSPERO E SUSTENTÁVEL
Sergio Guerra Vilaboy
- 124 EZLN: A GUERRA CONTRA O ESQUECIMENTO E A LUTA PELA VIDA
David Barrios Rodríguez
- 141 AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS VENEZUELANAS DE PODER E POPULAR E SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO BOLIVARIANO
Iraida Vargas Arenas
- 155 A LUTA DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS MATO-GROSSENSES PELA PRESERVAÇÃO DE SEUS PATRIMÔNIOS CULTURAIS EM TEMPOS DE CRISES
Manuela Areias Costa
Luciano Pereira da Silva
- 176 POVOS INDÍGENAS - SOMOS UM MUNDO ONDE CABEM MUITOS MUNDOS: ÎANDÊ IANÉ Ara masuí Xukui Amó Ara (Lutas Indígenas, (Re)Existências e Resistências: Maramoñanga Ñerana Icobé)
Casé Angatu (Carlos José F. Santos)
Ayra Tupinambá (Vanessa Rodrigues dos Santos)
- 211 ETNOGRAFIA DA VIOLAÇÃO DE CEMITÉRIOS EM PLANTATIONS MODERNAS DE DENDÊ
Elielson Pereira da Silva
Rosa Elizabeth Acevedo

238	TERRITORIALIDADE DO PODER <i>Ana Esther Ceceña</i>
256	IDEOLOGIA E MODERNIDADE: CONTRASTES ENTRE PERFORMATIVIDADE E MARXISMO NO PERÍODO DA GUERRA FRIA <i>Giovanny Simon Machado</i> <i>Ricardo Lara</i>
281	HISTÓRIA, CAPITAL E LUTA DE CLASSES: AS ORIGENS DE UMA RELAÇÃO <i>Oswaldo Coggiola</i>
337	AUTORAS E AUTORES
346	ORGANIZADORES E REVISORES
348	COLABORADORES

PREFÁCIO

Virginia Fontes

O nosso presente é atravessado por crises. Antes de relembrar seu impacto, é importante frisar que a existência sob o capitalismo é regularmente abalada por crises, que resultam da própria expansão dessas relações sociais baseadas na expropriação massiva e na conversão dos seres sociais em força de trabalho, cravando relações mercantis no âmago da vida social. Crises exasperam o sofrimento de milhões, lançam muitos em situações dramáticas e podem suscitar a ousadia de enfrentar a dinâmica capitalista. Mas, enquanto tal enfrentamento não ocorre, crises são também períodos em que os mais fortes e melhor posicionados capitalistas aproveitam para devorar os menores, para acaparar parcelas ainda maiores da riqueza social (inclusive os fundos públicos) e se locupletar explorando a força de trabalho barateada pela crise que provocaram para engrossar ainda mais seus lucros.

Vivemos tempos de **crise pandêmica** mundial. Uma doença nova, que se suspeita tenha sido originada do próprio avanço da devastação ambiental promovida pela expansão da agricultura intensamente capitalizada e que se expande à mesma velocidade das viagens intercontinentais. Não há tratamento, e uma intensa concorrência empresarial eleva os custos de vacinações massivas, deixando à deriva a maioria dos países com escassos recursos. O principal desafio da pandemia de covid-19 é o colapso que provoca nos sistemas de saúde, uma vez que os casos graves necessitam de longos períodos de internação em UTI e equipamentos especiais, sobretudo respiratórios. Mas a saúde pública na maioria dos países capitalista já estava precarizada anteriormente por processos seguidos de privatização. Conter a disseminação do vírus, enquanto se intensificariam pesquisas públicas para vacinas e tratamentos deveria ser a tarefa de todos no planeta. Desgraçadamente, porém, muitos governos optaram por contrapor a saúde pública ao lucro privado, ocultando-o sob a forma abstrata da “economia”.

A pandemia do covid-19 é também um dos sinais de um dos maiores

desafios já enfrentados pela humanidade, **a crise ambiental**. A ruptura do sociometabolismo, essa relação estreita e íntima entre os seres sociais e a natureza, gerou um desequilíbrio que chega ao patamar da catástrofe. O aquecimento global e seus sinais são monitorados por milhares de pesquisadores no planeta e denunciados por manifestações de milhões de pessoas. No cotidiano, a crise ambiental expressa uma ‘produção destrutiva’, gerando mais lixo do que produtos úteis, com embalagens e sacos plásticos afogando os peixes e os pássaros. Parcela da miséria do mundo vive em torno do lixo, exportado dos países ricos para que a poluição não lhes seja visível e cheirável. Nos oceanos se empilham caixas e caixas de lixo nuclear, e no espaço sideral orbita lixo aeroespacial.

Para além do apavorante cenário ambiental e da dramática crise pandêmica, o quadro internacional expressa uma intensa crise econômica que já era anunciada bem antes da pandemia, a qual se tornou seu disparador, atingindo desigualmente, mas se abatendo sobre praticamente todos os países e continentes.

A **crise econômica** de alcance internacional se tornou a marca do século XXI, tendo dois momentos de impacto violento, em 2008, com origem nos Estados Unidos, e entre 2012-13, com foco na Europa. Nos dois casos instaurou-se um procedimento peculiar, quase esquizofrênico, ambos amplamente defendidos pela grande mídia proprietária. De um lado, aprofundavam-se as políticas de suposta austeridade fiscal: corte de salários, de benefícios e de recursos públicos voltados para a maioria da população. De outro lado, despejaram-se montanhas de recursos públicos para amparar gigantescas empresas e bancos.

As crises capitalistas, classicamente resultantes de excesso de acumulação de capitais que tendem a gerar bolhas especulativas, geram quebras (de empresas e bancos) cujo efeito se assemelha ao de um dominó. Paralelamente, as crises econômicas geravam desemprego em massa e piora dramática das condições sociais, como foi em 1929. Com a quebra geral, uma parte do excesso de capital (em muitos casos, fictício, fruto de mera especulação), se dissolvia e, com isso, se revertia a tendência crítica e retomavam os processos de exploração da força de trabalho, cujos salários também tinham sido reduzidos pelo efeito da crise.

Ora, no século XXI, o capitalismo pretendia ter inventado uma fórmula mágica, com um procedimento bifronte e perverso – o remédio amargo deveria ser utilizado para fazer recair o custo e o peso das crises de superacumulação apenas sobre as classes e massas trabalhadoras, enquanto os recursos públicos

deveriam atuar como bálsamo para os capitais, mantendo – e aprofundando! – a superacumulação de capitais. A crise econômica deslanchada pela pandemia de covid-19 foi respondida por muitos dirigentes dos países capitalistas com a mesma direção. No entanto, desta feita, a mínima ajuda pública aos setores populares mais frágeis teve de aumentar um pouco, pois assegurar isolamentos sociais capazes de conter epidemias em condições sociais dramáticas se evidenciava problemático. O retardamento de iniciativas substantivas de isolamento, e a intensificação de pressão sobre aqueles que precisam continuar se expondo para assegurar o próprio sustento (trabalhadores da saúde, grandes contingentes definidos como essenciais pelo próprio patronato ou, ainda, trabalhadores precarizados, como os entregadores por aplicativos) foram uma triste evidência nos países capitalistas. A situação pandêmica assumiu contornos mais dramáticos em países como o Brasil, cuja política federal se revelou francamente genocida.

Na outra ponta, pouco mudou: enormes mananciais de recursos públicos destinaram-se para as grandes e megaempresas, sob formatos múltiplos. Estas aproveitaram para impor acelerado processo de implementação de formas de trabalho remoto, antecâmara da precarização ainda mais dura de vínculos de trabalho.

Mas não há uma economia descarnada, fora da atividade e da carne, sangue e osso dos trabalhadores, e adentramos na **crise social**. O programa econômico e político do grande capital se aplica na atualidade a todos os continentes, com pequenas variações. As expropriações, que marcaram o momento original do capital, se intensificaram com sua expansão, como havia previsto Karl Marx.

O século XX assistiu a uma sangria brutal da população dos campos, ainda impulsionada por uma assim chamada “revolução verde”, que era seu programa mais evidente. Entrada massiva de transgênicos na alimentação, intensificação do uso de maquinaria agrícola, esbulho e roubo de terras em torno do planeta, uso intensivo de agrotóxicos e a conseqüente contaminação de trabalhadores, das águas, dos alimentos, dos ares. Essa sujeição da vida ao capital no mundo agrário prossegue na mesma toada, agora maquiada no Brasil de ‘agronegócio’ pop e tech. Mescla capitais de todas as procedências, latifundiários, industriais, comerciais, de transporte, banqueiros...

Conquistas parciais importantes seguem sendo devastadas pelo avanço do mega capital sobre as terras – indígenas, ribeirinhos, quilombolas passaram de setores que deveriam ser protegidos a alvo, submetidos a massacres e até mesmo a genocídios. Massas e massas de trabalhadores antes capazes de assegurar

parcial ou totalmente sua subsistência engrossam as massas já presentes nas cidades.

Ainda no século XX, em suas últimas quadras, a presença crescente de trabalhadores disponíveis levou a intensificar a concorrência entre eles. O capital se lançou, com o decidido apoio dos Estados e das agências internacionais capitalistas, a novas expropriações, aproveitando o que se lhes afigurava como “oportunidade”: destruição de direitos associados ao contrato de trabalho, bloqueio e mesmo interdição da auto-organização sindical, retirada de direitos sociais substituídos pela entrega ao “mercado” de enormes fatias da atividade social que, em alguns casos, eram públicas – saúde, educação, transporte, comunicação etc.

A tragédia social era evidente. Seguidas levas de imigração se agigantaram no século XXI, com milhares dentre eles mortos ou estropiados nas tentativas de travessia de terras e mares.

Conquistas históricas, resultado de longas lutas sociais e do aprendizado internacional, que deveriam ser asseguradas pelo direito nos diversos países, revelaram-se frágil anteparo ao capital. O avanço das classes dominantes sobre o conjunto de bens e direitos sociais se soldaria por intensa **crise política**. Ela não resulta apenas da concentração de riquezas – que permitia às grandes empresas e empresários financiarem direta ou indiretamente quase todos os partidos em concorrência de tipo mercantil pelo voto - nem deriva somente do crescimento das massas de trabalhadores sem direitos, para os quais as instituições tradicionais fazem pouco sentido. Resulta também de uma enorme perda de expectativa de futuro, que sobreveio sobretudo após a derrocada da antiga União Soviética. Mais ou menos rapidamente, partidos políticos que durante anos sustentaram reivindicações democráticas mudavam de percurso, apenas ajustando vírgulas de seu discurso e contribuindo para falsificar a ira popular. A diferenciação entre os partidos se reduzia. Meios institucionais para o adestramento dos partidos mais contestadores (pelo convencimento ou pela ameaça) foram utilizados em larga escala, a partir de instituições internacionais – especialmente Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial - voltadas para garantir a segurança da propriedade privada do capital e, para tanto, conter arroubos democráticos.

A esse conjunto de crises se associa uma impressionante **crise cultural e civilizacional**. O aumento de massas de trabalhadores disponíveis e necessitados de vender força de trabalho contribuiu para impulsionar deslocalizações de empresas, buscando maiores lucros ali onde o valor da força de trabalho é mais baixo. O desenvolvimento da informática trouxe novo impulso – garan-

tia transferências instantâneas de volumosos capitais, ao lado da implantação de múltiplos paraísos fiscais onde grandes capitalistas escapavam dos fiscos e dos impostos em inúmeros países. Paraísos *offshore* (etiqueta discreta), por vezes implantados no interior dos países, como na City londrina. O estímulo do aumento de lucros impulsionou tecnologias voltadas para o controle à distância, que rapidamente se tornou uma forma de submeter trabalhadores à mais absoluta precariedade nas relações de trabalho. Apresentados como empreendedores, autônomos, os ‘novos biscateiros’ não contam com limitação de jornada de trabalho, com sindicalização, com direitos trabalhistas (férias, 13º e, em muitos países, não dispõem de direito à aposentadoria). Subordinados a aplicativos, constituem parcela expressiva dos trabalhadores na atualidade.

Os novos e aperfeiçoados mecanismos tecnológicos foram gradualmente se generalizando, intensificando as comunicações, mas voltados também para conter tais massas populares crescentemente segmentadas, ou para manipulá-las. O aumento exponencial de contatos e de troca de informações entre bilhões de seres no mundo, através de conexões internet e de aplicativos por celular trouxe resultados espantosos e contraditórios. Permitiu uma circulação de informações inaudita e formas de organização instantâneas populares impactantes. Mas abriu o caminho também para a manipulação internacional, intensificando a crise política. Empresas como Cambridge Analytica agiram intensamente nas eleições britânicas, estadunidenses e brasileiras. Encapsulavam grandes setores da população, selecionados por algoritmos a partir de grande quantidade de dados pessoais subtraídos por formas mais ou menos ilegais (e que se tornaram novo e importante mercado). A atuação desse tipo de des-comunicação visa estimular preconceitos prévios, dificultar o debate público e direcionar eleitoralmente tais grupos sociais privados de interlocução real e de efetivo debate contraditório. Sua atuação não se limita à política e crescentemente impulsionam formatos padronizados de consumo, configurados para uma subjetivação manipulatória.

Esse é um panorama brevíssimo do contexto do capitalismo que esmaga o tempo presente. Nele, ao contrário do que supõem alguns, cresceram e se intensificaram as lutas populares. Mas, como se pode inferir, seu teor, alcance e escala se modificaram. Uma classe trabalhadora majoritariamente fabril, ordenada e organizada segundo modelos fordistas, segregada em bairros operários, prossegue existindo, mais concentrada atualmente na China e na Ásia, mas não configura mais o eixo único dos processos de trabalho. Uma efetiva industrialização – isto é, formas de extração de mais-valor – se disseminou, transformando aceleradamente muitas atividades humanas em... trabalho produtivo.

Saúde e educação são os mais visíveis, mas o fenômeno atinge inúmeras áreas. A desconexão entre trabalho e emprego gerou massas trabalhadoras extensas, disseminadas nos territórios, cuja existência é pautada pela instabilidade e pela necessidade. E que são empurradas para formas brutais de concorrência interna. Mas que também criam novas modalidades de solidariedade de classe e de enfrentamento ao capital.

Lutas antirracistas e feministas se internacionalizam aceleradamente, assim como lutas contra a devastação humana e ambiental. Parcela dessa devastação é causada pelos grandes empreendimentos de infraestrutura para o capital e, especialmente, pela mineração. Intensas lutas no âmbito científico não apenas denunciam, mas também comprovam a tragédia social e ambiental dos agrotóxicos. Pesquisas importantes enfrentam a sacralização da propriedade capitalista, e foram capazes de produzir novos formatos de tecnologia de uso generalizado, livre de propriedade, como o software livre. A própria palavra liberdade ganhou novo significado – enfim, descolada da avassaladora propriedade capitalista. São muitas as lutas e poderosas as contribuições. Estamos ainda aprendendo a nos mover no interior dessa nova escala, na qual tais lutas precisam dar conta simultaneamente de inúmeros aspectos, ou o enfrentamento ao capital será incompleto. Podemos dimensionar sua importância como enfrentamento ao capital através de uma mirada pelo avesso, ou a contrapelo, quando observamos o frenético ativismo empresarial para impedir, frear, conter e desvirtuar tais lutas. Não me demorarei nesse aspecto, mas vale acompanhar as atividades dos inúmeros aparelhos privados de hegemonia (entidades sem fins lucrativos) financiados pelo empresariado (sempre com apoio dos recursos públicos), voltados para uma mercantil-filantropia para dimensionar o temor que tais reivindicações suscitam.

É nesse tempo presente crítico, confuso e complexo, onde a perplexidade e o desânimo atingem alguns, onde outros reduzem sua atuação a uma forma burocrática de ser, que Monalisa Pavonne Oliveira e Tiago Siqueira Reis enfrentam a tarefa que precisa ser a mesma de todos nós, pesquisadores e historiadores voltados para as questões centrais de nosso tempo presente: intensificar as investigações sobre as lutas sociais, compreender e analisar o processo histórico, interrogar os métodos e as bases teóricas que sustentam nossas análises, organizar e apresentar os conjuntos de lutas que descortinam um mundo popular em movimento. São processos que solicitam leitura e interrogação para que possamos avançar não apenas na compreensão, mas também na prática efetiva da transformação social frente ao capital.

Este primeiro volume reúne uma palheta variada de questões, concentran-

do sua reflexão nas lutas em curso em Nuestra América. Neste livro, encontraremos interrogações teóricas de cunho amplo sobre as condições do trabalho, do território e do capitalismo contemporâneos, mas também a análise detalhada de processos fundamentais da construção da luta dos trabalhadores contra o capital desde seus primórdios históricos. A compreensão dos avanços da organização dos trabalhadores é fundamental, para que possamos integrá-los e ir além dos limites que nosso tempo nos impõe.

O panorama das lutas presente neste livro é rico e variado, e encontraremos tanto o enfrentamento às expropriações e ao envenenamento da vida e da alimentação, quanto a construção de formas altamente refinadas de formação política construídas a partir das lutas contra o capital, através da experiência do Movimento dos Trabalhadores sem Terra e de sua formidável Escola Nacional Florestan Fernandes. Poderemos acompanhar a resistência heróica dos indígenas enfrentando o extermínio e o genocídio. Encontraremos a resistência igualmente heróica de Cuba e da Venezuela, enfrentando bloqueios criminosos. Acompanharemos o histórico da tragédia social à que foram submetidos os argentinos, e do impressionante enfrentamento que conseguiram manter nas últimas décadas.

A luta contra o capital que massacra o nosso tempo histórico precisa nos enriquecer, e sabemos que a riqueza não se mede em coisas a consumir e descartar, mas em sensibilidade e delicadeza. A massividade crescente das lutas, sua radicalização necessária envolve e exige uma atenção especial ao sofrimento, às inúmeras devastações e perdas de humanidade que a mercantilização generalizada impõe. A violação capitalista da vida da população e a expropriação expandida que impõe atinge também nossas memórias e locais sagrados, como os cemitérios. Ninguém o disse melhor do que Walter Benjamin, em sua 6ª tese sobre a História: “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.”

Benjamin escreveu esse texto em tempos de um fascismo que, derrotado, teima em retornar. Vencemos o nazi-fascismo original e venceremos o segundo. Além disso, aprendemos que as lutas doravante serão ainda mais fortes, mais amplas e eivadas de afetos. É um longo aprendizado. Temos bases sólidas teóricas, e livros como este nos ajudam a refletir e a avançar.

APRESENTAÇÃO

O volume 1 de Lutas e Movimentos Sociais no Tempo Presente: historiografia, teoria e metodologia nasce da necessidade de reflexão sobre como vem ocorrendo as lutas e suas formas de organização social frente às injustiças e as novas e velhas práticas desagregadoras e destrutivas do capital no tempo presente. Reunimos uma coletânea de trabalhos produzida por investigadores de significativa importância no mundo acadêmico e nas lutas cotidianas dos movimentos sociais.

A coletânea tem por objetivo suscitar o debate historiográfico, fornecendo rico e vasto material para os leitores, assim como, coloca-se para além dos muros da academia, na tentativa de contribuir no esforço de compreensão dos fenômenos sociais e construção de alternativas de transformação social.

Buscamos ao longo da organização da coletânea apresentar ao público trabalhos que discutissem um número cada vez maior de temas, experiências de luta, processos revolucionários, formas de organização e história das lutas e movimentos sociais. Trata-se de uma tarefa de enorme responsabilidade, sendo inviável qualquer pretensão de abarcar todos os assuntos. Além disso, a organização, escrita dos autores e publicação da obra decorreu-se no período da pandemia de Covid-19, motivo pelo qual muitos autores tiveram dificuldades em completar seus trabalhos e enviar para a publicação, bem como muitos não puderam participar por questões pessoais e profissionais ligadas a pandemia.

Desse modo, expressamos nosso reconhecimento e agradecimento aos autores e autoras e equipe de tradutores e revisores que integram este belo esforço coletivo, que de forma voluntária contribuíram para a existência da coletânea. Agradecemos também a Editora da Universidade Federal de Roraima pelo apoio na publicação.

Boa leitura!

Organizadores

Tiago Siqueira Reis

Monalisa Pavonne Oliveira

**DAS PESQUISAS SOBRE RELAÇÕES INDUSTRIAIS
AOS ESTUDOS SOBRE TRABALHO GLOBAL:
UMA VIRADA TEÓRICA E CONCEITUAL¹**

Jörg Nowak

A abordagem tradicional das relações industriais — centrada no Estado, no patronato e nos sindicatos como atores principais — enfrenta vários limites para analisar a dinâmica dos conflitos trabalhistas face à expansão da precarização, do trabalho autônomo e de outras formas específicas de regulação das relações de trabalho no Sul Global. Este texto argumenta que um sólido marco teórico e conceitual para os Estudos sobre Trabalho Global requer uma crítica sobre o enfoque das relações industriais. Do contrário, este referencial teórico sofrerá com o não reconhecimento de suas heranças na abordagem das relações industriais. Neste sentido, o presente artigo argumenta que uma compreensão global e relevante dos conflitos trabalhistas no século XXI demanda o abandono dos principais pressupostos do marco teórico das relações industriais. Um novo quadro para a análise dos conflitos trabalhistas e suas formas de organização pode ser construído a partir dos debates em torno do sindicalismo de movimento social e da agenda de pesquisa da geografia do trabalho, que incluía, na sua perspectiva epistemológica, outros lugares e espaços de mobilização dos trabalhadores, para além dos seus locais de trabalho e do sindicato. Tal concepção permite analisar o conflito trabalhista no nível da formação social e não apenas como algo relegado ou proveniente da 'esfera econômica'.

Introdução

A abordagem tradicional das relações industriais centra-se no Estado, no patronato e nos sindicatos como atores principais no campo das relações de trabalho. Entretanto, desde o início, outras formas de representação dos tra-

¹ Tradução: Afonso Henrique de Menezes Fernandes (Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense).

balhadores além dos sindicatos foram explicitamente incluídas pelos seus principais autores (Dunlop, 1993, p. 47); na prática, fora frequentemente ignorado na medida em que o campo foi se consolidando (Heery / Frege 2006, p. 601; Kaufman 2008, p. 314). A teoria das relações industriais é notável por sua falta de desenvolvimento e sofisticação e é acompanhada por uma tendência antiga e revitalizada recentemente de incorporar diferentes variantes da teoria institucionalista em suas pesquisas (Kaufman, 2010).

Neste artigo, desenvolve-se uma crítica à abordagem das relações industriais que transcende seu campo tradicional de perspectiva. Minha argumentação aqui é de que, para entender adequadamente os conflitos trabalhistas em nível global no século 21, o conflito de trabalho precisa ser analisado no nível da formação social em que o mesmo está situado. Em outras palavras, uma sólida fundamentação teórica dos Estudos sobre Trabalho Global² como campo de pesquisa requer uma crítica a seu precursor histórico, isto é, as pesquisas em relações industriais — de viés economicista e eurocêntrico (Hyman, 2004; Braga, 2020). Os Estudos sobre Trabalho Global consolidaram-se como um campo de pesquisa nos últimos dez anos, com pesquisas sobre relações de trabalho que estão abertas a uma grande variedade de configurações em diferentes continentes, destacando-se a edição especial do *Third World Quarterly* em 2009³, e a publicação do *Global Labour Journal* desde 2010. O debate nas primeiras edições do *Global Labour Journal* entre Michael Burawoy e seus interlocutores (Burawoy, 2010; Webster, 2010)⁴ sobre em que medida a ação trabalhista transnacional efetivamente assumiu uma nova qualidade ou não, uma questão que ainda não teve uma resposta satisfatória até hoje é, a meu ver, secundária, e se presta para ocultar a necessidade de se engajar criticamente na herança da pesquisa sobre relações industriais que pesa fortemente sobre os Estudos sobre Trabalho Global. O debate que nos acompanha a respeito da relação entre exploração e mercantilização, frequentemente associado a análises inspiradas por Marx e Polanyi, toca em questões relevantes para a virada conceitual tratada aqui. No entanto, prossigirei sem fazer referência a esses autores, uma vez que proponho

2 Brookes e McCallum (2017) restringem os Estudos sobre Trabalho Global ao estudo do transnacionalismo do trabalho, o que não está de acordo com a maioria dos autores que trabalham com esta abordagem teórica. Eu não sigo esta definição, e entendo os Estudos sobre Trabalho Global como o estudo das relações de trabalho e dos movimentos trabalhistas através de uma perspectiva global, reconhecendo que a maioria destes movimentos não se dão em nível transnacional (Burawoy, 2009).

3 *Third World Quarterly*, 2009, Vol. 30, No. 3, Putting Labour into the International Division of Labour.

4 Maiores contribuições para o debate podem ser encontradas em Vol. 1, No. 3 of the *Global Labour Journal*: <https://mulpress.mcmaster.ca/globallabour/issue/view/124>, e em Vol. 2, No. 1: <https://mulpress.mcmaster.ca/globallabour/issue/view/125>.

uma abordagem teórica que sublinha a natureza integrada da exploração e da mercantilização como processos sociais.

Qualquer abordagem dos Estudos sobre Trabalho Global que não passe por este momento de crítica ideológica de seu antecedente eurocêntrico e economicista irá necessariamente reproduzir suas inclinações economicistas e socialdemocratas (intencional ou involuntariamente), como exemplificado no uso generalizado da abordagem de recursos de poder⁵. Uma virada teórica e conceitual a partir da pesquisa sobre relações industriais é necessária para fornecer um ponto de partida teórico adequado para os Estudos sobre Trabalho Global, uma vez que a primeira abordagem e seu aparato conceitual refletem uma realidade social e política cada vez mais considerada como uma exceção histórica (Breman; van der Linden, 2014), definida como “economismo político” por Richard Hyman ou como “o padrão fordista de agitação trabalhista” por Ruy Braga (2020, p. 4). Contudo, algumas dessas afirmações já tenham sido feitas por outros autores⁶, elas raramente foram condensadas em um programa de pesquisa com pontos de partida conceituais distintos que representem uma ruptura com as características economicistas e eurocêntricas herdadas da pesquisa sobre relações industriais. Sem esse movimento explícito para um desenvolvimento teórico e conceitual, o campo dos estudos sobre Trabalho Global, após uma fase inicial de abertura para uma variedade e pluralidade global de atores e relações sociais de trabalho, corre o risco de retroceder em direção a um enfoque institucionalista.

Embora as relações de mercado (mercados de trabalho e de produtos), as políticas governamentais e as dinâmicas dos locais de trabalho — os tradicionais campos de análise das relações industriais — desempenhem papéis importantes para os conflitos trabalhistas, argumento que a economia política mais ampla, as tradições populares de mobilização e organização e a conjuntura política devem ser integrados em análises de conflitos trabalhistas que sejam significativas. Isso requer uma visão mais ampla que transcenda a perspectiva das “relações empregatícias” ou “relações industriais”. Por isso, demonstrarei porque a teoria institucionalista não é adequada para fornecer esse tipo de análise. Os limites da teoria das relações industriais estão fundamentados em (1) sua perspectiva economicista; (2) sua herança eurocêntrica e (3) seu referencial metodológico.

5 Não me aprofundo aqui em uma crítica da abordagem de recursos de poder, que pode ser encontrada em outros trabalhos meus (Nowak, 2018). Em vez disso, o foco aqui está na crítica da abordagem das relações industriais como tal.

6 “Para compreender o trabalho na economia global, nós argumentamos que é necessário examinar os trabalhadores como uma totalidade, trabalhadores em sociedade e no seu contexto histórico” (Webster, 2010, p. 385).

Embora no início tenha havido na teoria sobre as relações insdutriais uma defesa de que as relações gerais de poder na sociedade são relevantes para as relações de poder nas relações de trabalho (Dunlop, 1993, capítulo 4), isso foi muito pouco detalhado. Assim, defendo que a falta de uma teoria da sociedade na abordagem das relações industriais levou, em parte, à ausência de uma perspectiva mais ampla. Diversas variantes da teoria institucionalista (Esping-Ander sen, 1990; Soskice, Hall, 2001) prometem adicionar uma imagem mais ampla da sociedade às três instituições representantes dos trabalhadores, empregadores e agências estatais no centro da pesquisa sobre relações industriais. No entanto, a abordagem institucionalista identifica principalmente variantes nacionais de como trajetórias institucionais específicas formam configurações específicas, agrupando variantes nacionais semelhantes em categorias como economias de mercado “liberais” ou “coordenadas”, novamente com foco nos países centrais. Eu argumento que o institucionalismo não pode nem compreender a interdependência das economias nacionais, nem as forças motrizes da mudança estrutural nos níveis nacional e internacional. Portanto, exploro primeiro a abordagem alternativa da teoria de Hirsch das formações sociais capitalistas que conceitua as constelações institucionais com base em uma teoria das relações de classe e seu desenvolvimento dinâmico em um duplo movimento de reprodução econômica de classe e dominação política de classe. Duas outras abordagens alternativas são as teorizações sobre os movimentos populares na teoria do sindicalismo de movimentos social e no campo de pesquisa da geografia do trabalho. Essas são metodologias úteis para explorar como diferentes locais de mobilização e diferentes relações de dominação e opressão desempenham um papel crucial para os conflitos trabalhistas e a mobilização popular.

A abordagem das relações industriais e sua fundamentação no Fordismo Ocidental

A abordagem clássica para entender as relações industriais postula as “regras dos locais de trabalho”, a regulação das relações de trabalho ou uma formulação semelhante como o objeto de seu estudo (Dunlop, 1993; Flanders, 1965; Cox, 1971; Hyman, 1995; Kaufman, 2010, p. 75). A versão mais aceita desta ideia foi estabelecida a partir do conceito de sistemas de relações industriais de John T. Dunlop (1993) que, de acordo com o autor, formariam, dentro do sistema social geral, um subsistema no mesmo nível conceitual que a economia.

A abordagem tradicional das relações industriais se baseia em três supostos fundamentais:

1. Sindicatos são vistos como os principais atores no lado dos trabalhadores em conflitos trabalhistas.
2. Ações sindicais coordenadas estão justapostas às mobilizações “desorganizadas” ou espontâneas.
3. O foco está no lugar de trabalho como local do conflito e/ou da mobilização trabalhista.

A primeira suposição, como apontado na introdução, não é tão clara nos escritos dos principais autores do campo, mas por um período considerável houve de fato um foco nos sindicatos como os principais atores do lado dos trabalhadores nos conflitos trabalhistas (Kaufman, 2008, p. 315). Foi somente com a decomposição do sindicalismo nos países capitalistas centrais a partir da década de 1980 que o foco da pesquisa sobre relações industriais começou a mudar, um período em que países como África do Sul, Brasil e Coréia do Sul viram o auge do sindicalismo militante. Isso reflete o fato de que o desenvolvimento do campo das relações industriais está intimamente ligado, não às relações de emprego em geral, mas, na prática, à maneira como tais relações se desenvolvem nos países capitalistas centrais. Embora os principais defensores dos clássicos das relações industriais, como Dunlop em sua pesquisa sobre a indústria do carvão, publicada pela primeira vez em 1958, e Arthur Ross, em seu compêndio comparando relações de trabalho em vários continentes (1966), tenham sublinhado que as relações industriais e o papel dos sindicatos poderiam ser radicalmente diferentes em países fora do centro (ver também Hyman, 1982, p. 408), essa percepção não só foi muito pouco desenvolvida e sistematizada, como tampouco levou a uma significativa e intensa autorreflexão no campo das relações industriais. Desde a década de 1980, este foco de pesquisa tem cada vez mais dado lugar a uma investigação sobre as várias formas e instituições de negociação e interação no local de trabalho para além dos sindicatos e negociações coletivas (Heery; Frege, 2006). Porém, os objetos das pesquisas sobre as relações industriais permanecem em grande parte nos países centrais e, portanto, o pano de fundo empírico para a formação de conceitos permanece restrito a um pequeno número de países. Essa restrição geográfica geralmente não está refletida nos pesquisadores no âmbito das relações industriais.

A segunda suposição, que distingue greves maduras e organizadas lideradas por sindicatos das greves imaturas, desorganizadas e espontâneas, está firmemente ancorada no texto clássico de Ross (1954). Desde então, apesar das frequentes críticas por não representar corretamente a realidade empírica dos conflitos trabalhistas, tem sido reproduzida em grande parte da literatura (Bar-

bash, 1980, p. 87-89). A pesquisa de vários estudiosos do trabalho demonstra que há um continuum de greves oficiais e não oficiais (Fulcher, 1973; Ingham, 1974; Fantasia, 1983), e alguns acadêmicos sublinham que, em países como Canadá, Estados Unidos e Suécia, a maior parte das greves no auge do sindicalismo durante as décadas do pós-guerra foram não oficiais (Hebdon; Noh, 2013). Richard Hyman desmonta o mito das greves espontâneas versus greves bem organizadas em um texto seminal:

O que fica claro de uma perspectiva genuinamente internacional é que a tradição de atividades grevistas amplamente rotinizadas, institucionalmente segregadas de conflitos sociais e políticos mais amplos – que constitui a base das suposições das relações industriais convencionais – é, em si, atípica” (1982, p. 408).

Uma pesquisa mais profunda sobre os conflitos trabalhistas revela que na maioria dos casos há uma interação estreita entre a organização informal no local de trabalho e a ação formal dos sindicatos (Gouldner, 1954; Hyman, 1975, p. 157; Hyman, 1982, p. 416). A tendência mais comum é que a ação formal se baseie numa ação informal. Nesse sentido, grande parte da sua efetividade vem da organização informal: a dicotomia da organização formal versus informal (que classifica a uma como madura e a outra como imatura), em lugar de contribuir com informações valiosas, oculta as dinâmicas e lógicas dos conflitos trabalhistas. Basta dizer que essa hierarquia de ações maduras / imaturas serve muito bem às burocracias sindicais. Mas Por outro lado, também temos que sublinhar que a validação das greves selvagens como autêntica forma de ação trabalhista diferente das greves lideradas por sindicatos corruptos, também não fornece muitos novos entendimentos sobre as dinâmicas das greves.

O terceiro pressuposto da abordagem tradicional das relações industriais é o foco no local de trabalho como local de mobilização e organização dos trabalhadores. A abordagem institucionalista já questionava essa perspectiva em certa medida, trazendo o Estado como um fator determinante no reconhecimento dos sindicatos ou na definição de seus direitos (Dunlop, 1993). Mas a perspectiva de Dunlop apresenta sérios limites: Ele afirma que o poder dos três atores no sistema de relações industriais, uma hierarquia de atores estatais, uma hierarquia de empregadores e uma hierarquia de representantes dos trabalhadores (1993, p. 37) é definida pelas relações gerais de poder na sociedade. Mas no capítulo em que realmente trata dessas relações gerais de poder na sociedade, Dunlop estuda exclusivamente as relações entre esses três atores e suas diferenças internas, como a competição entre sindicatos e os conflitos entre trabalhadores e sindicatos, por exemplo. Desta forma, as relações gerais de poder na abordagem

de Dunlop representam uma lógica circular e permanecem firmemente no universo tripartite.

Outros estudos iniciais sobre greves, como Gouldner (1954) e Eldridge (1968), prestam atenção às relações entre a comunidade local mais ampla e as relações no local de trabalho, pois ambos os autores analisam estudos de caso. As relações anteriores de um paternalismo capitalista cujas relações entre o local de trabalho e a comunidade estavam fortemente integradas, o que incluía alguma margem de manobra para os trabalhadores e certa responsabilidade social dos empregadores, foram seguidas posteriormente por uma tendência de aumento da concorrência e de proprietários de fábricas que não estão fisicamente presente nessas fabricas como gerente, rompendo os laços entre os arranjos nos locais de trabalho e os valores comunitários, levando subsequentemente a regras mais rígidas nos locais de trabalho e, finalmente, a eventuais movimentos de greve (Eldridge, 1968, p. 12-67).

Posteriormente, na década de 1970, Richard Hyman estudou como os sindicatos nos países centrais se adaptaram a esta nova realidade de grandes empresas com múltiplas sedes. com uma forma de sindicalismo focado em questões econômicas e associadas aos locais de trabalho, e acompanhado por demandas para um Estado de bem-estar social em expansão, que ele chamou de economismo político:

Eu cunhei o termo economismo político para indicar que o sindicalismo dominante na Europa Ocidental se engajou na política principalmente para garantir uma estrutura - pleno emprego, aumento dos salários reais, um estado de bem-estar social expansionista - que complementava e frequentemente era subordinado ao seu papel na negociação coletiva. Nesse sentido, a atividade política não transcendeu fundamentalmente o economismo do 'sindicalismo empresarial'. (...) Desde os anos 1970, por várias razões, esta forma de sindicalismo não produz mais resultados materiais positivos (Hyman, 2012, p. 159).

O terceiro pressuposto da abordagem das relações industriais, portanto, não apenas reflete a realidade de algumas poucas décadas nos países centrais, mas também tende a esquecer de que, em muitos casos, os laços comunitários informais são um aspecto da organização informal do local de trabalho e de instituições sindicais mais formais no auge do economismo político. Quanto mais esses laços com a comunidade eram minados, menos efetiva e mais alienada a ação sindical no marco do economicismo político se revelava.

Os conceitos e pressupostos teóricos das relações industriais como um campo de pesquisa são derivados principalmente do fordismo ocidental (incluindo Japão e Austrália) e seus sucessores neoliberais — sem muita reflexão

crítica sobre essa limitação geográfica e como isso impacta seu poder de explicação. As primeiras observações sobre a limitação geográfica dos instrumentos analíticos usados pelas pesquisas sobre as relações industriais não levaram a uma reconsideração fundamental do enfoque predominantemente voltado para o Norte, particularmente para a Europa (Edwards, 2003).

Um novo referencial para a análise dos conflitos trabalhistas e das organizações de trabalhadores, portanto, teria que dismantelar os pressupostos dicotômicos que estão implícitos na abordagem das relações industriais:

- 1) Os sindicatos não seriam analisados como a forma exclusiva ou como a melhor forma de representação dos trabalhadores, mas sim como aparatos dentro do capitalismo. que podem ter orientações e efeitos muito diferentes, dependendo de sua forma de integração política e da conjuntura política específica. Isso requer uma teoria mais ampla dos sindicatos e de sua posição nas sociedades capitalistas, bem como uma pesquisa sobre formas alternativas de como os trabalhadores se organizam.
- 2) A dicotomia da ação organizada e desorganizada (“espontânea”) e, portanto, da organização formal e informal dos trabalhadores terá que ser dissolvida em favor de uma concepção de um continuum de ambas as formas de organização e ação, bem como de sua interdependência.
- 3) Embora haja uma dinâmica específica da política nos locais de trabalho, seus vínculos com a comunidade local mais ampla, com mobilizações políticas maiores em escala nacional e global e com as relações nas famílias e domicílios, são muitas vezes essenciais para compreender as dinâmicas e a evolução dos conflitos trabalhistas e das organizações dos trabalhadores.

O enfoque institucionalista na abordagem das relações industriais está inscrito em sua gênese e em seu contexto político e social. Kaufman (2008; 2010) distingue uma versão inicial do paradigma de RI com foco nas relações de emprego, proveniente da administração e dos intelectuais, a fim de fornecer uma terceira solução para o “problema do trabalho”, além do capitalismo de livre mercado e do socialismo revolucionário em que novas instituições geram uma convergência de interesses entre a administração/gestão e os trabalhadores (2008, p. 324). Em uma segunda fase, o paradigma de RI enfatizou principalmente os sindicatos e a negociação coletiva, especialmente em sua variante britânica, e teve um toque mais socialdemocrata (Flanders, 1965; Cox, 1971). É da natureza das teorias institucionalistas que elas não prestem muita atenção à organização informal e, especificamente, às tradições políticas, bem como às redes familiares e de vizinhança. Também vai além de uma investigação sobre a

história e a lógica das instituições para estudar o contexto mais amplo dos conflitos trabalhistas e a maneira específica como as organizações de trabalhadores são integradas em uma formação social.

Os limites do economismo e a perspectiva da formação social – A teoria do Hirsch sobre os aparelhos de integração de massas

Um passo importante para ir além de uma perspectiva economicista ocidental-fordista é localizar os sindicatos e os conflitos trabalhistas na formação social mais ampla da qual fazem parte. Richard Hyman foi o primeiro autor a analisar sistematicamente greves e sindicatos desde uma perspectiva marxista (Hyman, 1972; 1975; 1982; 1989). Ele sublinhou a natureza ambivalente dos sindicatos que, ao mesmo tempo, se opõem e reforçam o domínio capitalista na sociedade (Hyman, 1975). Um desses aspectos ambivalentes é o seccionalismo dos sindicatos ou sua forma incompleta de representar os interesses da classe trabalhadora, já que os mesmos estão geralmente enviesados a favor de um ou de outro segmento da sua classe (Hyman, 1978, p. 65; 1989, p. 27).

Em uma perspectiva marxista alternativa, Joachim Hirsch se propôs a analisar os sindicatos como aparatos de integração das massas em um texto de 1976, intitulado *Bemerkungen zum theoretischen Ansatz einer Analyse des bürgerlichen Staates*. Ele parte de uma análise amplamente influenciada pelas obras de Louis Althusser e Nicos Poulantzas. Embora focado no capitalismo de países centrais em um determinado período de tempo — o período pós-guerra dos anos 1950 aos anos 1970 — acredito que seu marco conceitual mais amplo pode ser aplicado a diferentes áreas geográficas e diferentes períodos no tempo.

Hirsch sublinha que, além do modo de produção, existe também um modo de reprodução nas sociedades capitalistas — aquelas instituições e mecanismos que garantem que as relações de produção sejam reforçadas e mantidas. Essa reprodução tem basicamente duas formas distintas, mas inter relacionadas: a reprodução de classes em processo de valorização (produção excedente) e a dominação política de classe (Hirsch, 1976, p. 106). A dominação política de classe mantém seus próprios mecanismos de reprodução e muitas vezes está em tensão com as formas econômicas de reprodução de classes, resultando em tensão permanente entre o Estado e a classe burguesa. O estado está focado em manter as condições gerais de reprodução do capital, o que também pode incluir questões de bem-estar que beneficiam a classe trabalhadora, enquanto a classe burguesa está frequentemente focada em interesses mais de curto prazo (Poulantzas, 1980).

Hirsch então concebe que o sistema político de dominação consiste em instituições públicas e privadas. Diferente das concepções de Gramsci e Althusser, ele não classifica todas essas organizações como parte do Estado - uma decisão acertada, pois quando quase qualquer tipo de organização social é vista como parte do Estado, o Estado acaba abrangendo toda a sociedade, e com isso conceito do estado perde seu caráter explicativo. Hirsch classifica essas instituições com três conceitos: o aparelho repressivo do Estado, os aparelhos ideológicos (AI) – **não** Aparelhos Ideológicos de **Estado** – e os aparelhos de integração de massas (AIM). Em outras palavras, ele adiciona uma terceira categoria às famosas categorias de Aparelho Repressivo de Estado e Aparelho Ideológico de Estado de Althusser (1969), concebendo os aparelhos ideológicos no plural e não como sendo exclusivamente parte do Estado, daí o conceito mais aberto de “Aparelhos Ideológicos” (Hirsch, 1976, p. 115-120). Agora, qual é a diferença entre os aparelhos ideológicos (AI) e os aparelhos de integração de massa (AIM)?

Enquanto a função primária dos aparatos ideológicos consiste em reforçar a legitimidade da ordem social atual por meio do reconhecimento das formas legítimas de conhecimento e capacidades (e desvalorizando outras formas), os aparatos de integração de massa são organizados de uma maneira menos verticalizada. Eles efetivamente assumem as demandas e necessidades articuladas pelas massas e as transformam em reivindicações às quais o sistema político e social pode responder sem qualquer transformação estrutural radical. Assim, o AIM inclui e fomenta processos de articulação de necessidades em opiniões e em representação de interesses. Inclusive os sistemas políticos fascistas geralmente incluem AIMs (lembra-se do *Deutsche Arbeitsfront*, na Alemanha fascista, ou os sindicatos rigidamente controlados nas ditaduras espanhola e portuguesa).

Os AIMs são aparelhos especiais concebidos para integrar a classe trabalhadora a fim de filtrar os interesses materiais desta classe e torná-los compatíveis com o sistema capitalista. Essas organizações geralmente vêm com uma aparência real de uma representação livre de interesses e pluralismo. Seu mecanismo de integração é real porque esses aparelhos têm uma base de massas - eles de fato organizam grandes grupos da classe trabalhadora e reconhecem seus interesses, embora de forma seletiva (Hirsch, 1976, p. 122). Hirsch conta como AIMs, sindicatos, partidos reformistas da classe trabalhadora e partidos burgueses com uma base de massas na classe trabalhadora. Uma consequência da posição especial dos AIMs é que a luta de classes mais ampla é deslocada para as áreas internas dessas organizações de uma maneira intensificada, levando a uma tensão interna constante dentro dos AIMs e removendo partes dessas contradições dos aparelhos ideológicos e do Aparelho de Estado Repressivo. Embora,

segundo Hirsch, os AIMs também funcionem como aparelhos ideológicos, eles desfrutam de uma autonomia muito maior do que a dos aparelhos ideológicos.

Hirsch sublinha que os sindicatos e os partidos políticos não são, em qualquer caso e em qualquer momento, aparelhos ideológicos de massa – e o pano de fundo para sua análise é a Europa Ocidental dos anos 1970.

O esquema conceitual geral de Hirsch é, em primeiro lugar, situando um tipo específico de sindicatos de acordo com sua funcionalidade dentro da sociedade mais ampla, e, em segundo lugar, acredito que pode ser aplicado a outras sociedades onde alguns sindicatos podem estar mais próximos dos aparatos ideológicos convencionais, ou seja, muito mais oligárquicos do que AIMs, ou onde também existem outros sindicatos que são mais aparelhos de hegemonia proletária (AHPs) do que aparelhos de integração de massas. Em terceiro lugar, o termo aparelhos de integração de massa está aberto a todos os tipos de organizações que cumprem essa função. Por exemplo, as federações sindicais de esquerda brasileira e sul-africana, COSATU e CUT, foram, em seus primeiros anos, aparatos de hegemonia proletária, mas podem ser concebidas como tendo feito uma transição para aparatos de integração de massas posteriormente. O conceito de AIMs também pode ser útil para aplicá-lo a organizações religiosas que mobilizam demandas subalternas e as transformam em interesses compatíveis com um sistema político mais amplo. A diferença importante dos AIMs para os aparatos ideológicos é que os AIMs efetivamente organizam a resistência das classes subalternas até certo ponto, mas dentro de certos limites. Isso lhes dá a aparência de organizações pluralistas e livres.

A característica útil da concepção de Hirsch é que ela afirma que é preciso primeiro olhar para a natureza específica da dominação de classe em uma conjuntura específica de constelações nacionais e internacionais, a fim de ser capaz de analisar o conflito de trabalho e as organizações que estão envolvidas nesses conflitos. Ao mesmo tempo, a concepção de Hirsch oferece conceitos gerais que podem ser aplicados a essas situações específicas, enquanto a funcionalidade social e a natureza política dos sindicatos ou partidos da classe trabalhadora não é determinada por sua natureza institucional ou base de classe, mas sim deve ser investigada à luz de uma situação específica e, portanto, podem ser bastante diferentes, dependendo do contexto e da constelação política. Assim, o fato de uma organização ser, por exemplo, um sindicato ainda não diz muito sobre suas estratégias, sua posição objetiva e subjetiva em um conflito e seu significado político. Tudo isso deve ser estabelecido por meio de uma análise mais sensível ao contexto.

No que diz respeito aos sindicatos, movimentos sociais e outras organizações que representam as classes trabalhadoras, a concepção de Hirsch permite situá-los

na formação social mais ampla, explorar seus vínculos com órgãos do Estado e outras organizações, como partidos e outros movimentos sociais. Permite teorizar a função específica dos sindicatos (e outras organizações da classe trabalhadora e popular) pela forma como estão inseridos em uma formação social. Embora os analistas sobre conflitos trabalhistas e relações industriais possam adicionar o contexto específico em estudos em âmbito nacional, eles geralmente carecem de um marco teórico mais amplo que lhes permita especificar a posição específica das organizações populares ou partidos burgueses que representam partes das classes trabalhadoras além dos rótulos como “moderado”, “reformista”, “radical” que muitas vezes não dizem muito, ou permanecem uma repetição de como essas próprias organizações ou a grande mídia rotulam essas organizações.

As abordagens teóricas de Hyman e Hirsch focam na natureza ambivalente das organizações sindicais no economismo político. Hyman sugere a necessidade de os sindicatos criarem vínculos com outras organizações de movimentos sociais, caso pretendam se tornar parte de um movimento maior de transformação social (Hyman, 1972, p. 177; 1989, p. 245) que muitas vezes era inibido pelo “economismo político” como um foco limitado de ação sindical. Isso significa que a função dos sindicatos pode ser bastante diferente de acordo com sua posição em determinada formação social e a constelação específica em questão - pode ser do tipo oligárquico-dependente, integrador de massa ou revolucionário-autônomo. A concepção de Hirsch nos permite transcender o foco nos sindicatos e incorporar várias organizações de acordo com sua posição em uma formação social: geralmente, um sindicato de integração de massas será mais eficaz se fizer parte de um bloco de forças histórico mais amplo (como costumava ser a social-democracia), e podemos assumir o mesmo para os outros tipos de sindicalismo. Assim, a análise incluirá certas coalizões de forças sociais e políticas que são compostas por vários tipos de organizações como partidos, sindicatos, ONGs, fundações, organizações de movimentos sociais, organizações populares etc. Portanto, a efetividade e o caráter político do conflito trabalhista deverão ser avaliadas de acordo com sua posição neste conjunto mais amplo de relações políticas e sociais, como por exemplo, a situação política e econômica geral em que ocorre um conflito de trabalho.

Sindicalismo de movimento social e a geografia trabalhista

O termo “sindicalismo de movimento social” surgiu com a análise de novos movimentos sociais e trabalhistas em países como Brasil, África do Sul e Coreia do Sul (Webster, 1987). Todos os três países viram grandes greves e lutas

sindicais ao longo de um período de 15 anos, aproximadamente de meados da década de 1970 ao final da década de 1980 (Seidman, 1994; Antunes, 1988; Park, 2007). Estas convergiram com as mobilizações dos movimentos sociais contra os regimes autoritários nesses países. De fato, em muitos casos, as lutas locais nos bairros contra donos de imóveis e ações policiais foram lideradas pelos mesmos grupos que as lutas nos locais de trabalho, modificando apenas o terreno do conflito. Enquanto as disputas trabalhistas no sindicalismo de movimento social foram impulsionadas pelas dinâmicas dos locais de trabalho, em certa medida influenciadas pela rápida industrialização das décadas de 1960 e 1970, a trajetória dessas disputas muitas vezes adquiriu um significado político geral em função da repressão dos regimes, mas também devido às mobilizações paralelas no nível político e da sociedade civil, como a teologia da libertação no Brasil e o movimento da consciência negra na África do Sul. Na Coreia do Sul, o movimento de mulheres inicialmente teve vínculos fortes com o movimento trabalhista, devido a que na primeira onda de industrialização, ocorreu no setor têxtil, o abuso sexual de trabalhadoras nas fábricas por gerentes de nível médio foi um fenômeno generalizado (Ching; Louie, 1995). Houve várias ocasiões em que o conflito trabalhista ultrapassou o local de trabalho: na greve de São Paulo de 1980 o plano de ação se deslocou para o bairro após a proibição do sindicato (Antunes, 1988), na África do Sul muitos conflitos trabalhistas tiveram albergues de trabalhadores como locais de mobilização (Von Holdt, 2002), e na Coreia do Sul, em 1980, toda a área industrial de Gwangju foi ocupada por insurgentes armados (Park, 2007; Cho, 2009, p. 165). O contexto dos regimes autoritários nacionais e, o regime abertamente racista na África do Sul, forneceram um importante motor para que o sindicalismo de movimento social emergisse como uma frente unida de movimentos diferentes e conectados.

Assim, o sindicalismo de movimento social significa mais do que sindicatos agindo de forma semelhante ou em conjunto com movimentos sociais, ou uma aliança mais ampla entre movimentos nos locais de trabalho e outros movimentos sociais. O termo deu nome às mobilizações nas quais as lutas sindicais não se isolaram de outras iniciativas da sociedade, e esse isolamento se tornou uma prática comum nos países centrais quando os sindicatos se tornaram atores mais estabelecidos. No entanto, os movimentos no Brasil, África do Sul e Coreia do Sul contra o regime autoritário viram constantes debates sobre o quanto se deveria apostar numa hegemonia da classe trabalhadora baseada nos locais de trabalho ou se seria melhor priorizar uma frente democrática mais ampla. A África do Sul foi o lugar onde esse debate mais avançou (e também onde o mesmo se realizou com mais divisões) (Webster; Pampallis, 2017). No entanto, a novidade

crucial do sindicalismo de movimento social consistiu no fato de que formas comuns de ações em diferentes questões e diferentes setores das massas populares foram alcançadas, conseguindo, ao menos, se livrar dos regimes autoritários no final dos anos 1980 e início de 1990. Seus limites foram a impossibilidade de iniciar uma transição para o socialismo, o que foi dificultado com o colapso do socialismo de Estado nos anos 1990 e o avanço do neoliberalismo. Outro limite foi que a questão sobre se deveria-se apostar na construção de uma hegemonia proletária e na luta pelo socialismo ou se seria melhor priorizar a democratização geral e, no caso da África do Sul, a abolição do apartheid. Existem, portanto, sérias questões táticas e estratégicas que permanecem sem solução até hoje.

Uma revolução kopernicana para a pesquisa sobre trabalho e relações industriais foi possibilitada pelo campo da geografia do trabalho, uma vez que este pavimentou o caminho para uma perspectiva sobre o conflito trabalhista no nível da formação social e para a concepção dos trabalhadores como atores espaciais. A percepção de que uma visão mais ampla sobre o trabalho como sujeito ativo é necessária, foi estabelecida anteriormente, mas como construí-la permaneceu como uma questão em grande parte não resolvida. A seguinte citação de Hyman é representativa dessa ideia: “Não podemos entender trabalho e emprego a menos que também tenhamos uma compreensão teórica da economia, do direito, da política, da educação, da comunidade, das relações de gênero” (Hyman, 2004, p. 267).

O ponto de partida da geografia do trabalho foi a afirmação de Andrew Herod (1997) de que não apenas o capital está produzindo espaço, mas também os trabalhadores o produzem e, portanto, são atores espaciais e não apenas receptores passivos da reestruturação corporativa do trabalho. O pano de fundo para a intervenção de Herod foram as múltiplas análises da geografia econômica de como os movimentos espaciais do capital transformam a sociedade, a arquitetura e as paisagens (Massey, 1984) e como os trabalhadores pareciam concebidos apenas como observadores desses processos. Assim, esse movimento para restaurar a agência de trabalhadores em termos de espaço também abriu uma perspectiva para conceber suas ações de uma forma mais abrangente, para além de uma relação entre trabalhadores, sindicatos, empregadores e o Estado, situando a agência do trabalho dentro da totalidade das relações sociais, ou seja, dentro e no nível da formação social. A contribuição específica da geografia do trabalho consiste: a) na ênfase nos diferentes lugares onde pode ser encontrada a agência dos trabalhadores; b) em permitir análises suficientes das famílias e seus lares como lugares de trabalho, mas também como lugares onde os salários e outras fontes são agrupadas e c) em permitir um olhar mais holístico sobre as interdependências de

diferentes lugares e espaços para a subsistência dos trabalhadores.

Dentre os muitos aspectos investigados pela geografia do trabalho, três linhas de pesquisa são especialmente relevantes para a perspectiva holística sobre a agência dos trabalhadores aqui proposta:

1. Além de aspectos que podem ser quantificados, como os salários ou a incidência de acidentes, existem outros fatores cruciais para a mobilização dos trabalhadores, como tradições populares e políticas de mobilização. Pesquisas têm explorado como essas tradições se movem por diferentes espaços através da mobilidade da força de trabalho, seja por artesãos viajantes no início do século 19 (Southall, 1988), por trabalhadores industriais no final do século 20 (Wills, 1996), ou por trabalhadores da construção civil no Brasil no início do século 21 (Nowak, 2019). Essas tradições populares e políticas claramente não são acessíveis com uma análise focada nos sindicatos, no Estado e nos empregadores e requerem metodologias diferentes da teoria institucionalista. Essas tradições também vão além do foco no local de trabalho e, embora em alguns casos possam estar parcialmente conectadas a certas lutas no local de trabalho, elas pertencem a uma comunidade mais ampla, tanto em nível local quanto translocal.

2. Uma segunda vertente é a análise das formas de reprodução da força de trabalho que trata dos processos que garantem a disponibilidade de mão de obra para o capital (Warde, 1988; Taylor, 2009). Isso inclui desde o envolvimento da comunidade e do governo local na reprodução dos mercados de trabalho locais (Ellem; Shields 1999; P. 2016), até as lutas sobre moradia, instalações de cuidado de crianças e sobre a divisão do trabalho doméstico (Warde, 1988). Obviamente, a desigualdade de gênero no trabalho assalariado em termos de salários e horas de trabalho terá efeitos sobre como o trabalho é dividido dentro da família. Ellem e Shields (1999, p. 547), portanto, propõem incluir o campo da produção, reprodução da força de trabalho e consumo como “relações sociais de trabalho”. Essas percepções também foram integradas às pesquisas sobre o processo de trabalho, alegando que “entender o processo de trabalho requer a compreensão de que o que ocorre no chão de fábrica é moldado pelo que acontece fora da fábrica ou das portas do escritório, na medida em que a reconstituição perpétua das relações capital-trabalho é moldada fundamentalmente pelos contextos espaciais nos quais isso ocorre” (Rainnie et al., 2010, p. 299).

3. Terceiro, existe o nível da conjuntura política geral e dos ciclos de lutas. Há uma transferência intensificada de tradições políticas e populares em tempos de mobilização geral da sociedade (Wills, 1996) e as formas de re-

produção da força de trabalho também são frequentemente questionadas durante os períodos de conflito social. Assim, o conflito trabalhista deve levar em conta o que está acontecendo em geral na sociedade no momento de seu surgimento e como é influenciado por esse contexto mais amplo, ao mesmo tempo em que também influencia o próprio contexto mais amplo do qual faz parte (McMichael, 1990).

Uma perspectiva que olhe para o conflito de trabalho no nível da formação social se depara com o desafio de investigar como as dinâmicas do local de trabalho se cruzam com as dinâmicas fora do local de trabalho. No decurso desta crítica da abordagem das relações industriais, estabelecemos os seguintes pontos de partida para uma nova epistemologia do conflito trabalhista:

1. A maioria das greves e conflitos trabalhistas não são liderados por sindicatos, mas por trabalhadores ou outros tipos de organizações, e os sindicatos só estão envolvidos em alguns deles.
2. Em vez de uma distinção entre conflito de trabalho espontâneo e organizado, a abordagem desenvolvida aqui sublinha as continuidades entre os tipos de organização formal e informal que freqüentemente caminham juntas ou se constroem umas sobre as outras. A abordagem aqui desenvolvida evita qualquer hierarquia entre os tipos formais e informais de organização e enfatiza que a distinção em formal/informal já é feita da perspectiva de um certo tipo de organização que torna todas as outras formas informais. É, portanto, preferível desenvolver uma tipologia de tipos de organização além da divisão formal-informal que reforce uma perspectiva eurocêntrica⁷.
3. Alguns conflitos trabalhistas costumam ser conduzidos exclusivamente no local de trabalho e isso afeta principalmente greves muito curtas e outros conflitos sem envolvimento sindical. No entanto, há também um número muito alto de conflitos no local de trabalho liderados dentro das comunidades, como é possível observar no grande envolvimento da comunidade ou onde as associações comunitárias ou de bairro desempenham um importante papel de mobilização⁸.
4. O conflito em torno das formas de reprodução da força de trabalho pode se transformar em um fator de mobilização para o conflito trabalhista

7 Ver (Panimbang, 2020) para uma distinção entre organização de base comunitária, associações e sindicatos como tipos de organização no caso de motoristas de aplicativos na Indonésia – os três tipos compreendem estruturas de organização formais e informais.

8 Ver (Panimbang, 2020) para organizações comunitárias de motoristas de aplicativos na Indonésia; Douth (2020) sobre as formas de organização dos trabalhadores do setor têxtil no Camboja.

se seus padrões até então estabelecidos estiverem sob ameaça devido às mudanças sociais. Frequentemente, as demandas relacionadas com a reprodução da força de trabalho são as que levam a conflitos nos locais de trabalho, na medida em que são formas mais aceitas de protesto com demandas quantificáveis como de salários, por exemplo. Por outro lado, na ausência de mobilização no local de trabalho, a precariedade ao nível da reprodução da força de trabalho pode levar a conflitos em outros níveis, como por exemplo o notável desenvolvimento das lutas por moradia na década de 2010, que às vezes ocorre em contextos em que os conflitos trabalhistas são escassos e menos bem-sucedidos. Portanto, os conflitos em torno do trabalho e os conflitos em torno da reprodução da força de trabalho influenciam-se mutuamente e o entendimento desta interdependência pode fornecer um quadro de análise mais completo.

5. Uma análise do conflito trabalhista no nível da formação social deve levar em conta as tradições políticas e populares que podem ter uma influência em como os conflitos são conduzidos – pois pode engendrar mobilizações como tradições combativas e estabelecer limites para os repertórios de ação que serão usados ou podem levar a divisões entre os trabalhadores em linhas políticas distintas.

6. A conjuntura política geral terá um papel importante no que diz respeito a se e como os conflitos trabalhistas serão liderados. Novos ciclos de conflitos trabalhistas e mobilizações sociais gerais vêm com novos padrões de ação que geralmente tentam se distinguir dos repertórios estabelecidos. Isso pode levar a uma revitalização de tradições populares e políticas mais antigas, unidas por novas formas, ou pode também não existir continuidade com as tradições populares de protestos anteriores. O marco analítico desenvolvido por Hirsch serve para fornecer um mapa sobre em que medida os atores mobilizados na sociedade renovam e reformam as estruturas sociais existentes ou, pelo contrário, iniciam rupturas que possibilitam uma nova ordem social e política.

Este esboço de uma metodologia para analisar o conflito de trabalho visa reintegrar o conflito de trabalho na formação social como uma totalidade estruturada na maneira complexa após seu isolamento economista na pesquisa sobre relações industriais. O arcabouço das relações industriais teve sua legitimação histórica, pois refletia formas de regulamentação trabalhista e culturas de negociação sindical que dominaram nos países centrais aproximadamente no período entre 1950 e 2000, embora seu lento desaparecimento tenha começado já na dé-

cada de 1980, mas com velocidades diferentes em contextos nacionais diferentes. O desenvolvimento nos EUA e no Reino Unido foi muito mais acelerado em comparação com países como Alemanha ou França. Em uma situação como hoje, em que a maior parte dos trabalhadores assalariados vive fora dos países centrais, e em uma época em que o “economismo político” nos países centrais está em profunda crise, afirmo que o marco das relações industriais mais impede do que apoia uma visão mais holística na compreensão dos conflitos laborais, visto que tende a restringir a perspectiva a determinados atores e terrenos de conflito. Uma vez que o período em que a regulamentação do trabalho conseguiu restringir os conflitos trabalhistas a certos padrões e limites está chegando ao fim, a abordagem das relações industriais tem apenas um valor limitado. Em grande medida, já foi substituída pelo campo dos Estudos sobre Trabalho Global, que emprega uma perspectiva muito mais ampla.

No entanto, esse desenvolvimento não se refletiu nem na pesquisa sobre as relações industriais nem neste novo campo de estudos. A teoria institucionalista que às vezes foi acrescentada à pesquisa sobre relações industriais tem fraquezas complementares que não resolvem os problemas que vêm com este tipo de abordagem, mas os reforça. Como a abordagem das relações industriais sofreu por muito tempo com a falta de uma base teórica adequada, seria preferível não repetir o mesmo mal para o emergente campo dos Estudos sobre Trabalho Global. Diante disso, esta metodologia de análise dos conflitos trabalhistas ao nível da formação social, propõe-se a iniciar um debate sobre os fundamentos teóricos e conceituais deste novo campo de estudos.

Referências

- ALTHUSSER, L. Ideology and Ideological State Apparatuses (Notes Towards an Investigation). In: _____. (Ed.). **Lenin and Philosophy and Other Essays**. Londres: New Left Books, 1969, pp. 127-188.
- ANTUNES, R. **A Rebeldia do Trabalho**. São Paulo/Campinas: Ensaio/Unicamp, 1988.
- BARBASH, J. **Collective Bargaining and the Theory of Conflict**. **British Journal of Industrial Relations** v. 18 (1), pp. 82-90, 1980.
- BRAGA, R. **A “Thompsonian” pattern of labour unrest?** Social movements and rebellions in the Global South. *Mundos do Trabalho*, v. 12, pp. 1-17, 2020.
- BREMAN, J.; VAN DER LINDEN, M. **Informalizing the Economy: The Return of the Social Question at a Global Level**. *Development and Change*, v. 45 (5), pp. 920-940, 2014.
- BURAWOY, M. **From Polanyi to Polyanna: The False Optimism of Global Labour Studies**. *Global Labour Journal*, v. 1 (2), pp. 301-313, 2010.

CHING, M.; YOON LOUIE, Y. “Minjung feminism: Korean women's movement for gender and class liberation”, In: **Women’s Studies International Forum**, v. 18 (4), pp. 417-430, 1995.

CHO, S.-K. **South Korea**. Toward a Collective Public Sociology of Labor. *Work and Occupations*, v. 36 (2), pp. 162–176, 2009.

COX, R. **Approaches to the Futurology of Industrial Relations**. *Bulletin of the Institute of Labor Studies*, v. 8 (8), pp. 139-164, 1971.

DOUTCH, M. **A gendered labour geography perspective on the Cambodian garment workers’ general strike of 2013/2014**. *Globalizations*, 2021. Disponível em: <doi:10.1080/14747731.2021.1877007>.

DUNLOP, J. T. **Industrial Relations Systems**, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1993.

ELDRIDGE, J. E. T. **Industrial Disputes**. *Essays in the Sociology of Industrial Relations*, pp. 68–90. Londres: Routledge, 1968.

ELLEM, B.; SHIELDS, J. **Rethinking ‘Regional Industrial Relations’**: Space, Place and the Social Relations of Work. *The Journal of Industrial Relations*, v. 41 (4), pp. 536–560, 1999.

ESPING-ANDERSEN, G **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. Princeton University Press, 1990.

FANTASIA, R. **The Wildcat Strike and Industrial Relations**. *Industrial Relations Journal*, v. 14, pp. 74–86, 1983.

FLANDERS, A. **Industrial Relations: What is Wrong with the System? An Essay on its Theory and Future**. Londres: Faber and Faber, 1965.

FULCHER, J. **Class Conflict in Sweden**. *Sociology*, v. 7 (1), pp. 49–70, 1973.

GOULDNER, A. V. **The Wildcat Strike**. Wisconsin: Antioch Press, 1954.

HALL, P.A.; SOSKICE, D. **Varieties of Capitalism**. Londres: Oxford University Press, 2001.

HEBDON, R.; NOH, S. C. A Theory of Workplace Conflict Development: From Grievances to Strikes. In: GALL, G. (Ed.) **New Forms and Expressions of Conflict at Work**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013, pp. 26–47.

HEERY, E. & FREGE, C. **New Actors in Industrial Relations**. *British Journal of Industrial Relations*, v. 44 (4), pp. 601-604, 2006.

HEROD, A. **From a Geography of Labor to a Labor Geography: Labor’s Spatial Fix and the Geography of Capitalism**. *Antipode*, v. 29(1), pp. 1–31, 1997.

HIRSCH, J. “Bemerkungen zum theoretischen Ansatz einer Analyse des bürgerlichen Staates”. In: BACKHAUS, H.-G. **Gesellschaft: Beiträge zur Marxschen Theorie**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1976, pp. 99-149.

HYMAN, R. **Strikes**. Londres: Palgrave Macmillan, 1989.

_____. **Industrial Relations**. A Marxist Introduction. London/Basingstoke: Macmillan, 1975.

_____. “Occupational Structure, Collective Organisation and Industrial Militancy.” In: CROUCH, C.; PIZZORNO A. (org.). **The Resurgence of Class Conflict in Western Europe since 1968**. Vol. II. London/Basingstoke: Macmillan, 1978, pp. 31–70.

_____. “Pressure, Protest and Struggle: Some Problems in the Concept and Theory of Industrial Conflict”. In: BOMERS, G. B. J.; PETERSON, R.B. (org.): **Management and Industrial Relations**. Dordrecht: Springer Science Business Media, 1982, pp. 401-421.

_____. **The Political Economy of Industrial Relations**. Theory and Practice in a Cold Climate. Houndmills et al.: Macmillan, 1989.

_____. Industrial Relations in Theory and Practice. *European Journal of Industrial Relations*, 1(1), 17-46. (2004). Is Industrial Relations Theory Always Ethnocentric? In B. E. Kaufman (Ed.), *Theoretical Perspectives on Work and the Employment Relationship* (pp. 265–292). Madison: Cornell University Press, 1995.

_____. “Will the Real Richard Hyman Please Stand Up?”. **Capital and Class**, v. 36 (1), pp. 154–164, 2012.

INGHAM, G. **Strikes and Industrial Conflict**. Britain and Scandinavia. London/Basingstoke: Macmillan, 1974.

KAUFMAN, B. “Paradigms in Industrial Relations: Original, Modern and Versions In□ between”. **British Journal of Industrial Relations**, v. 46 (2) pp. 314-339, 2008.

_____. “The Theoretical Foundation of Industrial Relations and its Implications for Labor Economics and Human Resource Management”. **ILR Review**, v. 64 (1), pp. 74-108, 2010.

MCMICHAEL, P. “Incorporating Comparison Within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method”. **American Sociological Review**, v. 55(3), pp. 385–397, 1990.

NOWAK, J. “The Spectre of Social Democracy. A Symptomatic Reading of the Power Resources Approach”. **Global Labour Journal**, v. 9(3), pp. 353–360, 2018.

_____. **Mass Strikes and Social Movements in Brazil and India**. Popular Mobilisation in the Long Depression. Londres: Palgrave, 2019.

NEETHI P. **Globalization Lived Locally**. A Labour Geography Perspective. Oxford: Oxford University Press, 2016.

PANIMBANG, F. **Solidarity across Boundaries**: A new form of collectivity among the workers in the emerging app-based transport sector in Indonesia. *Globalizations*, forthcoming, 2021.

PARK, M. “South Korean Trade Unionism at the Crossroads: A Critique of ‘Social-Movement’ Unionism”. **Critical Sociology**, v. 33, pp. 311–344, 2007.

POULANTZAS, N. **State, Power, Socialism**. Londres: New Left Review Books, 1980.

RAINNIE, A.; MCGRATH CHAMP, S.; HEROD, A. “Making Space for Geography in

Labour Process Theory”. In: THOMPSON, P.; SMITH C. (org.). **Working Life**. Renewing Labour Process Analysis. Basingstoke: Palgrave, 2010, pp. 297–315.

ROSS, A. M. “The Natural History of the Strike”. In: KORNHAUSER A.; DUBIN R.; ROSS A. M. (org.). **Industrial Conflict**. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1954, pp. 23-36.

_____. “Introduction”. In: ROSS, A. (org.). **Industrial Relations and Economic Development**. Londres: Palgrave Macmillan, 1966, pp. xi-xxxv.

SEIDMAN, G. W. **Manufacturing Militance**. Workers’ Movements in Brazil and South Africa, 1970–1985. Berkeley: University of California Press, 1994.

SOUTHALL, H. “Towards a Geography of Unionization: The Spatial Organisation and Distribution of Early British Trade Unions”. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 13, pp. 466–483, 1988.

TAYLOR, M. “Who Works for Globalisation? The Challenges and Possibilities for International Labour Studies”. **Third World Quarterly**, v. 30 (3), 435-452, 2009.

VON HOLDT, K. “Social Movement Unionism: The Case of South Africa”. **Work, Employment and Society**, v. 16(2), pp. 283–304, 2002.

WARDE, A. “Industrial Restructuring, Local Politics and the Reproduction of Labour Power: Some Theoretical Considerations”. **Environment and Planning D**, v. 6, pp. 75–95, 1988.

WEBSTER, E. (1987). “The Rise of Social-Movement Unionism: The Two Faces of the Black Trade Union Movement in South Africa”. In: FRANKEL P.; PINES N.; SWILLING M. (org.). **State, Resistance and Change in South Africa**. Londres: Croom Helm pp. 174–196.

_____. “From Critical Sociology to Combat Sport?” **Global Labour Journal**, v. 1(3) pp. 384-387, 2010.

_____. & Pampallis, K. **The Unresolved National Question in South Africa**. Left Thought under Apartheid. Johannesburgo: Wits University Press, 2013.

WILLS, J. “Geographies of Trade Unionism: Translating Traditions Across Space and Time”. **Antipode**, v. 28(4), pp. 352–378, 1996.

QUAL O FUTURO O TRABALHO NA ERA DIGITAL? SERÁ QUE O TRABALHO TEM FUTURO?¹

Ricardo Antunes

Introdução

Poucos temas são tão controversos como o *trabalho*. Fora de moda nas décadas de 1980/90, tornou-se novamente temática crucial do nosso tempo. Terceirização, informalidade, flexibilidade, trabalho intermitente, subemprego, desemprego, nenhuma destas palavras podem ser compreendidas e decifradas sem uma análise conectada ao mundo do trabalho e da produção de nosso tempo.

Foi a partir da crise estrutural que aflorou no início de 1970 (Mészáros, 2002; Chesnais, 1996) — e intensificada a partir de 2008 — que os capitais desencadearam um vasto processo de reestruturação produtiva que resultou em formas de acumulação flexível, caracterizada pela deslocalização produtiva, pela expansão das redes de subcontratação, pelo trabalho em equipe, salários flexíveis, “células de produção”, “times de trabalho”, “envolvimento participativo”, “trabalho polivalente, “multifuncional”, com o objetivo primeiro de reduzir os custos e aumentar a produtividade (Antunes, 2014 e 2018).

A pragmática das “metas” e das “competências”, diuturnamente efetivadas pelo *admirável mundo* dos “colaboradores”, tudo isso se converteu no novo ideário do mundo produtivo, no que já apresentei como sendo o *novo elixir* da vida empresarial. Ao expandir-se para os mais diversos ramos industriais, agrícolas e de serviços, a terceirização, que no passado recente era a exceção, vem se convertendo em *regra*.

O resultado está em toda parte: *precarização ampliada e multiforme*, onde os trabalhadores e trabalhadoras são as vítimas principais. Em épocas de expansão,

¹ Este texto serviu de base para nossa apresentação no Seminário na Universidade Federal de Uberlândia. Ele retoma, de modo resumido, algumas ideias apresentadas em *O Privilégio da Servidão (O novo proletariado de serviços na era digital)* (Boitempo, 2018) e ideias apresentadas, de modo parcial, em outros artigos.

ampliam-se os empregos como no setor de serviços, dotados de alta rotatividade, pouca qualificação e baixa remuneração, de que são exemplos os trabalhos no telemarketing e *call center*, hipermercados, hotéis e restaurantes, comércio etc. Em fases de crise e de recessão, como a que estamos vivenciando não só nos países do Norte, mas também no Sul do mundo, a resultante é ainda mais conhecida: erosão devastadora dos empregos e corrosão e demolição exponencial dos direitos do trabalho (Pradella; Marois, 2015; Antunes, 2011).

Os exemplos são abundantes. As empresas inglesas ampliam a modalidade perversa de trabalho denominada *zero hour contract*, os quais trabalhadores e trabalhadoras, especialmente no setor de serviços, ficam em disponibilidade integral para o capital, sem nenhuma contrapartida que garanta algum trabalho duradouro e, por certo, desprovidos de quaisquer direitos. Essa pragmática se expande globalmente. Ressurgem, então, formas contemporâneas de trabalho aviltado, como nas Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro ou, anteriormente, nos trabalhos precarizados presentes na Copa do Mundo de 2014, ou ainda na Feira Internacional de Milão, na Itália em 2015, que se realizou com muita precarização do trabalho que, por vezes, se aproximou do trabalho análogo à escravidão presente no mundo contemporâneo.

Novas palavras aparecem no dicionário do flagelo laborativo: voluntariado, empreendedorismo, *pejotização*, *uberização*. Tudo isso em meio ao avanço real da devastação social e, quando se consegue garantir algum emprego, a resultante é imediata: redução salarial, burla maior dos direitos sociais que aviltam o que resta da dignidade do trabalho, sem falar do enfraquecimento dos sindicatos e da redução das ações coletivas, que nos aproxima do que denominei como *sociedade da terceirização total* (Antunes, 2018).

Impulsionado pela lógica do capital financeiro, onde o tempo e o espaço se convulsionaram, o vilipêndio do trabalho é a contrapartida necessária na base da produção. Capital financeiro, com *dinheiro gerando mais dinheiro* na ponta fictícia do sistema e um amalgama de formas precárias e pretéritas de trabalho nas cadeias globais produtivas de valor. Da China à Índia, dos EUA à Inglaterra, do México ao Brasil e Argentina, da Itália à Espanha, das Filipinas ao Haiti, difícil é fugir dessa realidade. Somente quando as resistências são fortes e amplas, este processo sofre limitações. Quando a resistência sindical é maior, a devastação é menor. Onde a resistência é mais fraca, os capitais globais avançam na demolição dos direitos do trabalho.

Vale o seguinte paralelo: se durante a vigência da empresa taylorista e do fordismo, a força das empresas era mensurada pelo número de trabalhadores e trabalhadoras que nela atuavam. Na era atual das empresas flexíveis e digitaliza-

das do mundo financeirizado, quanto menos *trabalho vivo* existir nas empresas, mais produtiva elas são, mais global serão as suas possibilidades, mais transnacionais serão os seus perfis.

A pergunta, então, é: qual será, então, o futuro do trabalho na era do trabalho digital?

A explosão dos intermitentes globais

Ao mesmo tempo em que se amplia o contingente global de trabalhadores e trabalhadoras em luta de empregos, há uma redução monumental dos empregos, sendo que os que se mantêm empregados presenciam a corrosão completa dos seus direitos sociais. E, quando encontram algum labor, o fazem nos trabalhos ocasionais, intermitentes, seja no call center, telemarketing, hotelaria, hipermercados, *fast food*, grande comércio, fábricas flexíveis e empresas em geral. Longe do que o ideário dominante pomposamente denomina como “nova classe média”, o que se expande explosivamente pelo mundo são os precários, os intermitentes globais, os supérfluos que corroboram a tese da precarização estrutural do trabalho (Antunes, 2018 e 2014; Van der Linden, 2013) mas que, exatamente por conta disso, também se rebelam.

Alguns exemplos são emblemáticos. Em Portugal, em março de 2011, explodiu o descontentamento da “geração à rasca”. Milhares de manifestantes, jovens e imigrantes, precarizados e precarizadas, desempregados e desempregadas, qualificados ou não, estamparam suas revoltas através de movimentos como o dos *Precári@s inflexíveis*. Simultaneamente, na Espanha deflagrou-se o movimento dos indignados, jovens lutando contra as altas taxas de desemprego que lhe tolhem qualquer perspectiva de vida digna. Estudando ou não, são candidatos preferenciais ao desemprego ou, na melhor das hipóteses, ao trabalho precário.

Na Inglaterra, ocorreu um forte levante social que se iniciou depois que um trabalhador taxista negro foi assassinado pela polícia. Jovens pobres, negros, imigrantes, desempregados e desempregadas, se revoltaram e foram responsáveis pela primeira grande explosão social na Inglaterra depois do *Poll Tax*, revolta que sepultou o governo Thatcher. Nos EUA, floresceu o movimento de massas *Occupy Wall Street*, denunciando a hegemonia dos interesses do capital financeiro com suas nefastas consequências sociais: o aumento do desemprego e do trabalho precarizado, que atingiu ainda mais duramente as condições de vida das mulheres, dos negros e dos imigrantes.

Em Milão, na Itália, com a eclosão conhecida como do *MayDay*, em 2001, floresceu a revolta do precariado, lutando por direitos e por uma representação autônoma dos jovens, imigrantes, qualificados ou não qualificados, desprovidos de direitos. (ver San Precario, <http://www.precaria.org/>). Em Nápoles, desencadeou-se também um movimento similar do precariado: o *Clash City Workers*, uma simbiose entre o antigo proletariado agora ainda mais precarizado. Daí surgiu a denominação *precariado*, que se torna cada vez mais visível e global. (<http://clash-cityworkers.org/chi-siamo.html>)². Essa corrosão dos direitos do trabalho tem gerado também novas formas de representação sindical para este novo contingente mais precarizado do proletariado, o autodenominado precariado. Além de seus próprios movimentos de perfil mais autônomo, presenciamos a criação da *Confederazione Unitaria di Base* (CUB), anos atrás e mais recentemente da NIdiL (*Nuove Identità di Lavoro*), vinculada à CGIL (*Confederazione Generale Italiana del Lavoro*).

As causas da precarização global

Onde estes movimentos encontram suas raízes? Em um novo cenário perverso do qual o *zero hour contract* (contrato de zero hora) é emblemático. Trata-se de uma modalidade de trabalho que viceja no Reino Unido e em outros países onde os contratos não têm determinação de horas. Trabalhadores e trabalhadoras (sempre também no feminino, dada a divisão sócio-sexual que conforma o mundo do trabalho) das mais diversas atividades ficam à disposição esperando uma chamada. Quando a recebem, ganham estritamente pelo que fizerem e nada recebem pelo tempo que ficaram à espera. E os capitais informáticos da era financeira, numa engenhosa forma de escravidão digital, cada vez mais se utilizam dessa pragmática de flexibilização total do mercado de trabalho (Antunes, 2018, Huws, 2003 e 2014). No Reino Unido, segundo os sindicatos, eles já totalizam mais de um milhão de trabalhadores e trabalhadoras, especialmente no setor de serviços.

O Uber é outro exemplo mais do que emblemático: trabalhadores e trabalhadoras com seus instrumentos de trabalho (automóveis) arcam com suas despesas de seguro, manutenção, alimentação etc. Enquanto isso, o “aplicativo” —, em verdade, uma corporação global, praticante do trabalho *ocasional* e *intermitente*, se apropria do sobretrabalho gerado pelos serviços dos motoristas, sem preocupação em

² “*Clash City Workers* é um coletivo de trabalhadores e trabalhadoras, desocupados e desocupadas, denominados ‘jovens precários’. A tradução de nosso nome significa algo como ‘trabalhadores da metrópole em luta’. Nascido na metade de 2009, somos ativos particularmente em Nápoles, Roma, Florença, Pádua, Milão e Bergamo” (Ver Antunes, 2018).

relação aos deveres trabalhistas. A diferença principal em relação ao “contrato de zero hora” é que o uber não pode recusar trabalho. Se assim o fizer, depois de algumas chamadas, estará definitivamente descartado. O quadro é tão lépido que, ao mesmo tempo em que essa empresa global amplia celeremente seus lucros, ela desenvolve um novo protótipo de veículo sem motorista, inteiramente automatizado e digitalizado que, aliás, foi responsável recentemente por uma morte por atropelamento nos EUA, quando “testava” seu “invento” sem trabalho humano direto. A *Amazon* combina venda virtual com trabalho profundamente manual (a embalagem de livros), ao mesmo tempo em que já funciona com magazines sem trabalhadores vivos, sendo tudo controlado digitalmente.

É por isso que, neste mundo do trabalho digital e flexível, o dicionário empresarial não para de “inovar”. Veja-se o nosso exemplo tropical: “pejotização” nas mais distintas atividades como médicos, advogados, professores, bancários, eletricitistas, *trabalho do carecare working* (cuidadoras). Há também os “empreendedores”, um exemplo de proprietários e proletários de si mesmos. Todos e todas com “metas” impostas que geram assédios, adoecimentos, depressões e suicídios. Os assédios que vem ocorrendo na empresa Uber assumiram recentemente, tal dimensão que levou inclusive à demissão de seu CEO.

No Brasil, recentemente, a imprensa noticiou que a Prefeitura de Ribeirão Preto pretendia contratar professores como avulsos, sem direitos, uma espécie de “Uber da educação”, ou, como foi denominado pelos docentes de lá, “Professor Delivery”. Não é demais lembrar que uma das máximas da (contra) reforma trabalhista do governo terceirizado de Temer e sua tropa parlamentar, sob imposição da CNI, FEBRABAN e dos grandes capitais, é a legalização do trabalho intermitente, que se soma à terceirização total, aprovada anteriormente. Explode, assim, a onda de contratação de trabalhadores e trabalhadoras intermitentes em grandes corporações que atuam no país.

As empresas de *fast food* comemoraram efusivamente a implantação do trabalho intermitente. e já há empresas de consultoria jurídica que se apresentam assim: “como demitir seus funcionários e contratá-los mais barato?” E o Brasil já dá sinais de uma indigência que se aproxima perigosamente da Índia. Basta olhar as principais capitais do país, com seus bolsões de homens e mulheres, jovens, negros, etc. que compõem um enorme contingente que se encontra fora de qualquer padrão mínimo de humanidade.

Outro exemplo recente destas formas disfarçadas de exploração do trabalho encontramos na Itália, onde se desenvolveu outra modalidade de trabalho ocasional: o trabalho pago a *voucher*. Os assalariados ganham um *voucher* pelas horas de trabalho efetivadas segundo o salário mínimo (hora) praticado. Se já não

bastasse esse vilipêndio, o empresariado oferece trabalhos excedentes por fora do *voucher*, com pagamento menor do que o mínimo. Não foi por outro motivo que essa modalidade de trabalho foi repudiada pelo sindicalismo de perfil mais crítico, o que levou a sua suspensão pelo governo em 2017.

Assim, movida por essa lógica destrutiva, expande-se em escala global o que podemos denominar como *uberização* do trabalho. Como o trabalho *on-line* fez desmoronar a separação entre o tempo de vida *no* trabalho e *fora* dele, podemos presenciar o crescimento exponencial de uma era de *escravidão digital*. Na empresa “moderna” liofilizada, o trabalho que os capitais financeiros exigem é aquele *flexível*: sem jornadas preestabelecidas, sem remuneração fixa, sem atividade pré-determinada, sem direitos, nem sequer o direito de organização sindical. E até o sistema de “metas” é flexível: ela sempre deverá superar aquelas obtidas anteriormente (Antunes, 2018).

Com os serviços cada vez mais “comoditizados” com as tecnologias de informação e comunicação em galope estonteante, a divisão setorial existente entre agricultura, indústria e serviços está cada vez mais interseccionada (agroindústria, serviços industriais e indústria de serviços), cada vez mais submersa à lógica da mercadoria e do valor, pouco importando se este é resultante de trabalhos predominantemente materiais ou imateriais. Contra a “rigidez” vigente nas fábricas do século do automóvel, a era do celular digital gera, então, sua tríade destrutiva em relação ao trabalho. Terceirização, informalidade e flexibilidade tornaram partes inseparáveis do léxico de empresa corporativa, seu novo *leitmotiv*. Expande-se o trabalho intermitente: hoje há trabalho por algumas horas e amanhã ele se evapora. As grandes corporações se enriquecem e o trabalho se depaupera. O “voluntariado” torna-se consolo imposto de modo quase compulsório e “empreendedorismo” é o novo elixir de uma vida desprovida de sentido, visível quando o mito se desvanece.

Na contraface real, os enormes contingentes de imigrantes globais, em seus novos fluxos migratórios ampliam ainda mais os bolsões de trabalhadores sobrantes, descartáveis, subempregados e desempregados em amplitude planetária. (Basso; Perocco, 2008; Roncato, 2013). É importante assinalar que o trabalho *on-line* e digital que produz *iPhones*, *iPads* e similares não pode existir, entretanto, sem o trabalho que extrai o mineral. O trabalho digital, então, não se efetiva sem o pior dos trabalhos manuais (Huws, 2003 e 2015)³. É esse, então, o

3 Na recente Mostra Contemporânea Internacional da Ecofalante, uma espetacular fotografia do trabalho precário global foi apresentada: Behemoth, de Zhao Liang (China/ França, 2015), Machines, de Rahul Jain (Índia/ Alemanha/ Finlândia, 2016); Consumed, de Richard Seymour (Reino Unido, 2015); Brumaire, de Joseph Gordillo (França, 2015).

novo “espírito do tempo”: de um lado, a disponibilidade perpétua para o labor, facilitada pela expansão do trabalho *on-line*; de outro, propaga-se a flexibilidade total. Florescem, então, os novos escravos intermitentes globais. A busca de um *novo modo de vida* tornou-se, portanto, um *imperativo societal de nosso tempo*. A *atividade vital*, como Marx caracterizou o trabalho, está, uma vez mais, no centro deste empreendimento humano que se torna cada vez mais inevitável.

Qual trabalho tem futuro?

Como o sistema global do capital macula tanto as esferas da vida *dentro e fora do trabalho*, a *desfetichização da sociedade do consumo* tem como corolário imprescindível a demolição no modo de produção das coisas, tal como ela é estruturada pelo capital. O que torna a sua conquista muito mais difícil, se não se inter-relaciona *decisivamente* a ação pelo *tempo livre* com a luta contra a lógica do capital e a vigência do *trabalho abstrato*.

Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social, dada pela *omnilateralidade humana*, somente poderá se efetivar através da demolição das barreiras existentes entre *tempo de trabalho* e *tempo de não-trabalho*, de modo que, a partir de uma *atividade vital* cheia de sentido, autodeterminada, *para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente* e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade. E se o trabalho se tornar novamente *dotado de sentido*, será também (e *decisivamente*) através do verdadeiro tempo livre, do ócio em sua forma mais autêntica e livre, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo (Antunes, 2013).

Posso dar aqui um exemplo *aparentemente* simples. Se o fundamento da ação coletiva for voltado radicalmente contra as formas de alienação e estranhamento no mundo das mercadorias, a luta imediata pela redução da jornada ou do tempo de trabalho torna-se *inteiramente compatível* com o *direito ao trabalho* (em jornada reduzida e sem redução de salário). Ao invés de serem excludentes, tornam-se necessariamente *complementares*. A construção societal dotada de um *trabalho cheio de sentido* e por uma *vida autêntica fora do trabalho*, por um *tempo disponível* para o trabalho e por um *tempo verdadeiramente livre* fora do trabalho — ambos, portanto, fora do *controle* e *comando* do sistema de metabolismo social do capital (Mészáros, 2002) — torna-se vital para a construção de uma sociedade não mais regulada pelo sistema do capital e seus mecanismos de subordinação, sujeição e outros tantos constrangimentos humano-sociais.

Eliminado o dispêndio de tempo excedente para a produção de mercadorias (o tempo da geração de mais valia) e também todo o tempo de produção *destrutivo* e *supérfluo* (esferas estas controladas pelo capital), será possível resgatar o verdadeiro *sentido estruturante do trabalho vivo*, da “atividade vital” contra o *sentido (des)estruturante do trabalho abstrato para o capital*.

Isto porque, sob o sistema de metabolismo social do capital, o trabalho que *estrutura* o capital, *deseestrutura* o ser social. O *trabalho assalariado* que dá sentido ao capital, gera uma *subjetividade inautêntica* no próprio ato de trabalho. Numa forma de sociabilidade superior, em um novo *modo de vida*, o trabalho, ao *reestruturar* o ser social, terá como imperativo central *deseestruturar*, e de forma cabal, o sistema de metabolismo social do capital. E esse mesmo *trabalho autodeterminado*, ao mesmo tempo em que torna *sem sentido* o capital (eliminando-o), gerará as condições humano-sociais necessárias para o florescimento de uma *subjetividade autêntica* e emancipada, dando um novo *sentido ao trabalho* e para a humanidade.

Referências

- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez, 2014.
- _____. **O Continente do labor.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **O Privilégio da Servidão,** São Paulo: Boitempo, 2018.
- _____. **Os Sentidos do Trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2013.
- BASSO, P.; PEROCCO, F. **Gli immigrati in Europa.** Disuguaglianze, razzismo, lotte. Milano: Angeli, 2008.
- CLASS CITY WORKERS. **Dove Sono i Nostri:** Lavoro, classe e movimenti nell'Italia della crisi. Lucca: La Casa USHER, 2014.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã, 1996.
- HUWS, Ursula. **The Making of a Cybertariat:** virtual work in a real world. Nova Iorque/Londres: Monthly Review Press/The Merlin Press, 2003.
- _____. **Labor in the Global Digital Economy:** The Cybertariat Comes of Age, Nova Iorque/Londres: Monthly Review Press/The Merlin Press, 2014.
- MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.
- PRADELLA, Lucia; MAROIS, Thomas. **Polarising development:** alternatives to neoliberalism and the crisis. Pluto Press: Londres, 2015.
- RONCATO, Mariana Shinohara. **Dekassegui, cyber-refugiado e working poor:** o trabalho imigrante e o lugar do outro na sociedade de classe. Orientador: Ricardo Luiz

Coltro Antunes. 2013. 248 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013.

VAN DER LINDEN, Marcel. **Trabalhadores do Mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

DUAS DÉCADAS DE CONFRONTO SOCIOPOLÍTICO NA ARGENTINA (2001-2019)¹

María Celia Cotarelo

Nicolás Inigo Carrera

Na Argentina, o século XXI se iniciou com uma insurreição popular instantânea², que se constituiu como ponto culminante de um ciclo de rebeliões contra as políticas neoliberais e seus efeitos, iniciado na década de 1990, e também como um ponto de inflexão no processo geral de confrontos sociais e políticos do período.

Na última década do século XX, a rebelião contra as políticas implementadas pelo governo de Carlos Menen como parte da ofensiva da oligarquia financeira a nível mundial foi desenvolvida dentro dos canais institucionais, mas também por fora dos mesmos. As rebeliões também foram contra o sistema político-institucional em seu conjunto, em um movimento em espiral. O que começou sendo um protesto por reivindicações imediatas dos trabalhadores estatais em Santiago del Estero em 1993, organizado pelos sindicatos que os agrupavam, transformou-se em um motim contra toda as expressões do sistema político a nível local (o chamado Santiagazo). Esse motim, por sua vez, impulsionou o protesto sindical dos trabalhadores estatais em outras províncias, assim como a articulação dos mesmos na Marcha Federal de 1994 e nas greves gerais nacionais de 1996, convocadas por todas as organizações sindicais, que contou com a participação do conjunto do movimento operário.

¹ Tradução de Raphael Castelo Branco da Silva. Optou-se por manter em espanhol o nome dos movimentos sociais e partidos políticos em decorrência das siglas, permitindo assim que o leitor possa pesquisar sobre os mesmos, tendo em vista que a tradução alteraria a identificação. O nome dos lugares também foi mantido, devido à proximidade com os correspondentes em português. A identificação de acontecimentos manteve a fidelidade do texto original, por se tratar de situações próprias da realidade sócio-política argentina. Sempre que possível, traduzimos termos relativos a cargos e instâncias públicas quando existisse termo semelhante em português. (N. T.)

² Insurreição espontânea em contraposição a insurreição consciente, com uma condução político-militar.

Da mesma forma, nesse ano, realizou-se o primeiro panelaço massivo contra as políticas implementadas pelo governo de Carlos Menem, com participação de frações da pequena burguesia. Novamente, entre 1996 e 1999, produziram-se eventos que tendiam a desenvolver-se por fora do sistema institucional e, em algumas ocasiões, contra o mesmo — os bloqueios na estrada Cutral C6-Plaza Huincul, Tartagal-General Mosconi, Corrientes, entre outras — ao passo que surgiam formas organizativas que transbordavam as organizações existentes, como assembleias populares, autoconvocadas e reuniões de desempregados. Os mobilizados pertenciam principalmente a frações da pequena burguesia assalariada e desempregada, além das camadas mais pobres da classe trabalhadora. Mais uma vez, uma parte do movimento sindical tentou articular esses protestos em Marchas Federais, Carpa Blanca (docentes), com greves gerais e jornadas de protesto a nível nacional. Parte destes protestos canalizou-se também no terreno eleitoral, nas eleições legislativas de 1997 e nas presidenciais de 1999.

Por último, durante o governo de Fernando de la Rúa (*Alianza Unión Cívica Radical-Frente País Solidario*), em 2000 e 2001, a aceleração da crise do regime de conversão do peso levou a uma extensão e também a uma intensificação da rebelião do conjunto das camadas e frações do campo popular contra o conjunto do sistema de representação política e contra personalidades do capital financeiro, chegando assim à insurreição espontânea de dezembro de 2001.

Ao longo de nove dias (entre 12 e 20 de dezembro), empregaram-se todas as formas e instrumentos de luta desenvolvidos durante todo o ciclo de rebelião anterior, junto a saques massivos de comércios e a um panelaço a nível nacional, dando lugar a um combate no centro da cidade de Buenos Aires com características de insurreição. Os protagonistas do ciclo de lutas foram trabalhadores estatais, docentes, trabalhadores de empresas privadas de todas as frações operárias, as camadas mais pobres do proletariado, frações da pequena burguesia assalariada e desempregada, foram se ativando e confluindo ao longo do ciclo, até atuar simultaneamente em 2001, dando forma ao que temos conceitualizado como insurreição espontânea — em seus distintos momentos: a insurreição dos pobres, a insurreição da pequena burguesia e a insurreição popular —, precipitando a queda do governo de Fernando de la Rúa³.

Contudo, nesse processo, uma parte do povo começou a inserir algumas

3 “Ver Nicolás Iñigo Carrera y María Celia Cotarelo (2003) *La insurrección espontánea. Argentina diciembre 2001. Descripción, periodización y conceptualización*; Buenos Aires, PIMSA Documentos y Comunicaciones, 2003, pp. 201-308. Nicolás Iñigo Carrera y Cotarelo, María Celia (2006) “Génesis y desarrollo de la insurrección espontánea de diciembre de 2001 en Argentina”; em Caetano, Gerardo (comp.), *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*; CLACSO Libros, Colección Grupos de Trabajo, Buenos Aires, 2006, pp. 49-92.

questões que até então estavam ausentes na realidade política argentina, como a questão do poder popular e da democracia participativa a partir da impugnação do sistema de representação política sintetizada na máxima de “fora todos”⁴, no qual não conseguiram se desenvolver, tampouco as questões referentes à construção de novas relações produtivas e experiências emancipatórias. A meta majoritária do ciclo de rebelião era alcançar/recuperar um capitalismo utópico sério, com inclusão social, com forte intervenção do Estado nacional na fixação das regras do jogo econômico e maior grau de autonomia com respeito aos organismos internacionais de crédito e aos Estados Unidos. Isso explica a rapidez com a qual se recompôs o sistema político-institucional e a ampla aceitação da democracia representativa como forma de canalização das demandas populares. Conformou-se um partido da ordem, integrado pelos mais diversos setores da sociedade, decidido a evitar qualquer sinal de anarquia.

Entretanto, a insurreição de 2001 marcou um ponto de inflexão no período. Forçou uma mudança na aliança entre o governo — até esse momento, em mãos da força social hegemônica, do regime oligárquico e imperialista — e das políticas implementadas, mudança produzida a partir da emergência de uma força social de caráter popular, democrático e nacional que se conformou com os numerosos atos de protesto e de luta desde o motim de Santiago del Estero de 1993. A insurreição colocou em evidência que essa mudança foi só possível a partir da desinstitucionalização da rebelião com a luta das massas nas ruas, e estabeleceu um novo princípio de legitimidade dentro da legalidade republicana: a legitimidade de um governo está dada pelo caráter das políticas que leva a cabo, e não pela quantidade de votos que deram origem a ele. Tal contexto mobilizou boa parte de uma geração jovem que se incorporou à militância política e social e que percebeu como possível uma mudança social, ainda que dentro do regime social e político vigente.

Principais traços dos conflitos sociais e políticos desde 2003

Após o começo da resolução da crise econômica, social e política de 2001-2003, a rebelião começou a se desenvolver em novas condições. Como temos dito, a maior parte da força social popular, democrática e nacional encontrou uma expressão política no chamado kirchnerismo, passando assim a fazer parte da aliança do governo que assumiu em 2003, encabeçado por Néstor Kirchner, com uma aliança social com liderança burguesa.

⁴ A máxima “que se vayan todos” aludia as demandas por renúncia de todos os políticos e funcionários.

As principais características do conflito social e político desde então são: a) uma crescente institucionalização da rebelião; b) a continuidade do peso histórico do movimento sindical organizado nas lutas sociais e políticas; c) consolidação da sindicalização das camadas mais pobres do proletariado como população excedente na forma de economia popular e planos sociais (subsídios); d) extensão da mobilização de mulheres; e) reconstituição da força do regime oligárquico e imperialista; f) confronto entre as duas forças sociais.

Crescente institucionalização da rebelião

Nos meses seguintes à insurreição de dezembro de 2001, alguns dos setores que encontravam-se mobilizados começaram a retirar-se das ruas, em particular os trabalhadores assalariados que estavam empregados. Continuaram a se manifestar aqueles que faziam parte das camadas mais pobres do proletariado e das frações da pequena burguesia, organizados em grupos piqueteiros, assembleias de bairros e associações de pequenos poupadores, estes últimos, afetados primeiro pelo chamado *corralito* bancário e depois pela *pesificación* das contas em dólares. No correr dos meses, só uma parte dos pobres e desempregados seguiram propondo ações diretas mais concretas, como os bloqueios no acesso às cidades. O enfrentamento ocorrido em junho de 2002, na *Puente Pueyrredón* (um dos acessos da cidade de Buenos Aires), no qual foram mortos dois manifestantes (Maximiliano Kosteki e Darío Santillán) por parte da polícia, marcou um limite tanto para a mobilização popular como para a ação repressiva por parte do Estado. Desde então, a maior parte dos atos de rebelião passaram a se desenvolver dentro dos canais institucionais. Predominaram os protestos sindicais por melhores salários e condições de trabalho, assim como por planos sociais e, entre 2003 e 2015, marchas e concentrações em apoio a iniciativas do governo. Entre estas, as concentrações e greves gerais contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) durante a Cúpula das Américas em 2005, as mobilizações em favor da estatização da *Administradoras de Fondos de Jubilaciones y Pensiones* (AFJP) em 2008 e a *Ley de Servicios de Medios Audiovisuales*, em 2009.

Ao mesmo tempo, a mobilização popular foi institucionalizada em algumas datas emblemáticas, promovidas pelo governo de Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner. Assim, realizaram-se manifestações massivas em 1º de março, por ocasião da abertura das sessões ordinárias do Congresso e do subsequente discurso presidencial; em 24 de março, aniversário do golpe de estado de 1976, ratificando-se a luta pelos direitos humanos e pela justiça diante dos cri-

mes contra a humanidade; 25 de maio, celebração da *Revolución de Mayo*, de 1810, e dia da posse de Néstor Kirchner; e em 10 de dezembro, dia da *Restauración de la Democracia* (devido à posse do Presidente Raúl Alfonsín naquela data, em 1983).

As eleições presidenciais e legislativas também foram, aliás, um dos campos privilegiados em que se travou a luta política. Após a crise de representação política que eclodiu em 2001-2002, o sistema político institucional conseguiu ser recomposto, e tendeu a anular o princípio da legitimidade que tinha emergido nas lutas daquele momento, a saber, a de que um governo era legítimo enquanto expressasse o interesse popular, e que se ele não o fizesse, seria legítimo derrubá-lo com as massas na rua. Restabeleceu-se a legitimidade republicana, baseada na quantidade de votos obtidos nas eleições, e questionou-se a legitimidade da ação popular direta.

Durante o governo de Mauricio Macri, essa tendência geral de institucionalização foi mantida. Apenas alguns protestos isolados e, principalmente, os enfrentamentos de rua que surgiram das manifestações de protesto contra o projeto de lei de reforma do cálculo da atualização das pensões impulsionado pelo governo nacional em dezembro de 2017, tenderam a transbordar parcialmente os canais institucionais. Entretanto, foram rapidamente neutralizados pelo partido da ordem. Contudo, apesar de suas limitações, esses enfrentamentos marcaram o início do fim do governo *Cambiamos*, desde então, perdeu apoio dos cidadãos e se debilitou para avançar com as reformas pendentes, em particular com a reforma trabalhista e a reforma previdenciária. Isso mostra o temor do regime de qualquer indício de desinstitucionalização da rebelião.

Como expressão deste processo de institucionalização, alguns dirigentes e militantes de organizações populares se incorporaram ao governo de Nestor Kirchner e de Cristina Fernández Kirchner como funcionários, em particular como secretários e subsecretários no ministério de Desenvolvimento Social⁵. Sucedeu-se o mesmo em 2019 com o governo de Alberto Fernández⁶, no qual também diversos militantes populares assumiram cargos em outras áreas. Tal foi o caso, por exemplo, de Fernando ‘Chino’ Navarro, do *Movimiento Evita*, como Secretário de Relações Políticas e Parlamentares da Chefia de Gabinete. Por sua

5 Por exemplo, o dirigente da organização de pobres urbanos *Movimiento Barrios de Pie*, Jorge Ceballos, foi subsecretário de Organização e Capacitação Popular do Ministério do Desenvolvimento Social, e Luis D’Elía, da *Federación de Tierra y Vivienda* (FTV), assumiu em 2003 como subsecretário de Terras para a Habitação Social, no mesmo ministério.

6 Emilio Pérsico, do *Movimiento Evita*, Daniel Menéndez, de *Barrios de Pie*, e Rafael Klejzer, do *Movimiento La Dignidad-Confederación de Trabajadores de la Economía Popular* (CTEP) foram designados como secretário da *Economía Social*, subsecretário de Promoção da Economia Social e Desenvolvimento Local, e Diretor de Comercialização e Abastecimento, respectivamente, no Ministério do Desenvolvimento Social.

parte, o ministro do Interior, Eduardo ‘Wado’ de Pedro, e a titular do *Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo* (INADI), Victoria Don-da, são militantes políticos que tem origem no movimento de direitos humanos.

Muitos outros dirigentes e militantes populares integraram as listas de deputados e outros cargos legislativos nacionais, provinciais ou municipais pela *Frente para la Victoria*, além de outras expressões eleitorais peronistas e também em partidos de esquerda ao longo de todo o período que estamos considerando. Podemos mencionar como exemplo os deputados nacionais Leonardo Grosso, Araceli Ferreyra, Silvia Horne, Lucila de Ponti (*Movimiento Evita*), Néstor Pitrola (*Polo Obrero*), o dirigente sindical do grêmio docente, Hugo Yasky (CTA), Facundo Moyano (*Sindicato de Único de los Trabajadores de los Peajes y Afines y de la Juventud Sindical*), Víctor De Gennaro (*Asociación de Trabajadores del Estado y CTA*), os deputados provinciais Luis D’Elía, Milagro Sala y Juan Manuel Esquivel (*Organización Barrial Tupac Amaru*), Fernando “Chino” Navarro (*Movimiento Evita*), Raúl Godoy (da fábrica recuperada Zanón e militante do *Partido de los Trabajadores Socialistas*); o conselheiro Juan Carlos “Hippie” Fernández (*Unión de Trabajadores Desocupados de General Mosconi, Salta*), o legislador portenho Gustavo Vera (*Asamblea Popular 20 de Diciembre y La Alameda*), entre muitos outros⁷.

Continuidade do peso histórico do movimento sindical organizado

É um lugar comum no âmbito acadêmico falar de uma revitalização do movimento sindical a partir de 2004. Efetivamente, os atos de protesto sindical aumentaram em relação à década de 1990, ainda que sua proporção no conjunto das manifestações tendesse a diminuir. Isso se deve ao fato de que diversos sujeitos que antes eram pouco mobilizados aumentaram sua participação no protesto, e não porque o peso dos trabalhadores assalariados e do movimento sindical havia perdido importância anteriormente, tal como sustentavam diversos autores na década de 1990.

Diferente do que ocorreu nos anos 1990, em que boa parte dos protestos sindicais foram defensivos — pelo pagamento de salários adequados, contra a redução salarial, contra demissões e suspensões, em defesa das fontes de tra-

7 O caso do dirigente do *Movimiento de Trabajadores Desocupados* (MTD), de *La Matanza* e da *Cooperativa de Trabajo La Juanita*, Héctor ‘Toty’ Flores, é diferente. Além de ser expressão desse processo de institucionalização da rebelião na última década do século XX, também passou a formar parte da força social antipopular. Foi deputado nacional pela *Coalición Cívica* (partido conduzido por Elisa Carrió, integrante da aliança de direita *Cambiamos*), assim como o secretariado de Emprego e Microemprendimentos da municipalidade de General Pueyrredón, nas mãos do *Cambiamos*.

balho —, desde 2004 passaram a ser pela recuperação de direitos atacados, aumento de salários e melhores condições de trabalho. Cerca de um terço desses protestos foram promovidos por órgãos delegados, comissões internas, linhas sindicais, sessões sindicais e sindicatos conduzidos por militantes de esquerda ou opostos a direção oficial dos sindicatos e centrais de trabalhadores. Depois de 2012, e ainda mais, posteriormente a 2016, os protestos voltaram a ser em boa medida defensivos, particularmente em relação à defesa dos postos de trabalho e ao rechaço às demissões, tanto em âmbito estatal como nas empresas privadas, assim como a precarização das condições de contratação e de trabalho.

Um fato notável é que, entre 2003 e 2009, não foi convocada nenhuma greve geral contra as políticas do governo nacional. Em 2005, realizou-se uma greve contra a chegada ao país do presidente dos Estados Unidos, George Bush, para participar da Cúpula das Américas, celebrada na cidade de Mar del Plata; em 2007, foi realizada outra greve geral, desta vez contra a repressão a um protesto docente na província de Neuquén, cujo governo estava nas mãos de Jorge Sobisch, opositor ao governo nacional e referência da linha política de direita, no qual o militante Carlos Fuentealba foi assassinado. Em abril de 2009, uma parte do CTA convocou duas greves gerais contra as políticas de governo, que tiveram com baixa adesão, foram mais jornadas de mobilização de rua, com marchas e bloqueios de estradas⁸. Em novembro de 2012, a CGT, conduzida por Hugo Moyano, dirigente do sindicato dos caminhoneiros, convocou uma greve geral contra o imposto de renda aplicado sobre os altos salários e outras demandas relacionadas à política governamental. Este fato foi a expressão do afastamento de uma parte importante do movimento operário da aliança social no governo, tornando visível a crise da mesma, que havia começado em 2008⁹.

Entre 2013 e 2015, foram realizadas cinco greves gerais contra o governo de Cristina Fernández de Kirchner, todas convocadas pela CGT *Azopardo*

8 Foi em 22 de abril de 2009, em uma demanda por reajustes salariais e aposentadorias, pela proibição de demissões, pela universalização de subsídios e pela legalização desta união. Entre esse momento e 2011, convocou outras cinco greves gerais, nenhuma com grande repercussão. A fratura nos quadros do CTA se institucionalizou em 2010, tendo Hugo Yasky e Pablo Micheli como secretários-gerais de cada uma das frações; o primeiro, que sem deixar de expressar reivindicações salariais, apoiava as políticas do governo nacional, tomou o nome de CTA *de los Trabajadores*; o segundo, notadamente opositor, tomou o nome de CTA *Autónoma*.

9 Em 2008 uma parte do movimento sindical passou para a oposição e se constituiu como CGT *Azul y Blanca*, conduzida por Luis Barrionuevo e Gerónimo Venegas e outros. Posteriormente, a CGT se dividiu em CGT *Azopardo* e CGT *Alsina*, cujos secretários-gerais foram Hugo Moyano e Antonio Caló, respectivamente. O primeiro enfrentou o governo, reivindicando inutilmente mais espaço dentro do mesmo até passar para a oposição política; o segundo, pelo contrário, destacou a melhora da situação econômica e trabalhista resultante das políticas governamentais e manteve seu apoio.

(conduzida por Moyano), CGT *Azul y Blanca* e CTA *Autónoma*. Após a derrota eleitoral da força social popular, democrática e nacional em 2015 e a consequente mudança de aliança no governo, produziu-se um realinhamento das distintas correntes sindicais e foram convocadas outras seis greves gerais contra as políticas implementadas pelo governo de Mauricio Macri, junto a marchas e concentrações massivas. Só alguns sindicatos, agrupados nas 62 organizações Peronistas, alinharam-se a favor do governo; dentre elas, destacou-se a *Unión Argentina de Trabajadores Rurales y Estibadores* (UATRE), cujo principal dirigente, Gerónimo Venegas, integrava a aliança *Cambiamos* a partir de seu partido FE.

As alternativas políticas e os distintos alinhamentos na sociedade marcaram diferentes momentos em relação aos graus de unidade alcançados dentro do movimento operário. De 2003 até 2008 primou a unidade. Havia duas centrais sindicais, a CGT e a CTA, e ambas apoiavam as políticas do governo nacional. Sendo assim, até 2016, passou a predominar a fratura, tanto organizativa como política: como dissemos, a CGT se dividiu em três e a CTA em duas; apenas a CGT conduzida por Antonio Caló e a CTA encabeçada por Hugo Yasky seguiram apoiando o governo, enquanto a CGT *Azul y Blanca* (em 2008), a CGT conduzida por Moyano (desde 2012) e a CTA encabeçada por Pablo Micheli passaram para a oposição. Desde 2016, começou uma tendência pela unidade: em agosto desse ano, unificou-se a CGT, através de um acordo entre suas três vertentes, e passou a ser conduzida por um triunvirato, integrado por Héctor Daer (representante da CGT conduzida por Caló), Carlos Acuña (proveniente da CGT *Azul y Blanca*) e Juan Carlos Schmid (do setor da CGT *Moyano*). Por sua parte, a CGT *de los Trabajadores* (Yasky) e a CTA *Autónoma* (Micheli) começaram a se mobilizar em conjunto contra as políticas do governo de Macri. Somaram-se a elas os protestos da *Corriente Federal de Trabajadores*, um agrupamento sindical formado por vários sindicatos integrantes da CGT, lançado em agosto de 2016, produto da confluência da *Corriente Político Sindical Federal*, o Núcleo del MTA (*Movimiento de Trabajadores Argentinos*), a *Asociación Bancaria* e outras organizações gremiais com uma consigna clara: “Por uma vida digna com trabalho argentino, com um movimento sindical unido e com propostas”¹⁰; trata-se de uma linha sindical que se diferencia claramente das outras linhas internas da cen-

10 “O lançamento oficial foi em 12 de agosto de 2016, em um grande ato no Ferro Carril Oeste, onde se apresentou um programa de 26 pontos no qual se reivindicava desde um movimento operário organizado a um projeto de país. Um programa que retoma as grandes propostas no nosso país, elaboradas nos programas *La Falda* (1957), *Huerta Grande* (1962), *Programa del 1 de Mayo de la CGT de los Argentinos* e os *26 Puntos de Ubaldini* (1982). Um programa para ser debatido e melhorado em prol de uma Argentina soberana, com uma forte reivindicação dos interesses nacionais, defendendo o trabalho e a produção” (<https://sindicalfederal.com.ar/quienes-somos/>).

tral operária, como os chamados *Gordos*¹¹, *Independientes* e *Barrionuevistas*. Sendo assim, em setembro de 2018, criou-se a Frente Sindical para el Modelo Nacional, formado pela *Corriente Federal de Trabajadores*, o moyanismo e o *Sindicato de Mecánicos y Afines del Transporte Automotor* (SMATA).

Desde dezembro de 2019, todas as centrais e agrupamentos sindicais — incluindo as 62 organizações — expressaram o apoio ao novo governo, encabeçado por Alberto Fernández, da *Frente de Todos*.

Consolidação da sindicalização das camadas mais pobres

Na década de 1990, ao mesmo tempo que as taxas de desemprego alcançaram níveis nunca antes vistos na Argentina¹², começaram a se formar organizações de trabalhadores desempregados em lugares distintos do país, muitas delas a partir de iniciativa de militantes sindicais¹³. A reclamação principal era a criação de fontes de trabalho e o instrumento mais utilizado por eles era o bloqueio das vias de circulação ou “piquetes”, de onde surgiu a identificação do movimento como “piquetero”. A quantidade de organizações que se formaram naqueles anos foi notável e também é perceptível que tenham se mantido até hoje, ainda que com diversas divisões e fusões. Criaram-se nos anos de 1990 a *Corriente Clasista y Combativa* (CCC), formada em 1994; o *Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados* (MIJD), conduzido por Raúl Castells em 1993¹⁴; o *Movimiento Teresa Rodríguez* (MTR), em 1997; os *Movimientos de Trabajadores Desocupados* (MTD), de numerosas localidades¹⁵, a *Federación de Tierra y Vivienda* (FTV) e a *Organización Barrial Tupac Amaru*, em 1999. Em 2001-2002, somaram-se a elas várias orga-

11 Assim são chamados os grandes sindicatos de empregados do comércio, de saúde, alimentação, energia elétrica e ferroviários.

12 O pico da taxa de desemprego nos anos de 1990 foi de 18,5% em 1995, devido às dispensas e demissões voluntárias no processo de privatização de empresas estatais e do encerramento de inúmeras empresas industriais, como consequência da abertura das importações, no âmbito das políticas neoliberais promovidas pelo governo de Carlos Menem. Um pico ainda maior (21,5%) foi atingido em 2002, após a eclosão do regime de conversibilidade. No entanto, a tendência ao aumento das taxas de desemprego é verificada desde a década de 1980 e tem se mantido acima do teto histórico anterior àquela década, além das alternativas do ciclo econômico.

13 Por sua vez, inicialmente, algumas das organizações formavam parte da CTA.

14 A CCC surgiu como uma corrente político-sindical, conduzida pelo dirigente dos trabalhadores municipais da província de Jujuy, Carlos “Perro” Santillán. Logo, em 1996, se incorporou a organização de jubilados dirigida por Castells, e em 1998 se conformou o ramo de trabalhadores desempregados, conduzida por Juan Carlos Alderete.

15 Formou-se em 2002 a *Coordinadora de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón*, integrada por vários MTD, como o de Florencio Varela, o de Lanús e o de San Francisco Solano, formados em 1997. Mais tarde, a *Coordinadora* se dividiu e o MTD Lanús passou a ser um dos pilares da *Frente Popular Darío Santillán*.

nizações vinculadas a partidos políticos de esquerda, como o *Movimiento Barrios de Pie*, de *Libres del Sur*; *Movimiento Territorial de Liberación* (MTL), do Partido Comunista; o *Polo Obrero*, do *Partido Obrero*; a *Frente de Trabajadores Combativos*, do *Movimiento al Socialismo*, *Partido Revolucionario Socialista* e *Frente Obrero Socialista*; o *Movimiento Sin Trabajo Teresa Vive*, do *Movimiento Socialista de los Trabajadores*; *Coordinadora de Unidad Barrial*, do *Partido Revolucionario de la Liberación*, entre outros. Em 2002, criou-se o *Movimiento de Trabajadores Excluidos*, encabeçado pelo dirigente Juan Grabois e, mais tarde, em 2005, formou-se o *Movimiento Evita*, que logo em 2012, formaria parte da *Unidos y Organizados* (*Frente Kirchnerista*).

A magnitude e a persistência de uma massa de população em excesso para as necessidades imediatas do capital levaram à extensão e ao crescimento das organizações, formando um movimento que aumentou sua presença na rebelião, até se tornar o protagonista do maior número de atos de rebelião nos anos em que a pobreza atingiu o seu ponto mais alto - os anos de 2002 e 2003. A profundidade da crise naqueles anos e a política do governo em relação a esta parte crescente do proletariado determinaram uma mudança na principal reivindicação levantada pelas organizações de trabalhadores e os pobres urbanos, que passou a ser a demanda por planos sociais. Entretanto, embora a reativação econômica durante o governo de Néstor Kirchner tenha levado a uma diminuição nas taxas de desemprego aberto, o volume da população excedente para o capital manteve-se em níveis muito elevados. Parte dela foi integrada a cooperativas de trabalho promovidas por organizações sociais e subsidiadas pelo Estado.

A extensão da chamada economia popular e sua reivindicação por parte dessas organizações destaca a consolidação de uma parte do proletariado como superpopulação, o que, por sua vez, leva a uma acentuação da tendência a institucionalização da mesma através de sua sindicalização e sua relação com o Estado. Neste sentido, em 2011 formou-se a *Confederación de Trabajadores de la Economía Popular* (CTEP) e, em seu ato de fundação, estiveram presentes Gustavo Vera, pela cooperativa têxtil La Alameda; Luis Caro, pelo *Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas*; Emilio Pérsico, pelas cooperativas do *Movimiento Evita*, e Juan Grabois, por *el Movimiento de Trabajadores Excluidos*¹⁶. Define-se como

uma organização gremial independente de todos os partidos políticos, representativa dos trabalhadores da economia popular e suas famílias. (...) uma ferramenta de luta para reivindicar a restituição dos direitos trabalhistas e sociais que o neoliberalismo arrebatou e que ainda não recuperamos¹⁷.

16 Conferir: <<https://laalameda.wordpress.com/2011/08/19/acto-fundacional-de-la-confederacion-de-trabajadores-de-la-economia-popular-ctep/>>.

17 Conferir: <<http://ctepargentina.org/nosotros/>>.

Junto à *Corriente Clasista y Combativa*, o *Movimiento Barrios de Pie* e a *Frente Popular Darío Santillán*, propuseram a se incorporar à CGT como *Unión de Trabajadores de la Economía Popular* (UTEP), sindicato criado em dezembro de 2019¹⁸.

Extensão da mobilização das mulheres

O movimento de mulheres, assim como o de gênero, tem uma longa história na Argentina que remonta ao início do século XX. No período atual, celebra-se o *Encuentro Nacional de Mujeres* desde 1986. No Dia Internacional das Mulheres, realizam-se marchas ao menos desde 2002. Embora o movimento tenha sido muito ativo, encontrava-se circunscrito ao seu núcleo militante.

No entanto, nos últimos anos, o movimento das mulheres irrompeu na cena política a partir de ações massivas sem precedentes. As mais importantes giraram em torno da violência de gênero e a discussão sobre a descriminalização do aborto. Somaram-se ao grupo organizador do *Encuentro Nacional de Mujeres* o movimento *Niunamenos* e a *Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito*, dentre outros.

Esse desenvolvimento pode ser visto, por exemplo, no 8 de março de cada ano, quando se realizam manifestações de militantes pelos direitos das mulheres, em particular das mulheres trabalhadoras: em 2002, integrantes da CTA, *Amas de Casa del País* e Feministas auto-organizadas se mobilizaram¹⁹; em 2003, reuniram-se militantes da CCC e da *Federación de Tierra y Vivienda* (FTV), com o grito de “basta de fome e de violência contra a mulher, por planos sociais para maiores de 60 anos e por alimentos” e pelo “cumprimento das leis de saúde reprodutiva” (Crónica, 8/3/02); em 2004, de organizações piqueteiras, da CTA, grupos feministas e LGBTQIA+, *Católicas por el Derecho a Decidir* e centros de estudantes universitários; em 2005, de agrupações sindicais e políticas de esquerda e grupos piqueteiros; em 2007, da CTA; em 2008, cerca de 200 mulheres se concentraram para reclamar uma lei de aborto legal, seguro e gratuito, além da educação sexual nas escolas; em 2009, se realizou um ato do grupo Pan y Rosas. Em 2010, se levou a cabo um ato na *Plaza de Mayo*, do qual participaram 3 mil militantes da *Coordinadora de Organizaciones y Movimientos Populares*, a CCC, *Amas de Casa del*

18 Conferir: <<http://ctepargentina.org/nacio-la-utep/>>.

19 No dia anterior, concentraram-se em frente aos tribunais da cidade de Buenos Aires mulheres integrantes de ONGS como a *Fundación para Estudios e Investigación de la Mujer*, o *Instituto Social y Político de la Mujer*, a *Fundación Mujeres en Igualdad* e o *Foro por los Derechos Reproductivos*, além de partidos políticos do regime, como a *Unión Cívica Radical* e a *Coalición Cívica*, para protestar contra uma decisão judicial que proibia a “pílula do dia seguinte” (*Protestaron contra la prohibición de la píldora del día después*, Clarín, 8/3/02).

País, entre outros. Em 2011, houve vários atos de protestos, protagonizados pela *Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer* (ATEM). Em 25 de novembro, a CTA, a CCC, a *Comunidad Homosexual Argentina* (CHA), a *Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito*²⁰, *La Casa del Encuentro*, a *Red No a la Trata*, *Marcha Mundial de las Mujeres*, *Las Juanas* e *Mujeres Trabajando*, dentre outras. Em 2012, celebraram-se dois atos: grupos da esquerda antikirchnerista se concentraram na *Plaza de Mayo*, enquanto militantes de organizações kirchneristas — CTA Yasky, *Movimiento Evita*, *Nuevo Encuentro*, CTERA, FTV, *Todas con Cristina*, UTE, MTL, PC, FJC, CONADU, PCCE, *Unión de Músicos*, *Feministas Poscoloniales-IDAES-UNSAM* e *Mujeres del Sur* — se reuniram em frente ao *Congreso Nacional* com a consigna “Por tudo o que foi conquistado, por mais direitos”; em ambos os atos se manifestaram pelo direito ao aborto, contra o feminicídio e o tráfico de mulheres. Nos dois anos seguintes, também se realizaram marchas com as mesmas demandas por parte dessas organizações.

Mas o grande salto deu-se em março de 2017. No 8 de março, ocorreu uma greve nacional de mulheres e concentrações de centenas de milhares de manifestantes na *Plaza de Mayo* e outras 60 praças do país, como parte de uma jornada de greve internacional pelo direito das mulheres em 50 países. As demandas giraram em torno da necessidade de terminar com os feminicídios, o assédio de rua, a disparidade salarial, a exploração sexual, o fato de serem as maiores responsáveis pelas tarefas domésticas, por morrerem em abortos e pela implementação da *Ley de Educación Sexual Integral* em escolas de todo o país, a separação da igreja do estado, maiores licenças parentais e contra a violência de gênero. Tal ato convocou e reuniu numerosas organizações sindicais, como a CGT; a CTA *de los Trabajadores*; a CTA *autónoma*; sindicatos docentes de todo o país — em particular os agrupados na CTERA e os que agrupam docentes universitários, como a CONADU e CONADU Histórica —; sindicatos de trabalhadores não docentes de universidades, bancários, da previdência social, judiciários, municipais, ATE; organizações de desempregados e pobres, como o *Tupac Amaru* e o *Movimiento Evita*; organizações defensoras dos direitos humanos, como as *Abuelas y Madres de la Plaza de Mayo*, a *Asamblea Permanente de Derechos Humanos*,

20 “Tem suas sementes no XVII I *Encuentro Nacional de Mujeres*, realizado em Rosario no ano de 2003, e no XIX *Encuentro Nacional de Mujeres*, ocorrido em Mendoza, no ano de 2004. Impulsionada por grupos feministas e do movimento de mulheres, como também de mulheres pertencentes a movimentos políticos e sociais e conta na atualidade com a adesão de 305 grupos, organizações e personalidades vinculadas a organismos de direitos humanos, de âmbito acadêmico e científico, trabalhadores/as da saúde, sindicatos e diversos movimentos sociais e culturais, entre eles as redes campesinas e de educação, organizações de desempregados, de fábricas recuperadas, grupos estudantis, comunicadores e comunicadoras sociais, etc.” Foi lançada em 28 de maio de 2005, Dia Internacional de Ação pela Saúde das Mulheres. Ver: <<http://www.abortolegal.com.ar/about/>>.

HIJOS; organizações e redes de gênero, como *Niunamenos* e a *Campaña Nacional* e organizações políticas, como a *Organización de Trabajadores Radicales*, o *Partido Justicialista*, a *Frente para la Victoria*, a *Frente de Izquierda y los Trabajadores* (FIT) e outros partidos de esquerda, a *Frente Renovador* e até legisladoras do *Cambiemos*. Em 2018 e 2019, marchas e concentrações massivas voltaram a ser realizadas, ainda que a greve de mulheres tenha tido pouca adesão.

Como dissemos, uma das reclamações centrais das manifestações de mulheres dos últimos anos foi o repúdio à violência de gênero como um todo e ao feminicídio em particular. Em 3 de junho de 2015, ocorreu uma manifestação maciça (cerca de 150 mil pessoas) na *Plaza de Mayo* e mais dezenas de milhares de pessoas se mobilizaram em outras cidades do país. A partir de então,

se consolida o *Colectivo Ni Una Menos*, com suas muitas expressões regionais, como parte de um movimento histórico que tem como marcos organizativos fundamentais nas três décadas de *Encuentros Nacionales de Mujeres* e na *Campaña Nacional por el Derecho al Aborto legal, Seguro y Gratuito*. E que também se reconhece nas *Madres y Abuelas de Plaza de Mayo*, nas mulheres revolucionárias que foram suas filhas, nos movimentos LGBTQIA+, nas que se organizaram em sindicatos e piqueteiros, nas mulheres migrantes, indígenas e afrodescendentes, e na longa história de lutas pela ampliação de direitos. Nossas liberdades e capacidades vêm dessa tenacidade que se acumula historicamente. Somos parte dessa historicidade e, ao mesmo tempo, contemporâneas de um novo movimento feminista, potente, popular, transversal, libertário, com mil rostos e milhares de entonações, que é regional e internacional, ao mesmo tempo que se inscreve em cada parte do território nacional²¹.

Exigiram, assim, o monitoramento do *Plan Nacional de Acción para la Prevención, la Asistencia y la Erradicación de la violencia contra las mujeres*; a garantia de que as vítimas tenham acesso à justiça; a elaboração do Registro Oficial Único de vítimas de violência contra a mulher; o aprofundamento da educação sexual integral em todos os níveis educacionais, e a garantia de proteção às vítimas de violência. Desde então, as marchas se repetem a cada 3 de junho em todo o país.

Uma das exigências centrais tem sido, a muitas décadas, o direito ao aborto legal, gratuito e seguro. As maiores mobilizações, convocadas pela Campanha Nacional como o símbolo dos lenços verdes, foram produzidas em 2018, devido a discussão parlamentar do projeto de lei, aprovado pela câmara dos deputados da Argentina por 129 votos a favor, 125 contrários e 1 abstenção. Contudo, foi rechaçado pelo Senado, com 38 votos contrários, 31 a favor, 2 abstenções e 1 ausência. Centenas de milhares de manifestantes, em sua maioria mulheres, se manifestaram em frente ao Congresso Nacional entre junho e agosto, para

²¹ Fonte: <<http://niunamenos.org.ar/quienes-somos/carta-organica/>>

expressar seu apoio ao projeto de lei, apesar de que outros milhares se mobilizaram para se opor, elegendo como símbolo os lenços azuis, com o lema “salvemos as duas vidas”. Estes últimos fizeram as manifestações convocadas por grupos católicos e evangélicos denominados “pró-vida”. Entre essas organizações, encontrava-se a *Fundación + Vida*, conduzida por Raul Magnasco, que impulsionou, em agosto de 2018, a formação do *Partido Celeste*²² e se apresentou nas eleições Primarias Abiertas Simultáneas y Obligatorias (PASO) de agosto de 2019.

O caráter massivo das mobilizações mencionadas, entre outras múltiplas manifestações no espaço público e na vida privada, mostra que a agenda do movimento de mulheres e do movimento feminista — particularmente no que se refere à violência de gênero e ao direito ao aborto — tem se instalado com força em amplas setores da sociedade, cruzando ambas as forças sociais, embora em proporções diferentes. No alinhamento em torno do direito ao aborto, a maior parte da força popular se identifica com os lenços verdes, enquanto a maioria da força oligárquica levanta os lenços azuis.

Reconstituição da força do regime oligárquico e imperialista

A força social do regime oligárquico e imperialista foi desalojada do governo como consequência da insurreição de 2001. No entanto, começou a ser reconstituída de imediato através de diversos mecanismos, um dos quais foi o apelo à mobilização das ruas, em torno de alguns eixos: demanda por segurança, demanda por ordem, defesa dos valores cristãos, reivindicação da guerra anti-subversiva dos anos 1970, demanda por liberdade (da empresa e da imprensa), defesa das instituições republicanas e repúdio à corrupção.

²² “O partido não é confessional, pois não surge por imposição de ninguém, mas sim pelo consenso de todas as bases que entendemos que era o melhor objetivo ter um partido que representasse a todos, independentemente de qualquer profissão de fé ou qualquer questão de raça ou ideologia, a defesa da vida humana é transcendental”. O Partido Celeste é formado quase inteiramente por pessoas que não vêm da política, que foram chamadas à ação, porque todo o trabalho que fazemos desde a organização é muito limitado, pois não temos recursos e nem a amplitude que tem, por exemplo, o Estado”. E acrescentou: “Temos voluntários religiosos, ateus, judeus, e no Más Vida temos uma muçulmana e até tivemos uma da umbanda, para darem conta da gama de membros que temos, que na prática tem sido um desafio, mas também vem sendo enriquecedor pois o respeito pela vida e pelos direitos humanos é algo que transcende posições de fé. Pessoalmente, acho que há um mito, alimentado por alguns meios, que tende a pensar que a Igreja está por trás do movimento pró-vida, mas a verdade é que nós que caminhamos na rua e estamos por trás dos acontecimentos pró-vida, em tudo isso a Igreja não participa”. Em Florencia de Sousa: “Lanzaron el Partido Celeste para ‘erradicar el flagelo social del aborto’”. Em 29/8/18, disponível em: <www.perfil.com>.

Desde 2002 foi aumentando na população um clima de medo em relação a criminalidade, estimulado em boa parte pelos meios de comunicação em massa, o que levou a numerosas convocações de manifestações de rua tendo como demanda a segurança. O ponto culminante dessa mobilização foram as concentrações encabeçadas por Juan Carlos Blumberg²³ entre 2004 e 2006. Desde então, impulsionou-se como demanda central a necessidade de leis mais duras contra os criminosos, impôs-se um clima propício para a legitimação do chamado “apertar o gatilho” e da “justiça pelas próprias mãos”. O tipo de ato mais extremo nesse sentido foram os chamados “linchamentos”.²⁴

A questão da segurança se vincula com outras duas na reconstituição dessa força social: a estigmatização dos pobres como delinquentes, violentos e/ou vagabundos²⁵, e a condenação social dos quadros políticos dos governos kirchneristas como corruptos.

A assimilação entre pobreza e criminalidade foi manifesta de múltiplas formas, entre elas, com o protesto de vizinhos contra o assentamento de pobres em seus bairros, alegando um aumento de delitos na área. Os pobres também se converteram em “piqueteros” (criminosos políticos), que restringiram a liberdade de movimento dos cidadãos, exerciam a violência e alteravam a ordem. Ao mesmo tempo, eram considerados “vagabundos”, que viviam de planos sociais sem trabalhar, à custa de cidadãos trabalhadores e honestos que os sustentavam com seus impostos.

Por outro lado, muitos funcionários dos governos kirchneristas foram taxados de corruptos, denunciados penalmente, com vários encarcerados e alguns condenados. Cristina Fernández de Kirchner foi qualificada de “estúpida” e “assassina” (acusada socialmente de ter ordenado o assassinato do fiscal Alberto Nisman). O vice-presidente em seu segundo mandato, Amado Boudou, foi encarcerado e condenado, assim como o ministro de *Planificación Federal*, Julio De Vido e a dirigente da *Organización Barrial Tupac Amaru*, Milagro Sala, na província de Jujuy, entre outros. O repúdio a corrupção foi um dos principais elementos dos painéis massivos levados a cabo entre 2012 e 2015, convocados nas redes sociais e que contaram com a presença ativa dos dirigentes de oposição de direita.

A defesa dos “valores cristãos” foi encabeçada pelo episcopado, organiza-

23 Pai de um jovem sequestrado e assassinado quando tentava fugir.

24 Em várias ocasiões, grupos de pessoas encontraram um delinquente ou um suspeito de ter cometido um crime e o golperam até a morte. Também se registram casos de “justiceiros” que executaram acusados de assalto.

25 Somando também à xenofobia: o desprezo em relação a pobres de origem boliviana, paraguaia e peruana, em particular.

ções de igrejas como a *Alianza Cristiana de Iglesias Evangélicas de la República Argentina* (ACIERA) e ONGs autodenominadas “pró-vida”. Tais setores convocaram a numerosas manifestações contra a despenalização do aborto e do matrimônio igualitário ao longo de todo o período.

A reivindicação da guerra antissubversiva não deu lugar a manifestações massivas como as que ocorreram com outros temas mencionados. Realizaram-se concentrações em defesa dos militares julgados por crimes contra a humanidade em decorrência de sua participação na última ditadura cívico-militar. Os protestos mais numerosos reuniram por volta de 5 mil pessoas na cidade de Buenos Aires.

A concepção da existência de um Estado autoritário que cerceava as liberdades individuais foi outro eixo central presente em boa parte das mobilizações de protesto levado a cabo nestes anos. Os proprietários rurais protagonizaram um longo conflito em 2008, durante 4 meses realizaram uma interrupção do comércio, bloqueios de estradas, tratorações, ameaças de desabastecimento de grandes centros urbanos, alguns saques de comércios, panelaços, marchas e numerosas concentrações massivas em todo o país para se oporem à aplicação das restrições de exportação de produtos agropecuários, em particular a soja, cereais e carne bovina, imposta pelo governo de Cristina Fernández de Kirchner. Outras das medidas desse governo, a eliminação das *Administradoras de Fondos de Jubilaciones y Pensiones* (AFJP) e da *Ley de Servicios Audiovisuales* (Ley de Medios), sofreram resistência através de várias manifestações de rua com o argumento de que violavam a liberdade de disposição das próprias contribuições de pensão e de liberdade de imprensa e expressão. Por sua vez, começou a difundir-se nos meios de comunicação de massa e redes sociais a ideia de que se tratava de um governo autoritário e arbitrário, que atentava contra a divisão de poderes e o sistema republicano em seu conjunto. Os fios condutores eram a propriedade e a liberdade individual.

Confronto entre forças sociais

A partir do momento em que a força social popular emergiu como tal e adotou uma expressão política majoritária e a força do regime oligárquico e imperialista foi reconstituída, o movimento geral se manifestou como um confronto entre ambas as forças, que travaram seus enfrentamentos dentro do sistema institucional em condições de relativa paridade. Os principais confrontos sociais e políticos foram o chamado *Conflicto de las Patronales del Campo* em 2008 e

as eleições gerais de 2015 e 2019, passando pelas eleições legislativas.

Assinalamos seis momentos desse confronto:

- Primeiro momento: 2003-2007

Correspondeu ao governo de Néstor Kirchner e foi o momento em que a força social popular, democrática e nacional, formada nos confrontos contra a força que expressava o capital financeiro transnacional, alcançou uma expressão política majoritária como parte de uma aliança que aderiu ao governo do estado. Isso formou parte de um processo geral pelo qual a região estava passando e que se expressou na Cúpula das Américas de 2005, na rejeição da ALCA, na formação da ALBA e depois da UNASUL. O sistema de representação política, que havia colapsado em 2001-2002, foi reconstruído e a rebelião, como dissemos, foi institucionalizada. Observaram-se altos graus de unidade no interior da classe trabalhadora e de alianças com outras frações sociais, o que marca um momento ascendente de sua luta. As frações e camadas sociais que fazem parte dessa força social avançaram nos espaços sociais e político-institucionais. Ao mesmo tempo, o regime oligárquico e imperialista começou a sua reconstituição, embora sem alcançar uma expressão política que pudesse dar conta de todos os seus componentes ou que lhe permitisse recuperar o consenso na sociedade. A construção de um líder político presidencial em nível nacional fracassou: os casos mais notáveis foram os de Juan Carlos Blumberg e Jorge Sobisch, ambos referência de uma política de mano dura; e Ricardo López Murphy, como referência neoliberal²⁶. Porém, conseguiram avançar em um território político importante, como a cidade de Buenos Aires, onde começou a se consolidar o PRO (*Propuesta Republicana*), vencendo as eleições para a chefia de governo em 2007, que ficaram nas mãos de Mauricio Macri.

- Segundo momento: 2008-2009

Poucos meses após a posse da presidenta Cristina Fernández de Kirchner, teve início o chamado *conflicto de las patronales del campo*, protesto contra um decreto que estabelecia restrições a exportação de produtos agrícolas, encabeçado por organizações de proprietários e arrendatários de terra – a *Mesa de Enlace Agropecuario*, formada pela *Sociedad Rural Argentina* (SRA), *Confederaciones Rurales Argentinas* (CRA), *Federación Agraria Argentina* (FAA) e *Confederación Intercooperativa Agropecuaria* (Coninagro) e apoiado por todos os integrantes do regime oligárquico e imperialista. Por sua parte, diversas organizações populares se mobilizaram em apoio ao governo. Por fim, o confronto foi resolvido no Congresso,

²⁶ A chapa presidencial Ricardo López Murphy-Esteban Bullrich obteve 273.406 votos (1,43%) nas eleições de 2007.

onde se recusou o projeto de lei encaminhado pelo Executivo, não sendo aplicadas as restrições. Quem decidiu o destino do projeto com seu voto “não positivo” no Senado foi o vice-presidente Júlio Cobos que, a partir de então, passou a fazer parte da oposição, apesar de permanecer no cargo. Esse enfrentamento social continuou no ano seguinte no campo eleitoral: nas eleições legislativas de 2009, a força social oligárquica avançou no Congresso Nacional, ocupando um número maior de cadeiras.

Por outro lado, a força popular começou a se debilitar. Desenvolveu-se um processo de isolamento relativo, expressado na saída do governo de quadros políticos do regime, que passaram para a oposição. Por sua vez, revelou-se uma fratura no interior da força com a passagem para a oposição de algumas organizações populares, como o *Movimiento Barrios de Pie* e a CCC, ao mesmo tempo em que cresceram os questionamentos a respeito de algumas políticas do governo por parte de setores da CTA e da CGT.

- Terceiro momento: 2010-2011

Entretanto, durante dois anos, voltou a se produzir um avanço da força popular e um recuo da força opositora. A celebração do bicentenário da *Revolución de Mayo de 1810* — registrando o início do processo de independência nacional — foi maciça; os presidentes Hugo Chávez (Venezuela), Rafael Correa (Equador), Evo Morales (Bolívia), José Mujica (Uruguai), Fernando Lugo (Paraguai), Luís Inácio Lula da Silva (Brasil), assim como Sebastián Piñera (Chile) acompanharam a presidenta Cristina Fernández pelas ruas, sendo aclamados pelas multidões. Também foi maciço o velório do ex-presidente Néstor Kirchner no mês de outubro do mesmo ano, bem como as manifestações a favor da lei de matrimônio igualitário.

Essa presença popular maciça nas ruas se expressou no ano seguinte no terreno eleitoral. Nas eleições presidenciais de outubro de 2011, Cristina Fernández Kirchner foi reeleita com 54% dos votos.

- Quarto momento: 2012-2015

O enfrentamento de 2008 manifestou a decisão da força social oligárquica de partir para a ofensiva. Após o avanço temporário da força popular em 2010 e 2011, a força contrária voltou a avançar tanto na rua como nos espaços institucionais, com maior extensão, abrangência e intensidade do que naquela época. Vários painéis e comícios massivos foram realizados entre 2012 e 2015, convocados das redes sociais por uma nutrida rede de agitadores: 13 de setembro e

8 de novembro (8N) de 2012, 18 de abril e 8 de agosto de 2013, 13 de novembro de 2014 e a marcha após o falecimento do fiscal Alberto Nisman, em 18 de fevereiro de 2015. Nesses atos, confluíram todos os eixos de mobilização implantados em todo o período até aqui considerado. Também registrou-se eventos que tiveram o efeito de tensionar o clima social e político, como ondas de saques de empresas no final de 2012 e 2013²⁷, uma greve policial importante, ocupações de terrenos urbanos e ataques aos ocupantes em diversas ocasiões.

Ao passo que se produzia esse avanço, aprofundou-se a fratura interna na força popular. Além disso, ao mesmo tempo, ocorreu a passagem para a oposição de uma parte importante do movimento operário, cujos dirigentes convocaram seis greves gerais — como mencionadas anteriormente — e confluíram em alguns dos painéis com os principais representantes dos partidos da força oligárquica.

Nas eleições legislativas de 2013, os quadros políticos desta força conquistaram um maior número de assentos, mesmo sem terem conseguido constituir uma frente eleitoral e, por fim, venceram as eleições presidenciais de 2015 no segundo turno por uma margem estreita, com Mauricio Macri ocupando a presidência. Finalmente, a força oligárquica alcançou expressão político-eleitoral com capacidade de vencer as eleições e construir o consenso necessário para recuperar o acesso ao governo do Estado.

• Quinto momento: 2016-2017

A resistência em relação as políticas do novo governo começaram antes do início do mesmo. Em 9 de dezembro de 2015, um dia antes de Macri assumir, a presidenta Cristina Fernández de Kirchner encabeçou uma manifestação maciça na Plaza de Mayo, como despedida do governo e, por sua vez, mostrando o seu poder de convocação e que ainda tinha seu espaço político e a capacidade de mobilização da força popular. Desde então, durante meses, os militantes kirchneristas realizaram numerosas manifestações em praças de todo o país, denominadas “*plazas del aguante*”, a fim de manter mobilizado o núcleo duro de sua força. Militantes de partidos de esquerda também se mobilizaram e, em poucos meses, confluíram com grupos kirchneristas nas ruas. O movimento operário começou a se mobilizar maciçamente a partir de fevereiro de 2016, em repúdio as demissões da administração pública e tendo como pauta as negociações de paridade para acordos de aumento salarial. Em 29 de abril, em ocasião do Dia Internacional dos Trabalhadores, levou-se a cabo uma concentração gigantesca

²⁷ Ainda muito menos extensos do que em 1989 e 1990, durante os momentos de hiperinflação, e que em dezembro de 2001.

em torno do monumento *Canto al Trabajo*, no centro da cidade de Buenos Aires, convocada pela CGT, a qual aderiram aderiu a CTA e agrupações de esquerda. Rapidamente, se ativaram também as camadas mais pobres do movimento dos trabalhadores, organizados na CTEP, o *Movimiento Barrios de Pie* e a CCC etc., assim como frações da pequena burguesia, como professores e estudantes universitários, e docentes como um todo. Sucederam-se numerosas marchas com multidões, as quais tenderam a confluir todas as camadas e frações populares em protesto contra diversas políticas e seus efeitos e contra o modelo econômico e social do governo.

Em 2017, as ações de resistência se intensificaram. No mês de março, ocorreram diversos eventos massivos que obrigaram a convocação da primeira greve geral contra a política do governo Macri, entre outras manifestações, como: greves nacionais e passeatas docentes em 6 e 16 de março; e Marcha Federal Educativa em 22 de março; a greve das mulheres e marchas no dia 8; o ato do dia 24 para o aniversário do golpe de 1976; e uma marcha na Plaza de Mayo convocada pelas duas CTAs, seções da *Unión Obrera y Metalúrgica* e diversos grupos sociais e políticos. Mas o evento mais significativo foi uma concentração convocada pela CGT em frente ao Ministério da Produção no dia 7 de março. Em um evento inédito, a pressão da base foi sentida sobre os líderes: estendeu-se a demanda pela convocação de uma greve geral que a condução da CGT não realizava (um coro de milhares de trabalhadores gritava: “decidam a data”) e numerosos manifestantes ocuparam o palanque, forçando os dirigentes sindicais a recuar rapidamente. Por fim, a greve geral foi convocada para o dia 6 de abril e teve grande adesão.

Dias antes, em 1 de abril, produziram-se marchas em distintas cidades do país em apoio ao governo nacional. Foram convocadas nas redes sociais por militantes governistas e reuniram milhares de pessoas, que repudiavam os protestos docentes e o chamado pela greve geral da CGT. A força oligárquica apelava novamente para a mobilização nas ruas.

Em 10 de maio, realizou-se uma grande manifestação na Plaza de Mayo, convocada pelos organismos de direitos humanos e com adesão de numerosas organizações populares para repudiar a intenção da *Corte Suprema de Justicia de la Nación* de deixar em liberdade militares condenados por crimes contra a humanidade, o que finalmente acabou sem efeito.

Ao longo do ano, intensificou-se o conflito protagonizado por comunidades mapuches na Patagonia, em defesa de suas terras e outros direitos, reprimidos em várias ocasiões pela polícia nacional. Um desses atos de repressão resultou na morte de um jovem artesão, Santiago Maldonado, que tinha se solidarizado

com a luta indígena. Depois de ficar desaparecido por meses, foi encontrado afogado em um local de repressão. Ocorreram várias ações de protesto a favor de sua aparição e por justiça em todo o país, muitas foram reprimidas pela polícia.

Em dezembro, produziram-se importantes mobilizações contra o projeto de lei de reforma da previdência apresentado no Congresso pelo governo nacional. Embora a intenção manifesta do governo fosse avançar uma lei de reforma muito mais profunda, ele se limitou a modificar os critérios de cálculo das pensões. As manifestações em frente ao Congresso em Buenos Aires se chocaram com membros da gendarmería e da polícia da cidade, dando origem a confrontos de rua em grande escala. Foi convocada uma greve geral, embora tenha pouca repercussão, já que foi subsumida nas manifestações de massa nas ruas. Mesmo assim, o projeto foi aprovado após dura discussão legislativa. Esses acontecimentos constituíram um ponto de inflexão, o governo não pôde seguir avançando nem na reforma previdenciária nem na reforma trabalhista, mudando assim sua tática em relação a repressão das manifestações, levando à queda ininterrupta da imagem do presidente Macri nas pesquisas. Começava, assim, o fim do governo do *Cambiemos*.

- Sexto momento: 2018-2019

Ao longo de 2018, continuaram as marchas e concentrações maciças de trabalhadores assalariados empregados, camadas mais pobres do proletariado e frações da pequena burguesia assalariada, se mobilizavam conjuntamente contra a política do governo nacional. Levaram-se a cabo duas greves gerais, em 25 de junho e 25 de setembro. E, como assinalamos anteriormente, o movimento feminista marcou presença. Além de se mobilizar no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, também protagonizou grandes concentrações de *lenços verdes* em apoio ao projeto de lei da interrupção voluntária da gravidez, aprovado na Câmara dos Deputados, mas rejeitada no Senado. Simultaneamente, quem se opôs ao projeto também se mobilizou em concentrações de *lenços azuis*.

Depois dos confrontos na rua de dezembro de 2017, nos quais a rebelião tinha tendido a se desinstitucionalizar, o protesto e a luta voltaram a se desenvolver por dentro do sistema institucional. Essa tendência se acentuou em 2019, momento em que seguiram realizando greves gerais — em 30 de abril e 29 de maio — marchas e concentrações massivas contra a política de governo de Macri, o enfrentamento entre as duas forças sociais em questão se deu fundamentalmente no terreno eleitoral. Sendo assim, conformou-se uma frente unida

entre quase todas as linhas do peronismo, sustentando por trás as candidaturas de Alberto Fernández e Cristina Fernández de Kirchner na *Frente de Todos*, que venceram por uma ampla diferença da chapa de Mauricio Macri-Miguel Ángel Pichetto nas PASO primeiro e por 8 pontos no primeiro turno.

A confrontação continua

Todas as tendências e características observadas acima continuam no momento atual. Boa parte dos quadros políticos do regime que integravam o governo de Néstor Kirchner e que se distanciaram dessa aliança devido às políticas conduzidas por Cristina Fernández voltaram a fazer parte dela, a começar pelo próprio presidente Alberto Fernández. Também, como dissemos, incorporaram-se ao governo vários dirigentes de organizações de direitos humanos. Observam-se contradições no interior da aliança, no momento apenas expressas em declarações públicas de diferentes quadros políticos e sociais, que evidenciam os diversos interesses contidos na mesma.

Algumas medidas impulsionadas pelo governo nacional encontram a resistência de setores integrantes da força social oligárquica. Tal é o caso de um modesto aumento das restrições nas exportações de soja colocadas no mês de março de 2020, que tem levado ao apelo à suspensão da comercialização de grãos e propriedade pelas organizações sindicais de proprietários rurais reunidas na *Mesa de Enlace Agropecuario* (embora, ao contrário de 2008, com a dissidência de um setor da *Federación Agraria Argentina*, que reúne pequenos e médios proprietários). Ou o anunciado projeto de lei para descriminalizar o aborto, que prevê manifestações de rua de rejeição por parte da *Conferencia Episcopal de la Iglesia Católica* e dos evangélicos da ACIERA. Por outro lado, a reforma do regime especial de aposentadoria de juízes e promotores, promovida pelo governo no Congresso, foi rejeitada por vários funcionários do Judiciário que participaram daquilo que se chamou de “lawfare” contra ex-funcionários dos governos Kirchner; bem como o projeto de intervenção ao poder judiciário da província de Jujuy apresentado por um deputado da Frente de Todos, que sofreu resistência dos membros da aliança de oposição *Juntos por el Cambio*, um dos quais é o governador daquela província, Gerardo Morales que, desde 2015, persegue política e judicialmente a dirigente Milagro Sala e sua organização, a Tupac Amaru.

Portanto, as mesmas linhas de enfrentamento indicadas neste capítulo continuam em uma situação de equilíbrio instável. A oligarquia financeira, apesar da forte ofensiva contra os trabalhadores e contra o povo em geral implantada

neste território nas últimas décadas, ainda não conseguiu cumprir as chamadas “tarefas pendentes”, como as reformas trabalhista e previdenciária. O período ainda está aberto.

Referências

ACTO fundacional de la Confederación de Trabajadores de la Economía Popular. **La Alameda**, 19 ago 2011. Disponível em: <<https://laalameda.wordpress.com/2011/08/19/acto-fundacional-de-la-confederacion-de-trabajadores-de-la-economia-popular-ctep/>>.

CAMPAÑA NACIONAL POR EL DERECHO AL ABORTO LEGAL SEGURO Y GRATUITO. **Aborto Legal**, c2021. Quiénes Somos. Disponível em: <<http://www.abortolegal.com.ar/about/>>.

CARTA Orgánica. **Ni una a menos**, 3 jun. 2017. Disponível em: <<http://niunamenos.org.ar/quienes-somos/carta-organica/>>.

CTEP ARGENTINA. **CTEP Argentina**, c2011. Nosotros. Disponível em: <<http://ctepargentina.org/nosotros/>>.

INIGO CARRERA, Nicolás; COTARELO, María Celia. **La insurrección espontánea**. Argentina diciembre 2001. Descripción, periodización y conceptualización. Buenos Aires: PIMSA Documentos y Comunicaciones, 2003, pp. 201-308.

_____. “Génesis y desarrollo de la insurrección espontánea de diciembre de 2001 en Argentina”; In: CAETANO, Gerardo (comp.). **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO Libros, Colección Grupos de Trabajo, 2006, pp. 49-92.

NACIÓ la UTEP. **CTEP Argentina**, 21 dez. 2019. Disponível em: <<http://ctepargentina.org/nacio-la-utep/>>.

SOUSA, Florencia de. Lanzaron el Partido Celeste para ‘erradicar el flagelo social del aborto’. **Perfil**, 29 ago. 18. Disponível em: <https://www.perfil.com/noticias/politica/lanzaron-el-partido-celeste-el-cual-se-opone-a-la-legalizacion-del-aborto.phtml>.

O MST NA LUTA POR REFORMA AGRÁRIA POPULAR E JUSTIÇA SOCIAL NO BRASIL

Álvaro Anacleto

Fábio Tomaz Ferreira da Silva

Messilene Gorete da Silva Lobato

Introdução

O presente artigo tem o objetivo expor o histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta pela reforma agrária no Brasil nos seus diferentes contextos políticos e apresentar os avanços organizativos e os desafios encontrados nesse caminho de luta.

O MST assume a luta pela terra e pela reforma agrária como elementos centrais para um projeto de caráter popular para o Brasil. Muitos dos conflitos que marcaram a história dos movimentos e organizações que antecederam o MST, assim como muitos dos problemas dos tempos atuais, estão vinculados diretamente com a concentração da propriedade privada da terra, uma das causas principais da pobreza, da violência, da exclusão social e do desenvolvimento dependente do país.

Ressalta-se que o Movimento, em seus 36 anos de existência, segue sendo protagonista político nessa luta histórica, bem como construindo os seus avanços orgânicos decorrentes de um acúmulo de debates e exercícios de uma práxis política que constrói um novo sujeito para a luta de classes.

A luta contra o modelo do agronegócio e do capital no campo coloca como desafio permanente a necessidade de o MST se reinventar e propor alternativas para o trabalho com a sociedade. Nesse sentido, o Programa de Reforma Agrária Popular (RAP), aprovado no último Congresso Nacional do Movimento, em 2014, deve cumprir um importante papel. A RAP tem como essência a defesa da soberania, a luta contra a mercantilização dos bens da natureza, assim como,

a produção de alimentos sem agrotóxicos para o conjunto da população. Esse programa é fruto de uma ampla aliança da classe trabalhadora do campo e da cidade, sendo possível a acumulação de forças que incidam nas mudanças necessárias para o Brasil.

O MST segue recriando-se na luta de classes, como um instrumento portador de potencialidades políticas e organizativas, constituindo-se como uma referência por sua amplitude prática de valores humanistas e socialistas na luta por justiça e igualdade de direitos.

Nas páginas a seguir apresentam-se o percurso histórico do Movimento desde as raízes que o fundaram e o seu surgimento oficial. Em seguida, apresenta uma elaboração sobre o seu inimigo principal na atualidade, o agronegócio, e conclui com uma breve análise dos governos federais das últimas duas décadas, no que tange à questão da reforma agrária e a relação com o MST.

O caminho da luta pela terra e o MST

Na história agrária do mundo, o Brasil se destaca entre os que têm os maiores níveis de concentração de terra, caracterizada pelas grandes extensões e grandes latifúndios. Essa realidade está vinculada ao modelo de exploração implementado pela Coroa Portuguesa desde o processo de colonização no século XVI, conforme destaca Stédile:

A primeira forma de distribuição de terra foi o sistema de capitâneas hereditárias, pelo qual a Coroa destinava grandes extensões de terra a donatários, que eram sempre membros da nobreza de Portugal ou prestadores de serviços da Coroa. Em troca de favores e de tributos, eles recebiam essas concessões, obrigando-se protegê-las, tendo ainda o direito de legar essas” (Stédile, 2011, p. 14).

Passaram-se mais de 300 anos até que a Coroa se viu pressionada pelo capitalismo mercantil inglês a eliminar a mão de obra escrava que estava sendo desenvolvida pelos indígenas e africanos para assumir a mão de obra assalariada. Assim, a abolição da escravidão no Brasil, além da resistência permanente dos povos escravizados, também teve esse componente de necessidade econômica. A organização jurídica da propriedade da terra, estabelecida pela Lei de Terras de 1850, que surge com o intuito de não permitir que ex-escravos se tornassem proprietários, assegurou-a nas mãos de quem já a detinha. Segundo Stédile,

Essa lei determinava que somente poderia ser considerado proprietário da terra quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantia em dinhei-

ro à Coroa. Essa lei discriminou os pobres e impediu que os escravos libertos se tornassem proprietário, pois nem uns nem outros possuíam recursos para adquirir parcelas de terras da Coroa ou para legalizar as que possuíam” (Stédile, 2011, p. 10).

É importante frisar que, com a Lei de Terras, a terra passou a ser considerada mercadoria, o que garantiu a perpetuação do poder econômico e político dos grandes proprietários, não sendo permitido, em nenhum momento da história brasileira, a realização da reforma agrária. Dessas populações pobres e sem-terra, se estabeleceram, ao longo da história, muitas formas de resistência e de lutas questionadoras da estrutura fundiária brasileira que se vinculam ao surgimento do MST. Nessas raízes estão a luta e resistência dos povos indígenas contra a colonização portuguesa, dos povos negros trazidos da África como escravos, dos camponeses imigrantes e posseiros, dentre muitas outras.

Na resistência indígena se destacam as lutas dos povos Guaranis, Tupi-nambás, Aimorés, Cariris e tantos outros. Quanto ao legado dos povos negros contra a escravidão, destacam-se Quilombo dos Palmares (1580) e a Revolta dos Malês (1835). Resgata-se também os eventos históricos como a Cabanagem e a Balaiada, que em suas complexidades, fazem parte da tradição de lutas populares, bem como as lutas de movimentos messiânicos como Canudos (1896) e Contestado (1912).

Em meados do século XX, essas lutas adquirem novos patamares organizativos, avançando em ações de denúncia e de exigência de democratização da propriedade da terra. Destaca-se a organização da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), e as Ligas Camponesas, sendo esta última um grande referencial para a luta do MST. As Ligas surgem na zona mata de Pernambuco na década de 1950 e logo se expandem para outros estados da região nordeste, e posteriormente para outras regiões do país.

No período da ditadura civil-militar iniciada em 1964, os principais líderes dessas organizações foram presos ou assassinados, outros tornaram-se foragidos ou exilados, diante de um regime de exceção, sem direito de expressão, organização e mobilização. O regime ditatorial fortaleceu um modelo agrícola centrado na chamada *Revolução Verde*, um fenômeno mundial que aconteceu nos anos de 1960 procurando modernizar a agricultura, para o qual o Estado subsidiou a mecanização, o uso extensivo de agrotóxicos, as formas de exportação. Cabe dizer que esses subsídios eram restritos aos grandes proprietários, excluindo toda a pequena agricultura, resultando na agudização do êxodo rural.

Contraditoriamente, nesse mesmo período foi aprovada a primeira Lei de

Reforma Agrária do Brasil, denominada Estatuto da Terra. A sua principal inovação foi o estabelecimento e a regulamentação da função social da terra e a projeção que as propriedades que não a cumprissem fossem desapropriadas para fins de reforma agrária.¹ Porém o Estatuto da Terra jamais foi implantado, conforme assinala Morissawa:

Era um ‘faz-de-conta’ para resolver pelo menos momentaneamente os problemas do campo. Para viabilizar sua política econômica, o Estado manteve a questão agrária sobre o controle do poder central. Por essa política, o acesso à terra ficou fechado aos camponeses e totalmente aberto à empresa capitalista. O Estatuto da Terra escancarou-se, então, como um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra” (Morissawa, 2001, p. 99-100).

O não cumprimento da função social se torna fundamental para a luta do MST baseada em preceitos da lei. O debate sobre a função social será incorporado na Constituição Federal de 1988, pós ditadura civil-militar. Ainda no contexto da ditadura, em função das contradições do modelo adotado para o campo pelos militares, se ampliam as lutas camponesas. Nos anos 1970, a igreja católica foi uma das principais instituições que ousou enfrentar o regime e acompanhar essas lutas, segundo Morissawa:

No início da década de 1960, a igreja católica criou as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), que já em meados da década de 1970, existiam em todo o país. Baseadas nos princípios da Teologia da Libertação, elas se tornaram importantes espaços para os trabalhadores rurais e urbanos se organizarem e lutarem contra as injustiças e por seus direitos. Em 1975, surgiu a CPT (Comissão Pastoral da Terra) também da igreja católica, que juntamente com as paróquias das periferias das grandes cidades e das comunidades rurais, passou a dar assistências aos camponeses durante o regime militar” (Morissawa, 2001, p. 105).

No contexto das ações das CEBs e da emergência de um *novo sindicalismo*, mais combativo, surgem grandes ocupações de terra na região sul do Brasil. Em setembro de 1979, centenas de agricultores sem-terra ocupam as fazendas Macali e Brilhante no Rio Grande do Sul, sendo essas lutas consideradas o berço de nascimento do MST. Em 1981, a ocupação que resulta no acampamento conhecido como Encruzilhada Natalino tornou-se um símbolo de resistência por reforma agrária e pelo retorno de um regime democrático no país.

¹ Importante ressaltar que se trata de desapropriação e não expropriação. Isso significa que os proprietários são ressarcidos economicamente quando sua terra é destinada para fins de Reforma Agrária.

Germinando na terra

Das lutas camponesas crescentes no início da década de 1980, nasce o MST. Um Movimento para organizar de forma unitária a reivindicação do direito à terra em um período em que também se lutava pela democracia. O marco de sua fundação é o I Encontro Nacional realizado no período de 20 a 22 de janeiro de 1984 na cidade de Cascavel (PR), reunindo cerca de 80 pessoas de 12 estados², junto com representantes de outros movimentos sociais, organizações populares, sindicais e pastorais.

O passo seguinte foi a realização do seu I Congresso Nacional de 29 a 31 de janeiro de 1985 em Curitiba (PR) contando com a participação de cerca de 1.500 pessoas e que tinha como principal palavra de ordem *Ocupação é a única solução*³. Nesse Congresso, se definiu por nenhuma forma de coalizão com o governo federal, sendo um período de lutas *Pelas Diretas Já*, mas com o Governo Figueiredo comandando o país, estabeleceu o princípio de *autonomia* frente a governos e partidos. O MST se define então como um movimento de *massas* em que as ações e mobilizações são realizadas por todos que o compõe, de caráter *sindical* pois realizará lutas corporativas, que visam atender necessidades imediatas como, por exemplo, terra, crédito, estradas, casas, escolas, posto de saúde, infraestrutura em geral, *popular* porque todas as pessoas poderão participar do Movimento como base social, como simpatizantes e apoiadores sem distinção etária, racial, religiosa, de gênero, bem como de caráter *político* ao vincular a luta pela terra com um projeto de transformação estrutural da sociedade.

Em síntese, ficam definidos os objetivos centrais do MST que são a luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social; estabelecem as suas Normas Gerais, as principais formas de lutas⁴, os princípios organizativos de suas instâncias e se inicia a construção de sua organicidade, além de definir a constituição de uma organização em todo território nacional, em especial na região nordeste.

As instâncias de decisões do MST ocorrem desde o nível local até o nacio-

2 Estavam presentes representantes dos estados do RS, AC, RO, GO, PA, BA, ES, MS, SP, PR, SC e RR, sendo deste último um agente da aeronáutica infiltrado que acompanhou todo o Encontro (Fernandes e Stédile 1999, p. 48).

3 A palavra de ordem dos Congressos do MST tem relação direta com o que está sendo discutido no determinado período histórico, assim como, o que se projeta de lutas e ações para o acúmulo de forças a fim de conquistar a Reforma Agrária.

4 Ocupações de latifúndios, de órgãos públicos, jejuns e greves de fome, vigílias, acampamentos, jornadas e solidariedade e marchas. Essas ações buscam denunciar junto à sociedade e chamar a atenção do poder público para as demandas de cumprimento da lei para a implementação da Reforma Agrária em todas as suas dimensões.

nal, sendo o primeiro os Núcleos de Base, nos quais todas as famílias estão inseridas no interior dos acampamentos e assentamentos. As coordenações e direções são em níveis regional, estadual e nacional, tendo como principal instância o Congresso Nacional, nos intervalos entre um e outro se realizam os Encontros Nacionais. Incorporam-se nesse processo organizativo os diferentes setores com tarefas específicas nas frentes de atuação como educação, produção, saúde, formação, direitos humanos, gênero, cultura, juventude, entre outros.

Dessa forma, a base social do Movimento estará inserida em espaços de debates, avaliações, proposições e deliberações. Somado a isso, o princípio da *divisão de tarefas* amplia o conjunto de responsabilidades para todas as pessoas organizadas. Essa estrutura organizativa e, em especial a sua dinâmica é o que o MST denomina de organicidade, uma organização de massas baseada na horizontalidade, em sua natureza participativa e coletiva.

No III Encontro Nacional, em 1987, como parte da discussão e elaboração coletiva de sua simbologia, que possui uma importante contribuição para fortalecimento da unidade nacional é aprovada a bandeira do MST e o processo de construção de seu hino que foi definido no seguinte Encontro Nacional em 1989. Como herdeiro das experiências desenvolvidas pelas CEBs, o MST desenvolveu algo em seu interior chamado de *mística*, com o objetivo de ser “uma prática social que faz com que as pessoas se sintam bem em participar da luta” (Fernandes; Stédile, 1999, p. 129). A mística passa a ser parte da simbologia vivenciada no conjunto do Movimento como algo que anima, motiva, fortalece a unidade e a pertença ao projeto de luta e projeta novas perspectivas.

As mobilizações do MST e suas articulações com outras forças políticas organizadas da sociedade foram essenciais para que o tema da reforma agrária fosse incluído na Constituição Federal em 1988. Em resposta a essas ações, os grandes proprietários de terras se organizaram também para garantir seus interesses e, em especial combater o MST e o processo de redemocratização. Conforme afirma Oliveira

Nascia a UDR – União Democrática Ruralista, entidade que aglutinava os latifundiários na defesa de suas propriedades e na formação de um fundo para eleger congressistas constituintes para defenderem seus interesses na Constituição. Ganham, e fizeram do capítulo da Reforma Agrária um texto legal de menor expressão que o próprio Estatuto da Terra” (Oliveira, 2001, p. 192).

No entanto, o que contribuiu para a legalidade da luta pela terra foi a permanência da função social da terra, dada a capacidade de pressão dos movimentos populares. Sendo assim, quando o MST realiza uma ocupação de um

latifúndio improdutivo apenas está cobrando que seja cumprido o que está na lei⁵. Conforme Brasil (1988, p. 113), fica definida a função social:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I – aproveitamento racional e adequado;
- II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores”.

O MST realiza seu II Congresso Nacional de 08 a 10 de maio de 1990, em Brasília (DF), com a participação de cerca de 5 mil pessoas de 19 estados e 23 representantes de organizações camponesas de outros países da América Latina. A palavra de ordem foi *Ocupar, Resistir e Produzir* e dialogava com os altos níveis de repressão do governo e dos setores *latifundistas*, direcionando os esforços para o fortalecimento interno do MST. Inclusive, a conjuntura de perseguição e repressão do governo Collor incidiu para que o MST colocasse mais foco na organização interna, seja no fortalecimento da organicidade, seja em seu sistema de produção cooperado. Fernandes e Stédile sintetizam esse momento:

A vitória dele [Collor] não foi só eleitoral. Mas sim uma derrota da classe trabalhadora. Particularmente, sofremos muito durante o seu governo. Foi o pior governo que tivemos, não só pela corrupção que ele simbolizou, mas sobretudo pela forma como tratou as organizações sociais e as questões sociais do país. Além de não termos conquistas, ele estava determinado a reprimir o movimento. A Polícia Federal invadiu as secretarias estaduais do MST e levou documentos, foram instalados processos judiciais e encaminhados pedidos de prisão contra nós. Ele estava determinado a acabar com o MST” (Fernandes; Stédile, 1999, p. 54).

Ocupar os latifúndios improdutivos era a principal forma de luta e deveria continuar no próximo período, mas era preciso fortalecer a organização dos acampamentos para resistir à violência das milícias do campo e da repressão do Estado.

5 O Artigo 184 diz: “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei” (Brasil, 1988).

A partir de algumas conquistas de terras para assentamentos das famílias, a organização da produção de alimentos passou a ser uma prioridade, o que leva à criação, em 1992, da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) e do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Nos inícios dos anos de 1990 o MST já contabilizava mais de 300 associações e 10 cooperativas (Morissawa, 2001). Nesse período o MST recebe vários prêmios em reconhecimento à luta pela Reforma Agrária, pela promoção da justiça social e iniciativas na área da educação; destaca-se o Prêmio Nobel Alternativo concedido pela Fundação *The Right Livelihood Award*, da Suécia, recebido juntamente com a CPT, em 09 de dezembro de 1991⁶.

O III Congresso Nacional, em 1995, contou com a participação de cerca de 5.226 pessoas de 22 estados, tendo como palavra de ordem *Reforma Agrária, uma luta de todos*, que dialogava diretamente com o contexto do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) entre os anos 1995 a 1998. Esse governo sinaliza a prioridade da regularização fundiária e não da reforma agrária, em consonância com os interesses dos grandes produtores.

Nesse período compreende-se que para obter avanços é necessária uma articulação maior com a sociedade, especialmente no âmbito internacional. Como parte desta articulação, o MST tem importante papel na fundação da Via Campesina em 1993, e da Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) em 1994. Esta última sendo fruto da Campanha Continental 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular (1989-1992) que resultou no I Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo, em Lima no Peru, em fevereiro de 1994. Articular a luta e a solidariedade entre as diferentes ações realizadas por camponesas e camponeses da América Latina e do mundo passou a ser uma constante no MST.

Os latifundiários continuavam a organizar as milícias no campo e a utilizar da estrutura do Estado para combater os movimentos que lutavam pela reforma agrária. Fruto desses conflitos ocorreu o massacre de Corumbiara (RO) no dia 09 de agosto de 1995, e depois em 17 de abril de 1996 o Massacre de Eldorado de Carajás (PA), milicianos e policiais assassinaram 19 pessoas e depois mais 2 morreram em decorrência dos ferimentos. Uma imagem do governo violento e do descaso com a reforma agrária estava lançada na sociedade.

Em resposta ao descaso do Estado com a luta pela terra, e para cobrar punição aos mandantes e assassinos de Eldorado através de debate com a sociedade, o MST organiza a I Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e

⁶ Para mais informações sobre os prêmios e homenagens recebidos pelo MST entre 1986 a 2000 ver Morissawa (2001, pp. 221-224).

Justiça. Em 17 de fevereiro de 1997 é lançada em três colunas com a participação de representantes dos Estados com base do Movimento; uma saindo de São Paulo (SP), com 600 integrantes; outra de Governador Valadares (MG), com 400 integrantes e a última saindo de Rondonópolis (MT), com 300 integrantes. A chegada em Brasília aconteceu no dia 17 de abril. Estimou-se a presença de 100 mil pessoas, demonstrando o amplo apoio que o MST construiu junto a sociedade brasileira.

O segundo mandato de FHC (1999 a 2002) teve como uma de suas características o combate ao MST e implementar um programa de reforma agrária orientada pelo Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), dos quais o governo era um grande credor e, por isso, deveria seguir um conjunto de medidas impostas por esses organismos. Foi criado o Fundo de Terras e da Reforma Agrária⁷ também conhecido como Banco da Terra, cujo objetivo era o financiamento de programas de reordenação fundiária e assentamento rural, um estímulo para que as famílias camponesas *comprassem* a sua terra. O MST se colocou contrário a essa iniciativa, uma vez que isentava o Estado de suas responsabilidades, projetando o endividamento massivo das famílias e criando as condições para a reconcentração de terras.

Entre os dias 07 a 11 de agosto de 2000, em Brasília, o MST realiza seu IV Congresso com a participação de mais de 11 mil pessoas, sendo 107 pessoas convidadas de 25 países representando 45 organizações, com a palavra de ordem *Reforma Agrária: Por um Brasil sem Latifúndio*.

Na dinâmica da luta de classes, o governo FHC lança, em 07 de novembro de 2000, um programa de cadastro via Correios para atender as pessoas que quisessem ter acesso a terra. O recado para a sociedade era de que não havia necessidade de se organizar em movimentos sociais para ter um pedaço de terra. Aliado a isso, o governo lança o *pacote anti-invasão*⁸ que, em síntese, consistia em inibir a participação de pessoas em ocupações de terras e prédios públicos. Outra iniciativa do governo foi a Medida Provisória a fim de paralisar por dois anos as vistorias em terras ocupadas. Caso reincidisse a ocupação, paralisaria por cinco.

Além disso, ampliaram-se as tentativas de cooptação de lideranças e uma forte associação entre o governo e os grandes meios de comunicação focada na construção de uma imagem de ilegalidade e violência das lutas por reforma agrária, ataque direto ao MST. Ao mesmo tempo, sinalizavam-se mudanças

7 Lei Complementar n° 93/98, de 04 de fevereiro de 1998 regulamentada pelo Decreto n° 3.027, de 13 de abril de 1999.

8 Medida Provisória 2.109-48 de 26 de janeiro de 2001.

profundas no campo brasileiro, uma modernização da grande propriedade em direção ao modelo conhecido hoje como agronegócio.

O inimigo chamado agronegócio

No início do século XXI, consolidam-se as mudanças já em curso na estrutura das grandes propriedades de terra. O projeto neoliberal, que ampliava a financeirização e as possibilidades de livre circulação de capitais sob o discurso da globalização, impactou fortemente na realidade agrária brasileira. Consolidou-se uma aliança entre os latifundiários, as empresas transnacionais e o capital financeiro, implicando no aprofundamento da concentração de terras, de financiamentos com recursos públicos, da monocultura e da ampliação de monopólios em toda a cadeia produtiva.

Os interesses do agronegócio se consolidam no âmbito político na formação da bancada ruralista no Congresso Nacional. Somado ao apoio dos meios de comunicação, ocorre uma remodelagem da imagem pública dos grandes proprietários rurais como os grandes produtores e empreendedores, expoentes da modernidade.

Nesse processo, para o MST, o agronegócio configura-se como uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo no campo, o que reforça questões estruturais dos problemas agrários nacionais. Isso altera a natureza da luta pela terra, pois o conflito não era mais apenas com o proprietário, mas com empresas transnacionais que influenciavam a política e o governo, sendo necessárias novas formas de lutas para enfrentar o inimigo.

Diante da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002, cria-se uma grande expectativa na esquerda, em especial no MST, de que a reforma agrária seria enfim realizada. Para pressionar o novo governo, o MST e outros movimentos populares constroem o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com a contribuição de especialistas de diversas áreas. A entrega do II PNRA ocorreu após uma marcha com aproximadamente 2 mil pessoas de Goiânia a Brasília. No II PNRA, em termos jurídicos e financeiros, propunha-se ao governo assentar 1 milhão de famílias em 4 anos, este se comprometeu em atender a metade do proposto. Porém, a meta não se cumpriu, ampliando os conflitos no campo. Como consequência destas tensões, ocorre, por exemplo, em 2004 o Massacre de Felisburgo (MG), no qual 18 pistoleiros contratados pelos fazendeiros executaram 5 pessoas em um acampamento.

Em março de 2005 é aprovada a Lei da Biossegurança, ampliando a pes-

quisa e utilização de organismos geneticamente modificados e seus derivados, aprofundando o debate sobre os transgênicos. O MST se posiciona contra a produção de alimentos transgênicos, pois além dos potenciais riscos à saúde e à biodiversidade, implicava em uma concentração maior na cadeia produtiva, uma vez que as mesmas empresas que vendiam as sementes transgênicas eram as que produziam os agrotóxicos. Em contraponto, o MST intensifica o debate sobre a agroecologia como uma nova matriz produtiva para o campo que só se realizará integralmente com um amplo processo de reforma agrária⁹.

Diante do cenário cada vez mais evidente de uma opção pelo agronegócio por parte do governo, o MST organiza, em 2005, a II Marcha Nacional pela Reforma Agrária, na qual 12 mil integrantes do Movimento caminham ao longo de 15 dias, de Goiânia à Brasília, para exigir compromissos mais sólidos do governo federal. Nesse período, são muitos os avanços na área da educação do campo, pois se estabeleceram diversas parcerias com Instituições de Ensino Público Superior com a finalidade de proporcionar o acesso ao ensino superior às camponesas e camponeses em diferentes áreas de atuação em graduação e pós-graduação, além de se destacar na atenção voltada para a educação infantil e para jovens e adultos. Além disso, se intensificam os esforços do Movimento com a formação política junto a outras organizações populares do Brasil, da América Latina ou de outras partes do mundo. Nesse sentido, é inaugurada em janeiro de 2005 a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema (SP).

Como resultado dos debates internos, dos processos de formação e dos novos desafios organizativos, coube às mulheres da Via Campesina realizar a primeira luta de grande impacto frente ao agronegócio. De 6 a 14 de março de 2006 realizaram uma grande jornada de lutas intitulada *Mulheres Sem Terra na Luta por Reforma Agrária, Agricultura Camponesa e por um Brasil sem Desigualdades*. Nessa jornada, uma das ações foi a ocupação do viveiro de mudas de eucalipto geneticamente modificados da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro (RS). Outra ação foi a ocupação do campo experimental da Syngenta Seeds, em Santa Teresa do Oeste (PR). Essa jornada e muitas das lutas subsequentes cumpriram dois objetivos: por um lado, atacava frontalmente os interesses do capital na agricultura; por outro apresentava para a sociedade a necessidade de uma outra forma de se produzir alimentos saudáveis que articula proteção ambiental, combate às desigualdades sociais e aponta caminhos para uma agricultura soberana.

⁹ A agroecologia é uma prática distinta da produção orgânica. A segunda se reduz a uma produção que não utiliza insumos químicos. Já a Agroecologia envolve, além disso, novas relações de produção, de comercialização e de geração de renda. Essa proposta resulta em uma produção saudável por um lado mais acessível ao consumidor (em oferta e preços) e mais renda para os agricultores.

Em 2007, o MST organiza seu V Congresso Nacional, sob o lema *Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular*, reunindo 17.500 participantes de 23 estados e o Distrito Federal. A organização de camponesas e camponeses se ampliou, mesmo diante de todas as adversidades. O lema do V Congresso apontava que nenhum projeto de justiça social estaria desvinculado da reforma agrária como uma proposta de caráter estrutural. Deixava também evidente a posição do Movimento da impossibilidade de conciliação da reforma agrária com o agronegócio e reafirmava que, apenas por via da mobilização e da luta popular, seria possível construir uma correlação de forças que possibilitaria avançar em um projeto soberano e popular para o Brasil.

Frente a algumas iniciativas cada vez mais agressivas do agronegócio, é lançada a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida, em 7 de abril de 2011, na qual o MST esteve sempre presente e atuante pelo direito à alimentação saudável. Fruto destas articulações, é lançado também o documentário *O Veneno está na Mesa*, contando com a colaboração do cineasta Silvio Tendler, trazendo presente a quantidade de agrotóxicos consumidos no Brasil e seus respectivos impactos na saúde da população.

O MST realiza, em fevereiro de 2014, o seu VI Congresso Nacional, com a participação de 16 mil pessoas. Nesse Congresso, torna-se público o resultado de suas formulações internas ao longo dos últimos anos que é a Reforma Agrária Popular (RAP), que nasce em oposição à concepção de reforma agrária clássica. A RAP estabelece que uma política de reforma agrária necessita estar vinculada a um novo projeto de sociedade. Essa política trata de uma nova matriz produtiva, enfocando na produção de alimentos saudáveis, baseada na agroecologia, na geração de renda e essencialmente em um processo no qual a qualidade de vida no campo está vinculada a outras dimensões que não apenas as econômicas, mas também ao acesso à educação, saúde e cultura. Assim, implica também em novas relações humanas, fundamentadas na equidade e na dignidade das trabalhadoras e trabalhadores.

Ao mesmo tempo, a RAP se posiciona como componente de um outro projeto de sociedade. Isso significa que as condições de sua implementação se dão na medida em que outras mudanças estruturais também se concretizem, o que implica em uma vinculação ainda maior das lutas do MST com as lutas políticas e sociais. Independente das políticas dos governos frente à questão agrária, a RAP exige uma mobilização permanente do MST e de sua relação com outros segmentos da sociedade, pois só se realizará através da luta ampla e permanente.

O MST e as complexidades da conjuntura

Compreender o MST como ator político de relevância passa pela importância que a análise de conjuntura tem para o Movimento de tal modo que a elaboração de suas próprias análises de conjuntura é parte de seus princípios. Desde seu surgimento, o MST busca dialogar com a realidade política mais ampla da sociedade.

A análise de conjuntura possibilita conectar a necessidade histórica da reforma agrária com as lutas de determinado momento conjuntural, reafirmando o caráter estrutural das mudanças econômicas, políticas e sociais em prol da classe trabalhadora. O MST, ao construir de forma permanente a análise de conjuntura, baliza as suas ações a partir de suas próprias características, sua cultura política, capacidade e formas de mobilização.

O MST sempre esteve no protagonismo de grandes lutas do conjunto da sociedade. Participou das mobilizações ao redor de todo o processo constituinte e do primeiro PNRA durante a era Sarney, assim como das mobilizações de crítica aos planos econômicos durante o governo Collor, bem como comprometido nas ações populares pela abertura do processo de impeachment que resultou em sua renúncia. A atuação do MST como ator político é reconhecida de forma mais positiva pelo governo de Itamar Franco, que muda a postura de seu antecessor, pois é o primeiro presidente que oficialmente estabeleceu um diálogo com o Movimento, reconhecendo sua legitimidade no debate agrário nacional. Dado o princípio de autonomia frente a governos e partidos, o diálogo com o governo Itamar, embora frutífero em termos de reconhecimento das lutas, esbarrou na opção pela política econômica a qual bloqueou as possibilidades de reforma agrária.

O diálogo e reconhecimento alcançados no governo Itamar sofreu uma grande ruptura com a eleição de Fernando Henrique Cardoso. Instala-se um contexto de repressão dos governos e a reforma agrária passa a ser pauta de outros setores da sociedade, vinculando à crítica ao modelo neoliberal. Neste sentido, na I Marcha Nacional, de 1997, estava presente de forma contundente o rechaço ao neoliberalismo.

No final da década de 1990, esse modelo entra em crise, possibilitando que o resultado da sucessão presidencial fosse o início dos governos de Lula. Um fator foi a crise econômica e, o outro, a ampliação da insatisfação popular com as políticas neoliberais. Além disso, não se pode deixar de considerar a mudança estratégica do próprio bloco histórico da esquerda brasileira, agora mais alinhada

do com o discurso de conciliação de classes e em grande parte desconsiderando as estratégias de ruptura radical vigente em períodos anteriores.

Na busca por ampliar a consolidação das forças de esquerda nos âmbitos nacionais e internacionais, em 2002, o Movimento participa ativamente da construção do II Fórum Social Mundial em Porto Alegre, que conta com mais de 15 mil participantes de 131 países. O evento é marcado por uma marcha de mais de 50 mil pessoas contra a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), acordo proposto pelo governo dos Estados Unidos que simbolizava a síntese dos esforços neoliberais em todo o continente. O MST soma esforços na Campanha contra a ALCA, que culmina em um plebiscito no qual mais de 10 milhões de pessoas se posicionam contra a proposta estadunidense.

Em outubro de 2002, Lula ganha as eleições com 53 milhões de votos. A *Carta ao Povo Brasileiro*, assinada pelo candidato à presidência, foi determinante para o resultado eleitoral. O MST adota uma análise de *governo em disputa*, a qual a constante pressão da mobilização popular poderia fazer o governo se focar mais nos interesses populares do que nos interesses das elites econômicas. O Movimento lança, um mês após as eleições, a *Carta ao Povo Brasileiro e ao Presidente Lula*, reafirmando que nenhuma mudança estrutural no Brasil poderia ocorrer sem uma profunda reforma agrária e sem a permanente mobilização da classe trabalhadora. O MST deixa claro que seguirá e ampliará a luta para alcançar seus objetivos, independente do governo em questão, reafirmando pautas e demandas históricas.

A aplicação do programa político econômico do primeiro mandato do Governo Lula se mostrou extremamente efetivo, pois houve uma considerável reativação da economia brasileira, cujas determinações tiveram a ver com a alta dos preços internacionais das *commodities*, em especial agrícolas e minerais que possibilitaram um *boom* das exportações, aumentando de forma sem precedentes os ingressos do Estado brasileiro, que ampliou e diversificou as suas parcerias comerciais.

Nesse sentido, outro elemento foi a prioridade do papel do Estado no crescimento econômico e na superação das desigualdades sociais na contramão da cartilha neoliberal. Essa decisão provocou diversas mudanças institucionais, tanto realocando recursos públicos em setores estratégicos da economia baseado na indústria e infraestrutura, como também nas políticas sociais compensatórias como o Bolsa Família, bem como na ampliação da oferta de crédito para os setores populares e microempresas, somadas às iniciativas no âmbito das políticas públicas nas áreas de saúde, saneamento, educação, entre outras.

Na II Marcha Nacional, em 2005, além da pauta da reforma agrária, o Movimento incorporava exigências por mudanças na política econômica do governo; trazia uma proposta de auditoria pública das dívidas interna e externa; o apoio ao anteprojeto de lei elaborado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que garantia ao povo o direito de convocar plebiscitos em temas de interesse nacional; o apoio ao projeto de controle do comércio, posse e porte de armas; críticas à política externa estadunidense do presidente Bush etc. Diante do cenário econômico ainda favorável e seus impactos na maioria da população, Lula é reeleito em 2006, com 56 milhões de votos. Destaca-se neste segundo mandato o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que, dentre as muitas medidas, estabelecia as Parcerias Público Privadas (PPP) e a ampliação da máquina pública, chegando em 2007 com 37 ministérios, dezenas de secretarias e centenas de subpastas.

O compromisso do governo Lula com a pauta da reforma agrária repercutiu quando o então presidente colocou o boné do MST, fato que tomou os meios de comunicação causando críticas contundentes dos setores do agronegócio. Porém, mesmo com alguns avanços que possibilitaram melhorias de infraestrutura em alguns assentamentos, as ações do governo não tocavam no componente central da redistribuição de terras previsto na Constituição Federal. As análises do MST de um *governo em disputa* passam a ser substituída pela constatação de um governo de *conciliação de classes*, baseado em um modelo contraditório, cujo objetivo era gerar crescimento econômico e distribuir renda, porém em proporções claramente desiguais quanto às suas prioridades.

Embora algumas tensões crescentes nas bases de apoio ao governo já se apresentavam, nada disso impediu que Lula deixasse o governo com 80% de aprovação popular e, dessa forma, elegeu a sua sucessora, Dilma Rousseff, então ministra de Minas e Energia como próxima presidente do Brasil, com 56% dos votos válidos em 2010. O primeiro mandato de Dilma seguiu ilustrando as características do projeto neodesenvolvimentista e suas contradições. Ressalta-se que esse projeto foi implementado desde o início do primeiro mandato do governo Lula.

A partir de 2012, os efeitos da crise econômica mundial iniciada em 2008 que criou uma recessão global também em função do *socorro* dos governos ao setor financeiro chegaram de forma contundente ao Brasil. Economias como a chinesa e diversas europeias reduziram as suas importações, afetando gravemente a base econômica do modelo neodesenvolvimentista e, por conseguinte, do projeto de conciliação de classes que sustentava a governabilidade petista.

Do ano de 2013 em diante, manifestações populares legítimas contra o

aumento dos custos de vida são apropriadas e direcionadas pelos setores empresariais, financeiros e pela grande mídia como forma de ampliar as críticas aos governos e exigir soluções à crise baseadas em medidas de austeridade fiscal. O debate na sociedade sobre os impactos da crise e o modelo de desenvolvimento é gradualmente substituído pela pura crítica ao governo. Essa, por sua vez, é direcionada à Dilma e ao Partido dos Trabalhadores. A construção dessa narrativa hegemônica adota o tema da corrupção e não do modelo para justificar todos os problemas nacionais. Se inicia uma polarização social sem precedentes, que refletem nas eleições presidenciais de 2014.

Diante da proposta neoliberal apresentada pelo candidato Aécio Neves, Dilma adota uma postura mais popular, ressaltando pautas ligadas à geração de empregos, ampliação de direitos, programas sociais e maior controle sobre o capital financeiro. Dilma é reeleita no segundo turno com 51% dos votos válidos, a margem mais estreita de vitória eleitoral presidencial da história republicana brasileira tendo 51,64% contra 48,36% de Aécio Neves.

Ao longo de 2014, o poder de narrativa da direita brasileira se transforma em poder de convocação da população. Em março de 2014 já se registravam grandes manifestações de rua contra Dilma e o governo. Após quase dois anos marcados pela crise econômica, insatisfação popular e medidas tímidas do governo, em dezembro de 2015, a Câmara dos Deputados acolhe um dos pedidos de *impeachment* contra Dilma Rousseff¹⁰.

O MST, junto à maioria da esquerda e dos movimentos populares, compreendeu que, para além de sua pauta específica, era preciso ampliar o debate do projeto de país e da defesa da democracia se envolvendo na construção da Frente Brasil Popular em 2015, como espaço de construção de unidade na análise e de ações com diversas forças políticas progressistas.

Depois de um longo processo jurídico, o *impeachment* é efetivado em 31 de agosto de 2016. Dilma é afastada definitivamente do cargo de presidenta, assumindo de forma definitiva Michel Temer. O governo trata rapidamente de aprovar todas as medidas neoliberais e de austeridade desejadas pelos setores empresariais e financeiros diante da crise econômica. Para confrontar a impo-

10 O pedido baseava-se em alegações de que Dilma havia cometido crime de responsabilidade, em função de atrasos propositalmente de repasses a instituições financeiras que financiavam os gastos do governo como forma de cumprir suas próprias metas fiscais estabelecidas. Porém, o que estava claro no conjunto da polarizada sociedade brasileira era que nunca se tratou de assunto de natureza jurídica ou legal (dado que o pedido protocolado era irregular em ambos os casos), mas se tratava do julgamento político de Dilma e da possibilidade de suplantarem o governo do Partido dos Trabalhadores e viabilizarem medidas fortes de austeridade fiscal diante da crise, à revelia das intenções populares no sentido oposto demonstrado nas eleições de 2014.

pularidade de suas medidas, as justificativas se basearam no discurso do *mal necessário* para um suposto crescimento econômico futuro. No âmbito das políticas agrárias, há uma grande ofensiva que buscou viabilizar a chamada *emancipação* dos assentamentos. Em síntese, significava retirar do Estado todas as responsabilidades com uma *titularização* que abriria caminho para a reconcentração de terras. O ciclo dos chamados governos progressistas se encerrava no Brasil: estavam consolidadas as principais bases para a ofensiva conservadora que se anunciava nas eleições de 2018.

A vitória de Bolsonaro não significou, em nenhuma medida, um simples retrocesso à fórmula neoliberal. A essa dimensão econômica se soma uma ofensiva conservadora que traz à tona, em escalas sem precedentes, componentes estruturais das tensões sociais brasileiras como o racismo, a homofobia, o patriarcado e o fanatismo religioso para citar alguns. Esses componentes se consolidam através de novas formas de propaganda política vinculadas ao uso das redes sociais, terreno esse em parte desconhecido; em outra, subutilizado pela tradição política da esquerda.

O MST, como parte da classe trabalhadora organizada, é impactado junto a o conjunto da esquerda diante da realidade marcada pela ascensão do governo Bolsonaro. Assim, tornou-se necessário olhar sobre as distintas conjunturas, as mudanças estruturais na economia mundial, seus impactos no âmbito nacional e o caráter do agronegócio no Brasil.

Dessa forma, a conjuntura expressada pelo governo Bolsonaro traz em si um momento de profunda reflexão para a esquerda, não apenas de seu projeto estratégico e suas propostas para a população, mas também exige das forças populares (re)pensar suas formas de ação e, em suma, sua própria cultura política. Ao MST, cabe o desafio de efetivar a RAP e sua relação com o conjunto de lutas da sociedade brasileira.

Considerações finais

Compreender o MST, suas raízes, sua história, sua dinâmica e seus desafios implica em compreender sua capacidade de ser uma organização cujos princípios não se flexibilizam diante da dinâmica de adaptar-se aos diferentes contextos e conjunturas. Ao longo de seus anos de existência, há um permanente diálogo com as forças da classe trabalhadora. Buscando suas potencialidades e compreendendo os seus limites, ultrapassam o elemento corporativo de uma luta particular em um processo de duas vias, a de explicar para toda sociedade

a importância da reforma agrária e, ao mesmo tempo, trazer para ela diversas lutas da sociedade.

O MST incorporou na sua dinâmica interna organizativa o debate sobre gênero e a ampliação da participação da mulher, resultando na definição da participação igualitária em todas as instâncias, bem como levou para dentro importantes debates que envolvem todos os sujeitos da classe trabalhadora como o feminismo, as questões raciais, da diversidade sexual e de gênero, da juventude, em prol do meio ambiente, como componentes essenciais de seus objetivos históricos

As conquistas desencadeadas no interior do país não podem ser mensuradas apenas por números ou dados de políticas públicas. Elas possuem, sobretudo, o caráter qualitativo do acúmulo de anos de experiências que forjaram uma práxis de formação política, educação, produção, participação, valores e princípios, humanização e novas relações sociais. Essa práxis deriva da autonomia que o MST prezou ao longo de sua história, sem nunca deixar de celebrar as conquistas, porém com a compreensão das necessidades de mudanças estruturais e profundas.

É essa práxis que faz do MST não só um ator político importante nas lutas brasileiras, mas também uma referência de rebeldia e de esperança para outras forças políticas organizadas da sociedade. Referência essa que implica em uma grande responsabilidade na relação com o conjunto da esquerda para a construção de uma outra sociedade em prol dos interesses da maioria da população. Essa responsabilidade tem papel fundamental na construção da unidade de projeto e de lutas tão necessárias diante da complexidade da conjuntura atual.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 27 fev. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

ENFF: UMA ESCOLA DA CLASSE TRABALHADORA

Carla Maria Loop

Eliane de Moura Martins

Rosana Cebalho Fernandes

Rosmeri Witcel

Introdução

Em janeiro de 2005, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e um conjunto de organizações populares inauguraram uma ferramenta coletiva de formação política e de práxis cotidiana, materializada na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). O MST, ao longo de seus 36 anos, na jornada de romper as cercas do latifúndio e do monocultivo, aprendeu que a luta pela terra é também uma fonte pedagógica, porque tornou-se capaz de educar indivíduos para a organização coletiva, para a análise do movimento do conflito agrário no Brasil e das contradições da luta de classes como um todo.

Ao longo de sua história, a formação política foi uma constante, ao mesmo tempo que um duro aprendizado da importância da ciência do estudo da história, do desenvolvimento e das leis envolvidas no arco do conflito dos interesses antagonísticos das classes. A formação política também exige esforços teóricos e práticos cotidianos, sobretudo por ser uma práxis de caráter revolucionário, a tal ponto que levou à construção de uma Escola Nacional para tal.

Essa Escola se materializa erguida, sobretudo, pelos próprios sujeitos da histórica luta pela terra em um país marcado por profundas desigualdades sociais. Justamente de um dos lugares mais abandonados pelas instituições de educação do Estado, que é o campo brasileiro, ergueu-se uma Escola capaz de misturar em paredes espessas de solo-cimento uma estética libertária misturada com a diversidade da formação do povo brasileiro e do mundo.

Erguer uma Escola dos trabalhadores e pelos trabalhadores, respirando luta, formação humana e conhecimento organizado faz sentido porque trata-se de um

esforço direcionado a somar na construção de um projeto popular de país com o Programa de Reforma Agrária Popular¹. Esse horizonte dá sentido ao trabalho diário de construção da unidade de classes no combate às opressões, às dominações e às explorações contra os seres humanos no Brasil e em todo o mundo.

Ao caracterizar a Escola Nacional Florestan Fernandes como um espaço privilegiado de formação política e ideológica, faz-se em um sentido muito preciso. Toda formação política é, necessariamente, ideológica, pois a ideologia é uma forma específica de consciência social e não está apartada nem da sociedade dividida em classes nem da forma como é produzida a existência social. Os interesses sociais das classes dominadas não são os mesmos das classes dominantes; as que precisam se libertar deste domínio o devem fazer em toda a sua extensão como consciência prática, no movimento da realidade no sentido de expressar um conjunto de valores, concepções, ideias, enfim, uma determinada consciência social. Os processos de formação política e ideológica são fortalecidos quando vinculados a um projeto de classe, de sociedade. Por isso sempre se reitera: a ENFF é uma escola da classe trabalhadora, ideologicamente não é neutra, e é comprometida com a formação humana emancipadora.

A partir disso, este artigo está organizado em três partes: a primeira apresenta um breve histórico do processo de construção da obra em si e da definição em homenagear o legado de Florestan Fernandes; a segunda aborda um quadro geral das três grandes fontes pedagógicas inspiradoras do fazer cotidiano de *uma escola em construção*; a terceira traz um exercício de reflexão da através da experiência concreta da ENFF sistematizada sob a forma das dimensões pedagógicas e por último apresentam-se alguns dos desafios no campo da formação colocados para a ENFF e para todos os setores progressistas para os próximos anos.

Histórico e homenagem a Florestan Fernandes

A formação no MST está vinculada com o processo de ampliação do conhecimento teórico e prático das questões que envolvem a luta de classes. A ENFF significa um ponto de maturação no longo processo formativo de mili-

1 Compreende-se por Reforma Agrária Popular, uma formulação sistematizada no VI Congresso Nacional do MST de 2014 na qual para além do acesso à terra, desde as lutas dos acampamentos e assentamentos, direcionados a um modelo produtivo de alimentos, saudáveis e acessíveis aos trabalhadores, a partir da matriz tecnológica da agroecologia é preciso avançar para ações referentes às diversas dimensões da vida humana. Os assentamentos da Reforma Agrária são espaços fundamentais para desenvolver e consolidar novas relações sociais de gênero, educação, raça, saúde, arte, cultura entre outros, as quais compõem valores de um projeto soberano de país, com transformações estruturais como a Reforma Agrária, sendo parte de um conjunto mais amplo de interesses e lutas da classe trabalhadora brasileira.

tantes e dirigentes, desenvolvido no conjunto do MST desde a sua origem, com sua base acampada e assentada.

A ENFF é uma escola protagonizada pelo MST e, desde seu nascimento, incorporou em sua prática política e pedagógica a participação de outras organizações populares camponesas e urbanas, nacionais e internacionais. A dimensão internacionalista ganha força por qualificar as ações da Escola, voltadas para a apropriação do saber histórico da humanidade no âmbito latino-americano e mundial, envolvendo camponeses(as), trabalhadores(as), urbanos(as), jovens, homens e mulheres, sem distinção de gênero, geração, território e raça. Desse modo, ao longo de seus 15 anos já passaram milhares de pessoas que a edificam a cada dia.

O programa de formação é dinâmico, dialético e construído no cotidiano, a partir de balanços políticos e de avaliações das ações concretas. Os programas dos cursos, seminários, encontros e demais atividades são organizados nessa perspectiva e, necessariamente, devem estar vinculados com a análise da estrutura, da conjuntura e das contradições das classes sociais, assim como com cada momento histórico.

Os primeiros passos desde a decisão e encaminhamentos para a concretização da construção da escola aconteceram no VIII Encontro Nacional do MST realizado em Salvador (BA), em janeiro de 1996. A construção das estruturas físicas iniciou-se em 22 de março de 2000; em janeiro de 2005, realizou-se um seminário internacional de três dias para discutir experiências de luta, partilhar processos de formação e celebrar coletivamente demonstrações práticas de solidariedade das diversas organizações, culminando com a inauguração da ENFF no dia 23 de janeiro daquele ano.

Para a construção da estrutura física da Escola, envolveram-se mais de mil trabalhadores e trabalhadoras vindos/as de 23 estados, nos quais o MST está organizado², distribuídos/as em 25 brigadas de trabalho voluntário. As instalações foram erguidas com tijolos produzidos no próprio canteiro da obra com base na técnica de solo-cimento, um material alternativo de baixo custo, obtido através da mistura de solo, água e um pouco de cimento, eficaz em diversas aplicações na construção civil. A massa compactada seca e endurece em poucos dias, ganhando grande consistência e durabilidade.

A construção também foi possível graças ao trabalho voluntário de organizações populares, amigos e amigas do MST do Brasil e de outros países. A solidariedade igualmente é o valor marcante nesse trabalho, haja vista a amplitude do processo de arrecadação de recursos econômicos para o desenvolvimento

² Atualmente o MST está organizado em 24 estados, considerando o Distrito Federal.

das obras. Destaca-se, neste âmbito, as valorosas contribuições. Destaca-se, nesse âmbito, o livro *Terra*, que contou com a contribuição de três grandes artistas: Sebastião Salgado, com suas fotografias; José Saramago com um texto de apresentação; e Chico Buarque com músicas compostas especialmente para este livro, gravadas num CD que acompanhava a publicação.

A experiência vivida no canteiro de obras da ENFF fez dela um espaço de novas relações sociais e humanas entre as trabalhadoras e os trabalhadores voluntários. Além da capacitação na área da construção civil, com destaque para o valor da relação de respeito à natureza, através da escolha das técnicas de construção com terra, também exercitaram trocas de experiências e da solidariedade, além de algumas pessoas terem tido a oportunidade de se alfabetizar nesse processo. A ENFF se propõe, desde então, a ser uma escola popular sustentada por quatro pilares fundamentais: o estudo, a solidariedade, o trabalho voluntário e a técnica alternativa de construção. Esses são alguns dos valores humanistas e socialistas que prevalecem em seu processo formativo ao longo da sua história.

O MST, em toda a sua história, rendeu homenagens à lutadores(as) que deixaram um legado de luta ao lado dos trabalhadores(as) nomeando acampamentos, assentamentos, turmas de cursos, bem como espaços como os centros de formações e escolas do campo. Sendo assim, escolheu-se como patrono da Escola Nacional Florestan Fernandes (1920-1995), um dos principais intelectuais brasileiros que jamais perdeu a perspectiva socialista nem suas raízes da classe trabalhadora. Um dos representantes máximos da sociologia crítica brasileira, um ser humano indignado com ideias transformadoras e revolucionárias, produtor de uma obra prolífera, volumosa e importante para o debate da transformação social do Brasil.

Homenagear Florestan Fernandes é converter seu nome em sinônimo coletivo do pensamento crítico e militante. É uma forma de reconhecer a persistência, a coerência e o espírito revolucionário que sempre acompanharam suas ideias e práticas. Dos vários aspectos envolvidos nesta homenagem, se sobressaem ao menos três: a origem de classe; a busca pelo conhecimento e a preparação de novos intelectuais e a preocupação com o projeto estratégico da classe trabalhadora. O primeiro diz respeito à origem de classe e à luta contra a exclusão social. Florestan nasceu em 22 de julho de 1920, em São Paulo, filho de uma lavadeira portuguesa, analfabeta. As duras lições da vida o tornaram um aprendiz de sociólogo desde criança, compreendendo desde as ruas, as relações de poder num mundo hostil em que tinha que sobreviver. É também desde pequeno, pela relação com os primeiros padrões de sua mãe, que teve contato com a leitura, a qual será o embrião de uma vigorosa atividade intelectual.

Desde a infância à juventude teve que lutar pelo seu sustento, trabalhou como engraxate, na fábrica de colchões ou entregando compras de feiras em domicílios, depois como alfaiate, garçom e vendedor, lutando contra a fome, o analfabetismo e a exclusão social: Florestan “não completou o curso primário. Fez o curso de Madureza, como alternativa do secundário” (Ianni, 2005, p.16). Em 1941 entrou no curso de Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), que atendia a elite paulistana. A vida na universidade foi muito dura; os métodos de ensino eram os mesmos das universidades europeias. Florestan contava ter sido recebido com frieza, como se fosse melhor para aquelas pessoas que ele mantivesse certa distância deles. Assim, ultrapassando obstáculos de classe, compreendeu que as injustiças da vida não poderiam levá-lo ao desânimo e à acomodação.

O segundo aspecto coloca em relevo a busca do conhecimento e a preparação de novos intelectuais. Seu comportamento crítico e aberto volta-se para a formação de pesquisadores e pensadores livres capazes de atuar na luta de massas, preparados como intelectuais, militantes e dirigentes, para que seja possível levar adiante a necessidade e a prática da transformação social. Florestan exigia o aprofundamento teórico, indo à raiz dos problemas e discutindo-os com profundidade. Seu método de trabalho coletivo, de amplo diálogo, com capacidade motivadora e força criativa demonstra que em nada o individualismo contribui para o avanço da luta de classes.

O desejo de que o maior número de pessoas tivesse acesso ao conhecimento foi central nas ideias e na vida de Florestan Fernandes. Em seus mais de 50 livros escritos, contribuiu para o avanço do pensamento crítico brasileiro e latino-americano, tendo se debruçado sobre o folclore, a vida dos índios, a questão do negro em relação à sociedade de classes, os problemas sociais que afetavam particularmente os de baixo, a interpretação do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a revolução como processo e a construção do socialismo como uma história de justiça e igualdade.

Do conjunto de sua obra, destacam-se duas contribuições primordiais, *A Revolução Burguesa no Brasil*, publicado em 1974, ainda no período da ditadura civil-militar, em que analisa a formação do capitalismo no país, as bases e as estruturas da ordem escravocrata senhorial, bem como traça um perfil da consolidação do poder e da dominação burguesa, além de traçar uma resposta intelectual aos problemas concretos do povo. E a obra *O que é Revolução*, publicada em 1981, voltada para definir e simplificar o entendimento da revolução em um país como o Brasil, onde as reformas clássicas feitas pela burguesia nas

economias centrais, em países de economia e política subordinados ganham um caráter revolucionário.

E um terceiro aspecto de destaque, são as lutas da conjuntura e a preocupação com a questão do projeto estratégico político da esquerda. Florestan não se distanciou dos problemas imediatos do povo, entendido por ele como necessários para o fortalecimento da luta de classes e para a construção de alternativas. Além da carreira de professor, na qual fez da sociologia a sua arma de combate contra a classe dominante, ao ponto de ser aposentado compulsoriamente da USP e exilado durante a ditadura civil-militar, também se envolveu com a política eleitoral. Florestan foi eleito deputado constituinte em 1986, sob o lema: *Contra as ideias da força, a força das ideias* se destacando nas contribuições que buscavam garantir uma educação pública, gratuita, crítica e de qualidade. Foi reeleito em 1990, em uma conjuntura de avanço do projeto neoliberal, com as eleições de 1989 resultando na vitória de Fernando Collor de Mello e derrota de Luiz Inácio Lula da Silva, considerando então a recente queda do muro de Berlim e, logo em seguida, a desintegração da União Soviética.

Esses destaques reafirmam que Florestan Fernandes foi, em conclusão, um homem com fortes princípios, nunca se deixou corromper e nem cooptar. Avesso a qualquer tipo de privilégio, procurou sempre manter a simplicidade, a coerência política e os princípios que defendia. Toda a sua vida, encerrada em 1995, decorrente de problemas de saúde, foi dedicada às causas populares e à importância da qualificação intelectual do povo orientado para a construção do socialismo.

A homenagem que o MST faz a este grande sujeito, dando o seu nome à Escola de formação política, é por considerar que ele representa mais do que uma identidade do estudo e da coerência individual. Florestan Fernandes é, sobretudo, um exemplo de conduta para dirigentes e militantes. Em 1997, na reunião da Coordenação Nacional do MST, no Espírito Santo, ocasião da definição do nome da Escola, afirmou-se que “o nome de nossa escola é o de um grande lutador brasileiro, desbravador do pensamento sociológico, defensor da luta de classes e do socialismo”.

Na ENFF, seguindo a prática do MST, os diferentes espaços físicos são nomeados a partir de um debate e definição coletiva como forma de homenagear lutadores e lutadoras que, ao longo de suas vidas, produziram, por suas práticas, um legado de coerência e dedicação com as causas populares. A biblioteca ganhou o nome de Antonio Candido; a plenária, Rosa Luxemburgo; a ciranda³,

³ Ciranda é o espaço destinado exclusivamente aos cuidados e trabalho pedagógico com as crianças. Esse espaço foi constituído desde a compreensão vinda dos debates de gênero e da divisão social e sexu-

Saci Pererê; os auditórios, Patativa do Assaré e Pagu; o refeitório traz a memória de Josué de Castro; a Casa de Artes recorda Frida Kahlo; o espaço cultural faz homenagem ao Sem Terra Ulisses Manaças; o campo de futebol Dr. Sócrates Brasileiro e um espaço dedicado à memória de alguns intelectuais e militantes do projeto da classe trabalhadora que denomina-se Memorial dos Lutadores(as). Também na ENFF, a relação com a natureza se constitui na prática da produção agroecológica das hortas mandala, pomares e preservação da mata atlântica. Para este último, adotou-se a prática de plantio de mudas de árvores por intelectuais, educadores(as), lutadores(as) e autoridades políticas que visitam a Escola pela primeira vez.

Ressalta-se ainda que, no ano de 2009, foi fundada a Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes (AAENFF) com o objetivo de organizar as diferentes formas de contribuição voluntária de intelectuais, professores, artistas, estudantes, trabalhadoras e trabalhadores em geral. Contribuições financeiras e políticas baseadas em relações de solidariedade de amigos e simpatizantes da luta pela terra e dos processos formativos e organizativos da classe trabalhadora.

As fontes teóricas que sustentam o método pedagógico da ENFF

Para obter êxitos no objetivo⁴ geral da ENFF “Organizar e desenvolver processos de formação política ideológica de militantes, dirigentes e quadros de organizações populares nacionais e internacionais que contribuem para que a classe trabalhadora, em toda sua diversidade, realize a transformação social com o horizonte do socialismo”, é necessário constituir um método e implementá-lo.

Nesse sentido, o fazer pedagógico da ENFF fundamenta-se em três grandes Pedagogias: a Pedagogia Socialista como um conjunto de esforços teóricos e práticos voltados a contribuição para a transformação social; a Educação Popular na perspectiva de Paulo Freire concebendo a formação humana a partir da realidade, numa análise crítica para a superação da opressão pelo protagonismo dos oprimidos e a Pedagogia do Movimento, constituída a partir da história do MST na organização e formação de sujeitos humanos através de matrizes peda-

al do trabalho, os quais apontaram a necessidade das mulheres e homens, mães e pais terem assegurado pela coletividade as condições adequadas de participação nas atividades e cursos. Desse modo, a Ciranda conta com educadoras/es preparadas para tornar a rotina das crianças também educativas, para além do nível de cuidados e alimentação, mas espaço pedagógico de desenvolvimento físico, cultural, artístico e intelectual desde a infância.

4 Objetivo Geral, extraído de documento interno à Escola.

gógicas como o trabalho, a organização, a luta social, a cultura, a história, dentre outras.

A Pedagogia Socialista repercute de maneira crítica aos interesses burgueses no que concerne à formação humana. Ela parte do pressuposto da integralidade do ser social em suas múltiplas dimensões, as quais todas precisam ser desenvolvidas a fim de promover a emancipação humana, uma perspectiva processual em que se constituam as condições para o desenvolvimento das capacidades dos sujeitos em contribuir na organização e na construção de uma nova sociedade, desde um novo modo de vida individual e coletivo. A Pedagogia Socialista reflete uma concepção de ser humano e de educação em uma sociedade transformada e/ou em transformação.

Anton Makarenko, um de seus principais pensadores e elaboradores, afirmou que:

A dialética da ação pedagógica é tão grande que nenhum meio pode ter efeito positivo se toda uma série de outros meios não é posta em prática simultaneamente (...). Em si, todo meio pode ser bom ou mau, sendo o elemento decisivo não sua ação isolada, mas a de um conjunto de meios harmoniosamente organizados” (Makarenko, 1957, p. 258).

A escola para Mosey Pistrak é aquela “que não fique aquém das exigências da vida” (Freitas, 2009, *apud* Caldart 2017, p. 265-66). Para ficar em três grandiosos pensadores, destaca-se também Nadejda Krupskaja: “o objetivo da escola condiciona toda a sua organização, todo seu modo de vida escolar, todo o conteúdo da instrução e a educação escolar” (Krupskaia, 1986, p.49). Esses e outros pensadores contribuem para a interlocução sobre o tema do uso das ferramentas pedagógicas no sentido de compreendê-los em seu tempo histórico.

Em vez de ‘instrução profissional’ é preciso dizer ‘instrução politécnica’. O fim da escola é a formação não de limitados especialistas, mas de homens que sejam capazes de qualquer trabalho. Marx sublinha sempre e expressamente a necessidade de uma instrução politécnica, que é também de grande importância para a formação geral; o conceito politécnico abrange a instrução quer no trabalho agrícola, quer no trabalho técnico e artístico-artesanal; conhecimento prático dos diversos ramos serve também para o desenvolvimento físico omnilateral e para a formação das capacidades de trabalho universais” (Ped. Soc. I, p. 424-425 *apud* MANACORDA, 2006, p. 315).

Nessa perspectiva, apresenta-se a formação omnilateral, cujo objetivo é o pleno desenvolvimento do ser humano, em suas dimensões física, cultural, técnica e política, integralmente como sujeito construindo a sociedade socialista.

Sendo assim, a educação cumpre o papel fundamental de construir conhecimentos para transformar o mundo, desde as experiências das lutas populares em seus diferentes níveis, nacionais e internacionais.

Os princípios da Pedagogia Socialista estão na relação entre educação e trabalho, na unidade entre trabalho manual e o intelectual, na compreensão da totalidade, não como soma das partes, mas como relações das partes como um todo, desde uma complexa análise da realidade em suas próprias contradições, constituindo, assim, uma ideologia da classe trabalhadora.

O processo de emancipação do ser humano pressupõe a emancipação de toda a sociedade, levando-a à apropriação coletiva dos meios de produção, superando a divisão de classes central para o modo de produção capitalista e, superando as diferentes formas de desigualdade, opressões e explorações. Para tanto, a educação no seu sentido amplo de formação humana é uma das principais responsáveis, pois será ela capaz de elevar o nível de consciência dos sujeitos para realizar as mudanças estruturais da sociedade.

A educação do povo, pressupondo a formação de seus dirigentes e quadros vinculados a uma organização popular, é a grandeza da Pedagogia Socialista, explícita nos exemplos históricos como o processo da Revolução Chinesa, da Revolução Russa e a mais próxima de nós, a Revolução Cubana. Processos pelos quais a educação técnica científica, cultural e intelectual foram garantidas de forma universal. No MST, defende-se o direito à educação do povo como uma tarefa política, por isso, vincula-se prática e teoricamente à construção das concepções deste debate enquanto classe, na construção da sociedade socialista exigente em novas relações sociais desde hoje. Nesse sentido, as escolas públicas organizadas pelo Movimento nos assentamentos e acampamentos se relacionam com a realidade social de seus contextos de inserção e momento histórico engajando na formação de sujeitos orientados para as lutas por mudanças sociais.

A partir da construção histórica do MST, constitui-se a Pedagogia do Movimento, entendida “como um esforço particular de construção concreta da pedagogia socialista”. O MST “tem buscado vincular a educação às lutas de transformação social, desde a realidade atual do campo” (Freitas, 2009, *apud* Caldart, 2017, p. 263).

A Pedagogia do Movimento é uma análise do fazer histórico do próprio MST, constituído como um sujeito educativo coletivo para além de seus próprios objetivos de luta pela terra e pela reforma agrária. Insere-se como parte

do projeto de sociedade em que cabe a escola, um lugar fundamental para a formação da consciência. Para Caldart (2000), a Pedagogia do Movimento é:

Como parte de um processo histórico mais longo, amplo e complexo, e como enraizado em uma cultura que projeta um mundo, ou um tipo de organização da sociedade que ainda não existe, mas cuja ideia resiste no imaginário de um povo que não sucumbiu ao domínio da ideologia do 'fim da história' e do chamado pensamento único (Caldart, 2000, p. 30).

Nessa direção, a teoria marxista nos ajuda na análise histórica, considerando alguns fatores, segundo a autora:

Compreender a história de baixo para cima (...), considerar a experiência humana como parte fundamental do processo histórico e, portanto, de qualquer leitura que dele se faça (...), compreender o processo de formação dos sujeitos sociais também como um processo cultural (...) e, finalmente, olhar para os movimentos sociais como lugar onde se desenvolvem processos socioculturais com forte dimensão de projeto (Caldart, 2000, p. 43-52).

Sendo o Movimento um sujeito educador, ao lutar pela escola, agrega também a ela um significado especial dentro de um processo mais amplo, para além de um papel tradicional em si mesma. Um desses significados, conforme aponta Caldart, é a “construção histórica do valor do estudo na conformação dos sem-terra, estudo aqui compreendido mesmo em sua ênfase (não exclusividade) na produção do conhecimento” (Caldart, 2000, p. 240).

A Pedagogia do Movimento proporciona reflexões sobre o sujeito humano completo, com todas as contradições que lhes são próprias. Porém, é o exercício de estabelecer novas relações sociais consigo e com a coletividade, onde ela potencialmente pode se desenvolver. Uma das formas de enfrentamento às contradições, ensinada pelo Movimento, é a própria luta pela terra com suas formas de organização coletiva, divisão de tarefas. Todos estes momentos são formativos e criam as condições para a construção de uma identidade coletiva, da passagem de um sujeito sem-terra, como condição social de não acesso à terra, para um sujeito Sem Terra, como identidade coletiva, capaz de o colocar, junto com outros e outras sem terras, em movimento para enfrentar e superar essa condição social, integrando-se à pertença a uma organização social, no caso ao MST.

Percebe-se o quanto tanto a Pedagogia Socialista como a Pedagogia do Movimento, cada uma desenvolvida em seu tempo histórico, contribuem para processo de formação humana e para a acumulação de forças para superação do modo de produção capitalista. Porém, a história das lutas populares no Brasil,

sobretudo após a segunda metade do século XX, não pode deixar de afirmar e reconhecer o papel da pedagogia oriunda da Educação Popular. Uma matriz formativa baseada na ação política da vida de lutas das organizações dos trabalhadores e trabalhadoras compreendidos como protagonistas das mudanças conjunturais e estruturais na sociedade e não como meros coadjuvantes e ou espectadores do seu próprio processo de libertação.

Para tanto, faz-se necessário formar política e ideologicamente o povo, com suas lideranças, militantes, dirigentes e quadros em condições de desenvolver a capacidade de teorizar sobre suas práticas sociais sobre as condições das forças produtivas e da luta de classes como motor da história. Há que combinar o estudo científico com a prática militante, relacionar teoria e a prática de modo cotidiano na família, no trabalho, na vivência dos valores, nas relações de gêneros, com a diversidade sexual e racial. Ou seja, ir na contracorrente de todo o ensinamento dado à humanidade pelo sistema capitalista.

Para alcançar êxitos na construção de uma outra sociedade, o processo formativo da classe deve ser intencionalizado na direção da conquista do poder do Estado, da democracia popular, da formação de seres humanos novos para a construção de uma sociedade socialista. Dessa maneira, a Educação Popular não deve ser vulgarizada, reduzindo-a a um conjunto de práticas ou de *metodologismos* de dinâmicas e exercícios ditos *participativos*. Essa visão deturpada da Educação Popular retira seu caráter de classe e sua dimensão emancipadora, servindo a interesses escusos de mera reprodução do *status quo*. A prática da ENFF de vincular as dimensões pedagógicas da formação humana com um projeto político transformador posiciona e reafirma o caráter revolucionário da Educação Popular, desde Paulo Freire (1993):

Entendo educação popular como o esforço de mobilização, organização e participação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí (Freire, 1993, p.19).

Estas três fontes pedagógicas reafirmam a construção do método de análise Materialista Histórico Dialético, desde a concepção filosófica e visão de mundo, na existência material e concreta do meio em que vivemos, onde os sujeitos, movidos entre contradições, fazem mover a história. A compreensão deste campo teórico enquanto método de análise possibilita evitar dogmatismos, reducionismos economicistas e vulgarizações nas análises. Também contribui para a construção de uma visão articulada da totalidade, incorporando as especificidades sem cair numa visão relativista da realidade. Implica na crítica e na contradição

não como um problema, mas como parte essencial dos processos.

O campo do método pedagógico orienta as ações da ENFF e reafirma a importância estratégica da formação política, relativizada no campo progressista nos últimos anos. Compreende-se que não há luta sem organização e que não há organização sem formação política. Disso, decorre um tripé indissociável: formação, organização e lutas. O mesmo implica na construção coletiva do conhecimento, mesmo que não assuma na maior parte dos casos a formalidade acadêmica. Os participantes dos processos formativos da ENFF unificam visões de mundo, critérios de análise, mecanismos de construção coletiva do conhecimento e conclusões comuns, a partir de exercícios pedagógicos como a construção coletiva de análises de conjuntura, planos de formação política, entre outros.

A materialidade do método pedagógico da ENFF

A Escola, ao longo destes 15 anos, pôde incorporar em sua dinâmica formativa elementos pedagógicos colhidos das experiências de diferentes organizações de diversos países que passam por ela. Inicialmente a América Latina e Caribe, e atualmente outras partes do mundo, como a África e a Ásia. Elementos impactantes desde as concepções de cultura, dos conteúdos dos cursos, das formas de abordagens de temas e recuperações de processos históricos de resistências desde a perspectiva dos oprimidos do mundo.

Os cursos são planejados, organizados e realizados considerando quatro núcleos que correspondem a perfis distintos de público, considerando militantes, dirigentes e outros ainda para quadros políticos das organizações populares. Assim são definidos: a) *Núcleo de Teoria Política Nacional*, voltado para organizar a formação com as organizações populares camponesas e urbanas do Brasil; b) *Núcleo de Teoria Política Internacional*, organiza cursos e intercâmbios com as organizações populares de todos os continentes; c) *Núcleo Urbano Popular*, organiza e acompanha ações formativas com as organizações populares urbanas e do meio sindical nacional, cujo eixo central é o conflito entre o trabalho e o capital; d) *Núcleo de Estudos Formais*, voltado para construir parcerias institucionais de cursos de graduações e pós-graduações com as Instituições Públicas de Ensino Superior. As programações de cada curso são compostas por um *currículo básico*, envolvendo os campos da história, economia, filosofia, questão agrária, teoria da organização e método de trabalho de base, além de outros temas de acordo com as especificidades do grupo e suas necessidades.

Para a realização dos cursos, com exceção das turmas internacionais haja vista o alto custo econômico, implementa-se a metodologia da Pedagogia da Alternância que intercala o Tempo Escola (TE) com o Tempo Comunidade (TC). Durante o TE, os(as) educandos(as) são inserem nas tarefas do cotidiano da ENFF; no TC, seguem com seus *afazeres militantes* em suas organizações, as quais encaminham responsabilidades específicas e acompanham as orientações de estudos vinculadas ao curso.

O conjunto dos diferentes cursos é acompanhado por uma Coordenação Política Pedagógica (CPP)⁵, composta por um coletivo de formadores(as) cuja preparação é fundamental para o êxito dos processos pedagógicos. Possibilita a apropriação da concepção do método, das ferramentas metodológicas e da unidade pedagógica. Ao longo dos cursos, a CPP faz diversas reflexões críticas frente às questões concretas do dia a dia, onde a contribuição e visões distintas de outras organizações e de outros países qualificam o processo.

Há uma intencionalidade política e pedagógica ao organizar cronologicamente os momentos vivenciados na Escola, desde o momento do despertar pela manhã até o de se recolher para o descanso à noite. Os *tempos educativos* são formas de como a rotina se materializa na prática, organizada de tal maneira que possa possibilitar o desenvolvimento do planejamento do cotidiano formativo para toda a coletividade presente. O método de planejar, organizar e fazer funcionar a implementação das *dimensões formativas*, estas compreendidas como a intencionalidade para com cada um dos tempos educativos, tem o sentido de colocar a cada sujeito a sua parcela de responsabilidades programadas no cotidiano, conforme a proposta de atividades de cada turma de cada curso. Neles, são considerados os horários das cinco refeições do dia, do trabalho ligado às demandas da reprodução social, das reuniões organizativas, do estudo individual e coletivo, da vivência da mística, dos seminários, dos ciclos de debates, das oficinas e dos espetáculos artísticos, dos saraus literários, dos espaços de discussão de gênero e diversidade sexual, da inserção de educandos(as) e educadores(as).

Na ENFF se implementa a concepção de formação política e pedagógica do MST, a qual articula as diferentes dimensões humanas, materializada em

5 A CPP tem o papel não só de planejar, organizar e desenvolver os cursos desde os quatro núcleos de estudos, mas, também de manter um processo constante de trabalho de acompanhamento do funcionamento do conjunto da ENFF. Disso decorre um constante processo de avaliação desde as atividades mais abertas, pontuais e de caráter de “evento” até as atividades de longa duração, em que os temas de conteúdo, métodos de trabalho, perfil das turmas, novas demandas e ou necessidades trazidas pelos grupos que estejam na Escola, encontram nesse coletivo o espaço de discussão, maturação e formas de encaminhamentos. A CPP diante deste conjunto de tarefas, cabe ainda o desafio de elaboração e análise teórica e prática do fazer cotidiano da ENFF, de seu papel político e pedagógico na formação de militantes e quadros e das questões candentes impostas pelas mudanças nas conjunturas.

diferentes *tempos educativos*. Uma metodologia, cujo objetivo volta-se para o desenvolvimento prático de uma visão integral política e cultural do ser humano, destacando a importância do valor do estudo permanente, da busca do conhecimento científico, do trabalho coletivo, do aprofundamento da qualidade das relações humanas, da disciplina revolucionária, da organicidade, da mística, da arte e da cultura, dentre outras. Estas, que articuladas nos diferentes tempos educativos, são estimuladas, desenvolvidas e vivenciadas através da organicidade.

A dimensão da *organicidade* envolve a maneira como se coloca em movimento a construção coletiva da gestão da Escola como um todo, capaz de inserir cada sujeito na construção das decisões e em suas implementações, a partir de cada espaço organizativo. Por exemplo, as turmas se dividem e se organizam em núcleos de base, coordenações e assembleias, em diálogo com a Coordenação Política Pedagógica e os setores de trabalho da ENFF, conforme o longo processo de constituição interna⁶ do MST como um todo.

Nosso acúmulo prático, político, teórico e organizativo se consolida afirmando que a organicidade é um organismo social vivo, dinâmico, em movimento e constante evolução, construído a partir da materialidade, como tradução das formas organizativas, demandas e necessidades, compostas por um conjunto de especificidades que compõem a totalidade do Movimento Sem Terra em um dado momento político, vinculando objetivos imediatos e práticos aos objetivos estratégicos. É, pois, a organicidade, a antecipação de algo que queremos construir, um princípio e tem a ver com o jeito (método) de funcionar, de dar vida à estrutura orgânica que adotamos em cada espaço organizativo.

A organicidade está diretamente vinculada aos objetivos imediatos e estratégicos da organização e busca superar o elemento do individualismo tão incentivado pelo capitalismo, construindo dentro das contradições, soluções coletivas. Ressalta-se que não é algo estático e sim dinâmico, passível de alteração conforme as práticas e as reflexões a partir de uma avaliação constante, assim como as readequações dos objetivos propostos.

A vivência em todos os momentos do cotidiano, desde o sentir-se animado e fortalecido em cada tempo educativo, trazer a memória das lutas e dos lutadores, projetando um futuro melhor, uma nova sociedade é o que busca construir a dimensão da *mística*. A mística é como uma fonte de sentidos, de ânimo, projeta e traz para o presente a possibilidade de um mundo mais justo e mais humano. São momentos de força e energia capazes de impulsionar, de jogar a militância

⁶ Documento: MST, desafios da organicidade na jornada nacional; texto interno do setor de formação 2019.

para frente, momentos de afirmação de certezas de que vale a pena sonhar com um projeto de país. Segundo Bogo (2011),

Quando falamos em mística, lembramos mistério: coisas que antecederam e não temos como explicar. Entretanto, desperta em nós a sensibilidade e a admiração por atitudes ou autoconhecimentos que diferenciam os comportamentos entre os seres humanos. Enquanto uns querem ir sempre mais longe, na superação dos desafios, outros não arriscam e se satisfazem em ficar sempre por perto do que lhe é mais cômodo” (Bogo, 2011, p.196).

Por isso, a mística é fundamental para animar a vida e a luta, para embelezar os ambientes, trazer alegria, vibrações e motivações para o conjunto do viver. Tem o sentido de manter acesa a vontade de lutar, de combater, de exercer a criatividade e o amor pela causa da revolução. E ela se expressa de muitas maneiras, nas diferentes linguagens como a música, a poesia, o teatro, as artes plásticas, enfim, em diferentes jeitos de apresentar o projeto de vida que se almeja alcançar.

A dimensão do *estudo* é voltada à compreensão da necessidade da elaboração da teoria transformadora e do quanto esta não ocorre de maneira espontânea. As diferentes necessidades de elaboração prática e teórica das organizações da classe trabalhadora exigem a apreensão da realidade concreta, refletidas criticamente desde um processo dialético e coletivo. Por isso, a importância de fazer os nexos entre a luta teórica, as lutas econômicas e políticas, compreendidas como manifestações da luta de classes.

Estudar é, portanto, uma necessidade vital para os que lutam, para além da obtenção de um diploma, ou elaborações em abstrato. Também, não se trata de entender a teoria como fórmula acabada, como solução para todos os problemas ou modelo para o empreendimento da luta dos trabalhadores e suas organizações. O estudo é um valor para encarar os desafios colocados na luta concreta, aplicado de forma criativa e inovadora pela própria classe ao encontrar as saídas para os seus problemas reais. Estudar exige compromissos com uma nova cultura, desde uma disciplina consciente assentada em uma postura de organização e planejamento, individual e coletiva. Uma postura capaz de abarcar as práticas de leitura, escrita, reflexão, intervenção e escuta de educadoras e educadores, cujos sentidos despertam e aprofundam as posturas de alteridade, solidariedade, da unidade, da coletividade, entre outros.

Já a dimensão do *trabalho* precisa ser compreendida desde seus aspectos históricos, filosóficos e sociológicos, desenvolvidos em Marx (2004) como uma categoria cujo caráter é dialético, ambivalente e contraditório. Ambivalente no

sentido de que sob a formação social do capital, o trabalho se expressa em seu caráter alienante, tendo suas potencialidades de criação das atividades e da produção da vida, alheios, estranhos, externos a si mesmo e apropriados privadamente por outrem. Mas, ao mesmo tempo, sob estas mesmas condições, é possível ocorrer a cooperação de milhares de trabalhadores, tornando inevitável, uma vez reunidos em coletividades, transformar atos individuais em atos coletivos.

Nesse sentido, o trabalho na ENFF não é algo isolado das contradições dialéticas oriundas da ordem do capital. Porém, por ele guardar a qualidade de não isolar e sim articular aspectos da produção, da política e da cultura, tem a capacidade relacional. Explorar essa capacidade, desde as condições objetivas e subjetivas do conjunto das dimensões formativas produz as conexões de coesão social e de ocupação de um, de cada ser humano, em um lugar social no mundo, onde o trabalho reserva a si um importante papel no processo de formação da identidade coletiva.

Mesmo no cotidiano da ENFF, vivendo-se os impactos dos valores protagonizados pela lógica do modelo capitalista e patriarcal enquanto concepção e prática da desigual divisão social e sexual do trabalho, ele passa a ser ressignificado no momento em que todos os trabalhos são valorizados, considerados importantes para o funcionamento do todo. Essa dimensão, no entanto, requer uma permanente discussão e avaliação em torno das práticas para além da teoria sobre uma divisão justa e igualitária do trabalho. Amplia o debate em torno do desvelar, desnaturalizar as tarefas ligadas as necessidades concretas da vida humana, sobretudo em uma coletividade, aportando um rico processo formativo.

Sendo assim, o trabalho compreendido como necessidade elementar da reprodução social é efetivado como parte do processo emancipatório, rompendo com a lógica alienada, estranhada e imposta pela ordem capitalista. O sentido político dessa dimensão envolve ainda o resgate do valor do trabalho voluntário, como formador das consciências e de sujeitos que exercitam aspectos da nova sociedade. Uma de suas expressões cotidianas passa pela disponibilização de tempo e conhecimentos científicos, de educadores e educadoras com suas pesquisas e acúmulos teóricos, colocados a serviço da formação da militância das organizações populares.

A dimensão da *arte e cultura* compreende a experiência humana de participação em processos de trabalho, de luta, de organização coletiva, como a tradução de um modo de vida ou em um jeito de ser humano, que produz e reproduz conhecimentos e visões de mundo, traduzem a concepção de cultura do MST. Na sociedade capitalista, a classe dominante cria um padrão cultural único, o qual ao mesmo tempo impõe e limita o acesso aos bens culturais produzidos pela huma-

nidade. Desse modo, o trabalho com a cultura e a arte desde os interesses dos trabalhadores implica em crítica à cultura hegemônica da sociedade capitalista, materializada na Indústria Cultural. Por esta cultivar e projetar valores com base no individualismo, na competição, na separação entre quem trabalha e quem produz arte, sendo a arte considerada e tratada como mercadoria.

De acordo com Lombardi (2016), as artes educam a subjetividade, elevando a capacidade de elaborar diferentes formas de posicionamentos perante os fenômenos humanos, ultrapassando o pragmatismo cotidiano. As artes trazem para a vida de cada pessoa a riqueza resultante da vida de muitas gerações, em formas condensadas, possibilitando que o indivíduo vivencie, de forma artística, aquilo que não seria possível viver com tal riqueza na sua cotidianidade individual. A formação política que contempla a dimensão cultural e artística é um passo para a ação contra hegemônica de classe que seja capaz de contribuir nas condições políticas, éticas e estéticas aos militantes, para que possam compreender criticamente a formação dos sentidos e construir individual e — mais importante — coletivamente, ações e formas de representação da realidade que digam respeito a uma perspectiva emancipadora, ou seja, de caráter socialista.

Além disso, a dimensão formativa dos *valores humanistas e socialistas* são exigentes em desnaturalizar os valores da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, forjar seres humanos que construam as suas histórias numa sociedade emancipada. Dessa maneira, está posto o confronto entre o *natural* e o *extraordinário*, tendo este a necessidade de desenvolver novas práticas de valores.

Alguns desses valores se expressam na *solidariedade* como compromisso com o outro através da capacidade da oferta do que se tem de mais precioso, o amor ao povo e a luta por justiça social em todos os lugares do mundo; o *internacionalismo* como um princípio orientador dos lutadores e lutadoras na luta pela construção de uma sociedade justa, igualitária e solidária; o *espírito de sacrifício* na luta coletiva para a emancipação da classe trabalhadora; a *capacidade de indignar-se* diante das injustiças sociais; a *disciplina* revolucionária, desde o cumprimento dos acordos coletivos, o que será possível se houver a elevação dos níveis de consciência, tornando-se disciplina consciente um fundamento da conduta e do comportamento que se expressa no dia a dia e nas atitudes e preocupações com a eficiência no fazer; o *compromisso com a organização e o projeto*; na pontualidade, na realização das tarefas; na coerência em todos os momentos, no respeito ao coletivo.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a materialidade pedagógica da ENFF está no *ambiente educativo* em que ela própria foi se constituindo ao realizar os processos de formação política ideológica, permitindo novas interações edu-

cativas em cada parte e na sua totalidade. Dessa maneira, a história da construção da Escola, as elaborações metodológicas, os critérios de participações dos sujeitos nos cursos, as dimensões formativas e a vivência coletiva pressupõem uma intencionalidade no seu Projeto Político Pedagógico.

Considerações finais

A ENFF, ao completar 15 anos, expressa-se como uma síntese formativa da construção histórica do MST. Durante o ano de 2020, organizou-se para seguir implementando os diferentes cursos, mas também para celebrar e, sobretudo, avaliar todo esse percurso formativo. Compreende-se, então, a importância de atualizar a análise da correlação de forças entre o capital e o trabalho, analisar o avanço das forças repressoras, capitalistas, saqueadoras, sobre as economias dependentes como a brasileira, latino-americana, africana.

Abre-se um tempo de balanços políticos e estes, de modo geral, não estão restritos aos 15 anos da Escola, por sinal datados em um recorte de conjuntura específico, o qual alterou-se drasticamente nos últimos três anos. A formação política não só enquanto atuação do MST, mas do conjunto do campo político do Projeto Popular e dos setores progressistas como um todo, encontra-se afetada pela crise de projeto estratégico do conjunto da esquerda nacional e internacional, verificada na insuficiência em concentrar todos os seus esforços nas lutas eleitorais. Faz-se necessário reconstituir forças sociais organizadas e conscientes. Para isso, a formação cumpre com um papel fundamental. Contudo, não é algo descolado do conjunto da classe, embora possa percorrer um caminho de formulação de subsídios, tema de primordial importância.

Outro desafio emerge do trabalho de identificação das novas características da complexidade do atual perfil dos estudantes, militantes, ativistas, dirigentes do MST, do conjunto da esquerda, do campo progressista e dos trabalhadores que participam dos cursos. Essa questão remete a um ser social forjado sob a batuta de mais de trinta anos de ideias, propagandas e práticas liberais, individualistas e personalistas, valores sobre os quais a nova geração de militantes não está imune. Estes valores compreendidos como antagônicos à dimensão da organicidade, do trabalho coletivo e, da disciplina militante e que são frutos das profundas contradições, angústias e reflexões em torno das complexas relações de produção e que precisam de aprofundamento teórico e prático.

A ENFF também está envolvida em produzir um balanço político e pedagógico sobre as atuais necessidades e contradições na formação de quadros e de

dirigentes políticos, para além de frequentar mais um bom curso na Escola. Em outros termos, pode-se perguntar: quais são as questões atuais mais candentes dos diferentes campos da luta popular, desde a luta pela terra, pelo trabalho, pelos direitos e quais perguntas estas lutas tem a fazer aos pensadores clássicos? Quais são as questões atuais da velha polémica reforma ou revolução? De que maneira o pensamento de Florestan Fernandes pode contribuir para a elaboração do projeto popular?

Estas e outras questões perpassarão os rituais de celebração deste feito histórico da classe trabalhadora agrária brasileira. Mas, os desafios e questões não embotam o reconhecimento da importância de *uma Escola em construção* realizada pelos esforços coletivos e solidários para além do MST. Há, também, um conjunto de certezas nessa jornada. Uma delas é o investimento da formação política, desde o conjunto de dimensões pedagógicas explicitadas acima, o que confere à ENFF seguir perseguindo o desafio da educação e da preparação de uma geração de dirigentes das lutas e das organizações dos povos.

Compreender a formação humana como um campo amplo de desenvolvimento dos diferentes sentidos, habilidades, potencialidades e capacidades é uma grande riqueza pedagógica e acena um caminho por onde seguir. Um caminho, portanto, a ser avaliado e reorganizado se necessário de modo permanente, pois esse exercício informa por onde passam os desbloqueios das potencialidades, das criatividade e das diferentes capacidades de agir de uma militância aberta e sedenta de conhecimentos. Como um todo, essa jornada, apesar de seus conflitos e limites, é, sem dúvida, um feito a ser celebrado.

Referências

BOGO, Ademar. **Organização política e política de quadros**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

CALDART, Roseli Salet. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. “Caminhos para transformação da escola: Pedagogia do MST e Pedagogia Socialista Russa”. In: CALDART, R. S.; VILLAS BÓAS, Rafael, L. (orgs.). **Pedagogia Socialista: legado da Revolução de 1917 e desafios atuais**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

CERQUEIRA, Laurez. **Florestan Fernandes: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COM festa e alegria, MST inaugura Escola Nacional Florestan Fernandes. **Jornal Sem Terra**, fevereiro 2005.

FREIRE, Paulo. **Que fazer teoria e prática em educação popular**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

IANNI, Octavio. **Florestan Fernandes: Sociologia Crítica Militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

KRÚPSKAYA, Nadezhda. **La educación laboral e la enseñanza**. Moscou: Editorial Progreso, 1986.

LOMBARDI, J. C. (org.). **Crise capitalista e educação brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

MAKARENKO, Anton. **Obras**, v. 1-7. Moscou: Editorial Progreso, 1957.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

CUBA EM BUSCA DO SOCIALISMO PRÓSPERO E SUSTENTÁVEL

Sergio Guerra Vilaboy¹

Já faz trinta anos que, com o desaparecimento do socialismo na Europa Oriental e a desintegração da União Soviética, junto com o reforço do bloqueio econômico por parte dos Estados Unidos, a Revolução Cubana foi colocada na conjuntura mais difícil de sua história. Provavelmente, em nenhuma das etapas pelo qual tinha transitado até então, os problemas do processo revolucionário — desde sua fase armada (1953-1958), passando pelo triunfo da etapa de transição do capitalismo ao socialismo (1959-1961), a criação do Estado socialista (1962-1970) ou mesmo na institucionalização (1971-1989) — foram tão agudos e prolongados como os surgidos de improviso no apagar das luzes do século XX².

A profunda e inesperada crise econômica esteve motivada pela perda simultânea de mercado, preços e créditos, algo sem precedente. A capacidade de importação de Cuba caiu abruptamente de quase 8 bilhões de dólares anuais para menos de 2 bilhões, rebaixando a níveis críticos os insumos do país, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 40%. Em pouco tempo, passou-se de uma média anual de importações (1985-1990) de 7,770 bilhões de dólares para 1,719 bilhões de dólares, quando o PIB chegou a ser 65% do que era em 1989. A média de calorias baixou, no mesmo período, a mais de 3 mil calorias per capita, em 1995, e 55 gramas de proteína³.

Para amenizar a tremenda crise econômica, o governo decidiu implementar um “plano para o período especial”, desenhado originalmente para tempos de guerra, e que, entre outros aspectos, propôs distribuir equitativamente os escassos recursos existentes. Com isso, foram fechadas fábricas, empresas públicas e outros centros produtivos e de serviços — incluindo rotas de transporte — para

1 Tradução de Raphael Castelo Branco da Silva.

2 Mais detalhes da periodização em Sergio Guerra Vilaboy e Alejo Maldonado Gallardo: *Historia de la Revolución Cubana*, Navarra, Txalaparta, 2009.

3 Ver: Bert Hoffmann (editor): *Cuba, apertura y reforma económica*, Caracas, Nueva Sociedad, 1995, p. 85.

os quais não havia nem as matérias-primas nem os insumos energéticos indispensáveis que, em sua maioria, eram importados da Europa Oriental.

Em menos de quatro décadas, Cuba teve que reorientar sua economia mais de uma vez. Em primeiro lugar, como consequência das transformações geradas após triunfo da Revolução Cubana em 1959, quando foi necessário modificar toda a estrutura socioeconômica do país e, diante do bloqueio imposto pelos Estados Unidos, focalizar o comércio exterior na direção da comunidade socialista europeia, fechando, assim, o tradicional mercado norte-americano que predominava desde o final do século XVIII. Agora, quando o ambiente em que estava inserida Cuba desde a década de 1960 desapareceu, a Ilha, encontrou-se em meio a uma crise econômica sem paralelo. Consequentemente, precisou modificar drasticamente todos os seus vínculos externos e, em grande medida, também o seu sistema econômico em face do dramático dilema de preservar as conquistas sociais obtidas pela Revolução ou render-se ao assédio norte-americano.

Nesta grave situação, e depois de um atraso de sete meses, reuniu-se, em outubro de 1991, o *IV Congreso del Partido Comunista de Cuba* (PCC) que transformou substancialmente a equipe dirigente, já que 67% dos 225 membros do Comitê Central do PCC eram novos. O PCC propôs uma reforma constitucional que incluiu a eleição direta de deputados, ratificou o unipartidarismo, aceitou o ingresso de religiosos nas fileiras da organização política e fundamentou a necessidade de empresas mistas com capital estrangeiro (Kapcia, 2014, pp.174-178). Poucos meses depois, a Constituição de 1976 foi reformada e a *Asamblea Nacional* renovada por voto direto e secreto, eleições essas que demonstraram, apesar dos graves problemas econômicos, o apoio majoritário dos cidadãos ao projeto socialista.

Deve-se acrescentar que, nestas circunstâncias, o bloqueio dos Estados Unidos a Cuba foi redobrado pelas leis Torricelli e Helms-Burton. A primeira, aprovada pelo Congresso norte-americano em 23 de outubro de 1992, com o nome de Lei para a Democracia Cubana, estabelecia, entre outras medidas punitivas, a eliminação das autorizações para que empresas estadunidenses radicadas em outros países negociassem com a Ilha. A outra, sancionada em 12 de março de 1996, abriu a possibilidade de penalizar nos tribunais dos Estados Unidos empresas de outras nações que façam negócios com Cuba.

Essa legislação anticubana impôs penalidades às empresas ou pessoas que usaram em seus negócios com a maior Ilha das Antilhas bens expropriados de cidadãos norte-americanos, inclusive cubanos, mesmo que não tivessem essa nacionalidade no momento do confisco. O sistema de sanções incluía diversos

regulamentos e obstáculos comerciais adicionais, como os aplicados a um navio de qualquer país que aportasse em um porto cubano e que não poderia fazer o mesmo nos Estados Unidos até que tenha se passado seis meses. Além disso, foi proibida a entrada no território norte-americano de todo produto cubano, assim como qualquer produto que tenha componentes de origem cubana. Nenhuma empresa estrangeira estava autorizada a vender a Cuba produtos que contivessem mais de 10% de componentes americanos, sob o risco de represálias à empresa ou a seus executivos.

Mesmo nas piores circunstâncias deste doloroso processo, o governo cubano conseguiu preservar as conquistas essenciais da Revolução: nenhuma escola ou hospital foi fechado, foi garantida uma cesta familiar mínima de produtos alimentícios indispensáveis a preços subsidiados. Nessas condições, a imensa maioria da população viu-se obrigada a recorrer a diversas formas de resistência que, espontaneamente, geravam as mais criativas atividades para suprir renda e resolver os múltiplos problemas que surgiam com as drásticas restrições de alimentação, transporte, eletricidade e outros itens básicos da vida cotidiana.

As principais cidades cubanas, que careciam de eletricidade durante muitas horas por dia, agora eram coloridas não apenas pelos meios de locomoção emergentes, como a bicicleta ou o *camello*, — denominação popular para os longos caminhões de carga habilitados para o transporte público — mas também por causa de uma série de atividades até então desaparecidas, como os *paladares* (restaurantes privados), *boteros* (motoristas) e *merolicos* (vendedores). Entre as sequelas dessa acentuada deterioração do padrão de vida da população cubana, também ocorreu o colapso de muitos serviços sociais e a ampliação do mercado negro.

Igualmente como consequência da crise, foram incrementadas como nunca as saídas ilegais para os Estados Unidos, em particular, a partir do verão de 1994, quando Cuba decidiu descriminalizá-las, permitindo que mais de 30 mil pessoas abandonassem o país em embarcações inapropriadas. Essa onda descontrolada, favorecida pela lei norte-americana de “Ajuste Cubano”, que data de 1966, obrigou o governo de Washington a assinar, com seu homólogo em Havana, novos acordos migratórios em 1994 e 1995. O entendimento abriu as portas novamente para a migração legal a partir da concessão de mais de vinte mil vistos anuais pelo conceito de reagrupamento familiar e sorteio. Além disso, os Estados Unidos se comprometeram a devolver os emigrantes recolhidos em alto mar, enquanto eram autorizados voos charter de seu território com destino a Cuba. O resultado foi uma diminuição do fluxo ilegal de cubanos para os Estados Unidos, ainda que não tenha desaparecido totalmente⁴.

4 Segundo o censo de 1990, nos Estados Unidos viviam, naquele momento, mais de um milhão de

Resultados das reformas conjunturais

Nas complexas circunstâncias do “período especial”, o governo cubano adotou, a partir do segundo semestre de 1993, uma série de disposições destinadas a impulsionar o desenvolvimento das indústrias turísticas e farmacêuticas, como fontes principais de obtenção de recursos externos, juntamente a várias reformas conjunturais alheias ao modelo socialista existente. Estamos nos referindo a livre circulação do dólar e à abertura de lojas nessa moeda (9 de agosto de 1993); a autorização do trabalho autônomo, incluindo permissão para alugar quartos particulares para visitantes estrangeiros (9 de setembro de 1993); a reinauguração dos mercados agrícolas e de bens artesanais e industriais regidos pela oferta e demanda (19 de setembro de 1994) e a promulgação, em 5 de setembro de 1995, de uma nova lei de investimentos, que abriu ao capital estrangeiro quase todos os setores da economia do país. A estas, agregamos a cooperativização de dois terços da agricultura estatal, substituídas pelas chamadas *Unidades Básicas de Producción Agropecuaria*. Todas estas medidas visavam não só atenuar os graves efeitos da crise sobre a precária economia familiar, mas também superar, no mais curto espaço de tempo possível, as difíceis condições do chamado “período especial”.

Sem dúvida, essas disposições foram bem-sucedidas, pois permitiram à Cuba sair dos momentos mais críticos, tirar a economia como um todo do atoleiro e reavivar, gradativamente, os setores agrícola, industrial e de serviços. A prova disso é o crescimento do PIB entre 1994 e 1998, a uma média anual de 2,2%, chegando a 6,2% em 1999, mesmo ano em que o turismo atingiu o número de um milhão e meio de visitantes estrangeiros — eram apenas 200 mil em 1986⁵ —; enquanto o número de empresas mistas operando em Cuba passou de quatro, em 1990, para quase quatrocentas uma década depois. O excedente de dinheiro nas mãos da população foi parcialmente absorvido e conseguiu-se um relativo equilíbrio monetário. O peso cubano foi revalorizado em relação ao dólar e o déficit orçamentário do Estado foi reduzido a limites aceitáveis, pois, no final da década de 1990, representava somente 3% do PIB⁶.

cubanos. Jesús Arboleya Cervera: *La contrarrevolución cubana*, La Habana, Ciencias Sociales, 1997, p. 219. Ver também, do mesmo autor: *Cuba y los cubanoamericanos. El fenómeno migratorio cubano*, La Habana, Premio Casa de las Américas, 2013.

5 Em 2004, chegou-se a dois milhões de turistas. “Nota del Ministerio del Turismo”, *Granma*, Havana, 17 de janeiro de 2005, p. 1.

6 Hans-Jürgen Burchardt: “El camino de salida de Cuba hacia el nuevo milenio”, em Karl Kohut, María del Carmen Barcia y Günter Mertins (editores.): *Cien años de independentismo de Cuba. II Simposium Cuba-Alemania; Mesa Redonda Neus Folge*, no. 14, Erlangen, Alemanha, Universidade Católica de Eichstätt, 1999, Vol. 2, p. 200 y ss.

Desde 1995, também, produziu-se uma gradual recuperação das produções tradicionais, como o níquel, o tabaco e a pesca, o qual devemos adicionar o significativo crescimento da extração de petróleo bruto e gás, que, já em 2003, permitiu gerar uma parte apreciável de eletricidade com produção nacional — algo mais de 50% —, apesar de que treze anos antes representava apenas 4% (Alonso, 1990, p. 75). Mas a incessante alta do preço do petróleo, junto com um parque industrial obsoleto e ineficiente, tornou insustentável a produção açucareira cubana, o que o historiador Oscar Zanetti qualificou de forma gráfica como “um tipo de estufa que representava suas relações especiais dentro da comunidade de Estados socialistas” (Zanetti, 2012, p. 427). A queda dos preços e volumes de exportação açucareira refletiu-se na evolução das receitas, que passaram de 4,313 bilhões de pesos em 1990 para 2,259 bilhões no ano seguinte; enquanto a colheita diminuiu bruscamente de 7 milhões de toneladas em 1992 para 4,3 milhões em 1993, resultado este que se manteve nesse patamar durante quase uma década (Zanetti, 2012, p. 427 e 432).

Para adaptar-se às duras regras do mercado mundial, adotou-se, em 2002, a difícil decisão de paralisar definitivamente os trabalhos de quase metade das fábricas de açúcar (71 engenhos), que foram desmanteladas. Em junho desse ano, o governo anunciou o deslocamento traumático de mais de cem mil trabalhadores dessa indústria, na chamada *Tarea Álvaro Reynoso*, para capacitá-los em novos empregos. Muitas plantações de cana foram destinadas à semeadura de outros cultivos ou, simplesmente, abandonadas. O resultado dessas disposições, que aspiravam estabilizar a produção de açúcar em 4 milhões de toneladas foi catastrófico, a tal ponto em que, em 2005, a safra só alcançou 1,2 milhão de toneladas — a produção de um século atrás (Zanetti, 2012, p. 439).

No entanto, o balanço um tanto mais positivo da economia nacional permitiu algumas melhorias sensíveis na esfera social e a reativação de laços cubanos com outras nações. Por exemplo, foi possível garantir e, inclusive em alguns índices, elevar a níveis superiores a qualidade da educação e da saúde pública, apesar da falta de alguns livros e medicamentos ocorrida nos anos noventa. Esse panorama mais animado, dependia fundamentalmente de aportes do turismo e das chamadas “remessas”, transferências familiares de dólares provenientes do exterior — que tinha suas limitações, pois beneficiava apenas uma pequena parte da população. Outro elemento negativo foi que a combinação da dolarização da economia com a política monetária restritiva — que conduziu a quedas ostensivas do salário real — resultou no inevitável aparecimento de certas desigualdades, enfraquecendo o modelo de equidade característico do socialismo cubano.

A crescente articulação do turismo com o resto da economia, que permitiu a transferência de capitais para reativar as produções nacionais, trouxe benefícios imediatos. Desta maneira, a participação da indústria autóctone no abastecimento do mercado turístico nacional passou, em uma década, de 12% para 70% (2003), o que esteve associado ao alcance de padrões internacionais de qualidade para essas produções, inclusas as bebidas alcoólicas, refrigerantes, sabonetes, perfumes, alimentos e outros. Também foi possível melhorar as telecomunicações e os meios de comunicação de massa com a instalação de novos serviços telefônicos, além do aumento do horário de transmissão televisiva e de circulação de jornais e revistas. Além do mais, deve-se acrescentar a redução do desemprego — que, em 1995, chegou a 8,3% —, cuja taxa era de 1,9% em 2004, o que permitiu a Cuba recuperar sua posição como uma das mais baixas taxas do mundo⁷.

Apesar desse revelador ritmo de crescimento e do aumento gradual da eficiência econômica — a produtividade do trabalho, já em fins de 1999, subiu 5,4% —, não se conseguiu compensar os impactos negativos acumulados pelas severas restrições dos anos mais críticos do “período especial” entre 1991 e 1994, e o desempenho ineficaz da produção de açúcar, bem como os efeitos derivados da deterioração sistemática dos termos de troca: calcula-se em cerca de 18%, em comparação a 1998, motivada fundamentalmente pela queda persistente dos preços das exportações tradicionais, assim como pelo aumento desproporcional dos combustíveis. Tudo isso provocou uma estagnação do crescimento econômico que havia sido registrado no final da década de 1990 em termos de PIB, de forma que em 2002 este foi de apenas 1,1%, embora em 2003 tenha atingido 2,6% e 5% em 2004⁸.

A isso deve-se acrescentar que, durante o governo de George W. Bush, desenvolveu-se uma política ainda mais agressiva contra Cuba, fruto em grande parte do resultado de sua estreita relação com a *Fundación Nacional Cubano-Americana* (FNCA) — fundada em 1981, segundo o esquema do *lobby judeu* — e aliado dos setores mais conservadores dos Estados Unidos. Por isso, não só foram mantidas as medidas punitivas das leis Torricelli e Helms-Burton, como também, em 20 de maio de 2004, o presidente Bush lançou uma nova série de disposições contra Cuba, que incluía duras restrições às visitas familiares e ao envio de dinheiro para a Ilha, as quais foram respondidas várias contramedidas, dentre elas, a retirada do dólar da circulação

7 “El empleo en Cuba no tuvo año bisiestro”, *Trabajadores*, Havana: 3 de janeiro de 2005, p.

8 “Informe sobre los resultados económicos del 2003 y el plan económico y social para el año 2004” de José Luis Rodríguez, Ministro de Economía y Planificación, *Granma*, Havana, 25 de dezembro de 2003, p. 3.

nacional, substituído pelo peso conversível.

Bush também expandiu as transmissões de rádio e televisão contra Cuba e forneceu recursos para a dissidência interna. Em reação, o governo cubano convocou um referendo, realizado em 2002, que estabeleceu o caráter irrevogável do socialismo, por aprovação majoritária da população. Além disso, encarcerou-se 75 opositores em março de 2003, condenados a severas penas por “colaborar com uma potência estrangeira contra sua pátria” (Zanetti, 2013, p. 327-328). Apesar da hostilidade, o presidente norte-americano não conseguiu, por pressão de fazendeiros e exportadores norte-americanos, reverter as autorizações aprovadas no final do governo de Bill Clinton para permitir que a Ilha importasse alimentos dos Estados Unidos.

Nos primeiros três anos de vigência desta disposição, sancionada em 16 de dezembro de 2001, Cuba conseguiu adquirir cerca de quatro milhões de toneladas de alimentos em 425 viagens de navio, pagando em dinheiro quase 1 bilhão de dólares. O complexo sistema de transações monetárias, por meio de bancos de outros países, provocava, a longo prazo, perdas financeiras para a Ilha, diante da impossibilidade de compensá-la com suas exportações. Isso ocorre porque esse comércio só pode ser feito em uma direção, com permissões especiais e sem créditos, o que fez com que decaíssem as compras que, com o tempo, têm se mantido em níveis mais discretos.

Entre os acontecimentos que ocorreram nesse período, figura a prisão em Miami, em 12 de setembro de 1998, de cinco jovens cubanos. Condenados injustamente a diferentes penas de prisão, através de uma acusação manipulada de espionar a favor do governo da Ilha e de colocar em perigo a segurança dos Estados Unidos. Para conseguir sua libertação, iniciou-se uma intensa campanha mundial. Também devem ser mencionadas as importantes visitas do Papa João Paulo II a Cuba em fins de janeiro de 1998, sendo o primeiro pontífice a fazê-lo, e, também do ex-presidente Jimmy Carter, em maio de 2002.

A batalha das ideias

Uma mudança significativa na situação interna cubana foi produzida a partir do caso Elian. Esse processo começou quando, em 25 de novembro de 1999, foi resgatado no mar, diante da costa norte-americana da Flórida, o menino cubano Elian Gonzáles, de 6 anos de idade, depois do naufrágio e morte de dez de seus acompanhantes, incluindo sua mãe. Depois de um longo litígio judicial nos Estados Unidos por parte da autoridade parental, que atraiu a atenção mundial,

Elian regressou a Cuba em 28 de junho de 2000, onde tinham ocorrido grandes marchas e protestos populares exigindo o retorno para seu pai, residente na Ilha.

A campanha pelo retorno de Elian foi encabeçada pessoalmente pelo comandante Fidel Castro, que criou uma espécie de gabinete paralelo com os dirigentes da *Unión de Jóvenes Comunistas* (UJC) para sua implementação⁹. Com isso, também, com eles, iniciou-se uma ofensiva político-ideológica em diversas direções denominada *Batalla de Ideas*, encaminhada também a reverter o pessimismo e as carências materiais brotadas em certos setores da população diante das enormes dificuldades do “período especial”. Seus principais campos de ação foram a educação e a cultura, caracterizados por um inusitado desenvolvimento da criação intelectual, pondo a ênfase na defesa da identidade e dos valores nacionais frente o avanço do pensamento único e o neoliberalismo dominante no panorama mundial.

Talvez os êxitos mais sobressalentes dessa campanha foram registrados na esfera educativa, em que não somente foram ampliadas as escolas, com a construção de novas salas de aula e a instalação de modernos equipamentos de computação, aumentando o número de professores por aluno, como também houve o surgimento de um ambicioso plano de universalizar o ensino, que contemplava a possibilidade de cursar diplomas universitários em qualquer parte do país. Como parte da *Batalla de Ideas*, foram promovidas uma educação e uma cultura geral integral para toda a população, mediante a intensa utilização, entre outras vias, de uma programação especial de televisão — inclusive com a abertura de novos canais educativos, em 2002 e 2004 — denominada *Universidad para Todos*.

Em menos de três anos, foram inaugurados 150 novos centros universitários, com professores selecionados entre os profissionais de todas as províncias do país. A matrícula universitária cresceu 208%, com destaque nas carreiras de Ciências Humanas, com ênfase na formação de assistentes sociais. Entre os centros de educação superior criados estava a *Universidad de Ciencias Informáticas* (UCI), que ocupou um espaço nos arredores de Havana, onde ficava a antiga base militar russa de escuta de rádio (Lourdes), fechada em 2001 por decisão unilateral do presidente Vladimir Putin¹⁰.

Além disso, acentuou-se uma atenção diferenciada aos setores da população menos favorecidos, para os quais formou-se um verdadeiro exército de jovens assistentes sociais, muitos deles estudantes ou graduados nessa carreira. Outra conquista dessa ofensiva foi denominada “*revolución energética*” que não só dei-

9 Mais informações em Kapcia, op. cit., p. 175 y ss.

10 Nikolai Leonov: *Raúl Castro. Un hombre en Revolución*, La Habana, Editorial Capitán San Luís, 2015, p. 287.

xou mais eficiente, barata e estável a distribuição elétrica nacional, como também incluiu a massiva substituição, a preços subsidiados, de centenas de milhares de aparelhos e utensílios eletrodomésticos, entre eles refrigeradores, televisores, aparelhos de ar-condicionado, fogões, máquinas de lavar, entre outros, assim como a aquisição de meios de transporte modernos (aviões, locomotivas, ônibus e caminhões), menos consumidores de combustível, adquiridos com generosos créditos outorgados principalmente pela República Popular da China.

É preciso dizer que graças a este plano 95,5% de todas as residências do país foram eletrificadas, enquanto a população cubana alcançava 11,2 milhões de habitantes. Naquela época, 85% das casas pertenciam a seus moradores e 74% delas haviam sido construídas após o triunfo da Revolução, enquanto o percentual de barracos era, em 2002, de somente 5,7%. A expectativa de vida de Cuba era então de 76,15 anos e a mortalidade infantil de 5,8 por mil nascidos vivos no primeiro ano de vida, a mais baixa taxa do Terceiro Mundo, incluindo vários países desenvolvidos. Em 2004, alcançou-se 3.305 quilocalorias e 85,5 gramas de proteínas diárias por pessoa¹¹.

A presença de centenas de médicos cubanos e outros profissionais de saúde também se intensificou em diferentes cenários mundiais, em lugares onde ocorreram catástrofes naturais — como os terremotos do Paquistão, Indonésia e Haiti, e os furacões Mitch e George, que devastaram parte da América Central em 1998 — ou a fim de estender a saúde pública a lugares distantes ou quase inacessíveis em diferentes países. Segundo informes oficiais, nas últimas cinco décadas, 132 mil profissionais de saúde cubanos tinham fornecido sua colaboração a outras nações.

O mesmo pode-se afirmar dos professores, técnicos desportivos e outros profissionais civis cubanos, cuja presença foi fundamental para erradicar o analfabetismo e impulsionar o desenvolvimento social, como é possível observar na Nicarágua, Venezuela, Bolívia, Equador e outros países, de várias partes do planeta. Também, em Havana, foi aberta uma *Escuela Latinoamericana de Medicina* (ELAM), que tem recebido milhares de bolsistas dos países mais pobres da região, inaugurada durante a *IX Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno de Iberoamérica*, celebrada em Havana, entre 15 e 16 de novembro de 1999. A nível internacional e com o apoio do presidente Hugo Chávez, da República Bolivariana da Venezuela, foi impulsionada, quase ao mesmo tempo, a *Operación Milagro* para devolver a visão de centenas de milhares de latino-americanos e caribenhos.

11 Los datos en el discurso de Fidel Castro el 26 de julio de 2003, em *Granma*, Havana, 28 de julho de 2003, p. 4, e o informe del Ministro de Economía y Planificación, José Luis Rodríguez a la Asamblea Nacional, em *Granma*, Havana, 26 de dezembro de 2004, p. 2.

Com bons motivos, o comandante Fidel Castro, em seu discurso de encerramento da quarta sessão da sexta legislatura da *Asamblea Nacional*, em 24 de dezembro de 2004, afirmou que Cuba estava saindo com impulso do chamado “período especial”. Nessa oportunidade, ele considerou que o país iniciava uma nova etapa de sua história não somente pela crescente preparação alcançada por sua população e pelo desenvolvimento de avanços científicos em matéria de saúde, mas, principalmente, pelos amplos acordos de colaboração firmados com a República Popular da China e a República Bolivariana de Venezuela, com esta última voltada para a promoção da *Alianza Bolivariana para las Américas* (ALBA), baseada no sonho integracionista de Simón Bolívar e José Martí¹².

Não só os mencionados acordos econômicos e comerciais com a Venezuela e a China contribuíram para o aumento dos recursos do governo cubano no início do século XXI, o que inclusive permitiu reverter algumas das reformas econômicas adotadas na década de 1990, mas, também, a centralização do comércio exterior e a criação de uma conta única no Banco Central, onde todas as receitas deviam ser depositadas em moeda convertível, contribuíram significativamente. Além do fortalecimento do Estado e dos sucessos alcançados em várias esferas, era visível uma série de irregularidades de ordem interna, como, em particular, a proliferação da corrupção. Daí o alerta formulado pelo próprio Fidel Castro em um emotivo discurso na *aula magna* da *Universidad de La Habana*, em 17 de novembro de 2005, onde considerou esses fenômenos negativos uma grave ameaça a própria existência da Revolução. Poucos meses depois, após uma cansativa viagem à Argentina a sua participação nos atos de 26 de julho de 2006 na parte oriental de Cuba, Fidel Castro foi submetido a uma cirurgia de emergência e viu-se obrigado a entregar, no dia seguinte, o governo a seu irmão Raúl, seguindo as disposições da constituição vigente¹³.

A busca do socialismo próspero e sustentável

Quase dois anos depois, em 24 de fevereiro de 2008, Raúl Castro foi aprovado pela *Asamblea Nacional* como novo presidente do *Consejo de Estado y de Gobierno*, cargo para qual foi reeleito cinco anos mais tarde. Sob sua direção, foram

12 Sergio Guerra Vilaboy y Roberto González Arana: *Cuba a la Mano. Anatomía de un país*, Barranquilla, Universidad del Norte, 2015, p. 201.

13 Desde então Fidel Castro esteve retirado de toda atividade pública, ainda que, com frequência, deu a conhecer, na imprensa cubana, suas *Reflexiones*, comentários sobre a política nacional e internacional. Também, de forma ocasional, recebeu personalidades estrangeiras e cubanas. Somente em poucas oportunidades apareceu em atos públicos. Morreu em 25 de novembro de 2016, aos 90 anos de idade.

substituídas, por diversas causas, várias das principais figuras do *Buró Político do Partido Comunista* e do gabinete ministerial¹⁴. Ao mesmo tempo, pôs ênfase no reforço da autoridade das instituições existentes e o respeito da legalidade, debilitadas pelas atribuições dadas aos jovens dirigentes da *Batalla de Ideas*, que foram transferidos para outras funções.

Além disso, o novo líder aplicou uma política de amplas retificações sociais e econômicas, encaminhadas para a “atualização do socialismo”, com o propósito de conseguir um socialismo “próspero e sustentável”, seguindo as pautas traçadas nos *Lineamientos de la política económica y social*, discutidos previamente pela população e aprovados no *VI Congreso del Partido Comunista de Cuba*, celebrado em abril de 2011. Com essa finalidade, foi impulsionada uma política de maior austeridade que, desde dezembro de 2008, estava voltada à eliminação de gratuidades e gastos públicos excessivos do Estado, o que levou ao fechamento das escolas inacessíveis no campo, criadas na década de 1970, com a consequente reabertura de escolas secundaristas e pré-universitários urbanos. Paralelamente, muitos dos campi universitários surgidos em um momento anterior foram unificados ou encerrados, enquanto os bolsistas e as matrículas no ensino superior diminuíram: 78% entre 2007 e 2015, especialmente nas carreiras de Ciências Sociais e Ciências Humanas. Além disso, os gastos destinados ao desenvolvimento científico foram racionalizados.

Ainda sob a liderança de Raúl Castro, foi adotada uma série de novas disposições anunciadas pelo presidente em seu discurso de 24 de fevereiro de 2008, quando afirmou: “Em dezembro falei excessos de proibições e regulamentações e, nas próximas semanas, começaremos a eliminar as mais sensíveis. Muitas delas tinham o único objetivo de evitar o surgimento de novas desigualdades, em um momento de escassez generalizada, mesmo ao custo de perder certos rendimentos”¹⁵. A partir de então, foi permitida a hospedagem de nacionais em hotéis, a aquisição de linhas de celulares, a compra e venda de automóveis e casas ou a importação de alguns eletrodomésticos, autorizando o trabalho clandestino e o pagamento por resultados.

Além disso, em setembro daquele ano, centenas de milhares de hectares de terras não cultivadas começaram a ser entregues a indivíduos e camponeses em usufruto, o que reduziu significativamente a área estatal. A conexão à Internet, por sua vez, foi também significativamente melhorada, especialmente a partir da abertura do cabo submarino com a Venezuela, em dezembro de 2011. No ano seguinte, foram permitidas viagens privadas ao exterior, sem nenhuma das

14 Ver Kapcia, op cit., p. 176 y ss.

15 Discurso de Raúl Castro em *Granma*, Havana, 25 de fevereiro de 2008, p. 2 y ss.

regulações existentes que as limitavam, o que favoreceu também o regresso de emigrantes. A isto, junta-se a concessão de maior autonomia às empresas e aos municípios — até foram criadas duas novas províncias —, bem como o maior impulso dado à construção e reparação de habitações pelos próprios proprietários ou cooperativas de trabalhadores, facilitando a venda de materiais com créditos governamentais.

As medidas adotadas pelo governo de Raúl Castro, “sem pressa, mas sem pausa”, como o presidente cubano cunhou em seus discursos¹⁶, modificaram de forma substancial o panorama existente, pois também incluíram uma aplicação sem precedente do setor privado na economia (7 de setembro de 2011), triplicando, em pouco tempo, os trabalhadores autônomos. Em 2016, esse setor superava meio milhão de pessoas, ainda que fosse somente um terço da meta proposta originalmente. Também não se concretizou a proclamada aspiração de eliminação das duas moedas paralelas existentes, o que continua a distorcer e a dificultar o melhor desempenho da economia nacional.

Uma maior racionalidade com o gasto público e a balança comercial permitiram ao governo de Raúl Castro um gradual e relativo equilíbrio financeiro externo, mediante a promoção de exportações e a substituição de importações. Nesse sentido, foram feitos discretos avanços, já que foi possível passar de um déficit na balança comercial de bens e serviços até 2008 para um superávit que se estima em 4,2% do PIB em 2012, resultado alcançado a partir de uma severa restrição das importações e do aumento das exportações de baixo valor agregado.

Com isso, foi possível retomar o pagamento da dívida externa, o que não era feito desde 1986. Para cumprir as obrigações pactuadas, a dívida foi renegociada, conseguindo acordos vantajosos com China, Japão, México, Rússia e Clube de Paris, que agrupa quase vinte credores, com os quais foram reajustados para 8,5 bilhões de dólares. O mais relevante foi o cancelamento de 90% da gigantesca dívida com a Rússia, estimada em 20 bilhões de dólares, correspondente aos antigos compromissos financeiros contraídos com a extinta União Soviética. Também se conseguiu a redução a menos da metade da dívida com a China e de 80% com os bancos japoneses, assim como o cancelamento de 70% do endividamento com o México, calculado em 487 milhões de dólares. Por sua vez, a Espanha exonerou 1,5 bilhões de euros¹⁷. Com o custo de grandes esforços e sacrifícios, Cuba tem pagado anualmente o acordado entre 2016 e 2019.

16 Ver suas palavras no encerramento do *XX Congreso de la Central de Trabajadores de Cuba*, em 22 de fevereiro de 2015, em *Granma*, Havana, 23 de fevereiro de 2015, p.

17 Ver Carmelo Mesa-Lago: “La economía cubana: situación en 2017-2018 y perspectivas para 2019”, *Cuba Posible*, novembro-dezembro de 2018, p. 14.

Esses arranjos financeiros criaram melhores condições para impulsionar o investimento estrangeiro e uma maior flexibilização da nova legislação sobre o assunto, adotada em 29 de março de 2014, também contribuiu para isso. O mais significativo nesse campo foi o grande investimento financiado pelo Brasil, realizado no porto de Mariel nesse mesmo ano, com o objetivo de convertê-lo em um polo industrial nacional nomeado de *Zona Especial de Desarrollo*.

Outros acontecimentos importantes nos últimos anos foram a libertação, em 7 de julho de 2010, em acordo com a Igreja Católica, dos últimos dos setenta e cinco presos em 2003 por atividades subversivas, e as visitas do Papa Bento XVI em março de 2012, e do Papa Francisco, em setembro de 2015. O papel de Cuba também foi muito relevante durante o governo de Raúl Castro para o desenvolvimento da integração dos países latino-americanos e caribenhos, sobretudo na consolidação da *Alianza para los Pueblos de Nuestra América* (ALBA), e a presidência *pro tempore* em janeiro de 2013, na recém-criada *Comunidad de Estados de América Latina y el Caribe* (CELAC), em que a região foi declarada zona de paz na reunião de Havana¹⁸. O mesmo pode ser dito de seu trabalho como mediador em graves conflitos internacionais, em particular em relação às negociações entre as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo* (FARC-EP) e o governo de Bogotá, que teve sua sede precisamente na capital cubana, assim como a excepcional reunião entre os pontífices cristãos, o Papa Francisco e sua Santidade Kirill (2016).

Sem dúvida, o acontecimento mais espetacular da política internacional do período de Raúl Castro foi o anúncio, em 17 de dezembro de 2014, do restabelecimento das relações diplomáticas entre Cuba e os Estados Unidos acompanhado pela libertação dos últimos três prisioneiros cubanos nos EUA presos em 1998 e, posteriormente, coroado com a visita a Havana do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama (20 de março de 2016) — algo inédito desde 1928. O prestígio conquistado por Cuba também se revelou com a presença, pela primeira vez, de um presidente cubano na Cúpula das Américas, celebrada no Panamá em 11 de abril de 2015. Aparentemente, o protagonismo neste processo de distensão, do lado cubano, recaiu sobre a recém-criada *Comisión de Defensa y Seguridad Nacional de Cuba*, liderada pelo Coronel Alejandro Castro Espín, que seria encerrada de forma inesperada em princípios de 2018.

O degelo começou no apagar das luzes do mandato de Obama quando foram desenvolvidas negociações e intercâmbios respeitosos entre os dois países em matéria de telecomunicações, questões de segurança (narcotráfico, crimi-

18 Mais informações em Ricardo Domínguez Guadarrama: *Revolución cubana: política exterior hacia América Latina y el Caribe*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2013, p. 26-27.

nalidade, meio ambiente etc.) e colaboração, como, por exemplo, à luta contra o Ebola no continente Africano. Os Estados Unidos também colocaram fim à sua política de “pés secos e pés molhados”, bem como outros incentivos à emigração da Ilha, e adotaram uma linguagem menos agressiva — uma expressão disso foi o fato de que Cuba foi retirada da lista unilateral norte-americana que a qualificava como “patrocinador estatal do terrorismo”. Além disso, foram eliminadas as restrições às viagens familiares e ao envio de remessas para a Ilha e flexibilizadas as visitas de americanos para fins turísticos, o que permitiu, só entre janeiro e maio de 2017, a viagem de 300 mil americanos, mesmo número de todo o ano de 2016 (crescimento de 74%). Também foi possível o voo de aviação regular e cruzeiros para o país.

O governo Obama chegou a se abster da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2016 pela única vez em sua história, já que os Estados Unidos sempre se opuseram junto com Israel à votação da resolução para eliminar o bloqueio contra Cuba, que se apresenta anualmente desde 1992. O resultado favorável à condenação do bloqueio se manteve quase invariável do ponto de vista numérico nos últimos anos, com o apoio praticamente universal dos membros da ONU — sintoma do prestígio internacional de Cuba e do rechaço universal existente em relação ao isolamento e as sanções norte-americanas contra a Ilha.

Retomada da política hostil dos Estados Unidos

Entretanto, com a chegada de Donald Trump à Casa Branca em janeiro de 2017, esse processo de distensão parou e retrocedeu, voltando à linguagem da “guerra fria”, com ameaças e medidas punitivas contra Cuba. Já no dia 20 de maio daquele ano, o novo presidente norte-americano se reuniu à moda antiga com os representantes da contrarrevolução em Miami para anunciar novas medidas contra a Ilha, em vigor desde 16 de junho de 2017.

Mais uma vez, retornaram as restrições às viagens de estadunidenses a Cuba com a reposição de multas aos turistas, atividades ou trocas comerciais junto a certas empresas cubanas, especialmente a proibição de algumas em particular, reduzindo os contatos e acordos entre os governos dos dois países. Além disso, a recém-inaugurada embaixada estadunidense em Havana sofreu uma drástica redução no seu quadro diplomático e na concessão de vistos — alegando ter sido objeto de supostos “ataques sônicos” —, ficando, praticamente, inutilizada em suas funções diplomáticas, algo sem precedentes em quarenta anos, desde a abertura do escritório de interesses dos Estados Unidos na Ilha em 1977.

Atualmente, as relações de Cuba com os Estados Unidos, devido à política hostil do governo Trump, vivem um dos piores momentos da história. Embora as relações diplomáticas formais ainda sejam mantidas e alguns dos pactos de cooperação, como contra o narcotráfico, os acordos militares em torno da ilegal Base Naval de Guantánamo e o fim da lei dos “pés secos-pés molhados”. Foram restringidos os voos comerciais e de *charters* e as visitas de americanos à Ilha. As viagens em navios de cruzeiro também foram proibidas e as remessas limitadas.

Além disso, em uma medida inédita, Trump permitiu e começou a aplicar seletivamente o terceiro capítulo da Lei Helms-Burton, algo que nenhum de seus antecessores no cargo tinha se atrevido, devido ao seu caráter extraterritorial, enquanto continuava a perseguição contra as empresas e transações cubanas que operam no exterior, em especial, as companhias marítimas encarregadas do transporte do petróleo venezuelano para Cuba. Precisamente, esta última medida punitiva colocou o governo cubano diante de uma situação difícil com os combustíveis desde setembro de 2019, obrigando, assim, o estabelecimento de controles e restrições classificadas como conjunturais, embora Miguel Díaz-Canel, o atual líder cubano, eleito em 19 de abril de 2018, tenha esclarecido: “Tenham certeza que nós não vamos nos render, nem deixar que nos manchem, nem nos ajoelharemos. Temos força, temos o apoio da população. É um povo que já está endurecido com esses ataques”¹⁹.

Sucessão geracional na direção da Revolução

Nessa data, cumpridos os dois mandatos consecutivos em que Raúl Castro esteve à frente do *Consejo de Estado y de Ministros*, também a seu pedido, Díaz Canel foi eleito para os mesmos cargos. Sob sua liderança, foi aberto o debate nacional por uma nova Constituição, projeto elaborado por uma comissão parlamentar encabeçada pelo próprio general Raúl Castro, que deve continuar até 2021 como primeiro secretário do Partido Comunista de Cuba. A nova *carta magna*, aprovada em referendo por 78% dos eleitores nacionais que votaram (90%)²⁰, foi proclamada em abril de 2019, nos 60 anos do triunfo da revolução.

Cumprindo o estipulado na nova Constituição, que restabeleceu os cargos de presidente, vice-presidente da República e de primeiro-ministro — junto com os governadores provinciais e prefeitos, agora chamados intendentes —, o próprio Díaz Canel foi eleito presidente do país. Em 21 de dezembro de

19 “Díaz-Canel: Tengan por seguro que no nos vamos a rendir”, *Granma*, Havana, 25 de janeiro de 2020, p.

20 Ver o informe da Comisión Electoral Nacional en *Granma*, Havana, 1 de março de 2019, p. 4.

2019, Manuel Marrero, até então Ministro do Turismo, ocupou o cargo de Primeiro-Ministro, aprovado pela *Asamblea Nacional*, encerrada pelo Presidente Díaz-Canel, que aproveitou para referir que atualmente não há área livre de caça, cerco e perseguição. Tampouco existe um projeto ou ação revolucionária imune à difamação por parte dos Estados Unidos. Por isso, Cuba experimentou dificuldades ao longo de 2019, especialmente na esfera econômica, causadas pela escalada das agressões estadunidenses que tiveram como consequência uma baixa no turismo. O próprio Presidente da República denunciou as ações hostis expressas no cancelamento, restrição e proibição de cruzeiros, voos, remessas, serviços médicos, financiamento, transporte de combustível e outras medidas punitivas²¹.

Portanto, o primeiro desafio que Cuba tem pela frente é resistir às novas agressões do governo Trump, sem abandonar o desenvolvimento social e econômico da nação. Como escreveu o próprio Díaz Canel, em sua mensagem de fim de ano ao povo cubano, o maior desafio é conseguir a maior prosperidade possível, apesar de todas as dificuldades²². Os problemas que o país deve encarar em seu futuro imediato incluem também a eliminação das duas moedas em circulação, o superdimensionamento do setor estatal na economia e elevados gastos sociais, uma baixa taxa de investimento e a queda sustentada do PIB, bem como uma balança desfavorável do comércio exterior, juntamente ao pagamento dos compromissos derivados da renegociação da dívida externa. Outras questões pendentes de resolução dizem respeito à necessidade de maior participação cidadã na tomada de decisões, à descentralização do poder econômico e administrativo, assim como o envelhecimento crescente da população cubana, cuja estimativa é estar, dentro de trinta anos, entre as mais envelhecidas do mundo.

Apesar de todas as armadilhas, insatisfações e ameaças, a sociedade cubana segue dominada pela aspiração de manter as conquistas sociais fundamentais alcançadas pela Revolução, desde o seu triunfo há mais de sessenta anos. O socialismo cubano, apesar da perda de suas anteriores bases externas de sustentação, e do cerco apertado feito pelos Estados Unidos, permanece de pé graças às profundas e sólidas raízes nacionais desenvolvidas no sentimento popular e segue empenhado em alcançar um socialismo próspero e sustentável.

21 “Presidente de Cuba anuncia medidas para la coyuntura energética”, *Granma*, Havana, 11 de setembro de 2019, p. 1

22 “El desafío es encontrar la prosperidad”, 28 dezembro de 2019. Disponível em: <www.cubadebate.cu>

Referências

- ALONSO, Jorge. **Cuba**: la rectificación. México, Universidad de Guadalajara, 1990.
- BURCHARDT, Hans Jürgen: “El camino de salida de Cuba hacia el nuevo milenio”, en Karl Kohut, María del Carmen Barcia y Günter Mertins (eds.): Cien años de independentismo de Cuba. **II Simposium Cuba-Alemania**; Mesa Redonda Neus Folge, no. 14, Erlangen, Alemania, Universidad Católica de Eichstätt, Vol 2, 1999.
- CANEL, Díaz. Tengan por seguro que no nos vamos a rendir. **Granma**, La Habana, 25 de enero de 2020.
- CERVERA, Jesús Arboleya. **La contrarrevolución cubana**. La Habana, Ciencias Sociales, 1997.
- _____. **Cuba y los cubanoamericanos**. El fenómeno migratorio cubano. La Habana, Premio Casa de las Américas, 2013.
- CUBA. Nota del Ministerio del Turismo. **Granma**. La Habana, 17 de enero de 2005.
- _____. CUBA. **Trabajadores**. La Habana, 3 de enero de 2005.
- _____. Comisión Electoral Nacional en **Granma**, La Habana, 1 de marzo de 2019, p. 4.
- GUADARRAMA, Ricardo Domínguez. **Revolución cubana**: política exterior hacia América Latina y el Caribe. México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2013.
- KAPCIA, Antoni. **Leadership in the Cuban Revolution**. The unseen story. London, T. J. International Ltd., 2014.
- HOFFMANN, Bert (Org.). **Cuba, apertura y reforma económica**. Caracas, Nueva Sociedad, 1995.
- LEONOV, Nikolai. **Raúl Castro**. Un hombre en Revolución. La Habana, Editorial Capitán San Luís, 2015.
- RODRÍGUEZ, José Luis, Ministro de Economía y Planificación. **Granma**, La Habana, 25 de diciembre de 2003.
- _____. Ministro de Economía y Planificación, José Luis Rodríguez a la Asamblea Nacional, **Granma**. La Habana, 26 de diciembre de 2004.
- VILABOY, Sergio Guerra; GALLARDO, Alejo Maldonado. **Historia de la Revolución Cubana**. Navarra, Txalaparta, 2009.
- VILABOY, Sergio Guerra; ARANA, Roberto González. **Cuba a la Mano**. Anatomía de un país, Barranquilla, Universidad del Norte, 2015.
- ZANETTI, Oscar. **Esplendor y decadencia del azúcar en las Antillas Hispanas**. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales/Ruth Casa Editorial, 2012.
- _____. **Historia mínima de Cuba**. México, El Colegio de México, 2013. Municipal de São Paulo; Coordenadoria dos Assuntos da População Negra, 2007.

EZLN: A GUERRA CONTRA O ESQUECIMENTO E A LUTA PELA VIDA¹

David Barrios Rodríguez

Agora mesmo, em outros rincões do México e do mundo, um homem, uma mulher, um ou outro, um menino, uma menina, um ancião, uma anciã, uma memória, é golpeada bruscamente, rodeada por um sistema que tem feito um crime voraz.

Subcomandante Insurgente Marcos, *Entre la luz y la sombra*, 2014

Em 01 de janeiro de 2019, cumpriram-se o 25º aniversário do levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em Chiapas, estado do sudeste mexicano. Um quarto de século de contestação pioneira ao neoliberalismo na América Latina e no mundo como um todo. O EZLN vinha se preparando há anos para aquele momento, que, no marco do décimo aniversário do levante armado, caracterizaram como um fogo que seria sucedido, em parte, pelas mobilizações no país contra a guerra e, por outra etapa, identificada com a palavra que, com o mesmo brilho da primeira, fez com que os olhos do mundo mirassem as e os indígenas de Chiapas e do México. Este primeiro processo é o que mais atenção recebeu, embora desde então o EZLN e suas bases de apoio continuaram a entrelaçar os referidos eixos (o fogo e a palavra), com aquele outro que, sendo a coluna vertebral, reside na organização dos povos zapatistas (Baschet, 2016) e que tem permitido a construção da autonomia. Trata-se, em termos civilizatórios, de um imenso esforço na vida quotidiana protagonizado por milhares de mulheres, homens, idosos, idosas, rapazes e moças que, a cada dia, constroem um mundo novo². Em diversas ocasiões, quando tive a oport-

¹ Tradução: Raphael Castelo Branco da Silva.

² Ainda que o processo seja muito mais estimulante e relacionado à tradição comunitária dos povos indígenas, há um certo consenso de que, a partir de 2003, com a formação de cinco Caracoles, iniciou-se de fato a construção da autonomia, em face da contrarreforma indígena aprovada em 2001 e que

tunidade de estar em países da América Latina e do Caribe, tenho escutado inquietações sobre o que aconteceu com as e os zapatistas depois daqueles primeiros anos que chamaram a atenção de movimentos, organizações, meios de comunicação, pessoas comuns e também as vinculadas a academia. A respeito disso, considero que a trajetória do EZLN difere do cânone das esquerdas, no que se expressou, por exemplo, em certa confusão a respeito da renúncia pela disputa pelo poder do Estado e sua gestão, mas também pela continuação das hostilidades e pelo fortalecimento de suas capacidades bélicas. Há alguns anos, no que funcionava como um relato da história da organização, os zapatistas afirmaram que, no início, pouco se compreendeu que o dilema que eles tinham não era “...entre negociar ou combater, mas entre viver ou morrer” (Subcomandante Insurgente Marcos, 2014)³. Por outro lado, a partir da finalização dos combates (não da guerra em suas múltiplas formas), quando foram perguntados sobre o que se seguia em sua luta, os zapatistas afirmaram que:

.... em vez da dedicação à formação de guerrilheiros, militares e esquadrões, focamos no preparo de promotores de educação, saúde; que foram levantando as bases da autonomia que hoje encanta o mundo. Em vez de construir quartéis, melhorar nosso armamento, construir muros e valas, nós levantamos escolas, construímos hospitais, centros de saúde e melhoramos nossas condições de vida. Em vez de lutar por um lugar no Partenão de mortes individualizadas de baixo, escolhemos construir a vida (Subcomandante Insurgente Marcos, 2014).

Um quarto de século depois, a comemoração do aparecimento do EZLN ocorreu em um marco regional atravessado por um processo com expressões de governos de direita e das elites nacionais, como é o caso dos governos de Iván Duque na Colômbia, Sebastián Piñera no Chile, Jair Bolsonaro no Brasil e o de Mauricio Macri na Argentina⁴. Mas também, é palpável uma certa frustração a respeito do que ocorreu com governos considerados progressistas que, embora

contradiisse o proposto nos *Acuerdos de San Andrés*, que foram o resultado de um longo processo para dar uma solução negociada para o conflito iniciado em 1994. Para balanços das origens do EZLN e seus primeiros anos de luta, faço referência aos trabalhos de Ivon Le Bot e o Subcomandante Marcos (1997), Gloria Muñoz (2003) e Laura Castellanos (2007).

3 Nessa ocasião, em maio de 2014, realizou-se uma homenagem ao indígena zapatista Galeano, morto em um ataque ao *Caracol de Realidad*, e de quem retomou o nome anteriormente conhecido como Subcomandante Insurgente Marcos, cumprindo assim o objetivo de afirmar a identidade coletiva e exemplar das comunidades zapatistas e dar fim a uma liderança focada desde o exterior em um indivíduo.

4 Ao longo de 2019 e no início de 2020, vale destacar, por um lado, a generalização de protestos em diferentes países da região contra o modelo econômico, a corrupção, o feminicídio/violência machista ou violência de Estado; bem como o golpe de Estado na Bolívia e o cerco em curso à Venezuela. Em outro sentido, a presunção de frear governos de direita ou reacionários, como ocorreu no México e na Argentina, é algo que deve ser avaliado com o passar do tempo.

em alguns casos tenham alcançado avanços importantes em termos de investimento e inclusão social, não conseguiram (se é que o tinham proposto) dar um freio a lógica econômica dominante no capitalismo contemporâneo. Ao mesmo tempo, é notável a replicação do repertório punitivo a respeito dos problemas de violência, como a política antidrogas, assim como a repressão à diversidade de lutas que caracterizam nosso continente, entre as quais destaco as socioambientais, contra a violência machista, pelo direito à cidade (mobilidade, moradia, contra repressão policial, etc.). Por “debaixo” desse processo, ou seja, da alternância de partidos nos sistemas políticos oriundo de uma sociedade que se relaciona em ocasiões com eventos pontuais, mas também ao comportamento estrutural do capitalismo contemporâneo, é nítido um aumento do conservadorismo e da intolerância em setores da população, relacionado a um claro processo de polarização que é resultado do período histórico peculiar em que nos encontramos. Trata-se de um momento absolutamente excepcional na história, em que as agressivas modificações que vivemos exigem que modifiquemos a maneira no qual percebemos a passagem do tempo: não mais como uma forma de nos projetarmos no futuro, mas como uma contagem regressiva que nos levará, inexoravelmente, a uma transformação profunda e de caráter sistêmica, com uma crise civilizatória e com possibilidades de colapso. Até o momento, a inércia do processo e a correlação de forças entre os atores apontam para que o mundo interrompa nosso presente, pois este está sendo configurado de uma forma o qual se incrementará ainda mais a exploração humana e a apropriação/destruição da natureza. Em um cenário como este, os zapatistas têm assinalado que enfrentamos uma tempestade, “uma catástrofe em todos os sentidos... algo terrível, o mais destrutivo que fora possível” (Subcomandante Insurgente Galeano, 2015) e estão atuando em decorrência disso, dando continuidade ao chamado à organização, ao encontro entre as existências excluídas, desvalorizadas e invisíveis para enfrentar a tarefa mais exigente do presente: a defesa das diferentes expressões da vida.

O reinício do saque

O estudo dos processos sociais contemporâneos da América Latina é enormemente enriquecido se prestarmos atenção ao passado de nossos países. As visões genealógicas e diacrônicas nos permitem observar não apenas as linhas de continuidade no futuro de nossas sociedades, mas também atender às especificidades de cada um dos contextos que nos interessa analisar. Nessa ordem de ideias, resgato a abordagem que dá conta da trajetória do capitalismo como

sistema-mundo que, durante cinco séculos, tendeu a aprofundar a heterogeneidade e a polarização e não a convergência/linearidade (Wallerstein, 2016), esta última entendida como chegada à um estágio de igualdade que seria concretizado a partir da ideia de Modernidade Ocidental em torno do desenvolvimento e do progresso. Esse processo conta com períodos históricos em que ocorre uma espécie de relançamento sistêmico, que permite consolidar suas características centrais, incluindo a exploração, a hierarquização e a própria polarização (Wallerstein, 2016). Esta abordagem de Ana Esther Ceceña incorpora elementos que tenho interesse em manifestar, bem como os três recortes históricos propostos:

(...) identificamos três momentos em que particularmente ocorreu uma grande transformação nas comunicações e na tecnologia militar, na apropriação de novos objetos da natureza, no uso da energia e no desenho do território e na construção da territorialidade em conjunto. Em cada um desses momentos houve uma produção do ambiente, adaptando a natureza e o território às ambições capitalistas de acordo com suas possibilidades reais (Ceceña, 2010).

Esses três recortes coincidem com a invasão do que atualmente conhecemos como América Latina e Caribe e o correlativo processo de escravização das populações na África. A segunda, resultado da Revolução Industrial e da criação de planos para a produção/expropriação de mercadorias com base no desenvolvimento tecnológico e que conseguiram levar, ao mais longe possível, o processo de avanço na estruturação do capitalismo em nível mundial. Para a nossa região, isso se materializou com maior força no final do século XIX e no começo do século XX, cujo símbolo de expansão foram as ferrovias. Esse processo também coincide com diferentes contextos da América Latina e do Caribe, em episódios de violência que possibilitaram a afirmação/formação territorial dos estados nacionais da região, assim como de trajetórias produtivas/extrativistas específicas⁵.

A respeito do terceiro momento, desde a década de oitenta do século XX, mas com ênfase especial a partir da década de noventa, os povos indígenas do México e da América Latina apontaram que a mudança/adaptação do modelo econômico iria repetir algumas das práticas de saque que, nos séculos anteriores, marcaram o início do capitalismo com a chegada dos invasores e, posteriormente, na era republicana, com a “modernização” de nossos países no contexto da hegemonia do projeto liberal. Nesse sentido, para além da especificidade crono-

⁵ Tratando-se de um processo geral, considero aqui como exemplos dos processos expostos, como a “pacificação” da Araucanía, a chamada conquista do “deserto” no território que conhecemos como Argentina, a ofensiva republicana no México nos grupos indígenas que incluem a Guerra de Castas e a Guerra Yaqui; assim como as conflagrações no interior do Brasil contra rebeliões de caráter étnico e religioso (Malês e Canudos).

lógica, as duas últimas décadas do século passado representaram para a América Latina e o Caribe um ajuste de contas a respeito das narrativas dominadas pela perspectiva dos estados nacionais. Sendo assim, no contexto do V Centenário do “descobrimento da América”, ocorreu uma resposta generalizada das memórias subalternas a essas celebrações, devido a violência da invasão do continente, processo que foi chamado de “encontro de dois mundos”, com o objetivo de tornar a efeméride menos tensa. Lembremos que o ano de 1992 foi um ano de grandes mobilizações de repúdio aos 500 anos da invasão europeia em toda a América Latina. Enormes manifestações de indígenas, afrodescendentes e setores populares tomaram as ruas das cidades latino-americanas ao mesmo tempo em que eram demolidas estátuas e monumentos erguidos aos conquistadores. No que se refere especificamente a Chiapas, em 12 de outubro de 1992, cerca de 10.000 indígenas agrupados na Alianza Nacional Campesina Independiente Emiliano Zapata (ANZIES) celebraram os 500 anos de resistência em San Cristóbal de las Casas. A passagem pela cidade demoliu a estátua de Diego de Mazariegos, o conquistador local. Tempos depois, veio a público o fato de que metade dos manifestantes pertenciam ao EZNL que se encontrava nas tarefas de organização clandestina prévias ao levante e que fora uma das últimas ações civis que realizaram (Le Bot e Sub Comandante Insurgente Marcos, 1997).

A comemoração coincidia, ao mesmo tempo, com o avanço do capital em convivência com o Estado sobre os territórios que possuíam recursos, agora relacionados não só com os minerais, como também com a água, a biodiversidade ou buscando a reconversão produtiva para o *agrobusiness* e a monocultura. Ainda que, nos séculos anteriores, alguns desses grupos tenham sido expulsos de suas comunidades originais para locais inóspitos, agora as fronteiras da acumulação tinham chegado até eles. Isso relembrou a expropriação original, bem como os saques que o capitalismo alimentou em nosso continente nos momentos prévios de polarização referidos. É preciso agregar o fato de que, nos últimos anos, a intensidade da apropriação de bens naturais se incrementou, a partir de modalidades destrutivas/predatórias (fratura hidráulica, mineração a céu aberto) que estão levando comunidades inteiras aos limites ecológicos de seus ecossistemas e, com isso, ameaçando suas formas de vida⁶.

Nesse contexto, a entrada em vigor, em 1º de janeiro de 1994, do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), assinalou um dos momentos

⁶ Como prova disso, consideremos para o México os dados da década anterior (2000-2010), segundo os quais a extração de ouro no período 2000-2010 (419.097 kg) é o dobro da extraída durante o período colonial 1521-1830 (191.825 kg). No caso da prata, no período 1521-1830 foram extraídas 56.144 toneladas, enquanto no período 2000-2010, 33.465. Ou seja, em 10 anos, se extraiu quase a metade do que em 300 anos de colônia espanhola (González, 2011).

culminantes da narrativa a respeito da implementação do livre mercado⁷. A insurreição armada foi marcada pelo simbolismo e, para aqueles de nós que vivemos aquele momento, de também ser uma impugnação ao discurso triunfalista da elite mexicana, a qual assinalava que nosso país estava a caminho de uma bonança econômica a ponto de transitar para o “primeiro mundo”. Ao mesmo tempo, o consenso neoliberal prevaemente tornou possível que, durante aqueles anos, avançar em aspectos centrais da agenda. Especialmente sensível para as comunidades indígenas de Chiapas e do resto do país foi a modificação do artigo 27 da Constituição, que versava sobre a propriedade da terra. De fato, isso reverteu um dos triunfos mais importantes da Revolução Mexicana: o reconhecimento da propriedade comunal sobre a terra, ao mesmo tempo que encerrava a distribuição agrária. Sendo assim, atacava-se um dos pilares da vida indígena, além de também atacar os processos de territorialidade e territorialização próprios dos povos indígenas, caracterizado por um vínculo com o entorno a partir de um senso de equilíbrio, de respeito à vida em uma relação que não fosse predatória com a natureza e baseada em valores de uso. Após esta reforma constitucional e diante à recusa de muitas comunidades em renunciar às formas de propriedade coletiva, ocorreram muitas tentativas governamentais e da iniciativa privada de promover a propriedade individual da terra, seja através de programas de certificação de direitos de propriedade ou com a oferta de substituição de safras em troca de diversos apoios. Por trás desse ataque, encontram-se os interesses empresariais, como a pecuária extensiva, o agronegócio (que inclui os agrocombustíveis) ou a mercantilização de bens naturais diversos.

A irrupção dos camponeses indígenas do Sudeste mexicano supôs então a afirmação de uma outra forma de conceber a história, integrando os momentos de desapropriação em um único que reivindicava as vozes ignoradas e silenciadas, mas que não estavam derrotadas. A *Primera Declaración de la Selva Lacandona* afirma com eloquência: Somos o produto de 500 anos de lutas (Comandancia General del ezln, 1993).

O que representa para o México a luta do EZLN?

Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que, no momento do levante armado do EZLN, havia no México um processo inquestionável de invisibilidade dos povos indígenas, não só de suas lutas e reivindicações, mas também de sua

⁷ Acordo comercial entre Canadá, Estados Unidos e México que, em 2019, foi objeto de atualização, processo marcado pelas pressões de Donald Trump, bem como pelas negociações em separado do agora denominado Tratado do México, Estados Unidos e Canadá (T-MEC), que se espera que entre em vigor em 2020.

própria existência. Sendo algo que se prolonga até a atualidade, com o poder econômico e político promovendo a ideia de que os povos indígenas existem como um passado imóvel e estéril que se glorifica e se explora como mercadoria, ou então incorporando os mesmos ao presente do país, como uma força de trabalho ou como consumidores. Em termos mais gerais, formou-se um racismo social muito profundo com critérios relacionados à cor da pele, assim como uma série de preconceitos em relação a traços fenotípicos ou comportamentais associados aos “indígenas”. Em todos os casos, isto funciona a partir de um discurso mascarado pela noção de atraso que lhes é atribuída e que se contrapõe a noções em torno de progresso, modernidade e desenvolvimento que, atualmente, são altamente questionáveis, se observarmos o processo pela perspectiva que reconhece a crise civilizacional mencionada.

No estado de Chiapas, esse racismo contava como uma das suas expressões mais atrozes⁸. A reconstrução da memória levada a cabo pelas bases de apoio zapatista surgiu através das partilhas, reuniões, produções audiovisuais, intervenções ou comunicações do porta-voz da organização. O subcomandante Insurgente Moisés fala das violações de mulheres, espancamentos, açoites, trabalho não remunerado e todos os tipos de abusos que foram cometidos em fins do século XX pelos agricultores com os povos maias da região (Subcomandante Insurgente Moisés, 2017)⁹. Dito de outra forma, o que as comunidades indígenas viveram naqueles mesmos anos entrava em contradição com o discurso triunfalista do neoliberalismo que, à época, formou um feliz consenso e que, graças ao levante zapatista e a um conjunto de lutas que ocorreram em diferentes lugares do continente e o mundo como um todo, conseguiram ser exibidos. Esta é uma contundente conquista da organização do sudeste mexicano: ter restituído a dignidade e a liberdade às pessoas que o compõem¹⁰.

Em termos mais gerais, o ensino dos zapatistas sobre os processos organizacionais antecipou fenômenos que ocorreram não apenas no México, mas

8 Por exemplo, através dos grandes mitos unificadores dos Estados Nacionais como a “democracia racial brasileira”, a formação da cultura *criolla* na Argentina e no Peru ou, para o caso mexicano, a “mestiçagem” que, na realidade, gera uma estratificação racial não reconhecida. Estas constituem estratégias para a formação efetiva de comunidades imaginadas (Anderson, 1993), e também para legitimar a apropriação dos povos indígenas e de seus territórios.

9 Como amostra desta produção está o documentário *Los abuelos y abuelas en las fincas* (Lak Tatucho'b yi'k'oty lak chuchu'tyi finca), feito na língua cho'1 e realizado por “Los Tercios Compas”, integrado por jovens zapatistas que, há anos, realizam o registro da autonomia das comunidades rebeldes.

10 Essa tem sido uma das mensagens reiteradas nos últimos anos nas comunicações de porta-vozes e integrantes do EZLN: a conquista civilizatória que representa para as comunidades a liberdade, de caráter genuíno a respeito dos opressores diretos, mas também em relação aos algumas das expressões mais atrozes do comportamento sistêmico. Por isso, o primeiro nível da *Escuelita Zapatista* tinha como conteúdo central “a liberdade segundo as e os zapatistas”.

que agora observamos em outros países da região. Refiro-me ao desgaste generalizado que tem ocorrido com os sistemas partidários, nos quais as fronteiras programáticas e ideológicas entre os concorrentes foram diluídas, bem como os limites da democracia processual. Fora desses marcos, também vem sendo questionadas as formas tradicionais de se organizar e de “fazer política”, que ocasionalmente funcionam a partir de hierarquias, imposições e oportunismo. Isso ficou especialmente nítido a partir da aparição do comunicado “*La (imposible) geometría? del poder en México*”, do Subcomandante Insurgente Marcos, um pouco antes da Sexta *Declaración de la Selva Lacandona*, que supôs a decisão de avançar em relação ao fechamento, com a traição por parte do sistema político mexicano a respeito do diálogo generalizado a partir do levante armado. No que foi então considerada como a mais audaz e zapatista das propostas lançadas pela organização, buscou-se uma ruptura com os canais institucionais de participação.

As distintas iniciativas políticas das e dos zapatistas tem como estrutura profunda uma série de princípios, uma percepção de processos e de tempo, assim como uma agenda de luta que corresponde com sua própria experiência de construção comunitária, de autonomia e do Buen Gobierno¹¹. Neste último caso, refiro-me a slogan que suscita iniciativas conjuntas entre a organização do sudeste mexicano e do *Congreso Nacional Indígena* (CNI): “Nossa luta é pela vida”. É por isso que, em algumas ocasiões, não é de todo compreensível para aqueles que se especializam no estudo dos movimentos sociais ou formas de ação coletiva situar-se na bússola das reivindicações zapatistas, muito menos para os representantes dos poderes instituídos e sua lógica de negociação. Quem está habituado a traçar diagramas sobre a estrutura das oportunidades políticas que possibilitam ou promovem as mobilizações perde de vista que, no âmbito dos povos indígenas ou das organizações de famílias de desaparecidos, a demanda não pode ser recompensada com apoio econômico ou com algum tipo de concessão. Também é por isso que essas formas de luta social foram identificadas como intransigentes ou radicais.

Isso me permite enfatizar um dos aspectos que considero centrais do que, na atualidade, representa a luta das e dos zapatistas no México contemporâneo e que tem sido ignorado. Para isso, desejo fazer uma relação com os contextos brasileiros e mexicanos. Tendo trajetórias diferentes, ambos são os países mais violentos dos continentes sem que exista um conflito armado declarado. A nível

11 Os sete princípios zapatistas do bom governo são: Convencer e não conquistar, servir e não se servir, construir e não destruir, representar e não suplantiar, propor e não impor, baixar e não elevar. Além do que está escrito nas entradas a cada um dos centros de organização e administração, os caracoles zapatistas em que residem as Juntas de Buen Gobierno (JBG): “aqui o povo manda e o governo obedece”, frase baseada no princípio de obedecer e não comandar.

planetário, o Brasil encabeça a lista com mais de 60 mil assassinatos por ano, somados aos maiores índices de violência policial e com um alarmante componente racial que violenta, em particular, os jovens dos setores populares descendentes de pessoas escravizadas na África. Entre o Brasil e o México, só aparece a Índia, que tem uma das maiores populações mundiais. Sendo assim, as taxas de assassinato para cada cem mil habitantes são altíssimas para o país americano.

Para entendermos o que ocorreu no México, é necessário remontarmos a meados da década passada, quando o então chefe do executivo federal Felipe Calderón Hinojosa decidiu, não sem a influência dos Estados Unidos, lançar uma chamada “Guerra contra el narcotráfico”, estratégia de militarização da segurança pública que, desde então, tem provocado no México um autêntico banho de sangue, com centenas de milhares de assassinatos, o qual se reportam dezenas de milhares de desaparecimentos, assim como um aberrante processo de mercantilização da vida em ao menos dois sentidos. Em primeiro lugar, no que diz respeito a população, quando a mesma é utilizada para realizar trabalhos diversos em condição de escravidão e semiescravidão, somado a venda de órgãos vitais no extenso processo de desaparecimento de pessoas, especialmente de crianças e adolescentes, com objetivos de exploração sexual. Em segundo, a proliferação de um extrativismo levado a cabo de maneira ilegal, que abarca biodiversidade, mineração ou extração de hidrocarbonetos fósseis. Em síntese, uma das vertentes cruciais do processo é que tem permitido estender as fronteiras da apropriação da natureza e da exploração da população da acumulação¹².

Como assinalai antes, diante do grau de barbárie no qual nos encontramos imersos, estando habituados a morte e ao cancelamento do futuro. Nos territórios que estão sob influência zapatista e que correspondem a uma área equivalente a Bélgica ou El Salvador, não se registaram fenômenos associados a essas formas de violência. Refiro-me, entre outras questões, ao tráfico de armas e pessoas, a produção e o tráfico de estimulantes ilegais, a venda de órgãos vitais, venda de pessoas, feminicídios, formas de trabalho escravo ou semiescravo. A respeito da violência contra a mulher, do qual o México e outros países da América Latina ostentam os maiores níveis, vale a pena assinalar a sua erradicação nos *Caracoles zapatistas*¹³. Como apontaram em dezembro

12 O que está associado a um processo de desvalorização da existência humana, como o que ocorre com pessoas vinculadas às estruturas da economia do crime que entram no limiar da descartabilidade, não obstante de que, pela própria destruição e, em algumas ocasiões, aniquilação (redução de seus corpos a nada), geram grandes lucros. Essa abordagem que constrói nos últimos anos em relação às existências que se vinculam a esse tipo de atividades está em dívida com a proposta sobre o mito da disponibilidade das mulheres do terceiro mundo (Wright, 2006).

13 Para 2019, a cifra oficial de feminicídios no México foi de 1.006 casos (SESNP).

passado, na inauguração do *Segundo Encuentro Internacional de Mujeres* que lutam: “A conta que nós trouxemos a vocês é de que, entre nossas companheiras, não houve nenhuma assassinada nem desaparecida” (Comandanta Amanda, 2019). Nessa região do país, um território livre e rebelde onde “el pueblo manda y el gobierno obedece” é, possivelmente, a única porção do México em que não são registrados tiroteios a todo momento, em que não aparecem corpos mutilados ou decapitados nas ruas e onde as crianças não são sequestradas para serem incorporadas as fileiras de grupos de assassinos de aluguel ou para serem exploradas sexualmente. Em um contexto em que se tem incrementado formas de comportamento e subjetividade profundamente destrutivas, cujo pilar é constituído pelos valores do individualismo, do consumo, do abuso e da competição, os povos e comunidades zapatistas estão indo na direção contrária desse modelo criminal de sociedade.

O que é destruído pelos de cima, os de baixo reconstroem

As objeções em relação a trajetória e a proposta zapatista são conhecidas e reiteradas desde os primeiros anos do levante que: sua proposta se restringe ao âmbito local; está ancorada a questão étnico e identitária; ao privilegiar a construção política e social ao invés da opção militar, acabaram renunciando a possibilidade de se expandirem em termos territoriais; “confundem a política com a poética” e, inclusive, que a imaginação se desgastou e suas iniciativas já não resultam em novidade. Sobre essa questão, creio que devemos fazer referência as inúmeras chamadas para reuniões, debate, aprendizagem e organização. Contudo, não devemos ignorar também o enorme esforço que a construção da autonomia implica para as comunidades em um contexto de assédio e repressão cujo foco é o cotidiano das bases de apoio zapatistas, atingiu também os apoiadores e companheiros dessa luta¹⁴. A experiência da luta zapatista está a 26 anos sob cerco militar e paramilitar e a resistência, palavra que está dotada de sentido próprio, está relacionada com a rejeição, num contexto de precariedade

14 Menciono apenas alguns episódios. A primeira delas foi a repressão aos adeptos da *Sexta Declaración de la Selva Lacandona*, no marco da iniciativa de 2006 conhecida como *La Otra Campaña* que, nos dias 03 e 04 de maio, resultou em uma operação policial-militar, ordenada pelo então governador do estado de México Enrique Peña Nieto (último presidente do país), no qual duas pessoas foram assassinadas, dezenas de mulheres foram torturadas sexualmente e centenas foram detidas e encarceradas. No contexto do estado de Chiapas, existem centenas de denúncias realizadas pelas *Juntas de Buen Gobierno*, incluídas perseguições, despejos e agressões físicas. Em 2014, um atentado ao *Caracol de la Realidad* resultou no assassinato de um importante membro da comunidade que, por ter exercido diversos cargos comunitários, também havia sido professor na *Escuelita Zapatista*, cujo nome de luta fora Galeano.

material, das estratégias de governo com seus projetos de “investimento social”, e da intervenção de ONGs que implementam políticas de contrainsurgência.¹⁵

La *Sexta Declaración de la Selva Lacandona* marcou uma mudança na trajetória da experiência de luta zapatista, em parte por sua audácia, mas também pelo fato de que, depois de 1 ano de lançamento da mesma, ocorreu o início da “guerra contra o narcotráfico” no México. Entre outras coisas, tal proposta marcou de alguma maneira o fim do zapatismo de massas, pela ruptura com o sistema político que inclui a esquerda institucional, mas também pelo questionamento das formas convencionais de fazer política. A iniciativa buscava desbloquear o tempo morto em que a estratégia de governo tinha tentado paralisar a luta das e dos zapatistas com a contrarreforma indígena. Entretanto, em termo gerais, também corresponde ao destaque das iniciativas globais que tinham aparecido no contexto de fim do bloco socialista:

(...) a questão mais importante dessa iniciativa está em seu sentido de tempo. Passaram-se onze anos desde que a maré começou a ir contra o neoliberalismo e o imperialismo. Mas para os zapatistas isso não foi suficiente. Tenho a sensação de que não são os únicos que pensam assim. Tenho a sensação de que, por toda América Latina, em especial naquele onde os grupos populistas ou de esquerda chegaram ao poder, existe uma sensação semelhante de que não é suficiente, de que esses governos fizeram muitas concessões, de que o entusiasmo popular se esgota. Tenho impressão de que, no Foro Social Mundial, ocorreu essa mesma sensação de que as realizações que começaram em 2001 foram notáveis, mas não foram suficientes, e que não se pode continuar fazendo as mesmas coisas uma ou outra vez” (Wallerstein, 2005).

Posteriormente ao lançamento da *Sexta Declaración* e a repressão a mesma, o EZLN amadureceu um conjunto de iniciativas políticas que tiveram como objetivo mostrar de maneira direta a experiência das comunidades indígenas zapatistas resistindo, assim como a de outras lutas dos povos indígenas que também enfrentam o saque, miséria, a exclusão e que fazem parte do congresso Congreso Nacional Indígena (CNI). Depois de um período de silêncio que durou três anos (2009-2012), a força coletiva do EZLN e suas bases de apoio tomaram cinco sedes municipais do estado de Chiapas, em silêncio e de maneira pacífica em 21 de dezembro de 2012. Foi então que apareceu iniciativas como a realização do *Primer Nivel de la Escuelita*, “La libertad según lxs zapatistas”, assim como a abertura de uma série de espaços de ação com o CNI, a

15 Os projetos funcionam na lógica das políticas neoliberais orientadas, oferecendo material de construção para habitação, serviços de saúde, alimentos ultraprocessados ou apoio econômico. O apoio do governo está condicionado à inscrição em um registro e à participação em certas atividades.

Sexta (nacional e internacional) e com outras lutas. A realização de 3 ciclos da *Escuelita Zapatista* supôs um esforço organizativo que demonstra a capacidade e a força das bases de apoio do EZLN. Mais de 6 mil alunos e alunas tiveram a possibilidade de aprender, de maneira direta, a luta zapatista, bem como as diversas obras que são realizadas nas comunidades, além do processo de construção da autonomia. Posteriormente, foram realizados diversos intercâmbios, ou seja, encontros entre os povos indígenas do México, bem como entre eles e os adeptos da *Sexta Declaración de la Selva Lacandona*. Foi o caso do “Primer Festival Mundial de las Resistencias y las Rebeldías”, realizado entre os últimos dias de dezembro de 2014 e primeiro de 2015. No ano seguinte, lançaram uma iniciativa apoiada pela CNI, para formar um Concejo Indígena de Gobierno (CIG), com representantes dos povos indígenas do México e que elegeu como porta-voz e pré-candidata à presidência María de Jesús Patricio Martínez, uma indígena Nahua, originária de Tuxpan, Jalisco, dedicada à medicina tradicional e com uma longa trajetória de luta dentro da CNI. Para levar a cabo esta iniciativa, foram formadas Redes de Apoyo que saíram às ruas do país com o objetivo de divulgar as lutas e a situação dos povos indígenas do país e de recolher as mais de 800 mil assinaturas que foram solicitadas pelo Instituto Nacional Electoral (INE) para que Maria pudesse ser candidata à presidência do México. Deste processo, destacaram-se os mecanismos de discriminação que fizeram que o recolhimento de assinaturas fosse efetuado através de um aplicativo para celulares que funcionava apenas em aparelhos de alta qualidade, com necessidade de conexão com a internet e que, devido a essas condições, não foram pensados (ou talvez esse fosse o objetivo) para adaptarem-se às condições de um país com mais de 60% da população vivendo na pobreza. Além disso, a candidatura da também conhecida como Marichuy fez aflorar o racismo negado que permanece no México e do qual suas instituições são cúmplices.

Posteriormente, eles têm convocado seminários de ciências exatas (*Consciencia*), das ciências humanas e sociais (“Pensamento crítico contra la Hidra Capitalista”, “Los muros del capital, las grietas de la izquierda” e a discussão “Miradas, escuchas, palabras: ¿prohibido pensar?”), bem como as atividades mais identificadas com as expressões artísticas (Comparte, Festival de cine **Puy Ta Cuxlejaktic** e o *Primer Comparte de Danza Báilate otro mundo*).

Destaco os *Encuentros Internacionales de Mujeres que luchan*, realizados em março de 2017 e dezembro de 2019. Trata-se de espaços separatistas em que, durante alguns dias, milhares de mulheres de mais de 50 países foram recebidas por

bases de apoio zapatistas para compartilhar suas experiências de luta, acompanhar e também se organizarem a fim de enfrentarem coletivamente esse crime que foi feito de sistema e que lhes é especialmente cruel.

A luta pela vida

O novo governo mexicano é encabeçado por Andrés Manuel López Obrador, que se identifica com expressões políticas que se afirmam de esquerda ou progressistas, mas que não tem receio de se aliar a outros que, em princípio, são antagônicos (partidos evangélicos, grupos confessionais ou grandes negócios). Após duas tentativas anteriores, 2006 terminou com uma fraude eleitoral contra ele e 2012, em que se colocou em operação uma gigantesca máquina de compra de votos a favor do candidato do PRI. Após isso, Enrique Peña Nieto assumiu a presidência. Para que o último resultado fosse possível, ele teve que modificar os elementos de seu discurso que incomodavam o status quo e, ao mesmo tempo, se posicionar a favor dos interesses do grande capital. Entre eles, os que buscam romper e disciplinar os últimos redutos da vida indígena e camponesa no país. A equação não pode ser mais eficaz se a isso somarmos os 30 milhões de votos obtidos pelo candidato do Movimento Nacional de Regeneração (Morena), no que, em conjunto, assegura fazer o que os governos neoliberais anteriores não podiam. Isso ficou claro, por exemplo, por meio dos megaprojetos de infraestrutura promovidos por seu governo e que estão vinculados a outros mais de cunho social. Especialmente importantes são os projetos do Corredor Transistmico e do chamado “Trem Maya”, iniciativas de reordenamento territorial que estão projetadas para intervir nas regiões do país identificadas como “atrasadas” e nas quais habitam a maior parte dos povos indígenas, com 44 dos 62 grupos etnolinguísticos identificados como tal (INPI, 2019). O governo López Obrador almeja o cumprimento de metas há muito esperadas, pois existem antecedentes de projetos similares que remontam, no mínimo, ao século XIX, e que, nas últimas décadas, podem ser rastreadas em governos de cunho neoliberal como os de Salinas, de Gortari e Ernesto Zedillo (Ceceña e García Veiga, 2019). Trata-se de locais do país onde tem ocorrido lutas socioambientais e pela defesa do território de grande transcendência. Sob o argumento de levar desenvolvimento e progresso aos estados de Chiapas, Yucatán, Tabasco, Campeche e Quintana Roo, a rota do trem (que foi modificada várias vezes) teria como objetivos declarados promover uma infraestrutura que ampliasse a oferta turística para gerar empregos. Também se fez público que parte da iniciativa está relacionada a funcionar como uma “solução” laboral para a migração da América Central e

do Sul, uma das exigências que o governo de Donald Trump fez ao governo do México. Com o passar dos meses, tornou-se cada vez mais claro que, por trás do projeto, existem poderosos interesses imobiliários, o negócio do turismo, bem como a concatenação de atividades extrativas que seriam integradas ao projeto do trem. Em termos sociais, são previstos resultados catastróficos devido às possibilidades representadas pela “abertura” daquela porção do país às atividades da economia criminosa, não só pela comercialização de estimulantes ilegais que costumam acompanhar os locais voltados ao turismo, mas também devido ao tráfico de pessoas para exploração sexual (Gasparello, 2019).

A trajetória do EZLN tem mostrado, em inúmeros momentos, a correspondência com a memória dos oprimidos e suas lutas para além do tempo e do espaço. Isso inclui a reivindicação de lutas subalternas na história do México, mas também de outros contextos passados e contemporâneos, como a resistência do povo palestino ou mapuche. Esse âmbito da experiência zapatista é central pois, ao reivindicar processos históricos passados, atualiza a legitimidade de seus próprios conteúdos que se distanciam radicalmente das formulações da *realpolitik*. Tal acontecimento se opõe a um dos alibis mais perversos na forma como a história do México foi processada, transmitida de forma acrítica às gerações mais jovens. No panteão dos heróis mexicanos, exploradores e explorados andam de mãos dadas. Isto ocorre, por exemplo, com a Revolução Mexicana, a qual no legado, os latifundiários (Carranza e Madero) são equiparados aos camponeses zapatistas ou aos integrantes da *División del Norte de Francisco Villa*, que tampouco tinha acesso à terra. Por sua vez, López Obrador identifica o ex-presidente indígena de Oaxaca, Benito Juárez, como sua referência histórica e, neste ponto, resulta uma afinidade consequente. Juárez, um liberal do século XIX convicto, despojou os povos indígenas de suas terras, através da desamortização de bens, tendo como princípio a deificação do indivíduo e da propriedade privada. Boa parte de seu projeto e legado consistiu em avançar nas formas de propriedade coletiva. Juárez é, de maneira eloquente, o modelo de indígena cômodo para o poder: disposto a aculturação e que adere aos princípios da modernização, esse é o relato de quem segue adiante através de sua domesticação.

Além disso, já durante seu governo, a militarização do país também vem sendo institucionalizada por meio da criação de uma força com poderes federais conhecida como Guarda Nacional, outro sucesso que havia sido vedado aos seus antecessores. Em 2019, verificou-se um aumento real da presença das Forças Armadas e da Guarda Nacional nos 32 estados do país (com quase 231 mil militares) em tarefas que estão sendo associadas, não só ao combate ao “crime organizado”. Além dessas, também se verificou no controle da migração e

na militarização das regiões do país nas quais são promovidos megaprojetos de infraestrutura, como é o caso do sul do México, onde estão destacados cerca de 60.000 membros dessas forças armadas do Estado (Camacho, 2019).

Portanto, em agosto de 2019, um ano após o triunfo eleitoral da esquerda institucional, o comando EZLN emitiu um comunicado sobre os passos tomados em sigilo e silêncio. Depois de anos de organização, reeditaram o rompimento do cerco militar, assim como foi em dezembro de 1994. As bases de apoio zapatistas dobraram depois de quinze anos de trabalho constante; o número de centros organizativos existentes até o momento passou de 5 para 12 caracoles. Também ampliaram os Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ) e criaram os Centros de Resistencia Autónoma y Rebeldía Zapatista (CRAREZ) (Subcomandante Insurgente Moisés, 2019). Em 2020, a comemoração de 26 anos de luta deu-se no âmbito de um conjunto de iniciativas denominado *Combo por la vida: diciembre de resistencia y rebeldía*. Na mensagem de aniversário, o Subcomandante Insurgente Moisés referiu-se ao dilema que se apresenta aos povos indígenas organizados e, especificamente, às bases de apoio zapatista diante da imposição de megaprojetos como aqueles que, neste século XXI, buscam uma vez mais viabilizar a espoliação territorial e continuar a guerra de extermínio, uma guerra contra a Mãe Terra e contra a vida como um todo. A resposta está de acordo com sua experiência de luta e, assim, o que se construiu até agora é o ensino básico do Zapatismo: não se renda, não se venda, não desista (Subcomandante Insurgente Marcos, 2014).

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y difusión del nacionalismo**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BARRIOS, Rodríguez, David. “*Del capitão do mato a la Policía Pacificadora*. Policía y control social en Río de Janeiro”. **Revista Con-temporânea**. Cidade do México: inah, 2017.

BASCHET, Jérôme. **Adiós al capitalismo. Autonomía, sociedad del buen vivir y multiplicidad de mundos**. Estado espanhol: Nuevos Emprendimientos Editoriales, 2015.

_____. **Podemos gobernarnos nosotros mismos. La autonomía, una política sin el Estado**. San Cristóbal de las Casas: cideci-Unitierra, 2017.

_____. **¡Rebeldía, resistencia y autonomía!** La experiencia zapatista: una grieta para salir del capitalismo, salvar la vida en el planeta Tierra y construir un mundo donde quepan muchos mundos. San Cristóbal de las Casas: cideci-Unitierra, 2018.

CAMACHO, Z. “Oficial, militarización de Chiapas, Oaxaca, Guerrero y Península de Yucatán”. **Contralínea**. Cidade do México: 16 de agosto de 2019.

- CASTELLANOS, Laura, 2007, **México armado**. Cidade do México: ERA, 2007.
- CACEÑA, Ana Esther. “Territorialidad del poder”, **Inclusiones** (Santiago de Chile). Vol. 5, N°4, outubro-dezembro, 2018.
- _____; GARCÍA VEIGA, Josué. **Tren Maya**. Avances de investigación. Cidade do México: olag-iiec, 2019.
- COMANDANTA, Amanda. **Palabras de las mujeres zapatistas en la inauguración del segundo encuentro internacional de mujeres que luchan**. 27 de diciembre de 2019. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2019/12/27/palabras-de-las-mujeres-zapatistas-en-la-inauguracion-del-segundo-encuentro-internacional-de-mujeres-que-luchan/>>. Acessado em: 13 jan. 2020.
- DE LOS RÍOS, Alicia y Barrios; RODRÍGUEZ, David. “Y llegaron a contradecir: más de dos décadas de lucha zapatista contra el neoliberalismo” In: VÁZQUEZ PUENTE, Unai; UHARTE POZAS, Luis Miguel. **La década ganada en América Latina: una mirada analítica a las luchas populares**. Bilbao: Universidade do País Vasco, 2015.
- FREITAS, Decio. **Palmars**. A guerra dos escravos. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- GASPARELLO, Giovanna. “¿La propuesta de desarrollo turístico que plantea el Tren Maya representará ‘una herramienta de integración y reconciliación social’ o favorecerá la expansión de la violencia ligada a las economías ilegales del turismo de masas? (Estrategia Nacional de Turismo 2019-2024)”, In: _____. et. al. **Impactos sociales y territoriales del Tren Maya**. Miradas multidisciplinares. Cidade do México: inah-uam Xochimilco, 2019.
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, José de Jesús. “Minería en México. Referencias generales, régimen fiscal, concesiones y propuestas legislativas”, Documento de trabalho n° 121 (versão preliminar). México: LXI Legislatura Cámara de Diputados, 2011.
- HARVEY, David. **El nuevo imperialismo**. Estado español: Akal, 2004.
- INSTITUTO NACIONAL DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS+. **Atlas de pueblos indígenas de México: Distribución por entidad federativa**. 2019. Disponível em: <http://atlas.cdi.gob.mx/?page_id=247>. Acessado em: 10 dez. 2019.
- LE BOT, Iyon y Subcomandante Insurgente Marcos. **El sueño zapatista**. Cidade do México: Plaza y Janés, 1997.
- LÖWY, Michael, 2005, “Reflexiones sobre América Latina a partir de Walter Benjamin” In: ECHEVERRÍA, Bolívar (comp.). **La mirada del Ángel**. En torno a las tesis sobre la historia de Walter Benjamin. Cidade do México: ERA-ffyl, 2005.
- MECKLIN, J. (ed.) “A new abnormal: It is still 2 minutes to midnight” In: **Doomsday Clock Statement Science and Security Board Bulletin of the Atomic Scientists**. Chicago, 2019.
- _____. (ed.) “It is 100 seconds to midnight” In: **Doomsday Clock Statement Science and Security Board Bulletin of the Atomic Scientists**. Chicago, 2020.
- MUÑOZ, Gloria. **El fuego y la palabra**. 20 y 10, 2003.
- PLA BRUGAT, Mercedes. “Más desindianización que mestizaje. Una relectura de los cen-

sos generales de población” In: **Dimensión Antropológica**. Año 18, Vol. 53, set./dez., 2011.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. **La (imposible) ¿geometría? del Poder en México**. México, 19 jun. 2005. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2005/06/19/la-imposible-%c2%bfgeometria-del-poder-en-mexico/>> Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. **Entre la luz y la sombra**. México, 25 mai. 2014. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2014/05/25/entre-la-luz-y-la-sombra/>> Acesso em: 28 nov. 2019.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MOISÉS. **El mundo capitalista es una finca amurallada**. 12 abr 2017. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2017/04/12/palabras-del-subcomandante-insurgente-moises-miercoles-12-de-bril-de-2017>> Acesso em: 30 nov. 2019.

_____. **Comunicado del CCRI-CG del EZLN**. Y rompimos el cerco. 17 ago. 2019. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2019/08/17/comunicado-del-ccri-cg-del-ezln-y-rompimos-el-cerco-subcomandante-insurgente-moises/>> Acesso em: 20 dez. 2020.

Tercios Compas-Comisión Sexta del EZLN, 2019, “Imágenes de la ruptura del cerco 1 y 2”, 31 de agosto y 01 de septiembre <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2019/08/31/imagenes-de-la-ruptura-del-cerco-i/>> y <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2019/09/01/imagenes-de-la-ruptura-del-cerco-ii-y-ultimo-del-17-de-agosto-del-2019/>>

WALLERSTEIN, Immanuel. “Los zapatistas: la segunda etapa”, In: **La Jornada**, 19 jul. 2005.

_____. “¿Qué han logrado los zapatistas?”. **Página 12**, 14 jan. 2008.

_____. (coord.). **El mundo está desencajado**. Interpretaciones histórico-mundiales de las continuas polarizaciones 1500-2000. Cidade do México: Siglo XXI, 2016.

WRIGHT, M. **Disposable women and other the myths of global capitalism**. Nova Iorque: Routleg, 2006.

AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS VENEZUELANAS DE PODER POPULAR E SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO BOLIVARIANO¹

Iraida Vargas Arenas²

“Entendemos como povo (...) a grande massa irredenta, que todos oferecem e aos quais todos enganam e traem, que anseia por uma pátria melhor, mais digna e mais justa ...”

Fidel Castro

Durante os três séculos em que estiveram na condição de colônia, os setores populares venezuelanos sofreram com dominação, exclusão e carência da satisfação de suas necessidades básicas. O *proceso de desarrollo*, como é chamado o processo de desenvolvimento iniciado pela oligarquia republicana a partir de 1830, causou dentro desses setores uma miséria incomparavelmente maior do que a que existia, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo, pois manifestou-se em empobrecimento e marginalização absoluta. Os próprios produtores que, segundo Marx, constituem a mais importante força produtiva, foram então “desenvolvidos” de uma maneira monstruosamente desfigurada e deformada, mediante a repressão da criatividade social, da autonomia e das formas de relacionamento solidário, aplicando múltiplas formas de desqualificação e “expropriação” psíquica.

Desde meados do século XX, essas carências provocaram o surgimento de movimentos de reafirmação e solidariedade — sobretudo nas áreas urbanas — que, por sua vez, influenciaram a ascensão de formas auto-organizadas. Tratava-se de organizações geradas no processo de apropriação de recursos na tentativa de reverter as condições de pobreza quando a perda de expectativas causou um

¹ Tradução de Raphael Castelo Branco da Silva.

² Antropóloga, UCV. Doutorado em História e Geografía, Universidad Complutense de Madrid. Investigadora Nacional Emérita, Fonacit, Professora Titular Jubilada UCV. Atualmente, é docente-investigadora de Escuela Venezolana de Planificación. Cronista Adjunta da Ciudad de Caracas.

esforço de autogestão para superar essa situação. De fato, antes do *proceso bolivariano*, o conjunto de vínculos sociais cotidianos dos setores populares foi dando origem a organizações flexíveis de base. Então, homens e mulheres populares se organizaram em função dos laços sociais enraizados nas vizinhanças dentro dos bairros, em associações informais estruturadas por laços de parentesco — consanguíneo e por adesão — caracterizados por relações sociais diárias que foram se convertendo em espaços de ação política. Como consequência, essas ações começaram a ser canalizadas em lutas de movimentos sociais, mas é essencial acrescentar que, naquele momento, não se tratava de significados predefinidos, mas sim derivou-se das práticas e das posições que tinham assumido os próprios grupos sociais referidos a um conjunto de necessidades vitais em conjunto com necessidades derivadas do desejo de desfrutar de bens considerados de prestígio. Esses movimentos, em nenhum caso, levavam em si a pretensão de mudança do sistema, exceto em pouquíssimas ocasiões e de maneira muito contida. Isso implicou uma série de práticas sociais cotidianas que previamente tinham sido interpretadas como projetos individuais e que foram sendo canalizadas para um plano mais de grupo do que individual, o que supõe a existência de projetos coletivos, ou seja, projetos com os anseios de movimentos ou de grupos sociais para expressar, na realidade, um direcionamento antissistêmico diferente da previamente existente.

Tudo o que aconteceu anteriormente com a grande maioria da população popular, implicou também no fato de que essa população outorgou uma importância desmedida aos diferentes bens materiais, importância essa que passou a incidir e determinar, infelizmente, a busca pelo consumo excessivo desses bens. Tais características serviram para definir a chamada *cultura del petróleo* (Quintero, 1972). Obviamente, essa situação hiperconsumista revelou um processo contraditório, tanto do ponto de vista teórico quanto político, que devia ser explicado e sobre o qual deveria se agir, algo que acabou não ocorrendo. Com a aparição da *Revolución Bolivariana* no final dos anos 90, tornou-se evidente que, por um lado, o novo governo pretendia saldar a dívida social que o Estado possuía com as maiorias excluídas, permitindo acesso a bens, serviços e produtos e, por outro, o dito governo tentou, e ainda tenta, construir uma sociedade socialista, justa, participativa, protagonista e igualitária, sem exclusão e sem desigualdade social, para a qual, obviamente, o consumismo não é somente prejudicial, mas um obstáculo a qualquer projeto de desenvolvimento.

Nas datas mencionados, no marco da *Revolución Bolivariana*, os setores populares começaram a estabelecer metas e manifestar necessidades diferentes das anteriores. Sem dúvida, a influência do projeto bolivariano do Presidente Chá-

vez, assim como, seu apoio aos setores populares, fizeram com que a transformação das terríveis condições de existência as quais tinha vivido até o momento o povo venezuelano se tornasse necessidade e interesse, assim como o objetivo fundamental de suas atividades. Isso se manifestou sob uma forma de motivações espirituais de conduta, uma vez que a atividade prática do ser humano é inseparável dos fatores espirituais dessa atividade. Contudo, nós sabemos que, tanto a noção de pobreza e a possibilidade de reverter essa condição com o desenvolvimento, não se realizam no capitalismo, já que tais condições de pobreza são a seiva que alimenta o sistema e define que o desenvolvimento é, sempre desigual, especialmente no neoliberalismo.

O Presidente Chávez apoiou e respaldou a aparição de movimentos populares, organizações, frentes e afins. É o caso dos conselhos comunais que foram impulsionados pelo governo Chávez depois da promulgação da *Ley de Consejos Comunales* de 2006. Essas organizações foram financiadas pelo governo bolivariano e, como forma de transição para a criação do socialismo, o governo bolivariano implementou uma espécie de Estado paralelo, composto por diversos planos sociais que constituíam e ainda constituem estruturas organizacionais flexíveis. Estas estruturas permitem a redistribuição de renda através de programas para alcançar setores que, todavia, ainda vivem na pobreza. Também foram destinadas a resolver, em primeira instância, o problema da dívida social acumulada com a população mais carente, produzida durante séculos de desigualdade e opressão popular. Com eles, o governo bolivariano ofereceu soluções massivas e imediatas aos terríveis problemas que confrontavam a maioria do povo. Esses planos sociais procuravam criar novas formas de organização — um objetivo atingido, em parte — e sustentados e apoiados por muitas das pré-existentes, tentavam propiciar novas formas de participação popular verdadeiramente protagonista.

Não obstante, o surgimento e o desenvolvimento desses movimentos sociais e o caráter coletivo de seus projetos, bem como a concordância que possuíam ou puderam ter com os planos sociais bolivarianos, uma importante quantidade de pessoas dos setores populares manifestava uma falta de dedicação consciente em direção a sua participação em sua própria libertação. Ainda que os planos sociais do governo tenham conseguido quitar, em grande parte, a dívida social através de gigantescos investimentos de capital, estimulava-se, entretanto, em alguns setores sociais, os antivalores capitalistas do individualismo e do consumismo. Isso denota uma assincronia entre os valores existentes na consciência social e aqueles que incentivam o governo bolivariano na aplicação de mecanismos para satisfazer as necessidades sociais. Estes anti-valores introduzidos parecem ser — dentre outros fatores — um produto de uma historiografia neocoloniza-

da, embebidas neles, reprodutora dos mesmos, feita para servir uma sociedade capitalista liberal como a que caracterizou a Venezuela desde o século XIX. Nas três primeiras décadas do século XX, o imperialismo estadunidense emergiu a nível mundial, sentenciando a Venezuela como provedora de matérias-primas para o chamado primeiro mundo e o *American Way of Life* como o melhor e único modo de se viver. Uma das características fundamentais das populações latino-americanas, neste sentido, tem sido até agora, a fragmentação da escala de valores que as mantêm coesas; a existência de sentimentos de adesão e afiliação aos centros metropolitanos de poder e a tendência de se identificar com tais centros, tudo isso como um subproduto de ter sofrido o constrangimento da condição colonial e da atual condição neocolonial. Por tudo isso, é gigante a tarefa que enfrentamos para alcançar a integração de diversos indivíduos com valores sociais e culturais positivos, não só para nós, como venezuelanos, mas também como latino-americanos. Isso implica mudar nossas avaliações sobre os centros tradicionais do velho e do novo poder colonial.

Para conseguirmos tudo o que foi exposto, dentro de um novo socialismo e para que seja possível; para que dê frutos no interesse dos grupos sociais em geral e para as mulheres em particular e para que esses coletivos sociais sejam homogêneos politicamente, essas organizações devem romper com a falta de ação e a desunião, quebrando, assim, o medo de perder a falsa segurança dada pela dependência colonial e neocolonial. Especialmente as mulheres, devem acabar com o medo evocado pela perda da falsa segurança dada pela sociedade e os relacionamentos patriarcais, de maneira que se tornem, eles e elas, construtores de um futuro promissor. Simultaneamente, esses coletivos focados na abolição da dependência e do colonialismo devem se encontrar e estar em sintonia com todas aquelas organizações que lutam por reivindicações socioeconômicas, mas também pelo respeito às diferenças. Dessa complicada e sinérgica dinâmica entre diversos grupos, comunidades e movimentos sociais diversos, surgirá um sistema integrado de valores, que sejam comuns e para sustentar e garantir o bem comum na nova sociedade socialista.

Tal coisa nos força a repensar nosso processo histórico, tendo em mente que somente o seu conhecimento não basta. Não teremos valores socialistas até que o povo venezuelano não assuma esses novos valores; até que eles não tenham um significado socialmente positivo; até que esses novos valores não expressem realmente um redimensionamento, por parte do povo, das relações em que vivem e não de sujeitos isolados, grupos ou classes sociais particulares, senão de tudo. Nesse sentido, a solução começa com a educação, uma que sublinhe esses valores positivos, objetivando os mesmos nas ações formativas. Não

é suficiente explicar os fatos históricos ou os atuais da realidade para produzir valores ou mudanças na conduta e na personalidade do povo. Só se pode educar com valores através do conhecimento e da habilidade de avaliação e reflexão da atividade prática com um significado assumido. E, com essa reflexão e atividade prática, historiadoras e historiadores revolucionários ainda tem um grande compromisso para com o povo venezuelano.

Essas afirmações conduzem a aceitar que — não obstante as redes de solidariedade comunitária existentes, presididas por mulheres e apesar da sobrevivência de valores como o cooperativismo e a reciprocidade — o *processo bolivariano* ainda não conseguiu eliminar do imaginário e das práticas as ideias capitalistas de progresso, desenvolvimento, bem-estar, pobreza e riqueza, contrárias ao socialismo do século XXI. Por isso, em relação ao exposto, é bom recordar que, embora a sociedade capitalista tenha tentado compensar a limitação das possibilidades materiais dos seres humanos na atividade prática com um exagero artificial de seus instintos consumistas, situação no qual se assume o caráter de necessidade de objetos e serviços que tornam-se símbolos de riqueza, prestígio social e, portanto, status, o mesmo que a sociedade venezuelana até então tinha tornado inacessível aos setores populares. e, sendo assim, o significado socialmente positivo em relação aos anti-valores acaba persistindo. Tudo isso foi alcançado graças à extração do consumo de sua relação orgânica com a produção, convertendo o mesmo em “consumo por consumo”. Assim, apesar da melhoria das condições de vida propiciada pela *Revolución Bolivariana*, temos visto que o consumismo foi estimulado e se tornou o recurso capitalista predominante, contrário ao bem comum, base do socialismo.

Parece-nos oportuno dizer que o consumismo é a maneira, talvez a mais eficaz e perversa de todas, de reproduzir o capitalismo. Da mesma forma, desrespeitar a natureza, esquecer do outro e da outra, desrespeitar o ser humano, todas essas são recursos resumidos em duas das características fundamentais do sistema capitalista: individualismo e egoísmo. Com o consumismo, toda a relação social se confunde e atrapalha o significado do ser humano e das coisas; se “reifica” o ser humano, pois o objetivo da vida é “possuir”. Também as instituições e organizações são “subjetivadas”, isto é, têm um fim em si mesmas e arrastam homens e mulheres para a esfera de sua própria dinâmica.

Autores como Mihailo Markovic pensa que essa situação pode ser considerada compreendida no conceito de alienação:

Estar alienado significa para o homem a perda de controle sobre o produto de sua atividade física e intelectual; perda de possibilidade da escolha livre de trabalho criativo; redução de todas as ricas formas vitais para a mera satisfação da necessidade

artificial de posse de objetos; alienação de outros homens e, como consequência, uma relação de exploração, inveja e ódio, em vez de confiança e solidariedade mútuas ... (Citado por Kärner, 1983).

Igualmente importante, como aponta Mészáros (2013), que

o conteúdo da vida cotidiana concreta incide a capacidade de homens e mulheres de tomar consciência, de libertar-se das determinações estruturais capitalistas, já que estão alienados da natureza, de si mesmo (da sua atividade), alienada de sua espécie (do pertencimento à espécie humana) e alienada de homens (de seu próximo).

O Poder Popular: A Nova Institucionalidade

No marco do *processo bolivariano* definiu-se que os conselhos comunitários são os espaços públicos da comunidade onde se constrói o poder popular. Eventualmente, considera-se que esse poder permitirá criar uma sociedade plenamente comunitária. Os critérios manejados para definir esse poder estão vinculados a uma certa noção de participação, que implica as comunidades organizadas em conselhos comunais como as gestoras dos recursos públicos que serviriam para a execução de projetos de infraestrutura, serviços e melhorias comunitárias em geral. Pode-se inferir, então, que o fortalecimento do poder popular seria a resposta para alcançar a transformação social, ou seja, se o poder popular conseguir converter a Venezuela no equivalente a uma *Sociedad Popular Comunitaria*, se o poder popular conseguir abolir o capitalismo e, conseqüentemente, se esse poder popular se orientar a garantir as condições de vida dignas e viáveis para todos e todas e se suas organizações tornassem-se espaços de paz, sem exploração de classe, racial ou patriarcal, estaríamos diante de um processo revolucionário que implicaria uma mudança qualitativa, pois se trataria de uma nova sociedade, uma nova formação social com um novo sistema de relações sociais, incluindo, estruturalmente, os de produção.

As ideias anteriores foram destacadas para realçar que, para construir o socialismo na Venezuela, é necessário consolidar os valores do bem comum: a tolerância, o respeito à diferença e a diversidade, identidade social — que inclui a cultural — e propiciar a qualidade da convivência como fim, além da mesma para a ação solidária. Essa realização não é uma tarefa fácil, uma vez que a reclusão qualificadora de muitos dos comportamentos sociais da maioria dos agentes na Venezuela, homens e mulheres são complicadas de se reverter. Como se trata de construir o socialismo na Venezuela, é necessário

que o modo e o estilo de vida mudem, não só de certos setores, senão de toda a sociedade, e isso significa mudar as formas organizacionais e as relações sociais dentro delas. É nítido que, se o sistema de valores da personalidade não fosse compatível com os valores do socialismo (como parece ser o caso em setores importantes Venezuela de hoje, especialmente após o falecimento do Presidente Chávez), se as necessidades da população fossem irracionais, então a atividade criativa dos agentes apresentará formas desviantes — na medida em que se afastam dos valores socialistas — de comportamento social, cuja possibilidade de realização será dada por deficiências nos controles sociais e/ou na legislação vigente, assim como pelo baixo nível de desenvolvimento de mecanismos de rejeição por parte da consciência social diante de tais formas de comportamento. Foi exatamente isso que aconteceu com o consumismo da sociedade venezuelana nos anos anteriores à atual guerra econômica imposta pelo Império, que se deu em importantes segmentos dos setores populares em particular, como já tínhamos mencionado, uma expressão manifesta de necessidades que podemos considerar como irracionais. Tudo isso conspira contra a construção social de um estilo de vida socialista, pois os controles sociais na Venezuela — que antes da sabotagem e da guerra econômica imposta pelo Império Estadunidense, com o apoio da Comunidade Econômica Européia e vários governos latino-americanos aliados — eram, até então, ainda muito deficientes; os comportamentos desviantes estavam presentes em demasia; os valores socialistas ainda eram muito débeis graças ao fato de que não apenas as forças que impulsionam a mudança tornaram a vida “harmônica” dentro de um sistema plenamente capitalista que bombardeou mensagens, práticas e ações incompatíveis com o socialismo e mesmo como o aparato burocrático do governo bolivariano, que até então havia subestimado o pensamento crítico e a capacidade do povo venezuelano, negligenciando suas necessidades em torno à liberdade de informação e negando a legitimidade de suas reflexões, produtos do debate de ideias.

Considerando tudo o que foi exposto anteriormente, para que a população popular venezuelana construa uma vida plena, sinônimo de socialismo, é importantíssimo que os conselhos comunais sejam autônomos e que se blinde essas organizações da centralização, seja de líderes emergentes das comunidades ou de líderes externos do governo, centralização essa que nega o necessário caráter horizontal que deve ter qualquer organização do poder popular. Tal como dizia Lenin, “A ideia de responsabilidade pessoal, *a base de toda tarefa*, deve se referir não apenas a ele, ao intelectual, *mas também ao povo*” (1976, p. 18. grifos meus).

Apesar da tautologia, podemos dizer que, para construir o socialismo, é necessário possuir um modo de vida e, portanto, um estilo de vida socialista. No entanto, é bom recordar que o estilo de vida é sempre a maneira como a realidade executa possibilidades, seja compatíveis ou incompatíveis com o socialismo. Devemos advertir que, para que essa construção ocorra, é necessário entender melhor a realidade de mulheres e homens nas várias comunidades. Isso servirá para entender e abordar a enorme complexidade existente nos conselhos comunais como novas formas de organização popular, onde, todavia, como sabemos, não se valorizam da mesma maneira as tarefas e trabalhos realizadas por ambos os sexos, desigualdade essa que intervém na debilitação das ditas formas de organização e fundamentalmente na construção da sua identidade política e de seus membros.

Finalmente, parafraseando Marx e Engels (1982), podemos dizer que conselhos municipais em formas organizacionais potencialmente revolucionárias já existem como possibilidades no panorama social, econômico e cultural da Venezuela. Seria, portanto, desafortunado e, ainda mais trágico, se essas organizações se perdessem no processo da construção real, livre e autônoma do poder popular constituinte venezuelano, que é a base do socialismo. Como temos apontado em outros espaços: certamente, nesta fase de transição, advogamos por uma autonomia de formas populares auto-organizadas em relação ao poder constituído — que até agora segue muitos dos parâmetros burgueses de economia e valores — é a única maneira, ao menos assim pensamos, de que as mesmas permaneçam sempre dinâmicas, sem estarem estagnadas ou rígidas. Mas essas subjetividades do povo venezuelano precisam estar orientadas a romper com a relação capitalista que reduziram a reciprocidade humana a um vínculo salarial (Vargas, 2007; Vargas e Sanoja, 2015). Nesta construção, a importância dos processos de autogoverno, participação, transparência e capacidade dificilmente podem ser subestimadas. Igualmente fundamental são as políticas públicas orientadas a reverter as condições de pobreza nas quais milhares de pessoas vivem, além das políticas que tendem a lutar contra o patriarcado. Outro fator importante a ser considerado na construção do socialismo é o referente ao simbolismo que a subjetividade coletiva, baseada no inconsciente coletivo, confere a esse processo. A subjetividade (consciência) pode ser a plataforma de lançamento necessária para alcançar uma compreensão e aceitação do que é uma boa vivência. Para isso, é necessário estimular uma real participação, mais profunda, de todas e todos, principalmente porque a participação é um dos mecanismos fundamentais para a aquisição de valores e percepções políticas.

Os movimentos sociais venezuelanos da atualidade

Listamos alguns dos vários e prósperos tipos de movimentos sociais que existem atualmente na Venezuela:

1) Movimentos sociais, ambientalistas e ecologistas — Cerca de 80, os *Movimientos Conservacionistas* e os *Movimientos Ecologistas* — que se manifestaram na *Gran Marcha por la Paz y la Vida*, em 2019;

A estes, devemos adicionar os *Movimientos Conservacionistas* e os *Movimientos Ecologistas*, pertencentes aos 43 *Parques Nacionales* da Venezuela. Cada Parque Nacional possui um *Movimiento Conservacionista* e um *Movimiento Ecologista*;

2) *Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora* (CRBZ). No interior, a mesma é articulada pela *Frente Nacional Campesino Ezequiel Zamora*, pela *Frente Nacional Comunal Simón Bolívar* e pelo *Sistema Nacional de Formación Simón Rodríguez*, além de outros dois eixos relacionados à formação: o CEFES, um centro de estudos sociais, e a *Escuela Nacional de Cuadros Mariscal Sucre*. A CRBZ faz parte da *Via Campesina* e do *Observatorio de Derechos Humanos*, com sede no México. Ela também tem uma responsabilidade na coordenação dos movimentos em Alba, na Europa, e está em contato com o campo anti-imperialista;

3) A *Ciudad Comunal Campesina Simón Bolívar*, localizada no estado de Apure. Essa sociedade comunal rural é uma experiência sem precedentes, além de ser uma corrente revolucionária que acumulou a experiência histórica das lutas populares;

- 4) *Frente Bicentenario de Mujeres*;
- 5) *Colectivo Araña Feminista*;
- 6) *Movimiento Somos Venezuela*;
- 7) *Movimiento de pobladores*;
- 8) *Movimiento de los “Viviendos”*.
- 9) *Comunas e Consejos comunales*;

Para março de 2018, previam-se mais 3.000 comunas, variando o número de acordo com o estado. O número continua crescendo. As comunas funcionam com um parlamento comunal, que é o espaço fundamental do protagonismo. Ele garante que as comunidades não apenas tenham a capacidade social de aplicar as leis revolucionárias, mas também a capacidade sociocultural e jurídica de fazer a lei, elaborando, propondo e promovendo. O parlamento comunal deve funcionar diariamente nas comunidades como um mecanismo de controle

social, que qualifica uma verdadeira soberania popular para a participação protagonista direta.

Como podemos ver, a participação mais ampla do povo é traduzida em sua organização a partir de sua diversidade, e tem como propósito configurar sua participação, tomar decisões e exercer controle social permanente através dos diversos instrumentos de participação criados para esse fim, no exercício intransferível de sua soberania.

Outros movimentos sociais muito importantes:

- 10) *Frente nacional de la sexo diversidad*;
- 11) *Movimientos campesinos* (Apresenta frentes unitárias e também regionais);
- 12) *Frente Francisco de Miranda* (movimento de formação sociopolítica a nível nacional);
- 13) *Colectivo Alexis Vive* (movimento de bairro);
- 14) *Consejos productivos de trabajadores*. Esses conselhos inscrevem-se em uma concepção que projeta a classe trabalhadora para assumir papéis de liderança típicos de uma democracia dos trabalhadores;
- 15) *Movimientos indigenistas*. O *movimiento indígena unido de Venezuela* unifica todas as organizações e povos indígenas;
- 16) As “*escuelas de cuencas*”, onde as crianças na Venezuela aprendem a “semeiar a água”. Durante quatro anos, grupos de professores e os “*conqueros*” formam meninos e meninas nos centros educativos para recuperar as bacias hidrográficas, forma de desenvolver um modelo comunitário em harmonia com o meio ambiente. É um projeto comunitário concebido como “a cultura ancestral *conquera* em resistência e insurgência”.

Os movimentos sociais e a transformação social na Venezuela

Tal como manifesta Kärner,

Os novos movimentos sociais se mostram como uma força ascendente e decisiva na estrutura social, tanto nos países industrializados como os que estão em vias de desenvolvimento. Na América Latina, aparecem diariamente em número sempre crescente as frentes, organizações de base, comitê de defesa entre outros, que funcionam juntos ou totalmente independentemente dos partidos políticos tradicionais da esquerda.

E, nesse sentido, a Venezuela não é diferente, pois, de fato, os movimentos sociais fazem parte do poder popular.

Holst afirma, ao se referir aos movimentos sociais, que muitos autores socialistas consideram que estes constituem-se substitutos “... a classe trabalhadora como atores da sociedade, com uma posição melhor para lutar pelas mudanças sociais”. No entanto, ele ressalta que os movimentos sociais são marcados pela desvantagem de serem temporários e de estarem associados a linhas particulares de interesse (Holst, 2001, p. 171-176) e, para isso, cita Fuentes e Gunder Frank: “(...) se desaparecem as circunstâncias que originam e favorecem os movimentos sociais, o mesmo acontece com estes (...) o movimento consegue seu objetivo (...) perde sua sustentação e desaparece”. No entanto, Holst aponta que “(...) devemos continuar trabalhando com os movimentos sociais (...) já que (...) são neles que as pessoas estão se mobilizando (...)”.

Em relação a tudo o que foi exposto anteriormente, é bom lembrar também de um elemento central, muitas vezes esquecido, de que é preciso recordar de que não há verdadeira revolução a menos que esta seja cultural. Não há possibilidade alguma de fazer uma revolução sem que ocorra uma transformação cultural. E mais, nenhuma ferramenta substitui a mudança cultural mais do que uma alteração que supõe uma transformação radical da consciência (Vargas OJOJ Constituyente). Quando o povo oprimido enfrenta uma luta contra as indústrias culturais, ele requer um apoio ideológico dos quadros onde supõe-se que resida clareza política que canalize a força das massas, já que não se pode enfrentar o grande poder que tais indústrias possuem, não só pelo fato das mesmas serem parte de poderosas transnacionais, senão também pelo fato de que essas indústrias possuem a capacidade de trivializar a cultura e converter a mesma em “entretenimento”.

É assinalado por Yldefonso Finol que “a tarefa cultural de uma revolução é dar condições para que a população passe do estado colonizado e alienado para o estado de tomada de consciência de classe e nação ...”. Por isso, diz Finol, a política cultural do Estado tem três prioridades que definem e determinam tudo: 1) consolidar uma concepção revolucionária de realidade opressora que permita sua interpretação e respectiva superação; 2) reforçar o conhecimento da história nacional para a construção de memória histórica coletiva, com um senso de pertencimento e uma aptidão descolonizadora e 3) promover e enraizar os valores da nova sociedade que aspiramos alcançar, como fruto das lutas populares de libertação.

Mediante o estímulo a níveis cada vez mais profundos de organização popular, a *Revolución Bolivariana* espera que o povo soberano construa um novo tecido social composto de redes sociais transversais, tarefa que vem sendo realizada pelo dito governante desde 2006. A soberania seria exercida através de uma

soma de responsabilidades e direitos que seriam compartilhados pelos coletivos que compõem as redes. As relações sociais existentes dentro da rede de *Poder Popular*, *consejos comunales* e *comunas* são estruturadas com base na conscientização do dever social, com uma igualdade estabelecida e praticada. Existe um autogoverno e sua relação com o Estado nacional está baseada, por um lado, no protesto contra abusos nas negociações para a conquista do bem comum e, por outro lado, no estabelecimento das relações de autoridade compartilhadas por todos os membros de cada comuna, garantindo assim o fluxo de recursos econômicos para a realização de projetos comunitários.

As *comunas* constituem novas instâncias de governo territorial, com particularidades e características que as diferenciam de outras instâncias de gestão governamental. São entidades locais conformadas pelo conjunto de comunidades, cujos membros possuem um âmbito geográfico, uma memória histórica compartilhada, gentílico usos, costumes, características culturais que os identificam e interesses comuns que se reconhecem no território que ocupam e no qual exercem os princípios de soberania e protagonismo de participação. As *comunas*, como instâncias de governo, são igualmente instituições planejadoras por natureza, com planos de desenvolvimento comunitário.

A ideia de poder popular, ao fazer referência à ampla e variável categoria povo, engloba classes e frações de classe relativamente amplas. A ambiguidade do “popular”, requer, sem dúvida, uma precisão para cada caso particular, uma vez que o termo traz consigo o senso comum (e com ele as ideias dominantes) e, geralmente, inclui as classes capitalistas ou as classes cujo interesses no sistema capitalista podem levar um projeto popular em direção a um caminho que reproduz as condições de exploração (ou seja, conduza a uma saída burguesa).

Bloqueio e Guerra Econômica

Os conceitos expostos pelas autoras e autores mencionados podem ser visualizados na profundidade e no número de movimentos sociais organizados que surgiram e que continuam atuando na Venezuela, sendo a fonte da resistência contra a guerra econômica que o Império está nos fazendo.

A Venezuela está submetida, como observa Pascualina Curcio (2018, p. 1), a

uma guerra econômica iniciada desde o momento em que a *Revolución Bolivariana* chegou ao poder em 1999. As agressões econômicas por parte dos grandes capitais transnacionais, industriais, financeiros e de comunicação, iniciaram-se momento em

que, mediante a um referendo popular, foi aprovada uma nova constituição, que estabelece que a República Bolivariana da Venezuela é um Estado de direito e justiça social (...). Para estrangular nossa economia, o governo dos Estados Unidos bloqueou as transações financeiras da PDVSA.

E, no entanto, não nos rendemos. A mãe natureza nos abençoou com um dos maiores minas de ouro do mundo, que tem servido para obter divisas conversíveis, o que nos ajuda a pôr em marcha um sistema monetário virtual com a moeda *Petro*. Isso nos permitirá superar o bloqueio, tanto financeiro como petrolero. Ao mesmo tempo, a Venezuela sofre um bloqueio severo e criminoso por parte do governo dos Estados Unidos. Como afirmou Donald Trump em sua mensagem do estado da união em 4 de fevereiro, seu objetivo é combater o socialismo onde quer que se encontre. Desde então, ele se declarou inimigo do nosso presidente Nicolás Maduro e do socialismo bolivariano, bem como do socialismo democrático proposto Bernie Sanders, seu rival nas próximas eleições presidenciais.

O bloqueio atrapalha, mas não detém a construção do socialismo na Venezuela. Pelo contrário, endureceu a capacidade de organização sociopolítica, de resistência e de luta do povo venezuelano, que marcha unido no sistema social cívico-militar criado pelo Comandante Chávez, em direção à vitória, nesta guerra patriótica contra a ameaça imperialista.

Referências

- CURCIO, Pascualina. **Hiperinflación**. Arma imperial (III). El caso Venezuela, 2018.
- HOLST, John. “Reflexiones Críticas sobre el potencial político de los nuevos movimientos sociales”. **Marx Ahora**. n° 11, pp. 171-179, 2001.
- KÄRNER, Hartmut. “Los movimientos sociales: revolución de la cotidiano”. **Nueva Sociedad**. n° 64, pp. 25-32. jan./fev, 1983.
- LENIN, Vladimir. **La Cultura y la Revolución Cultural**. Moscou: Editorial Progreso, 1976.
- MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **La Ideología Alemana**. Havana: Editorial Pueblo y Educación. Ministerio de Educación, 1982.
- MÉSZÁROS, Istvan. **Estructura social y formas de conciencia**. La dialéctica de la estructura y la Historia, vol. II. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2013.
- QUINTERO, Rodolfo. **La Cultura del Petróleo**. Coleção Esquema. Caracas: Edições de Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais. Universidade Central de Venezuela, 1968.

VARGAS ARENAS, Iraida. **Resistencia y Participación**. La saga de pueblo venezolano. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2007.

_____. “Investigando la conducta cultural”. In: **Pensar el Socialismo**. Geohistoria y Subjetividad. Coleção Debate Constituyente. Caracas: Vicepresidencia Sectorial Ministerio del Poder Popular de Planificación. Escuela Venezolana de Planificación, 2017.

VARGAS ARENAS, Iraida; SANOJA, Mario. **La Larga Marcha hacia la Sociedad Comunal**. Tesis sobre el socialismo bolivariano. Caracas: Editorial El Perro y la Rana, 2015.

A LUTA DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS MATO-GROSSENSES PELA PRESERVAÇÃO DE SEUS PATRIMÔNIOS CULTURAIS EM TEMPOS DE CRISES

Manuela Areias Costa

Luciano Pereira da Silva

Introdução

O artigo propõe reflexões sobre o atual cenário brasileiro, no qual diferentes crises incidem sanitária, hídrica, climática, ambiental, política e econômica – e o patrimônio cultural imaterial de pescadores e pescadoras artesanais. Os impactos dessas crises ameaçam a salvaguarda de seus bens culturais. O texto apresentará aspectos relacionados ao movimento dos pescadores artesanais, sobretudo os que vivem no Pantanal mato-grossense e na Bacia do Alto Paraguai, e um conjunto de fatores que implica negativamente nos territórios, atividades profissionais e de sustento, bens culturais, vida e o futuro desse grupo social. Para tanto, analisaremos e relacionaremos os possíveis impactos causados por empreendimentos hidrelétricos, COVID-19, desmatamento, uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes, mineração no Pantanal e alhures, mudanças climáticas e incêndios, nas práticas culturais de pesca. Sob outra perspectiva, mas nessa mesma lógica sistêmica, nos deteremos no complexo da Hidrovia Paraguai-Paraná, que contará com três portos – Porto Morrinhos, Porto Barranco Vermelho e Porto Paratudal. Propomos reflexões em torno da seguinte questão: todos os projetos econômicos previstos para o Estado de Mato Grosso são exequíveis quando relacionados ao meio ambiente, confluência de crises e respeito aos povos indígenas e comunidades tradicionais?

Em termos metodológicos, a pesquisa tem como referência base os dados apresentados pela Comissão de Registro de Saberes Imateriais dos Pescadores e das Pescadoras Tradicionais no Município de Cáceres, doravante “Comissão

PCI” ou “Comissão Arte da Pesca”.¹ O estudo desta comissão reuniu entrevistas coletadas entre os anos de 2016 e 2020, com profissionais vinculados a duas entidades representativas da classe, a APEC (Associação de Pescadores de Cáceres) e a Colônia de Pescadores Z-2, ambas situadas no município de Cáceres. Participaram da pesquisa pescadores e pescadoras, os quais pescam, em sua maior parte, no rio Paraguai e também em seus afluentes, como Sepotuba, Jauru e Cabaçal. As narrativas e experiências desses pescadores evidenciam uma identidade tradicional, que se manifesta em um patrimônio cultural singular, por meio de memórias, saberes e práticas culturais, afeto a lugares, territórios, objetos, paisagens e coexistência com a natureza.

A pesca nos rios de Mato Grosso remete a uma atividade tradicional com grande influência na vida econômica, social e cultural da população do estado. Os territórios tradicionais de pesca são lugares de memória e espaços de resistência, pois a história, o trabalho e a cultura dos pescadores são indissociáveis destes espaços, essenciais para reprodução cultural do grupo. Neles manifestam tradições, saberes, costumes, laços de pertencimento e de luta pela sobrevivência, organizando e orientando a apropriação do ambiente pesqueiro. O geógrafo Milton Santos (2000) afirma que nas questões sobre a relação entre homem e meio, o território é um elemento robusto de identidade e pertencimento. Nesse sentido, conforma uma concepção de área de domínio, a partir da identificação do lugar por seus habitantes para satisfação das necessidades, compreendido como “território usado”.

Como argumentaram Castellucci e Blume (2016), as populações litorâneas e ribeirinhas, considerando os pescadores artesanais, nas últimas décadas, passaram por um processo de desterritorialização e destruição dos seus ambientes de memória, trabalho, cultura e organização. Portanto, as dificuldades enfrentadas por essas populações são reflexos do represamento das águas, da especulação imobiliária e dos ventos da “modernagem” (Castellucci; Blume, 2013). Nessa perspectiva, das diretrizes desenvolvimentistas e destruição ambiental, ressalta-se que a identidade dos pescadores tradicionais, suas histórias, memórias e modos de vida coexistem com três elementos. Os lugares onde a pesca é praticada são compreendidos como atributos, o meio ambiente é entendido como característica, e os exercícios da reprodução cultural do grupo que demandam por gestão são os valores. Esse tripé perfaz o patrimônio cultural imaterial da pesca que analisamos.

1 Decreto Municipal nº. 217 de 03/05/2016. A Comissão é composta pelas seguintes instituições: UNEMAT coordenação; Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira; Colônia de Pescadores Z-2; Apec; MPF, Cáceres (até dezembro de 2016); IFMT, Cáceres; ICMBIO, Cáceres; Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer de Cáceres– SMECL.

O discurso ambientalista apropriado e manifestado pelo *trend* da pesca esportiva ou turismo de pesca se destaca pelas seguintes características: a grande capacidade de articulação; concepção de infinidade dos recursos naturais associada à mitigação possível de todos impactos ambientais provenientes de empreendimentos; a concepção de progresso – movimento do Estado, infraestrutura e empresariado, e a ideia de atraso – o tradicional e as comunidades; o discurso agressivo e discriminatório que marginaliza, estigmatiza e estereotipa pescadores artesanais; a opinião de que a poluição dos rios e a redução dos estoques pesqueiros são de responsabilidade da pesca profissional. Portanto, o não reconhecimento, a desvalorização e não aceitação aos seus modos de vida se vincula e se agrava com as crises ambientais, a disputa territorial, a exploração não sustentável de ambientes soberanos de populações tradicionais (ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas e povos da floresta) e a remoção de comunidades para implantação de obras de infraestruturas diversas, nas quais o agro-negócio e a geração de energia ocupam espaços centrais.

As assimetrias identificadas na geopolítica do Pantanal e as percepções sobre as relações existentes, para além de geográficas, mostram-se condicionadas por fatores econômicos. Os trabalhos realizados pela Comissão PCI, evidenciaram que pescadores e pescadoras de Mato Grosso estão em ambientes fortemente controlados pelo capital financeiro e, ao mesmo tempo, tratam de territórios que concentram memórias, práticas culturais e valores, os quais são fontes de reivindicações e reconhecimento. As pesquisas identificaram situações de conflitos e violação de direitos fundamentais de comunidades que praticam e vivem da atividade pesqueira.

Em 2018, uma “ação patrimonial” articulada – entre pesquisas científicas, realizadas pela Comissão PCI, com apoio de organizações da sociedade civil, adoção de princípios jurídicos específicos no âmbito do CEPESCA (Conselho Estadual de Pesca), e a atuação política de pescadores e pescadoras do município de Cáceres – possivelmente garantiu seus direitos de permanência no rio, a continuidade de práticas e saberes e a manutenção de seus territórios de pesca. Portanto, a garantia e os direitos conquistados, assunto que discutiremos neste texto, são resultados das lutas de pescadores e pescadoras em prol de reconhecimento e políticas públicas.

Cabe destacar a atuação dos Conselhos Municipais e Estaduais, que contemplam as questões de pesca, aquicultura, meio ambiente, entre outros, e representam um instrumento recente para a participação de pescadores, encaminhamento de suas propostas e garantia de seus direitos (Cardoso, 2016, p. 2828). No estado de Mato Grosso, isso ocorre no CEPESCA, que congrega

representantes do estado e da sociedade na discussão das políticas pesqueiras. Ao longo dos últimos vinte anos, essa atividade, seguindo as exigências nacionais, passou também a ser disciplinada com legislação própria que estabelece tanto a categoria de pescador profissional quanto a quantidade de peixe, como e quando pescar. Essa legislação tornou-se muito mais abrangente a partir da década de 2000, especificamente após a chamada Lei estadual da pesca Lei nº 9.096, de janeiro de 2009.

A partir desse período e respondendo à nova legislação, houve um aumento do número de colônias de pescadores. É ainda desse período a criação do CEPESCA,² que tem como objetivo o diálogo entre os diferentes atores sociais que participam dessa atividade e resguardam os aspectos culturais da pesca. A presença no CEPESCA dos pescadores e pescadoras, representantes das colônias, e das organizações ambientalistas não governamentais, pelo menos nos dois últimos anos, vem permitindo colocar um contraponto ao *status quo* vigente de forma pragmática. Pautando questões relativas à defesa da pesca artesanal e de povos e comunidades tradicionais, atuam para: constituir uma gramática do patrimônio imaterial na pesca artesanal; questionar os processos de licenciamento ambiental, no que tange desconsiderar a consulta dos profissionais da pesca e de comunidades; opor às políticas públicas dolosas ao grupo.

Assim, a presença dos pescadores artesanais nas colônias, conselhos e federações de pescadores, representam uma força maior deste setor social e produtivo, oferecendo maior visibilidade às questões ligadas à atividade pesqueira, em especial, à pesca artesanal. De acordo com os dados publicados pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente), no ano de 2018, em Mato Grosso existem onze colônias e associações de pescadores artesanais. O número de pescadores ativos no estado é de 5.079, sendo 19,5 mil os dependentes diretos da pesca no estado (Catella, 2019). No município de Cáceres, encontram duas representações de pescadores artesanais: a Colônia de Pescadores Z-2, com 784 filiados (abrange os municípios de Cáceres até Vila Bela da Santíssima Trindade), e a APEC, com aproximadamente 250 associados.

² Instituído pela Lei Estadual da Pesca nº 9.096 de 16 de janeiro de 2009, foi instalado por ocasião da 1ª Reunião Ordinária em 15 de julho de 2014, e seu Regimento Interno foi publicado na Resolução CEPESCA nº 003/2015, de 29 de abril de 2015. Ver: http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3085&Itemid=842. O conselho reúne representantes do estado, colônias de pescadores, organizações ambientalistas da sociedade civil, setor empresarial do turismo de pesca e da aquicultura. Trata-se de um órgão colegiado deliberativo, com composição paritária, ligado a SEMA. O objetivo do CEPESCA/MT é formular políticas públicas, propiciar a articulação e discussão das partes, com vistas ao desenvolvimento e o fomento das atividades de pesca no estado de Mato Grosso.

Complexos hidrelétricos, mineração, hidrovias e licenciamento ambiental

A cidade de Cáceres, fundada em 1780 sob a designação de Vila Maria do Paraguai, é tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e também uma das cidades que fazem parte do “Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal”, maior área inundada contínua do mundo, e Patrimônio Natural da Humanidade (Unesco, 2014). Este bioma, que abrange os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apresenta-se como um território em disputa na geopolítica desenvolvimentista, cujos impactos nas comunidades locais ocorrem de diferentes formas e intensidade.

A planície alagada e o planalto, conjuntamente considerados, denomina-se BAP (Bacia do Alto Paraguai). Fazendo parte do Sistema Paraguai-Paraná ou Vale Central da América do Sul/Depressão Sub-Andina, o rio Paraguai é maior e mais relevante curso de água do pantanal norte. Esse rio possui 3.400 km, é o mais extenso corredor de áreas úmidas de água doce do mundo, passando pelo Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai, e depois de receber as águas do rio Paraná deságua no rio da Prata, entre estes dois últimos países citados. Aproximadamente, 20 milhões de pessoas vivem nesse sistema, em comunidades tradicionais, nas áreas urbanas e rurais. Devido às suas características ecológicas, o Pantanal e a Bacia do Alto Paraguai, abrigam grandes populações naturais de peixes, razão pela qual a pesca tornou-se uma importante atividade social, econômica e ambiental, realizada nas modalidades profissional artesanal, amadora e de subsistência.³ As populações locais, em particular as comunidades indígenas e ribeirinhas, dependem dessa diversidade, sobretudo da pesca, que é a forma de subsistência e sustento para diversas famílias.

A Bacia do Alto Paraguai, planície alagada na qual o planalto é principal formador do Pantanal, encontra-se fortemente ameaçada por diversas forças econômicas verdadeiramente nocivas ao bioma. Cabe ressaltar que a esperada “Lei do Pantanal”⁴ contempla apenas a área alagada. O planalto, onde mais chove e estão às nascentes de água, é a região mais explorada pelas monoculturas, sobre a qual, as nascentes são pouco poupadas. O embate sobre esse bioma é explicitado na reivindicação para que esta lei considere o planalto, que são as bordas do pantanal, onde estão as nascentes dos rios que abastecem a planície alagada, comumente chamada “pantanal”.

3 Ver informação no *site* da ECOA. Disponível em: <https://ecoa.org.br/pantanal/sistema-parana-paraguai-de-areas-umidas-2/>. Acesso em: 09/03/2020.

4 A proteção legal por meio de mecanismos específicos para esse bioma foi prevista na Constituição do Brasil de 1988, em seu artigo 225.

Diante desse quadro, que envolve empreendimentos diversos, agrotóxicos, obras de infraestrutura, dentre outros, cabe questionar: o pantanal pode se manterá como um Patrimônio Natural da Humanidade onde coexistem povos indígenas, comunidades tradicionais e pescadores?

No ano de 2018, uma equipe do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) esteve presente na Comunidade de Porto Limão, localizada em Cáceres, cujos moradores são filiados à Colônia Z-2. De acordo com o relatório apresentado pelo CNDH (2018, p. 39), as entrevistas coletadas foram marcadas por falas emocionantes e que expressam sofrimento. Grande parte dos relatos se refere à degradação extrema do rio Jauru, do qual a comunidade é dependente, os riscos e ameaças ocorrem devido à construção de uma Usina Hidrelétrica (UH) e quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) - a partir do ano 2003. Conforme consta no texto do relatório, não houve nenhum tipo de consulta ou explicação à comunidade sobre estes empreendimentos e seus impactos no território, no trabalho, na vida e no futuro da própria comunidade.⁵ “Os relatos chocaram pela descrição da violência na destruição do rio e na mortandade dos peixes. Segundo os participantes da entrevista, de um dia para o outro o rio teve sua vazão brutalmente reduzida e, quando as águas voltaram, vieram com uma quantidade enorme de peixes mortos” (CNDH, 2018, p. 39).

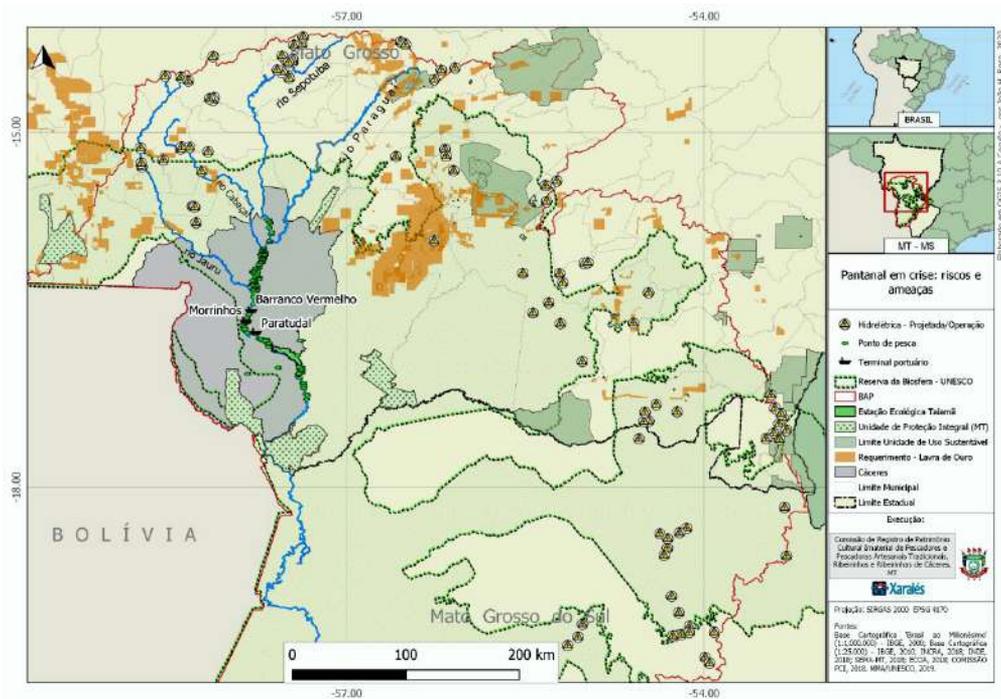
Esse processo vem se intensificando de forma acelerada, resultando na redução dos peixes a quase nenhuma espécie e reduzindo o nível de água a quase seca completa. Uma expressão impactante e repetida diversas vezes nas falas dos entrevistados é “O rio Jauru vai secar” (CNDH, 2018, p. 39).

Sem dúvida, uma grande ameaça sentida no Estado e, especificamente no pantanal, é a implantação de obras de infraestrutura na BAP (Bacia do Alto Paraguai), onde estão suas cabeceiras. O mapa acima destaca a localização dos territórios de pesca tradicional inventariados; o conjunto de hidrelétricas e PCH's construídas e projetadas; o requerimento de lavras para extração de ouro em municípios que compõe o planalto da BAP; e o complexo de terminais portuários a serem construídos em Cáceres para implementação integral da moderna Hidrovia Paraguai - Paraná. Acerca do primeiro item, foram identificados 95 lugares de pesca nos rios Paraguai e Sepotuba, que se encontram no município de Cáceres. A avaliação sobre as hidrelétricas e PCH's no estado de Mato Grosso mostram quatro preocupações: a avaliação de impactos é por empreendimento, os efeitos sinérgicos de vários são ignorados; a mortandade

5 Ver: “Relatório do Conselho Nacional dos Direitos Humanos Povos livres, territórios em luta: relatório sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais”, **Conselho Nacional dos Direitos Humanos** – Brasília: Conselho Nacional dos Direitos Humanos; 2018, p. 39. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2018/RELATRIOSOBREOSDIREITOSDOSPOVOSECOMUNIDADES-TRADICIONAISv2.pdf>. Acesso em: 19/11/2020.

de peixes causada por manobras das hidrelétricas não é tratada com rigor; o descaso do poder público em não consultar pescadores, povos e comunidades tradicionais nos processos de licenciamento ambiental; tais comunidades, quando já vitimadas, como nos casos já citados da Comunidade do Limão e do rio Jauru, que “virou estrada”, e as quarenta toneladas de peixes mortos da UHE Sinop, continuam sendo ignoradas. Em relação à mineração, as notícias e inquéritos abertos mostram perigo de rompimento de barragens e a inexistência de um plano de gestão de riscos de desastres. Em Mato Grosso, riscos de desastres foram aventados quando do rompimento da barragem de rejeitos do Fundão da Samarco, em novembro de 2015, na cidade de Mariana. Nesse contexto, todas as vinte e três barragens foram investigadas por meio de inquérito civil público pelo Ministério Público Federal, em 2016.⁶

Mapa 1: Pantanal em crise: riscos e ameaças



Fontes: Base Cartográfica “Brasil ao Milionésimo” (1: 1.000.000) – IBGE, 2000; Base Cartográfica (1: 25.000) – IBGE, 2010; INDE, 2018; SEMA-MT, 2018; ECOA, 2018.

Projeção: SIRGAS 2000 EPSG 4170

Crédito: João Henrique Rosa, março de 2020.⁷

6 Dados disponíveis em: <https://institutominere.com.br/blog/barragens-de-mineracao-do-estado-do-mato-grosso-estao-sob-investigacao>. Acesso em: 14/03/2020.

7 Historiador, mestre em Arqueologia (MAE/USP) e doutor em Ciências Ambientais (UFPA).

A geração de energia na BAP condensa, aproximadamente, 153 hidrelétricas instaladas e planejadas nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Destes empreendimentos, cerca de 20 barragens, que aguardam licença para construção e operação, estão localizadas em rios federais⁸. Os efeitos e impactos sinérgicos de tantos empreendimentos não são considerados ou avaliados nos processos de licenciamento ambiental. Acerca dos procedimentos de licenciamento ambiental do patrimônio cultural e arqueológico em Mato Grosso, pesam graves processos⁹. Nesse contexto de descumprimento da legislação ambiental, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores e pescadoras artesanais não são devidamente consultados (Areias Costa; Silva, 2020), desrespeitando os artigos 6º e 7º da Convenção de nº 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), referente à participação e consulta livre, prévia e informada desses povos e comunidades tradicionais.

Caso análogo ocorre na Bacia Hidrográfica Amazônica, no rio Juruena. Neste cenário, as etapas de inventário, estudos de viabilidade técnica e econômica, licenciamento, construção e operação dos empreendimentos hidrelétricos vêm sendo realizadas rapidamente e sem a devida participação da sociedade, em particular dos povos indígenas. De acordo com o requerimento de proposta de evento “Complexos hidrelétricos, licenciamento ambiental e estoques pesqueiros: impactos sobre as pescas artesanal, tradicional e de subsistência”, apresentado por representantes da sociedade civil, como o Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de bacias Hidrográficas (FONASC); Operação Amazônia Nativa (OPAN); Associação de Pesquisa Xaraiés, ao CEPESCA, em 2019, o rio Juruena é a cabeceira do rio Tapajós, onde despeja, cerca de 70% de suas águas. Segundo os dados apresentados no documento, ao redor do rio vivem povos indígenas de etnias e idiomas próprios, como os Apiaká, Bakairi, Enawene-Nawe (Salumã), Haliti (Paresi), Kawaiwete (Kayabi), Kajkwakraxi (Tapayuna), Kawahiva, Manoki (Irantxe), Myky, Munduruku e Rikbaktsa, além de grupos isolados¹⁰. As vinte terras indígenas demarcadas na sub-bacia

8 Ressaltamos que em 2018, a ANA (Agência Nacional de Águas) emitiu uma suspensão para os empreendimentos hidrelétricos em rios federais até março de 2020. A justificativa do pedido de suspensão se deve às pesquisas realizadas pela ANA para verificar “os efeitos socioeconômicos e ambientais da implantação desses empreendimentos sobre os demais usos da água e sobre os próprios recursos hídricos”. Disponível em: <https://ecoa.org.br/observatorio-do-pantanal-pede-suspensao-de-hidreletricas-em-rios-estaduais/>. Acesso em: 19/11/2020

9 Essa problemática foi apresentada por meio do DIPAMAT (Diagnóstico das pesquisas arqueológicas licenciadas em Mato Grosso, entre 1995-2013), produzido pelo arqueólogo Luciano Silva, em 2013.

10 Ver: “Expedição descobre sítios arqueológicos inéditos em terras indígenas do Mato Grosso”. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/5198-expedicao-descobre-sitios-arqueologicos-ineditos-em-terras-indigenas-do-mato-grosso>. Acesso em: 19/11/2020; “Hidrelétrica ameaça tribo indígena isolada no Mato Grosso”. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/04/23/hidreletrica-indigenas-tapayunas-amecados-mt/>. Acesso em: 19/11/2020.

do Juruena são responsáveis pela conservação de quatro milhões de hectares. Foram levantados por volta de 138 empreendimentos na sub-bacia do Juruena destes, 96 estão em fase de planejamento, dez em construção e 32 em operação. Nesta bacia, além de povos indígenas, encontram-se pelo menos duas colônias de pescadores (a Z-16, no município de Juara e a Z-20, no município de Juína) e cerca de 25 projetos de assentamento rurais, onde vivem centenas de agricultores familiares. Esses grupos estão ameaçados pela instalação de 43 empreendimentos hidrelétricos, distribuídos entre PCHs e UHEs, que estão previstos para a bacia hidrográfica do rio Juruena.¹¹

Os contextos do pantanal e da bacia do Juruena, acrescido de pesquisas sobre a remoção de pescadores para Cuiabá e Várzea Grande, em razão da instalação da emblemática UHE de Manso, em Chapada dos Guimarães, justificou a realização do evento citado sobre hidrelétricas, organizado por representantes da sociedade civil presentes no CEPESCA¹², em outubro de 2019. O objetivo seria criar um movimento para requerer junto ao CEPESCA a instalação de um GT e, dessa maneira, elaborar um termo de referência de consulta de pescadores e comunidades tradicionais. Os debates e encaminhamentos foram em torno de manter o requerimento por consulta livre, prévia e informada de pescadores artesanais e pautar territórios de pesca no âmbito do CEPESCA.

O desmatamento, a pecuária, o assoreamento, a expansão da soja, algodão e cana de açúcar, o uso indiscriminado de agrotóxico e fertilizantes interferem na água, em termos qualidade, fluxo e “enchimento do pantanal”. No primeiro semestre de 2018, Mato Grosso foi responsável por praticamente 18% de toda a soja brasileira exportada para China e União Europeia e, sendo o maior produtor desse grão do país. Cáceres possui uma pecuária bicentenária consolidada, e nota-se o avanço da soja em algumas de suas extensões. O município recebe águas de rios com grande número de hidrelétricas, monoculturas e atividades de mineração.

Cidade chave para o escoamento da produção de soja e minério, Cáceres se coloca como um dos focos centrais na estratégia do estado de Mato Grosso. Fundamentado pela agenda da moderna “Hidrovia Paraguai-Paraná”, que trará impactos na vida de pescadores e pescadoras, povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, o município comporta o Porto de Cáceres, em operação, e outros três: Morrinhos, que está sub judice, Paratudal e Barranco Vermelho, em fase

11 FONASC, OPAN, XARAIÉS. Requerimento junto ao CEPESCA. Pedido de submissão e deliberação de proposta de mesa e evento “Complexos hidrelétricos, licenciamento ambiental e estoques pesqueiros: impactos sobre as pescas artesanal, tradicional e de subsistência”. 2019.

12 Organizadores do evento: Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de bacias Hidrográficas (FONASC); Operação Amazônia Nativa (OPAN); Associação de Pesquisa Xaraiés.

de audiências públicas e reuniões. A imagem abaixo remete à manifestação realizada no “Dia do rio Paraguai”, comemorado e protestado em 14/11/2020, no Porto de Cáceres. A mobilização organizada pelo Comitê Popular do Rio Paraguai, que contou com a presença de pescadores, agricultores familiares e ativistas ambientais, teve por objetivo marcar presença contra a construção dos portos e hidrovias no rio Paraguai.

Figura 1. Foto dos Protestos no rio Paraguai, Cáceres-MT.



Crédito: Miguel Ângelo da Silva, 2020.

Acerca disso, os exercícios para implantação da moderna Hidrovia Paraguai-Paraná avançam com força. As benfeitorias na logística de estradas estão em andamento há pelo menos quatro anos, as audiências públicas dos portos Barranco Vermelho e Paratudal foram realizadas em novembro e dezembro de 2020, e recentemente foi aberto o Edital de Chamada Pública¹³ para dragagem, desobstrução e sinalização no rio Paraguai entre as cidades de Cáceres/MT e Corumbá/MS, visando garantir que os usuários possam utilizar o rio Paraguai para navegação comercial, turística e de lazer. Sob estes diversos aspectos a matriz energética é fator decisivo.

A Comissão Arte da Pesca de Cáceres manifestou-se formalmente por ocasião das audiências públicas dos terminais portuários de Barranco Vermelho e

¹³ DNIT e Ministério da Economia - **Pregão Eletrônico N° 00377/2020**. Ver notícia em: http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=53606¬icia=rio_paraguai_para_viabilizar_hidrovia_dnit_lanca_edital_para_dragagem_e_sinalizacao_entre_caceres_e_corumba. Acesso em: 19/11/2020.

Paratudal. Em andamento também está a pavimentação de estradas, onde passarão caminhões aos planejados Porto Morrinhos, Porto Paratudal e Porto Barranco Vermelho, isso já na planície alagada. Cabe destacar que a Estrada BR-070 - Porto Morrinhos é conhecida por ser o caminho de passagem de Rondon, possuindo diversos sítios arqueológicos que correm risco. Além disso, ressaltamos o despejo de monóxido de carbono ao longo de 70 km de estrada. A pavimentação das estradas possibilitaria a chegada da soja até o Estuário do Prata, barateando custos para acesso ao mar e exportação das *commodities* brasileiras. Acerca do uso privado dos terminais portuários citados, os empreendedores devem se reportar ao IPHAN para tratar a questão do patrimônio cultural de povos e comunidades tradicionais que vivem nas localidades, considerar a existência do sítio arqueológico Barranco Vermelho, amplamente citado na literatura científica há mais de um século e, especialmente, o patrimônio cultural imaterial da pesca artesanal. Dessa forma, as representações de pescadores e pescadoras, como a Colônia Z-2 e a APEC, também precisam ser consultadas.

O negacionismo e reducionismo do poder público e setores economicamente dominantes ao atribuir a falta de chuvas no pantanal a “São Pedro” é ironicamente real. A ciência demonstra os efeitos dos desmatamentos, a inter-relação entre a Amazônia e o fluxo das chuvas em outros biomas, a concepção de rios voadores, os impactos das barragens, assoreamentos, agrotóxicos dentre tantos outros fatores que incidem na crise ambiental. A qualidade dos rios, o pulsar regular das águas, as chuvas, o transbordar das calhas dos rios, o enchimento e espraiamento da planície alagada é aguardado, mas as expectativas não são otimistas, conforme informes da ANA (Agência Nacional das Águas). A geração de energia por meio de hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas evidencia um projeto de construir barragens e barrar o fluxo natural dos rios em todo Estado, comprometendo severamente a piracema. Estudos mostram que escadas ou elevadores pouco respondem ou mitigam os danos e consequências do represamento.

É possível afirmar que existem discursos e articulações para discriminar os profissionais da pesca. Os interesses do segmento da pesca esportiva pelos seus territórios, o ambientalismo governamental e empresarial e o agronegócio são visíveis. O objetivo é retirar os pescadores do rio, pois eles são os maiores guardiões e vigilantes dos rios, vivem no rio e do rio. Para Lourenço Pereira Leite, pescador de terceira geração da Colônia Z-2, empreendimentos como hidrelétricas e portos e o aumento do agronegócio, podem representar o fim de uma cultura, a cultura da pesca¹⁴.

14 Trecho de sua fala durante participação na mesa de debates “Direitos Humanos e Patrimônio Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Mato Grosso”, da V Semana de Direitos Humanos, evento organizado pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da UNEMAT, em 26 de novembro de 2020.

Impactos das crises sanitárias, climáticas e ambientais

No cenário de Mato Grosso e do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, incide uma crise hídrica, sobre a qual as gerações de energia e as construções de hidrelétricas ocupam espaços centrais, acrescida à crise ambiental, que assola e se agrava devido aos incêndios e se encontra com a crise sanitária, imposta pela COVID-19. Esse conjunto de crises compromete a reprodução cultural entre povos e comunidades tradicionais, tornando o cenário mais complexo.

Os contextos dessas crises, causas, efeitos e expectativas foram apresentados na carta “Incêndios Florestais no Pantanal: Patrimônio Natural da Humanidade e Patrimônio Cultural”, do Comitê Científico sobre Mudanças Climáticas, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS-Brasil), na ocasião do aumento dos incêndios no Pantanal, entre os meses de julho a setembro de 2020¹⁵. De acordo com os dados apresentados nesta carta, no mês de julho, os focos de calor foram superiores a 1.600 ocorrências, o maior desde o início do monitoramento pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Em agosto, este número aumentou para 2.170. Quanto aos locais de origem, 55% dos focos de calor estão cadastrados como propriedades rurais e 98% dos incêndios no Pantanal são provocados por ações humanas (Ibama/Prevfogo), em especial na relação desmatamento e limpeza de pastagens com fogo. Posterior a esse processo, preocupa a movimentação de terra e o impacto sobre sítios arqueológicos pré-coloniais e históricos. Tal situação poderá ser melhor constatada logo após o início das chuvas e antes da cobertura vegetal impedir a visualização do solo. Em razão das secas, o recuo da planície alagada, ocasionada pelo baixo nível de água dos rios em 2019 e 2020, propicia o desmatamento, o acúmulo das leiras, a combustão de material sólido e a propagação do fogo.

O Pantanal está longe de espraizar e encher, assim se mantém naturalmente desprotegido. Essa situação decorre em grande parte de fatores antrópicos a incêndios criminosos, muitas vezes associados à ampliação de pastos. Os incên-

¹⁵ Assinaram também o documento: os comitês científicos do ICOMOS Brasil de Patrimônio Imaterial e o de Paisagens Culturais; FORMAD – Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento; ECOA – Ecologia e Ação, Campo Grande/MS; FONASC.CBH - Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias hidrográficas; Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira; Instituto GAIA; Rede Pantanal; Associação de pesquisa Xaraiés; Observatório de Políticas Públicas de Enfrentamento da COVID-19 entre povos e comunidades tradicionais/UNEMAT; SAB - Sociedade de Arqueologia Brasileira - Centro Oeste; Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro – Seção Mato Grosso; ANPUH– Associação Nacional de História, GT Patrimônio Cultural de Mato do Sul; OAB/MT - Comissão em Defesa da Igualdade Racial; FEPOIMT - Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso.

dios no pantanal queimaram 25% desse bioma. A falta de água para transbordar rios e inundar a planície de alagação não possibilitou a ação do maior fator de retenção dos incêndios, a água e a umidade.

Os incêndios no Pantanal, além de ameaçar toda a diversidade ambiental única desse local, levam grande perigo a integridade física e cultural de povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos e extrativistas. Tendem a forçar remoções dessas comunidades de suas moradias e territórios, intensificam os conflitos historicamente existentes e que foram agravados com a pandemia da COVID-19. Por outro lado, destrói a flora, a fauna, os cultivos e o patrimônio genético legado por essas comunidades, retirando a subsistência e fonte de geração de renda, e a possibilidade do manejo tradicional do meio ambiente, associados à reprodução cultural das práticas, saberes e modos de fazer, classificados como patrimônio imaterial.

Os incêndios florestais e as chuvas também mostram outro impacto ambiental, a “decoada”, efeito físico/químico decorrente do contato das cinzas carregadas pelas chuvas com o rio, que altera a oxigenação do rio e causa a morte de peixes, gerando assim riscos para segurança alimentar. A decoada compromete a segurança alimentar de povos indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhos e pescadores artesanais.

É cabível ressaltar que houve negligência do Estado em não prevenir e não levar em conta os fatores climáticos e hídricos de 2019 a as previsões climáticas para 2020. As causas de os rios não encherem remetem a uma série de fatores antrópicos acrescidos de um período de seca cíclica no pantanal, que ocorrem na área do planalto, conforme citado anteriormente. Esses danos são causados pelos impactos sinérgicos da construção e uso de hidrelétricas, desmatamento, assoreamento, as monoculturas de soja e algodão, pastagens, mineração, deterioração e destruição de nascentes. Anteriormente às conclusões e divulgação dos dados sobre a localização da origem dos incêndios no pantanal, a partir dos trabalhos do INPE, eram intensos os discursos que propalavam que os causadores eram comunidades tradicionais e de pescadores artesanais, tal discurso falacioso ainda é forte.

De acordo com os dados apresentados na carta “Incêndios Florestais no Pantanal”, a coexistência das comunidades com o Pantanal compõe um espaço de interação entre três patrimônios, o material, o imaterial e o natural, os quais antropomorfizam a maior área alagada do mundo há pelo menos 8.000 anos antes do presente, e acabam por conformar uma paisagem cultural condicionada pelo pulsar das águas. No estado de Mato Grosso existem datações de ocu-

pações humanas de 25.000 anos antes do presente no sítio arqueológico Santa Elina, Serra das Araras.

Sob todas as adversidades descritas, crise ambiental, climática e hídrica, ainda pesa a crise sanitária imposta pela COVID-19. A pandemia levou ao óbito e adoecimento pescadores e pescadoras e seus parentes, dificultou a comercialização dos pescados com o fechamento de restaurantes e aumentou o processo de exclusão social, com a era digital. Sabemos também que a COVID-19 suspendeu muitas práticas culturais, incluindo rituais e cerimônias, impactando as comunidades tradicionais e ameaçando a sobrevivência dos seus patrimônios culturais. Soma-se a isso, a questão do repasse do conhecimento e dos saberes por meio da tradição oral entre indígenas, quilombolas, pescadores e ribeirinhos. Essa tradição oral corre risco na atualidade, considerando o contexto de pandemia. Anciões, mestres detentores de saberes e realizadores da cultura, por diversos motivos, demonstram maiores riscos e vulnerabilidades, e alguns já vieram a óbito. Dessa forma, o contexto da COVID-19 impõe-se novos e inimagináveis desafios, e intensifica o caráter de crise, urgências e situações de vulnerabilidade de pescadores e pescadoras artesanais.

No cenário de calamidade da COVID-19 e pós-pandemia, parece razoável, em razão de estratégias pragmáticas de curto, médio e longo prazo, envidar esforços para evitar que eventos catastróficos se repitam ou se agravem sobre o território brasileiro. O poder público deveria refletir, apurar, ou realizar ações que cercam as demandas em torno das diversas crises que assolam o Pantanal e impactam os povos e comunidades tradicionais. Além disso, investigar e punir desmatadores e incendiários, consultar povos e comunidades tradicionais nos processos de licenciamento sobre os impactos de obras de infraestrutura ao meio ambiente manejado e ao patrimônio cultural e inventariar, registrar e salvaguardar bens culturais. É pertinente incluir na pauta do poder público a necessidade de constituir uma governança com povos e comunidades tradicionais e criar um plano para gestão de riscos de desastres, que preserve vidas e permita a reprodução cultural. Os povos indígenas e as comunidades tradicionais aprenderam a manejar seus recursos naturais, incluindo o domínio sobre o uso do fogo e das queimadas. O não reconhecimento da literatura científica sobre o uso do fogo entre povos e comunidade tradicionais é uma falha do poder público na gestão dos incêndios. Urge a necessidade de povos e comunidades tradicionais atuarem na governança do enfrentamento de incêndios florestais, constituindo brigadas de incêndio locais.

Patrimônio cultural reivindicado e ações para salvaguarda

As pesquisas realizadas, até o momento, demonstram a necessidade de intensificar no CEPESCA as discussões sobre gestão dos bens culturais e da água, compreendidos como verdadeiros e indissociáveis patrimônios, os impactos dos empreendimentos hidrelétricos (PCH e UHE) e, além da crise hídrica, os efeitos de outras grandes crises – sanitária, ambiental, climática, política e econômica – na pesca profissional, atividade e estoque pesqueiro, que igualmente ameaçam a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial de pescadores artesanais. Nota-se a inexistência de inventários de patrimônio cultural imaterial das comunidades e dos trabalhadores da pesca profissional e de um “Plano de Gestão de Riscos de Desastres e Patrimônio Cultural Imaterial”. Esse debate é imprescindível e entrou na pauta do CEPESCA, CEHIDRO (Conselho Estadual de Recursos Hídricos) e ANA.

O conhecimento dos pescadores artesanais tradicionais mais antigos, portadores de saberes e conhecedores dos lugares de memória, mostram a coexistência com as águas, peixes, flora e fauna, e os objetos que intermediam toda essa relação passada de geração para geração. As manifestações do grupo social da pesca demonstram a necessidade de caracterizar a atividade pesqueira tradicional nos rios de Mato Grosso, considerando seus aspectos culturais, socioambientais, históricos e econômicos, para com isso contribuir para a identificação de referências culturais, levantamento de bens a serem patrimonializados e criação de instrumentos de proteção e salvaguardas da cultura tradicional da pesca no Estado.

O pedido de registro da pesca artesanal de Cáceres como patrimônio imaterial, protocolado em setembro/2020 junto ao IPHAN, demonstra a afirmação de uma identidade cultural e a preocupação em relação ao trabalho transmitido por gerações e à tradição dos mestres de ofício na pesca. A pesca artesanal tradicional para ser realizada necessita de um conjunto de objetos, para além das técnicas de pescar e o conhecimento sobre os rios e peixes, tais como os barracos, os tabuados, o anzol de galho, a canoa de um pau só, a canoa de tábuas, a pinda de mão, pendura, pendurinha e o pendurão. O requerimento apresentado articula a ativação patrimonial, trajetória de pesquisa, parceria e endosso de pescadores e pescadoras vinculados aos bens culturais. Cabe destacar que a reprodução cultural da pesca tradicional ocorre exclusivamente com o uso dos bens culturais que constam no pedido de registro e proteção, encaminhado e protocolado no IPHAN-MT. À guisa de exemplo, a “canoa de um pau só” é o símbolo maior da pesca tradicional, que agrega saberes e fazeres representados nos diversos

objetos e técnicas, e com a qual se realiza o “carrerear”. A canoa de tábua é a alternativa para a pesca dentro da mata em período de cheias do pantanal.

A solicitação de registro responde às demandas de pescadores e pescadoras de Cáceres, portanto, trata-se de um patrimônio reivindicado desde 2015. As ações realizadas estão distribuídas em cinco momentos cronológicos distintos e confluentes: 1) 2015, apresentação inicial e discussão do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, sobre patrimônio cultural imaterial com o grupo social; 2) 2016-2017, criação da Comissão Arte da Pesca, execução da pesquisa; 3) 2018, regulamentação de barracos e tabuados no CEPESCA; 4) 2019, realização do evento “Complexos hidrelétricos, licenciamento ambiental e estoques pesqueiros: impactos sobre as pescas artesanal, tradicional e de subsistência”; execução do diagnóstico de saúde física e mental de pescadores e pescadoras; interlocução com o Programa REM (*REDD Early Movers*); 5) 2020, presença de delegação de pescadores e pescadoras de Cáceres no evento “Povos e Comunidades Tradicionais” do Programa Construindo Caminhos do REM; programação adiada em razão da COVID-19; posicionamentos nos licenciamentos ambientais de terminais portuários no contexto da Hidrovia Paraguai-Paraná; elaboração do projeto “Educação Ambiental e Patrimonial da pesca Artesanal nas pesquisas sobre Estoques Pesqueiros”; abertura de processo de registro junto ao IPHAN.

As ações patrimoniais foram principiadas, conforme citamos, em 2015, no âmbito da Comissão PCI e contou com a atuação de, aproximadamente, 25 pescadores e pescadoras artesanais. A pesquisa totalizou 100 horas de reuniões, disposta em 30 encontros, entre novembro de 2016 e fevereiro de 2017. O objetivo da Comissão PCI foi realizar a “descrição” (pesquisa) e a “performance patrimonial” (diálogo com o Estado-Nação), quesitos parte dos processos de patrimonialização dos bens culturais.

O inventário identificou, descreveu e analisou os seguintes elementos: composição histórica; saberes e práticas; objetos, dentre eles o barraco, tabuado, canoa de um pau só, barco de tábua, anzol de galho, pinda, pendura, pendurinha e pendurão; territórios de pesca; festas tradicionais; biografias; sítios arqueológicos históricos e cemitérios. A análise dos dados mostra os diversos atributos dessa cultura tradicional, a qual demanda que esforços sejam envidados para manutenção da sua reprodução cultural, condicionada ao uso de um conjunto de objetos que identificam os territórios tradicionais de pesca.

Entre os anos de 2016 e 2018, considerando a necessidade de constituir instrumentos para preservação dos bens culturais associados à pesca artesanal de Cáceres, diferentes objetos foram regulamentados no CEPESCA/MT. Como resultado das pesquisas e dados levantados no GT CEPESCA, foram aprovadas

as seguintes Resoluções: 003/2016, que regulamenta o uso do anzol de galho, a pinda, a pendura, a pendurinha e o pendurão¹⁶, e a 006/2018, que reconhece e regulamenta o uso dos barracos e tabuados. O processo de luta pelo reconhecimento e regulamentação dos objetos citados, possivelmente garantiu os direitos de pescadores e pescadoras de permanência no rio, acesso ao trabalho e resistência à sua precarização, continuidade de práticas e saberes, a manutenção de seus territórios tradicionais de pesca e a reprodução cultural do grupo. Cabe ainda enfatizar que por ocasião da Resolução 006/2018, aprovou-se a Moção 001/2018 do CEPESCA - Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de pescadores e pescadores artesanais.

Nos debates do GT CEPESCA foram marcantes a presença e os discursos proferidos por Lourenço Pereira Leite, da Colônia Z-2, e Lourival Motta, pescador e presidente da APEC, possibilitando aos membros do GT maior aproximação das questões sentidas e vividas pelos pescadores artesanais. A ativação patrimonial ou “performance cultural” realizada, teve como propósito inicial dar visibilidade e evidenciar a existência de uma comunidade tradicional, trazendo à tona sua história e cultura.

Quando o debate foi conduzido para o CEPESCA, em 2018, a afirmação do grupo social, suas narrativas em torno dos objetos associados à prática da pesca, mostraram o caráter reivindicatório dos pescadores em defesa de seus bens culturais. Os inventários realizados pela Comissão PCI foram inseridos e debatidos no CEPESCA, com a finalidade de regulamentar objetos essenciais para prática da pesca. As diversas instituições que participaram do GT CEPESCA tiveram a possibilidade de conhecer manifestações culturais populares evidenciadas pelos próprios pescadores e pescadoras, que se posicionaram publicamente como agentes plenos em espaços de decisão. Essas ações trouxeram uma aproximação necessária com o poder público, ponto de referência para democracia patrimonial, manutenção do diálogo institucional e consulta de diversos entes públicos. Neste contexto, pesquisadores, representações de classe, instituições de pesquisa, Comissão PCI e organizações da sociedade civil adotaram uma gramática patrimonial contra hegemônica, articulando os saberes científicos da academia e das comunidades de pescadores artesanais.

Em 2020, a pesquisa da Comissão PCI somada aos resultados obtidos no CEPESCA, contribuíram para manter o exercício de defesa e atuação com o

16 A Resolução 005/2018 “Institui o grupo de trabalho para discutir a regulamentação dos tabuados e barracos dos pescadores tradicionais de Cáceres com o objetivo de disciplinar e controlar os procedimentos das atividades de pesca, resguardando os aspectos culturais da pesca artesanal”. É importante lembrar que a Comissão PCI atuou, junto a Câmara Técnica do CEPESCA, na regulamentação do anzol de galho, a pendura, pendurinha e pendurão (Resolução CEPESCA 003/2016).

grupo social. Mas, permitiu também avançar sobre o campo minado dos licenciamentos ambientais, trazendo povos indígenas e pescadores para esse debate, permitindo assim visibilizar a necessidade de consulta livre, prévia e informada e colocar em pauta a necessidade de um plano de gestão de riscos de desastres. O ano de 2020 demonstraria a intensificação dos esforços que tiveram por perspectiva o fortalecimento comunitário do grupo e o aprimoramento do inventário sobre valores (foco de gestão), atributos (lugares de realização da manifestação cultural) e características (meio ambiente). Considerando a pandemia e o distanciamento social, associado à limitação de conectividade do grupo, as ações da Comissão PCI foram adiadas. Entretanto, esta comissão acompanha o pedido de registro junto ao IPHAN; às ações dos Conselhos, Comitês e Comissões; e discute os processos de licenciamento ambiental dos terminais portuários de Barranco Vermelho e Paratudal. Cabe ainda colocar que no CEPESCA, especificamente no projeto de lei para o “Monitoramento dos Estoques Pesqueiros”, o Núcleo de Educação Ambiental da SEMA acrescentou um programa sobre o tema, no qual a educação patrimonial e a pesca tradicional foram implementadas.

Considerações Finais

Os pescadores artesanais ocupam a maior parte da malha hidrográfica do Estado, atuando como guardiões do rio. Porém, cumpre alertar que a cultura da pesca ou o patrimônio cultural de pescadores, alojados na prática da pesca artesanal e desenvolvidos nos rios de Mato Grosso, são invisibilizados ou não abordados, carecem de pesquisas, inventários, registro, instrumentos de proteção e gestão pública, que garantam a salvaguarda de saberes, objetos e territórios.

Nesse cenário de crises econômicas, políticas, ambientais, hídricas, climáticas e sanitárias, urge a necessidade de compor a historicidade da prática pesqueira e garantir a preservação de seus bens culturais, a partir do ponto de vista dos próprios pescadores. Pesquisar com profundidade a pesca artesanal oferece um campo extremamente importante e novo para ser conhecido por quatro aspectos: 1) as práticas, os fazeres e os saberes no manejo ambiental demonstram uma coexistência com a natureza que perfaz o patrimônio cultural da pesca tradicional; 2) o conhecimento dos pescadores sobre a historicidade e alteração dos estoques pesqueiros ao longo do tempo oferecem uma dimensão ímpar, por isso os pesquisadores das ciências naturais que adotam métodos mais duros de investigação devem estar atentos a esse universo da cultura popular; 3) as comu-

nidades são as que mais sentem e presenciam as diversas alterações e impactos sobre o meio ambiente; 4) o reconhecimento e inclusão desse grupo social por meio da composição de histórias da pesca tradicional e das trajetórias de vida de pescadores e pescadoras nos rios de Mato Grosso pode ser compreendido como reparação histórica.

Referências

CAP, 2018. “Relatório da Comissão de Registro de Patrimônio Imaterial de Pescadores e pescadoras da cidade de Cáceres,” Decreto Municipal n. 217, de 03 de maio de 2016/Prefeitura Cáceres. 2018.

CARDOSO, Eduardo. “Pescadores: Geografia e Movimento Social.” In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

CARMO, Silvano & LOGAREZZI, Amadeu José Montagnini. “Educação ambiental e participação comunicativa: diálogos com pescadoras e pescadores artesanais no pantanal de Mato Grosso.” **Revbea**, São Paulo, v. 13, n. 1, 2018.

CASTELLUCCI, Wellington. “Pescadores da modernagem: experiências e trajetórias nos diversos tempos da vila de Tairú – Itaparica (1960-1990).” **Revista História Oral**, v. 16, n. 2, p. 27-53, jul./dez. 2013.

_____. “As populações litorâneas e ribeirinhas na História do Brasil: disciplina, resistência e exclusão na contemporaneidade.” In: CASTELLUCCI, Wellington; BLUME, Luiz Henrique (orgs.). **Populações litorâneas e ribeirinhas na América Latina**. Salvador: EDUNEB, 2016, pp.31-66.

CATELLA, Agostinho. “Gestão pesqueira e conservação ambiental: binômio inseparável.” (Palestras ministradas no - I Seminário Complexos hidrelétricos, licenciamento ambiental e estoques pesqueiros: impactos sobre as pescas artesanal, tradicional e de subsistência na Bacia do Alto Paraguai e sub-bacia do rio Juruena – rio Arinos. UNEMAT (coord), FONASC, OPAN e Associação de Pesquisa Xaraiés em 09/10/2019; e - Reunião Ordinária do CEPESCA, em 10/10/2019).

CNDH. Povos livres, territórios em luta: relatório sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, Brasília: Conselho Nacional dos Direitos Humanos; 2018.

CONVENÇÃO sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Paris, 2005.

COSTA, Manuela Areias; SILVA, Luciano P. “Patrimônio Cultural, Festas e Lutas Políticas em Comunidades Quilombolas de Mato Grosso.” **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.12, n.22, Jan/Jun.2020.

_____. “Movimento Social de Pescadores e Pescadoras Artesanais em Mato Grosso:

Patrimônio Cultural e Lutas Políticas”. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 12, p. 128-152, 2020.

CORTELLA, SILVA; RODRIGUES. Relatório - Diagnóstico de Saúde Física e mental de pescadores e pescadoras de Cáceres. 2019.

DECRETO 6.040/2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007.

DECRETO Nº 6.177, DE 1º DE AGOSTO DE 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6177.htm. Acesso em: 24/05/2020.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana (1995). **O Movimento Social dos Pescadores Artesanais Brasileiros**. São Paulo, NUPAUB-USP.

ECO.A. Disponível em: <https://eco.org.br/pantanal/sistema-parana-paraguai-de-areas-umidas-2/>. Acesso em: 09/03/2020.

FONASC, OPAN, XARAIÉS. Requerimento junto ao CEPESCA. Pedido de submissão e deliberação de proposta de mesa e evento “Complexos hidrelétricos, licenciamento ambiental e estoques pesqueiros: impactos sobre as pescas artesanal, tradicional e de subsistência”. 2019.

GOHN, Maria da. Glória. “Movimentos Sociais na Contemporaneidade.” **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Manual de Aplicação de Educação Patrimonial para o Programa Mais Educação**, Brasília, 2013.

MATO GROSSO. Resolução CEPESCA nº 006, de 28 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a regulamentação de Barracos e Tabuados de Pescadores Artesanais. <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/223174148/doemt-28-12-2018-pg-151> (Acesso em: 14/03/2020).

MATO GROSSO. Moção CEPESCA n.º 001, de 28 de dezembro de 2018. <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/223174148/doemt-28-12-2018-pg-151> (Acesso em: 14/03/2020).

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/32/deputado/projeto-cota-zero-sera-discutido-em-barra-do-bugres-na-sexta-feira-30/visualizar> (Acesso em: 24/05/2020).

MATO GROSSO. Decreto nº 299, de 21 de novembro de 2019. Altera o Decreto nº 883, de 21 de março de 2017, que Institui a Comissão Estadual do Zoneamento Socioeconômico Ecológico-CEZSEE/MT. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/140769338/doemt-21-03-2017-pg-13> (Acesso em 25/05/2020).

NORRA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares.” In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio.” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POULOT, Dominique. “Um Ecossistema do Patrimônio.” In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BENCHETRIT, S. F. (orgs.). **Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência individual. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1997.

UNESCO. **Patrimônio da humanidade no Brasil**: suas riquezas culturais e naturais, Brasília: UNESCO, 2014.

ZANATTA, Silvia; MACIEL, Josemar. “Pantanal ameaçado: as contradições em torno das narrativas para produção de energia hídrica.” **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v.8, n.1. 002-011 (2020).

**POVOS INDÍGENAS - SOMOS UM MUNDO ONDE CABEM MUITOS
MUNDOS: ÎANDÊ IANÉ Ara masuí Xukui Amó Ara (Lutas Indígenas,
(Re)Existências e Resistências: Maramoñanga Ñerana Icobé)**

Casé Angatu (Carlos José F. Santos)

Ayra Tupinambá (Vanessa Rodrigues dos Santos)

Falemos “Ymé îandê Jara suí Yby: Não temos ñemoyro, mas possuímos maendu-assaba. Îandê Maramoñanga Ñerana Icobé é acima de tudo ritual, espiritual em seus sentidos. Îandê Maramoñanga pela Sagrada e Encantada Natureza ... Îandê Aé. Não éramos, nem somos, tão pouco seremos Jara suí yby - Îandê Yby. Îandê piruera tem a cor da Aupaba. Mira Ira suí Yby - Îandê Yby suí Pindorama” (Casé Angatu).¹

Cosmologia indígena e indianidade na luta decolonial do Tempo Presente

Muitas/muitos Anciãs e Anciões Indígenas comparam nossas histórias como Povos Originários com a Natureza da qual somos partes. Por serem portadores das sabedorias ancestrais atemporais, suas palavras têm profundo valor para nós. Os mais antigos dizem que as famílias indígenas seriam árvores com seus troncos formando os nossos Povos. Essas árvores estão enraizadas no solo sagrado da Natureza Encantada, povoada por nossos ancestrais. Eles não ficam enterrados num passado distante porque estão sempre presentes o tempo todo na atualidade e estarão no porvir.

¹ Optamos por escrever uma parte desta reflexão em “português” e outra em tupy para demonstrar um pouco da antropofagia linguística que por vezes fazemos como indígenas. Assim, como no presente livro a maioria de seus textos é em “português”, numa interpretação do tupy quase impossível escrevemos o seguinte: “Não Somos Donos da Terra: Não temos rancor, mas possuímos memória. Nossa Luta, Resistência e (Re)Existência é acima de tudo ritual, espiritual em seus sentidos. Lutamos pela Sagrada e Encantada Natureza... Somos Ela. Não éramos, nem somos, tão pouco seremos Donos da Terra - Somos a própria Terra. Nossa pele tem a cor da Terra Originária. Povo Mel da Terra - Somos Terra da Terra sem males” (Por: Casé Angatu).

Nós, que vivemos hoje e os que existirão amanhã, somos e seremos galhos, folhas e frutos de cada uma dessas árvores, oferecendo abrigos, alimentos e sombras a todos os seres humanos e não humanos. Quando protegemos a Natureza, estamos mantendo nossas memórias ancestrais vivas e a nós mesmos. Como costumamos dizer: *não somos donos da terra porque Somos a Própria Terra - ymé îandê jara suí yby nhaãsé Îandê Yby*².

Por isso, nosso Direito ao Território não é porque o pensamos como propriedade, mas porque lá estão nossas e nossos Ancestrais, Encantadas e Encantados, saberes, cosmologia e indianidade. Possuímos um Direito Ancestral, Sagrado, Congênito e Natural ao Território, porque nele trabalhamos e nos relacionamos. É um Direito que precede ao direito de qualquer propriedade privada e mesmo do Estado.

Em nossos livros, capítulos, artigos (alguns aqui indicados na Citações Bibliográficas) e quando falamos, insistimos nesta consideração de Sermos a Terra — *Îandê Yby* (ou *Îandê iané Yby*). Acreditamos que representa para muitos Parentes³ um dos fundamentos das nossas cosmologias, indianidades e saberes originários chamados por alguns de universos epistêmicos ou espiritualidades.

Porém, desde cedo aprendemos que os contrários à demarcação dos Territórios Ancestrais e de sua autonomia pensam de modo bem diferente. Não respeitam nossa alteridade e a forma de nós relacionarmos com a natureza, o tempo e o trabalho.

Deste modo, as cosmologias, indianidades e saberes indígenas, quando ligados aos sentimentos de pertencimento à Natureza, também ajudam a compreender algumas das principais razões pelas quais os inimigos dos Povos Originários nos colocam como empecilhos e efetuam o histórico e estrutural genocídio e etnocídio. Isto é, buscam espoliar nossas terras para torná-las propriedades a serem exploradas como mercadorias visando o capital — as terras como possuindo donos.

Para isto, combatem os sentimentos de pertencimento ao território cometendo etnocídios e genocídios. Procuram eliminar mundos e pessoas, indígenas ou não, destoantes de suas imposições políticas, econômicas e socioculturais. São esses gananciosos que, há séculos, nos declaram guerras constantes para espoliarem os que são os pertencentes às terras, exterminarem nossas vidas e praticarem ecocídio, ou seja, a destruição sistemática da natureza.

2 Este texto foi construído a partir das ponderações e vivências como indígenas de seus autores. Não reflete necessariamente a compreensão de um determinado Povo Originário específico ou no geral, assim como não resulta obrigatoriamente das análises das diferentes Organizações Indígenas. Portanto, os palavras que seguem são frutos da compreensão de sua autora e seu autor.

3 “Parente” é o modo como nós, indígenas, nos tratamos, por possuímos laços ancestrais.

Como analisamos em um de nossos artigos “Anga Moronguetá: Indignamente Resistimos Porque (Re)Existimos Originariamente”, escrito para *Revista Têmpera*, Volume 1 (2019):

Essa intenção [espoliar terras indígenas e destruir a natureza - ecocídio] tem marcado continuamente as formas pelas quais ocorrem as transgressões de nossos direitos, as diferenciadas maneiras de racismo e violências. Por um lado, observa-se uma busca por ‘assimilar’ e ‘civilizar’ as populações indígenas – o que chamamos de tentativas de etnocídio completo ou apagamento de nossa presença; por outro lado, a procura por criminalizar e eliminar fisicamente as populações originárias – o que denominamos de tentativa de genocídio total. São exemplares na procura de concretizar o etnocídio as tentativas de: catequização e evangelização; ‘integração e assimilação’ à ‘sociedade’ e ‘desenvolvimento’ nacional. Ao mesmo tempo, historicamente contra as populações originárias que não aceitam essas ações ocorrem as chamadas ‘guerras justas’ marcadas por um processo secular [violento] de criminalizações e violências” (Angatu, 2019, p. 10).

Essas ações acontecem quase sempre autorizada pelo Estado e sua justiça, desde o início das invasões europeias no século XVI, através dos aldeamentos indígenas jesuíticos. Continuam durante o sistema colonial com a implantação dos Diretório dos Índios, em 1757. Prosseguem no império através da Lei de Terras, de 1850. Ações violentas de usurpação avançam após a Proclamação da República (1889) com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ITN), criado em 20 de junho de 1910 e depois transformando no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1918. Posteriormente, o SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 5 de dezembro de 1967 que, por vezes, como agora no atual governo, ficou à serviço dos interesses dos que desejam destruir os Direitos Indígenas.

Este é apenas um breve resumo das medidas autoritárias contra os Povos Originários e seus direitos a exemplo do que ainda continua acontecendo na atualidade como veremos adiante. Em nome de “guerras justas”, cometeram-se sistemáticos processos de etnocídios e genocídios com proibições, criminalizações, perseguições, prisões, torturas e mortes, procurando despojar as Terras Indígenas, como ocorreu durante a ditadura militar civil brasileira. A Comissão da Verdade, encarregada de investigar os crimes cometidos pelo governo ou agentes da Ditadura Militar e Civil brasileira (1964 e 1985), chegou a calcular que foram cerca de 8 mil índios mortos durante este período (Angatu, Jan/Jun de 2020b, p. 130).

No entanto, sementes nascem de nossos corpos (*e-eté*) e almas (*anga*). E, ao germinarem, não deixam os Povos Originários desaparecerem. São contínuas as (re)existências que fortalecem as igualmente históricas e estruturais

resistências indígenas. Como enunciamos acima, muitos de nós acreditamos que, quando encantarmos⁴, habitaremos de outra forma a *okaçu* (grande *oka* ou *uka*), que é a Natureza Sagrada e seremos ancestrais dos que estarão vivos.

Estaremos presentes em seres não humanos, em formas espirituais encantadas de *ybyrá* (árvore), *ka'aeté* (mata/floresta), *itá* (pedra), *yby* (terra), *ybaka* (céu), *ty* (água de rio), *paraná* (mar), *amana* (chuva), *üacy* (lua), *guarasy* (sol), *î'engara* (cantiga), *yapu* (som) e *kyriri* (silêncio). Veremos, então, os frutos de nossas sementes brotarem. Uma de nossas canções que cantamos durante os rituais que denominamos de Porancy aqui onde moramos diz:

(...) Somos geniosos,
Mas temos bom coração
Somos guerreiras/guerreiros,
Por nossas Terras vamos lutar,
Espalhar nossa semente,
Nossa Aldeia germinar”⁵.

Assim, nosso presente está repleto do passado através de memórias, identidades, saberes originários e cosmologias. Da mesma forma, em nosso tempo presente já reside o futuro por *îandê iané ara masuí xukuí amó aras* — somos um mundo onde cabem muitos mundos. Frase que também escrevemos/falamos constantemente lembrando do que propõem nossas/nossos Parentes Zapatistas⁶.

Por isto, a temporalidade indígena não correspondem necessariamente à marcação pelos relógios, calendários, marcos temporais, cronogramas, cronologias e recortes históricos. Para nós, as memórias transmitidas pela oralidade valem mais do que a história escrita através de recortes historiográficos, a partir de epistemologias produzidas pelo conhecimento acadêmico formal e alguns veículos de informação⁷. Isto não significa ignorar ou menosprezar outras formas de entender o tempo, a história e o mundo. O que queremos salientar é que estes universos de compreensão e temporalidades não funda-

4 Quando falamos que uma pessoa encantou denota que deixou a forma física humana. Porém, não corresponde à ideia de morrer ou falecer como final de tudo.

5 Canção Tupinambá de Olivença (Ilhéus/Bahia), cantada durante o ritual - Porancy.

6 “Ya se lee y ya se ven los pueblos del mundo que han dejado de ser espectadores, conforme los tiempos pasan se van siendo actores importantes de construir un mundo donde quepan muchos mundos”, em tradução livre. (EZLN, 09 de agosto de 2003).

7 Em alguns de nossos textos indicados nas Citações Bibliografias, analisamos as relações entre a oralidade indígena com a escrita e a história, bem como os saberes indígenas em contrastes aos conhecimentos acadêmicos e a mídia. Entre esses textos, destacamos: *Escrita e história sobre os Povos Originários* publicado em nosso capítulo denominado “Protagonismos Indígenas: (Re)Existências Indígenas e Indianidades” como parte do livro *Índios no Brasil: Vida, Cultura e Morte* (ANGATU & TUPINAMBÁ, 2019a, p. 23-40).

mentam inevitavelmente as vidas de todos os indígenas porque vários de nós possuímos temporalidades atemporais e saberes diferenciados.

Na nossa leitura, as universidades e os veículos de informação ainda possuem um olhar colonial, especialmente em relação aos Povos Originários. Vale salientar que muitos indígenas interagem de diferentes maneiras com estas outras formas de conhecimento: aceitando, rejeitando ou antropofagicamente reelaborando, tendo como princípio os saberes originários.

Na atualidade, muitos indígenas se fazem presentes nestes espaços. Consideramos ser possível mesmo falar da existência de produções acadêmicas, literárias e artísticas indígenas. A título de exemplificação dessa produção, foi lançado o livro *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea* (DORRICO, 2020), organizado por indígenas e com a maioria de capítulos escrita por Parentes.

Existem estudos feitos por indígenas que procuram discutir sobre esse “novo momento histórico” que as universidades vivenciam com a chegada, em maior número, de pessoas pertencentes aos Povos Originários⁸. Esta presença, muitas vezes transforma a autoria acadêmica que passa a ser produzida por pessoas que são os temas de seus próprios estudos, junto com seus Povos a partir dos saberes ancestrais.

Desse modo, acreditamos que se exaure a clássica separação entre o objeto de estudo e o sujeito que produz conhecimento.

Somos antes de tudo indígenas obtendo títulos acadêmicos de doutor, mestre e graduado, mas sem deixarmos de lado ou em segundo plano nossa ancestralidade e compromisso com nosso Povo. Procuramos fortalecer os caminhos da decolonialidade a partir dos saberes, conhecimentos, nossas linguagens e vivências como forma de também fortalecer a resistência e (re)existência indígena (...)” (Ayra Tupinambá; Angatu, 2019b, p. 232).

Desse modo, a autoria acadêmica (ou não) indígena vai-se tornando uma possível forma de escrita e de luta, bem como outras produções literárias e artísticas. O presente texto segue esse caminho e pode ser entendido como um exercício decolonial na produção do conhecimento. Da mesma maneira, existem alguns não indígenas que possuem uma produção de conhecimento sensível aos Povos Originários e suas diversidades. Vários são estes autores e não iremos citá-los para evitar possíveis ausências.

8 Como um destes estudos, indicamos a recente dissertação de mestrado defendida por uma das autoras destes textos e que servem também como uma de suas bases: AYRA TUPINAMBÁ, Vanessa Rodrigues dos Santos. *Território e (Re)Existência na Educação Escolar indígena Tupinambá Decolonial: Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara (Aldeia Itapuã - Olivença – Ilhéus/BA)*. TI Tupinambá de Olivença (Ilhéus/BA), Dissertação Apresentada junto Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sula da Bahia (PPGER/UFSB), com orientação do Prof. Dr. Casé Angatu, Outubro/2010.

Porém, ainda encontramos mesmo entre os que se apresentam como decoloniais ou apoiadores posturas impositivas de como seriam (ou deveriam ser) os Povos Originários, ignorando a sua diversidade⁹. De certa forma, selecionam alguns indígenas e/ou Povos e apresentam suas visões como validades para todas as pessoas originárias.

Encontramos matérias publicadas pela mídia com generalizações e sem analisar o quanto é estrutural o genocídio, etnocídio e o ecocídio em suas relações com a formação histórica brasileira e na estruturação do capitalismo. Na nossa leitura, esses veículos em nome de uma suposta decolonialidade, por vezes, mesmo sem desejarem fazem generalizações que se assemelham às atitudes coloniais¹⁰.

Por isto, escrevemos num texto de nossa autoria denominado *Decolonialidades Indígenas* que “ainda os conhecimentos produzidos pelas academias”, incluindo alguns veículos de comunicação, consciente ou inconscientemente, são, em muitos casos, dominados por uma postura de colonialidade, “sendo também uma forma de poder” (Ayra Tupinambá; Angatu, 2019b, p. 232).

Assim, por vezes, fica ferido o princípio de autodeterminação e alteridade de cada Povo e Indígena, como bem estabelece a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 07 de junho de 1989) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 13 de setembro de 2007). Quando isto acontece, não se considera a diversidade, apesar das semelhanças, dos mais de 330 Povos Originários (IBGE, 2010) existentes no que se chama de Brasil.

Muitas/muitos de nós somos outros mundos possíveis que, por vezes, não cabem em generalizações e se opõem à mercantilização da vida, do espaço, do tempo e da natureza. Esta forma de ser indígena é naturalmente decolonial por não se submeter, em muitos casos, às imposições de colonialidade constituídas desde o início das invasões europeias do século XVI que impôs a colonização.

Aqui vale pensar no que analisa Nelson Maldonado Torres (2007):

O colonialismo [sistema colonial] denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império. Diferente desta idéia, a colonialidade se refere a um

9 Segundo os dados do IBGE, em 2010 existiam no Brasil 305 Povos Indígenas, falando 274 línguas (IBGE, 2010). Além disso, existem indígenas morando em diferentes aldeias e em cidades. Ainda conforme o mesmo censo do IBGE de 2010 a população indígena era de 896,917 mil pessoas com 572.083 vivendo em áreas rurais e 324.834 em áreas urbanas.

10 Recentemente um destes veículos de comunicação fez um questionário aos seus leitores para arguir o quanto eles eram mesmo “aliados da causa indígena” e se conheciam “os preconceitos e dificuldades que os mais antigos habitantes do nosso país vivem diariamente”. Na nossa compreensão, algumas das questões apresentavam conceitos como definitivos que, em muitos casos, não são unânimes entre os próprios indígenas (ECO, 05/01/2021).

padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente (Torres, 2007, p. 131. In: Candau, 2010).

Nesta análise, aparece a leitura de que, mesmo após a “emancipação” política e administrativa brasileira em relação ao sistema colonial, a colonialidade sobreviveu como parte da estruturação da ordem capitalista. Quando muitos dos Povos Originários se mantêm de forma dinâmica e não engessada, suas cosmologias naturalmente decolonizam a tentativa de imposição da colonialidade. Ou seja, tornam-se espontaneamente decoloniais. São mais de quinhentos anos de resistências e (re)existências fazendo com que Pindorama e Abya Yala sejam como sempre foram e serão: Território de moradia dos Povos Originários¹¹. Por isto em se tratando dos Povos Indígenas, além do racismo ser estrutural, o mesmo ocorre com os genocídios, etnocídios e espoliações das terras indígenas visando o ecocídio.

Ao mesmo tempo, as resistências e (re)existências também são estruturais. Por causa delas os donos do poder econômico e político nos colocam como empecilhos a sermos removidos ou cooptados por representarmos naturalmente um outro mundo que já carregamos em nossos corpos (e-eté) e almas (anga). Para eles somos uma ameaça aos seus interesses econômicos e organização política e social. Esses donos do poder econômico e político possuem medo dos Povos Originários por representarmos uma sociedade e cultura diferente da que estruturam baseada no autoritarismo do poder político e do estado¹². Por isto,

11 Abya Yala é a forma como alguns dos Povos Originários latino-americanos denominavam a América antes da chegada dos invasores europeus e ainda denominam. É uma forma construir um sentimento de unidade, pertencimento e, portanto, de resistência decolonial. Para os Kuna, Povo Originário da Serra Nevada - norte da Colômbia, Abya Yala significa “Terra Madura, Terra Viva ou Terra em Florescimento Vital”. Já Pindorama (Terra das Palmeiras - Terra Sem Males) era a forma como alguns de nossos ancestrais se referiam ao que se tornou Brasil antes das invasões portuguesas. Da mesma forma que Abya Yala, alguns Parentes utilizam na atualidade a referência à Pindorama como resistência decolonial. Assim, no transcorrer deste texto quando aparecerem estas palavras (Abya Yala e Pindorama) imaginamos que os leitores já saibam os sentidos dela para seus autores.

12 Apesar de respeitosa discordarmos de algumas palavras presentes na importante obra *A Sociedade Contra o Estado*, Pierre Clastres colabora com nossa leitura ao escrever em diferentes passagens de seu livro: “Encontramo-nos então confrontados com um enorme conjunto de sociedades [indígenas]

não alimentamos ilusões com o sistema capitalista. Como as/os Parentes Zapatistas em sua *Declaración por la vida*:

(...) hacemos nuestros los dolores de la tierra: la violencia contra las mujeres; la persecución y desprecio a los diferentes en su identidad afectiva, emocional, sexual; el aniquilamiento de la niñez; el genocidio contra los originarios; el racismo; el militarismo; la explotación; el despojo; la destrucción de la naturaleza. El entendimiento de que es un sistema el responsable de estos dolores. El verdugo es un sistema explotador, patriarcal, piramidal, racista, ladrón y criminal: el capitalismo. El conocimiento de que no es posible reformar este sistema, educarlo, atenuarlo, limarlo, domesticarlo, humanizarlo. El compromiso de luchar, en todas partes y a todas horas — cada quien en su terreno —, contra este sistema hasta destruirlo por completo. La supervivencia de la humanidad depende de la destrucción del capitalismo. No nos rendimos, no estamos a la venta y no claudicamos. La certeza de que la lucha por la humanidad es mundial (...) (Ezln, 1º de janeiro de 2021).

Mesmo quando estamos em espaços que não são tradicionalmente ocupados por nós, somos, antes de tudo, Indígenas e, por isso, não deveríamos deixar de lado nossa ancestralidade e comprometimento os Povos Originários. Assim, os autores deste texto procuram fortalecer os caminhos da decolonialidade a partir dos saberes ancestrais, suas linguagens, cosmologias e indianidades.

Acreditamos que precisamos fortalecer a resistência e (re)existência indígena, quilombola, negra, gênero e de todos que lutam “por um mundo onde caibam vários mundos”. Assim:

Podemos até fazer arte, ciência, produzirmos conhecimentos e cultura vestidos, em espaços acadêmicos e outras espacialidades. Porém, para alcançarmos certos Saberes, os Saberes Ancestrais e das Encantadas/Encantados que moram na Natureza e habitam a essência de nossos corpos, ao menos para chegarmos perto deles, precisamos ter a *Anga Moronguetá* (Alma com Sentimentos Instintivos)” (Angatu, 2020a, p. 62).

Algumas das atuais lutas indígenas por direitos e contra o Estado/Governo fascista: (re)existência e resistência

O que segue é uma contribuição com a análise crítica e propositiva em relação a algumas das ações tomadas pelos atuais donos do Estado brasileiro e do poder econômico entre 2019 e o início de 2021 contra os Povos Originários

nas quais os detentores do que alhures se chamaria poder são de fato destituídos de poder, onde o político se determina como campo fora de toda coerção e de toda violência, fora de toda subordinação hierárquica, onde, em uma palavra, não se dá uma relação de comando-obediência [...] se existe alguma coisa completamente estranha a um índio, é a ideia de dar uma ordem ou de ter de obedecer” (Clastres, 1978).

e a Natureza Sagrada. Do mesmo modo, procuramos assinalar para diferentes formas de (re)existências e resistências vivenciados pelos Povos Originários, visando colaborar para a luta de indígenas e não indígenas por um mundo onde caibam vários mundos.

Inicialmente, ponderamos que a somatória dos atuais ataques aos Povos Guardiões da Natureza assinala que cada vez mais os mandatários do poder político e econômico aumentam suas práticas de avançar sobre as Terras Indígenas, Quilombolas, Populações Tradicionais e Reservas Ambientais. Violam a todo momento Direitos conquistados, criminalizando e vitimando os que resistem.

Logo após as eleições presidenciais de 2018, em sua primeira entrevista à Rede Bandeirantes (em 5 de novembro de 2018), o presidente eleito, Jair Bolsonaro, expressou qual seria a direção das “políticas públicas” (ou falta delas) para os Povos Indígenas.

Disse o autoritário mandatário:

No que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena. Afinal de contas, temos uma área mais que a região Sudeste demarcada como terra indígena. E qual a segurança para o campo? Um fazendeiro não pode acordar hoje e, de repente, tomar conhecimento, via portaria, que ele vai perder sua fazenda para uma nova terra indígena (...). As reservas foram superdimensionadas. O que pretendo, se houver amparo legal, é que como o índio é um ser humano igual a nós, ele quer evoluir, ter energia elétrica, médico, dentista, internet, jogar um futebol, ter um carro, quer viajar de avião, porque ele quando tem contato com a civilização ele rapidamente vai se moldando à nova maneira de viver, que é bem diferente e melhor do que a dele. (...) O índio não pode continuar sendo preso dentro de um área demarcada como se fosse um animal dentro de um zoológico” (FSP, 05 de novembro de 2018).

Postura reafirmada no dia 12 de dezembro do mesmo ano em vídeo postado pelo então “novo” Presidente ao dizer: “por que no Brasil o índio deve ser pré-histórico? Quero que se integrem à nossa sociedade. Tem índios que falam nossa língua muito bem, que têm nossos costumes. Isso que queremos, não queremos que atrapalhem o desenvolvimento da nação” (RBA, 12 de dezembro de 2018). Já se passaram um pouco mais dois anos entre a posse (janeiro de 2019) e a data na qual o presente texto foi escrito (janeiro de 2021). Depois de eleito, o atual presidente colocou em prática o que dizia antes.

A atuação de Jair Bolsonaro evidencia que, mais uma vez, a orientação terá três parâmetros: uma falsa tentativa de “integração” e/ou assimilação dos Povos Originários (etnocídio) à chamada “sociedade nacional” (ou “civilização”) e desqualificação das lideranças indígenas como tentou fazer diversas vezes com Cacique Raoni Metuktire entre outros; violência (genocídio) contra os que resistirem na luta por direitos e por seus territórios, autonomia e alteridade; e

destruição sistemática da natureza (ecocídio) no sentido de “passar a boiada”¹³.

Pelas medidas tomadas, não interessa fazer valer políticas públicas para os Povos Originários e respeitar as diferentes etnias. Como ele mesmo afirmou, “não existe mais Demarcação de Terras Indígenas” — e, consequentemente, nem garantias para as que já estão demarcadas. Ou seja, a orientação do atual governo federal é, ao mesmo tempo, negar a necessidade de demarcação de novos Territórios Indígenas e questionar aqueles já demarcados. Para tanto, justifica que os Povos Originários já estariam integrados à sociedade nacional e que, portanto, não precisariam manter suas relações ancestrais com a natureza. Da mesma forma, mesmo os indígenas isolados precisariam ser “integrados”.

Reafirmamos que o interesse final é a espoliação das Terras Indígenas para explorar os recursos naturais. O Brasil vivencia hoje um verdadeiro ecocídio com os permanentes incêndios em suas florestas e o aumento da exploração dos recursos naturais, inclusive em Territórios Indígenas e Reservas Ambientais.

Os dados do último *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2019* do Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2020) são claros nesse sentido. Segundo o CIMI, em 2019, primeiro ano do mandato do Presidente Bolsonaro,

(...) houve o registro de 256 casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio” em pelo menos 151 terras indígenas, de 143 povos, em 23 estados. Confirmando antecipação feita pelo Cimi, em setembro do ano passado [2018], por ocasião do lançamento do seu relatório anterior, esses dados revelam uma realidade extremamente preocupante: somente no ano passado houve um aumento de 134,9% dos casos relacionados às invasões em comparação com os registrados em 2018. Isso representa mais que o dobro dos 109 casos registrados em 2018” (CIMI, 2020, p. 6).

Esse quadro fez aumentar a violência contra os Povos Originários. No mesmo Relatório do CMI, pode-se acompanhar que, em relação à “Violência contra a Pessoa”, os dados para 2019 são os seguintes:

(...) abuso de poder (13); ameaça de morte (33); ameaças várias (34); assassinatos (113); homicídio culposo (20); lesões corporais dolosas (13); racismo e discriminação étnico-cultural (16); tentativa de assassinato (25); e violência sexual (10); totalizando o registro de 277 casos de violência praticados contra a pessoa indígena em

13 Essa frase foi dita pelo Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, durante a reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020. Assinala a prática de liberar para exploração (agronegócio, madeireiras, minerdoras) as Terras Indígenas, Quilombolas e de outras comunidades, assim como as Reservas Ambientais.

2019. Este total de registros é maior que o dobro do total registrado em 2018, que foi de 110. O total de 113 registros de indígenas assassinados em 2019, de acordo com dados oficiais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), é um pouco menor do que o total sistematizado em 2018, que foi de 135” (CIMI, 2020, p. 7).

Acompanha-se que a postura do atual governo federal em relação aos Povos Originários e ao meio ambiente é a procura por favorece os interesses do agronegócio, das madeireiras, das indústrias energéticas, de mineradoras nacionais e internacionais. Desse modo, reiteramos: o presidente eleito em 2018 seguirá nos seus objetivos: forçar a assimilação dos Povos Originários; não demarcar Territórios Indígenas; rever os já demarcados; e, como disse o Ministro do Meio Ambiente numa das reuniões presidenciais, “deixar passar a boiada” sobre a Natureza Sagrada.

Nesse sentido, reafirmamos que o atual governo reforça as práticas estruturais de etnocídio (tentativa de transformação cultural e social, e negação do direito à alteridade, à autonomia e ao Território), genocídio (morte daqueles que resistem ou buscam (re)existir) e ecocídio (enorme devastação da natureza).

Não foi casual que, no dia 30 de dezembro de 2019, o então Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, ordenou o retorno para a Fundação Nacional do Índio de 17 Processos de Terras Indígenas que aguardavam Portarias Demarcatórias e Decretos de Homologações. Esta ação fez aumentar a situação de suposta irregularidade das Terras Indígenas que, segundo o CIMI em seu Relatório sobre 2019:

(...) das 1.298 terras indígenas no Brasil, 829 (63%) apresentam alguma pendência do Estado para a finalização do seu processo demarcatório e o registro como território tradicional indígena na Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Destas 829, um total de 536 terras (64%) não teve ainda nenhuma providência adotada pelo Estado” (CIMI, 29 de setembro de 2020).

Com o claro objetivo de anular a demarcação, o ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública ordenou que esses processos fossem revistos de acordo com as 19 condicionantes para a demarcação da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol (Roraima) e com o “marco temporal de 1988”, que consta do Parecer 01/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU). Segundo os que apoiam tal decisão, deve-se considerar indígenas somente as terras nas quais os Povos já se encontravam até o dia 5 de outubro de 1988, quando da promulgação da Constituição Brasileira.

Os defensores da tese do marco temporal, dentre outras barreiras que ad-

vogam para impedir novas demarcações de Territórios Originários, propositalmente se esquecem de dizer que muitos Povos foram expulsos de suas Terras, retornando posteriormente. Além disso, se na atualidade já é difícil demarcar Terras Indígenas, imagine-se a situação até 1988.

Mesmo assim existem indígenas que nunca saíram de suas terras, apesar de não serem demarcadas. Indígenas que sofreram/sofrem com a especulação e preconceito. Voltamos a salientar que, permanecendo, retornando ou não ao Território, o que aconteceu com os Povos Indígenas só demonstra a usurpação de suas terras e, ao mesmo tempo, a resistência secular que o marco temporal deseja negar.

O marco temporal é ilegal, violento, arbitrário e autoritário. Como analisa o constitucionalista José Afonso da Silva acerca do marco temporal:

Onde está isso na Constituição? Como pode ela ter trabalhado com essa data se ela nada diz a esse respeito, nem explícita, nem implicitamente? Nenhuma cláusula, nenhuma palavra do art. 231 sobre os direitos dos índios autoriza essa conclusão. Ao contrário, se se ler com a devida atenção o caput do art. 231, ver-se-á que dele se extrai coisa muito diversa. (...) Deslocar esse marco para ela [a Constituição de 1988] é fazer um corte na continuidade da proteção constitucional dos direitos indígenas, deixando ao desamparo milhares de índios e suas comunidades, o que, no fundo, é um desrespeito às próprias regras e princípios constitucionais que dão proteção aos direitos indígenas. Vale dizer: é contrariar o próprio sistema constitucional, que deu essa proteção continuamente” (Batista, 21 de novembro de 2016).

Dessa forma, as 19 Condicionantes da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e o marco temporal, quando aplicados na análise de Territórios Originários, são “impeditivos” para a demarcação. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) já ofereceu pareceres contrários ao marco temporal e à aplicação das 19 Condicionantes para a demarcação de outras Terras Indígenas (ISA, 22 de maio de 2020). Uma demonstração disso ocorreu em outubro de 2013, quando o “STF decidiu que as condicionantes só são obrigatórias para TI Raposa Serra do Sol (RR)” (ISA, 08 de abril de 2020). Postura que se repetiu em maio de 2020, quando o STF suspendeu os efeitos do Parecer 01/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU), como assinalamos antes (STFJUS, 07 de maio de 2020). Mesmo assim o então autoritário Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, numa de suas últimas ações no governo, mandou retornar 17 Processos de Terras Indígenas:

(...) seguindo o equivocado marco temporal de 1988 e as 19 condicionantes da Raposa Serra do Sol que impossibilitam a demarcação de muitas Terras Indígenas. Vale salientar que tanto o marco temporal como as 19 condicionantes são anticonstitucionais. A intenção é clara: anular os 17 Processos de Demarcação. Isto coloca em perigo processos demarcatórios iniciados há mais de 10 anos como é o caso do Povo Tupinambá de Olivença (Ilhéus/Bahia) (ANGATU, 03 de março de 2020).

Percebe-se que entre os Processos que retornaram para FUNAI incluiu-se o do Território onde nós (autora e autor deste texto) moramos e lutamos: Terra Indígena Tupinambá de Olivença (Ilhéus/Bahia). Assim, como forma de demonstração do autoritarismo desta medida vejamos o caso Tupinambá de Olivença.

Este Povo conquistou, por meio de sua luta, o *Reconhecimento Étnico Oficial da Fundação Nacional do Índio* (FUNAI) em 13 de maio de 2002. Depois de aproximadamente sete anos, em 20 de abril de 2009 o *Diário Oficial da União* publicou o “Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença”, feito também pela FUNAI, demarcando 47.360 hectares entre as cidades de Ilhéus, Una e Buerarema.

No entanto, após dez anos contados a partir do Relatório Demarcatório da FUNAI (20 de abril de 2009), percorridos todos os procedimentos jurídicos, administrativos e políticos, nenhum dos governos que estiveram à frente do Estado brasileiro chancelou a Portaria Declaratória da Terra Indígena Tupinambá e de outros Povos. Desta maneira, vale salientar que os governos anteriores, incluindo de Partidos considerados de esquerda, também foram omissos na demarcação de Terras Indígenas. Na nossa leitura, esta negligência não foi casual e serviu para atender aos interesses das articulações políticas até mesmo com a bancada ruralista.

No entanto, os Tupinambá e outros Povos que não conseguiram oficializar suas demarcações territoriais fizeram as retomadas (autodemarcação) das Terras Originárias, colocando nossas vidas em risco por causa da demora na homologação oficial do Território. Ressaltamos que isto demonstra a morosidade e o descaso com que o Estado e a justiça brasileira ainda tratam os Povos Indígenas.

Do mesmo modo, a autodemarcação demonstra o protagonismo indígena porque autonomamente construímos nossas aldeias, moradias e escolas. Fortificamos as formas tradicionais de nos relacionarmos com a natureza sagrada, consolidando a retomada do Território Ancestral.

Este protagonismo dos Povos Originários também ocorreu na luta contra o marco temporal. No dia 19 de maio de 2020, a Mobilização Nacional Indígena (MNI) apresentou uma nota pública:

Nota pública da Mobilização Nacional Indígena: Pela inconstitucionalidade do Parecer 01/17 e o reconhecimento do direito originário dos povos indígenas às terras. Nós, organizações abaixo assinadas, membros da Mobilização Nacional Indígena (MNI), considerando o julgamento histórico a ser realizado entre os dias 22 e 28 de maio pelos Ministros do Tribunal Federal (STF), em Plenário Virtual, da decisão liminar do Ministro Edson Fachin que suspendeu os efeitos do Parecer 01/2017 da Advoca-

cia-Geral da União (AGU), no âmbito do Recurso Extraordinário 1.017.365, em razão das consequências do julgamento para todos os povos indígenas do Brasil, afirmamos: O Parecer 001/2017 da AGU é inconstitucional e serve para legalizar invasões, legitimar expulsões e encobrir violências que vitimaram os povos indígenas antes da promulgação da Constituição Federal. O Parecer tem sido usado pelo governo Bolsonaro para inviabilizar e anular procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas, mesmo aquelas já concluídas ou em estágio avançado. Por esse motivo, ele foi caracterizado pelos povos indígenas e seus aliados como o “Parecer Antidemarcação” ou o “Parecer do Genocídio”.

Cumprir lembrar que o referido Parecer é resultado de um acordo político e foi publicado pela AGU no governo de Michel Temer, em meio às negociações que pretendiam evitar que as denúncias de corrupção feitas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra ele na época fossem aceitas pela Câmara dos Deputados, conforme atestam as palavras do então deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS) em vídeo publicado pela Frente Parlamentar Agropecuária (FPA).

O Parecer 001/17 postula a tese do marco temporal, por meio da qual os ruralistas tentam reduzir drasticamente o alcance do direito constitucional originário, nato, dos povos indígenas às suas terras. O marco temporal restringe o direito congênito dos povos indígenas às terras tradicionalmente ocupadas, ao estabelecer que eles só teriam direito a essas terras desde que estivessem na posse física delas na data da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988.

A decisão unânime do STF, ao reconhecer a repercussão geral no RE 1.017.365, para a “definição do estatuto jurídico-constitucional das relações de posse das áreas de tradicional ocupação indígena à luz das regras dispostas no artigo 231 do texto constitucional”, demonstra que o tema não está pacificado no Judiciário brasileiro. Sendo assim, fica patente a falta de fundamento legal e constitucional ao Parecer 001/17 da AGU, razão pela qual, no nosso entendimento, o mesmo deve permanecer sem efeitos, até ser definitivamente anulado por ocasião do julgamento do mérito da repercussão geral, objeto do tema 1031 no STF. Brasília, DF, 19 de maio de 2020”¹⁴.

Além da argumentação jurídica que acompanha a nota pública da Mobilização Nacional Indígena, nossa resposta é resistir e (re)existir com a luta que fazemos cotidianamente para demarcarmos nossos Territórios, garantir os já

14 As organizações que assinaram a nota da Mobilização Nacional Indígena foram: APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; APOINME – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo; Arpinsul – Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul; Arpinsudeste – Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste; Aty Guasu – Grande Assembleia do Povo Guarani e Kaiowá; Conselho do Povo Terena; COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; Comissão Guarani Yvyrupa – CGY; CIMI – Conselho Indigenista Missionário; CTI – Centro de Trabalho Indigenista; INA – Indigenistas Associados; ISA – Instituto Socioambiental; INESC – Instituto de Estudos Sociais e Econômicos; IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil; IEPE – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena; Uma Gota No Oceano; ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza; RCA – Rede de Cooperação Amazônica; Greenpeace Brasil; OPAN – Operação Amazônia Nativa; OPI – Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato; Associação Floresta Protegida – AF.

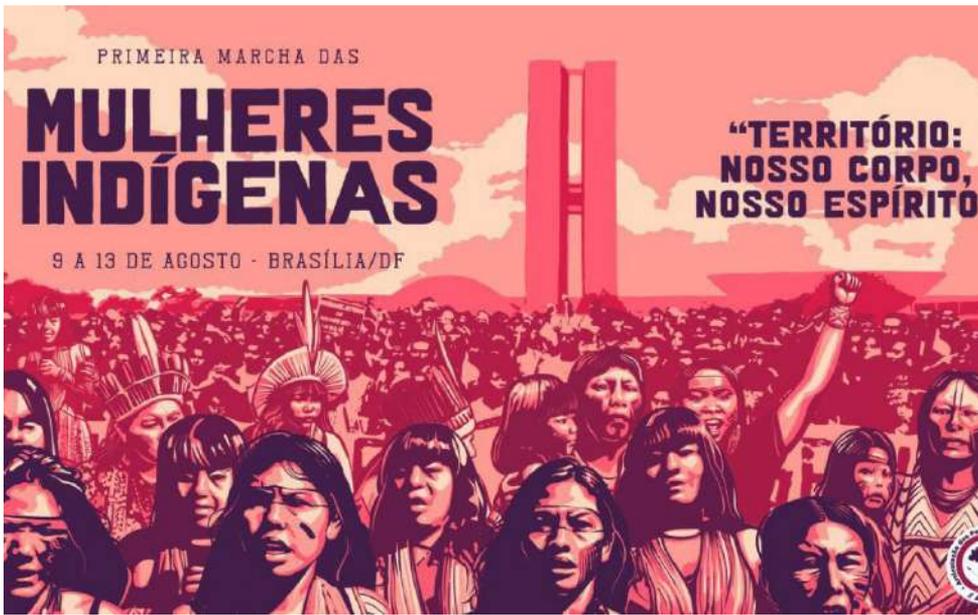
demarcados e direitos. Por isto já no primeiro mês do atual governo federal a resistência indígena já se fazia presente. No dia 31 de janeiro de 2019, ocorreu a Mobilização Nacional contra o governo, que transferiu então a FUNAI do Ministério da Justiça para o Ministério da Agricultura. A reação dos Povos Indígenas e de seus aliados foi enorme e o presidente precisou recuar.

As Mobilizações Nacionais Indígenas ocorreram pelo Brasil inteiro. Desde janeiro de 2019, os Povos Originários não deixaram de protestar contra o atual governo que, desde o início, não fez questão de disfarçar os ataques contra os direitos indígenas. Do mesmo modo, intensas foram as mobilizações e o protagonismo indígena. Entre 24 a 26 de abril de 2019, ocorreu o já tradicional Acampamento Terra Livre, realizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) em Brasília. O tema foi: Sangue Indígena. *Nas Veias a Luta pela Terra.*

Já entre 09 a 12 de agosto de 2019, aconteceu a Primeira Marcha das Mulheres Indígenas também realizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) em Brasília. A palavra de ordem foi: *Território: Nosso Corpo, Nosso Espírito.*



Cartaz do Acampamento Terra Livre, realizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB. Data: 24 a 26 de abril de 2019. Autoria/Fonte: APIB.



Cartaz da Primeira Marcha das Mulheres Indígenas, realizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB. Data: 9 a 12 de agosto de 2019. Autoria/Fonte: APIB.

Porém, as resistências dos Povos Originários em Pindorama não ocorreram sozinhas. Entre 2018 - 2020 na Abya Yala aconteceram insurreições indígenas e populares contras os governos autoritários. A título de exemplificação citamos a seguir algumas delas até porque este tema propiciaria um texto aparte.

No México ainda em 2018 Marichuy (índigena e médica tradicional da etnia Nahua) foi lançada como Candidata Independente para presidência da república. Ela foi escolhida por um Conselho Indígena com vários Povos Originários. Marichuy não tinha partido e contava com apoio dos indígenas e do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Além disso, os Zapatista antes e depois da campanha eleitoral continuaram fazendo suas ações e lançando seus manifestos para o mundo.

Em 2019 na Guatemala a também indígena Thelma Cabrera é lançada candidata a presidência daquele país. Sua candidatura foi organizada pelo Comitê Campesino de Desenvolvimento – Movimento de Libertação dos Povos. Segundo a campanha de Cabrera, a intenção era: “criar um estado plurinacional e nacionalizar todas as empresas e serviços que foram privatizados”. Ainda em 2019, no Equador, a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), que agrega várias nacionalidades indígenas, desencadeou em setembro daquele ano as *Jornada Progressiva de Luta contra os planos econômicos neoliberais do governo* (ARANA, 11 de outubro de 2019).

Enquanto isto, no Chile, ocorriam as *Jornadas de Julho* de 2019 com grandes mobilizações populares. Nelas aconteceram expressivas participações do Povo Mapuche que possui como principal reivindicação a autonomia e luta pela emancipação de suas terras historicamente ocupadas: “eles buscam acabar com o uso da sua terra por grandes empresas e pelo Estado. A relação dos Mapuche com os governos chilenos nunca foi pacífica, até porque eles consideram o seu território como território invadido. Eles não se consideram chilenos, mas Mapuche” (FERNANDES, 30 de outubro de 2019).

Na Bolívia, recentemente acompanhamos a reação popular ao golpe de estado contra o indígena presidente Evo Morales. As manifestações contaram com forte participação das populações indígenas bolivianas, especialmente feminina. Vale destacar as organizações de mulheres, tais como: *Confederación Nacional de Mujeres Campesinas, Indígenas y Originarias de Bolivia Bartolina Sisa*; Assembleia Feminista Comunitária de La Paz e Mulheres Criando Comunidade.

Realçamos que, num recorte de gênero, foi fundamental o protagonismo feminino indígena nas lutas dos Povos Originários na Abya Yala. Da mesma forma, ocorreu em Pindorama. Por estas terras, além da já citada Primeira Marcha das Mulheres Indígenas, realizada entre os dias 09 a 12 de agosto de 2019 em Brasília, a Parente Sônia Guajajara, coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas (APIB), foi candidata em 2018 a vice-presidente de Guilherme Boulos (MTST). Ainda em 2018, Joenia Wapichana foi eleita a primeira indígena deputada federal¹⁵.

Estes protagonismos indígenas em Pindorama e Abya Yala demonstram a força das lutas e resistências dos Povos Originários. No entanto, somam-se a eles as diferentes maneiras de (re)existência vivenciadas cotidianamente. Aqui cabe ponderarmos que resistência é compreendida neste texto como confrontação em relação aos que não desejam a demarcação de nossos Territórios, atuam apoderando de nossas terras, retirando direitos, cometendo etnocídios, genocídios e ecocídios. No entanto, para nós originários, a força que possuímos para resistirmos vem da (re)existência de nossas memórias, identidades, histórias, cosmologia e indianidade.

Essa (re)existência tem como fundamento os saberes ancestrais, os quais nos ensinam que não devemos resistir somente fazendo oposição aos que são contra nossos direitos: trata-se também da construção de caminhos, isto é, nossa resistência é propositiva e protagonista quando está baseada na (re)existência de nossos saberes originários. Um exemplo disso são as retomadas de autode-

¹⁵ Em relação ao protagonismo feminino indígena recomendamos a leitura de Julieta Paredes (2016, 2020) e de Sílvia Rivera Cusicanqui (2010).

marcação do Território Originário que fazemos quando o Estado não exerce seu papel de demarcação territorial. Outra demonstração é a (re)existência cotidiana num contínuo processo de reelaboração e negação da dominação nestes mais de quinhentos anos de espoliações.

Novamente, a título de demonstração desta (re)existência, assinalamos que o número de indígenas vem aumentando em Pindorama, bem como de etnias. Vivenciamos um processo de autodeterminação que denominamos como: indianização e fortalecimento da indianidade. Povos, por vezes apresentados como exterminados, (re)existiram e se identificam como não tendo sido extintos. Apesar dos genocídios e etnocídios reivindicam o direito ancestral à terra.

Como escrevemos no Capítulo “Protagonismos Indígenas: (Re)Existências Indígenas e Indianidades” do livro *Índios no Brasil: Vida, Cultura e Morte*: “são muitos os exemplos neste sentido, como o Povo Murá, Povo Guató, Povo Charrua e o Povo Tupinambá, cujo desaparecimento foi apresentado, por alguns autores, ainda entre os séculos XVI - XVII” (Angatu; Tupinambá, 2019a, p. 39).

Ressaltamos que ocorreram as (re)existências de corpo (*e-etê*) e alma (*anga*) que, por vezes, são imperceptíveis aos que não estão acostumados com os vários modos de *Ser Indígena*. Nesta direção, é imprescindível garantir o respeito as alteridades, autodeterminações e protagonismos dos Povos Originários. Do mesmo modo, é fundamental certificar a consulta-participativa livre, prévia e informada, como assinalam a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 07 de junho de 1989) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 13 de setembro de 2007).

Sabedorias Indígenas no Enfrentamento da Pandemia e da Pulsão de Morte do Capitalismo em seu Bio-Necropoder

“Dizem: *Fiquem isolados em casa!*

Respondemos: *mas moramos em lugares comunitários em okas, barracos, cortiços, ruas, praças ...*

Dizem: *Lavem as mãos com água e sabão!*

Respondemos: *Aqui não tem água e muito menos sabão*

Dizem: *Usem máscaras e álcool gel!*

Respondemos: *como se não tem dinheiro nem para o feijão*

Dizem: *Evitem aglomerações!*

Respondemos: *nossas moradas ficam em aldeias, quilombos, favelas, periferias, quebradas, em espaços públicos e precisamos pegar as conduções lotadas para trabalhar*

Dizem: *Ouviram - evitem aglomerações!*

Respondemos: *somos mais de 773 mil presos nas masmorras do estado, a terceira população carcerária do mundo...nos soltem então*

Dizem: *Retornem aos seus trabalhos e podem votar porque é só uma “gripezinha”!*

Respondemos: *fazemos parte dos mais de 14 milhões de desempregados. Muitos de nós já morreram, a doença não foi embora e ainda temos que votar?*

Dizem: *Deixem o estado e o capital cuidarem de vocês como sempre cuidaram!*

Respondemos: *tá bom, não é de hoje que faltam leitos e UTIs. Doenças populares são constantemente negligenciadas porque só matam pobres. Estamos morrendo e não adianta cloroquina. Ainda pedem para votarmos. O auxílio emergencial demorou pra sair e quando chegou já acabou. Cadê a vacina? Terá vacina pra todas as pessoas ...”*

(Casé Angatu, Diálogo Impertinente)¹⁶.

Começamos este tópico a partir da simulação de um possível diálogo sobre algumas das atuais situações que vivenciamos como indígenas e considerando as notícias que nos chegam de Pindorama. A ideia é logo de início oferecer um painel crítico do presente contexto de como a covid-19 afeta todas as pessoas. Porém, afinge bem mais os Povos Originários, Quilombolas, Populações Tradicionais, Povo Negro e as parcelas mais pobres da população.

Nossa intenção é também assinalar algumas das formas de enfrentamento à pandemia que experimentamos como indígenas, às necessidades existentes e como podemos inspirar na luta contra a pulsão de morte do capitalismo em seu bio-necropoder representado na atualidade pelo governo Bolsonaro. Do mesmo modo, refletiremos como historicamente as doenças serviram consciente ou inconscientemente aos interesses daqueles que desejavam espoliar as Terras Ancestrais.

Sabemos de nossos limites e, por isso, ressalvamos que não conseguiremos abarcar os diversos enfrentamentos e dificuldades das Populações Indígenas diante da coronavírus. Lembrando que são mais de 305 Povos Originários que vivem no Território de Pindorama e falantes de mais de 274 línguas, segundo os dados do IBGE (2010).

Estamos cientes também de que não conseguiremos abranger os mais de cinco séculos de história dos Povos Originários em suas relações com os não índios e as doenças geradas por estes contatos. Porém, tentaremos oferecer nossas

¹⁶ No início da pandemia, máscaras e álcool gel atingiram valores elevados. Com a auto-organização da sociedade, as máscaras foram feitas comunitariamente. O álcool, além de outros produtos de higiene e cestas básicas, foram distribuídas solidariamente.

contribuições aos que desejam estudar ou compreender dimensões dos enfrentamentos históricos e atuais dos Povos Indígenas.

Repetimos que nosso levantamento foi realizado a partir das vivências indígenas que possuímos, numa perspectiva crítica decolonial em relação ao capitalismo. Partimos do princípio de que muitos dos Povos Originários de Pindorama e da Abya Yala, no transcorrer destes mais de cinco séculos de espoliações, sofreram e ainda sofrem ações propositalmente de uso de doenças em diferentes períodos, lugares, formas, contextos e na atualidade.

Mesmo quando estas doenças não eram/são propositalmente causadas serviram/servem para o genocídio de muitos Povos. Consequente de forma direta ou indireta auxiliam na expropriação de nossas terras, efetivação do processo colonial, enriquecimento de parte das elites agrárias, mineradoras, madeireiras, pecuaristas, atendendo diferentes projetos “desenvolvimentistas” nacionais e internacionais. Ou seja, propositalmente ou não as doenças entre indígenas, por vezes, atendiam e atendem à interesses dos que desejam suas terras.

Encontramos relatos (alguns deles apresentados na sequência) de como historicamente ocorreram e ainda acontecem as contaminações por doenças trazidas por não indígenas e a desapropriação das terras resultante. Guardas as devidas diferenciações, processos semelhantes aos vivenciados por Povos das antigas/atuais colônias no continente africano, asiático e em muitos lugares onde se implantou o colonialismo europeu, norte-americano e os autoritários projetos de enriquecimento das elites econômicas nacionais.

Em Pindorama e Abya Yala desde a chegada dos europeus e início da colonização no século XVI, com as invasões europeias, até atualidade são mais de quinhentos anos de patologias epidêmicas/pandêmicas estranhas às vivências dos Povos Originários. Foram e são várias as contaminações: varíola ou o “mal das bexigas” (*mereba-ayba*), tifo, sarampo, febre amarela, caxumba, rubéola, catapora, pneumonia, tuberculose, tosse, gripes, peste bubônica, doenças sexualmente transmissíveis. Mais recentemente surgiram, entre outras, a influenza e a covid-19.

Consideramos que estas doenças foram uma das causas principais do declínio populacional dos Povos Originários em toda Abya Yala, incluindo Pindorama. Trata-se de um dos maiores genocídios da história humana, se não o maior. Reiteramos: estas enfermidades, intencionalmente ou não, serviram para o histórico e estrutural processo de esbulho das terras ancestrais, um quadro que denominamos como: *patologia da colonização cujo sintomas são as invasões, genocídios, etnocídios e ecocídios.*

Acreditamos que as doenças e mortes fizeram e fazem mesmo parte da biopolítica ou necropolítica a partir da colonização e se manteve como uma de suas colonialidades. Por isso, preferimos chamar de bionecropolítica que estruturou/estrutura o bio-necropoder de imposições coloniais, estruturação do capitalismo, formação das elites locais e internacionais.

Como permiti ponderar Frantz Fanon (2006) sobre a necessária decolonização dos Povos das antigas colônias, existe um processo de culpar os próprios infectados pelas infecções. Surgiram e surgem psicopatologias que tentam injetar nas subjetividades das pessoas uma rede de culpas pelas doenças por não se adaptarem a “civilização”. Como no diálogo que simulamos no início deste tópico, uma postura que tira de foco o estrutural processo de colonização, enriquecimento, racismo e desigualdade social.

Eis aqui uma das colonialidades: assinalar que a culpa da doença e da pandemia é da incapacidade sociocultural e racial do próprio doente em conseguir evitar a doença. Quando pondero sobre estas concepções também estou pensando em conceitos advindos de Joseph-Achille Mbembe:

(...) racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ‘este velho direito soberano de matar’. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é ‘a condição para aceitabilidade do fazer morrer’” (Mbembe, 2018, p. 18).

Como já assinalamos, isso é histórico na formação das sociedades advindas da colonização. No trecho a seguir escrito por José de Anchieta contribui com esta nossa leitura por interpretar que as doenças que atingiam alguns indígenas no século XVI era um castigo de Deus por não aceitarem a conversão:

Nosso Senhor não os deixa de castigar com doenças e mortes, porque depois que se apartaram de nós, não fazem senão morrer cá e acolá, por suas malditas habitações, sem confissão, uns amancebados, outros com os feiticeiros, que pensam que lhes dão saúde, à cabeceira, outros levados e comidos de seus contrários” (José de Anchieta - Carta ao Pe. Diego Laynes, 30.07.1561 - CAP, p. 175. In: Prézia, 2008, p. 238).

Neste sentido, mesmo a doença não causada propositalmente, serviam aos interesses da colonização na tentativa de cristianização dos Povos Originários. Um processo que chamamos de etnocídio no sentido de quebrar as resistências em relação às imposições que visavam o despojo das terras originárias.

Por isto salientamos que mesmo as doenças causadas não intencionalmente serviram/servem com instrumentos (bio-necropolítica) para estabelecer as im-

posições (bio-necropoder). Repito: esta situação faz parte da história da formação da sociedade brasileira. Os donos do poder econômico e político contavam com o desaparecimento dos Povos Originários.

Vale lembrar que até a *Constituição de 1988* a concepção predominante do Estado Brasileiro era que os Povos Indígenas deixariam de existir: por integrarem à sociedade não indígena (proposital etnocídio) ou por extinção física resultante da violência e das doenças (proposital genocídio). Como analisamos em nosso texto sobre a Lei 11.645/2008: “esse quadro começou a ser modificado ao findar dos anos de 1970, também, para acolher as ações do Movimento Indígena que então se fortaleciam” (ANGATU, 2020c).¹⁷

Após a luta dos Movimentos Indígenas foram constituídos os Artigos 231 e 232 na *Constituição de 1988*, reconhecendo Direitos aos Povos Originários, bem como sua existência passada, presente e futura (BRASIL, 05 de outubro de 1988). Como bem analisa Eduardo Viveiros de Castro (2006): “A Constituição de 1988 interrompeu juridicamente (ideologicamente) um projeto secular de desindianização, ao reconhecer que ele não se tinha completado”.

Ou seja, até a Constituição de 1988 o estado brasileiro assumia claramente duas formas de tratar os Povos Originários: etnocídio ou genocídio. Postura recuperada pelo atual governo federal com suas medidas como veremos na sequência.

Porém, novamente lembramos que historicamente as doenças fizeram parte dos genocídios indígenas, mesmo após a Constituição de 1988. Existem alguns estudos, artigos, entrevistas e espaços tratando da utilização das doenças como forma proposital ou não dos genocídios dos Povos Originários ao longo da história brasileira. Porém, na nossa compreensão, ainda são pouco conhecidas e estudadas estas ações.

O que encontramos ainda de forma mais corriqueira é a narrativa de que determinado Povo foi extinto após ter contraído doenças contagiosas, especialmente a varíola. Como resultado da extinção daquele Povo nasceu naquele lugar um vilarejo que se tornou a atual cidade ou região tal que, por vezes, recebe o nome do próprio Povo extinto pelas doenças.

Estas concepções não problematizam que as doenças ocorreram pelo contato com os não indígenas e serviram para combater a resistência de determinado Povo à colonização, catequese e espoliação de suas terras. Vale

¹⁷ A Lei 11.645/2008 estabeleceu “as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. O capítulo que escrevemos sobre o tema intitula-se: *Decolonizar o conhecimento e o ensino para enfrentar os desafios na aplicação da lei 11.645/2008: por uma história e cultura indígena decolonial!* (ANGATU, 2020c).

lembrar que, como analisamos anteriormente, estas doenças eram/são apresentadas aos indígenas como castigos de Deus pela não conversão ou de uma conversão parcial, servindo para a cristianização. Ou seja, etnocídio facilitando as imposições e desapropriações das terras - uma prática que assinalamos como bio-necropoder.

Como demonstração do que estamos assinalando, seguem algumas narrativas de contaminações propositais ou não mais que causaram genocídios e despojo de terras indígenas. Cabe observar que são várias histórias envolvendo diferentes Povos e regiões onde as doenças geraram massacres e espoliações de terra. Em decorrência do espaço e por encontrarmos fontes mais precisas apresentaremos algumas destas narrativas, mas de forma alguma isto significa que outras histórias como as que seguem não mereçam serem estudadas. Realçamos que é nossa intenção incentivar estudos sobre os temas aqui apresentados.

Hans Staden no livro *Duas Viagens ao Brasil* (2008), lançado em 1557 (século XVI), relata que ao ser tornar prisioneiro do Povo Tupinambá acompanhou a enfermidade e falecimento de indígenas. Aqui vale ponderar que é possível pensarmos que a contaminação aconteceu por causa do contato daqueles Tupinambá com Staden e/ou outros europeus. Pensamos assim por que a doença não o acometeu e de certa forma auxiliou o europeu em ser considerado como espiritualmente especial.

Relatos de José de Anchieta assinalam algumas das contaminações que atingiam as Populações Originárias. Entre estas narrativas destaco o que segue feita em 1564 (século XVI) quando, segundo Anchieta, ocorreu uma grande epidemia de varíola no litoral paulista, matando muitos indígenas:

(...) é coisa terrível: cobre-se todo o corpo dos pés à cabeça de uma lepra mortal, que parece couro de cação e ocupa logo a garganta por dentro e a língua, de maneira que com muita dificuldade se podem confessar e em três quatro dias [os indígenas] morrem. Outros vivem, mas fedendo-se todos, quebra-se-lhes a carne pedaço a pedaço com tanta podridão de matéria, que sai deles um terrível fedor, de maneira que acodem-lhes as moscas como à carne morta e apodrecida sobre eles e lhe põem gusanos, que, se não lhes socorressem, vivos os comeriam (José de Anchieta - Carta ao Pe. Diego Laynes, 8.01.1565 - CAP, p. 252. In: PRÉZIA, 2008, p. 293).

Existem descrições assinalando que os Goitacá, localizados entre o que chamamos hoje de estados do Espírito Santo e o Rio de Janeiro, por terem suas terras desejadas, foram apontados como bárbaros e canibais. Na nossa compreensão, essas adjetivações são justificativas para possibilitar os genocídios por causa da expropriação das terras.

Foi o que aconteceu com os Goitacá massacrados no século XVII propositalmente pela contaminação por varíola feita pelos invasores ao deixarem roupas contaminadas com a doença. A crueldade foi tanta que após supostamente exterminados utilizaram o nome deste Povo para denominar um dos lugares onde viviam - Campos de Goytacazes.

Em sua obra *O Guarani* José de Alencar também aparentemente “homenageia” este Povo assinalando que Peri (herói indígena romântico apaixonado por Ceci) pertencia aos Goitacá. Mesmo assim, Peri teria que abandonar seu Povo e se civilizar para então ficar com Ceci. Ou seja, quando foi publicada a obra (1857) acreditava-se que já não existiriam mais estes Parentes e poderiam ser homenageados, desde que em processo de “civilização”.

Ainda em se tratando do século XVII e já entrando no século XVIII, Afonso E. Taunay em seus livros “São Paulo nos Primeiros Anos” e “História da Cidade de São Paulo” narra que em “1654 tremenda epidemia dizimou os míseros rebanhos vermelhos” - esta era a forma pela qual se referia aos Povos Indígenas. Conforme Taunay e outros autores, estas epidemias se repetiram outras vezes durante os séculos XVIII e XIX.

Os Timbira no Maranhão no início do século XIX também vivenciaram o genocídio pelas doenças. Conforme narra Darcy Ribeiro na obra *Os Índios e a Civilização*, os interessados nas terras deste Povo ofereceram roupas contaminadas para matá-los.

Auguste de Saint-Hilaire, viajante e pesquisador, em suas incursões nas Terras Brasilis na primeira metade do século XIX relata alguns dos massacres propositais pelas doenças. Entre estes relatos destacamos o que é feito em relação ao sul de Pindorama:

Desde o tempo dos jesuítas, ela [a doença – possivelmente a varíola] vem de três em três anos, arrebatando vidas. Sabe-se que essa moléstia, em geral, poupa menos os índios que os homens doutras raças. [...] O Marechal Chagas jamais procurou introduzi-la (vacina) entre os índios das Missões e mesmo após haver testemunhado o mal causado pela varíola não se preocupou em antecipar-se contra o retorno do flagelo” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 366).

Aqui onde moramos no Sul da Bahia também existem narrativas de contaminações por doença propositais em relação aos Tupinambá e Pataxó. Estes Povos, além de outros, sofreram tentativas de extermínios por doença em pleno século XX. Encontramos o seguinte num dos relatos do Padre Camillo Torrend num Relatório para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 1925:

(...) as caçadas [de índios] à bala têm sido relativamente frequentes e uma pessoa fidedigna nos assegura que poucos anos atrás, talvez por ocasião da varíola no Salôbro, um desalmado mandou entregar aos pobres índios vestidos de variolosos para eles ficarem contaminados pela peste, o que se conseguiu de facto, morrendo então muitos milhares de Tupinambás” (SAMPAIO, 1925, p.101 e 102).

Durante a ditadura militar e civil (1964-1985) a Comissão da Verdade, que investiga crimes cometidos pelo governo ou agentes do regime autoritário, especialmente através do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), encontrou indicativos da utilização de doenças contra os Povos Originários. Após a descoberta do *Relatório Figueredo* descrevendo os crimes contra os Povos Indígenas constatou-se que existia a tática de espalhar doenças entre indígenas, distribuição de comida envenenada, entre outras formas. Como já assinalamos, de acordo com os dados levantados pela Comissão da Verdade, foram mais de 8 mil Índios mortos durante a ditadura e em muitos casos por doenças como a varíola (Agatu; Tupinambá, 2019a).

Deste modo, pelas narrativas citadas o método utilizado para propositalmente fazer a contaminação dos Povos Originários era/é deixar perto das aldeias ou em seus caminhos vestes, alimentos e objetos contaminados. Da mesma forma, o contato físico com não índios contaminados também era/é uma das formas utilizadas. Ou seja, trata-se de uma arma biológica para genocídios.

Recentemente, mesmo antes da pandemia de coronavírus, são comuns relatos de doenças contaminando e matando diversos indígenas, inclusive os que são isolados, especialmente em áreas de exploração de garimpo, madeira, hidroelétricas nas áreas amazônicas. No livro *A Queda do Céu – palavras de um xamã yanomami*, escrito antes da pandemia, Davi Kopenawa (2015) nos permite ponderar como por vezes a simples presença de não indígenas é um dos fatores de desequilíbrio da natureza e da alma indígena.

A vida em coletividade e, em alguns casos, a falta de anticorpos torna os diferentes Povos Originários grupos de elevado risco para certas doenças advindas de não indígenas. De acordo com os epidemiologistas, por possuírem baixa imunidade e rede de saúde no geral distantes de onde moram, doenças como a covid-19 quando entra numa Comunidade Originária se espalhar com rapidez e dificulta em muito o controle. Esta situação piora mais ainda no caso de Índios Isolados em situação de distanciamento.

Aqui ressaltamos que estes sistemáticos genocídios (por doença ou não), etnocídios e ecocídios ainda são desconhecidos por muitos. Da mesma forma, os protagonismos indígenas em suas resistências e (re)existências ainda

é pouco tratado. Raras são as pessoas que já ouviram falar de nomes como: Pikyroby, Jaguanharan, Kuñabebe, Kairuçu, Aimberê, Pindobuçu, Koakira, Guayxará, Kuñabebe, Tybira, Madalena Caramuru, Sepé Tiaraju, Clara Camarão, Felipe Camarão, Mandú Ladino, Xicão Xukuru, Marçal de Souza Tupã-Y, entre outros e sem citar as lideranças indígenas atuais que aumentaria em muito, esta pequena lista

Pouco se fala das lutas de resistências indígenas como a Confederação Tamuya (em Tupy significa “os mais antigos, os da terra”) contra a colonização portuguesa que ocorreu por mais de 10 anos entre 1554 – 1567, organizada pelos Povos Tupinambá, Goitacás, Aimorés e outros. Quase não se fala de insurreições indígenas como o Cerco de Piratininga ou Guerra de Piratininga (atual cidade de São Paulo) que aconteceu entre os 09 e 10 de julho de 1562 para expulsar os jesuítas. Ficamos só nestes exemplos porque são várias as lutas indígenas através da história.

Quando encontramos algumas narrativas, às vezes, é numa perspectiva de apresentar nossos ancestrais como sujeitos passivos.¹⁸ Não obstante, não é casual este silêncio e a tentativa de invisibilizar as histórias dos massacres sobre os Povos Indígenas, suas resistências e (re)existências. Na nossa leitura este quadro é parte das tentativas de negar o Direito Ancestral, Sagrado, Congênito e Natural à terra dos descendentes dos diferentes Povos aqui moravam.

Reafirmamos que esta violação é um dos traços mais marcantes das relações entre o estado (colonial, imperial e republicano, incluindo a ditadura militar e na atualidade). A implantação do capitalismo no Brasil se fez também pelos massacres sucessivos das Populações Originárias que, por sua vez, protagonizaram lutas, resistências e (re)existências.

Assim, incluímos a suposta “inação” do atual governo em relação à pandemia entre as Comunidades Indígenas num quadro histórico e estrutural de tentativas de genocídios, etnocídios e ecocídios. Na nossa compreensão, a inércia do governo Bolsonaro é uma ação proposital conforme sua pulsão de morte no estabelecimento do bionecropoder bolsonarista que atende a interesses econômicos nacionais e internacionais.

Vale lembrar que desde o governo Temer vem ocorrendo o sucateamento sistemático de órgãos estatais relacionados às políticas públicas para os Povos Originários, tais como: a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Serviço Especial da Saúde Indígena (SESAI). Bolsonaro radicalizou o que começou no

¹⁸ Algumas de nossas publicações tratam destes temas numa postura decolonial e visando reforçar a luta dos Povos Originários. Parte dela está presente nas citações bibliográficas. Outra parte pode ser encontrada realizando uma pesquisa pelos mecanismos de procura da internet.

governo anterior de cancelamento de Programas como o Mais Médico. Concretizou a desestruturação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Agência Nacional de Mineração (ANM). Aprofundou a diminuição do controle preservacionista por parte da polícia federal, polícia florestal, força de segurança nacional e do exército em Terras Indígenas e Reservas Ambientais.

O propósito nos parece claro: atender aos interesses econômicos do agro-negócio, pecuaristas, das madeireiras, das indústrias energéticas, de mineradoras nacionais e internacionais. Portanto, não existe somente uma desproposital falta de atuação no combate do coronavírus em Terras Indígenas, mas também ações que levaram ao crescimento de garimpos ilegais, grilagem de terras e exploração clandestina de madeira.

O próprio Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) aponta que as áreas desmatadas praticamente dobraram na Amazônia e em todo país desde 2019. Existe uma radicalização do ecocídio: conforme os dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

Soma-se as estas ações outras do atual governo assinalando para o propósito de desapropriações de terras. Compreendemos que o genocídio indígena, incluindo a covid-19, faz parte destas intenções. Alguns exemplos neste sentido podem ser percebidos nas ações que seguem.

Como já analisamos, não foi casual que o ex-Ministro Sergio Moro retornou 17 processo de Demarcação Indígena, incluindo do Povo Tupinambá, deixando estas populações a deriva das ações dos que desejam suas terras. Outra demonstração da radicalização do atual governo em relação aos Territórios Originários é o Projeto Lei – PL 191 encaminhado em fevereiro/2020 por Bolsonaro que autoriza exploração de Terras Indígenas, liberando também o cultivo de transgênicos e utilização de agrotóxicos.

Na mesma direção, a tentativa de nomear um pastor para chefiar a coordenação de “Índios Isolados” não se trata apenas de religião. Aqui também existe a intenção de “civilizar” indígenas conforme o modelo de ser humano desejado por Bolsonaro. Isto é, tornar meus Parentes pessoas que vivam para consumir e explorar a natureza. Novamente o interesse é de etnocidar o Índio, aos que resistirem restará o genocídio. Em outras palavras: etnocidar e genocidar para explorar a Natureza Sagrada. Como nos dizem a sabedoria ancestral: “eles nos ensinam a rezar enquanto roubam nossas terras!” (Angatu, 03 de março de 2020).

Seguindo na explanação das medidas contra os Povos Originários do atual governo, destacamos também a Instrução Normativa nº 9/2020 da FUNAI, de 22/04/2020. Essa medida é uma outra grande ameaça por alterar o regime de emissão do documento chamado *Declaração de Reconhecimento de Limites*. Na alteração é considerada somente Terra Indígena as que já foram homologadas. Assim, mais de 237 Terras Indígenas pendentes de homologação, entre elas esta o Território Indígena Tupinambá de Olivença, poderão ser vendidas, loteadas, desmembradas e invadidas. Do mesmo modo, possibilita suspender o atendimento e as ainda restante políticas públicas aos Parentes que não estão em terras demarcadas.

Como consequência destas medidas, mesmo antes da pandemia, o atual governo criou nos diferentes Territórios Indígenas situações de conflito, como assinalamos antes através dos dados do CIMI. A Covid-19 aprofundou a já existente bio-necropolítica do atual governo com sua pulsão de morte para atender aos interesses do capital.

A atuação do governo (ou a falta dela) tem aumentado em muito o número de indígenas mortos pela pandemia. A Covid-19 virou assim mais uma arma para o genocídio dos Povos Originários, Quilombola, Negro e Pobre.

De acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), as populações Indígenas têm uma taxa de letalidade pelo vírus de 9,6% — enquanto na população em geral a taxa é de 4%. Isto vez que entre junho-julho/2020 a APIB entrou com uma ação no STF apontando a omissão genocida do governo federal no combate à pandemia entre os indígenas. Como resultado Luís Roberto Barroso no dia 08/07/2020 determinou cinco medidas ao governo para proteger indígenas da covid-19 (ISA, 12 de julho de 2020).

Mas pouco adiantou porque no mesmo dia 08/07/2020 Bolsonaro sancionou com vetos projeto aprovado pela Câmara com medidas de proteção social e prevenção contra a Covid-19 entre indígenas. Entre os vetos estava o da obrigação do governo fornecer água potável, higiene e leitos hospitalares à indígenas, justificando que o projeto não demonstrava o “impacto orçamentário e financeiro das medidas – o que seria inconstitucional”.

Salientamos que o atendimento diferenciado para as Populações Originárias resulta das desvantagens estruturais e historicamente constituídas no sentido econômico, social e de acesso à saúde e saneamento. Do mesmo modo, a maneira indígena de viver coletivamente, somada em alguns casos a falta de anticorpos, nos torna grupos de risco para a pandemia e outras doenças, como analisamos anteriormente.

Considerações finais: Autodeterminação e Protagonismo Indígena

Segundo os relatos de Parentes, os informativos das Organizações Indígenas e nossas vivências aqui na Terra Tupinambá em Olivença (Sul da Bahia), nas Comunidades onde hipoteticamente ocorreria a atuação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o que aconteceu foi: a desinformação e falta de itens básicos (como luvas, álcool gel, máscaras, produtos de higiene, alimentação).

Soma-se a este quadro o proposital descaso em relação aos indígenas que moram em cidades fora de aldeias. Os casos de contaminação e morte destes nossos Parentes pela covid-19 não são sequer contabilizados pelo Ministério da Saúde como sendo de indígenas. Esta parte da População Originária é excluída mesmo das já raras intervenções federais de combate à pandemia. O governo federal não considera assim os dados do próprio IBGE que assinalam que em 2010 dos 896,917 mil indígenas: 572.083 vivem em “áreas rurais” e 324.834 em áreas urbanas. Certamente estes números cresceram na atualidade.

Onde os autores deste texto moram (Terra Indígena Tupinambá de Olivença), no início da doença a SESAI e FUNAI quase não atuaram. Porém, destacamos que muitos funcionários destes dois órgãos, mesmo enfrentando dificuldades estruturais, realizaram atendimento, enfrentando o sucateamento promovido pelo governo Temer e aprofundado por Bolsonaro.

A solução que encontramos foi mais uma vez nos auto-organizarmos e solicitarmos apoios aos aliados e entidades que atuam na causa indígena. Por autodeterminação as Comunidades colocaram barreiras sanitárias, mas entradas de suas Aldeias para evitar a pandemia. Conforme informam as organizações do movimento indígena está foi a prática mais comum entre as várias Populações Indígenas.

Assim, mais uma vez os Povos Originários protagonizaram o enfrentamento de suas dificuldades sem contar com apoio dos diferentes níveis de governo. Neste sentido, novamente fazemos nossas as palavras das/dos Parentes Indígenas Zapatista no México:

Diante da ausência dos maus governos, chamar todas, todos, todas, no México e no mundo, a tomar as necessárias medidas sanitárias que, com bases científicas, permitam seguir adiante e com a vida perante esta pandemia.

Chamamos a não deixar cair a luta contra o feminicídio, continuar a luta em defesa do território e da madreterra, a manter a luta pel@s desaparecid@s, assassinad@s e aprisionad@s, levantar bem alto a bandeira da luta pela humanidade.

Chamamos a não perder contato humano, mas mudar temporariamente as formas

de conhecer companheiras, companheiras, companheiros, irmãs, irmãos, hermanas. A palavra e o ouvido, com o coração, tem muitos caminhos, muitas maneiras, muitos calendários e muitas geografias a encontrar.

E essa luta pela vida pode ser uma delas.

É tudo (EZLN, março de 2020).

Nesta luta pela vida, além das formas anteriormente citadas de evitar a Covid-19, o enfrentamento também ocorreu pelas curas tradicionais através das plantas, raízes, folhas, rituais, canções, rezas e pelas espiritualidades. São experiências que vem das memórias e sabedorias ancestrais através de nossas/nossos Anciãs e Anciões. A título de exemplo: por séculos no segundo domingo de janeiro os Tupinambá de Olivença fazem o ritual da Puxada do Mastro para lembrar da devastação causada pela varíola propositalmente introduzida na Comunidade pelos invasores europeus no século XVI.

Por isto que no começo deste texto assinalamos que nossa temporalidade é diferenciada. O passado se faz presente o tempo todo nos ensinando. Com este aprendizado uma outra maneira para evitarmos a atual pandemia foi colocamos em prática novamente: o isolamento em áreas distantes de onde ocorria a doença.

Aprendemos historicamente que o isolamento fez com que muitos Povos considerados extintos, como os Tupinambá, (re)existissem há mais de 500 anos de perseguições e doenças, conforme os relatos que citamos durante este texto. Mais uma vez os Tupinambá são exemplares neste sentido.

Nossos Parentes ancestrais que habitavam uma grande extensão do litoral brasileiro quando das invasões europeias e por resistirem à colonização e catequização foram fortemente perseguidos, sofrendo com as doenças dos não índios. Por isto muitos Tupinambá se isolaram nas matas e foram mesmo considerados por alguns como extintos no século XVII.

Porém, como diz uma canção entoada nos rituais Tupinambá:

Tupinambá subiu a serra
 Todo coberto de pena
 Ele foi ele é
 O rei da Jurema

Tupinambá desceu a serra
 Todo coberto de pena
 Ele foi ele é
 O rei da jurema¹⁹

19 Canção Tupinambá de Olivença (Ilhéus/Bahia) cantada durante o ritual - Porancy.

A exemplo dos Tupinambá, historicamente e mesmo na atualidade, muitos Povos Indígenas se isolam. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), o Estado brasileiro reconhece a existência de mais de 115 registros de Povos Isolados na atualidade. Vale salientar que mesmos alguns Parentes que já possuíram contato também buscam afastamento ou isolamento.

Por exemplo, a Coordenação da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA), no Amazonas, envolvendo sete Povos lançou um manifesto criticando a presença evangélica na região:

A nossa preocupação é que em pleno contexto de pandemia do coronavírus, além dos protocolos administrativos de prevenção divulgados pela FUNAI e pela SESAI, ainda há a insistência de grupos proselitistas fundamentalistas atuando com esse fim, uma atitude irresponsável e Criminosa” (Univaja, 24 de março de 2020).

Vale ainda ponderar que o isolamento ou distanciamento de muitos Indígenas (individual ou coletivamente), além das doenças, resulta também da rejeição ao modelo de civilização que era e ainda é imposto. Em algumas de nossas Aldeias aqui no Território Tupinambá de Olivença, bem como entre outros Povos, antes mesmo da pandemia a entrada de não indígenas nas Comunidades já era proibida ou somente realizada mediante autorização. Deste modo, é uma rejeição à catequização, evangelização e em relação à suposta “civilização”. Em outras palavras, (re)existência à assimilação e etnocídio.

Pensamos assim que no atual quadro de pandemia os Povos Originários oferecem inspiração por resistirem à mais de 500 anos de doenças, genocídios, etnocídios e ecocídios. Entretanto, inspiramos também por não desistirmos de nossos sonhos na busca pelos Territórios Ancestrais, Alteridade, Autonomia e uma relação de convívio respeitoso com a Natureza Sagrada até porque *Íandé Yby* Somos a Terra.

Acreditamos que nas origens desta pandemia está o desrespeito à Natureza. Ela não é vingativa, mas está se queixando dos maus tratos e nos envia poderosos conselhos através da atual pandemia. Na nossa compreensão um destes conselhos é: tratar a Natureza respeitosamente percebendo que fazemos parte dela. Algo bem diferente do que propõem o capitalismo que enxerga a Natureza com algo a ser explorada.

Assinalamos isso porque acreditamos que os sonhos indígenas não serão possíveis no atual sistema econômico, organização social e política. Caso a perspectiva de uma outra sociedade não esteja mais presente na pauta dos que lutam, sentimos que vivenciaremos novas pandemias e mais cinco séculos de (re)exis-

tências e resistências indígenas na busca pelos Territórios Ancestrais e proteção da Natureza Sagrada.

Ouvimos algumas pessoas dizerem que “depois desta pandemia, sairemos pessoas melhores” e “teremos uma sociedade melhor”. A sociedade e as pessoas já vivenciaram várias doenças, guerras, catástrofes e, em nosso caso, genocídios e ecocídios. Porém, na nossa compreensão as pessoas e suas sociedades não se tornaram necessariamente melhores.

Assim, acreditamos que para as sociedades e as pessoas serem melhores é preciso a construção coletiva e individual de um *mundo onde caibam vários mundos - ara masuí xukuí amó ara*. Sinto que todas/todos deveriam se comprometer com essa perspectiva renovada com as diferentes experiências seculares, incluindo as dos Povos Originários e dos novos movimentos sociais que afloram no campo e na cidade.

Os Povos Originários têm muito a ensinar através da forma como vivenciar a Natureza Sagrada com respeito e interação. Temos também muito a ensinar sobre o modo de viver coletivamente e sobre nossa cosmologia, bem como através de nossa secular resistência e (re)existência.

Por isso, também possuímos:

La convicción de que son muchos los mundos que viven y luchan en el mundo. Y que toda pretensión de homogeneidad y hegemonía atenta contra la esencia del ser humano: la libertad. La igualdad de la humanidad está en el respeto a la diferencia. En su diversidad está su semejanza²⁰.

Reiteramos que, em nosso tempo presente, já reside o futuro, porque *já ãandê ãané ara masuí xukuí amó aras* — somos um mundo onde cabem muitos mundos.

Referências

ANGATU, Casé (Carlos José F. Santos). “Carama suí ãemonguetás ãengaras: Carubas Moemas ãengas - (Re)Existências Indigenamente Decoloniais”. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (org.). **Literatura indígena brasileira contemporânea**: autoria, autonomia, ativismo. Porto Alegre: Editora Fi, 2020a.

_____. “Ser Esta Terra: São Paulo Cidade Indígenas”. In: **“Espaço Ameríndio: Dossiê Agenciamentos Indígenas da Forma Museu”**. Porto Alegre: UFRGS, jan./jun. de 2020b. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EspacoAme.../article/view/102699/58300>>.

20 EZLN, Ejército Zapatista de Liberación Nacional - Comandante Don Pablo Contreras y Subcomandante Insurgente Moisés. “Primera Parte: Una Declaración por la vida”. In: **Enlace Zapatista**. Das montañas do sudeste mexicano - México: EZLN, 1º de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/.../primera-parte.../#EZLN #EZLN27>>, 1º de janeiro de 2021.

_____. “Decolonizar o conhecimento e o ensino para enfrentar os desafios na aplicação da lei 11.645/2008: por uma história e cultura indígena decolonial”. In: MATTAR, Sumaya, SUZUKI, Clarissa; PINHEIRO, Maria. **A lei 11.645/08 nas artes e na educação: perspectivas indígenas e afro-brasileiras**. Paulo: ECA-USP, 2020c.

_____. “Anga Moronguetá: Indignamente Resistimos Porque (Re)Existimos Originariamente”. In: **Revista Têmpera**, vol. 01, n° 03. Grupo Têmpera, 2019, p. 06-19. Disponível em: <<https://grupotempera.wixsite.com/grupotempera/rt3>>.

_____. Um indígena vê a devastação de Bolsonaro. **Combate Racismo Ambiental**, 3 mar. 2020. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2020/03/03/um-indigena-ve-a-devastacao-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

_____.; TUPINAMBÁ, Ayra. “Protagonismos Indígenas: (Re)Existências Indígenas e Indianidades”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; ROSSI, Mirian Silva (Org.). **Índios no Brasil: Vida, Cultura e Morte**. São Paulo: IHF; LEER/USP, Intermeios, 2019a, p. 23-40.

_____.; TUPINAMBÁ, Ayra. “Decolonialidades Indígenas”. In: MESQUITA, Marcos R.; COSTA, Frederico A. (Org.). **Psicologia Política no Brasil e Enfrentamentos a Processos Antidemocráticos**. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas (EDUFAL), 2019b, p. 231-241.

ARANA, Sílvia. No Equador, a insurreição tem rosto indígena. **Outras Palavras**, 11 out. 2019. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/descolonizacoes/no-equador-a-insurreicao-tem-rosto-indigena/>>.

BATISTA, Juliana de Paula; GUETTA, Maurício. “O marco temporal e a reinvenção das formas de violação dos direitos indígenas”. **Povos Indígenas no Brasil**, 21 nov. 2016. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/O_marco_temporal_e_a_reinven%C3%A7%C3%A3o_das_formas_de_viola%C3%A7%C3%A3o_dos_direitos_ind%C3%ADgenas>.

BRASIL, República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília: República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988.

CANDAU, Vera Maria; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. “Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil”. **Educação em Revista v.26, n. 01**, Belo Horizonte, UFMG, abr. 2010, pp. 15-40.

CONSELHO Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2019**, 09 out. 2020. Disponível em: <<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contr-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>>.

_____. **Em 2019, terras indígenas foram invadidas de modo ostensivo de norte a sul do Brasil**, 20 set. 2020. Disponível em <<https://cimi.org.br/2020/09/em-2019-terras-indigenas-invadidas-modo-ostensivo-brasil/>>.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

CUSICANQUI, Sílvia Rivera. **Ch’ixinakax utxiwa**. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (Org.). **Literatura**

Índigena Brasileira Contemporânea: Autoria, Autonomia, Ativismo. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (Comandante Don Pablo Contreras e Subcomandante Insurgente Moisés). “Primera Parte: Una Declaración por la vida”. **Enlace Zapatista**, 1º de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/.../primera-parte.../#EZLN #EZLN27>>.

_____. (Comité Clandestino Revolucionario Índigena - Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional). “Palabras a los Pueblos del Mundo”. **Enlace Zapatista**, 09 ago. 2003. Disponível em: <<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/08/09/comandante-zebedeo-palabras-a-los-pueblos-del-mundo/>>.

_____. (Pelo Comité Clandestino Revolucionário Índigena - Subcomandante Insurgente Moisés). **Enlace Zapatista**, março de 2020.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

FERNANDES, Luan Vasconcelos (Entrevista). “Chile: conquistas e impasses no levante da população”. **Outras Palavras**, 30 out. 2019. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/chile-conquistas-e-impasses-no-levante-da-populacao/>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

Kopenawa Yanomami, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MBEMBE, Joseph-Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT**. Brasília: OIT, 07 de junho de 1989. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: ONU, 13 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/DRIPS_pt.pdf>.

PAREDES, Julieta. “Para descolonizar el feminismo”. **Revista de Estudios Bolivianos olivian Studies Journal** vol. 25, 2019. Disponível em: <<http://bsj.pitt.edu/ojs/index.php/bsj/article/view/232/1369>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2020.

_____. (Entrevista) O feminismo comunitário é uma provocação, queremos revolucionar tudo”. **IHU-UNISINOS**, 23 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/555380-o-feminismo-comunitario-e-uma-provocacao--queremos-revolucionar-tudo>>.

PLATAFORMA de monitoramento da situação indígena na pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no Brasil. **Instituto Socioambiental**, c2020. Página Inicial. Disponível em: <<https://covid19.socioambiental.org/>>. Acesso em: 12 de julho de 2020.

POR QUE julgamento no STF sobre parecer da AGU poder ser nova grande derrota de Bolsonaro? **Instituto Socioambiental**, 22 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/por-que-julgamento-no-stf-sobre-parecer-da-agu-poder-ser-a-nova-grande-derrota-de-bolsonaro>>.

PREZIA, Benedito Antônio Genofre. **Os Tupi de Piratininga: acolhida, resistência e colaboração**. 2008. 407 f. Tese (Doutorado) – Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

EM VÍDEO, Bolsonaro ataca índios, imigrantes e Ibama. **Rede Brasil Atual**, 12 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/12/em-video-bolsonaro-ataca-indios-imigrantes-e-ibama>>.

RESENDE, Sarah Mota. ‘No que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena’, diz Bolsonaro a TV. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 nov. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/no-que-depender-de-mim-nao-tem-mais-demarcacao-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-a-tv.shtml>>.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SAMPAIO, Theodoro. Excursão ao Rio Pardo (Bahia). **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**. Salvador: IGHB, v.51, p. 93-108, 1925.

STADEN, Hans. **Dois Viagens ao Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

SUSPENSOS efeitos de parecer da AGU sobre terras indígenas até julgamento final de RE sobre o tema. **STF.JUS.BR**, 7 mai. 2020. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442891&caixaBusca=N>>.

STF decide que condicionantes só são obrigatórias para TI Raposa Serra do Sol (RR). **Instituto Socioambiental**, 24 out. 2013. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/stf-decide-que-condicionantes-so-sao-obrigatorias-para-ti-raposa-serra-do-sol-rr>>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

TORRES, Nelson Maldonado. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Org.) **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. pp. 127-167.

TUPINAMBÁ, Ayrá (Vanessa Rodrigues dos Santos). **Território e (Re)Existência na Educação Escolar indígena Tupinambá Decolonial**: Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara (Aldeia Itapuã - Olivença – Ilhéus/BA). Orientador: Casé Angatu. 2020. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia, Itabuna, 2020.

INDÍGENAS temem proliferação de coronavírus com entrada ilegal de evangélicos na TI Vale do Javari. **CMI**, 24 mar. 2020. Disponível online: <<https://cimi.org.br/2020/03/indigenas-temem-proliferao-de-coronavirus-com-entrada-ilegal-de-evangelicos-na-ti-vale-do-javari/>>.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é”. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Org.). **Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. pp. 41-49.

VOCÊ é um aliado da causa indígena? **UOL**, 05 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/quiz/2021/01/05/voce-e-um-aliado-da-causa-indigena.htm>>.

ETNOGRAFIA DA VIOLAÇÃO DE CEMITÉRIOS EM PLANTATIONS MODERNAS DE DENDÊ

Elielson Pereira da Silva

Rosa Elizabeth Acevedo

Introdução

“Antes”, frisando o tempo precedente à pandemia de Covid-19 repleto de notícias de uma *cadeia produtiva da morte* — que mal parece finalizar com as imagens dos cemitérios e de centenas de covas apertadas com caixões e máquinas apressando o serviço de limpeza e abertura de novas sepulturas —, temos outras representações e narrativas sobre esse lugar. Limiar inconfundível entre a vida e a morte, sinaliza situações sociais, hierarquias, desigualdades de existência e de poder na sociedade brasileira. As histórias, fotografias e dignidades violentadas, não reduzidas ao tempo da pandemia, estão inscritas na comoção e na indignação do tempo presente em centenas de relatos de pessoas de cidades e povoados no Brasil.

Desse universo de representações e significados de dignidade após a vida, estamos neste texto nos referindo a quatro cemitérios da região do Alto Rio Acará (PA) e às relações intrincadas com a economia política do dendê, isto é, com empresas e atos de Estado que protagonizam os processos de apropriação, cercamento de terras, legitimação de documentos de propriedade para favorecer esse cultivo não sustentável, por sua forma devastadora da natureza e destruidora de vidas humanas.

Cemitérios diferentes em temporalidades descontínuas nas quais outros lugares de representação — *heterotopia*, na acepção de Foucault (2013) — foram estabelecidos social e simbolicamente por unidades sociais para dignificar uma expressão de grau de liberdade dos trabalhadores compulsórios na cultura de cana de açúcar; daqueles subordinados à dominação patriarcal da família Maia que dirige a exploração madeireira, da ruptura de relações sociais na década de

setenta da intrincada dominação face aos empreendimentos do dendê.

Este tempo e realidade dos cemitérios presos por documentos de propriedade e pelo dendê pode ser situado na microescala diferenciada das comunidades e que emerge na história ininterrupta dos processos sociais de territorialização e de ações de apropriação fraudulentas realizadas por empresas apoiadas em dispositivos legais e em decisões do Estado, em matéria de desenvolvimento. De que forma os quilombolas do Alto Acará identificam e significam os cemitérios na luta por preservar o lugar e o território? Como operam dispositivos legais, jurídicos e burocráticos que conformam práticas identificadas como “esbulho”, “fraude”, “grilagem” em processos movidos judicialmente contra a Agropalma S.A que implanta essa moderna plantation de dendê?

O controle e o cercamento pelas ditas “terras da Agropalma” operam engolfando os cemitérios e provocam dificuldades para seu acesso, pois como foi dito os campo-santo estão plantados de dendê. Essas realidades foram compartilhadas na primeira visita dos pesquisadores à comunidade da Balsa e Vila Palmares. O estranhamento iniciou com a primeira viagem de campo já sendo orientada por dois quilombolas para conhecer o cemitério de Nossa Senhora da Batalha, em outubro de 2019. Tal situação de pesquisa de campo¹ encontra uma conexão real, a mesma que se repete em 2020 quando os agentes sociais insistiram em ir até o cemitério para limpá-lo, acender velas, rezar, fotografar e enviar relatos detalhados em entrevistas, via WhatsApp, para os pesquisadores. Trata-se de mobilizações quase invisibilizadas que possuem sentidos e significados sobre o patrimônio coletivo, ainda que marquem diferenças com aquelas de “restauração de cemitérios”².

A *plantation* moderna de dendê provoca questionamentos teóricos. As interpretações da economia clássica sobre a *plantation* escravista colonial constroem-se dentro da tipologia — grandes extensões de terra + trabalho escravo + produto de exportação para o mercado externo. Na acepção desta nova *plantation* moderna, observam-se novas configurações que se encontram nos argumentos

1 Os eventos da pesquisa de campo organizaram-se em viagens de campo (outubro, novembro 2019), seminário, oficinas, entrevistas. Destacam-se contatos e entrevistas realizadas no período da pandemia da Covid-19 (2020 e 2021) e ainda as consultas em documentos oficiais no ITERPA. Agradecemos a Maria da Paz Saavedra pela colaboração na transcrição de entrevistas.

2 Mobilizações recentes nos Estados Unidos posicionam-se a propósito de políticas de preservação histórica e patrimonial dos “cemitérios de negros da era colonial” e da “era da reconstrução”. Os afro-americanos, especialmente os sulistas trabalham para restaurar esses lugares de memória das “comunidades de descendentes” (Mortice, 2017) e defendem sua restauração; no país estão identificados ao menos 450 cemitérios. A interpretação de ativistas do movimento enfatiza a necessidade de política de memória posicionada e que entende que “o racismo e a desigualdade que afligem aos afro americanos na vida são perpetuados na morte”.

de Machado Araújo (2012) e Mbembe (2018), autores que examina o projeto moderno colonial e afirmam que consiste em um regime bioeconômico, caracterizado pelo monocultivo em larga escala, conjugado a dispositivos raciais, ao que se convencionou denominar “agricultura racionalmente planejada”. Consiste, pois, em um regime de extração, mas também de predação e exploração.

De acordo com Machado Araújo (2012; 2020),

a plantação não é somente uma forma de agricultura, é uma instituição social e política que está na matriz geradora e na formação social das Américas e do sistema-mundo contemporâneo. O regime de plantação é um regime de relações sociais baseado na dominação e na exploração da terra e dos corpos despossuídos da terra. (Machado Araújo, 2020). Transcrição de exposição no Seminário Internacional *Nueva Cartografía Social, Pueblos, Políticas y Territorios*. Santa Marta: Universidad del Magdalena, 18 agosto 2020, s.p.).

A nova *plantation* irrompe em antagonismos sociais no interior dos processos de apropriação e mercadorização das terras subordinados ao regime da plantação. Expõe Mbembe (2017, 2018) que na sua descrição o “sistema de *plantation*” une indelevelmente trabalho, produção de riquezas, racismo, pois: “ao longo de grande parte da história moderna, raça e classe mantiveram laços de coconstituição. O sistema de *plantation* e a colônia foram, em relação a isso, fábricas por excelência da raça e do racismo” (Mbembe, 2018, p. 76). A governamentalidade bioeconômica do dendê, cujos efeitos biopolíticos e necropolíticos convergem na tentativa de elidir os modos de existência dos povos e comunidades tradicionais, reificando corpos, colonizando territórios e produzindo subjetivações alinhadas com os preceitos da brutal religião animista do capital (Mbembe, 2017).

As novas plantations desencadeiam conflitos e expõem as políticas desenvolvimentistas como expressões do neocolonialismo atual que é fortalecido a partir de megaprojetos de infraestrutura e logística referidos a diversos símbolos, dentre estes os de “corredor”, “arco”, “polígono” sinaliza Almeida (2017). Silva (2020) aborda a “governamentalidade bioeconômica da dendeicultura” que se objetiva em monoculturas territoriais e cognitivas, regimes de representação, discursos e práticas subjacentes que expõem a morte grupos sociais em posição conflitante aos agronegócios.

Neste artigo encontram-se narrativas sobre os conflitos sociais e as formas de resistências ante a violência física e simbólica cometida em inúmeras tentativas de expropriação das terras por parte da empresa, expostas enquanto “situação etnográfica” (Oliveira, 2016). Mediante o deslizamento da observação criteriosa é produzida a descrição aberta das unidades sociais dedicando

atenção à linguagem, aos lugares - as vilas Palmares e da Balsa e aos objetos, especialmente os quatro cemitérios e, necessariamente os pontos cardeais das fazendas, dos dendezaís cultivados, as bacias de rejeitos, os igarapés contaminados, os controles e a repressão. As relações sociais sob os efeitos de realidade da plantation moderna da dendeicultura cindem os quilombolas e a empresa; os quilombolas e as instituições fundiárias que cimentam as vantagens territoriais desse empreendimento no nordeste paraense.

Terras tradicionalmente ocupadas por povos tradicionais do Alto Acará

As situações históricas e etnográficas concernentes aos povos tradicionais do Alto Acará evidenciam as relações sociais que culminaram na constituição de territorialidades específicas em conflito inicialmente com a empresa colonial de extração de madeiras nobres e nas últimas quatro décadas com a *plantation* do dendê. Não obstante as diferentes contingências temporais, prevalece uma violência colonial intrínseca aos referidos modelos de exploração, fundada em processos de racialização adstritos a uma *bioeconomia*, marcada pela gestão de corpos negros e indígenas para atender interesses econômicos definidos (Mbembe, 2018).

No centro da exploração de madeira sob inspiração colonial aparece a Casa Natal, comandada pela família Maia, tendo a figura do patriarca Antônio Gonçalves Maia e de seus filhos Deolinda, Manoel Elesbão, Aída Maria e Tereziinha. Considerados um dos “clãs” mais influentes da “região”, os Maia exerciam controle econômico e político numa extensa faixa do rio, compreendida entre a cachoeira e o Igarapé Ipitinga Grande, distância estimada pelos quilombolas em mais de um dia de viagem de barco a motor. Nada escapava a esse domínio, que abrangia as múltiplas dimensões da vida social. A Casa Natal se constituía como grande entreposto para onde se dirigiam regatões provenientes de Belém e arredores com suas mercadorias (p. ex. gêneros de primeira necessidade, ferramentas, utensílios, materiais de caça e de pesca), intercambiáveis por madeira e outros produtos extraídos das matas ciliares.

Povos tradicionais situados entre a cachoeira e o Igarapé Ipitinga viviam subordinados ao regime de exploração imposto por Antônio Maia, mediante um sistema de relações ancorado em práticas de aviamento, tutela e imobilização da força de trabalho (escravidão, servidão por dívida), conforme se depreende do relato do quilombola J.

Os desbravadores do Alto Acará pertenciam à família Maia, com todos os seus envolvimento. Então quem detinha a carta de exploração das terras do Governo do

Estado era eles. Com eles veio esse pessoal que popularizou as cabeceiras do Acará, da Casa Natal pra cima. É tão certo que todo o pessoal que trabalhava nesse rio na década de 70,60,40,30, década de 20, todo esse pessoal trabalhava para essa família Maia. Então esse primeiro cemitério [do Livramento] foi criado por eles, pelos Maia. E esses Maia era que davam o aval para todos esses moradores que existiam no território, que passaram a existir, os seus pedaços de terra. Porque a família Maia tomava conta da cachoeira pra baixo. Então morava quem trabalhava pra eles. Veja bem como são as coisas: quem trabalhava pra eles, eles davam, liberavam um pedaço de chão pra ele fazer a casa, morar, criar a família dele, mas tinha que trabalhar pra eles. Então foi crescendo a população. Os que não davam conta de trabalhar, o filho já começava a trabalhar, aí o filho já tinha a necessidade de um pedaço de terra e já vinha com o pessoal dos Maia, eles já liberavam um outro pedaço de terra e assim foi crescendo a comunidade no Alto Acará. E isso não tinha branco, era negro. Então eles contribuíram para a existência desse povo na beira desse rio”.

Os pequenos fragmentos de terra manejados pelos quilombolas e ribeirinhos mediante o consentimento do fazendeiro podem ser considerados o embrião do surgimento de formas de uso comum dos recursos naturais entre os referidos grupos sociais, que implicaram no estreitamento de vínculos indispensáveis à sua reprodução física e social. Todavia, as dificuldades de acesso conjugadas ao “coronelismo” encarnado como expressão particular do Estado, permitiram com que no Alto Acará se mantivessem modalidades de exploração e de imobilização da força de trabalho intrínsecas ao regime da plantation colonial durante quase todo o século XX.

O declínio da família Maia agravado com a morte do patriarca, em 1966, e culminado na desativação da Casa Natal em meados dos anos 1980, concomitante à venda da Fazenda Galileia para a Agropalma S. A., alterou de modo substancial as relações de força existentes. Em primeiro plano, se observa uma inflexão no uso da terra, caracterizada pela substituição do modelo de extração madeireira pela implantação de monocultivos de ciclo longo. Por outro lado, se no primeiro sistema a coexistência subordinada das formas de uso comum com o empreendimento coronelista era o elemento enformador da sociedade do Alto Acará, de outro, a chegada da *plantation* moderna do dendê foi antecedida pela expropriação dos quilombolas, ribeirinhos e indígenas que viviam às margens do rio, consoante à usurpação de seus territórios.

Para tanto, os mecanismos clássicos da violência no campo foram ampla e reiteradamente utilizados. Tal como verificado em outras partes da Pan-Amazônia³, as ofensivas junto aos povos tradicionais e pequenos agricultores começam

3 O cotejamento com territórios colombianos tomados pelo dendê nos departamentos colombianos de Chocó e Antioquia e dominados pelo terror paramilitar é objeto da pesquisa de Silva (2020), especialmente na seção intitulada “A guerra do dendê na Colômbia”.

com o assédio à venda das terras sob a mira de empreendimentos do agronegócio, sob o argumento triunfalista da inelutável implantação desses projetos, que em tese impulsionariam a criação de “polos de desenvolvimento”, com oferta de empregos e oportunidades. Concomitantemente, os corretores fundiários encarregados dessas transações se esmeram em advertir aos agentes sociais acerca da natureza precária das posses por simples ocupação e do aparato jurídico à disposição de fazendeiros e empresas. Assim, vender as terras a preço vil seria a única saída. Do contrário, correr-se-ia o risco de perder tudo⁴.

Impõe-se uma atmosfera de terror psicológico, cuja gradação aumenta na medida das insurgências a este jogo perverso. Aqueles que não se rendem às sucessivas investidas são alvos de outras formas de perseguição, tais como a contaminação das águas por agrotóxicos, soltura de animais de grande porte em suas roças, impedimento do acesso a recursos de uso comum, faccionalismos, pressão de órgãos públicos aderentes a *plantations* modernas, tentativas de criminalização, ameaças de morte e atentados. Um dos episódios mais emblemáticos relacionado à expulsão dos quilombolas das margens do Rio Acará diz respeito ao Sr. de apelido Zé Baiano, que morava próximo à foz do Igarapé Urucuré. Após se negar por diversas vezes a vender as terras onde morava, foi ameaçado de morte e algum tempo depois foi vítima de uma tentativa de assassinato por parte do pistoleiro Bebezão, capixaba conhecido pela atuação na “operação limpeza” realizada para abrir caminho para o agronegócio do dendê. De acordo com relatos orais, ele teria sido contratado por fazendeiros que venderam terras para a Agropalma S.A. Mesmo atingido por vários disparos nas pernas, Zé Baiano se atirou nas águas do Rio Acará e conseguiu fugir a nado para nunca mais voltar. O antigo local de sua residência se transformou em tapera⁵, com a presença de algumas árvores frutíferas (jaqueira, laranjeiras, mangueiras), conforme presenciamos em novembro de 2019 quando ali estivemos. Atualmente, o terreno é controlado pela referida empresa de dendê.

Deste modo, gradativamente, os indígenas, quilombolas e ribeirinhos foram sendo deslocados compulsoriamente de seus territórios no Alto Acará para ceder lugar a extensos monocultivos ou a áreas averbadas como reservas

4 O Sr. J. comentou: “A partir do momento que começaram as ameaça, todo mundo foi se evadindo. Aconteceu o fato de um certo cidadão, ele sofreu sim, um atentado, inclusive ele foi ferido com uma bala na perna, atravessou o rio Acará de nado pra poder fugir da terra, pra deixar a terra pro fazendeiro disponibilizar pra vender, pra negociar com a empresa. Isso existe, ele ainda está vivo. Mas os outros, nenhum bateram de frente. Medo de morrer né? E a Lei aqui sempre foi essa: “Manda quem pode obedece quem tem juízo”. E a Lei da pistolagem sempre imperou aqui na nossa região”. (entrevista com o Sr. J., fevereiro de 2021).

5 Designação atribuída a lugares abandonados com vestígios de ocupação antrópica no passado, pomares formados por árvores antigas e sem nenhum tipo de conservação.

legais nos registros de imóveis. De acordo com os quilombolas, em 1993 teriam saído os últimos deles.

A propósito, um dos principais argumentos evocados pelo conglomerado Agropalma S.A. em suas campanhas publicitárias, relatórios de sustentabilidade e certificações internacionais diz respeito à conservação ambiental de 64 mil hectares de florestas com alta relevância em termos de biodiversidade. No entanto, três aspectos costumam ser obliterados nas narrativas corporativas. O primeiro corresponde à usurpação das terras tradicionalmente ocupadas, mediante intimidação, coação, violência e fraudes cartoriais. O segundo tem a ver com os modos de existência coletivos referidos aos grupos sociais que reivindicam a reparação de seus direitos territoriais e étnicos. O último concerne aos pedidos de autorização de pesquisa constantes em processos administrativos em andamento junto à Agência Nacional de Mineração (ANM) para prospectar a presença de bauxita exatamente nas “áreas de reserva” controladas pela empresa (Silva, 2020).

Urdiduras fraudulentas em registros imobiliários

A territorialização da dendeicultura no Alto Acará tem sido permeada por graves antagonismos sociais, inteligíveis quando se leva em conta os distintos modos de apropriação e uso dos recursos naturais. De um lado o regime da grande plantação inerente ao agronegócio do dendê se apresenta como representação idealizada de certa noção de racionalidade movida por necrosaberes⁶ que remetem a fundamentos de eficiência, economias de escala e tecnificação, sempre ávidos por romper os limites kantianos da finitude dos conhecimentos, a partir da fetichização da inovação (Laval, 2004), constantemente alargada por contínuas pressões sobre territórios ainda não capturadas pela lógica capitalista. De outro, unidades sociais caracterizadas como povos e comunidades tradicionais, cuja existência política se baseia em critérios de autodefinição (Barth, 1977), consoante fatores identitários regidos pelo uso comum e por relações de sociabilidade moldadas por códigos alheios aos imperativos mercadológicos.

⁶ De acordo com Silva (2020, p. 100), “o necrosaber constitui um neologismo, uma expressão nova decorrente de certa insuficiência teórica empregada com o intuito de descrever um campo de relações presente em domínios do saber conformadores da divisão do trabalho intelectual, que se propõem a produzir esquemas interpretativos e representações sobre o mundo social. Do ponto de vista epistêmico, o necrosaber se inscreve como *autopoiese*, ou seja, produz a si próprio em razão de si mesmo, engendrando relações e práticas constitutivas de sua associação indivisível com as distintas formas de manifestação do necropoder consumadas em fenômenos mórbidos específicos”.

No último “Relatório de Sustentabilidade” lançado em 2017⁷, a Agropalma S.A. informa possuir 107 mil hectares de terras, distribuídos em 39 mil hectares de monocultivos, 64 mil hectares de reservas florestais conservadas e 3.212 hectares “utilizados com infraestrutura, indústrias, estradas e moradias⁸”; outros 765 hectares corresponderiam a outros usos não declarados. As terras apropriadas pela empresa correspondem a quatro décadas de atuação no Alto Acará, iniciados com os projetos agropecuários da Companhia Real Agroindustrial (CRAI) e da Agropalma, financiados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com a posterior incorporação dos projetos da Mendes Júnior Agrícola do Pará (Agromendes), da Coacará, da Companhia Agroindustrial do Pará (Agropar) e da Amapalma.

O processo de expropriação iniciado a partir de 1986 por agentes do terror e da violência (fazendeiros, pistoleiros, corretores imobiliários e empresas) antecedeu a implantação de cinco plantas agroindustriais nas margens do Rio Acará e do Igarapé Turi-Açu. Este evento marca uma profunda irrupção no mundo social vivido pelos quilombolas, indígenas e ribeirinhos do Rio Acará. A representação dantesca de tal mudança é descrita pela Sra. Maria dos Santos, 79: “quando colocaram a fábrica para funcionar dona Dorothéia gritou: ‘minha nossa senhora, o mundo está se acabando!’ Já eu, me escondi dentro da juquirá com medo dos gritos do pessoal”. Analogamente à cosmologia Yanomani, era o prelúdio da *queda do céu* (Kopenawa; Albert, 2015). O relato emblemático de D.

7 *Consta nesse Relatório de Sustentabilidade da Agropalma, 2017 uma espécie de auto-declaração*: “Nenhuma de nossas operações está localizada próxima ou sobre terras indígenas ou de direito costumeiro. No entanto, temos um caso pendente desde 2012, que foi detalhado em nossos Relatórios de Sustentabilidade de 2013 e 2015. O caso é baseado em alegações de um casal de Belém que a documentação que apresentamos ao comprar a propriedade era inválida. As alegações foram conduzidas através de várias jurisdições nacionais e regionais no Brasil e uma queixa duplicada foi apresentada ao PAINEL DE RECLAMAÇÕES DA RSPO em 2012 e novamente em 2015. O caso pode ser monitorado em: <https://rspo.org/members/complaints/status-of-complaints/view/83>.”

Os tribunais brasileiros já decidiram em favor da Agropalma em duas ocasiões e o painel de reclamações da RSPO decidiu que “os autores da denúncia não apresentaram provas conclusivas que comprovem a propriedade da terra que estão reivindicando da Agropalma”. Recentemente, as autoridades locais competentes para questões fundiárias se recusaram a reconhecer as alegações do requerente. Infelizmente, não acreditamos que a resolução do caso seja iminente, pois os reclamantes persistem em envolver novas partes sem novas evidências ou documentação confiável. No entanto, continuamos comprometidos em garantir que o caso se esgote através das vias legais e de forma transparente, e desta forma, continuamos a compartilhar as atualizações do caso com nossos stakeholders. Além deste caso, também estamos cientes de que um grupo composto por moradores de diferentes povoados, municípios e estados está analisando a possibilidade de que teriam direitos costumeiros sobre a terra de nossa propriedade. Não acreditamos que exista qualquer legitimidade deste grupo sobre as terras da Agropalma, mas estamos monitorando o avanço do caso”. (AGROPALMA. Relatório de Sustentabilidade da Agropalma, 2017, 28).

8 Agropalma S. A. (2017, p. 13).

Maria evidencia de maneira pungente os traumas psíquicos sentidos pelos povos tradicionais continuamente acossados pela dendeicultura.

De acordo com os quilombolas, os deslocamentos forçados à base de assédios e intimidações culminaram na retirada total dos *beiradeiros* em 1993. Coincidentemente naquele ano teria ocorrido um grande vazamento de azeite de dendê no rio, ocasionando a morte de milhares de peixes asfixiados pela ausência de oxigênio nas águas superficiais. No entanto, não apenas as fontes de alimentação e de suprimento de água para consumo humano foram afetadas: as vilas e povoados foram esvaziados e posteriormente destruídos. Resistem às tentativas de apagamento as ruínas de casas, trapiches, igrejas, salões de festa, taperas e cemitérios, indicativos de uma vida social sufocada pela modernização devastadora da *plantation*.

O império dos pés de barro das fraudes cartorárias

Dos pontos de vista jurídico e comunicacional, a empresa tem se esmerado em enfatizar a regularidade fundiária e ambiental das operações agroindustriais, em paralelo à evocação da marcha irrefreável de sua maquinaria expansionista. No entanto, as narrativas dos agentes sociais conjugadas a observações empíricas registrados em diferentes momentos nos últimos anos descortinam acontecimentos usualmente situados na esfera do indizível, controlados sob a gestão meticulosa dos silêncios.

A concentração de fazendas registradas em nome da Agropalma conforma uma complexa teia fundiária discernível na medida em que se desnaturalizam as condições de possibilidade das representações e práticas engendradas pela *plantation* do dendê, consoante a apreensão das relações de poder presentes na particularidade do mundo social objeto desta intervenção. Indaga-se de que maneira um conglomerado econômico logrou acumular 107 mil hectares de fazendas incidentes parcialmente em terras tradicionalmente ocupadas reivindicadas por povos e comunidades tradicionais que lutam pela restituição de seus territórios violentamente usurpados.

Os processos de apropriação de terras são coetâneos à implantação da *plantation* moderna do dendê no Alto Acará no começo da década de 1980, conforme exposto anteriormente. A instalação dos empreendimentos requeria uma quantidade expressiva de hectares, visando atender as metas consignadas nos projetos agropecuários aprovados junto à SUDAM. Desencadeou-se uma “guerra” por recursos (terra, água, florestas, subsolo) fundamentada no direito,

cujos critérios de competência e saber serviram como suporte para a conversão de áreas de uso comum em propriedades privadas, por meio de registros imobiliários assentados em documentos de origem duvidosa. Não obstante, produziram não apenas efeitos jurídicos concretos, mas apoiaram a conformação do território como zona especial para o espraiamento do dendê em bases empresariais, notadamente sob a prescrição de necrosaberes agrônômicos e climatológicos.

As terras acumuladas compuseram o patrimônio das empresas integrantes do conglomerado, quais sejam a Companhia Real Agroindustrial, Agropalma, Agromendes, Companhia Palmares da Amazônia, Amapalma, Companhia Refinadora da Amazônia (CRA) e Companhia Agroindustrial do Pará (Agropar), atualmente fundidas em apenas duas companhias. Boa parte da documentação referida a essas fazendas foi registrada em Cartórios de Registros de Imóveis de Acará, Tomé-Açu, Tailândia, Belém, São Paulo e Belo Horizonte, conforme verificado ao se coligir os autos de ações judiciais que questionam a dominialidade das terras.

A propósito, em 2016, a Promotoria de Justiça Agrária da 1ª Região do Ministério Público Estadual do Pará determinou a abertura do Inquérito Administrativo nº 000628-040/2016-8ª PJ Agrária, para apurar a pertinência de denúncia formulada por José Maria Tabaranã da Costa, casado com Aida Raimunda Maia da Costa, filha do Sr. Antônio Maia. O material consistiu em seis volumes de documentos que haviam sido remetidos inicialmente à Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Pará, nos quais se apresentam evidências de fraudes praticadas por cartorários, corretores fundiários e dirigentes da Agropalma, com vistas ao esquentamento de papéis juridicamente podres, conferindo-lhes aparência de legalidade. O denunciante reivindica a propriedade das fazendas Natal, Quati, Tucumandeuá, Urucuré, Tapirateuá e Cariateuá, situadas no Alto Acará, lastreadas em títulos provisórios caducos, de acordo com o Instituto de Terras do Pará (ITERPA).

Dentre outras providências, diante do vasto repertório de indícios de grilagem apresentados, a Promotoria Agrária decidiu coligir a análise das terras apropriadas pela empresa em seis (6) blocos, descritos a seguir: 1. *Fazenda Galileia* (atualmente Agropar I): suposto cometimento de fraudes na emissão de títulos definitivos e na reabertura de matrículas, coincidentes com registros cancelados administrativamente em nome de Siloni Dias Sales, tio do fazendeiro e corretor de terras contratado pela Agropalma para atuar junto a cartórios de Acará, Tailândia e Tomé-Açu. 2. *Fazenda Porto Alto* (atualmente CRAI I, CRAI II e Agropalma): contestação de 12 (doze) títulos expedidos pelo ITERPA a mem-

bros das Famílias Miranda Cruz e Miranda Oliveira, por estarem assentados em matrícula irregular e superdimensionada subscrita pelo Cartório de Registro de Imóveis de Acará, em nome de Jairo Mendes Sales. A transcrição das áreas foi aumentada de 2.678 hectares para 35.000 hectares, representando uma variação de 1.206,95%. Alega-se que mesmo ciente da natureza fictícia das terras, o ITERPA licitou a gleba em favor de particulares, levando em conta o tamanho artificialmente documentado; 3. *Fazendas 3 Estrelas, Paraíso do Norte, Roda de Fogo, Esperança, Santa Maria, Joman e São João* (atualmente Roda de Fogo): contestação da regularidade dos registros desses imóveis, os quais foram objeto de restauração efetuada pelo cartório fictício Oliveira Santos, de Acará, e subscritos de forma ilegítima pela ex-tabeliã local em datas posteriores ao seu afastamento determinado pela Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior. Abrange 12.793,03 hectares; 4. *Fazendas Castanheira, Castanheira I, Castanheira II e Castanheira IV* (atualmente Castanheira): corresponde a 10.181,55 hectares aglutinados para fins de regularização fundiária. A situação jurídica é idêntica à do complexo de fazendas que compõem a Roda de Fogo. 5. *Fazenda Denpasa* (atualmente Palmares): o requerente contesta o título definitivo nº 93, expedido em abril de 1985 pelo ITERPA, com a anuência legislativa do Congresso Nacional, numa área de 22.547 hectares. De acordo com a denúncia, as terras teriam como origem suposta grilagem empreendida por Jairo Mendes Sales, a qual teria sido alvo de bloqueio e posterior cancelamento do registro; 6. *Fazenda Trevo* (atualmente Trevo): o questionamento quanto a essa fazenda tem a ver com a sobreposição do título expedido pelo ITERPA em 2001 com o título provisório concedido a Família Maia na década de 1940, corresponde ao imóvel rural conhecido como “Fazenda Natal”, em alusão ao entreposto situado na margem esquerda do Rio Acará. Argumenta-se que os beneficiários da regularização fundiária onerosa eram funcionários da Agropalma, que em seguida as transmitiram para a companhia.

Diante do amplo leque de questões apresentadas no bojo do inquérito civil, o MP Estadual promoveu uma série de diligências e oitivas, que culminaram até o momento na apresentação de duas ações civis públicas contra a Agropalma S.A junto à Vara Agrária de Castanhal. A primeira concerne às fazendas Roda de Fogo e Castanheira, protocolada em 2018. A segunda se refere à Fazenda Porto Alto, iniciada em abril de 2020. Os processos abrangem um conglomerado de fazendas que perfazem 57.974,58 hectares registrados em nome do referido grupo corporativo.

A ação civil pública concernente às Fazendas Roda de Fogo e Castanheira deu origem ao processo nº 0803639-54.2018.14.0015, movida em face de Agro-

palma S.A. ITERPA e IBD Certificações Ltda, elenca uma série de elementos comprobatórios acerca das fraudes fundiárias cometidas no âmbito do Cartório de Acará, das quais a empresa de dendê é a principal beneficiária, embora utilize de todos os mecanismos previstos no ordenamento jurídico para contestar as evidências apresentadas, consoante a atuação de uma das mais requisitadas bancas de advogados, especializada em defender causas de megaempreendimentos econômicos instalados na Amazônia.

A despeito dos argumentos articulados pelos advogados da empresa, em 14 de novembro de 2018 foi concedida liminar em atendimento parcial à tutela de urgência requerida pelo MP, culminando no bloqueio de todas as matrículas imobiliárias urdidadas a partir do Cartório de Acará pela ex-tabeliã afastada por envolvimento em práticas irregulares. O efeito prático da decisão consiste na impossibilidade de disposição das terras para transações no mercado. Por outro lado, os demais pedidos referidos a cessação da tramitação dos processos de regularização fundiária junto ao ITERPA, a incidência de dano moral coletivo e ao uso publicitário da certificação conferida pela Mesa Redonda de Óleo de Palma Sustentável (RSPO, em inglês) foram negados. Dano moral coletivo negado. Em 10 de agosto de 2020, o juiz titular da Vara Agrária converteu a liminar em sentença, mantendo o cancelamento das matrículas dos imóveis do bloco Castanheira, o reconhecimento das falsidades documentais alusivas à Roda de Fogo e a consequente nulidade dos atos praticados. Contudo, as negativas anteriores foram mantidas.

Quanto à Fazenda Porto Alto, em abril de 2020 o MP ingressou com ação civil pública questionando a documentação fundiária correlata aos imóveis rurais integrantes da referida gleba. Requereu a declaração de nulidade e cancelamento de registros imobiliários concernentes às atuais fazendas Agropar, CRAI I, CRAI II e Agropalma S.A. em face da empresa de dendê, do Estado do Pará, do ITERPA e da IBD Certificações Ltda. No início do mês de julho daquele ano o juiz da Vara Agrária de Castanhal concedeu a tutela de urgência, acolhendo parcialmente os pedidos formulados. Com efeito, foram bloqueadas todas as matrículas e escrituras públicas descritas na ACP, e determinado ao cartório de Acará a apresentação das certidões requeridas pela Promotoria. No entanto, as demais solicitações foram rejeitadas preliminarmente. O processo nº 0801353-35.2020.8.14.0015 encontra-se em tramitação, ainda sem definição de sentença.

Em novembro de 2019, foi editada a Ordem de Serviço OS Vistoria/DEAF/nº 37/CAF/DEAF/2019, para realização de vistoria técnica em diversos imóveis registrados em nome da Agropalma S.A., dentre os quais as Fazendas Roda de Fogo e Castanheira, alvos de ação civil pública movida pelo MP, na qual a empresa é associada à prática de grilagem de terras. Para conduzir os

trabalhos foram designados o engenheiro agrônomo Jorge da Silva Santos e o agrimensor José Eli da Costa, que estiveram em campo no período de 11 a 26 de novembro de 2019, conforme consta no respectivo processo.

No tocante à área de pretensão da Associação de Ribeirinhos e Agricultores Familiares e Pescadores da Comunidade Porto da Balsa, verificou-se que os mesmos estão localizados ao longo da Rodovia PA-256 e estão requerendo junto ao ITERPA, através do processo nº 2016/330821, a regularização em nome da Associação, de uma área aproximada de 18.203ha, 40a, 30ca (dezoito mil duzentos e três hectares, quarenta ares e trinta centiares), localizada na margem esquerda e direita do Rio Acará. Todavia, essas pessoas, não tem ocupação e nem benfeitorias, que são os pressupostos básicos do direito de posse. Portanto, não se pode considerar haver tal incidência. A área é de ocupação da empresa Agropalma, que possui ancianidade superior a doze anos, com cultura permanente e infraestrutura interna (...) durante os trabalhos de vistoria agrícola, ficou comprovada a ocupação mansa e pacífica e o beneficiamento da área requerida pelo Grupo Agropalma denominada Fazenda Castanheira, considerada uma unidade produtiva autônoma, com função social destacada, fazendo a terra ter produção agrícola perene, com preservação da reserva legal, em cumprimento ao Código Florestal, bem como gerar empregos e tributos ao Município, Estado e a União.

É o Relatório” (Eng. Agrônomo Jorge Santos, 09/12/2019, p. 1486 a 1488 do processo judicial nº 0803639-54.2018.14.0015).

A leitura do excerto do parecer subscrito pelo agrônomo do ITERPA evidencia uma sórdida tentativa de solapamento dos direitos territoriais e étnicos dos quilombolas do Alto Acará, consoante a negação do instituto das terras tradicionalmente ocupadas, substituído pelos imperativos da legislação agrária referida a outras categorias sociais, tais como as noções de morada habitual e cultura efetiva. Omitem-se os processos de expropriação e desterritorialização ocorridos nas últimas quatro décadas, que resultaram na expulsão de povos tradicionais das margens dos rios Acará, Urucuré, Urucuré-Mirim, Aiu-Açu e Turi-Açu para ceder lugar à moderna *plantation* do dendê.

Por outro lado, são utilizados argumentos triunfalistas para justificar insidiosamente a violenta apropriação de terras, considerada “ocupação mansa e pacífica” cumpridora da função social, por manter um aproveitamento eficiente mediante “produção agrícola perene, com preservação da reserva legal, em cumprimento ao Código Florestal, bem como gerar empregos e tributos ao Município Estado e a União”. As ênfases atribuídas à conservação ambiental das reservas privadas e à geração de empregos são reiteradamente evocadas para enaltecer o alegado compromisso do megaempreendimento com a “sustentabilidade” e o desenvolvimento econômico.

O parecer técnico reúne uma constelação de infâmias. Primeiramente, ao Estado e aos diferentes campos de saber não lhes é facultado classificar quem é ou não quilombola. Conforme sublinha Almeida (2006), desde meados da década de 1980 a *autoidentificação* se constituiu como elemento central da emergência de unidades sociais caracterizadas como povos e comunidades tradicionais, afirmados politicamente a partir de critérios étnicos precipuamente referidos ao uso comum dos recursos. Tais princípios estão preconizados de maneira cristalina na Convenção 169/OIT e no Decreto Federal nº 4.887/2003, onde se estabelece que a *autodefinição* é uma decisão intrínseca às comunidades tradicionais, sem qualquer tipo de tutela e/ou interferência externa. Por outro lado, o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas tem precedência ante a apossamentos privados de agricultores ou de empresas, conforme dispositivo constitucional. Portanto, nenhum fundamento oferece condições de dar guarida a esse tipo de subterfúgio na ordem de prioridades da regularização fundiária.

Também se observa a reprodução literal do mesmo texto do parecer inserido no processo de regularização fundiária onerosa nº 2017/15707, da Fazenda Castanheira, no processo nº 2017/25719, da Fazenda Roda de Fogo. Ambos tramitam no ITERPA com vários pareceres técnicos e jurídicos favoráveis à alienação das terras em nome da Agropalma, a despeito das contestações apresentadas pela família de José Maria Tabaranã da Costa e da reivindicação de titulação coletiva do território quilombola da Balsa. Entretanto, há fortes evidências do diligente empenho do Estado em regularizar as terras da empresa, conforme se depreende das manifestações jurídicas nº 021/2018-SPA/DJ e 022/2018-SPA/DJ, de 08 de fevereiro de 2018: “todavia, como é do interesse da Administração regularizar as áreas ocupadas há muito pela empresa Agropalma [...]” (ACP Roda de Fogo e Castanheira, p. 693-697). De outra parte, a cartografia do órgão fundiário oficial informa “não haver sobreposição [dos imóveis] com territórios quilombolas, ou pretensão de reconhecimento” (ibid., p. 1.179).

Um dos principais argumentos utilizados pela Agropalma S. A. nos processos diz respeito à ausência de participação de seus dirigentes e funcionários no cometimento de crimes fundiários. No entanto, isso somente é possível porque os advogados da companhia obtiveram um *habeas corpus* em favor dos senhores Antônio Pereira da Silva e José Hilário de Freitas, Gerente-Geral e Presidente da companhia, respectivamente, investigados pela Polícia Federal no bojo de um inquérito aberto para investigar a certificação de fazendas da Agropalma S.A. pelo INCRA por meio de documentos podres. O pedido amparou-se na prescrição dos crimes a eles imputados, reduzidos temporalmente à metade por se tratar de pessoas com mais de 70 anos. Ou seja, o mérito da questão não fora

analisado, mesmo estando presentes indícios de participação ativa dos envolvidos, mas tão somente o prazo prescricional das condutas.

A análise das mais de três mil páginas dos autos evidencia uma estratégia empresarial que termina por solapar os referenciais simbólicos do território: a mudança recorrente do nome das fazendas nos registros legais, mediante aglutinações caracterizadas no léxico fundiário como *remembramentos*, decorrentes da junção de imóveis contíguos. Na perspectiva dos agentes sociais, essas alterações dificultam sobremaneira a identificação precisa das nomenclaturas de áreas incidentes nas terras tradicionalmente ocupadas que conformam o território etnicamente configurado. De igual maneira ocorre com a personalidade jurídica das empresas, modificadas continuamente a partir de fusões, aquisições e reestruturações. O fato é observado na urdidura cartorial e no conhecimento dos quilombolas atentos a esses movimentos:

Rapaz, não sei nem quem começou a trocar esses nomes. Porque essas terras, o fulano chamado Saulo, sobrinho do velho Siló, foi quem entrou e comprou essas terras aí tudinho, aí depois que ele negociou e ajitou com os fazendeiros daí, foi que ele subiu e tirou os beiradeiros do rio Acará, de ponta a ponta (...) é Saulo Mendes. Ele que tirou esse pessoal de fora a fora. Quando ele chegava com uma documentação, mapa de terra feito de computador bacaninha e dizia: ‘olha a tua área tá aqui, tem tantos hectares e o valor de lá é tal’ Era assim que ele fazia, ‘nós vamos te dar tanto pra ti sair, se tu não quiser sair ... tu já sabe que aqui tudo é da empresa’”. (Senhor A., entrevista realizada em novembro de 2019).

Destruição de terras tradicionalmente ocupadas, de vilas e violação de cemitérios indígenas e negros no Alto Acará

Antes da chegada do agronegócio do dendê, os quilombolas e indígenas do Alto Acará estavam distribuídas as margens do Rio Acará. Como eles próprios relatam, havia intenso fluxo de “beiradeiros”, regatões e trabalhadores subordinados às relações de poder exercidas pela família Maia, detentora da Casa Natal, o que é referente para deslindar a etnicidade dos agentes sociais que lutam pelo reconhecimento de seus direitos territoriais⁹. No século XX, a Casa Natal é um símbolo desse modelo de exploração dos recursos naturais e da exploração da força de trabalho da região e a entrada do dendê estabelece novos mecanismos.

9 Cf. Acevedo Marin, R. E. Silva, E. P. de. Saavedra, Maria da Paz. *Comunidade Balsas no Território quilombola do Alto Acará e conflitos territoriais e ambientais com a empresa Agropalma S. A* /. Relatório Histórico Antropológico. — Belém: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia; UFPA/NAEA, 2020.

A espécie de assombração da empresa é comentada por uma mulher quilombola da Balsa (2019):

Só que tudo se acabou depois que a empresa expulsou os beiradeiros. Esse rio aqui está morto, completamente morto (...) se continuarem expulsando os agricultores o que vamos comer? A gente não come dendê. Quando morava na beira do rio tinha o que comer com fartura; hoje tenho que comprar tudo”.

Ao longo do trecho compreendido entre a foz do Rio Turiaçu e a cachoeira existiam dezenas de casas, e inclusive uma vila conhecida como Nossa Senhora da Batalha. Nas cabeceiras do Igarapé Urucuré-Mirim vivia o povo indígena Tembê-Tenetehara, atualmente disperso por conta do implacável processo de desterritorialização empreendido pelos agronegócios. Na vila da Balsa, encontramos o senhor F. indígena, que hoje se considera um “sem-terra”, após ter sido forçado a sair do território onde vivia: “colocaram todos para sair de lá, e quando acaba nem quiseram (a terra), pra ficar, só prá botar o pessoal de lá e passar pra Agropalma”. A narrativa é referida a 1965 quando na aldeia dos índios ocorreu um surto

Que eles não sabiam o que era sarampo, não eram acostumado a adoecer assim, eles caíam n’água e eles morriam. Ai, eles levavam pra enterrar lá pro cemitério de Turiaçu, só que o cemitério ficava distante, muito longe de lá da aldeia. E quando eles chegavam de volta dos enterro, já tinha 2, 3 mortos, ai não dava tempo de chegar de volta no cemitério. Ai, o que eles fizeram? Eles limpavam um lugar, um lugar que chama Itapeua e eles fizeram um cemitério lá. Ai, eles enterravam os índio, lá no Itapeua, que é conhecido como ‘Cemitério dos índios’” (Entrevista com o Sr. F).
Os que escaparam do sarampo deslocaram-se para outra margem do rio Acará e fundaram a nova aldeia Tucanosaua, conhecida como Galileia que se enfrentou ao fazendeiro Siloni Dias Sales, que plantou capim emeteu pistoleiro ... aí começaram a expulsar os índio de lá do lugar deles. Aí os índios deixaram escurecer, primeiro que eles eram medroso né? E colocaram todos os bagulho dentro do casco deles, é galinha, cachorro, o que eles tinha jogaram dentro duma canoa e subiram de rio acima e foram pra Cachoeira. Mas não demorou muito tempo, os fazendeiro começaram a subir de rio acima, ai foi que les começaram a expulsar os índios lá da cachoeira. Ai esses índios vieram pro Palmares, vieram pro uma vila que chama Palmares, ai lá no Palmares, eles ficaram lá” (Entrevista com o Sr. R).

Os cemitérios do Itapeua (antiga aldeia Tembê) e da Cachoeira eram destinados exclusivamente ao enterro de indígenas. Atualmente, o acesso é totalmente controlado pela Agropalma, que segue ostentando suas certificações internacionais obtidas às custas da expropriação e da violência.

Na Boca do Turiaçu estava o mais antigo cemitério o do Livramento, que

tem “uma significância e importância na nossa comunidade” afirmou o Sr. J, pois nele foram sepultados “os nossos ancestrais mais velho que subiram no rio Acará, ainda como escravos, e vieram à óbito, uns por velhice, outros, pela carga horária de trabalho e que dormem nesse cemitério”.

Os argumentos convergem com os movimentos de restauração e patrimonialização, o que o Sr. J. frisa:

Isso prá nós, é muito importante zelar, cuidar e manter a memória viva porque ali tá parte da nossa história. Parte da nossa história, está sepultada ali, naquele cemitério, coisa que nós não abrimos mão e que iremos lutar o quanto for preciso, pra poder preservar a memória dos nossos entes queridos, mais velho e que existem ali. Ampliam com a memória dos indígenas da antiga aldeia que estão nele sepultados e foram vítimas do sarampo”.

A partir das narrativas sintetiza-se que o cemitério do Livramento foi aberto no início do século XX. Nele localizamos o jazigo de uma criança com inscrição indicando a ocorrência do falecimento em 1928.



Foto 01. – Túmulo do menor José Gonçalves Maia, Alto Acará, 2019.

Com uma área de aproximadamente um hectare, o local foi violado pela Agropalma há alguns anos, quando decidiu destruir uma parte da área para introduzir plantas de dendê. Os quilombolas reagiram impedindo a demolição total, porém, todos os anos são impedidos de homenagear seus mortos durante o Dia de Finados. Em todas as narrativas dos agentes sociais entrevistados

registram-se referências ao Cemitério do Livramento como o mais antigo do Alto Acará. Segundo as memórias sociais, seu nascimento remonta ao início dos anos 1920. Está localizado na margem esquerda do rio às proximidades da foz do Igarapé Turi-Açu. Dista a vinte minutos de barco da Vila da Balsa. O relevo do terreno é plano, elevado a alguns metros acima do nível do rio.

Nesse *campo sagrado* é onde se visualiza o maior número de sepulturas com cruces de madeira fincadas, vestígios de monumentos necrológicos construídos com cimento e tijolo e sepulcros com lápides esculpidas em mármore. Analogamente ao verificado em cemitérios norte-americanos erigidos no contexto da *plantation*, tais evidências espelham a diferenciação social existente no Alto Acará, marcada pela transmutação da desigualdade terrena em desigualdade no espaço funerário (PEREIRA, 2007). A despeito disso, não há sinais de segregação racial em relação aos corpos ali em descanso.

as primeiras sepulturas que foram feitas, aquelas que tem os monumentos no cemitério do Livramento, aquelas foi pelo fato da pessoa ter um nível social superior aos dos demais, então a sepultura dele era diferenciada. Nesse cemitério, do Livramento, não tinha restrição, a pessoa morria, se reunia todo mundo, os que ia cavar a sepultura, fazer o caixão e enterrar o cidadão. Não tinha alguém pra liberar pra fazer o sepultamento não. Era feito coletivo, todo mundo participava, não tinha que ficar tirando ordem de ninguém, era dessa forma. (entrevista com o Sr. J., janeiro de 2021).

Um dos túmulos mais proeminentes diz respeito ao “innocente José Gonçalves Maia, nascido a 21 de setembro de 1922 [e falecido] a 20 de abril de 1928”. Recorrendo à ideia de morte pregada pelo catolicismo, a lápide descreve que a criança “foi chamada deste mundo para juntar-se à legião dos arcanjos na mansão rosêa da grande eternidade, deixando no coração de seu querido pai e irmãos uma saudade eterna”. Considerando o sobrenome e a distinção social da sepultura, infere-se que se tratava de um membro da Família Maia, detentora da Casa Natal.

A Vila Nossa Senhora da Batalha era constituída por famílias quilombolas que ali exerciam práticas sociais, culturais, religiosas e de subsistência. Do antigo porto até a vila, caminha-se por uma área de vegetação secundária até chegar ao exato lugar onde ainda se mantém fragmentos arqueológicos de objetos materiais deixados para trás por um povo despojado de seu território: esteios de casas, pedaços de madeira, cacos de telhas, piso de um salão de festas e um cemitério onde estão sepultados parte dos antigos moradores. Um dos períodos de maior movimento era por ocasião de um círio católico, cujo percurso iniciava na vila e encerrava no local onde hoje funciona a agroindústria para processamento

de cachos de dendê. Segundo os agentes sociais, o desmonte da vila iniciou por volta de 1986 mediante práticas coercitivas e de pistolagem encomendadas por fazendeiros instigados a vender as terras “limpas” de gente para a Agropalma S.A., e se completou definitivamente no ano de 1993 quando os últimos moradores foram deslocados compulsoriamente. Desde então o lugar é considerado como propriedade privada da empresa e as pessoas são terminantemente proibidas de adentrar sem autorização prévia.

Os relatos dos quilombolas indicam que o cemitério da Vila Nossa Senhora da Batalha foi criado em meados da década de 1980 para responder à questão do longo percurso de canoa a remo para se chegar ao cemitério do Livramento, por ocasião do traslado de corpos falecidos na comunidade. Eram horas descendo o Rio Acará em cortejo fúnebre, reunindo parentes, vizinhos e moradores em geral. A distância geográfica restringia o deslocamento das pessoas mais idosas para os rituais de homenagem aos mortos no Dia de Finados, além de dificultar um cuidado mais efetivo com a manutenção do *campo sagrado*.

Sr. Benonias: Porque morria uma pessoa lá, saía 11:00 h de lá pra beira.

Sra. Maria dos Santos: Chegava meia-noite de volta.

Sr. Benonias: Quando dava 5:00 h que a gente chegava lá no cemitério do Turi. A uma hora dessas, meu amigo, quando a gente ia enterrar um, a uma hora dessas a gente vinha suado. Ali vinha até bronzeado porque a gente vinha tomando uma cachaça, vinha tomando né (risos) e aí vinha embora. E aí vai daqui, vai de acolá, eu falei, o padre disse: ‘olha, o cemitério pertence à prefeitura’. Aí eu fui lá com o prefeito e ele liberou, levantemos o cemitério com esses velhos lá. Naquele tempo esses meninos eram tudo gitito aqui [aponta para os presentes]. Não sei que tamanho eles eram, eram tudo zito. Aí tá bom, viemos embora, vai daqui, vai de acolá, fundemos a escola” (entrevistas realizadas em outubro de 2019 na Vila Palmares).

As falas sublinham as dificuldades encontradas para sepultar uma pessoa no Cemitério do Livramento. A viagem durava seis horas de ida e seis de regresso, dependendo do fluxo das marés. Os corpos dos remadores eram “bronzeados” pela exposição ao sol. A cerimônia de enterro levava no máximo uma hora, pois era preciso subir o rio o quanto antes, devido a fadiga da navegação a remo. Uma das formas de suportar a exaustão consistia no uso da cachaça, que atenuava momentaneamente o desgaste físico e servia como ritual usado principalmente pelos escavadores de túmulos.

De acordo com estimativas da associação quilombola, calcula-se a existência de aproximadamente 280 pessoas sepultadas no cemitério implantado na vila, a maioria formada por negros residentes às margens do rio em fragmentos de terras doadas pela Família Maia. A escolha de um local mais acessível para

as inumações espelha também as transformações na vida social, resultantes do incremento populacional motivado pela instalação de um número maior de famílias no núcleo onde estavam situados equipamentos comunitários, tais como escola, igreja católica, salão de festas e campo de futebol. Benonias Santos, 94, considerado o quilombola mais velho do território, assim narra a relação do nascimento da Vila Nossa Senhora da Batalha com a questão dos cemitérios.

Então cheguemos praí, formemos a comunidade e tal. Cemitério, não tinha cemitério lá. Tinha lá na boca do Turi, abaixo da boca do Turi, o Livramento. Inclusive, volta lá, deixa lá, aqui tem aquela volta que chamam, aquele pução que chamam Itapeua, ali tinha um cemitério. Tinha um cemitério, ainda aparece, tá capoeirão lá a metade depois que eles botaram o mato tá pau grande lá. Um dia eu conversando com a menina lá, uma menina lá nas pedras, ela disse: “Mas seu Albenor” [ela trabalhava na Agropalma nesse tempo], eu hoje achei um (inaudível) pra lá da Galileia um pouco, de 1922’. Eu digo: ‘Mas minha filha, isso é muito velho (risos). E é de 1922? Pois eu sou de 1929’. Ela disse: ‘É, de 1922, pois eu achei esse pote com prato e cuia’ (entrevista realizada em outubro de 2019).

Boa parte dos quilombolas deslocados compulsoriamente ao longo dos últimos quarenta anos possui parentes sepultados neste cemitério: “lá eu tenho tio, tenho irmão, tenho tia, tenho avô, que estão enterrados no cemitério de N. Sra. da Batalha, aonde a comunidade também foi expropriada pela Agropalma” (entrevista com o Sr. J., janeiro de 2021). Prossegue rememorando os nomes de seus entes queridos: “o nome do meu irmão que está enterrado no cemitério N. Sra. da Batalha, o nome era José dos Santos Pimenta. O nome da minha tia que tá enterrada lá é Raimunda Barbosa dos Santos. O nome do meu tio que também tá enterrado é ... chamavam ele de ‘Cota’”. Ou seja, não se tratava de anônimos, mas de pessoas com histórias construídas no lugar, cujas memórias se busca salvaguardar diante de reiteradas tentativas de apagamento.

Benonias e seu filho Amoroso eram os carpinteiros especializados na construção de caixões de madeira para guardar os mortos em seu novo leito. Quando morria uma pessoa na vila eram imediatamente acionados para se deslocarem até a residência enlutada. Ali permaneciam por horas a fio talhando a urna, para ao final revesti-la com um pano branco chamado *murim*. Feito isso, o corpo devidamente lavado e com vestuário apropriado poderia então ser trasladado do local onde estava sendo velado dentro da casa. E o ritual continuava. Choros, orações e falas emocionadas relembavam a memória do morto. Palavras de conforto eram dirigidas aos familiares. Face a inexistência da técnica de embalsamamento, os corpos precisavam ser sepultados com brevidade. Os óbitos sequer constavam nos registros legais: “não tem certidão de óbito. Porque, na

época, esse pessoal morria, a gente ia lá, fazia o caixão, a gente organizava tudo. A gente mesmo ia lá, enterrava, não precisava levar pra ninguém, não precisava certidão de óbito, nem nada” (entrevista com o Sr. J., fevereiro de 2021).

Na chegada ao antigo porto da Batalha, por ocasião da primeira observação empírica realizada em outubro de 2019 na companhia de dois quilombolas, visualizamos restos de esteios e perna-mancas indicativos de um antigo trapiche. Após rápida caminhada pela vegetação fechada atravessando a antiga vila, logo avistamos o cemitério. Não obstante o expressivo número de pessoas ali sepultadas, apenas alguns jazigos estavam à vista por estarem circunscritos a um pequeno perímetro limpaado recentemente. O mais proeminente deles fora construído de cimento e tijolo, enquanto os demais encontravam-se marcados apenas por uma cruz de madeira fincada no solo. Todos apresentavam sinais de deterioração em função da ação do tempo. Também foi possível observar vestígios de cruzeiros espalhados no meio da capoeira¹⁰.



Figura 1 - Cemitério da Vila Nossa Senhora da Batalha;

Após a retirada dos últimos moradores e a consequente destruição da Vila Nossa Senhora da Batalha, o cemitério foi tomado pela vegetação secundária. Situada no interior da atual configuração da Fazenda Castanheira, a área passou a se constituir como reserva legal da empresa de dendê. Placas em tom de advertência foram afixadas e postos de controle implantados ao longo do rio, visando coibir a circulação de quilombolas, pescadores e ribeirinhos ao território, sob a

10 A ida a esse *campo sagrado* esteve envolta em certa tensão diante do risco de represálias por parte dos vigilantes da empresa, apoiados pela Polícia Militar. Os quilombolas avisaram que um mês antes havia ocorrido um incidente, quando seis integrantes da associação foram ameaçados de prisão por estarem adentrando em “propriedade privada da Agropolma”, quando na realidade estavam tentando limpar o cemitério para celebrar a memória de seus parentes no Dia de Finados. Segundo eles, a situação esteve a ponto de culminar em uma grave confrontação.

alegação de se tratar de “propriedade privada”. Somam-se aos agenciamentos panópticos da *plantation* o uso de *drones* e a instalação de câmeras de vigilância, manejados por seguranças contratados para resguardar o patrimônio açambarcado pela companhia.



Figura 2 - Cemitério do Livramento, invadido por denzeizais da Agropalma S.A.

Reiteradas violações são denunciadas pelos quilombolas, que se veem cercados no direito de limpar os cemitérios e homenagear a memória de seus entes queridos por ocasião do Dia de Finados. Esse tipo de terrorismo é uma derivação da estrutura econômico-psicológica dominante no Alto Acará, ancorada no racismo, “motor do princípio necropolítico, enquanto este é o epíteto da destruição organizada, o nome de uma economia sacrificial, cujo funcionamento requer, que por um lado, se reduza o valor da vida, e, por outro, se crie o hábito da perda” (Mbembe, 2017, p. 65).

E eu fui no cemitério Nossa Senhora da Batalha, na comunidade Nossa Senhora da Batalha, e esse senhor aqui, foi um dos fundadores dela no ano de 1982, e a empresa se apossou da área e destruiu a comunidade, inclusive isso está relatado num processo de documento do Ministério Público, da Polícia Militar, a polícia foi lá dentro no dia 4, foi confrontar lá com a gente, só porque eu fui olhar as sepulturas que nós precisávamos limpar, na tentativa de limpar, porque chegaria o dia de finados e ninguém pode acender velas pros nossos antepassados.

Agora imagina esse senhor bem aqui, de 90 anos [Sr. Benonias], ele não tem direito de ir no território dele, gente, ele não tem direito de ir lá no cemitério acender uma vela, onde ele enterrou um filho, onde ele enterrou um sobrinho, ele não tem o

direito. (Fala do Sr. Joaquim Pimenta, da ARQVA, no Seminário “Dendeicultura, Expropriações e Crimes Ambientais no Pará”, 11/11/2019, NAEA/UFPA)

Na situação de conflito centrada no cemitério da Nossa Senhora da Batalha são reforçados os argumentos históricos, posicionando que o cemitério do Livramento:

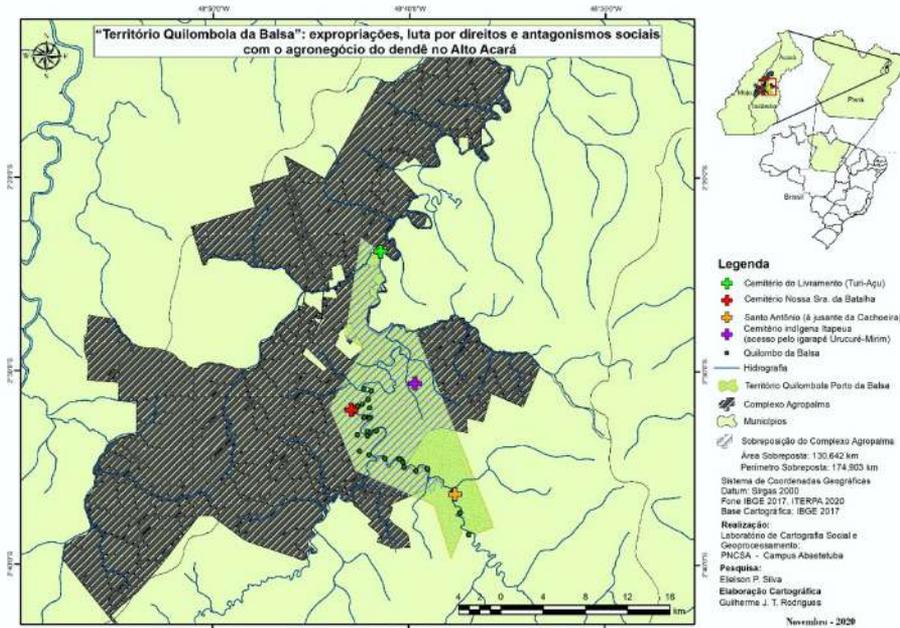
o primeiro cemitério é da primeira geração dos negros que subiu a margem do rio; o segundo cemitério, que é o da aldeia, que faz parte da história dos indígenas que foram quase dizimados por uma crise de sarampo, e por não ter um aparato, um respaldo do Estado, quase todos foram dizimados pela crise de sarampo. Já no terceiro cemitério, esse cemitério que é o de Nossa Senhora da Batalha, já é uma segunda geração, já dos anos 80, 60 pra 80, quando nós fundamos uma comunidade na década de 80 e lá tem uma outra quantia expressiva de pessoas que estão sepultados. Lá eu tenho tio, tenho irmão, tenho tia, tenho avô, que estão enterrados no cemitério de Nossa Senhora da Batalha, aonde a comunidade que também foi expropriada pela Agropalma” (Entrevista com o Sr. J. fevereiro, 2021).

O impedimento se estende à proibição de homenagear a memória de seus entes queridos. Não obstante, algumas pessoas ainda frequentam regularmente o cemitério, mesmo sob constantes intimidações. Inclusive, em outubro de 2019 o Sr. A. foi ameaçado de prisão neste local por seguranças da Agropalma, em conluio com policiais militares de Tailândia, sob acusação de “invasão de propriedade”.

Além do cemitério da Vila da Batalha, existe no alto Acará o cemitério Santo Antônio, sobre o qual enfatizaram fazer “parte da nossa história” com a singularidade de não ser apenas cemitério, pois

lá também era uma congregação da comunidade, assistida pela comunidade Nossa Senhora da Batalha, que lá também era uma comunidade. E pela distância, eu sei, muito grande, sete hora de viagem de remo, a gente sugeriu, fez reuniões e sugeriu que pudesse criar uma comunidade lá também, e lá tinha muitos negros, negros que subiram de rio acima, foram subindo, foram subindo e lá era a última moradia onde tinha a comunidade Nossa Senhora do Santo Antônio, que ficou o nome no cemitério. Lá também tem muito negros... tem pessoas da família que tão sepultadas lá e não pode ter acesso. A gente não pode ter acesso, porque a represália começa” (Entrevista com Sr. J.).

O mapa a seguir posiciona os quatro cemitérios brevemente circunstanciados no texto em relação com a pretensão territorial do “Complexo Agropalma” e as áreas em sobreposição.



Considerações finais

Na década de 2010 é definido que “O Estado do Pará será o centro da produção do dendê do Brasil” e se estabeleceram as metas, “alcançar entre 10 a 12 anos o primeiro milhão hectares plantados segundo o modelo da Malásia”. No Nordeste paraense e no Baixo Tocantins ampliaram-se as áreas de cultivo e as unidades de processamento; no total são 47 municípios inseridos no polo dendê. Por instrumentos jurídicos e políticos diversos milhares de hectares são disponibilizados no mercado de terras utilizando-se de mecanismos diversos: compra, grilagem, arrendamento de fazendas desmatadas, parcerias com agricultores familiares. (PNCISA, 2014).

As quatro últimas décadas de transformações sociais e ambientais no vale do Rio Acará especificamente provocadas pelo alastramento do cultivo do dendê (*Elaeis guineensis*) estão narradas detalhadamente pelas pessoas que vivem ou viveram, no dia-a-dia, as expulsões das terras tradicionalmente ocupadas, o desmatamento da floresta e dos capoeirões, a contaminação das águas dos rios, o emprego precário e o desemprego, e, o mais violento, o assassinato de indígenas, de quilombolas¹¹, de trabalhadores, e nestas situações criminosas observa-se o

11 O assassinato de Artêmio Gusmão em 2014 foi noticiado pela Comissão Pastoral da Terra. <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/12-conflitos/2146-lider-quilombola-e-morto-e-esquartejado-no-para>.

frequente uso de esquemas e instrumentos da máquina repressiva montada por essa empresa e de órgãos de segurança estatal contra as vozes insubordinadas que manifestam descontentamento. Muito semelhante às realidades específicas que se observam às margens dos rios Moju, Jambuaçu, Guamá, Bujaru e Capim e na malha de centenas de igarapé nas quais formaram-se sítios, comunidades, povoados e vilas; muitos deles, experimentam as tensões e conflitos sociais de serem inseridos, contra ou com vontade, na alternativa do monocultivo.

A partir das narrativas dos entrevistados e de observações *in loco* na região do Alto Acará denotam-se as estratégias do “Grupo Agropalma” para “adquirir” as terras. *Essa notícia vincula-se as informações que contestam a legitimidade desse domínio.*

Mediante contato com as famílias, organizadas na Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade da Balsa Vale do Acará teve-se o conjunto de relatos sobre a gravidade do vazamento de aceite e o silenciamento pela imprensa local, houve manifesto interesse de debater o assunto e com essa finalidade foi organizado o Seminário: Dendeicultura, expropriações e crimes ambientais no Pará, realizado no dia 11 de novembro de 2019 entendido como a oportunidade para discutir questões como os crimes ambientais praticados por grandes empresas e os danos ambientais que prejudicam a qualidade da água na região do monocultivo do dendê. As interdições impostas aos quilombolas, ribeirinhos e indígenas de pescar, caçar, extrair frutos, madeiras estende-se para circular e chegar aos cemitérios. Persiste a proibição de acesso dos quilombolas, indígenas e ribeirinhos aos locais de inumação, em vista do assédio praticado por seguranças da empresa e pela força policial do Estado. Nos meses antecedentes ao Dia de Finados do ano passado novamente a situação se repetiu. Mais uma vez os quilombolas foram impedidos de exercer o sagrado direito de homenagear seus mortos. Em termos concretos, a necropolítica da plantation moderna do dendê rompe com várias convenções sociais, inclusive, com um dos direitos elementares da guerra, consagrado desde os tempos da tragédia grega Antígona, de Sófocles: o de sepultar os mortos. Mbembe (2018, p. 240) já afirmara que “o capitalismo racial é o equivalente de uma vasta necrópole. Ele se baseia no tráfico dos mortos e das ossadas humanas”.

Em meados dos anos 2000, maquinários pesados da Agropalma adentraram o cemitério do Livramento e removeram parte dos túmulos, assim como das cruzeiras e artefatos que os marcavam, com o objetivo de plantar mudas de dendzeiros no local. Apesar de inexistir qualquer tipo de esquadrinhamento tecnicista comparado aos jazigos privados, todos memorizavam onde cada parente estava sepultado. Após tomarem ciência da destruição em curso, os quilombolas se mobilizaram e confrontaram os responsáveis. Retirou-se as máquinas, mas em

torno de 1/3 do cemitério foi destroçado e atualmente se converteu em monocultivos, igualmente ao que ocorre no Camarões¹² e em outros países da África.

A multiplicidade de violências simbólicas cometidas em face dos povos tradicionais do Alto Acará representa um duro ataque à memória de seus entes queridos e aos rituais herdados dos ancestrais africanos. Conforme sublinha Peireira (2017), na cosmogonia banto os muzimos correspondem a assombrações que perturbam os vivos quando os rituais mortuários deixam de ser devidamente respeitados. Na realidade social investigada, os muzimos haverão de despertar, incomodando os agentes do poder noturno responsáveis pela profanação dos lugares sagrados onde os mortos deveriam descansar em paz.

Referências

ACEVEDO MARIN, R. E.; SILVA, E. P.; SAAVEDRA, M. P. **Comunidade Balsas no Território quilombola do Alto Acará e conflitos territoriais e ambientais com a empresa Agropalma S. A.** Belém: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia; UFPA/NAEA, 2020.

AGROPALMA. **Relatório de Sustentabilidade da Agropalma**, 2017.

ALMEIDA, A. W. B. “Inconclusão não significa paralisação”. In: Almeida, A. W. B. et al. **Megaprojectos, actos de Estado, pueblos y comunidades tradicionales**. II Seminario Internacional Megaprojetos, atos de estado, povos e comunidades tradicionais. Cali: Programa Editorial Universidade Autónoma do Ocidente, 2020. pp. 27-36.

_____. Identidades, territórios e movimentos sociais na Pan-Amazônia. In: ACEVEDO MARÍN, R.E.; ALMEIDA, A.W. B. **Populações tradicionais: Questões de terra na Pan-Amazônia**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2006.

ARÁOZ, H.M. “Los dolores de Nuestra América y la condición neocolonial. Extractivismo y biopolítica de la expropiación”. In: SVAMPA, M. et al. **Movimientos socioambientales en América Latina**. *Revista del Observatorio Social de América Latina*. Ano XIII, nº 32, nov. 2012. pp. 51-66.

_____. Cartografias sociais y cambio climático. In: **Seminario Internacional Nueva Cartografía Social, Pueblos, Políticas y Territorios**. Santa Marta: Universidade de Magdalena, 18 ago. 2020. 1 vídeo (5h38m44seg). [Live]. Disponível em: <https://www.facebook.com/AntropologiaUnimag/videos/vb.318609848793622/617334365838795/?type=2&theater>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BARTH, F. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

FOUCAULT, M. **O corpo utópico: as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

12 Ver <https://news.mongabay.com/2020/06/how-the-legacy-of-colonialism-built-a-palm-oil-empire/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LAVAL, C. **La escuela no es una empresa: el ataque neoliberal a la enseñanza pública**. traducción Jordi Terré. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S.A, 2004.

MARÍN, R. E.A; BACKHOUSE, M. (Org.). Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Belém, **Boletim Informativo**, n. 9. A Guerra do Dendê. set. 2014.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MORTICE, Z. Negligência perpétua: a crise da preservação dos cemitérios americanos. **Place Journal**, mai. 2017. Disponível em: <<https://placesjournal.org/article/perpetual-neglect-the-preservation-crisis-of-african-american-cemeteries/?cn-reloaded=1>>. Acesso em: 23 jan.2021>.

NARA JÚNIOR, J. C. **O Cemitério de Pretos Novos de Santa Rita: História social e Arqueologia da transição no complexo escravagista do Rio de Janeiro setecentista**. Orientadores: Flávio dos Santos Gomes e André Leonardo Chevitaese. 2019, 376 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Rio de Janeiro, 2019.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2016.

PEREIRA, J.C.M.S. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, IPHAN, 2007.

SEMINÁRIO Internacional Nueva Cartografía Social, Pueblos, Políticas y Territorios. Santa Marta: Universidade de Magdalena, 18 ago. 2020.

SILVA, E. P. **Necrosaber e regimes de verificação: governamentalidade bioeconômica da plantation do dendê no Brasil e na Colômbia**. 2020, 100 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. 2020, Belém, 2020.

Documentos consultados:

Ação Civil Pública Cível nº 0803639-54.2018.8.14.0015 – Fazendas Roda de Fogo e Castanheira (1.601 p.)

Ação Civil Pública Cível nº 0801353-35.2020.8.14.0015 – Fazenda Porto Alto (1.447 p.)

Interdito Proibitório nº 0001759-31.2016.8.14.0015 (572 p.)

Espelho Processo nº 2017/25707 - Fazenda Castanheira (6 p.)

Espelho Processo nº 2017/25719 - Fazenda Roda de Fogo (5 p.)

Espelho Processo nº 2016/330821 - Associação Quilombola da Balsa (3 p.)

TERRITORIALIDADE DO PODER¹

Ana Esther Ceceña

A política territorial ou a geopolítica, se sempre foi fundamental, nos tempos recentes adquiriu um caráter absolutamente estratégico. Neste capítulo, exploramos as principais razões desse fenômeno que marca os rumos e os conteúdos da dinâmica sistêmica, assim como as relações e hierarquias internas de poder.

Para argumentarmos sobre a importância da geopolítica, serão abordados três elementos centrais: a concepção de território e territorialidade como construção dos modos de vida; as dimensões e os conteúdos do processo global de reprodução material; e o lugar do território na definição das condições de competição econômica e da hegemonia mundial.

Agrega-se um balanço da crescente intervenção de instrumentos e óticas militares na batalha pelo controle dos territórios, colocando-se acima das visões e habilidades dos mercados.

A hipótese sustentada ao longo do trabalho é que a disputa de territórios tem um caráter vital no capitalismo contemporâneo, e que isso leva à militarização das estratégias de poder e à construção da hegemonia.

Introdução

Na longa história do capitalismo, o planeta mudou substancialmente sua fisionomia. Nos mais de quinhentos anos de seu desenvolvimento como sistema de organização planetária, os territórios originais foram redesenhados a partir

¹ Este trabalho é parte do projeto *Economía y guerra en el siglo XXI* (PAPIIT IG300318). Agradecemos ao apoio do DGAPA, UNAM. Publicado em espanhol na revista *Inclusiones*. <http://www.archivos-revistainclusiones.com/gallery/11%20vol%205%20num%204%202018revistafronteraoctubredeciembrev%20inclu.pdf>.

Tradução: Raphael Castelo Branco da Silva.

das mudanças nas formas de vida e do estabelecimento das chaves epistemológicas da modernidade.

Um dos sinais mais visíveis da transformação material e conceitual dos territórios aparece vinculado ao paradoxo capitalista do desenvolvimento da vida mediante uma devastação crescente que a nega, em um movimento que tende a acelerar-se, notavelmente, desde meados do século XX². Hoje, as taxas de extinção ou de ameaça de todos os grupos de espécies vivas registram porcentagens de alerta. De acordo com a lista vermelha da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN)³, isso ocorre com 63% das palmeiras, 41% dos anfíbios, 33% dos recifes de corais, 34% das coníferas, 25% dos mamíferos e 13% das aves, pelo menos, dentro das espécies conhecidas.

Desde o ano de 2010, a *World Wildlife Foundation* (WWF)⁴ está insistindo no fenômeno da translimitação ecológica, que indica um ritmo de utilização da natureza superior ao que ela necessita para reproduzir-se. Em seu boletim *Planeta Vivo*, a WWF calcula que a translimitação alcança já os 50%, de maneira que se podem prever altos níveis de extinção.

Simultaneamente, em 2009, a IPCC identifica as três últimas décadas como as mais quentes da história desde 1850⁵ e a causa fundamental foram as emissões de CO² que, desde então, não param de aumentar (IPCC, 2014). O ano de 2035 foi apontado como o momento de clivagem entre o risco possível de se lidar e o desastre irreversível. Os alarmes para o derretimento dos polos dispararam com mais força a cada dia. Este feito provoca profundas mudanças nos modos de vida de muitas espécies, que são obrigadas a buscar formas de adaptação em ritmos acelerados, ao mesmo tempo que marca um futuro

2 Segundo o *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), “Warming of the climate system is unequivocal, and since the 1950s, many of the observed changes are unprecedented over decades to millennia”. IPCC, Mitigation of climate change. Working Group III Contribution to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change (Genebra, IPCC, 2014). No mesmo sentido, apontam as avaliações realizadas por Glen Green y Robert Sussman, “Deforestation History of the Eastern Rain Forests of Madagascar from Satellite Images”. Em *Science*: 248 (1990); John McNeill, *Algo nuevo bajo el Sol. Historia medioambiental del mundo en el siglo XX*. (Madrid: Alianza Editorial, 2003); IPCC, Cambio climático, 2013. Base de ciencia física. (Genebra: IPCC, 2013); Global Footprint Network, Ecological Footprint Atlas (Gland: GFN, 2009); World Wildlife Foundation. Living Planet Report 2016. Risk and resilience in a new era (Gland: WWF International, 2016).

3 International Union for Conservation of Nature, The IUCN Red List of threatened species. (Suíça: IUCN-SSC, 2015).

4 World Wildlife Foundation. Planeta Vivo Informe 2010, Biodiversidad, biocapacidad y desarrollo. (Gland: WWF, 2010).

5 “Since 41 % of CO₂ emissions come from energy generation (EPI), electricity consumption has increased 342% between 1965 and 2008, while oil production has increased 822% between 1950 and 2008” (IPCC, 2009: 39).

peremptório para os habitantes das ilhas. Epidemias e pragas também são resultado imediato do desequilíbrio gerado pelo aquecimento, sem condições para serem controladas.

Uma das dimensões da devastação ecológica diz respeito diretamente a espécie humana. Neste campo, para além do risco de quase desaparecimento das ilhas, possivelmente o fenômeno mais revelador do grau de catástrofe alcançado é o da migração. Para 2015, a *International Organization for Migration* (IOM) registrou 244 milhões de migrantes internacionais, representando 3,3% da população mundial, e 740 milhões de migrantes intra-nacionais, causando um aumento no percentual de 10%⁶. Considerando o crescimento indiscutível dos fluxos de migrantes desde aquela data, e o caráter clandestino e ilegal de boa parte do mesmo, caberia estimar uma cifra sensivelmente superior para 2018, e com tendência de aumento. As estimativas mensuradas apontam para um quinto da população mundial em situação de deslocamento.

As territorialidades

Nesses mesmos quinhentos anos, a *sociedade mundial* ganhou dimensão. O planeta configurou-se como o globo terrestre nas mentes dos precursores da geografia e os territórios adquiriram um sentido integrado. Modificaram-se os modos de vida e, em contrapartida dos mesmos, também os modos de intervir ou cuidar — e negligenciar — os territórios. A materialidade, a territorialidade e as dinâmicas de vida e morte, assim como as cosmovisões e a concepção de tempo, mudaram, dissolveram-se, resistiram, integraram-se e reinventaram-se desde então, ora produzindo cruzamentos, ora mantendo tensões e fronteiras.

O próprio modo capitalista de organizar a vida é erguido sobre a base de um conjunto de condições e circunstâncias diversas que se contrapõem e se combinam para dar lugar a uma totalidade heterogênea e polarizada, cujo funcionamento global depende tanto das diferenças quanto das fusões, das regularidades e das homologações.

Após mais de quinhentos anos de uma corrente totalizante do sistema-mundo capitalista, e justamente pelo fato de que sua marca de desestruturação e devastação era mais poderosa do que sua capacidade integradora, diferentes territorialidades, às vezes opostas, às vezes somente coexistentes, emergem como possibilidades de organização da vida com uma perspectiva de futuro.

⁶ International Organization for Migration. World migration report 2018. Suíça: IOM, 2018.

Território e territorialidades

Não é minha intenção revisar as diferentes concepções sobre o território nem entrar, no momento, em discussão com elas. A gama é ampla e vai desde uma aproximação mais objetual que o entende em virtude de sua utilidade, até um conjunto de aproximações que, marcando diferenças e matizes, o entendem como criação histórico-social⁷.

Meu propósito é apresentar minha própria perspectiva não só sobre o conceito de território, mas também sobre o de territorialidade, como uma construção sócio-histórica e geopolítica derivada das relações de poder e das dinâmicas epistemológicas sistêmicas. Nesse sentido, é importante salientar que, na minha visão, o território está longe de ser um pedaço de terra. Não é um objeto, não é uma figura estática nem uma dimensão física. O território não *é*, ele *se faz*. É uma criação, um *constructo*, tem um sentido profundamente político. Compreende dimensões físicas, bem como outras intangíveis derivadas da experiência, da percepção, do cotidiano e das longas e curtas histórias de grupos sociais e da humanidade em seu conjunto. O território é criado na prática, e é desenhado na profundidade do senso comum forjado coletivamente, e se configura levando em conta as múltiplas interações entre seus componentes. O território não é apenas desenhado e traçado, ele *convive*, e é o resultado de relações intersubjetivas de diferentes níveis e características que o moldam e, ao passo que transcorre esse processo, transformam-se a si mesmas. A territorialidade é feita a partir da interação entre territórios cognitivos, biológicos e físicos. O território é um feito político. É a expressão concreta, física e simbólica das diferentes experiências de vida em sociedade.

Sendo assim, o território possui configurações diversas. Não é um concreto universal, pois apresenta todas as variantes que emanam de geografias e histórias diferentemente especificadas. Cada uma das culturas *territorializadas* ou territo-

7 Faço referência somente a alguns dos trabalhos que deveriam ser considerados em um estado da arte sobre a questão. Desde os clássicos, como Henri Lefebvre, *Espacio y política* (Espanha: Península, 1976), aos contemporâneos: Carlos Walter Porto-Gonçalves, *Territorialidades y lucha por el territorio en América Latina. Geografía de los movimientos sociales en América Latina* (Venezuela: Editorial IVIC, 2009); Bernardo Mançano, “Sobre a tipologia de territórios”. Em: *Territórios e territorialidades. Teorias, processos e conflitos*, editado por Marcos Aurelio Saquet e Eliseu Savério Sposito (Rio de Janeiro: Consequência, 2015); Rogério Haesbaert, O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade (Brasil: Bertrand, 2004); Rogério Haesbaert, *Da multiterritorialidade aos novos muros: paradoxos da desterritorialização contemporânea* (Brasil: Universidade Federal Fluminense, 2011); Marcelo Lopes de Souza, “Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental?”. Em: *Territórios e territorialidades. Teorias, processos e conflitos*, editado por Marcos Aurelio Saquet e Eliseu Savério Sposito (Rio de Janeiro: Consequência, 2015).

rialidades é produto ou produtora de uma concepção do mundo, do cosmos, da vida e da morte, das relações, da política, *do* ou *dos* sujeitos do processo social. Tudo isso contribui para forjar modos de vida particulares ao mesmo tempo em que, cada modo de vida, na evolução histórica, vai modificando-se e vai mudando suas percepções a partir da experiência e do conhecimento da realidade. O material e o social interagem. Por isso, apesar do peso material e simbólico da vertente totalizante, ou globalizante, se visto em termos espaciais, é preciso descobrir as territorialidades ocultas, que revelam diferentes visões de mundo, costumes, histórias, epistemologias e modos de vida diferentes, e que frequentemente entram em conflito.

Territorialidades da dominação

Desde que o capitalismo se constituiu como um sistema mundial, visivelmente vem sendo imposta uma territorialidade totalizante, marcada pela objetivação paulatina da sujeição do vivo: o *natural*, o metafísico e o subjetivo são reduzidos a dimensões comensuráveis equivalentes às dimensões físicas que são calculadas por seu peso, tamanho ou valor. Frases como “a natureza a serviço do homem” ou “a dominação da natureza pelo homem” surgem como banalidades explicativas da dinâmica geral de ordenação. O mesmo vale para os seres vivos que não são humanos como para a *natureza humana*, no marco de uma concepção em que o sujeito se individualiza: não há intersubjetividade, não há pluralidade de sujeitos, mas ação do sujeito único sobre o *objetivo-objetivado*.

A universalização forçada da territorialidade capitalista, violentando modos de vida, usos do espaço e do entorno físico e, em geral, o *habitus*⁸, só é possível através do conflito ou das diferentes modalidades de guerra: a conquista da América, o saque da África, ou os múltiplos casos de disputa territorial na atualidade.

Apesar da tremenda complexidade e sofisticação dos processos sociais contemporâneos e do complexo encontro ou conflito de territorialidades — ou mesmo semiterritorialidades⁹ que produzem desdobramentos múltiplos nos terrenos e âmbitos das relações sociais — a dimensão territorial segue sendo a base para a produção da materialidade, da organização da vida e, com ela, da política e da disciplina social. A materialidade social é construída não só transformando

8 Pierre Bourdieu, *Leçon sur la leçon* (Paris: Éditions de Minuit, 1982).

9 Aludimos às estruturas ou formações sociais vigentes e reconhecíveis, mas parcialmente destruídas pelos conflitos de territorialidades. Ver Luis Tapia, *La condición multisocietal* (La Paz: Muela del Diablo-CIDES-UMSA, 2002).

ou potencializando os componentes físicos do conjunto, mas também invalidando sujeitos que são adicionados ao estoque do manipulável, do *objetivado*. Esse é o caso de elementos sociais *anormais*¹⁰, *dissidentes* ou *indisciplinados* da sociedade, que a mesma está obrigada a corrigir, reprimir ou aniquilar, tornando-os assim úteis, ou descartáveis em virtude de sua proximidade com as definições do que é *necessário* ou *excedente* dentro da máquina sistêmica.

A disputa pelas territorialidades é uma disputa de sentidos, uma disputa epistemológica. Envolve desde o nível mais abstrato do entendimento e organização da vida até o mais concreto e específico. O território é o âmbito fundamental e estratégico da reprodução geral e na concepção do território e do político, onde encontra-se o nó fundador das relações de poder, das chaves geopolíticas, das dinâmicas de ocupação e das possíveis pistas de bifurcações sistêmicas.

Poder e territórios

O modo de ser do capitalismo, a territorialidade que ele constrói e seu caráter imanentemente expansivo supõem na objetivação uma submissão absoluta que se converte, no limite, no aniquilamento (*ver supra*). Está presente na negação do outro da competência; no estabelecimento da *anormalidade* social como uma leitura da diversidade ou dissidência; na implantação da guerra como meio *justo e socialmente sancionado* de coesão social e na delimitação do *político* como espaço de expressão da cultura dominante.

Entretanto, tanto o exercício do poder quanto a geração de riquezas materiais e sociais tiveram no século XXI uma enorme quantidade de mediações. Embora cinco séculos de totalização do processo social como um todo não tenha conseguido eliminar completamente os modos de vida alternativos, que de algum modo mantêm-se em disputa, sua sofisticação tende a envolvê-los em redes cada vez mais difíceis de *desmontar*. A complexidade da sociedade contemporânea cria territorialidades abstratas, enquanto a ação direta do capital, principal sujeito protagonista, mantém níveis de concretude brutais e extirpadores, relacionados à sua necessidade de converter em objeto de valorização todo

10 Destacam-se aqui os trabalhos e reflexões de Michel Foucault, que abriu uma trilha importantíssima para a compreensão dos fenômenos relacionados com o exercício do poder e o funcionamento da sociedade capitalista. Não há maneira de entender o mundo contemporâneo desconhecendo ou desvalorizando essa vertente de análise. Ver, por exemplo, Michael Foucault, *La microfísica del poder* (Madri: La Piqueta, 1992 [1977]); Michael Foucault, *Vigilar y castigar* (Argentina: Altamira, 1996); Michael Foucault, *Un diálogo sobre el poder y otras conversaciones* (Madri: Alianza, 2001).

componente do entorno. A violência simbólica e subliminar dos encantadores de serpentes se combina, nesse processo, com a prosaica tarefa de saque e devastação multiplicada pelo progresso tecnológico.

O quinto centenário, tão carregado de simbolismo, tão propício ao surgimento de culturas e sociabilidades ocultas e resistentes, parece ter por fim marcado o momento da mais profunda devastação cultural como jamais tinha sido conhecido. O imaginário capitalista parece ter finalmente conseguido desmontar os códigos e epistemologias da resistência, do *outro conhecido*. A profundidade das chaves do pensamento capitalista, sustentada por uma materialidade implacável que não deixa lugar a dúvidas por se manifestar em objetos, imagens, sons, práticas, sentidos, sensações e emoções, chegou ao momento de esvaziar os sentidos e cosmovisões diferentes, seja pelo fascínio, pela destituição total da memória e referências, pela desestruturação física ou epistemológica das comunidades de sentido, pela incorporação integracionista precária ou por uma combinação de todos esses processos.

Constrói-se a territorialidade capitalista por meio da apropriação do território físico, do território biológico e do território cognitivo. Os ritmos e modos de intervenção e de dominação em cada um deles e a combinação dos três derivam de sua complexidade específica e dos instrumentos (tecnologia) desenvolvidos com tal propósito.

Quinhentos anos de desenvolvimento do capitalismo, da criação de seu próprio modo de ser — o modo de produção especificamente capitalista, como assinalava Marx — de invenção-apropriação-adaptação tecnológica, exibindo uma capacidade produtiva imparável e um conveniente sistema hierárquico de poder, e a construção de um imaginário e de códigos sociais e culturais tão deslumbrantes e atrativos quanto asfixiantes e autoritários, têm sido suficientes para levar ao limite suas virtudes e perversões. Seu tremendo vigor corresponde-se com sua letalidade.

A contradição vigor-letalidade que emerge com toda evidência no processo de translimitação ecológica tem sua contrapartida no terreno social com o profundo choque-destruição cultural *dos outros*, simultâneo ao esvaziamento civilizatório do próprio capitalismo como sistema de vida.

O planeta levou mais de quinhentos anos, pelo menos, nesse processo, mas nunca antes, a capacidade de apropriação-transformação tinha chegado aos níveis alcançados na segunda metade do século XX. A tecnologia, a concentração do poder e a criação de um marco legal engessado e impune lograram romper as fronteiras e os equilíbrios da reprodução.

Dadas as condições irreversíveis da catástrofe ecológica e do esvaziamento civilizacional capitalista, as relações de força têm sido impostas aos mecanismos de geração de qualquer tipo de consenso. Ou seja, a liberdade — de mercado e de propriedade, no sentido mais amplo —, que permitiu fazer do disciplinamento social uma espécie de acordo de senso comum, já não garante mais as condições de reprodução do sistema de poder, sendo imprescindível a aplicação da força, seja na ditadura tecnológica como na militarização de todos os âmbitos das relações sociais. Tecnologia e força, próprias da visão geopolítica do mundo, são os elementos centrais para intervir nos territórios e realizar, portanto, uma disciplina adequada ao processo de reprodução sistêmica. Suas formas e espaços de concretude, embora busquem abarcar todo o espectro, geralmente se apresentam de maneira fragmentada. Encaminham-se da mesma forma os chamados programas de *desenvolvimento*, como nos resgates conservacionistas da *natureza* ou *cultura*. Programas linguísticos com viés culturalista; educação com conotações “modernizadoras” para gerar “competitividade”; transferência de tecnologia sem considerar os objetivos específicos de aplicação na comunidade, suas próprias experiências e as condições da região; modas ou a adoção de estereótipos que deterioram ou deslocam os costumes e expressões culturais autóctones; programas de segurança com reforço policial; militarização explícita; cercamento de terras, desapropriações ou privatizações; fumigações; deslocamentos ou outros. O *militar* não é um terreno da política; é uma forma de pensar a política.

O espectro político

Dentro desta linha e na visão e linguagem militar que se impõem como coluna vertebral da prática capitalista contemporânea, abranger o espectro completo garante a infalibilidade. Assegura que nenhum flanco seja exposto ou esteja em situação de vulnerabilidade. Ou seja, corresponde a uma espécie de *planejamento científico* para a manutenção e expansão da dominação. Se em sua versão mais elementar a missão militar refere-se ao cuidado e salvaguarda do território físico, na medida em que os processos políticos e as relações sociais se tornam mais entrelaçados e complexos, as disputas pelo poder tendem a estender e sofisticar as responsabilidades militares.

O militar converte-se no eixo ordenador do processo geral de reprodução capitalista, dado que o poder de persuasão do mercado é francamente insuficiente diante dos elevados níveis de resistência, degradação e desordem social

decorrentes da despossessão, precarização e exclusão geradas pelo chamado *progresso*. A inovação tecnológica e a concentração de capital, duas derivações da economia de mercado, são simultaneamente dois gargalos que limitam sua expansão. O mercado é cada vez menos capaz de garantir a disciplina social das populações às quais nada se oferece, submetidas a salários miseráveis ou mesmo sem pagamentos, graus escassos de cidadanização, carentes de atenção ou serviços públicos, onde as condições de reprodução autônoma e direitos políticos são cerceados.

A despossessão alcançada nestes momentos de desenvolvimento tecnológico é surpreendente: quanto maior for a capacidade de produção, menos difundida ou mais precária, relativamente, é a capacidade de consumo; a chamada *demanda efetiva*, ou seja, o acesso real ao consumo, se reduz ou se empobrece de maneira drástica, proporcional e continuamente.

A redução da capacidade ou qualidade de consumo, que resulta do desenho prático da materialidade do capitalismo em sua versão hegemônica, está relacionada ao exercício e amplitude dos direitos políticos, aos níveis educacionais, à delimitação das esferas da política e a subjetividade das entidades sociais. Relaciona-se também ao caráter das novas mercadorias que vão incorporando-se, substituindo os anteriores e modificando o perfil de consumo. Precarização é tanto a substituição de alimentos naturais por transgênicos ou artificiais, mesmo que em quantidade equivalente, como a personificação da saúde com fármacos ou o intercâmbio de ação política e sujeição por armas. São todos campos de uma guerra (disciplina/aniquiração), com modalidades distintas e combinadas.

Inevitavelmente, a dominação implica submissão, que não provém apenas do roubo ou manipulação da consciência, da construção de um consenso dessujeitado, mas da simultânea fragilização das condições materiais e culturais de reprodução social. A submissão pode ser — e de fato é — trabalhada em diferentes terrenos e adota formas variadas, algumas mais brutais e outras sutis. A desapropriação absoluta seria equivalente a total dessujeitação que gera caixas vazias e sem forma; continentes disponíveis, vazios, à espera de serem dotados de sentido e conteúdo.

Essa “dessujeitização” opera também nos territórios; nessa totalidade onde é possível a socialidade ou as socialidades humanas. Dobrar a consciência é suplantando a visão do mundo ou, ao menos, confundi-la ao romper suas referências. Dobrar um território é mudar os modos de vida, os entrelaçamentos e ordenamentos funcionais, a ecologia do conjunto. Ocupar territórios, *conquistá-los*, colonizá-los, é procurar “dessujeitizar” os mesmos, por retirar a vontade e a vida própria, por transformá-los do mais profundo ao mais trivial, subvertendo-os

desde seus fundamentos e epistemologia, procurando cobrir todo o espectro, sem deixar resquícios de onde emergem ou se recriam modos de vida provenientes de outras visões de mundo com suas respectivas práticas consequentes. A intervenção do *militar*, na atualidade, supõe dar coerência às políticas ou práticas de dominação em cada uma das dimensões de construção da socialidade, seja ela material ou simbólica.

Disputa de territorialidades

Depois de cinco séculos, o capitalismo ainda não conseguiu aniquilar as cosmogonias dissidentes. O capitalismo é hegemônico, mas não exclusivo. Carrega, também, um sentido de contradição que o leva a negar e afirmar simultaneamente. Cria diferenciações raciais, culturais, de gênero ou outras diferenciações com base na negação, para estabelecer hierarquias de poder, não anula completamente os diferentes, mas os utiliza como instrumentos de disciplina social. Ele os nega, os exclui, os despreza, os discrimina e é por isso que pode servir dos mesmos. Produz a diferenciação, valendo-se de diversidades reais, sem rejeitar tampouco algo que, devido as condições históricas específicas de concreção do capitalismo, tem um panorama sistêmico que não é heterogêneo por si, como também tem uma natureza polarizada¹¹. Polaridade, heterogeneidade e variação¹² são ao mesmo tempo combatidos e reproduzidos, ainda que com uma forte tendência a homogeneização, que significa a aniquilação do *outro* e do *o outro*.

Nessas circunstâncias, as guerras também assumem um caráter diferenciado. Os *inimigos* são identificados de maneira singular: indígenas, negros, mulheres, líderes sindicais, militantes contra a mineração, ecologistas e outros semelhantes, e todas as combinações deles. Os motivos da guerra são específicos e os

11 Immanuel Wallerstein, ed. *The World is Out of Joint* (New York: Paradigm Publishers, 2015).

12 Com este termo, originário de René Zavaleta, mas compartilhado contemporaneamente por Guillermo Bonfil, alude-se a imbricação de sociabilidades que ocorrem na América depois da Conquista. O ponto central é que os autores afirmam a permanência na resistência de sociabilidades (não só de culturas em um sentido abstrato) que nem se fundiram com a imposta pelos colonizadores, nem se submeteram de forma dócil até dissolver-se. Essa ideia é central para entender muitos dos levantamentos registrados na América ao longo de cinco séculos e para encontrar as profundas rotas genealógicas e conceituais de várias das propostas de bifurcação sistêmica que floresceram nesta região, principalmente a partir de 1994. Ver: Guillermo Bonfil, *México profundo* (México: Grijalbo, 2005); Luis Tapia, *La condición multisocietal* (La Paz: Muela del Diablo-CIDES-UMSA, 2002); Ana Esther Ceceña, *Derivas del mundo en el que caben todos los mundos* (México: Siglo XXI-CLACSO, 2008). As referências dos meus textos anteriores têm como propósito permitir aos interessados contar com um desenvolvimento mais amplo do tema, que aqui não teria espaço.

estilos variam de acordo com os desafios.

Então, afirma-se, como em nossa hipótese, que a vida neste século XXI se organiza a partir do *militar*, as respostas, ou as políticas de territorialidade e disciplina, geral ou específica, desenham-se em dois níveis distintos: 1) As que visam enfrentar os desafios internos do sistema, que abrangem um amplo espectro, e 2) As que focam em superar os limites do próprio sistema.

Dentro do primeiro campo, colocam-se as disputas hegemônicas, a formação de grupos de poder alternativos, o confronto de “modelos” (que tipo de ONU é desejável? Como inserir-se melhor no desenvolvimento?) e todos aqueles que estão dentro, nesta mesma ordem; tanto como as revoltas ou explosões sociais por mais empregos, que estes sejam dignos, melhores salários, serviços públicos, reforma agrária, direitos dos cidadãos etc. No segundo campo, aparecem todas as propostas ou iniciativas de organização da vida não-capitalista que tendem a questionar a territorialidade do capital e a criar ou desenhar outras. Aqui, podemos encontrar a maioria das correntes que propõem a complementaridade entre o homem e a natureza (o mundo em que se encaixam todos os mundos, o *sumak kamsay* etc.) e, a partir daí, disputam o sentido de territorialidade e lutam pelo território, e não pela terra.

A perspectiva da política, ou os modos de fazer a guerra e os mecanismos que são implantados para isso são diferentes em ambos os casos. De fato, ambos se baseiam na ideia de abranger todas as dimensões (o espectro completo) que entram em jogo na tomada de decisão ou na ação dos sujeitos. Em alguns casos, inclusive, pode se considerar populações sem atividade ou envolvimento político explícito, mas que ocupam territórios cobiçados ou mesmo os que são objetos das políticas de guerra que se expressam através das políticas mais específicas relacionadas com o manejo dos territórios (ou geopolíticas, com minúscula).

O caráter estratégico do território

A política de poder no século XXI está ancorada em dois campos problemáticos interligados: 1) o exercício da guerra como um mecanismo de coerência; 2) o manejo e o ordenamento do território como espaço de concreção.

A capacidade de criação de uma natureza artificial, que foi considerada uma etapa superior de sua transformação, chegou a um momento em que se tornou evidente que a vida não se reproduz sem vida ou, em outros termos, que a objetivação tem como limite a supressão total da vida e suas condições de possibili-

lidade. Com esta constatação, que impõe limites tecnológicos, mas, sobretudo, biológicos e ecológicos, o território é colocado na primeira linha de prioridades. Curiosamente e de forma muito diferente, também considerando as forças produtivas que conduzem a uma situação de objetivação ampliada, o território é a fonte principal de seus elementos básicos de produção, tanto pelas jazidas de todos os tipos de hidrocarbonetos e energéticos, como para as de matérias-primas indispensáveis, entre as quais os minerais ocupam um lugar preponderante.

Dadas as características do desenvolvimento capitalista e ao seu próprio jogo de poderes, a mudança no padrão energético parece não ter nenhuma possibilidade de ocorrer¹³. As mudanças que se vislumbram, como o uso dos agro-energéticos, a chamada “energia verde”, não fazem nada além de modificar as modalidades de danos no meio ambiente, somando-se aos da revolução verde contemporânea, que promove a monocultura, o uso de agroquímicos e a extensão da fronteira agrícola em ritmo acelerado. O uso crescente da eletricidade que se apresenta como menos nocivo, na verdade é gerado com hidrocarbonetos, energia hidrelétrica, ou mesmo com tecnologia nuclear, diversificando, assim, as fontes de origem e o tipo de energia que se coloca em uso. Entretanto, não reduz a impacto ambiental e, ao ritmo da demanda e do fornecimento de eletricidade, ainda pode multiplicá-lo. E a energia solar, além de estar sujeita ao boicote de grandes corporações, dificilmente seria capaz de gerar um substituto eficaz no médio prazo, pois tampouco é pensável uma reconversão industrial dessa envergadura necessária para realizar tal mudança.

Se o padrão de energia não tem perspectiva de modificar-se em um futuro relativamente próximo, tampouco isso ocorrerá com o padrão de consumo. É preciso recordar que ambos mostram materialmente a arquitetura contemporânea do poder. Portanto, seu potencial mudança de rumo estaria relacionada com orientações distintas nos jogos de poder ou a uma modificação dos equilíbrios e espaços no terreno das disputas por territorialidades ou, dito de outra forma, pelas visões de mundo e das epistemologias de organização da vida. O perfil de consumo, tão padronizado quanto estratificado no mundo contemporâneo, aponta para um reforço do padrão energético que quase dá sinais de irreversibilidade dentro dos quadros do capitalismo¹⁴.

A catástrofe ecológica é evidente no fim da linha, mas não há nenhuma “mudança no leme” que se vislumbre no horizonte. O percurso das corporações ca-

13 Ana Esther Ceceña, *Ecology and the Geography of Capitalism* In: *The World is Out of Joint*, editado por Immanuel Wallerstein (New York: Paradigm Publishers, 2015).

14 Ana Esther Ceceña, *Chevron: La territorialidad capitalista en el límite* In: *Chevron. Paradigma de la catástrofe civilizatoria*, editado por Ana Esther Ceceña y Raúl Ornelas (México: Siglo XXI-IIIEc-UNAM, 2016).

pitalistas está traçado e elas exploram melhor as possibilidades de vida fora do nosso planeta do que buscá-las ou melhorá-las aqui. É que o capitalismo não pode negar a si mesmo e ir contra sua coerência fundamental. O limite poderia estar apenas marcado pela ruptura total do sistema a partir de experiências de organização social e convivência com a natureza alternativa se tivessem força suficiente, mas isso sequer aparece como uma perspectiva no médio prazo. Sempre temos que considerar que esta última opção se refere a processos que ocorrem de forma mais silenciosa e oculta que só se tornam visíveis a partir de um certo grau de maturidade. Contudo, enquanto não emergem, não têm condições de gerar uma disputa por territorialidades ou abrir brechas sistêmicas da dimensão necessária para interromper, reverter ou debilitar a vertente ecologicamente catastrófica do capitalismo. É nesse contexto que se evidencia que o território, entendido como concreção global do modo de vida, é o espaço estratégico de definição.

A geopolítica do poder

O planeta inteiro é feito de cenário para os jogos de poder contemporâneos. Não há pedaço que se salve da ganância e dos cálculos estratégicos geopolíticos das grandes potências ou coalizões em disputa. Distante da simplificação huntingtoniana do choque de culturas, altamente ideologizada, é claro que a ganância territorial atravessa também múltiplos obstáculos no âmbito da *cultura*. Não obstante, ainda que seja necessário observar essa pista com cuidado, pela complexidade que envolve, a rota mais evidente para estabelecer a lógica das guerras, dos deslocamentos e da expansão territorial parece seguir o caminho dos “recursos”, das riquezas que a natureza oferece e que tem suas raízes geográficas específicas.

Os critérios taxonômicos que utilizo partem do reconhecimento de que a guerra não é um evento, mas sim um processo, que não segue necessariamente uma rota linear. O que se reconhece não são “etapas” de um processo que avançaria por um caminho pré-fixado, se não modalidades ou níveis de intensidade de conflitos que, inclusive, podem nunca ser similares entre si.

A livre disposição de todos os elementos necessários à reprodução da materialidade e da hegemonia, supõe articular uma ofensiva de guerra implacável, que assume formas e intensidades adequadas às situações particulares. Com isso em mente, faço uma distinção entre a guerra aberta e a criação de situações de guerra que não impliquem na sua declaração, nem no reconhecimento geral de um ato bélico, ainda que resulte em mortes, deslocamentos e destruições muito próximas daquelas que surgem de uma guerra entendida como tal. O reconhecimento de

uma guerra está relacionado ao envolvimento dos Estados em questão em polos opostos que se suponha o desmantelamento de um deles (ex: Iraque, Afeganistão). Isso é diferente do que chamo de *situação de guerra*, em que o próprio Estado geralmente colabora com forças externas destruindo o tecido social. São dois tipos de guerra, ambas devastadoras e com resultados políticos distintos. No segundo caso, por vezes não se destrói o Estado, já que não é esse o efeito desejado (ex: México), e, em alguns casos, o Estado é reforçado (ex: Colômbia).

Movimentos geopolíticos são feitos com roteiros variados, e seus tempos também não são os mesmos. Em alguns, procede-se com um golpe de grande dimensão e contundente, como no Iraque (chamado de comoção e pavor), ainda que depois mantenha-se a presença bélica; em outros, inicia-se com métodos rastejantes que correm a estrutura comunitária através do medo, do deslocamento forçado, da eliminação das condições de sobrevivência etc., em uma guerra que cresce, em parte, *por baixo*, como na Colômbia e no México.

Em qualquer das duas modalidades, o fio que atravessa e vai marcando as pautas está relacionado com o que costumamos delimitar dentro do *econômico*. Se Clausewitz corretamente propôs entender a guerra como instrumento da política¹⁵, eu sugiro, através da paráfrase, que a guerra é também a economia por outros meios. A guerra é o instrumento da economia e da política para o redesenhar e o ordenar territórios, como também construir territorialidades.

América e a geopolítica do poder

Neste momento histórico, podemos localizar duas regiões de alta densidade geopolítica. Uma é o Oriente Médio e o outro é o território americano como um todo. É claro que a África tem uma enorme importância econômica, mas, neste momento, não tem o mesmo peso geopolítico que os outros dois.

Com sua grande ilha continente e todo o conjunto das pequenas — umas maiores, como Cuba, e outras diminutas, como as que acompanham o Caribe —, este pedaço de terra, que poderia ser denominado como o arquipélago americano, contém a maior potência capitalista sem que haja nenhuma outra equivalente que possa competir de forma substancial¹⁶. Assim, a condição insular do Continente tem permitido conformar uma espécie de fortaleza. Sem disputas

15 “A guerra não é simplesmente um ato político, mas sim um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma gestão das mesmas com outros meios”. Karl von Clausewitz, *De la guerra* (LIBROdot.com, 2002: 19).

16 Recentemente, a China vem ocupando posições que são visualizadas como uma ameaça. Entretanto, são apenas incursões iniciais que todavia não podem ser entendidas como o estabelecimento de uma disputa hegemônica real na região.

internas de envergadura e, em princípio, com todas as riquezas necessárias para assegurar uma posição de invulnerabilidade relativa.

Historicamente, o que hoje é conhecido como América foi o sustento da acumulação capitalista que deu lugar à expansão planetária desse sistema de vida, com a conseqüente perda ou submissão da maior parte das outras expressões sociais. Mais de cinco séculos de contribuição americana ao progresso e consolidação do capitalismo, sem os quais dificilmente teria se desenvolvido. As relações metrópoles-colônias dos primeiros tempos, estabelecidas com uma distância transatlântica, foram mudando à medida que os colonizadores do que viria a ser os Estados Unidos da América começaram a ganhar força e a estender sua ambição por todo o continente.

A América é concebida como o território base de onde os Estados Unidos se projetam para o mundo. Sua disponibilidade é indispensável para suportar o crescimento imponente da produção e do consumo estadunidense, incluindo o da indústria bélica e o das drogas.

Como a América é um terreno fechado, rodeado de mares, isso permite — ou permitia antes do século XXI — preparar-se para enfrentar os ataques que sempre eram externos. O inimigo estava fora, e a fortaleza estava dentro.

Todavia, apesar do ataque as Torres Gêmeas de Nova York, e do emaranhado que as relações de poder no planeta se converteram, a avaliação dos estrategistas da cúpula militar estadunidense é a de um inimigo basicamente externo, ainda que, desde o momento em que o inimigo é identificado como difuso e desinstitucionalizado, as forças da guerra se voltam cada vez mais para prevenir ou enfrentar os dissidentes. O importante é que, diante do recrudescimento da competição — econômica, política e cultural —, garantir o próprio sustento torna-se essencial.

Conclusão

O longo século XXI, que se inicia em 1994 com a revolta zapatista¹⁷, tem colocado novos desafios em cena. Com esse antecedente, e com a acumulação

17 Na realidade, começa com os quinhentos anos de colonização, comemorados em 1992. No ano de 1990, ocorreu um importante levante indígena no Equador; em 1992, aconteceram mobilizações e protestos indígenas e negros sobre a usurpação das outras concepções de organização da vida; fez-se uma forte reivindicação cultural, com demandas sobre os territórios dos “povos originários” em vários lugares do Continente. Em 1994 o levante zapatista teve a virtude de sistematizar as demandas dos povos originários e oferecer uma argumentação abarcante que deu coerência a todas as perspectivas de luta, analisando o capitalismo, mostrando sua incapacidade de brindar um futuro que não seja de morte, e que abre um horizonte em que cabem todas as versões de emancipação que já foram formuladas na humanidade.

de revoltas contra as medidas neoliberais, o século começou complicado. As propostas e mobilizações antissistêmicas no início do milênio floresciam por todos os lados, e a conquista de espaço de governos por forças contra-hegemônicas em vários países, entre os quais a Venezuela ocupa um lugar central, limitava a possibilidade dos grandes capitais de ter a disposição os recursos ou de ocupar os territórios, e impedia a aplicação de políticas hemisféricas que deram liberdade de movimento ao poder hegemônico. Ao contrário do Oriente Médio e de outras partes do planeta, na América, colocou-se em prática uma série de iniciativas de recuperação e avanço sobre todo o Continente. Ao passo que as empresas transnacionais recrudesceram as suas exigências, se expandindo ainda mais usando grupos de choque ou diretamente com o aniquilamento, as políticas de segurança modificaram o sistema normativo para introduzir condições, que antes eram exceção, como regulares, homogeneizando os códigos, e introduzindo fronteiras “inteligentes”, colocaram bases militares do Pentágono em várias regiões, sistematizando os exercícios militares e dando lugar a golpes “parlamentares”, com iniciativas de acordos de segurança bi ou multinacionais. O “inimigo interno” tomou o centro da cena e as forças policiais têm sido pouco a pouco substituídas pelas forças militares. Geopoliticamente falando, reconquistou-se o espaço e estabeleceram-se as garantias institucionais e materiais para que os Estados Unidos possam assegurar a defesa de seus “interesses virais” dispondo, de uma maneira ampla dos recursos do Continente.

Referências

- BONFIL, Carlos. **México profundo**. México: Grijalbo, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **Leçon sur la leçon**. Paris: Éditions de Minuit, 1982.
- CONVENIO SOBRE LA DIVERSIDADE BIOLÓGICA. **Perspectiva mundial sobre la biodiversidad 3**. Genebra: ONU, 2010.
- CECEÑA, Ana Esther. **Derivas del mundo en el que caben todos los mundos**. México: Siglo XXI-CLACSO, 2008.
- _____. “Ecology and the Geography of Capitalism”. In: WALLERSTEIN, Immanuel. **The World is Out of Joint**. Nova Iorque: Paradigm Publishers, 2015, 7-22.
- _____. “Chevron: La territorialidad capitalista en el límite” In: _____; ORNELAS, Raúl. **Chevron**. Paradigma de la catástrofe civilizatoria. México: Siglo XXI-IIEc-UNAM, 2016, 7-52.
- CLAUSEWITZ, Karl von. **De la guerra**. LIBROdot.com, 2002.
- FOUCAULT, Michael. **La microfísica del poder**. Madri: La Piqueta, 1992 (1977).

- _____. **Vigilar y castigar**. Argentina: Altamira, 1996.
- _____. **Un diálogo sobre el poder y otras conversaciones**. Madri: Alianza, 2001.
- GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. **Ecological Footprint Atlas**. Gland: GFN, 2009. Disponível em: <<http://www.footprintnetwork.org/download.php?id=506>>.
- GREEN G. M.; SUSSMAN R. W. “Deforestation History of the Eastern Rain Forests of Madagascar from Satellite Images”. **Science**: 248 (1990).
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multi-territorialidade. Brasil: Bertrand, 2004.
- _____. **Da multiterritorialidade aos novos muros**: paradoxos da desterritorialização contemporânea. Brasil: Universidade Federal Fluminense, 2011.
- International Organization for Migration. **World migration report 2018**. Suíça: IOM, 2018.
- Intergovernmental Panel on Climate Change. **Climate Change 2007**. The Physical Science Basis. Genebra: IPCC, 2007. Disponível em: <http://ipcc-wg1.ucar.edu/wg1/Report/AR4WG1_Print_Ch01.pdf>.
- _____. **Cambio climático 2007**. Informe de síntesis. Genebra: IPCC, 2007. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4_syr_sp.pdf>.
- _____. **Cambio climático 2013**. Base de ciencia física. Genebra: IPCC, 2013. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/news_and_events/docs/ar5/ar5_wg1_headlines_es.pdf>.
- _____. **Climate change 2014**. Mitigation of climate change. Working Group III Contribution to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Genebra: IPCC, 2014. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg3/ipcc_wg3_ar5_full.pdf>.
- International Union for Conservation of Nature. **The IUCN Red List of threatened species**. Suíça: IUCN-SSC, 2015.
- LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**. Espanha: Península, 1976.
- LEÓN HERNANDEZ, Efraín. “Territorios y territorialidades en disputa: naturaleza, soberanías y autarquía material”. In: NAVARRO, Mina Lorena; FINI, Daniele. **Despojo capitalista y luchas comunitarias en defensa de la vida en México**. Claves desde la Ecología Política. México: ICSyH- BUAP, 2016.
- LOPES DE SOUZA, Marcelo. “Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental”. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**. Teorias, processos e conflitos. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- MANÇANO, Bernardo. “Sobre a tipologia de territórios”. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**. Teorias, processos e conflitos. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- MCNEILL, John R. **Algo nuevo bajo el Sol**. Historia medioambiental del mundo en el siglo XX. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

MORÁN, Emilio F. “The Human-Environment Nexus: Progress in the past decade in the integrated analysis of human and Biophysical Factors”. In: HOENBORG, Alf; CRUMLEY, Carole. **The world system and the earth system**. Global socioenvironmental change and sustainability since the neolithic. California: Left Coast Press, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Territorialidades y lucha por el territorio en América Latina**. Geografía de los movimientos sociales en América Latina. Venezuela, Editorial IVIC, 2009.

TAPIA, Luis. **La condición multisocietal**. La Paz: Muela del Diablo-CIDES-UMSA, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel ed. **The World is Out of Joint**. Nova Iorque: Paradigm Publishers, 2015.

World Wildlife Foundation. **Planeta Vivo Informe 2010, Biodiversidad, biocapacidad y desarrollo**. Washington: WWF, 2010. Disponível em: <<http://www.magrama.gob.es/es/ceneam/recursos/materiales/conservacion-medio-ambiente/planeta-vivo-informe-2010.aspx>>.

_____. **Living Planet Report 2016**. Risk and resilience in a new era. Gland: WWF International, 2016.

IDEOLOGIA E MODERNIDADE: CONTRASTES ENTRE PERFORMATIVIDADE E MARXISMO NO PERÍODO DA GUERRA FRIA

Giovanny Simon Machado

Ricardo Lara

Introdução

Há espaço para o marxismo nos dias da chamada pós-modernidade? Sem dúvida, o declínio de sua popularidade como escola teórica influente que data do segundo período pós-guerra do século XX aprofundou sua crise com a derrota da URSS na década de 1990. O descrédito das metanarrativas e o diagnóstico de uma sociedade pós-industrial não mais marcada por conflitos de classes pareciam ter dado o adeus final não só ao proletariado, mas ao materialismo histórico. O universo intelectual chamado de “pós-modernismo” despertou o entusiasmo na academia com novos campos de estudo: as micronarrativas, a virada linguística, a teoria da performatividade. Estas pretendiam dominar ideologicamente o cenário acadêmico. O pós-modernismo é diverso e possuiu variação na sua orientação teórico-política.

Não cabe aqui uma revisão detalhada desse movimento intelectual. Vale lembrar o trabalho arquetipo de Jean-François Lyotard (1984), que argumentou pelo fim das grandes narrativas da ciência, da modernidade, do marxismo et al. O paradoxo é evidente! A única narrativa preservada na sua própria metanarrativa é o argumento do capital financeiro encoberta pelos avanços tecnológicos (Lyotard, 1984, p. 37). É compreensível que tenham sido feitas algumas previsões demasiadamente otimistas ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980, em razão da euforia do advento da informática. Lyotard (1984, p. 05), erroneamente interpretando o marxismo, afirmou que a produção em massa e a possibilidade de armazenar conhecimento iria remover seu valor de uso, transformando o apenas em valor de troca (sic). A mercantilização do conhecimento

e os efeitos atomizadores da atual revolução tecnológica que deslegitimou a narrativa científica, ao contrário de dar voz aos sujeitos antes oprimidos pelo “*language game*” do método científico, criaram ampla e sofisticada parafernália para a manipulação ideológica. A universalização da forma mercadoria e sua generalização para todos os poros da epiderme social oculta a dominação do capital que, como José Paulo Netto (1983, p. 83) afirmou, é um poder que “está em todas as partes e não reside em lugar nenhum”. A decadência ideológica que ganha corpo e intensifica-se na época do capital monopolista coexistiu com o irracionalismo, trazendo à tona crenças medievais que se travestem de enfrentamento ao “sistema”¹.

As mais diversas matrizes teóricas das ciências sociais constataram as mudanças qualitativas na reprodução social sob a égide dos novos processos de produção de valor e acumulação de capital do último quartel do século XX. As interpretações dessas mudanças foram divergentes. Nas narrativas existem claros sintomas macrossociais da carência de metanarrativas positivas, que indiquem caminhos possíveis para uma genuína emancipação humana. O tempo presente respira o ar pesado das imaginações distópicas. Pense no crescimento enorme das produções cinematográficas que indicam uma destruição ou auto-destruição da civilização humana (Kellner, 2016). As classes escandalosamente ricas também parecem perceber a destruição planetária iminente de maneira que a única “utopia” que são capazes de formular é o extermínio da vida terrestre e o seu refúgio em outros planetas do sistema solar. Não é mais a ausência de explicações que ganha força, mas a explicação de que a humanidade está condenada à ruína.

As metanarrativas, sejam elas religiosas, científicas ou políticas, são inevitáveis formas de atribuição de significado dos indivíduos às suas vidas singulares inseridas numa determinada sociedade. Elas são parte integrante da relação dos seres humanos com o mundo em geral e consigo mesmos (Netto, 2006). Não é a sociedade que age teleologicamente, mas os indivíduos. Há um conjunto de valores e imagens do que é percebido como positivo e negativo, o que é desejado

1 Lukács observa que tendências antiontológicas, no período monopolístico, tornaram-se ainda mais difundidas nas filosofias burguesas, representando um contraste direto com o nominalismo medieval. “Nesse caso, a ciência e a filosofia mais modernas circunscrevem por iniciativa própria um espaço já muito restrito para a ontologia religiosa. Quando a ciência e a filosofia científica, pela eliminação de toda problemática ontológica de seu âmbito, provocam o renascimento da dupla verdade, a científica e a metafísica (assim o neopositivismo designa todo problema ontológico), a religião fica livre para preencher esse espaço como bem entender e puder. Assim, a lógica interna da formação conceitual científica e filosófica impulsiona espontaneamente para uma gnosiologia nominalista que, no entanto, compartilha com a gnosiologia medieval apenas princípios últimos, diferindo qualitativamente dela, contudo, na execução concreta” (LUKÁCS, 2012, p. 52).

para uma sociedade ideal (parcialmente herdada da ideologia soviética) que pode ou não continuar a ser incorporada aos projetos sociais atuais (Machado, 2020). E as macro-explicações não estão em completa oposição às micronarrativas do cotidiano. O trabalho de Alexei Yurchak (2005), por exemplo, parece indicar que os indivíduos ressignificam as grandes ideias e as processam de muitas maneiras, dando outros propósitos aos seus atos performativos.

Diante desse contexto, muitos autores voltaram sua atenção para as micro-narrativas e as novas formas de comunicação e linguagem. Nessa época é que se desenvolveu a chamada teoria da *performatividade*, cujo precursor e influenciador maior foi o filósofo John Langshaw Austin. Numa série de palestras de 1955, Austin resumiu seu argumento no livro *How to do things with words* (Como fazer coisas com palavras), de 1962. Portanto, para dialogar com essa perspectiva, propomos, neste artigo, utilizar a categoria ideologia e como ela é entendida na obra do filósofo húngaro György Lukács para compreender as vicissitudes da ideologia soviética nos anos da Guerra Fria em contraste com a análise de *hipernormalização*, inspirada na performatividade, empreendida pelo antropólogo Alexei Yurchak. Nesse trabalho, ainda que reconhecendo alguns dos méritos empreendidos por Yurchak e seu estudo antropológico da última geração soviética, vamos apontar problemas que vemos como limites de uma análise não-materialista.

Antes de examinarmos as distintas formas de interpretação das vicissitudes soviéticas no pós-guerra e da Guerra Fria, algumas considerações preliminares são necessárias para o leitor pouco familiarizado com a soviologia. Ao contrário de alguns autores, nós não identificamos a ideologia do Estado e do Partido Comunista soviético como equivalentes. Além disso, é verdade que já conhecemos a ideologia soviética em sua intenção de transformar a humanidade, de estabelecer uma sociedade totalmente diferente das antecessoras, bem como os meios usados para tal empreitada. Muitos críticos da URSS e da Revolução Russa operam de maneira manipuladora. De acordo com Marx (2001):

(...) não se julga o que é um indivíduo pelo que ele imagina de si mesmo. Entretanto, em muitas investigações, a auto-imaginação soviética é geralmente tomada como ponto de partida e torna-se evidência automática da falsidade ou insanidade de seus propósitos (como predisposição “totalitária”).

Logicamente, na passagem supracitada, Marx controvertia com a filosofia idealista de seu tempo que se preocupava principalmente com os problemas da religião, formas jurídicas e culturais; ele está criticando aqueles que depreciam o papel dos problemas econômicos nas formações sociais, não necessariamente

te excluindo as formas de consciência como objeto de estudo. A soviologia tende a tomar o discurso oficial e a auto-imaginação soviética como ponto de partida para depois desenvolver juízos sobre sua “factibilidade” como projeção social. Desta forma, nossa intenção não é tomar a auto-imaginação soviética afirmada em sua ideologia como ponto de partida, mas sim percorrer um caminho cognitivo inverso.

Modernidade e progresso

O Prêmio Nobel de Literatura, José Saramago, escreveu um poema intitulado *A fala do velho do restelo ao astronauta*, no qual ele retrata o velho cético d’Os Lusíadas, de Camões, relatando a um astronauta como estavam as coisas no planeta Terra:

Aqui, na Terra, a fome continua, A miséria, o luto, e outra vez a fome.
 Acendemos cigarros em fogos de napalme
 E dizemos amor sem saber o que seja.
 Mas fizemos de ti a prova da riqueza,
 Ou talvez da pobreza, e da fome outra vez.
 E pusemos em ti nem eu sei que desejo
 De mais alto que nós, de melhor e mais puro.
 No jornal soletramos, de olhos tensos, Maravilhas de espaço e de vertigem: Salgados oceanos que circundam Ilhas mortas de sede, onde não chove.
 Mas o mundo, astronauta, é boa mesa (E as bombas de napalme são brinquedos),
 Onde come, brincando, só a fome,
 Só a fome, astronauta, só a fome (Saramago, 1979).

Com poucos versos, Saramago foi capaz de sintetizar um grande dilema de modernidade. O conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e uma organização social que atenda às necessidades humanas surge inicialmente no marxismo como uma contradição inerente ao capitalismo (Marx, 2013). Ou seja, como uma inépcia da organização social capitalista que, mesmo nos países industrializados, onde são produzidas imensas quantidades de riqueza, ainda persiste a pobreza e a desigualdade. É neste ponto que o poema de Saramago toca duramente: vive-se em um mundo que, por um lado, constrói maravilhas tecnológicas capazes de lançar a humanidade ao espaço, mas por outro persiste a fome, a “única que come”.

A outra expressão do dilema é o parco desenvolvimento das forças produtivas capazes de fornecer o que é necessário para os trabalhadores. Neste caso,

esta discussão surgiu fortemente na Revolução Russa e durante a posterior transição dos focos revolucionários do mundo para os países não-industrializados do Sul-global (China, Cuba, Vietnã, Nicarágua etc.). Justamente porque o socialismo, como sistema produtivo e social, requer alto desenvolvimento industrial a ser implementado e não poderia atender a esta exigência onde os movimentos de libertação de inspiração socialista floresceram.

Quando abordamos o progresso, sempre vem imediatamente à mente duas perspectivas que estão intimamente associadas a estas palavras: diacrônica e dicotômica. A primeira, denota temporalidades distintas que se movem de formas evolutivas. Progresso é deixar o ponto, o estágio, ou a condição *A* e ir em direção ao ponto, ao estágio, ou à condição *B*. A condição, o ponto ou o estágio *A* é assim pelo significado do verbo progredir, entendido como inferior, insuficiente ou atrasado em relação seus análogos *B*. Ambos [*A* e *B*] estão em condição de dicotomia e precisamente por causa disso; o movimento de um em direção ao outro é diacrônico.

Mas como a teoria de Marx se encaixa nisso? É muito comum encontrar nas críticas de Marx e em sua teoria confusões entre o que é sua teoria e o marxismo como uma ampla gama de interpretações inspiradas por Marx. Neste capítulo, não há espaço para uma reconstrução das críticas que atribuem preposições falsas e simplificadas a Marx para depois refutá-las. Em vez de discutir com suas teses mais autênticas, criam um espantinho que é mais fácil de ser liquidado. Mas uma das questões relevantes que aparecem nas palavras dos exegetas de Marx é a atribuição de um caráter “linear” ou “evolucionista” e “progressista” de sua visão histórica.

De fato, a teoria de Marx é inseparável de sua dimensão política e “progressista”: a tomada revolucionária do poder pelo proletariado e a socialização dos meios de produção, bem como a criação de uma economia planejada. A sociedade capitalista deve ser extinta juntamente com as classes sociais e o Estado, com isso inaugura-se a sociedade comunista. É inegável que há uma valorização nesta perspectiva, um processo que deixa um estágio inferior da sociedade e atinge um estágio superior.

Esse aspecto pode ser encontrado em maior ou menor grau de complexidade em diferentes escritos de Marx e Engels, embora os estágios ulteriores de transição ao socialismo e ao comunismo tenham sido apenas vagamente descritos². Os diferentes estágios da sociedade descritos por Marx podem ser resumidos no comunismo primitivo, escravismo (antiguidade), feudalismo e capitalis-

² Além do Manifesto (2010), talvez em sua Crítica ao Programa de Gotha (2012), Marx tenha se expressado mais politicamente sobre a transição ao socialismo.

mo (Marx, 2011). Há também a caracterização genérica do chamado modo de produção asiático. No *Manifesto*, Marx e Engels (2010) argumentaram que até então toda a história escrita da humanidade era a história da luta de classes. A burguesia foi responsável por resumir os antagonismos de classe em uma dupla oposição entre o proletariado e a burguesia, anteriormente dividida em vários estamentos³.

A ideologia em Lukács: veículo de resolução dos conflitos sociais

György Lukács (1885-1971) começou sua carreira combinando a militância política nos círculos socialistas universitários com a crítica literária. Sua decepção prematura com o “mundo burguês” o levou ao caminho do marxismo, especialmente após o início da Primeira Guerra Mundial, uma inspiração da qual ele nunca desistiria pelo resto de sua vida (Frederico, 1997). Lukács passou por várias fases intelectuais em diálogo com autores de diferentes e conflitantes matrizes que influenciaram sua obra. Desde a fase inicial neo-kantiana que viu Marx com lentes sociológicas e econômicas; sua virada⁴ dialética hegeliana in-

3 As primeiras páginas do *Manifesto do Partido Comunista* alerta, quase de modo profético, aos leitores o projeto de modernidade que se abria: “A moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas. Nossa época – a época da burguesia – caracteriza-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade se divide, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado. A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial promoveu um desenvolvimento incomensurável do comércio, da navegação e das comunicações. Esse desenvolvimento, por sua vez, voltou a impulsionar a expansão da indústria. E na mesma medida em que indústria, comércio, navegação e estradas de ferro se expandiam, desenvolvia-se a burguesia, os capitais se multiplicavam e, com isso, todas as classes oriundas da Idade Média passavam a um segundo plano. A descoberta da América e a circum-navegação da África abriram um novo campo de ação para a burguesia nascente. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, o aumento dos meios de troca e do volume das mercadorias em geral trouxeram uma prosperidade até então desconhecida para o comércio, a navegação e a indústria e, com isso, desenvolveram o elemento revolucionário dentro da sociedade feudal em desintegração” (Marx; Engels, 2010, p. 40 – 41).

4 Foi nesta fase que Lukács produziu seu trabalho mais conhecido: *História e Consciência de Classe* (1922). Para criticar o marxismo positivista da Segunda e Terceira Internacionais, Lukács produziu interessantes teses sobre o problema da reificação e da práxis. Entretanto, sua influência hegeliana e sua tendência a identificar sujeito e objeto levaram a admitir a possibilidade de uma consciência de classe surgir espontaneamente no proletariado, chocando-se com uma importante premissa do pensamento leninista da época. Lukács retratou-se mais tarde em seu Posfácio de 1967. Segundo Konder (1980, p. 50–51): “As observações de Lukács sobre a Reificação viriam a influir, de variadas maneiras, no pensamento de diversos intelectuais importantes do nosso século, tais como Theodor W. Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas, Walter Benjamin, Alfred Schmidt, Leo Kofler, Jean-Paul Sartre,

fluenciada pela Guerra e pela Revolução Russa; até sua maturidade na qual dedicou os últimos anos de sua vida a restaurar o caráter ontológico do pensamento marxista como ponto de partida para produzir sua ética, o objetivo final que ele não conseguiu atingir antes de falecer.

Lukács, na sua juventude, estudou as expressões culturais (poesia, teatro, literatura). Em decorrência disso, desenvolveu ampla erudição. No conjunto de sua obra, suas mediações teóricas perpassam pela literatura, filosofia, política, história e estética. Também em sua juventude, recebeu influência de diferentes pensadores, dentre os quais destacamos: Wilhelm Dilthey, Emil Lask, Ervin Szabó, Georges Sorel, Heinrich Rickert, Immanuel Kant, Sören Kierkegaard e Friedrich Hegel. As estreitas relações pessoais com Georg Simmel, Ernest Bloch e Max Weber exerceram impactos significativos na produção teórica do jovem Lukács. As concepções de “sociologia” e “filosofia” foram construídas a partir dessas referências. Somada a essas tendências teóricas, destaca-se a poesia de Endre Ady, espírito propulsor do jovem Lukács para as preocupações revolucionárias. A influência de Endre Ady, segundo o próprio Lukács, *foi decisiva sobre toda sua formação literária e até mesmo sobre seu desenvolvimento para além da literatura* (Lara, 2017).

A simpatia pelos revolucionários bolcheviques, guiada pelo dilema ético perante a negação da sociedade burguesa, ofereceu a possibilidade para o filósofo húngaro de inscrever-se na trincheira da luta pela construção do socialismo. Em 1918, filia-se ao recém-criado Partido Comunista Húngaro. Em 1919, participa ativamente da República Soviética da Hungria como Vice-Comissário do Povo para Cultura e Educação Popular e Comissário da Quinta Divisão do Exército Vermelho Húngaro. A Revolução Húngara durou apenas 133 dias, foi o “batismo de fogo da prática política” de Lukács. O ingresso no movimento comunista, a partir de 1918-1919, ofereceu a Lukács os caminhos de uma vida orgânica dedicada, em alguns momentos, à intervenção política na realidade e em outros na luta ideológica de interpretação do marxismo e das principais temáticas sócio-humanas (Lara, 2017). O estudo atento e inovador dos clássicos do marxismo tornou o filósofo húngaro um dos mais perspicazes estudiosos da teoria social marxista do século XX, tanto nas fileiras da luta revolucionária, como no cenário universitário. O diferencial e inovador de sua caminhada intelectual, especialmente na leitura de Marx, justifica-se pelo projeto ousado de retomar o pensador alemão e compreendê-lo sem as interpretações protocolares e oficiais, ou mesmo do academicismo formal-abstrato, herdeiro do pensamento idealista subjetivo. É no seu trabalho tardio, *Para uma ontologia do ser social*, que

Maurice Merleau-Ponty, Lucien Goldmann, Perry Anderson e Paul Baran, entre outros”.

vamos buscar compreender a ideologia.

Uma crítica comum contra autores marxistas é a suposta tendência de reduzir todas as dimensões da vida social à economia, algo que tem suas justificacões na medida em que o dogmatismo da sociologia soviética foi considerado a representação oficial do marxismo por muito tempo. Contudo, a contribuição de outras tendências do marxismo mostrou que tal acusação, pelo menos nestes termos, é injusta. A busca de alternativas dentro do campo do marxismo produziu importantes inovações, mas também novas contradições internas que algumas destas correntes, mesmo originalmente fundadas no pensamento marxista, afastaram-se substancialmente de alguns de seus próprios fundamentos⁵.

A contribuição de Lukács parece ser um *tertium datur* porque explora fenômenos superestruturais (linguagem, arte, direito, ideologia etc.) sem perder de vista o papel da economia como o momento predominante que interage de forma distinta com as formas históricas do ser social⁶. Em sua *Ontologia*, a propriedade particular do ser social na produção e reprodução de seu ser é fundada através do trabalho. O trabalho é a mediação ineliminável entre o homem e a natureza (Lukács, 2013, p. 52). Mas o homem, aqui, não é uma abstração em antítese à natureza. Além disso, o ser social, o ser humano, nunca será algo sobrenatural, algo “não natural”, justamente porque faz parte do todo da natureza e não a algo contrário ou superior a ela. A humanidade, desta forma, é uma parte da natureza, cujo grau de desenvolvimento carrega uma peculiaridade entre outros seres naturais. Para Lukács, o gênero humano, como ser social, é simultaneamente um ser inorgânico e orgânico, e por esta razão, tem necessidades vitais incessantes que estão emaranhadas com as formas “espirituais” de socialidade (Lukács, 2009, p. 227).

De acordo com Lukács (2013, p. 47–48), o trabalho humano consiste em uma atividade orientada para o fim que é sempre feita no sentido de suprir as necessidades humanas através da transformação da natureza e da manipulação de suas propriedades de acordo com objetivos previamente idealizados. O trabalho consiste, portanto, na atividade intencional, no por teleológico, e na capacidade imaginativa de uma prévia ideação (Hillesheim; Machado, 2017, p. 402). O atributo de idealmente elaborar sua finalidade antes da ação destaca a diferença entre o trabalho humano e o trabalho animal como epifenômeno (Lukács, 2013, p. 71). Esta é uma característica do ser social. Já que o comportamento animal é completamente restrito ao espectro de sua reprodução biológica, está corre-

⁵ Ver a crítica de Domenico Losurdo (2011).

⁶ Para verificar a discussão e compreensão das fronteiras fluidas entre os fenômenos e a essência defendida pelo autor, ver Lukács (2013, p. 491–492).

lacionado com suas predisposições genéticas e não com a escolha entre alternativas dentro de um horizonte de possibilidades. O ser social, por outro lado, desenvolveu sua capacidade de prévia-ideação e de produção de ferramentas e objetos úteis para sua vida.

Mas o que isso tem a ver com ideologia? Lukács considera que esta dupla dimensão do trabalho, de pré-idealizar as ações finalísticas antes de fazê-las, consistiu em um modelo que deu origem a outras formas de práxis sociais mais complexas, entre elas a política, a ciência e a arte. É o que ele chama de pores secundárias, cujo objetivo é influenciar e propor tendências na consciência de outros indivíduos para realizar distintas ações. A ideologia, nesta visão, tem uma origem ontológica derivada deste modelo, “desse modo, o objeto desse pôr secundário do fim não é mais algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano (...)” (Lukács, 2013, p. 84).

No entanto, esta definição ainda é bastante abstrata e incompleta. Afinal, o *status* de pores secundários pode ser aplicado a inúmeras formas de prática social. De fato, nestes termos, qualquer conjunto de ideias arbitrárias com a intenção de influenciar a consciência humana poderia ser considerado uma ideologia. Numa tentativa de superar a característica polissêmica do termo ideologia, Lukács usou o significado empregado por Marx em sua *Contribuição para a Crítica da Economia Política* quando se menciona as transformações nas diferentes formas de organização social:

Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção - que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais - e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim (Marx, 2001, p. 48).

A função social da ideologia se resume na forma como indivíduos e grupos humanos tomam consciência de seus interesses e conflitos correspondentes ao seu ser social e formulam ideologias que buscam resolver tais conflitos. Lukács (2013, p. 465) partiu desta questão-chave e desenvolveu a concepção de ideologia ao considerar que ela serve para orientar as práticas sociais à luz dos conflitos gerados por diversos motivos, sejam eles de classe, religiosos, políticos etc. De acordo com Lukács (2013, p. 466), o ponto de partida de uma ideologia é sempre a pergunta “o que fazer?”. Desta forma, as ideologias podem ser falsas ou verdadeiras, mas o que importa é sua função social, se elas são capazes de traduzir interesses conflitantes e têm algum grau de aderência social. A ideologia é um veículo que só se realiza enquanto é exercitada (Lukács, 2013, p. 467–472).

Desta forma, a ideologia é sempre um veículo de mudança. Mudança aqui num sentido muito amplo, porque engloba a função de uma ideologia conservadora que, quando o *status quo* é ameaçado, é mobilizada para sua defesa (Lukács, 2013, p. 466).

As ideologias têm propensões universalistas. Propõem-se a representarem interesses universais, mesmo quando partem de grupos particulares. Interesses particulares sempre surgem das partes: de indivíduos ou grupos de indivíduos. Lukács (2013, p. 488) concorda com Marx quando ele considera o surgimento da divisão social do trabalho (seja por uma divisão de gênero ou entre trabalho material e trabalho espiritual) e a origem de interesses particulares. Entretanto, com o desenvolvimento crescente da complexidade do tecido social para níveis mais altos de estratificação, novos particularismos surgem. Assim, segundo ele, sendo estratificada por qualquer razão, a produção de uma ideologia ocorre na medida em que:

(...) quando os membros de um grupo conseguem convencer a si mesmos de que seus interesses vitais coincidem com os interesses importantes da sociedade como um todo, portanto, de que cada um daqueles que defende seus interesses, simultaneamente faz algo de útil para a sociedade como um todo (Lukács, 2013, p. 471).

De fato, isso nos permite analisar um grande número de possibilidades e nos fornece uma rica orientação interpretativa, já que geralmente os indivíduos e grupos procuram justificar seu comportamento ideologicamente e conseqüentemente, interesses autenticamente sociais são vistos como particularismos, enquanto as ideologias consideradas universalistas são, de fato, apenas representações de uma pequena parte da sociedade (Lukács, 2013, p. 488).

Este efeito da pretensão universalista da ideologia é capaz, em certa medida, de naturalizar certos comportamentos que são fixados como normas sociais. Portanto, quando uma ideologia de caráter particularista consegue se impor a uma sociedade como um todo, convence aqueles indivíduos ou grupos de indivíduos que não têm nada a ganhar ou que são mesmo prejudicados, a agir de acordo com seus interesses (Lukács, 2013, p. 488). Um exemplo é o direito como ideologia, que emerge de codificações impostas por uma classe sobre a outra, petrificou-se no tempo a ponto de assumir um caráter fetichista (age como se tivesse vida própria) e com um corpo de especialistas que também imprimem seu principal interesse em permanecer na posição de autoridade (Lukács, 2013, p. 501).

Conforme destacamos, a ideologia, como produto da ação humana, advém da teleologia, do momento ideal, da pré-ideação humana que se objetiva na cau-

salidade. Pensamento e ação formam o campo da práxis social que, na verdade, é *subjetividade objetivada* e *objetividade subjetivada* (Lara, 2017). Os atos humanos são movidos pelas possibilidades de ação entre alternativas; essa condição da atividade conforma o campo da intervenção humana no mundo⁷. O indivíduo social é um ser que dá respostas para o conjunto das relações sociais em que ele é produto e produtor. Por isso, a *ideologia na reprodução social* atua como função social que percorre a vida cotidiana, política, cultural e econômica. Além disso, insere-se como reações às contradições sociais, como é o caso das formas específicas de ideologias (política e direito), ou as mais elevadas, no âmbito da sensibilidade do espírito, as quais se defrontam com o gênero humano por meio da poesia, da música e da literatura, estas últimas como formas puras de ideologias.

Lukács (2013) adverte que a ideologia, *mesmo sendo uma forma de consciência, de modo algum é pura e simplesmente idêntica à consciência da realidade*. A ideologia, como *meio de dirimir conflitos sociais*, é algo eminentemente direcionado para a práxis e, desse modo, compartilha, a propriedade de toda práxis. Sempre a consciência, por mais que tenha conhecimento das causas, age sobre possibilidades casuais, e, no campo da reprodução social, essa tendência é acentuada. A peculiaridade da ideologia dentro do conjunto da práxis é a generalização “que, em última análise, é sempre orientada socialmente, isto é, a síntese abstrativa de grupos de fenômenos cujo elemento comum consiste sobretudo em que podem ser mantidos, modificados ou rejeitados em seu conjunto” (Lukács, 2013, p. 521).

Portanto, o significado mais geral e concreto de ideologia é determinado *pelas circunstâncias sociais de seu nascimento*. Toda práxis humana é prenhe de ação consciente, portanto, não pode ser desvinculada da irrevogável condição de agir sobre determinadas circunstâncias histórico-sociais, seja sob pena de sucesso ou ruína. As formas ideológicas são produtos das práxis humanas, dialogando constantemente com as circunstâncias em que os indivíduos se deparam, constroem, conservam, transcendem e revolucionam. Em termos gerais, a ideologia tem seu surgimento nas relações sociais, as quais, nas sociedades de classes, são conflitantes e antagônicas. (Lara, 2017). A classe que impõe seus interesses particulares como interesses gerais está a disputar a condução da vida social de determinada sociedade, como também a classe que se impõe na negação dessa tendência elabora contratendências e resistências. Nesse caso, os conflitos ideológicos emergem quando as classes disputam a hegemonia diante da resolução das crises e conflitos sociais.

⁷ “E por mais complexas que sejam as manifestações vitais produzidas pela divisão social do trabalho, até as mais elevadas realizações espirituais dos homens, as decisões [entre] alternativas continuam funcionando como fundamento geral de todas elas” (LUKÁCS, 2013, p. 372).

Performatividade e hipernormalização

Ainda que popularizada nas décadas finais do século XX, a teoria da performatividade teve seu ponto de partida em 1955 com o trabalho do linguista britânico J. L. Austin. *How to do thing with words*, foi seu trabalho seminal que influenciou as gerações subsequentes que exploraram outros temas nos campos da antropologia, da história e da sociologia inspirados no seu trabalho (Austin, 1962). O centro da investigação de Austin foi separar os enunciados *descritivos* daqueles que ele caracterizou como *performativos*. Enquanto os enunciados descritivos podem ser verdadeiros ou falsos, os enunciados performativos não têm essa função. Frases como “Eu aceito (essa mulher como minha legítima esposa)” ou “Eu nomeio esse navio *Rainha Elizabeth*”, são exemplos de performativos citados pelo autor: “Nestes exemplos parece claro que pronunciar a frase (em circunstâncias apropriadas, é claro) não é descrever o que eu deveria dizer ao dizer que estou fazendo ou ao afirmar que estou fazendo: é fazê-lo” (Austin, 1962, p. 05–06). O autor desenvolve uma posterior complexificação dessa questão central, discutindo diferentes subdivisões dos enunciados performativos, como o caso dos contratuais (*Eu aposto que...*) e os declarativos (*Eu declaro guerra*), ou mesmo a divisão em três níveis: locução, força ilocucionária e efeito perlocucionário (Austin, 1962).

Como os performativos são definidos como ações em si mesmas que para terem efeito, precisam estar inseridos dentro de determinados contextos, em nossa visão, essa é uma análise que privilegia a *forma* dos fenômenos para compreender seus conteúdos, isto é, quando se propõe a fazê-lo.

Isso não significa, porém, que alguns aspectos das análises inspiradas nesse campo metodológico não possam ter seus méritos. É o caso do trabalho de Alexei Yurchak, cujo mérito principal é o mesmo de outras recentes tendências revisionistas da história soviética: enfraquecer a escola do “totalitarismo”, hegemônica desde o período da Guerra Fria⁸. Yurchak (2005, p. 05–06) rejeita a visão binária do socialismo típica da escola do totalitarismo, em que o socialismo soviético é visto como essencialmente ruim ou imoral. O povo soviético era visto, por essas abordagens, como vítima, cúmplice ou um ser esmagado pela máquina “totalitária”, e, portanto, sem agência ou protagonismo (Yurchak, 2005, p. 06–07). Além disso, Yurchak aponta um fato importante: a maior parte dos estudos sobre a URSS foi feito de fora ou em retrospecto, em ambos os

8 Essa escola teórica varia de anticomunistas raivosos como Carl Friedrich, Zbigniew K. Brzezinski (1965), Richard Pipes (1997), até alguns mais refinados como Hannah Arendt, Martin Malia (1994) e Stephen Kotkin.

casos sob a hegemonia de tendência antissocialistas. É interessante apontar que do ponto de vista das fontes de ego-documentos, as memórias escritas tendem a serem muito mais críticas⁹ do que os diários, escritos no calor do momento (Yurchak, 2005, p. 07). Isso coaduna com a argumentação de Losurdo (2004, p. 13–14), quando disse que a queda da URSS engendrou o fenômeno da *autofobia*, isto é, a derrota política pervadiu a consciência ideológica e cultural daqueles que viveram ou lutaram pelo socialismo no mundo.

Yurchak parte de uma premissa que, a nosso ver, é equivocada. Ele argumenta que o projeto societário soviético herdou o paradoxo fundamental do iluminismo, situando a URSS dentro do projeto da modernidade, da incongruência entre o discurso ideológico e o governo ideológico. Para ele, a contradição reside no fato de que a ideologia emanada desde a autoridade política não consegue ser concretizada na forma de governo prático (Yurchak, 2005, p. 10–11). A única forma de resolver esse paradoxo, chamado por ele de Paradoxo de Lefort, era a presença de um “mestre” que, posicionado de “fora” do discurso ideológico, seria capaz de alimentar o projeto com verdades objetivas. Por muito tempo, quem cumpriu esse papel foi nada menos do que Joseph Stalin.

Yurchak não inventou esse fenômeno. O papel deletério cumprido por Stalin como juiz e árbitro daquilo que era considerado como verdade para o marxismo-leninismo foi observado até mesmo por comunistas e revolucionários defensores da ideologia soviética. Basta lembrar-se da menção de Lukács em seu pequeno ensaio de caráter autobiográfico intitulado *Meu caminho para Marx*. Lukács argumentou que nos anos 1930 e 1940 ele e outros intelectuais, interessados em enriquecer a cultura marxista e superar a “ortodoxia plehanovista” no âmbito da filosofia enfrentaram dura e agressiva resistência de um aparelho burocrático, representada pelo que ele chamou de *rappistas*¹⁰ e sociólogos vulgares (Lukács, 1983). Primeiro, acreditavam que Stalin seria quem poderia resolver esse problema que parecia casual e temporário, mas depois perceberam que Stalin era parte do problema, inclusive *pessoalmente*.

O problema corretamente constatado por Yurchak é por ele associado essencialmente ao marxismo como herdeiro do projeto iluminista e da grande narrativa da modernidade. Ele identifica a variante pós-Lenin do marxismo vulgar soviético ao marxismo em si mesmo e, por isso, enxerga a luta contra o dogmatismo nas primeiras fases da Revolução Russa como algo puramente marginal

⁹ Algo que parece ser coerente com o diagnóstico de Domenico Losurdo sobre o fenômeno da autofobia.

¹⁰ Associação russa de escritores proletários, conhecida por atacar e pregar a censura naqueles escritores que não se conformavam ao seu ideal de “verdadeiro escritor soviético”, atacando inclusive autores revolucionários como Maïakovsky e Gorki.

que foi eventualmente derrotada. Dessa forma, cai no erro de associar Lenin como antecedente ao problema do dogmatismo stalinista, baseado em uma única carta enviada pelo líder bolchevique a Clara Zetkin¹¹ em que ele supostamente advoga pelo *estrito controle cultural* pelo partido. Ele menciona que Lenin teria dito que: “Mas é claro que somos comunistas. Não devemos colocar nossas mãos nos bolsos e deixar o caos fermentar a seu bel-prazer. Devemos tentar conscientemente orientar este desenvolvimento, para formar e determinar seus resultados” (Zetkin, 2012). A argumentação de Lenin estava muito longe, na verdade, do controle. Segundo Clara Zetkin, sobre a questão da cultura, Lenin afirmou que:

A revolução está libertando todas as forças que foram retidas e as está impulsionando para cima desde as profundezas até a superfície. Tomemos um exemplo. Pense na pressão exercida sobre o desenvolvimento de nossa pintura, escultura e arquitetura pelas modas e humores da corte czarista, bem como pelo gosto, pelas fantasias dos aristocratas e da burguesia. Em uma sociedade baseada na propriedade privada, o artista produz bens para o mercado, ele precisa de compradores. Nossa revolução removeu a pressão deste estado de coisas mais prosaico por parte dos artistas. Ela fez do Estado soviético seu protetor e patrono. Todo artista, e todo aquele que desejar, pode reivindicar o direito de criar livremente de acordo com seu ideal, seja ele bom ou não. E assim se tem o fermento, a experiência, o caos (Zetkin, 2012).

Como vemos, o ideal lenineano expresso no encontro entre Lenin e Zetkin está muito longe do controle mencionado. A razão do porquê Yurchak omite um trecho o qual Lenin argumenta tão abertamente pela liberdade de criação dos artistas pode ter sido desatenção. Mas parece que Yurchak tomou uma publicação de 1984 por um coletivo que utiliza um fragmento da argumentação de Lenin de forma apologética como verdade, demonstrando sua incapacidade ou desinteresse intelectual em diferenciar vertentes internas do marxismo soviético.

Seja como for, a discussão de Yurchak a respeito da performatividade da ideologia soviética parte da localização de Stalin como agente de um meta-discurso. Ele argumenta que Stalin agiu como uma força “editorial” do discurso público soviético, intervindo como comentador em muitas áreas, como nos debates políticos, científicos, linguísticos e artísticos (Yurchak, 2003, p. 488, 2005, p. 13). Propositalmente ou não, Stalin usou sua posição para “definir” os caminhos da “correta” produção de conhecimento. Em algumas áreas, sua inter-

11 A referência usada pelo autor é uma citação de um livro em russo: Arnol'dov, A. 1., et al. 1984. *Marksistsko-leninskaja teoriia kul'tury* (Teoria Marxista-Leninista da Cultura) Moscou: Politizdat. Essa carta, até onde pudemos pesquisar, não está disponível nas obras completas do autor. Há, porém, o relato de Zetkin em uma de suas entrevistas com Lenin sobre a questão cultural quando ela o visitou em sua residência em Moscou. Ver Zetkin (2012).

venção foi explicitamente negativa, como por exemplo, sua relação com Trofim Lysenko e sua rejeição da genética mendeliana que atrasou a biologia soviética significativamente.

Segundo Yurchak (2005, p. 13–14), a morte de Stalin deixou vaga a cadeira de editor externo do discurso público, e, portanto, da ideologia soviética. A partir dali, começou o fenômeno indicado por Yurchak como hipernormalização ou a “hegemonia da forma”. O absentismo desse árbitro da verdade ideológico-política criou uma profunda mudança em como a criatividade era exercida. Ainda que com mudanças no conteúdo dos discursos ideológicos, eles passaram a se tornar extremamente normalizados. Em nossa pesquisa sobre a propaganda soviética na Guerra Fria que passou pela leitura de dezenas de exemplares da revista *Mulher Soviética* publicada para o estrangeiro, pudemos constatar essa característica (Machado, 2020). Algumas poucas fórmulas discursivas que eram repetidas por anos a fio, ainda que com mudanças importantes no conteúdo, tornaram tal leitura extremamente entediante. Mas se tais discursos ideológicos eram normalizados, quem os faziam? A resposta dada por Yurchak (2003, p. 489–491) argumenta que a forma era replicada através de uma espécie de escrita coletiva e da mútua imitação. Blocos de texto com um conteúdo semântico fixado internamente eram reproduzidos de uma autoridade para a outra, de um jornal para outro, de um livro para outro e assim sucessivamente.

Em sua pesquisa etnográfica, o autor também menciona os tipos de atividades que haviam se tornado hábitos, como os desfiles do 1º de Maio e o aniversário da Revolução de Outubro ou os congressos e reuniões da *Komsomol*¹² os quais votavam resoluções. Os entrevistados relataram que não prestavam muita atenção no sentido literal das bandeiras, palavras de ordem e resoluções levantadas (Yurchak, 2005, p. 15–16). Mesmo assim, diferentemente da historiografia inspirada na categoria de totalitarismo, ele argumenta que os atos de adesão irrefletida, mas unânime, rotineira, porém massiva, não se tratavam de dissimulação.

A performatividade dos atos e discursos, portanto, é definida pelo primado da forma. De acordo com Austin (1962), um performativo pode ser feliz ou infeliz, enquanto os enunciados constatativos são verdadeiros ou falsos. Como o performativo é um ato, ele se realiza ou não, dependendo se as circunstâncias onde foi exercido estavam adequadas. Os performativos soviéticos engendraram múltiplos significados, e vamos discuti-los mais adiante, de acordo com a pesquisa de Yurchak. Por ora, resta apontar que o seu argumento principal reside nessa relativa autonomização da forma em relação ao seu conteúdo.

12 Liga Comunista Leninista da Juventude de Toda a União, organização juvenil do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

A rica discussão levantada por Yurchak nos propicia oportunidade de reflexão diversa sobre um problema comum na análise do socialismo tardio, que era inclusive reconhecido pelos próprios soviéticos¹³. Todavia, há uma série de problemas ao se colocar o performativo como centro da questão (Yurchak, 2005, p. 21). Primeiro, ele se desconecta das razões pelas quais esse formalismo se desenvolveu e, portanto, se concentra também na aparência e na forma do fenômeno que analisa (Yurchak, 2005, p. 04). Depois, ele parece ser incapaz de apontar as diferenciações internas das formas ideológicas do socialismo soviético. Apontar a onipresença e a ubiquidade da normalização discursiva não explica porque as autoridades soviéticas tomaram essa ou aquela decisão em determinado contexto. Portanto, argumentamos que esses limites só podem ser superados a partir de uma análise materialista e histórica.

Taticismo: o dogma e a revisão durante a Guerra Fria

Em seu texto *O processo de democratização*, Lukács realizou um balanço crítico sobre os problemas da democracia socialista, relacionando esses desafios com uma análise sobre o período staliniano, ao mesmo tempo em que rejeitou a democracia burguesa como alternativa. Lukács (2011, p. 175) afirma que a vigência jurídica de certas instituições pode conviver com o seu esvaziamento social, na medida em que as pessoas participam de reuniões de forma indiferente e até apática, resultando numa aprovação *formal* das resoluções e votações.

Naturalmente, a revolução, por mais intensa que tenha sido, passou por fases de desenvolvimento que mudaram as formas de mobilização. Isto é, saem do terreno militar e passam para o âmbito da transformação econômica e das relações sociais na vida cotidiana. Houve uma mutação interna que saiu do romântico das massas para a monotonia dos gabinetes. A revolução se tornou prosaica. Esse é um aspecto mencionado por Losurdo (2004, p. 73–74) em *Fuga da História?*, muito embora seja questionável sua exagerada relativização do fenecimento do Estado como objetivo parcial do comunismo. O prosaísmo da revolução também é abordado por Lukács (2011, p. 117–118), quando menciona

13 Veja o longa-metragem de 1976, *Ironia do Destino*, dirigido por Eldar Ryazanov. Essa comédia romântica, que é reassistida todo o ano novo nos países da ex-URSS, tem uma trama que brinca com a padronização urbanística quando um moscovita embriagado, na noite de ano novo, entra acidentalmente num avião para Leningrado. Ao sair do aeroporto, ele pede a um taxista que o leve para o seu endereço. Em razão da padronização, ele chega numa rua com mesmo nome, mesmo número e entra num prédio idêntico ao dele, sem perceber que está em outra cidade. Ali então começa a comédia, quando a dona do apartamento que ele preparava sua ceia encontra-o adormecido em seu sofá.

o contraste entre os seus momentos agudos e os seus momentos consolidados, em que o *hábito* pode ou não levar a tendências burocráticas.

Uma análise marxista do desenvolvimento da ideologia soviética passa necessariamente por considerar os vários fatores que predispuseram a sua transformação interna. Esses fatores possuem caráter simultaneamente objetivo e subjetivo. Como afirmamos nesse artigo, a ideologia é um veículo de resolução dos conflitos sociais. Na medida em que a burguesia e a autocracia foram derrotadas internamente, a contrarrevolução contra a União Soviética assumiu caráter internacional, cujo momento de maior agressão certamente foi a invasão nazista de Hitler contra o país dos soviéticos.

“A guerra é apenas a continuação da política por outros meios”, resumiu o general prussiano e teórico da guerra, Carl von Clausewitz (Clausewitz, 2019). Esta definição, embora útil para compreender períodos de conflito aberto e declarado entre diferentes entidades beligerantes, tem pouca utilidade para a construção de diretrizes de interpretação para a Guerra Fria. Um conflito de longa duração, cheio de ameaças frontais e ultimatos, isolamento de campos opostos e integração com aliados, meandros nebulosos e confrontos secretos, proselitismo diário e também histeria coletiva ou situações nervosas. Talvez, se invertermos a equação de Clausewitz, teremos uma indicação mais adequada para entender o significado da Guerra Fria. A noção de “política como uma continuação da guerra por outros meios” não é uma criação genuína. Henry Kissinger, um grande representante da política externa estadunidense durante os anos tensos da Guerra Fria, aplicou uma denominação semelhante ao caracterizar a diplomacia como uma continuação da guerra (Kissinger, 1982, p. 562). Segundo Bassford (1994, p. 199), o próprio Kissinger teria herdado tal conceito de Lenin, para sua própria teoria da diplomacia, que, por sua vez, empregou Clausewitz em sua interpretação marxista dos acontecimentos de 1914.

Não faria sentido argumentar que a Guerra Fria foi apenas uma continuação da Segunda Guerra Mundial por outros meios. Entretanto, algumas vantagens desta hipótese arriscada poderiam ser extraídas para a fuga da interpretação limitada e saturada da Guerra Fria como uma simples bipolaridade: os entrelaçamentos internacionais e as hostilidades permanentes entre os campos. A primeira, a visão mundial, amplia o escopo da análise. É o que Westad (2007) chama de “Guerra Fria Global” e é adotada por Hecht (2011) em uma direção ligeiramente diferente, enquanto observa o nascimento da “nova história internacional” através de sua discussão sobre tecnopolítica. Se a Guerra Mundial engoliu muitos países do hemisfério norte, os colonizados e explorados do sul global aproveitaram a oportunidade entre seus opressores para lutar pela in-

dependência. Ambos os eventos, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, foram marcadas pela reformulação de todas as fronteiras mundiais, alianças internacionais e áreas de influência entre adversários, novos países nasceram e impérios morreram, muros foram erguidos de um lado e pontes do outro.

Englobar esses elementos na análise das transformações da ideologia soviética é necessário para compreender como os homens formularam suas ideias a fim de resolver os problemas que surgiam diante deles. Lukács (2011, p. 130) aponta que os principais problemas da crise do socialismo, ainda antes mesmo deste entrar em sua fase mais aguda, eram dois: o caráter não clássico da revolução de 1917, que obrigou os comunistas a buscarem construir o socialismo em um país atrasado, e o isolamento internacional com a derrota da revolução no ocidente em 1918 e 1919. O problema do isolamento apareceu de diferentes formas na política externa soviética que, em alguns casos, privilegiou a diplomacia com setores burgueses de determinados países a apoiar o movimento comunista e revolucionário local.

Isto é precisamente o que Westad descreve: a política externa de Stalin, por exemplo, embora formalmente consistente com a doutrina estabelecida em sua peculiar interpretação dogmática do marxismo, o interesse imediato em favorecer os negócios soviéticos e encontrar uma correlação de forças mais estável para o Estado soviético, sobrepõe-se ao objetivo internacionalista da revolução mundial. Stalin pôs um fim ao movimento revolucionário no Irã em nome de uma aliança com os setores nacionalistas da burguesia persa, patrocinou a criação de grupos separatistas no Norte para forçar uma negociação e retirou o apoio aos comunistas locais (Westad, 2007, p. 61). Orientações semelhantes também ocorreram durante o período pré-guerra para os comunistas chineses que foram posteriormente massacrados pelo Kuomintang. No período pós-guerra, segundo Westad (2007, p. 64), foi o não cumprimento da linha política de Stalin que salvou os comunistas chineses e, na prática, lhes garantiu a vitória. Mesmo após a vitória de Mao Tse Tung, Stalin permaneceu incrédulo na possibilidade de uma trajetória rumo ao socialismo que divergia de seu dogma (Westad, 2007, p. 65). Há vários outros exemplos que poderiam ser citados, como a “revolução inoportuna” na Espanha etc.

Havia um tom de *Realpolitik* nessas ações que realizaram certos cálculos políticos, não para os objetivos da revolução mundial, mas sim para proteger e beneficiar o Estado soviético. Esse movimento é chamado por Lukács de taticismo: uma tendência positivista no marxismo que produziu sérias deformações teóricas e políticas. O pragmatismo político de responder a situações concretas cria uma situação paradoxal em que mesmo respostas corretas a certos proble-

mas foram encobertas de uma manipulação política e teórica que torna quase impossível ter um balanço minimamente consensual sobre como os soviéticos lidaram com os desafios de suas distintas épocas. Lukács dá um exemplo disso: o Pacto Molotov-Ribbentrop (1939), um movimento tático razoável, foi justificado por Stalin com a análise de que a guerra em curso era apenas interimperialista, uma avaliação teórica que se provou errada em apenas dois anos mais tarde (Lukács, 2011, p. 151).

Outro exemplo que pode ser válido para ilustrar esse *modus operandi* foi a doutrina da chamada “coexistência pacífica” de Khrushchev que, diante da corrida armamentista forçada pelos EUA, tinha o objetivo de aliviar os gastos militares com a ideia de que era possível que o capitalismo e o socialismo pudessem concorrer no terreno dos padrões de vida e de consumo de seus povos no lugar das ameaças militares. Lukács (2011, p. 126) argumenta que o taticismo predominante na orientação dos sucessores de Lenin fazia justificações teóricas de posições táticas *a posteriori*. Isto é, quando defrontados com um problema concreto e mesmo formulando uma política tática justa, o faziam de maneira manipulatória ao justificarem suas posições com base em premissas teóricas estranhas ao marxismo. Khrushchev ([s.d.], p. 40) poderia estar certo ao identificar a luta pela paz e o desarmamento como tática central de sua época, mas ao criar uma argumentação teórica sobre a possibilidade de “competir” pacificamente com o imperialismo, ele desarmou teoricamente o marxismo e alienou setores do movimento comunista internacional, como o caso da China.

O uso taticista e manipulatório de Lenin por Khrushchev é evidente. Em um artigo para a revista *Foreign Affairs* em 1959, ele menciona uma pequena resposta de Lenin sobre as possibilidades de paz com os EUA em 1920, enquanto omite boa parte de sua obra (como sua teoria do imperialismo, por exemplo) e realiza sua justificação teórica da tática de coexistência pacífica (Khrushchev, 1959, p. 02). Nessa ocasião, Lenin respondeu à pergunta: “Qual seria a base para a paz com os EUA?”

Que os capitalistas americanos nos deixem em paz. Não vamos tocá-los. Estamos até prontos para pagá-los em ouro por qualquer maquinaria, ferramentas etc., úteis para nossos transportes e indústrias. Estamos prontos para pagar não apenas em ouro, mas também em matéria-prima (Lenin, 1920).

Essa pequena resposta à uma questão pontual e concreta de um momento específico da conjuntura mundial em que a URSS estava apenas no caminho da finalização da brutal guerra civil que seguiu a revolução de outubro, levou a elaboração de uma justificação teórica, isto é, da possibilidade do imperialismo

e do socialismo competirem pacificamente. Não é por acaso que Lukács (2011, p. 171) argumentou que o processo de desestalinização desencadeado no 20º congresso do PCUS se operou por métodos stalinistas.

A Guerra Fria não foi apenas uma divisão ideológica do mundo ou meramente uma competição, mas uma guerra real, com características completamente diferentes de conflito militar em larga escala. Foi, porém, uma guerra no sentido de objetivos de aniquilação do inimigo, caracterizada por ser travada em diferentes aspectos sociais e com batalhas em múltiplos terrenos e com confrontos regionais. Algo semelhante a esta interpretação pode ser encontrado na obra de Eric Hobsbawm (1995, p. 225) em seu livro *Era dos Extremos*, cujo autor explica como o período pós-guerra esteve realmente à beira da Terceira Guerra Mundial. Hobsbawm recupera a afirmação de Thomas Hobbes sobre a Guerra, como o momento em que a vontade, a intenção de lutar, ainda está presente e urgindo. Embora Hobsbawm não argumente sobre um período homogêneo, que apoia a explicação comum da Guerra Fria como um amplo conflito hostil, mas imbuído de diferentes polos de ação, ritmos e intenções.

Domenico Losurdo, no entanto, vai um pouco mais longe, defendendo que a queda da União Soviética não foi um colapso, mas resultado do cerco político, econômico, diplomático e militar de longo prazo, especialmente dos EUA:

Com efeito, é impróprio definir como “fria” uma guerra que inicia, ou que vê sua última fase começar, com Hiroshima e Nagasaki. Trata-se de uma guerra que não apenas se torna periodicamente em quente nas mais diversas regiões do mundo, mas que em determinados momentos corre o risco de se tornar tão quente a ponto de destruir, ou quase, o planeta. Mesmo em relação ao confronto direto entre os dois principais antagonistas, a frente mais evidente de imediato é a da batalha político-diplomática, econômica e de propaganda, mas não se deve perder de vista o terrível braço de ferro militar, mesmo sem ter chegado ao combate direto e total, não ficou livre de consequências. Trata-se de uma prova de força atuando em profundidade sobre a economia e a política do país inimigo, sobre sua configuração como um todo; é uma prova da força que tem como objetivo, e consegue, como veremos, triturar as alianças, o “campo” do inimigo (Losurdo, 2004, p. 33).

É sabido que a União Soviética teve problemas substanciais para ser reconhecida como um Estado legítimo nascido de uma revolução de inspiração socialista¹⁴. Já em seu berço, a sociedade soviética e, inclusive aqui, seu Estado,

14 O reconhecimento da União Soviética como um Estado legítimo por outros grandes países europeus levaram mais ou menos tempo. França, Alemanha, Itália, Reino Unido, Áustria e os países escandinavos reconheceram a URSS entre 1923 e 1924. Alguns outros levaram mais tempo, como Espanha (1933), Suíça (1946), Hungria (1934) e Bélgica (1935). Os EUA estabeleceram relações diplomáticas em 1933, enquanto o Japão o fez em 1925. Isto significava que, na medida em que eram incapazes de aniquilar

foi atacada quase incessantemente por pressões externas de diversas formas¹⁵. As tensões internas herdadas dos tempos do Império e as contradições de classe também desempenharam papéis importantes nas múltiplas vicissitudes do Estado e sua ideologia.

Durante os eventos que permearam a Segunda Guerra Mundial, a oportunidade de enfraquecer ou mesmo eliminar o inimigo reapareceu. E isto é válido para ambos os lados. George Kennan, uma figura importante da diplomacia americana, por exemplo, não esconde o velho desejo de ver uma guerra entre a Alemanha nazista e a União Soviética como resultado positivo para os americanos e as “democracias ocidentais”. Losurdo também cita a declaração de Truman antes de os EUA entrarem formalmente na guerra: “Se verificarmos que a Alemanha vencerá, devemos apoiar a Rússia, e se verificarmos que a Rússia pode vencer, devemos apoiar a Alemanha. Deveríamos deixá-los se matarem o máximo possível” (Truman apud Losurdo, 2004, p. 30). Mesmo durante a guerra, os estadunidenses se afastaram de sua promessa original, deixando que a União Soviética fizesse o maior esforço para acabar com a guerra. Stalin, por outro lado, viu a possibilidade de um confronto entre os países capitalistas como algo positivo também para a URSS, como Lukács mencionou a respeito da visão staliniana da guerra interimperialista. Westad citou sua declaração na qual ele diz que uma guerra

entre dois grupos de países capitalistas — pobres e ricos no que diz respeito às colônias, matérias-primas etc. — para a redivisão do mundo ... Não vemos nada de errado em eles terem uma boa e dura luta e se enfraquecerem mutuamente... Da próxima vez, vamos surgir do outro lado (Westad, 2007, p. 57).

Mesmo a “desestalinização” prometida pela ideologia revisionista de Khrushchev, após a morte de Stalin, é marcada por elementos de continuidade e

militarmente o Estado socialista, eles começaram a tolerar sua existência e recalibraram suas táticas para o terreno diplomático e econômico.

15 O historiador Jean-Jacques Marie, em sua *História da Guerra Civil Russa*, sintetizou, com base nas memórias e correspondência dos líderes do Exército Branco, uma multiplicidade de interesses pelos quais as intervenções das potências estrangeiras foram motivadas, especialmente da Inglaterra, França e Alemanha, no conflito iniciado pela Revolução Russa. De fato, além das exigências draconianas impostas pelos alemães para a paz de Brest-Litovsk, os invasores continuaram a intervir pela Ucrânia ou para proteger o Exército Voluntário do Norte, inclusive confessando seu interesse no petróleo de Baku. O general branco Denikin negociou em troca do apoio franco-britânico a um desmembramento efetivo de regiões inteiras da Rússia. Os japoneses, com seus próprios planos, desembarcaram cerca de 50.000 homens na frente oriental. O apoio estrangeiro ao exército voluntário não foi apenas logístico ou material, mas também eficaz, enviando contingentes de tropas em vários pontos de conflito. É o que Marie classifica como uma ajuda maciça dos países ocidentais ao Exército Branco, que se desenvolveu principalmente entre 1918-1919 (MARIE, 2017).

ruptura. Do ponto de vista da Guerra Fria, mesmo o historiador antissoviético William Taubman reconhece que a nova liderança da URSS enfrentou sucessivas crises domésticas combinadas com a continuação da hostilidade ocidental e do cerco militar ou mesmo a própria ameaça de destruição (Taubman, 2006, p. 285).

O tamanho da agressividade foi demonstrado a cada crise, a qual, subindo rapidamente diante da dificuldade de resolvê-la, chegou ao ponto de chantagem nuclear. A própria URSS utilizou esta opção, por exemplo, na crise sobre o Canal de Suez ou no episódio mais conhecido da Crise dos mísseis de Cuba (Taubman, 2006, p. 285). Os EUA, sempre na liderança da corrida nuclear e armamentista, usaram esta tática em outras circunstâncias, ameaçando a China revolucionária mais de uma vez.

Nosso argumento serve apenas para ilustrar que o clima de hostilidade mútua existia há muito tempo antes da Guerra Fria e continua a existir, mesmo que tenha mudado e assumido novas particularidades. Obviamente, os anos da chamada “coexistência pacífica” mudaram o conteúdo e a intensidade da agressão. Todavia, a “lei da sobrevivência” que ainda reinava nos anos de estabilidade até que a URSS foi finalmente derrotada. A partir desta perspectiva, acreditamos que a ideologia soviética se torna mais inteligível.

Considerações finais

Por fim, para compreender essas transformações internas na ideologia soviética, é preciso compreender quais desafios essas formas ideológicas estavam buscando responder em seu tempo. Nesse âmbito, a teoria da performatividade — ainda que rica no sentido de analisar a forma como essa ideologia se expressou, já que a aparência é também uma parte realmente existente dos fenômenos, — se mostra insuficiente.

Em um de nossos trabalhos, identificamos que, apesar da sua formalização e o revisionismo taticista nos anos da Guerra Fria, a ideologia soviética cumpriu papel muito importante no sentido de defender o surgimento de um novo paradigma societário em que os indivíduos devem ter suas necessidades sociais providas e, portanto, não devem ficar à mercê do livre mercado e do jugo do capital (Machado, 2020). Trata-se da “liberdade da necessidade”. Lukács também reconhece isso, primeiro rejeitando completamente o caráter manipulatório da democracia burguesa da era do imperialismo, mas também reconhecendo a existência de um esforço soviético pelo progresso mundial no sentido de uma

democracia substantiva, apesar de suas deformações (Lukács, 2011, p. 162, 196). Em sua análise da performatividade, Yurchak também reconheceu que a última geração soviética, ainda que dissociando o conteúdo das formas hipernormalizadas da ideologia soviética, também atribuía certos valores sobre a defesa da vida, da educação, do trabalho aos atos performativos do cotidiano (Yurchak, 2003, p. 08). Havia um interesse genuíno e apaixonado em melhorar a vida coletiva, mesmo que poluído por rituais corriqueiros (Yurchak, 2003, p. 09).

As transformações da ideologia soviética para uma forma cada vez mais superficial e taticista, envolvida de ornamentos pretensamente revolucionários e comunistas, foram profundamente influenciadas pelas condições objetivas do seu tempo, marcadas pela agressividade imperialista, mas também pela incapacidade de seus principais líderes de realizarem as reformas e o combate às tendências deformadoras. Não foi apenas Stalin, mas também Trotski e Bukharin operavam de forma taticista, como argumenta Lukács. É preciso realizar um verdadeiro balanço crítico sobre essas experiências para que se possa caminhar em direção a uma renovação do marxismo que abandone as justificações teóricas *a posteriori* e firme os pés na análise da situação concreta.

Referências

- AUSTIN, J. L. **How to do thing with words**. London: Clarendon Press, 1962. pp. 1–167.
- BASSFORD, C. **Clausewitz in English: The Reception of Clausewitz In Britain and America 1815-1945**. New York: Oxford University Press, 1994.
- CLAUSEWITZ, C. VON. **On War**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/clausewitz/works/on-war/book1/ch01.htm>>. Acesso em: 9 maio. 2019.
- FREDERICO, C. **Lukács: um clássico do século XX**. São Paulo: Moderno, 1997.
- FRIEDRICH, C. J.; BRZEZINSKI, Z. K. **Totalitarian Dictatorship and Autocracy**. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1965.
- HECHT, G. Introduction. In: GABRIELLE HECHT (Ed.). **Entangled Geographies: Empire and Technopolitics in the Global Cold War**. Cambridge: MIT Press, 2011.
- HILLESHEIM, J.; MACHADO, G. S. Considerações para uma ontogênese da política pelo trabalho. **Katálysis**. Florianópolis/SC, v. 20, n.º. 3, pp. 400–408, Set.-Dez. 2017.
- HOBSBAWM, Eric. **Age of Extremes: The Short Twentieth Century 1914-1991**. London: Abacus, 1995.
- KELLNER, D. Social apocalypse in contemporary Hollywood film. **MATRIZES**, v. 10, n.º. 1, pp. 13–28, 2016.
- KHRUSHCHEV, N. On Peaceful Coexistence. **Foreign Affairs**, v. 38, n.º. 1, pp. 1–18, 1959.

_____. **Documents of 21st Congress of the CPSU.** Khrushchev's report on: world situation, the construction of the communism in the USSR, and the role of the Communist Party. New York: Crosscurrents Press, 1961.

KISSINGER, H. **Years of Upheaval.** Boston: Little Brown & Co, 1982.

KONDER, L. **Lukács.** Porto Alegre: L&PM, 1980.

LARA, R. **História e Práxis Social:** introdução aos complexos categoriais do ser social. Bauru: Canal 6, Projeto Editorial Práxis, 2017.

LENIN, V. I. In **Reply To Questions Put By Karl Wiegand, Berlin Correspondent Of Universal Service.** Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1920/feb/18a.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

LOSURDO, Domenico. **Fuga da História?** A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

_____. Como nasceu e como morreu o “Marxismo Ocidental”. **Estudos de Sociologia**, v. 16, n. 30, p. 213–242, 2011.

LUKÁCS, Georg. Meu caminho para Marx. **Revista Nova Escrita/Ensaio especial – Marx Hoje**, v. 5, nº. 11, pp. 91–107, 1983.

_____. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: NETTO, J. P.; COUTINHO, C. N. (Eds.). **O jovem Marx e outros escritos de filosofia.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009. p. 225–245.

_____. **Socialismo E Democratização:** Escritos Políticos 1956-1971. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

_____. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

LYOTARD, J.-F. **The Postmodern Condition: A Report on Knowledge.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.

MACHADO, G. S. **Paradise is just ahead:** Social rights in Soviet propaganda to Brazil (1950-1964). Dissertação de Mestrado — São Petersburgo: Higher School of Economics - Saint Petersburg, 2020.

MALIA, M. **The Soviet Tragedy: a History of Socialism in Russia, 1917-1991.** New York: The Free Press, 1994.

MARIE, J.-J. **História da Guerra Civil Russa 1917-1922.** São Paulo: Contexto, 2017.

MARX, Karl. Prefácio. In: **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Expressão Popular, 2001. pp. 45–50.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Crítica ao Programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____.; _____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, J. P. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. S. DA et al. (Eds.). **Serviço Social e saúde - formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. pp. 1–22.

PIPES, R. **História concisa da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SARAMAGO, José. Fala do velho do restelo ao astronauta. In: MENÉRES, M. A.; CASTRO, E. M. DE M. E (Eds.). **Antologia da poesia portuguesa: 1940-1977**. Lisboa: Moraes, 1979. v. 2 pp. 377.

TAUBMAN, W. The Khrushchev period, 1953–1964. In: SUNY, R. G. (Ed.). . **The Cambridge History of Russia**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. v. 3 pp. 268–291.

WESTAD, O. A. The Global Cold War Third World Interventions and the Making of Our Times. New York: Cambridge University Press, 2007.

YURCHAK, A. Soviet Hegemony of Form: Everything Was Forever, Until it Was No More. **Comparative Studies in Society and History**, v. 45, n.º. 3, pp. 480–510, jan. 2003.

_____. Everything was forever, Until it was no more: The Last Soviet Generation. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

ZETKIN, C. **Reminiscences of Lenin**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/zetkin/1924/reminiscences-of-lenin.htm#h03>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

HISTÓRIA, CAPITAL E LUTA DE CLASSES: AS ORIGENS DE UMA RELAÇÃO

Oswaldo Coggiola

A luta de classes não é uma evidência empírica imediata da história pois as próprias classes sociais não o são. Elas se constituem no seu agrupamento e delimitação para a luta social, que precisa ser desvendada como substrato do processo histórico (incluído o que chamamos de “vida cotidiana”). Sua conceituação distingue-se da análise marxista (o materialismo histórico), embora o próprio Marx tivesse o tomado dos historiadores franceses das revoluções francesa e inglesa, que afirmavam, com Guizot: “O terceiro grande resultado da liberdade dos comuns é a luta de classes, um combate que constitui o mesmo fato e preenche as páginas da história moderna. A Europa dos tempos mais avançados nasceu da luta das diferentes classes da sociedade” (Guizot, 1839, p. 180, grifos meus).

Marx elaborou essa constatação até conceitualizá-la e estender sua abrangência para um período muito mais amplo da história humana, inclusive àqueles em que as classes sociais não eram consideradas enquanto tais. Qualificado por vezes de “reducionista” ou “insuficiente”, dois adjetivos complementares, o conceito dificilmente é negado por completo, inclusive pelos investigadores ou pensadores alheios à análise materialista da história. Nesta altura (da historiografia e da história do marxismo), não é preciso ao menos dizer ou provar que a análise baseada no materialismo histórico não nega a especificidade ou autonomia relativa da dinâmica específica de cada campo de análise e, portanto, sua possibilidade de elaborar suas próprias sínteses dentro de limites determinados.

A luta de classes, como dito acima, só excepcionalmente *aparece* como revelador do acontecer histórico. Ela, por outro lado, não enfrenta apenas as classes polares de determinada formação econômico-social, cuja luta só raramente domina o cenário social e político, mas também os numerosos estratos sociais intermediários, entre si e contra os “de cima” ou os “de baixo”. A análise política,

isto é, a análise da vontade consciente ou da ideologia dos atores históricos, portanto, imbrica-se com a análise social e histórica. O que Marx chamou de “infra-estrutura econômica da sociedade”, determinante da configuração social (estrutura de classes), possui sempre um caráter específico; materializa, geralmente de modo inconsciente, as “condições estruturais” nas quais as classes sociais e suas representações políticas perseguem, lutando, os seus próprios interesses e criam uma cultura comum que perpassa, desenvolve e resulta dessa luta:

A luta de classes, sempre presente no espírito de um historiador inspirado em Marx, tem por objetivo as coisas concretas e materiais sem as quais as coisas do espírito, e todos os refinamentos, não poderiam existir. Mas elas não aparecem na luta de classes como a imagem de um prêmio a ser ganho pelo vencedor. Elas vivem no coração dessa luta como confiança, coragem, humor, astúcia e perseverança. Seu eco repercute na noite dos tempos passados. Elas virão sempre pôr em questão as vitórias das quais saíram os dominadores” (Benjamin, 1985).

A luta de classes pressupõe que o tecido social de determinada sociedade tenha “avançado” o suficiente para configurar classes sociais diferenciadas com interesses divergentes e conflitantes (ou seja, os antagonismos sociais), condições que foram sendo preenchidas no Brasil do século XVI através da escravidão negra e indígena. Uma vez obtida (embora nunca de modo completo) a vitória dos conquistadores sobre os habitantes nativos, duas “instituições históricas” dominaram a dinâmica das sociedades nascentes: a colônia (o estatuto colonial) e a escravidão. A história da primeira dominou a historiografia americana, do seu nascedouro até o presente; já a situação e revolta dos produtores das sociedades americanas, apenas recentemente foi objeto da análise histórica (não estamos nos referindo à crônica da vida indígena que existiu desde os tempos da chamada “Conquista”), com as obras consagradas à rebelião tupacamarista nas regiões andinas, às “guerras indígenas” no Brasil e ao fenômeno dos quilombos escravos, principalmente no Brasil e na América Central, embora o fenômeno não se restringisse a essas regiões.

Nesse contexto, a historiografia brasileira privilegiou as questões relativas à formação da nacionalidade e à configuração das classes dominantes do país, tendendo a negligenciar as lutas de classe embutidas nos conflitos políticos ao longo da sua história. Em decorrência disso, a história política brasileira sublinhou mais as questões ideológicas em disputa do que os interesses de classe representados pelas diversas frações em pugna (Iglésias, 1993). Os enfrentamentos em que os oprimidos assumiram um papel protagonista foram postos em segundo plano. No entanto, no Brasil, desde as primeiras fases da colonização portu-
gue-

sa, os enfrentamentos sociais foram um elemento motor de sua trajetória; eles caracterizaram todas as etapas de seu desenvolvimento a partir da constituição da colônia como unidade produtiva. O privilégio concedido aos conflitos das classes dominantes se compreende num cenário histórico em que, geralmente, foram eles os que dominaram o palco político. Poucos autores focaram específica e especialmente na luta das classes oprimidas.

Não se trata, porém, de uma “exceção brasileira”, pois essa característica pode ser também achada na historiografia do restante dos países latino-americanos. A dinâmica histórica das Américas de colonização ibérica foi determinada pela história de suas civilizações originárias, pela conquista europeia, pela colonização de seu território no quadro do Antigo Sistema Colonial, pela sua emergência nacional, sua transformação capitalista e sua subordinação neocolonial às potências imperialistas. Na apertada síntese de Octavio Ianni, o brasileiro é:

um povo formado por populações indígenas, conquistadores portugueses, africanos trazidos como escravos, imigrantes europeus, árabes e asiáticos incorporados como trabalhadores livres. Mas essa é uma história baseada no escambo e escravidão, no colonialismo e imperialismo, na urbanização e industrialização, por meio da qual se dá, inicialmente, a formação da sociedade de castas, e, posteriormente, da sociedade de classes. Uma história atravessada por lutas sociais da maior importância, desde as revoltas de comunidades indígenas contra os colonizadores às lutas contra o regime de trabalho escravo. História essa que, no século XX, desenvolve-se com as lutas de trabalhadores do campo e da cidade pela conquista de direitos sociais ou pela transformação das estruturas sociais (Ianni, 1996).

Na sua acepção teórica moderna, a conceituação da *luta de classes* foi filha do capitalismo enquanto *sistema*. A acumulação capitalista deslocou do núcleo gerador de capital, levando-o para a esfera da produção, à indústria. Através da Revolução Industrial chegou-se finalmente ao *sistema capitalista*: com ela surgiram como figuras dominantes da vida econômica o capital e o trabalho assalariado. A Revolução Industrial foi responsável pela separação completa entre capital e trabalho, pela consolidação do trabalho assalariado, pelo controle da burguesia capitalista sobre a produção e pela formação de uma nova classe social: o proletariado. A acumulação primitiva foi substituída pela acumulação de capital ou “reprodução ampliada”. David Hume e seu discípulo Adam Smith, em meados do século XVIII, desafiaram as doutrinas mercantilistas; a crença, por exemplo, de que o montante da riqueza mundial permanecia constante e que um Estado só podia aumentar a sua riqueza em detrimento de outro Estado. A riqueza geral podia também crescer de modo constante, e até ilimitado.

Com o advento da burguesia industrial rompeu-se a unidade orgânica de política e economia: a classe capitalista industrial passou a dirigir efetivamente o processo produtivo e a atividade econômica, organizando a divisão do trabalho na fábrica e gerindo sua empresa no âmbito da divisão do trabalho. A extração do excedente revestiu-se de natureza puramente econômica; a burguesia industrial passou a possuir os meios de produção e a dirigir diretamente o processo produtivo. No entanto, diferentemente da antiga nobreza, ela não geria diretamente o Estado. O mercantilismo cedeu seu lugar ao capitalismo de predominância industrial que integrou no seu processo a terra, o comércio, a tecnologia e o trabalho sob a forma de relação salarial. A tecnologia passou a se basear na mecanização e na utilização de novos materiais e novas fontes de energia (carvão, vapor) integradas ao sistema fabril. O capitalismo se apropriou da esfera da produção mediante a transformação dos meios de produção em *capital*.

Seu deslanche teve lugar na Inglaterra, onde, sob as penúrias impostas pelo bloqueio continental francês e a enorme dívida pública, através de crises políticas entre aristocracia, burguesia agrária e burguesia industrial e de ampliações do colégio eleitoral, a indústria inglesa se impôs, transformando o país na fábrica do mundo:

Sem subestimar a contribuição determinante dada pelo protecionismo estatal direto e indireto, especialmente na época mercantilista, é certo que a decolagem definitiva do capitalismo aconteceu em concomitância com a chamada Revolução Industrial. Ela se iniciou primeiramente na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, na França e nos EUA a partir dos primeiros decênios do século XIX, e somente na segunda metade do mesmo século na Alemanha (Rusconi, 1986, p. 144).

Em que pesem a miséria e a exploração brutal nas fábricas, a população inglesa começou a crescer em ritmos inexplicáveis pelos critérios da demografia malthusiana. Boa parte dos novos pobres se transformou em sobrepopulação relativa, o “exército industrial de reserva” do capital. Esse momento revolucionário, de passagem da energia humana, hidráulica e animal, para a energia motriz como base da produção social, foi também o ponto culminante da longa evolução tecnológica, social e econômica que vinha se processando na Europa desde a Baixa Idade Média. No século XVII, as revoluções sociais e políticas na Inglaterra, destruindo as corporações de ofício privilegiadas (que detinham o monopólio da produção de mercadorias em diversos setores econômicos) e os monopólios da Coroa, criaram as condições para a expansão do capital em todos os ramos da produção. O Ato de Navegação cromwelliano de 1651 pusera as bases para a supremacia naval inglesa no Atlântico. Pressupostos políticos e

ideológicos também precederam à Revolução Industrial, criando um clima propício para sua eclosão. O liberalismo econômico tornou-se, no século XVIII, “quase uma religião”; a teoria de John Locke argumentava que a propriedade era um direito anterior à existência do Estado, “o poder supremo não pode tirar de qualquer homem qualquer parte de sua propriedade sem seu próprio consentimento”.

A expropriação dos pequenos produtores criou a premissa social do capitalismo, a transformação industrial da produção a realizou. A mecanização da produção criou o proletariado rural e urbano, composto de homens, mulheres e crianças, submetido a um trabalho diário exaustivo, no campo ou nas fábricas. Nas fábricas, os empresários lhes impuseram duras condições, com baixos salários e duras e longas jornadas de trabalho, configurando uma verdadeira “escravidão assalariada”:

A máquina, dotada da propriedade maravilhosa de reduzir e tornar mais frutífero o trabalho humano, provoca a fome e o esgotamento do trabalhador. As fontes de riqueza recém descobertas se convertem, por artes de um estranho malefício, em fontes de privações... Todos os meios de desenvolvimento da produção se transformam em meios de domínio sobre os produtores e de exploração; eles mutilam o trabalhador, tornando-o um fragmento de homem, degradam-no ao nível de um apêndice da máquina, destroem todos os resquícios de encanto do seu trabalho, que passa a ser uma labuta odiosa; eles o alienam das potencialidades intelectuais do processo de trabalho na mesma proporção em que a ciência é incorporada neste, como força independente; eles distorcem as condições nas quais ele trabalhou, sujeitando-o, durante o processo de trabalho, a um despotismo tanto mais odioso quanto mais humilhante; eles transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, esmagando sua esposa e filhos sob as engrenagens do capital” (Marx, 1986).

Os capitalistas procuraram estender a jornada de trabalho tanto quanto possível, forçando até meninos de nove anos a trabalhar turnos de doze horas nas terríveis condições das fundições de ferro:

Os economistas políticos clássicos se juntaram ao coro daqueles que condenaram a preguiça e a indolência por parte dos pobres. Embora tenham aplaudido as atividades de lazer dos ricos, eles denunciaram todo comportamento por parte dos menos afortunados que não implicasse o máximo de esforço de trabalho como sendo preguiça” (Perelman, 2018).

Existiam, todavia, limites objetivos para aumento da jornada de trabalho. Se aumentada demais, a jornada produzia “não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desen-

volvimento e atividade”, como também “a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho”. Os artesãos urbanos não podiam concorrer economicamente com os capitalistas cujo capital se acumulava rapidamente: os artesãos falidos contribuíram para aumentar ainda mais a massa de proletários disponíveis para a indústria.

A formação, manutenção e controle de uma massa de indivíduos destituídos foi condição para a acumulação do capital. A consolidação das grandes propriedades agrárias, com a expulsão de grande número de camponeses, deu origem às massas de “homens livres”, desprovidos de qualquer propriedade e desligados da autoridade de um senhor; prontos, portanto, para se tornarem mão de obra industrial. Nas fábricas não havia garantia contra acidente nem indenização ou pagamento de dias parados. Havia, sim, imposição de multas por trabalhos mal executados, por matérias primas desperdiçadas ou por instrumentos de trabalho prejudicados ou arruinados. A mecanização crescente desqualificava o trabalho, o que tendia a reduzir o salário. Havia também frequentes paradas da produção, provocando desemprego e diminuindo o salário, pois as horas ou dias não trabalhados não eram remunerados. A disciplina fabril era rigorosa e as condições de trabalho não ofereciam a menor segurança.

Em algumas fábricas, a jornada de trabalho ultrapassava 15 horas, os descansos e férias não eram sequer cogitados, mulheres e crianças não tinham tratamento diferenciado:

Massas de operários, comprimidos na fábrica, são organizadas como soldados. São colocadas, como soldados rasos da indústria, sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais subalternos e oficiais. Não são apenas servos da classe burguesa, do Estado burguês; dia a dia, hora a hora, são feitos servos da máquina, do vigilante, e, sobretudo, dos próprios burgueses fabricantes singulares. Este despotismo é tanto mais mesquinho, mais odioso, mais exasperante, quanto mais abertamente proclama ser o lucro o seu objetivo. Quanto menos habilidade e exteriorização de força o trabalho manual exige, quanto mais a indústria moderna se desenvolve, tanto mais o trabalho dos homens é desalojado pelo das mulheres. Diferenças de sexo e de idade já não têm qualquer validade social para a classe operária. Há apenas instrumentos de trabalho que, segundo a idade e o sexo, têm custos diversos. Se a exploração do operário pelo fabricante termina na medida em que recebe o seu salário, logo lhe caem em cima as outras partes da burguesia: o senhorio, o merceiro, o penhorista. As classes médias, os pequenos industriais, comerciantes e rentiers, os artesãos e camponeses, todas estas classes caem no proletariado, em parte porque seu pequeno capital não é suficiente para o empreendimento da grande indústria e sucumbe à concorrência dos capitalistas maiores, em parte porque a sua habilidade é desvalorizada por novos modos de produção. Assim, o proletariado recruta-se em todas as classes da população (Marx; Engels, 1980).

À desqualificação do trabalho, consequência do maquinismo (pela simplificação das operações que cada operário deveria realizar: cada um passou a dominar uma parte cada vez menor do processo produtivo), somava-se o alongamento da jornada de trabalho, consequência paradoxal de uma revolução produtiva, que acarretava uma enorme economia de trabalho humano:

Se bem que as máquinas sejam o meio mais poderoso de aumentar a produtividade do trabalho, isto é, de reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria, como também são agentes do capital nas indústrias das quais primeiro se apoderam, se convertem no meio mais poderoso de prolongar a jornada de trabalho além de qualquer limite natural. (...) Na maquinaria adquirem autonomia, em relação ao operário, o movimento e a atividade operativa do meio de trabalho. Este se transforma em *perpetuum mobile* industrial, que prosseguiria produzindo ininterruptamente se não tropeçasse nas barreiras naturais de seus auxiliares humanos: debilidade física e vontade própria. O capital anima-se com a tendência para reduzir as barreiras naturais humanas até as mínimas resistências, renitentes, porém elásticas.

O capitalismo industrial transformou a antiga relação salarial para as condições do novo modo de produção. Nem todos os assalariados eram operários, mas todos os operários eram assalariados. A classe operária existe na e pela distinção entre o trabalho *fundante*, que retira da natureza os meios de produção e de subsistência, e o trabalho *abstrato*, ou seja, a totalidade das atividades assalariadas. Essa distinção particularizou os proletários industriais frente aos demais assalariados: operários são os trabalhadores assalariados que, ao transformarem a natureza, são os produtores do capital quando sua força de trabalho é transformada em mercadoria. Se muitos assalariados não são operários, só a classe operária realiza, em escala histórica, o trabalho abstrato como medida do valor, expresso pela relação assalariada moderna. O trabalho do operário produz a mais-valia através de novos produtos resultantes da transformação da natureza, que continuam existindo após o fim do processo de trabalho. A cada instante trabalhado, o proletário acrescenta um novo *quantum* de riqueza ao quantum já acumulado pela sociedade, ampliando a riqueza geral: essa ampliação comparece como ampliação do capital total. Ao produzir um novo meio de produção ou de subsistência, o proletariado produz um novo *quantum* de capital, e ele valoriza o capital ao produzi-lo.

Na medida em que a transformação da natureza requer a atuação da corporeidade humana, o trabalho produtor de riqueza social é necessariamente um trabalho *físico* ou *manual*, ou, nas palavras de Marx: “Como o homem precisa de um pulmão para respirar, ele precisa de uma ‘criação da mão humana’ para con-

sumir produtivamente as forças da natureza”. No capitalismo, a classe operária é a responsável por essa criação. O seu *corpo* deve ser preparado e disciplinado para produzi-la. A classe operária moderna surgiu quando a força de trabalho foi transformada em mercadoria. Na época da formação do capitalismo, essa transformação foi marcada por uma violenta e continuada expropriação das condições de sobrevivência dos trabalhadores, incluídos seus conhecimentos adquiridos e suas formas e habilidades de/para produzir. A formação do proletariado na Europa aconteceu pela via da expropriação da população rural, que se estendeu desde finais do século XV até a primeira metade do século XVII. Tal formação contava com a intervenção do Estado na expropriação das massas camponesas e também na sua proletarianização efetiva, ou seja, na sua incorporação ao processo capitalista de produção. A massa de camponeses expropriados e de antigos soldados feudais licenciados foi obrigada a acorrer às cidades em busca de trabalho ou de meios de subsistência.

Mas,

os expulsos pela dissolução dos feudos e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras - esse proletariado livre como o ar - não podiam ser absorvidos pela nascente manufatura com a mesma rapidez com que eram postos no mundo. Por outro lado, as pessoas subitamente tiradas de sua órbita habitual de vida não podiam adaptar-se de maneira tão rápida à disciplina de seu novo estado. Transformaram-se massivamente em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos forçados pelas circunstâncias. Daí que em finais do século XV e durante o século XVI proliferasse em toda a Europa Ocidental uma legislação sanguinária contra a vadiagem. Os pais da atual classe operária foram castigados, no princípio, por sua transformação forçada em vagabundos e indigentes. A legislação os tratava como delinquentes voluntários; supunha-se que da boa vontade deles dependesse o fato de continuarem trabalhando sob condições velhas, já inexistentes (Marx, 1986).

Na era dos Tudor, a Inglaterra promulgou uma série de medidas severas projetadas para evitar que os camponeses caíssem na vagabundagem ou recorressem a sistemas de assistência. No estatuto de 1572, os mendigos com idade superior a 14 anos deveriam ser severamente flagelados e marcados com um ferro em brasa na orelha esquerda, a menos que alguém quisesse levá-los para seu serviço por dois anos. Os criminosos reincidentes com mais de 18 anos deveriam ser executados, a menos que alguém os levasse para seu serviço. Terceiras ofensas resultariam automaticamente em execução. Estatutos similares apareceram no início do século XVI em Inglaterra, Holanda e Suíça (Mantoux, 1988).

A classe operária moderna surgiu pela dissolução do feudalismo, das relações de vassalagem no campo e dos grêmios manufatureiros corporativos nas

idades. Essa dissolução se estendeu, de maneira diversificada, do século XIV até o século XIX (Bergier, 1995). Junto à absorção/destruição da pequena produção mercantil, agrária e urbana, pelo capital, ela criou o exército de homens e mulheres despojados de toda posse, que seriam obrigados a se transformar em operários. Esse “exército” originou a última condição necessária para a vitória da grande indústria: a disponibilidade imediata de uma grande quantidade de mão de obra livre. Desde o século XVI, em virtude do desemprego e do pauperismo, na Inglaterra e em grande parte da Europa continental, uma massa de camponeses sem terra passou a perambular por estradas e paróquias atemorizando os proprietários e aumentando a carga de impostos necessários para mantê-los, já que pelas leis inglesas as paróquias eram responsáveis pelo auxílio aos pobres. Henrique VIII criou leis que puniam os desocupados (chamados de “vagabundos”) com o mesmo rigor que punia ladrões e assassinos. Durante seu reinado (século XVI), foram executados 72 mil “ladrões” e, em 1547, foi proibida a mendicância em Londres.

O aumento da miséria levou à revisão da Legislação dos Pobres, existente na Inglaterra desde 1601, que organizava o auxílio público aos desvalidos. Em 1662, a “Lei de Residência” deu aos juízes, a pedido do encarregado da vigilância dos pobres em cada paróquia, o poder de enviarem de volta à sua paróquia os recém-chegados. Com a diminuição do desemprego, foram privilegiados outros meios de disciplinamento da população para subordiná-la aos novos métodos de produção. A legislação tornou-se cada vez mais repressiva: todo indivíduo descoberto sem trabalho ou ocupação podia ser preso ou chicoteado e, em caso de furto, mesmo que fosse para matar a fome, ser marcado a ferro, ter as mãos decepadas ou ser enforcado. O bispo inglês Berkeley, observando as condições sociais da Irlanda, propôs que os mendigos sadios fossem presos e transformados em “escravos do povo” durante certo número de anos. As paróquias passaram a recorrer à lei que determinava que todo indivíduo que mudasse de paróquia poderia ser expulso. Tal lei facilitou aos grandes proprietários a exploração ao máximo do trabalho dos camponeses de sua paróquia ou da paróquia vizinha. A “legislação sanguinária” contra os camponeses expropriados foi acompanhada de leis redutoras do salário determinando o rebaixamento de salários, com punições para os patrões que pagassem salários acima dos estabelecidos legalmente no Estatuto de Elizabeth; de leis prolongadoras da jornada de trabalho e de proibição das organizações operárias.

As classes assalariadas modernas constituíam nesse momento uma diminuta fração da população. O prolongamento da jornada de trabalho foi um fator fundamental da acumulação primitiva de capital. A partir do século XVI,

na França, foi posto em prática um sistema de *cercamento humano*, obrigando ao trabalho fabril ou forçado a toda a população considerada “vagabunda e mendicante”: o recrutamento forçado para as “galeras” reais foi seu episódio mais conhecido (a expressão *la galère* e o verbo *galerer* foram incorporados ao francês coloquial como sinônimos de trabalhar contra a vontade e/ou em condições deploráveis). O disciplinamento da força de trabalho se estendeu ao longo de séculos e compreendeu as diversas leis contra a vagabundagem e “contra a pobreza”, adotadas nos diversos países que visavam obrigar os homens livres a ingressarem no trabalho fabril. Em 1723, as paróquias foram autorizadas a instalar “casas de trabalho” (*workhouses*), que se transformavam em centros de trabalho forçado. Todas essas medidas visavam disciplinar para o trabalho fabril às “classes perigosas”.

O panorama mudou com a Revolução Industrial. Dentro do *factory system* surgiu a classe operária como produto do processo econômico: a produção ocorria agora em amplas unidades organizadas em torno de máquinas, e envolvendo uma divisão de trabalho altamente complexa: “a verdadeira alavanca do processo de trabalho global é cada vez mais, não o trabalhador individual, mas a força de trabalho socialmente combinada”, criando o “trabalhador coletivo”, cujos indivíduos são membros agrupados pelo esforço conjunto de produzir mercadorias. O propósito das constantes transformações do processo de trabalho no capitalismo é de aumentar a taxa de exploração através da produção de mais-valia relativa:

Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela [a maquinaria] se destina a baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo. A fim de alargar a outra parte da sua jornada de trabalho ela dá de graça para o capitalista. Ela [a maquinaria] é meio de produção de mais-valia (Marx, 1974, p. 7).

No final do século XVIII, surgiu na Inglaterra uma nova “lei dos pobres”, que previa uma ajuda às famílias mais necessitadas, proporcional ao número de filhos criando um sistema assistencialista, que impedia a livre oferta e circulação da mão de obra. O dinheiro necessário vinha de uma taxa paga pelos contribuintes cujas posses ultrapassassem um determinado valor. Em 1795, uma legislação de proteção ao trabalhador agrícola foi estabelecida no Sul da Inglaterra. O sistema foi adotado em reunião dos juizes de Berkshire, alarmados com o pauperismo e com a crescente onda de revoltas. Por esse sistema, a paróquia deveria pagar um subsídio complementar ao salário, até o nível da subsistência. O *Speenhamland System* foi introduzido primeiramente na vila de Speen por juizes locais

ao perceberem que “o estado atual dos pobres necessita de mais assistência do que a lei geralmente tem dado a eles”. Tal estado se devia a uma série de más colheitas que reduziram a oferta de trigo (com o conseqüente aumento do preço do pão), ao aumento da população e às guerras napoleônicas, que impediam a importação de trigo da Europa. A “lei dos pobres” suplementava os salários pagos proporcionalmente ao preço do trigo e ao número de filhos da família.

O objetivo do Estado inglês era evitar as revoltas da população faminta. Em 1795, o fantasma da Revolução Francesa de 1789-1793 rondava a Europa. Para os proprietários de terras, o sistema era vantajoso, pois transferia para todos os contribuintes os gastos com os trabalhadores na entressafra quando o salário era cortado e os trabalhadores eram mantidos com a suplementação garantida pela lei. Essa dupla vantagem fez com que o sistema se ampliasse para todo o Sul da Inglaterra, ainda pouco industrializado. Assim, o auxílio aos pobres representava mais um subsídio da sociedade aos grandes proprietários, que reduziam seus gastos com salários, do que uma transferência de renda dos grandes proprietários através do Estado aos trabalhadores do campo. No início da Revolução Industrial, em 1782, as Leis de Gilbert haviam fechado as “casas de trabalho”, as *workhouses*, onde eram confinados os “vagabundos”. Para evitar o retorno à servidão no campo, os homens fugiam para as cidades industriais, onde engrossavam o exército industrial de reserva. O sistema de Speenhamland estimulou os patrões a reduzirem os salários sem resistências sérias por parte dos operários, pois estes aceitavam trabalho por salários inferiores, e competiam com o trabalho não subvencionado.

Michel Foucault situou o processo de criação compulsória da classe operária dentro do disciplinamento geral da sociedade, necessário para a emergência da ordem burguesa durante a “era clássica” (o século XVII, chamado de *Grand Siècle*). Junto à repressão da “vadiagem”, o pauperismo se transformou em questão de *ordem pública*, com o Estado substituindo à Igreja na organização administrativa da caridade. O cardeal Richelieu e ministro das finanças Colbert, homens de Estado se distinguiram na tarefa que cobriu a Europa toda, com o *hôpital general* na França, o *spinnhuis* ou o *raspbuis* na Alemanha, a *workhouse* na Inglaterra, todas concebidas como métodos de encerramento e *correção* (social):

Sabe-se que o século XVII criou grandes internados; sabe-se menos que mais de um habitante de Paris a cada cem foi internado neles por vários meses... Vemos assim se inscrever nas instituições da monarquia absoluta, aquelas mesmas que depois viraram o símbolo de sua arbitrariedade, a grande ideia burguesa, e logo depois republicana, de que a virtude é uma questão de Estado (com) significados políticos, sociais, religiosos, econômicos e morais que dizem respeito ao mundo clássico em sua totalidade (Foucault, 1978).

O *biopoder* foi definido como o estilo de governo que regulamentou a população em todos os aspectos da vida humana: nos séculos XVIII e XIX, a população tornou-se num objeto de estudo e de gestão política. O Estado passou a regular a sociedade por meio de “uma explosão de técnicas numerosas e diversas para obter a subjugação dos corpos e o controle de populações”. O saber médico e psiquiátrico, a patologização e a medicalização, como formas modernas de dominação sobre seres econômica e socialmente inconvenientes, os “loucos” (ou presumidos como tais), foram integrados a esse processo. A formação compulsória da força de trabalho livre foi parte de um disciplinamento geral da sociedade (Foucault, 1978, p. 64 - 86).

A instituição do *panóptico* foi ideada em finais do século XVIII por Jeremy Bentham, premiado na França pelos seus trabalhos sobre administração colonial e reforma penal:

Bentham entendeu que as lutas para subjugar os pobres se espalhariam por todos os aspetos da vida. Ele esperava transformar essas lutas em lucros para si próprio e, em menor grau, para outras pessoas da sua classe. Dada a resistência natural colocada pelo trabalho à criação de riqueza para aqueles que o exploram, o trabalho sem liberdade revestiu de uma atração óbvia para Bentham. Ele projetou planos detalhados para o seu fabuloso *Panopticon*, uma prisão projetada para o controle máximo dos presos, a fim de lucrar com o seu trabalho. Numa peça complementar de 1798 para o seu projeto, *Pauper Management Improved*, Bentham propôs uma Companhia Nacional de Caridade, organizada sob o modelo da Companhia da Índia Oriental (*East India Company*) - uma sociedade privada por subscrição de capital, parcialmente subsidiada pelo governo. Ela deveria ter autoridade absoluta sobre ‘toda a massa inerte dos pobres’ começando com 250 casas industriais que acomodariam meio milhão de pessoas, expandindo-se depois para 500 casas com um milhão de pessoas... A economia política clássica foi mais tímida na expressão das suas intenções do que Bentham (Perelman, 2018).

As celas das prisões construídas com base no princípio de Bentham eram dispostas em forma de leque em várias fileiras ao redor de um ponto central. Os prisioneiros não podiam ver uns aos outros, mas podiam ver e serem vistos por um guarda posicionado no centro. O exercício físico era limitado ao mínimo e o silêncio, total. O prisioneiro era punido pelos delitos passados, mas também estudado como potencial executor de crimes futuros; não apenas o corpo era mantido em cativeiro, mas também a “alma” (a psique). O panóptico foi o modelo da construção das maiores prisões francesas no século XIX. A prisão e outras instituições de confinamento não eram um avanço nos sentimentos morais e humanitários, mas uma mudança de estratégia do poder, visando o disciplinamento dos corpos e de seus proprietários, que deixavam de sê-lo.

O disciplinamento do trabalhador se completou através de um novo controle do tempo de trabalho:

O cercamento dos campos e o progresso agrícola estavam, em certo sentido, relacionados com um governo eficaz do tempo da mão de obra. O cercamento e um progressivo excedente de mão de obra em finais do século XVIII endureceram a situação dos que estavam em um emprego fixo; se enfrentaram com as alternativas de emprego parcial e leis de pobres, ou a submissão a uma mais exigente disciplina de trabalho. Não é uma questão de técnicas, mas de um maior sentido da economia do tempo entre os patronos-capitalistas. Isto ficou patente em um debate entre os defensores da mão de obra assalariada com emprego fixo e os defensores do ‘trabalho contratado’ (isto é, trabalhadores contratados por empreitada para certos trabalhos) (Thompson, 1984, p. 268).

O Estatuto Elizabetano de Artífices foi abolido em 1809, acabando com a regulamentação nacional de aprendizagens e salários: o número de aprendizes foi “liberado”, assim como sua remuneração. Com a consolidação da grande indústria, por volta de 1830, completaram-se as condições para a completa transformação capitalista do mercado de trabalho, abandonando-se os últimos resquícios de “paternalismo estatal”. Em 1833, a Lei de Fábrica (*Factory Act*) permitiu o emprego de crianças nas fábricas, conquanto tivessem pelo menos nove anos, fixando-se um horário semanal máximo de 48 horas (o que legalizou, de fato, a exploração do trabalho infantil).

Tal fato ocorreu no momento em que as construções ferroviárias e as de navios de ferro permitiam absorver a mão de obra desempregada, dando impulso à grande indústria. Este é o período em que se consolidou um operariado “fixo” ou hereditário. No início do século XIX, a Inglaterra era o único país onde o mineiro era membro da classe operária já na sua segunda ou terceira geração: a formação de um “operariado hereditário” não se encontrava estendida, na Inglaterra (país mais avançado industrialmente), antes de 1820 (Kuczynski, 1976). Os custos crescentes do *Speenhamland System* foram o motivo alegado por uma Comissão Real inglesa para proibir qualquer suplementação salarial aos pobres. A prática foi condenada como “o principal mal do atual sistema”, cujos efeitos “maléficos” foram tão convincentemente expostos pelos comissários reais que nenhuma doutrina econômica ganhou tanta vigência quanto a assistência pública aos pobres, que consistia no auxílio aos salários, impedindo a ação da lei da oferta e da procura. Em 1834, o *Speenhamland System* foi abolido, materializando a vitória completa do capitalismo e do mecanismo de livre oferta e procura de mão de obra. No lugar do antigo sistema, a *Poor Law Amendment Act* passou a vigorar, prevendo a reconstrução das *workhouses*, para onde os desempregados

eram levados e obrigados a trabalhar, às vezes por até 14 horas diárias. A nova lei levou a uma rápida redução dos custos assistenciais (Rose, 1998).

A abolição do *Speenhamland System* significou a eliminação de um patamar mínimo de remuneração da força de trabalho, que não poderia ser inferior à ajuda social. A medida contribuiu, portanto, para a criação de um mercado de força de trabalho totalmente “livre”, e foi considerada como a vitória definitiva do capital industrial sobre a aristocracia fundiária, garantindo a vitória do capitalismo na Inglaterra. As “casas de trabalho” eram odiadas pelos trabalhadores; a luta contra sua implantação levou a várias revoltas no Norte da Inglaterra, sendo uma das causas do surgimento do movimento cartista, que mereceu o seguinte comentário de Marx:

É notório que na Inglaterra, onde o domínio da burguesia é o mais extenso, até a beneficência pública assumiu as formas mais nobres e ternas: as *workhouses* britânicas - hospícios nos quais o excedente da população trabalhadora vegeta à custa da sociedade civil - unem do modo mais refinado a filantropia com a vingança que a burguesia exerce sobre os desgraçados que se veem na necessidade de recorrer a seu magnânimo bolso. Não só se nutre os pobres diabos com os alimentos mais miseráveis, escassos e insuficientes até para a reprodução física, mas também suas atividades ficam limitadas a uma aparência de trabalho, um trabalho improdutivo que obstrui a mente e encolhe o corpo (Marx, 1986).

O mesmo papel que a lei dos pobres cumpria para os fazendeiros no Sul, as *workhouses* deveriam cumprir para a burguesia industrial no Norte da Inglaterra, criar um exército industrial de reserva que fosse sustentado pelo Estado nas épocas de crise e de desemprego em alta e que estivesse apto ao trabalho quando a atividade econômica voltasse a um ciclo de expansão. Nas primeiras décadas da Revolução Industrial, o Norte e o Oeste da Inglaterra converteram-se em pontos de concentração demográfica; as condições de vida do operariado eram terríveis, expostos à sujeira e à umidade. Além disso, o fim da guerra contra a França deixou o país em situação de crise econômica e financeira, que teve efeitos imediatos sobre a população. O aumento dos preços e das taxas fez com que a população começasse a reivindicar a diminuição dos impostos e a reforma no Parlamento:

Durante toda a primeira Revolução Industrial, a exploração da população operária foi feita de forma inteiramente selvagem. As condições de reprodução (da população operária) eram aleatórias. O fluxo constante de camponeses desenraizados vinha substituir uma mão de obra que definhava. Para que se possa formar um operariado hereditário, é necessário antes de tudo que as crianças possam sobreviver. Ora, no começo da Revolução Industrial, os filhos dos operários morriam em massa (Bertaux, 1969).

Segundo levantamentos da primeira metade do século XIX, metade dos filhos dos operários têxteis ingleses morria antes dos dois anos. Ainda em 1866, a mortalidade infantil atingia 35% dos filhos dos tecelões de seda de Lyon (os *canuts*), na França. A vantagem dos sobreviventes era relativa, pois a condição dos proletários se reproduzia em seus filhos e netos. Essa era a “sociedade livre” baseada na “igualdade de oportunidades”, cara aos liberais. Nada havia melhorado com relação ao começo do século XIX quando mais de 3/4 das crianças abandonadas à Assistência Pública na França morriam em um ano. Em 1850, não era certo que 10% delas atingissem o vigésimo ano de vida. Isto sem falar na degradação física: em 1837, na França, dentre os 10 mil jovens requisitados para o serviço militar dos dez principais departamentos manufatureiros, 8.980 eram inválidos ou deformados. Na mesma época, no entanto, um industrial de Lille escrevia: “A sorte dos operários não é má. Seu trabalho não é excessivo, *já que não ultrapassa treze horas*. Quem deve se lamentar é o manufatureiro, pois seus lucros são pequenos”.

A exploração capitalista chegou a questionar a reprodução social e até a segurança dos Estados. Na Bélgica de inícios do século XIX, foram deputados monarquistas e conservadores que advertiram, alarmados, sobre o trabalho fabril produzir uma geração de aleijados, incapazes de pegar e manejar armas em defesa da nação, originando, assim, as primeiras “leis sociais” no mais (proporcionalmente) industrializado dos países da Europa: “As primeiras limitações legais da jornada máxima de trabalho foram arrancadas mais pelo simples instinto de conservação da sociedade capitalista do que pela pressão dos operários” (Luxemburgo, 1972). Assim também aconteceu na Inglaterra, onde os “conservadores sociais” (como Disraeli), representantes da antiga aristocracia, eram mais favoráveis à legislação social do que os *whigs* (liberais), representantes da nova burguesia de negócios e partidários da “liberdade econômica” até o esgotamento da capacidade de resistência corporal dos explorados fabris. A cegueira liberal não era (só) ideológica; ela possuía bases muito sólidas na nova lógica econômica capitalista:

Uma máquina que presta serviços durante dezesseis horas diárias, durante sete anos e meio, abará um período de produção igual, e não agregará mais valor ao produto total, do que a mesma máquina funcionando só oito horas por dia num espaço de quinze anos. Mas, no primeiro caso, o valor da máquina haverá se reproduzido (teria se transferido ao valor das mercadorias) com o dobro de rapidez do que no segundo caso, e o capitalista, através dela, teria engolido tanta mais-valia durante sete anos e meio como no outro caso em quinze (Marx, 1986).

Tal fato ocorreu porque as máquinas, além de seu desgaste material, sofrem um desgaste “moral” (ficam obsoletas, em virtude da concorrência dos capitais entre si), com o constante aparecimento de novos meios de produção, mais baratos e aperfeiçoados. O capitalista tem interesse em “amortizá-la” o mais rapidamente possível para evitar sua desvalorização antecipada, existindo só um método para isso: fazê-la trabalhar sem parar, ou quase isso. Contratar dois operários, em vez de um, trabalhando oito horas diárias não resolveria o problema? Matematicamente sim, economicamente (do ponto de vista capitalista), não. Pois implicaria em pagar dois salários em vez de um, sendo os salários determinados igualmente pelo valor dos meios de subsistência e reprodução do trabalhador, independentemente da duração de sua jornada de trabalho. Forças (políticas) externas à simples lógica econômica, primeiramente conservadoras, depois operárias, deviam se interpor, e assim o fizeram, para limitar essa lógica de extermínio físico e mental.

Engels abriu seu texto pioneiro, *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*, com a seguinte observação:

A história das classes proletárias inglesas começa na segunda metade do século passado [o século XVIII] com a descoberta da máquina de vapor e de máquinas para a manufatura dos tecidos de algodão. Estas descobertas deram impulso à Revolução Industrial, que transformou, simultaneamente, toda a sociedade burguesa... Inglaterra constitui o cenário clássico dessa revolução, tão mais irresistível na sua progressão quanto silenciosa em seu processo, sendo, por conseguinte, o típico país onde cristaliza o resultado principal desse fenômeno, o proletariado. Só na Inglaterra cabe estudar o proletariado em todas suas relações e sob todos seus aspectos (Engels, 2008).

O moderno *proletariado* derivou da vitória do trabalho mecânico sobre o manual: “A Revolução Industrial assinala a *mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos*. Durante um breve período ela coincidiu com a história de um único país, a Grã-Bretanha” (Hobsbawm, 1983). O trabalhador “livre” foi sua consequência econômica e social. Essa “liberdade” era puramente jurídica e política, pois, social e economicamente, tratava-se de um novo tipo de escravidão (a “escravidão assalariada”): “É altamente verossímil que jamais, no correr de sua história, as classes laboriosas europeias estivessem tão mergulhadas na miséria como durante a primeira fase da Revolução Industrial” (Bertaux, 1979, p. 155).

O progresso industrial inglês, no século XIX, deslocou-se para o Norte do país; centros industriais como Manchester abrigavam massas de trabalhadores em condições miseráveis. Os artesãos, antigamente acostumados a controlar o

ritmo de seu trabalho, agora tinham de submeter-se à disciplina da fábrica, em condições semelhantes à escravidão antiga:

Na utopia dos primórdios da economia política clássica, os pobres trabalhavam em todas as horas de vigília. Um escritor sugeriu que os lacaios da nobreza pudessem se levantar cedo para empregar suas horas de repouso fazendo redes de pesca, junto com ‘soldados desmobilizados, prisioneiros pobres, viúvas e órfãos, todos os artesãos, artífices e trabalhadores pobres, suas esposas, filhos e servos’. Outros apelaram a novos arranjos institucionais para manter um fluxo cada vez maior de trabalho assalariado. Andrew Fletcher de Salton recomendou a escravidão perpétua como o destino apropriado de todos os que não respondessem a medidas menos duras para integrá-los na força de trabalho” (Perelman, 2018).

As fábricas pareciam prisões e o serviço era árduo, daí a dificuldade inicial em se encontrar trabalhadores em número suficiente. Foi em substituição deles que os industriais passaram a empregar maciçamente mulheres e crianças, com a conseqüente desvalorização geral da força de trabalho. A formação da classe operária derrubou todas as barreiras de sexo e idade. Na indústria têxtil, as mulheres formavam mais de metade da massa trabalhadora. Os homens adultos passaram a sofrer a concorrência inédita de mulheres e crianças. Na indústria têxtil do algodão, as mulheres formavam mais de metade da massa trabalhadora. Crianças começavam a trabalhar a partir dos seis anos de idade. A simplificação das tarefas fabris permitiu a incorporação de jovens sem profissão e crianças na fábrica, com a vantagem, para o capitalista, de receberem um salário menor:

A devastação intelectual, produzida artificialmente ao transformar as pessoas que ainda não alcançaram a maturidade em simples máquinas de fabricar mais-valia, obrigou finalmente o próprio Parlamento inglês a converter o ensino elementar em condição legal para o uso ‘produtivo’ de crianças menores de catorze anos em todas as indústrias submetidas à lei fabril” (Marx, 1986).

Essa medida “filantrópica” ou “humanitária” visou impedir uma reação “selvagem” contra as novas condições de exploração, mas acabou tendo o efeito de um bumerangue, ao permitir aos operários o acesso à leitura e à escrita.

Na Inglaterra, em 1835, havia 24.164 crianças trabalhando em fábricas. Na França, no centro têxtil de Lyon, havia, em 1828, 9.032 crianças sem lar, para uma população total de 140 mil habitantes. As mulheres dos operários cobriam seus rostos para sair a mendigar, depois de terem solicitado às autoridades (o Estado) que intervissem em seu favor contra os patrões. Ganhando quantias irrisórias, as crianças operárias sofriam frequentemente deformações e degenerações irreversíveis, decorrentes dos movimentos mecânicos aos quais eram

submetidas durante seu período de crescimento. Devido à sua maior flexibilidade muscular e menor porte físico, as crianças eram usadas para puxar as vagonetes nos túneis das minas ou para consertar fios quebrados atrás das máquinas. Elas eram submetidas ao trabalho com maior facilidade e eram buscadas entre aquelas amparadas pelas paróquias. Estas faziam contratos com o fabricante, que se comprometia a alimentar e educar os meninos e meninas cedidos para o trabalho.

No século XVII, o célebre romancista Daniel Defoe ficou encantado por descobrir que tanto progresso havia acontecido em Norwich que “as próprias crianças, depois dos quatro ou cinco anos de idade, podiam cada uma ganhar o seu próprio pão”. Os “aprendizes” de paróquias ficavam confinados nas fábricas, isolados da sociedade e ao arbítrio dos patrões, que se estendia à toda sua existência. Nos relatos sobre o emprego de crianças nos primeiros anos da Revolução Industrial, não foram raras as denúncias sobre torturas e maus tratos dispensados a elas. Em *The Logic of Political Economy* (1844) Thomas de Quincey relatava: “Três crianças de treze anos de idade, com salários de seis a oito *shillings* por semana, substituíram na fábrica um homem maduro com um salário semanal de 45 *shillings*”. Na década seguinte, Charles Dickens (em seus romances *Oliver Twist* e em *Tempos Difíceis*) relatou casos semelhantes ou ainda piores.

Nas primeiras fábricas, havia frequentes paradas da produção, provocando desemprego. Os horários de entrada e de saída das fábricas eram marcados geralmente pelo toque dos sinos, que na cidade de Manchester começavam a tocar às quatro e meia da manhã. No interior da fábrica, o operário tinha uma função específica e sempre repetitiva, adestrada ao ritmo da máquina e sob a supervisão do contramestre que o ameaçava com multas e demissão do emprego pelo menor erro cometido. A análise da situação da classe operária feita pelo militante cartista James Leach (*Stubborn facts from the Factories by a Manchester Operative*, de 1844) inspirou *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, de Friedrich Engels, que também habitava Manchester à época, trabalho publicado em 1845. Os novos operários, notavam esses observadores, eram, basicamente, antigos camponeses — pequenos proprietários agrários ou servos — expropriados ou expulsos de suas terras, e artesãos expropriados dos seus instrumentos de produção (ferramentas).

No Parlamento inglês, o deputado conservador “esclarecido” (e futuro primeiro-ministro) Benjamin Disraeli descreveu assim a situação social do país em meados do século XIX, em seu ensaio *Two Nations*: “Duas nações existem (em Inglaterra) que não têm relações recíprocas nem experimentam simpatia mútua. Cada uma ignora o pensamento e os sentimentos da outra, como se habitas-

sem em regiões ou em planetas diferentes: os ricos e os pobres”. Disraeli era representante do “conservadorismo compassivo” e descrevia uma situação que aparecia como historicamente nova. As fábricas impunham uma disciplina de trabalho mais rígida do que aquela anteriormente existente nas oficinas manufatureiras. O operário foi obrigado a ser assíduo no trabalho e ajustado às novas necessidades da produção fabril, com ponto diário de entrada e de saída e descontos nos salários em caso de faltas ou desatenção. As jornadas de trabalho se estendiam por 12 a 16 horas diárias, sem feriados ou férias, não se respeitando, às vezes, nem mesmo os domingos. Acidentes ocorriam com frequência devido aos curtos períodos de descanso.

As famílias operárias se desarticulavam; nos bairros e regiões operárias grassava o alcoolismo: em 1844, em Glasgow, se contavam trinta mil operários embriagados aos domingos; em Manchester existia um milhar de tavernas e *jerry shops*. O trabalho do operário era muito diferente do trabalho do camponês, ainda presente na memória operária, pois era consistente em tarefas monótonas e repetitivas. A repetição mecânica e indefinida de um mesmo gesto ao longo de toda a jornada de trabalho provocava a degradação física e o embrutecimento intelectual sistemático do trabalhador, transformado em apêndice da máquina:

Pela subordinação dos homens às máquinas, os homens se apagam diante do trabalho; o pêndulo do relógio se tornou a medida exata da atividade dos operários, como também o é da velocidade das locomotivas. Já não se diz que uma hora [de trabalho] de um homem vale por uma hora de outro homem por hora. O tempo é tudo, *o homem já não é nada*; é, quando muito, apenas a carcaça do tempo (Marx, 1966).

A intervenção do poder legislativo na Grã-Bretanha, no domínio da proteção social dos trabalhadores incluindo a segurança, a higiene e a saúde no trabalho, remonta a inícios do século XIX, deveu-se menos à luta organizada do movimento operário (que ainda se manifestava em forma isolada, esporádica ou incipiente) do que à influência de reformadores sociais, empregadores filantrópicos, médicos humanistas, escritores e políticos com sensibilidade social, quando não a políticos nacionalistas ou conservadores preocupados com a redução à invalidez de gerações inteiras, impossibilitando-as de servir no exército. A intervenção do legislador social, em pleno triunfo do Estado liberal, também não foi estranha à pressão dos segmentos da opinião pública dos mais “esclarecidos”, chocados com a revelação de uma nova classe de escravos e, sobretudo, com a condição das mulheres e crianças nas *mills* (estabelecimentos fabris da indústria têxtil algodoeira com as primeiras máquinas movidas a energia hidráulica) do Nordeste de Inglaterra, e nas minas de carvão do País de Gales.

O consumo maciço de drogas (ópio e láudano) entre os operários nasceu nesse período, mas não somente entre os operários adultos. As mulheres operárias eram obrigadas a deixarem seus bebês sozinhos ou com vizinhos para poderem trabalhar. Para torná-los inertes ou “controláveis”, dopavam-nos com xaropes feitos à base de opiláceos. *Godfrey's Cordial* era o gentil nome do mais conhecido dentre eles. Foi o início de um infanticídio. Os médicos descobriram mais tarde a relação entre a elevada taxa infantil de mortes nos bairros operários e o uso do xarope. Uma enquête sanitária oficial inglesa de 1861 constatou um alto grau de mortandade infantil provocado por “envenenamento intencional (de crianças) com opiláceos”: “A enquête demonstrou que as crianças morrem pela negligência devida às ocupações de suas mães, que desenvolvem uma atitude desnaturada para com os próprios filhos, não se preocupando muito com sua morte, e às vezes até tomando medidas diretas para provocá-la”. As mães eram as culpadas? O consumo (inclusive infantil) de drogas também era um negócio capitalista. Em 1864, o *Sixth Report on Public Health* declarava que: “O grande objetivo de alguns empreendedores comerciantes farmacêuticos atacadistas é o de promover a venda de opiláceos. Os farmacêuticos os consideram o artigo de mais fácil saída comercial”.

A primeira medida da era industrial, em 1802, relativa à proteção dos trabalhadores, não teve efeitos práticos devido à falta de instrumentos políticos para a sua aplicação efetiva. Não estabelecia restrições quanto à idade mínima de admissão para o trabalho fabril, embora limitasse a um máximo de doze as horas de trabalho diário, proibisse trabalho noturno e ordenasse a limpeza das paredes dos estabelecimentos fabris duas vezes por ano, bem como a ventilação dos dormitórios. Na lei, estava prevista a figura do inspetor do trabalho. Previa-se já a criação de um sistema local de inspeção voluntária das fábricas e oficinas, composto por clérigos e magistrados (*visitors*). Esse sistema nunca chegou a funcionar. Mas tratou-se, em qualquer caso, da primeira tentativa de intervenção do Estado no domínio da proteção dos trabalhadores, pondo em causa o mito do “livre” contrato de trabalho. Procurava-se, pela primeira vez, definir por via da lei o que era um “dia normal de trabalho”, pois a jornada começou a se estender para além dos limites do dia natural das 12 horas. Tratava-se, assim, de um retrocesso em relação ao tempo de trabalho dos antigos artesãos e à regulamentação das corporações de ofícios.

A lei de 1802, de resto, não incomodou os parlamentares ingleses, muitos deles poderosos empregadores, proprietários de terras (*landlords*), minas ou *mills*, que logo a contornaram: uma vez que nos artigos relativos aos menores de idade ela se referia apenas aos aprendizes, ficavam fora do seu âmbito os chamados *free*

children. No interior da fábrica, o operário tinha uma função específica e sempre repetitiva, adestrada ao ritmo da máquina e sob a supervisão do contramestre, que o ameaçava com multas e demissão do emprego pelo menor erro cometido. A fome, a miséria e a fiscalização constante impunham disciplina no trabalho, mas outra coerção foi muito utilizada: a moral e religiosa. O metodismo, religião organizada por John Wesley (1703-1791), teólogo anglicano, teve um papel destacado ao afirmar que as consequências da indisciplina fabril poderiam ser, não apenas a demissão, mas algo muito pior, as “chamas do inferno”. Desta forma, a salvação do homem estaria ligada aos serviços que ele prestasse a Deus, como bom cristão e, principalmente, pelo trabalho diligente.

Número de fábricas e de operários têxteis na Inglaterra:

Ano	Fábricas de tecidos	Teares mecânicos	Operários
1835	3.156	116.776	354.684
1850	4.330	298.916	595.082
1861	6.338	490.866	775.534
1870	6.807	610.004	907.230

A classe operária cresceu a um ritmo mais rápido do que o crescimento da população em geral. O restante da Europa foi progressivamente atingido pela transformação econômica inglesa. Em Barmen, no Wuppertal alemão, a população operária passou de 16 mil em 1810 para mais de 40 mil em 1840. Em Barmen e Eberfeld juntas, a classe operária somava, em 1840, 1100 tingidores, 2.000 fiadores, 12.500 tecelões variados e 16 mil tecelões de fitas, cadarços e galões. Em 1830, já havia 200 fábricas em todo o vale do Wupper: “O rio é repugnante, um esgoto a céu aberto que disfarça os vários corantes jogados nele pelos estabelecimentos de tintura com um tom indefinido de sujeira que faz o visitante estremecer ao olhar para ele”, disse uma testemunha. Mas o centro do desenvolvimento fabril-industrial continuava sendo a Inglaterra, centrado na indústria têxtil. A população trabalhadora excedente revelou-se necessária à acumulação capitalista, como força de trabalho desempregada disponível para ser explorada de acordo com as necessidades variáveis da expansão do capital.

Essas massas humanas se deslocavam gradativamente a outros ramos de produção, principalmente àqueles que ainda não incorporaram os avanços tecnológicos da indústria moderna: “Todo o movimento da indústria moderna nasce da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados”. Com a introdução da máquina

e da produção mecanizada, outros métodos de produção utilizaram formas extremas de exploração a fim de continuarem competitivos. A produção da sobrepopulação relativa cresceu a um ritmo superior ao da transformação técnica. Os salários variavam conforme a expansão ou contração da sobrepopulação relativa que, por sua vez, se alterava de acordo com o período do ciclo industrial. O aumento do salário era determinado pelo favorecimento, num dado momento, de um ramo de produção com a elevação dos lucros, aumentando a procura por trabalho naquele setor e, também, temporariamente, os salários. O aumento do salário atraía os trabalhadores até se esse ramo ficar saturado. A consequência era a migração desses trabalhadores para outros ramos de atividade.

A produção mecanizada criava, assim, um *exército industrial de reserva*:

O mecanismo de produção capitalista e de acumulação adapta continuamente esse número [de trabalhadores] e essas necessidades [de expansão do capital]. O começo desse ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, e seu fim a miséria de camadas cada vez maiores do exército ativo e o peso morto do pauperismo (Marx, 1986).

A força de trabalho, como qualquer mercadoria, tem um valor — o tempo de trabalho envolvido em sua produção— e um preço — a quantidade de dinheiro pago por ela. O preço da força de trabalho é o salário, e como todos os preços de mercado, os salários flutuam em resposta aos aumentos e quedas na oferta e na demanda de força de trabalho. A existência do exército industrial de reserva fez com que se mantivesse a oferta da força de trabalho o suficiente para impedir que o seu preço aumentasse acima do seu valor: “Os movimentos gerais dos salários são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva” (Marx, 1986).

O exército industrial de reserva derrubou os mitos da liberdade de trabalho e do pleno emprego. Sua função no capitalismo era orgânica e vital, consequência da tendência para o aumento da *composição orgânica do capital*, a relação ou proporção entre a parte constante (valor das matérias primas, máquinas, equipamentos e instalações) e a parte variável (força de trabalho, cuja remuneração é o salário) do capital. Na busca de inovações tecnológicas que lhes propiciem uma vantagem temporária sobre seus concorrentes, os capitalistas substituem mão de obra (capital variável) por máquinas (capital constante), levando a um aumento do desemprego. Com o aumento da parte constante do capital à custa de sua parte variável, devido à transformação técnica da produção, cresce o capital, mas o valor usado em força de trabalho continua sendo o mesmo, enquanto aos meios de produção, aplica-se um valor proporcional a esse crescimento. Ou

seja, com o aumento do capital total, a força de trabalho nele incorporado cresce numa proporção cada vez menor.

Assim, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz também os meios que a tornam uma população supérflua:

O operário moderno, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais, caindo abaixo das condições da sua própria classe. O trabalhador torna-se um indigente e o pauperismo cresce mais rapidamente do que a população e a riqueza. Fica assim evidente que a burguesia é incapaz de continuar desempenhando o papel de classe dominante e de impor à sociedade, como lei suprema, as condições de existência de sua classe, não pode exercer o seu domínio porque não pode mais assegurar a existência de seu escravo, mesmo no quadro de sua escravidão... A condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este baseia-se exclusivamente na concorrência dos operários entre si (Marx; Engels, 1980).

No exército industrial de reserva, além de sua forma aguda, verificada nas crises e em sua forma crônica, observada nos períodos de paralisação ou estacionários, existem também suas formas flutuante, latente, estagnada e, também, o pauperismo. Encontram-se na forma flutuante aqueles trabalhadores da indústria moderna que são excluídos em certos momentos, empregados em proporção cada vez menor. Na forma latente, durante a Revolução Industrial, estavam os trabalhadores rurais expulsos do campo com a penetração nele do modo de produção capitalista. Na forma estagnada, estavam os trabalhadores ativos de maneira irregular ou “informal”, com sua condição de vida abaixo do nível médio normal. Havia outra forma de sobrepopulação relativa: o pauperismo, composto parcialmente de indivíduos aptos para o trabalho, e pelos incapacitados, o “peso morto do exército industrial de reserva”. O pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, logo transferida para a classe trabalhadora e a classe média inferior, através dos impostos destinados para “gastos sociais”. A formação de um exército industrial de reserva é uma lei geral da acumulação capitalista. Os métodos de produção da mais-valia são também os métodos de sua acumulação, e todo aumento da acumulação torna-se um meio de desenvolvê-los.

O paternalismo patronal-estatal-eclesiástico não foi limite para a queda demográfica da classe operária. O limite foi posto por outros fatores, como a luta de classes em seu centro. Com o *Factory Act* iniciou-se, timidamente e com a oposição dos empregadores, a alargar a regulamentação do trabalho infantil: na sequência das propostas de Robert Peel, a idade mínima de admissão passava legalmente a ser de nove anos. A jornada de trabalho não poderia exceder nove horas para crianças e adolescentes entre 9 e 16 anos, com meia hora de intervalo

para uma refeição. De qualquer modo, a lei só era aplicável ao setor algodoeiro (os *cotton mills*). Antes do *Factory Act*, entre 1802 e 1833, o Parlamento inglês promulgou outras cinco leis sobre o trabalho fabril, que não passaram de letra morta. Em geral, a Revolução Industrial acarretou uma queda, na maior parte das vezes abrupta, dos padrões de consumo do setor mais pobre da população. Os padrões de vida crescentes ao longo do século XVIII deixaram de melhorar e declinaram acentuadamente nas cidades. Segundo Sidney Webb:

Se os cartistas em 1837 tivessem pedido uma comparação do seu tempo com 1787, e tivessem obtido um relato justo da verdadeira vida social do trabalhador nos dois períodos, é quase certo que teriam registrado um declínio positivo do padrão de vida de grandes classes da população” (Hobsbawm, 1981, p. 72).

A Revolução Industrial provocou um forte declínio das condições de existência da grande maioria população trabalhadora. Provocou também a mesma reação no campo, assim que foi atingido pela penetração das relações capitalistas. Isto é, para o proletariado rural e a população camponesa remanescente, as condições de vida da população também pioraram e se degradaram, fato constatado em 1898, tomando como referência os países europeus de maior desenvolvimento econômico e industrial:

A redução da concentração populacional do campo e o abandono intelectual ao qual essa população se encontra entregue associa-se, não raro, à degeneração física dessa população rural. Ela não atinge apenas os distritos fabris. A subnutrição, as habitações que constituem uma afronta aos princípios mais rudimentares de higiene, o excesso de trabalho, a sujeira e a ignorância, bem como as atividades secundárias insalubres (desenvolvidas na indústria caseira) levam frequentemente a população rural à perda total de sua saúde (Kautsky, 1986, p. 197).

Assim,

as carências deliberadas do Estado burguês em matéria de política social foram devidas ao fato que a classe operária permaneceu durante longo tempo à mercê da exploração capitalista, sem meios de defesa. Foi necessário esperar até o último quarto do século XIX para que se organizem as grandes confederações sindicais, os principais partidos socialistas e para que o marxismo se imponha no interior do movimento operário... Até o final do século XIX, a burguesia conseguiu gerir as relações sociais em função de seus interesses exclusivos (Broué; Desvages, 1979, p. 133).

A moderna classe operária industrial surgiu no meio de um mar de miséria, de opressão cotidiana e de degradação física e social, e se configurou com base nessa experiência:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que homens nasceram - ou encontraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (...) A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (Thompson, 1987).

Na Europa da Revolução Industrial, a nova classe social e suas condições de vida (ou melhor, de sobrevivência) eram a “negação da humanidade”: “[a] dissolução da sociedade, como classe particular, é o proletariado” (Marx, 1978). A protesta social dos explorados e o *movimento operário* que dela emergiu tiveram nessa deterioração sua base histórica:

Os indivíduos isolados apenas formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com outros na concorrência. Por outro lado, a classe automatiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida pré-estabelecidas e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe, tornam-se submetidos a ela. Trata-se do mesmo fenômeno que o da subordinação dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser suprimido se não se supera a propriedade privada e o próprio trabalho (Marx; Engels, 2001).

O capitalismo industrial reduziu a média de vida dos operários, por outro lado, a média de vida das classes mais abastadas ou da “classe média” crescia vertiginosamente. Alguns trabalhadores se entregavam ao alcoolismo, outros, se rebelavam contra as máquinas e as fábricas, destruídas em Lancaster (1769) e em Lancashire (1779), anunciando o movimento dos “destruidores de máquinas” (*luddites*). Proprietários e governo organizaram uma defesa militar para proteger as empresas. Em 1803, Thomas Spence escreveu:

Em vez de trabalhar apenas seis dias por semana, somos obrigados a trabalhar na ordem de oito ou nove, e, no entanto, mal podemos subsistir... e ainda e sempre ouvimos gritar trabalhe - trabalhe - você está ocioso... Nós, Deus nos ajude, caímos sob o jugo do mais endurecido conjunto de patrões que já existiu (Perelman, 2018).

Esta declaração foi suficientemente eloquente para valer ao seu autor uma sentença de três anos de prisão, após a sua publicação. Este incidente é típico

do destino daqueles que desafiaram a ordem capitalista. Sempre que a classe trabalhadora e seus amigos protestaram efetivamente contra o capitalismo, a silenciosa compulsão do capital deu lugar ao silêncio compulsivo. O silenciamento de Spence não foi completamente efetivo. Embora alguns simplesmente o descartassem como um excêntrico radical, Spence merece uma consideração mais respeitosa... O owenismo e a herança subsequente do socialismo britânico seguiu uma linha direta de descendência da crítica ao capitalismo feita por Spence.

Com a rotina imposta pelo sistema fabril, o operário assalariado tinha como únicas alternativas: a submissão ou a inanição e a morte. Tal situação gerou a vontade coletiva de mudança, de melhoria das condições de trabalho e de vida e até de abolição do capitalismo. *La Chanson des Canuts* (os tecelões), composta depois da insurreição operária na cidade de Lyon, em 1831, testemunhou a miséria operária francesa e a revolta social dos trabalhadores, e se incorporou ao cancionário popular do país, com seu refrão desafiador: *Nous sommes les canuts, nous n'irons plus nus!* No *Journal des Débats* francês, de dezembro de 1831, imediatamente posterior à primeira insurreição operária de Lyon, podia-se ler:

A sedição de Lyon revelou um grave segredo, o da *luta intestina que tem lugar na sociedade entre a classe que possui e a que não possui*. Nossa sociedade comercial e industrial tem sua praga como todas as outras sociedades. Essa praga são os operários. Mas, não existem fábricas sem operários! E com uma população de operários sempre crescente, sempre necessitada, não há repouso para a sociedade. Cada fabricante vive em sua fábrica como os plantadores das colônias no meio dos escravos, na condição de um contra cem.

Um historiador que estudou a classe operária parisiense na primeira metade do século XIX, composta por umas 63.500 pessoas, não vacilou em qualificá-la de “naturalmente criminosa”:

À margem da lei, posto que nascem, unem-se procriam e às vezes mesmo morrem sem serem reconhecidos e registrados por ela. Fora da lei, dever-se-ia dizer, e muito menos por essa criminalidade accidental que tem pelo menos a vantagem de submeter alguns dentre eles ao jugo da justiça, que por essa maneira de ser que, por definição, e *de alguma maneira biologicamente*, é criminosa (sic) (Chevalier, 2002, p. 380).

A aproximação entre a moderna escravidão assalariada e a escravidão colonial não era inapropriada. A comparação das duas formas de escravidão (a metropolitana e a colonial) talvez fosse até em desvantagem para os trabalhadores “livres” da metrópole: numa petição de operários ingleses, eles se referiam à

melhor condição de vida dos escravos americanos que, ao menos, trabalhavam ao ar livre. A burguesia descobria, então, a *luta de classes* do regime capitalista.

Uma forma de luta utilizada nos primórdios do movimento operário foi o *boicote*, palavra derivada do nome de um oficial inglês encarregado de administrar os negócios do Conde Erne, da Irlanda. Sir Boycott era conhecido por seus métodos truculentos no tratamento com os empregados. Ele se recusava a negociar e os trabalhadores passaram a fazer o mesmo, propondo que os moradores do povoado não consumissem os produtos do Conde, que teve um grande prejuízo e afastou o oficial inglês do cargo. A *sabotagem* também foi usada nesse período como mecanismo de pressão dos trabalhadores. O termo tem origem francesa e deriva de *sabot*, que significa “tamanco”, os operários franceses usavam esse calçado para danificar as máquinas, emperrando a produção. O salto na ação desse jovem proletariado se deu com o recurso da greve para pressionar o patronato: A origem do termo, liga-se à Praça da Greve (Place de Grève), atualmente praça do Hôtel de Ville, em Paris. Quando desempregados ou para tratarem de assuntos relativos ao trabalho, os operários costumavam reunir-se ali. Faire greve (fazer greve) significava, portanto, reunir-se na Praça da Greve” (Borges, 2006).

Para a nova classe capitalista, a greve era *inadmissível*:

A burguesia, que assumira o poder há pouco tempo, executa uma espécie de crase entre a Moral e a Natureza, oferecendo a uma a caução da outra; temendo-se a naturalização da Moral, moraliza-se a Natureza, finge-se confundir a ordem política e a ordem natural, e conclui-se decretando imoral tudo que conteste as leis estruturais da sociedade que se quer defender. Para os prefeitos de Carlos X, a greve constitui, em primeiro lugar, um desafio às prescrições da razão moralizada: fazer greve é mais do que infringir uma legalidade cívica, é infringir uma moralidade ‘natural’, atentar contra o *bom senso*, misto de moral e de lógica, fundamento filosófico da sociedade burguesa... A greve é escandalosa porque incomoda precisamente àqueles a quem ela não diz respeito. É a razão que sofre e se revolta... O que se opõe não é o homem ao homem, mas o grevista ao utente. Encontramos aqui um traço constitutivo da mentalidade reacionária, que consiste em dispersar a coletividade em indivíduos e o indivíduo em essências (o que) participa de uma técnica geral de mistificação que consiste em formalizar o mais possível a desordem social... Face à mentira da essência e da parte, a greve institui o devir e a verdade do todo. Ela significa que o homem é total, que todas as suas funções são solidárias umas às outras, que os papéis de utente, de contribuinte ou de militar são muralhas demasiado frágeis para poderem se opor à contaminação dos fatos, e que, numa sociedade, tudo diz respeito a todos. Protestando contra a greve que a incomoda, a burguesia revela a coesão das funções sociais (Barthes, 1972, p. 82-85).

O ponto de vista da classe operária não era levado em conta. Marx e Engels, ao contrário, valorizavam o testemunho e o ponto de vista dos trabalhadores.

Embora os depoimentos destes estivessem filtrados nos relatórios de fiscais sanitários, médicos e inspetores de fábrica, a iniciativa de pesquisar a própria voz dos trabalhadores fabris fomentou uma nova abordagem da história, que incluía homens e mulheres analfabetos e sem voz como sujeitos históricos. Foi Engels quem escreveu um dos primeiros livros dedicados a evidenciar e discutir a situação da classe trabalhadora, pesquisando e analisando as condições sanitárias, de trabalho e de vida, registradas nos relatórios de agentes públicos. Em *O Capital*, Marx examinou a constituição da divisão capitalista do trabalho como uma relação social vivida por camponeses e artesãos em contextos de violenta desestruturação de seus modos de vida e de trabalho. Anos antes, tinha estado entre os poucos que interpretaram os “roubos” de lenha nos bosques alemães como uma prática legítima dos camponeses que resistiam contra a expropriação de seus antigos direitos sobre a terra. O movimento operário, o movimento de *uma classe para si*, só foi possível com a prévia diferenciação social criada pelo domínio do capital na produção: “A ilusão produzida pela circulação de mercadorias desaparece quando se substitui ao capitalista individual, e a seus operários, a classe capitalista e a classe operária” (Marx, 1986).

A expressão objetiva da exploração do trabalho assalariado e a expressão subjetiva da revolta contra a mesma foram uma unidade histórica. Em 1849, no romance *Shirley*, a escritora inglesa Charlotte Brontë resumiu o sentimento dos operários têxteis da Inglaterra diante da miséria e do desemprego: “A miséria gera ódio”. A subjetividade operária nasceu desse *ódio*, que gerou também o sentimento de *fraternidade* e de unidade de classe. A classe operária nunca foi apenas objeto e meio do capitalismo.

Ela foi, também, desde o início, sujeito da transformação social, reconhecendo-se paulatinamente como classe diferenciada da sociedade, com interesses específicos e contrários aos da classe dominante, reconhecendo-se como *proletária*¹:

Assim que os trabalhadores aprendam o segredo de por que acontece que quanto mais eles trabalham, mais riqueza alheia produzem... assim que, ao estabelecer sindicatos etc., eles tentam organizar a cooperação planejada entre os empregados e os desempregados, a fim de evitar ou enfraquecer os efeitos ruinosos desta lei natural da produção capitalista na sua classe, logo o capital e a sua sicofanta economia política clamam pela violação da ‘eterna’ e, por assim dizer, ‘sagrada’ lei da oferta e

1 Na Roma Antiga, o rei Sêrvio Túlio usou o termo *proletarii* (do latim *proles*, “filho, descendência, progênie”) para descrever os cidadãos de classe mais baixa, que não tinham propriedades e cuja única utilidade para o Estado era gerar proles (filhos) para engrossar as fileiras dos exércitos do império. O termo proletário foi utilizado num sentido depreciativo, até que, no século XIX, socialistas e comunistas utilizaram-no para identificar a classe dos sem propriedade de meios de vida do capitalismo industrial.

da procura... Toda combinação entre empregado e desempregado perturba a ação ‘pura’ dessa lei. Mas, por outro lado, assim que... circunstâncias adversas impedem a criação de um exército de reserva industrial, e com ele a dependência absoluta da classe trabalhadora em relação à classe capitalista, o capital, juntamente com seu prosaico Sancho Pança, se rebela contra a ‘sagrada’ lei de oferta e da procura, tentando compensar as suas insuficiências por meio do uso da força (Marx, 1986).

Na nova era capitalista, os operários formavam um *proletariado* capaz de desencadear uma ação revolucionária e interessado em fazê-lo para sacudir e mudar a ordem social existente. Economicamente, o poder do proletariado sobre a indústria moderna era inferior àquele desfrutado por seu predecessor, o trabalhador manual no período manufatureiro. Mas, em termos políticos, seu poder potencial era maior. As velhas divisões geográficas, os velhos ressentimentos, vestígios da época artesanal, ficavam minimizados ou eliminados. A natureza do trabalho na fábrica exigia organização e disciplina dos trabalhadores, preparando-os para a ação organizada e disciplinada (Sweezy, 1956). O impiedoso aumento da jornada de trabalho e os salários miseráveis engendraram a resistência organizada.

As *Combination Laws* puseram fora da lei toda tentativa de organização operária:

No acordo parlamentar de 1799, todas as associações de operários para aprimorar as condições de trabalho foram consideradas ilegais. Presumia-se que a busca individual do interesse pessoal asseguraria a justiça econômica para todos. Proibidos de unir suas forças para contraporem-se ao maior poder de barganha do empregador, os operários tentaram obter soluções para os salários baixos, as longas horas e as miseráveis condições de trabalho, apelando para o cumprimento de velhas leis, tais como o Estatuto Elizabetano de Artífices. Mas, embora muitas dessas leis permanecessem nos livros do Parlamento, ou fossem tecnicamente válidas em várias cidades ou ramos de profissões, o espírito que as havia criado estava morto. Um número fixo de aprendizes e a regulamentação dos métodos de produção eram incompatíveis com as necessidades de uma indústria rapidamente em mutação, e com os interesses de seus proprietários e diretores. As velhas leis foram suspensas e, depois, revogadas. O ‘sistema simples de liberdade natural’ tinha prevalecido. O caráter da indústria e o status da mão de obra seriam determinados num mercado livre pela livre concorrência (Halévy, 1928).

A ação coletiva dos trabalhadores forçou os capitalistas britânicos a aceitar os *Factory Acts* (leis fabris limitando as horas de trabalho): “A regulamentação da jornada de trabalho apresenta-se na história da produção capitalista como uma luta ao redor dos limites da jornada de trabalho - uma luta entre o capitalista coletivo, isto é, a classe dos capitalistas, e o *trabalhador coletivo*, ou a clas-

se trabalhadora”. A extrema exploração dos operários industriais privava-os de qualquer interesse na preservação da ordem social existente, pelo seu lugar nas relações de produção capitalistas. Desde cedo, os núcleos fundamentais da nova classe esgotaram as expectativas em outras saídas para sua situação de miséria e opressão. Essas saídas existiam na forma das seitas religiosas, do alcoolismo (que grassou entre os operários na primeira fase da Revolução Industrial), da fuga da fábrica através do trabalho independente, ou da ilegalidade (o roubo). Eric Hobsbawm (1982) sublinhou o papel das assembleias religiosas anabatistas na origem das primeiras e embrionárias organizações operárias. Em finais do século XVIII, as primeiras formas de solidariedade operária vincularam-se à experiência fabril imediata, e também ao trabalho dos predicadores religiosos na primeira e terrível fase da Revolução Industrial.

Os metodistas fundaram nas paróquias industriais as “escolas dominicais evangélicas”, onde se buscavam “serviçais fiéis e bons trabalhadores”. Nelas, a recriação consistia em cortar lenha, cavar o solo e aprender hinos religiosos cujas letras falavam sempre da presença de Deus como o mais vigilante dos contramestres. Como aos ingleses pobres muito pouco restasse da antiga vida em comunidade, a Igreja oferecia uma oportunidade de convivência, de ajuda mútua e de consolo. Os cultos religiosos levavam, às vezes, à histeria, com gritos, desmaios, exorcismos. Apesar desse terrorismo religioso, o metodismo serviu de base para o surgimento de um movimento de solidariedade entre os trabalhadores na luta por melhores salários durante o século XIX:

A alternativa para a evasão ou a derrota era a rebelião. A situação dos trabalhadores pobres, especialmente do proletariado industrial que formava seu núcleo, era tal que a rebelião se tornou não só possível, mas obrigatória. Nada mais inevitável na primeira metade do século XIX do que surgimento dos movimentos trabalhistas e socialistas, assim como o desassossego revolucionário das massas (Hobsbawm, 2005). As primeiras lutas operárias trouxeram consigo os primórdios da organização. A passagem do artesanato para a condição operária não criava uma situação absolutamente nova. A organização de uniões operárias (*Trade Unions*) era uma velha tendência, presente desde 1720 na Inglaterra, com a União dos Entalhadores de Londres, destinada a obter aumentos salariais através de petições ao Parlamento:

As primeiras associações permanentes de assalariados precederam em meio século o sistema manufatureiro e se localizaram em ofícios onde o trabalho manual-artesanal predominava: o sindicalismo não é filho direto do maquinismo. O fator determinante não é a transformação técnica, mas o divórcio entre o trabalho e a propriedade dos meios de produção. Onde esse divórcio se consuma, nasce o sindicato. Foi

mais para defender uma situação privilegiada, do que para melhorar uma situação ruim, que se formaram os primeiros sindicatos. Seus objetivos eram conservadores, não revolucionários. Pediam a manutenção da situação tradicional, contra os patrões seduzidos pelas novas teorias de liberdade econômica (Lefranc, 1972).

Com o aguçamento da luta contra os patrões, a forma e o conteúdo dos sindicatos se alteraram. Em 1724, os operários chapeleiros de Paris declararam greve por causa da redução de seus salários. Criaram, para financiar essa ação, uma “caixa de greve”. A tradição das greves, já desenvolvida entre os artesãos, foi retomada e reformulada pelo proletariado moderno, até ser transformada em meio de luta capaz de abalar a sociedade toda. Entre 1753 e 1757, se produziram greves espontâneas em diversas regiões da Inglaterra: pedreiros e carpinteiros em Manchester, marceneiros em outras cidades. Em 1765, 100 mil marinheiros e operários do carvão declararam greve em Londres. Durante o período mais radical da Revolução Francesa, floresceram as greves:

Formou-se, uma coligação entre lenhadores e outros operários das diversas comunas, com vistas à obtenção de melhores salários. O Comitê de Salvação Pública decidiu que aqueles que persistissem com a exigência de um salário superior seriam considerados suspeitos e tratados como tais. Foi enviado para a região um destacamento do exército revolucionário: o Terror tinha se virado contra os trabalhadores” (Guérin, 1975).

As revoltas precederam a organização dos sindicatos, que demoraram a aparecerem e se estabilizarem como representação unificada da classe operária. Na Inglaterra, em 1721, foi proibida a organização dos alfaiates; e em 1726, a dos marceneiros. Na França, em 1791, a lei proposta pelo deputado Le Chapelier havia proibido as organizações operárias. No seu texto, afirmava-se, com base na ilusão liberal da época, mas também com um senso de classe aguçado:

Já não há classes de corporação no Estado. Não existe mais do que o interesse particular de cada indivíduo e o interesse geral. Pertence aos convênios livres, de indivíduo para indivíduo, fixar o jornal para cada operário. É incumbência do operário manter o acordo feito com o empregador.

Os tímidos (mas burgueses) jacobinos permaneceram calados. O projeto de lei de Le Chapelier foi adotado por unanimidade pela Assembleia Nacional francesa. A tradição e o programa igualitário da Revolução Francesa, por sua vez, foram transmitidos diretamente ao nascente movimento operário por um sobrevivente da *Conspiração dos Iguais*, Felipe Buonarroti, descendente do escultor italiano Michelangelo Buonarroti, quem escreveu a *História da Conspi-*

ração dos Ignais: “Após 1830, o livro de Buonarroti era muito conhecido entre os operários. Pertencia à literatura popular junto com os discursos de Robespierre e os artigos de Marat” (Rosenberg, 1986). Na Inglaterra, os primórdios do movimento político operário vincularam-se ao movimento democrático radical, por direitos políticos iguais para todos. Novas lideranças políticas foram surgindo, inicialmente originadas nas classes abastadas. Filho de um rico comerciante, John Wilkes (1725-1797) começou sua carreira política atacando desde seu jornal, o *North Briton*, o rei George III, transformando-se no paladino das liberdades civis fundamentais. Virou líder popular em Londres, com grande apoio para seu movimento de reforma democrática. Foi perseguido e detido diversas vezes. Em 10 de maio de 1768, uma multidão de operários londrinos se reuniu em manifestação para exigir sua liberdade.

A repressão da manifestação provocou seis mortos e muitos feridos. Houve uma comoção social em Londres e condados vizinhos: estivadores, trabalhadores portuários, marceneiros e alfaiates declararam greve. Wilkes organizou sua campanha eleitoral de 1774 a partir de um programa que defendia um sufrágio mais equitativo e a defesa dos direitos populares na Inglaterra, *na Irlanda e na América*. O movimento político radical que dirigia obteve a eleição, em que pese o reduzido número de eleitores (devido ao voto censitário), de doze membros no parlamento. A influência política de Wilkes durou até 1780, mas a luta por reformas continuou: a maior parte dos candidatos a políticos ingleses se apresentava como reformadora. John Cartwright (1740-1824) publicou em 1776 a brochura *Take Your Choice* (escolha!) que esboçava o programa que inspirou o movimento popular durante os 75 anos seguintes, insistindo na reforma eleitoral e no parlamento anual. A agitação operária nas cidades inglesas e britânicas percorreu todo o século XVIII. As greves não se esgotaram em si mesmas: entre 1763 e 1768 diversas categorias se unificaram para levar petições ao rei George III. Por outro lado, ganhou corpo a ideia de atacar diretamente o capital. Em 1768, os tecelões de Spitalfields se levantaram em massa e destruíram uma grande quantidade de teares de seda. Organizaram um fundo de greve, depositando de 2 a 5 *shillings* por tear. Os tecelões criaram uma *Union* para pleitear perante a justiça, lançando a semente dos futuros sindicatos.

Os membros dos comitês operários se reuniam nas tavernas, onde deveriam comparecer armados e disfarçados. Edward Thompson apontou a projeção social da revolta dos operários da Revolução Industrial como o principal fator do conservadorismo político da burguesia inglesa, que bloqueou o país para a onda revolucionária deflagrada pela Revolução Francesa (e levou à Inglaterra “liberal” a participar da arquitetura contrarrevolucionária absolutista na Europa):

Nas décadas após 1795, houve uma profunda separação entre as classes na Inglaterra, e os trabalhadores foram lançados a um estado de *apartheid* cujos efeitos — nos detalhes da discriminação social e educacional — podem ser sentidos até hoje. É nisso que a Inglaterra diferia de outras nações europeias: o fluxo de sentimentos e disciplinas contrarrevolucionários coincidiu com o fluxo da Revolução Industrial; na medida em que avançavam novas técnicas e formas de organização industrial, recuavam os direitos sociais e políticos. *A aliança ‘natural’ entre uma burguesia industrial impaciente, com ideias radicais, e um proletariado em formação, rompeu-se tão logo chegou a se formar.* A fermentação entre os industriais e comerciantes ricos dissidentes de Birmingham e as cidades industriais do Norte pertence principalmente aos anos de 1791 e 1792; o auge da ‘inimizade’ entre artesãos e assalariados em Londres, Norwich e Sheffield — causada seja pela fome, seja pela agitação jacobina — pertence a 1795. Esses dois momentos só coincidem por uns poucos meses” (Thompson, 1987) (grifos meus).

A burguesia inglesa fugiu da revolução democrática pois, em vez de uma massa popular indiferenciada, viu desenhar-se detrás dela a ação de uma *classe* com sua própria política e métodos de organização:

Em 1792, depois dos massacres de setembro, todos os industriais manufatureiros, com exceção de uma pequena minoria, se amedrontaram com a causa da reforma. Se não houve uma revolução na Inglaterra nos anos 1790, não foi devido ao metodismo, mas à desintegração da única aliança suficientemente forte para realizá-la; depois de 1792, não havia girondinos para abrir as portas por onde poderiam passar os jacobinos. Se homens como Wedgwood, Boulton e Wilkinson tivessem atuado junto com homens como Hardy, Place e Binns — e se a pequena nobreza de Wyvill agisse com eles - Pitt (ou Fox) teriam sido obrigados a conceder uma grande parte da reforma. Mas a Revolução Francesa consolidou a Velha Corrupção, *unindo num pânico comum os proprietários de terra e os industriais manufatureiros*; as sociedades populares eram frágeis demais e por demais inexperientes para executar, por elas mesmas, a reforma ou a revolução” (Thompson, 1987, p. 196).

Em janeiro de 1792, oito operários ingleses criaram a *London Corresponding Society*, que se organizou em grupos de trinta membros, baseada em uma contribuição financeira acessível aos operários. Ao final desse ano, a sociedade contava com três mil membros. Seus objetivos eram o sufrágio universal, a igualdade de representação, o parlamento honesto, o fim dos abusos contra os cidadãos humildes, o fim das pensões outorgadas pelo Parlamento aos membros das classes dirigentes, uma menor jornada de trabalho, a diminuição dos impostos e a entrega das terras comunais aos camponeses. Na mesma época, o livro de Tom Paine, *Os Direitos do Homem*, defendia a Revolução Francesa e a independência americana, atacando a monarquia inglesa em favor do republicanismo. Publica-

do em inglês, céltico e gaélico, vendeu 200 mil exemplares na Grã-Bretanha, e se transformou no “manual universal do movimento operário inglês”.

Em 1795, os dirigentes da *London Corresponding Society* foram presos e a sociedade começou a decair. Mas ela foi o antecedente da primeira grande organização política operária, o cartismo. Já prevenido pelo antecedente da sociedade operária, e lecionada pela experiência da França (que proibira toda “coalizão dos empregados” sob o pretexto de que ela atentaria contra a “liberdade econômica”), o parlamento britânico proibiu as organizações operárias, condenando-as à clandestinidade ou à vida curta. O governo conseguiu também impedir as tentativas de se implantar um salário-mínimo.

Na década de 1790, a nova condição social dos trabalhadores unida à influência da Revolução Francesa deu um novo estatuto à repressão da protesta social:

A velha equação paternalismo-deferência perdia força inclusive antes da Revolução Francesa, embora conhecesse uma temporal reanimação nas multidões partidárias da Igreja e do Rei de inícios dos anos 1790. Os motins de Gordon presenciaram o clímax, e também a apoteose, da licença plebeia; e infringiram um trauma aos governantes, que já pode observar-se no tom cada vez mais disciplinador dos anos 1780. Mas, nesse tempo, a relação recíproca entre gentry e plebe, inclinando-se ora de um lado, ora do outro, havia já durado um século. Ainda sendo essa relação desigual, a *gentry* necessitava, apesar de tudo, certa classe de apoio dos pobres, e estes sentiam que eram necessários. Durante quase cem anos, os pobres não tinham sido os completos perdedores. Conservaram sua cultura tradicional; conseguiram conter parcialmente a disciplina trabalhista do primeiro industrialismo; até ampliaram o alcance das Leis de Pobres; obrigaram que se exercesse uma caridade que pôde evitar que os anos de escassez se transformassem em crise de subsistência; e desfrutaram da liberdade de sair às ruas, empurrar, bocejar e dar vivas, tirar as casas de padeiros ou dissidentes detestáveis, e de uma disposição barulhenta não vigiada que surpreendia os visitantes estrangeiros, que quase os induziu erroneamente a pensar que eram “livres”. Com a influência da Revolução Francesa, essa situação mudou:

Os anos 1790 eliminaram essa ilusão e, com base nas experiências desses anos, a relação de mútua reciprocidade acabou. Ao acabar, nesse exato momento, perdeu a *gentry* sua confiada hegemonia cultural. Estamos já afastados do campo de força do século XVIII, e entramos em um período em que se produz uma reorganização estrutural das relações de classe e da ideologia. Fez-se possível, pela primeira vez, analisar o processo histórico nos termos e conotações de classe do século XIX (Thompson, 1984, p. 61).

As lutas e a organização de classe continuaram. Na primeira grande greve de operários, organizada segundo o modelo moderno — a greve geral dos fiadores de algodão de Manchester em 1810 — vários milhares de homens distribuíram entre si o *fundo de greve*, primeira instituição econômica de combate dos trabalhadores industriais, que atingiu a cifra de 1500 libras por semana. Seu antecedente fora a grande greve de 1804-1805, realizada pelos tecelões de Glasgow, quando 40 mil trabalhadores de toda Escócia pararam seus teares. Em inícios do século XIX, surgiu também o *ludismo* (“os destruidores de máquinas”), movimento que se insurgiu contra as profundas alterações sociais e trabalhistas trazidas pela Revolução Industrial. As reclamações contra as máquinas e a substituição que elas faziam da mão de obra humana eram “normais”, costumeiras. Movimentos esparsos de “destruidores de máquinas” se desenvolveram a partir de meados do século XVIII, com tal força e extensão que levaram o Parlamento britânico a sancionar em 1769 uma lei que punia a destruição de fábricas e máquinas com a pena de morte. Vários trabalhadores foram executados em virtude dessa lei, o que não impediu que o movimento ganhasse amplidão.

Foi em 1811, na Inglaterra, que o movimento de destruição de máquinas “estourou”, superando o nível da revolta espontânea e local e ganhando dimensão nacional. Seu nome derivava de Ned Ludd, um dos seus líderes que, em Nottingham, aborrecido com seu patrão, destruiu sua oficina têxtil. Os luditas invadiam fábricas e destruíam máquinas que, por incrementarem a produtividade dos trabalhadores, tiravam também seus empregos, requerendo, contudo, duras horas de jornada de trabalho dos operários remanescentes. As fábricas eram também ambientes com péssima iluminação, abafados e sujos. Em uma carta ameaçadora que Ned Ludd endereçou a certo empresário de Huddersfield, em 1812, lia-se:

Recebemos a informação de que é dono dessas detestáveis tosquiadoras mecânicas. Fica avisado de que se elas não forem retiradas até o fim da próxima semanal eu mandarei imediatamente um de meus representantes destruí-las. E se o Senhor tiver a imprudência de disparar contra qualquer dos meus homens, eles têm ordem de matá-lo e queimar sua casa”.

Uma canção popular refletia o espírito do movimento luddita: *Brave ludits we are, for the breaking we come! / God save Ned Ludd! / Machines to hell, we want our dignity! / Breaking is good, join us and save the Europe! / Break! Break! Break or die working! / Monsters of industrialism, we want you broken! / Machines to the ground! / Crash! Crash! Bang! Bang! The sound of freedom these are! / Break one, break two, break three, break all! All!*

O momento culminante do movimento foi durante o assalto noturno à manufatura de William Cartwright, no condado de York, em abril de 1812. No ano seguinte, na mesma cidade, teve lugar o maior processo contra os luditas: dos 64 acusados de terem atentado contra a manufatura de Cartwright, treze foram condenados à morte e dois a deportação para as colônias (Sale, 2006). Apesar da dureza das penas, o movimento não amainou até 1817, refletindo, assim, as péssimas condições de vida dos operários. Finalmente, a generalização da indústria (*factory system*) e a criação das primeiras *trade unions* (futuros sindicatos) limitaram o alcance e as possibilidades das revoltas luditas, fazendo com que entrassem em declínio. Para Eric Hobsbawm, o ludismo “foi uma mera técnica de sindicalismo no período que precedeu a Revolução Industrial e nas suas primeiras fases”.

O ludismo não foi um movimento exclusivamente inglês. À época foram registradas ações semelhantes na Bélgica, na Renânia, na Suíça e na Silésia; no mesmo período, houve uma organização camponesa inglesa de revolta contra a modernização capitalista, em 1830, dirigido pelo lendário Capitão Swing (Hobsbawm, 1982). Karl Marx escreveu a respeito desses movimentos no *Manifesto Comunista*:

[Os operários] não se contentam com dirigir os seus ataques contra as relações burguesas de produção, e dirigem-se contra os próprios instrumentos de produção: destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, incendiam as fábricas, tentam reconquistar pela força a posição perdida do artesão da Idade Média.

No verão de 1812, doze mil soldados foram destacados para Leicester e York, na tentativa de deter o movimento de revolta. O valor das propriedades e máquinas destruídas ultrapassou 100 mil libras esterlinas. Lord Byron, nobre e poeta, membro da Câmara Alta (a câmara dos Lordes), discursou em 1811 em defesa dos luditas e contra as inumanas condições de trabalho: “Não existem já bastantes coalhos de sangue em vossos códigos, para que ainda queirais mais, até que os céus gritem e clamem contra vós? São esses os remédios com os quais quereis curar um povo faminto e desesperado?”.

A extraordinária “marcha da fome” sobre Londres (de 1817), ou o comício de Saint Peter's Field, em 1819, que reuniu a quantidade (inusitada para a época) de oitenta mil pessoas, se produziram em meio ao clima criado pela revolta dos operários e artesãos. No norte do país, decidiram eleger, fora do quadro legal, deputados para o Parlamento que os representassem. Em 1819, reuniram-se cem mil trabalhadores em Manchester, o Estado, através da cavalaria, provocando o “massacre de Peterloo”, que semeou de cadáveres o campo do mesmo

nome. Em 1824, foram criados na Inglaterra os primeiros centros de ajuda mútua e de formação profissional para operários.

Não é correto, portanto, datar o nascimento do movimento operário na França e na Inglaterra entre 1832 e 1836. Ele tinha tido sua origem, pelo menos, na última década do século precedente (Dolléans, 1946). Na Grã-Bretanha, as tentativas para unir todos os operários em “sindicatos gerais”, isto é, em entidades que superassem o isolamento local e regional dos grupos particulares de trabalhadores, levando-lhes a uma solidariedade nacional e até universal da classe trabalhadora, começaram em 1818.

Com a extensão da Revolução Industrial, os núcleos mais numerosos e concentrados de operários se situaram nos setores mais desqualificados, ou seja, nos setores fabris dominados pelo maquinismo. As leis antissindicais inglesas haviam sido promulgadas em plena Revolução Industrial. Elas foram sendo derrotadas pelas greves e pelas lutas operárias, que obtiveram em 1825 a sua revogação: “As bárbaras leis contra as combinações de trabalhadores entraram em colapso em 1825, diante da atitude ameaçadora do proletariado” (Marx, 1986). Em consequência, na década de 1830, os trabalhadores ingleses organizaram os primeiros sindicatos (*trade unions*) sob a forma de associações de base local, ou por ofício, para obter melhores condições de trabalho e de vida. Nesse ano, se formou o sindicato dos operários da construção (*Operative Builders Union*) e, em 1834, a primeira central de trabalhadores (*Grand National Consolidated Trade Unions*).

Para atender os acidentes de trabalho, doenças ou desemprego, os operários criaram as primeiras associações de auxílio mútuo, que funcionavam por meio de cotizações. Aos poucos, as *trade unions* inglesas foram se consolidando, dirigindo mais greves e maiores protestos. Deixaram o patronato num dilema: já que eram proibidas, o empresário não tinha como negociar em momentos de greve. Isso gerava grandes prejuízos, principalmente quando não havia estoques e surgiam encomendas de produtos.

Diante desse crescimento das lutas operárias, o Parlamento da Inglaterra aprovou, em 1824, a primeira lei sobre o direito de organização sindical dos trabalhadores. Em 1825, foi abolida a proibição do direito de associação, as *Combination Acts*, e surgiu paralelamente uma onda grevista. Foi só a partir do *Factory Act* de 1833, visando às manufaturas de algodão, lã, linho e seda, que foi fixado para a indústria um “dia normal de trabalho”. Em 1833, surgiu a primeira lei limitando a oito horas a jornada de trabalho das crianças operárias. Em 1842, proibiu-se o trabalho de mulheres em minas. Gradativamente, as associações operárias conquistaram a proibição do trabalho infantil, a limitação do trabalho

feminino, o direito de greve e a limitação da jornada de trabalho dos adultos. Tais feitos tiveram resultados decisivos: as horas de trabalho por semana para trabalhadores adultos nas indústrias têxteis eram, em 1780, em torno de 80 horas. Já em 1820, reduziram-se para 67 horas, e em 1860, para 53 horas.

Depois de numerosas greves organizadas pelos sindicatos, obteve-se, em 1847, a redução da jornada de trabalho para 10 horas em toda a Inglaterra, fato que Marx chamou de “a primeira vitória da economia política da classe operária”. A regulamentação das normas trabalhistas, que incluía a regulação dos períodos de trabalho, os horários limites e as pausas para refeições e descansos, só foi proclamada depois de longa luta, “uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta entre a classe capitalista e a classe trabalhadora”, depois que o trabalhador se tornou incapaz de resistir individualmente. A “jornada normal de trabalho”, portanto, foi “resultado de uma luta multissecular entre capitalista e trabalhador”, o que levou os trabalhadores, enquanto classe, a “conquistar uma lei estatal, uma barreira social superior, que os impedisse a si mesmos de venderem a si e à sua descendência, por meio de contrato voluntário com o capital, à noite e à escravidão”.

Marx, porém, apontou os limites da ação sindical e suas perspectivas:

A única potência social que os operários possuem é seu número. Mas a quantidade é anulada pela desunião, que se engendra e se perpetua por uma concorrência inevitável. Os sindicatos nasceram dos esforços espontâneos dos operários ao lutarem contra as ordens despóticas do capital, para impedir ou ao menos atenuar os efeitos dessa concorrência, modificando os termos dos contratos, de forma a se colocarem acima da condição de simples escravos. Atualmente os sindicatos se ocupam, em demasia, exclusivamente das lutas locais e imediatas contra o capital. Ainda não são suficientemente conscientes de tudo o que podem fazer contra o sistema da escravidão assalariada, e mantêm-se bastante separados dos movimentos mais gerais e das lutas políticas. Ao se considerarem e atuarem como pioneiros e representantes de toda a classe operária, conseguirão reagrupar em seu seio todos aqueles que ainda não estão organizados. Ao se ocuparem das atividades mais miseravelmente remuneradas, farão nascer, nas grandes massas operárias, a convicção de que, em lugar de se circunscreverem a limites estreitos e egoístas, seu objetivo tende à emancipação de milhões de proletários subjugados (Marx, 1980).

Os sindicatos ainda não eram chamados por esse nome. Eram as *Sociétés Ouvrières*, na França; na Alemanha, *Gewerksgenossenschaften*, ou também *Gewerkschaft* e *Arbeitergewerkschaft* e as *Trade Unions* inglesas, nome que fazia direta referência à “barganha”. Na França, onde a Revolução Industrial demorou a acontecer (determinando um predomínio relativo dos ofícios artesanais sobre os indus-

triais durante a primeira metade do século XIX), a legislação antigrevista só veio a ser abrandada pelo Segundo Império, em 1864. Nada houve, na França, de comparável, nesse período, à central sindical inglesa, que em 1830 agrupava 150 sindicatos, 80 mil operários, e tirava 30 mil exemplares de seu jornal (*A Voz do Povo*). Apesar disso, as revoltas operárias francesas tiveram um caráter ainda mais violento, acompanhando o ritmo revolucionário da sociedade. A revolução democrática de 1830 não satisfaz as demandas operárias; ao contrário, a situação do operariado francês piorou.

A resposta operária foi a insurreição dos tecelões de Lyon, em 1831. Na capital têxtil da França, os operários exigiram, no mesmo ano, que fossem aprovadas novas tabelas para o pagamento do trabalho. O governo negou. Os tecelões lioneses eram em número de 40 mil e sua produção era ainda semiartesanal, com fabricantes (fornecedores da matéria prima), chefes de oficina (*ateliers*) e operários (*ouvriers*). Os operários careciam de domicílio próprio, dormindo e se alimentando na casa dos chefes: “Cada crise os punha na rua ou fora da cidade, à procura de problemáticas ocupações agrícolas”. E ainda sem crise,

os salários eram muito baixos. Alguns não ganhavam mais do que *vingt sous* [uma esmola] por *dezesseis horas* de trabalho diário. O aluguel era descontado do salário. Os chefes de oficina eram muitas vezes tão miseráveis quanto os operários... (As crianças) ganhavam 50 centavos por jornadas de trabalho que se estendiam até 12 ou 13 horas, em que deviam permanecer permanentemente em pé... (Os velhos) eram completamente abandonados e imediatamente substituídos, sem reserva do posto de trabalho, quando seu braço se enfraquecia e sua mão se tornava menos hábil, obrigando-os a trabalhar mais lentamente, isso tudo na época de suas vidas em que mais precisavam de um provento (Cacérés, 1967).

Essas condições de vida eram gerais em toda a França industrial e urbana, diferenciando-se apenas pela alta concentração em Lyon, devido à abundância da indústria têxtil nessa cidade. A insurreição contra tais condições de vida, de trabalho e contra a insensibilidade das autoridades levou os operários de Lyon a ocuparem a cidade durante dez dias, aterrorizando as autoridades, que deixaram o poder momentaneamente nas mãos operárias. A violenta repressão do movimento, com dezenas de mortes e centenas de prisões, não impediu que o processo de organização avançasse depois de sua derrota: os impressores de Nantes criaram em 1833 a Associação Tipográfica. Em setembro do mesmo ano, o movimento grevista adquiriu novas características: estendeu-se por toda a França e mobilizou setores operários de ofícios diversos. Os líderes da insurreição foram mortos pela repressão e milhares de operários foram detidos.

Em janeiro de 1834, a associação mutual dos tecelões de Lyon, formada após a insurreição, lançou a ideia de uma greve geral a fim de obter uma tarifa (salário) mínima para toda a classe. O movimento desaguou numa nova insurreição, em abril de 1834, realizada sob o grito de “viver trabalhando ou morrer combatendo!”. Seu jornal *O Eco das Fábricas* informou e se solidarizou com as greves que paralelamente realizavam os operários de Manchester, aos que chamava de “irmãos”. *Nascia o internacionalismo proletário*. As primeiras tropas enviadas pelo governo para a repressão se solidarizaram com os grevistas, e os republicanos de Paris levantaram barricadas em diversos bairros em solidariedade aos insurretos de Lyon. O exército mobilizou suas melhores unidades para esmagar os revoltosos, o que aconteceu finalmente em 11 de abril do mesmo ano ao preço de um massacre. *La Chanson des Canuts*, inspirada na revolta dos tecelões, se transformou em parte do repertório musical popular do país.

A organização operária continuou na França, mas agora, devido à repressão estatal, com características clandestinas, onde se destacaram as figuras de Barbès e de Louis-Auguste Blanqui. A organização através de sociedades secretas, devida à forte repressão dos governos da Santa Aliança, se estendeu por toda a Europa. Em 1844, o levantamento dos tecelões alemães da Silésia (imortalizada na peça teatral de Jürgen Hauptmann, *Os Tecelões*) provou que a agitação operária havia se estendido para todo o continente europeu. No ano anterior, a organizadora operária Flora Tristán fez um chamado:

Venho propor a união geral dos operários e operárias de todo o reino [da França], sem distinção de ofícios. Esta união teria por objetivo construir a classe operária e construir estabelecimentos (os Palácios da União Operária) distribuídos por toda França. Seriam aí educadas crianças dos dois sexos, dos seis aos 18 anos, e seriam também recebidos os operários doentes, os feridos e os velhos. Há na França cinco milhões de operários e dois milhões de operárias.

Flora Tristán levou adiante por toda a França a tarefa de organizar a União Operária, que recorria à experiência do nascente movimento operário inglês, mas com maior ênfase internacionalista e socialista. Cinco anos depois, o *Manifesto* de Marx e Engels declarava:

O operário moderno, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais, caindo abaixo das condições da sua própria classe. O trabalhador torna-se um indigente e o pauperismo cresce mais rapidamente do que a população e a riqueza. Fica assim evidente que a burguesia é incapaz de continuar desempenhando o papel de classe dominante e de impor à sociedade, como lei suprema, as condições de existência de sua classe, não pode exercer o seu domínio porque não pode mais assegurar a existência de seu escravo, mesmo no quadro de sua escravidão... A con-

dição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este se baseia exclusivamente na concorrência dos operários entre si. O progresso da indústria, de que a burguesa é agente passivo e involuntário, substitui o isolamento dos operários, resultante da competição, por sua união revolucionária resultante da associação (Marx; Engels, 1980).

Já fazia tempo que a força social do proletariado, ainda em pleno processo de formação, não se limitava ao plano defensivo, mas também se projetava na ação política geral. As formas políticas e ideológicas, adotadas pelo movimento operário resgataram e reformularam as tradições revolucionárias das alas radicais das revoluções democráticas dos séculos precedentes.

A Revolução Francesa concluíra com a derrota de sua ala de esquerda (os jacobinos), mas estes tiveram seus herdeiros radicais, a “Conspiração dos Iguais” de 1796. Essa fração propôs um programa de propriedade comunal, para aprofundar a revolução, uma espécie de socialismo agrário. Neste período os trabalhadores se consideravam parte das camadas populares da nação, e ficaram presos a essa ideologia. A sua privação de direitos só podia ser eliminada exigindo para todos os cidadãos o mesmo direito em determinar a atividade do poder político, de modo que não se abusasse do Estado em proveito de uns poucos. Reclamaram para si próprios os direitos de liberdade correspondentes ao direito natural. Mas não foram capazes de colocar exigências diferentes do pensamento dos democratas burgueses radicais (Abendroth, 1978).

Na prática, porém, foram além desse patamar.

A consciência de classe dos trabalhadores, certamente, ainda não existia claramente em 1789, durante a Revolução Francesa. Fora da Grã-Bretanha e da França, ela era praticamente inexistente. A expressão “classe trabalhadora” apareceu nos escritos trabalhistas ingleses logo após 1815, porém, nem todos os cidadãos eram trabalhadores, mas todos os trabalhadores conscientes pertenciam a esse movimento, uma vez que as consciências “jacobina” e proletária se complementavam. A experiência da classe operária dava aos pobres as instituições para sua defesa diária, o sindicato e a sociedade de auxílio mútuo, e as armas para a luta coletiva, a solidariedade e a greve (que, por sua vez, implicava organização e disciplina). O complemento do sindicato era a greve geral, concebida como uma arma central da classe trabalhadora. O termo “socialismo”, por sua vez, surgiu na década de 1820, sendo adotado pelos trabalhadores na França: o termo foi usado por Henri Leroux, em 1831, na década em que a “questão social” passou ao primeiro plano da cena francesa, e em escala bem maior pelos britânicos. Por volta do início da década de 1830, já existiam, portanto, a consciência de classe proletária e suas próprias aspirações sociais, embora mais

fracas e menos assentadas do que a consciência de “classe média” (situada entre a aristocracia e a população pobre) que seus patrões já possuíam. Em meados do século XIX, já era visível a expressão da nova classe trabalhadora no movimento operário. O movimento democrático, por sua vez, era a expressão prática do povo comum, proletário ou não, a quem a Revolução Francesa tinha colocado no palco da história como ator e não como vítima: ator este à procura de respeito, reconhecimento e igualdade.

Os primeiros representantes da escola socialista foram:

os três grandes utopistas: Saint-Simon, em quem ainda se manifestava a tendência burguesa, juntamente com a tendência proletária; Fourier e Owen, que expôs de forma sistemática, no país no qual a produção capitalista estava mais desenvolvida (a Inglaterra), uma série de medidas que visavam à abolição das diferenças de classe. O traço comum entre os três estava no fato de não agirem como representantes dos interesses do proletariado que, entretanto, já havia surgido como classe social. Não se propõem emancipar primeiramente determinada classe, mas sim, de uma só vez, a humanidade toda.

Charles Fourier constituiu uma sociedade que chegou a ter, em 1848, quase quatro mil adeptos, publicando o jornal *A Democracia Pacífica*. A partir de 1822, empreendeu a construção de comunidades (falanges), que associadas constituíram o *falanstério*. Neste, de 1600 a 1800 pessoas trabalhavam em regime comunitário, dedicadas igualmente à agricultura e à indústria, que deviam se desenvolver harmoniosamente, evitando também o embrutecimento produzido nos homens pela realização de um só tipo de trabalho. Os falanstérios, construídos na França e nos EUA, fracassaram, devido justamente à concorrência das empresas capitalistas. Alguns discípulos de Fourier, como Victor Considérant (1808-1893), convergiram com o nascente movimento operário. Considérant bateu-se, ao lado dos operários nas barricadas do bairro de Saint- Antoine, em junho de 1848: já tinha compreendido, por sua própria experiência, que era inútil fazer apelo à generosidade dos ricos e dos mecenas para melhorar a sorte do proletariado.

O “socialismo e comunismo crítico-utópico... fracassou necessariamente não só por causa do estado embrionário do próprio proletariado, como também devido à ausência das condições materiais de sua emancipação, condições que apenas surgem como produto da época burguesa”. Para diferenciar-se do socialismo paternalista ou filantrópico dos intelectuais burgueses, as doutrinas que apregoavam a autoemancipação da classe operária passaram a se identificar no *comunismo*. O desenvolvimento da classe operária criou as bases sociais para a superação do socialismo semifilantrópico, tanto na França como na Inglaterra:

Se os utopistas foram utopistas é porque, numa época em que a produção capitalista estava ainda tão pouco desenvolvida, eles não podiam ser outra coisa. Se foram obrigados a tirar das suas próprias cabeças os elementos de uma nova sociedade, é porque, de uma maneira geral, estes elementos não eram ainda bem visíveis na velha sociedade; se limitaram a apelar para a razão para lançarem os fundamentos de seu novo edifício porque não podiam, ainda, fazer apelo à história contemporânea (Engels, 1973).

Se Saint-Simon e Fourier haviam “tirado da cabeça” o seu sistema socialista, foi, ao contrário pela via da prática que Robert Owen (1771-1858), no país da indústria mais desenvolvida, elaborou seu próprio sistema socialista. Fortemente influenciado por Jean Jacques Rousseau e pela filosofia das luzes, acreditava na possibilidade de educar o homem sem distinção de classes. A sua grande ideia era a de tornar o mundo racional, e racional significava moral. Contudo, foi essencialmente em virtude de sua posição de diretor de uma fábrica, através do contato com a prática, que veio a elaborar seu socialismo. Na sua empresa, em New Lanark, na Escócia, Owen (que tinha nascido num lar operário) reduziu a jornada de trabalho de 16 para 10 horas diárias. Não aceitou o trabalho de crianças menores de dez anos e criou para elas creches e escolas gratuitas e laicas. Manteve a higiene da fábrica, combateu o alcoolismo, instituiu casas de pensão para doença e velhice e conseguiu fazer sem que minguasse a produtividade da empresa. Apesar deste exemplo, os capitalistas viram nele um perigo sendo duramente criticado no Parlamento entre 1817 e 1820, e perseguido, o que o obrigou exilar-se. Nos EUA, tentou fundar, sem êxito, colônias socialistas. De volta à Inglaterra, Robert Owen criou a *National Equitable Labour Exchange*, onde produtos fabricados pelos trabalhadores eram trocados por outros que tivessem custado o mesmo tempo de trabalho.

O sistema fracassou (porque muitos trabalhadores “inchavam” o trabalho realmente feito, e porque os produtos artesanais passaram a concorrer em desvantagem com os industriais), mas a *National Equitable* foi o antecedente *organizativo* da primeira central sindical inglesa. Robert Owen passou, então, a trabalhar nos sindicatos, chegando a propor, num congresso que presidiu, em 1838, a greve geral e a luta de classes. Owen morreu como militante socialista da classe operária: devido a isso, muitos dos seus discípulos “filantrópicos” o abandonaram, criticando seu “radicalismo”. A grande virada da organização operária deu-se em finais da década de 1830, na Inglaterra, com a organização da *Carta [Charte] do Povo*, de William Lovett. O cartismo nasceu sobre a base da experiência do movimento pela imprensa popular, chamada de imprensa “não taxada”. A iniciativa correspondeu a um grupo de artesãos londrinos que, a 16

de junho de 1836, constituíram a *London Working's Men Association*, que conquistaria apoio nacional no ano seguinte, em torno da ideia de uma petição ao Parlamento em favor da reforma política, o sufrágio universal. A estratégia utilizada pelos cartistas girava em torno da coleta de assinaturas, que era realizada nas oficinas, nas fábricas e em reuniões públicas, através de uma série de petições nacionais, enviadas à Câmara dos Comuns (Dolléans, 1949; Reboul, 1979). Ativistas operários radicais como Harney e O'Connor, influenciados diretamente pelos exilados comunistas alemães, não foram inicialmente aceitos na sociedade, e iniciaram uma campanha independente.

A reforma eleitoral de 1832 (*Reform Act*), arrancada pela burguesia industrial à monarquia, aumentara o colégio eleitoral inglês de 400 mil para 800 mil membros. O Parlamento aprovou também a reforma que suprimia as “cidades mortas”, isto é, pequenas cidades controladas pela nobreza, baixava o censo eleitoral e aumentava o número de deputados. A reforma satisfazia os interesses da burguesia, que ganhava espaço político, mas não o operariado, pois sobrevivia o voto qualificado (ligado à propriedade), excluindo quase toda a classe operária do exercício dos direitos políticos.

A “Carta”, assim, foi o produto de um processo de crescente organização operária independente na Inglaterra. Entretanto, havia mais organização entre os trabalhadores especializados, como os penteadores de lã. Inicialmente, eles se cotizavam para pagar o enterro de associados que, posteriormente, passou a ter caráter reivindicatório. O processo de organização operária se acelerou e, também, se tornou mais denso. Em 1836, os operários condenados na Inglaterra em revoltas anteriores foram indultados e começaram a regressar ao país. Nesse clima, a “Carta” foi proclamada e organizada nacionalmente em 1838, propondo o voto universal e secreto (através de cédula), a abolição da qualificação censitária para exercê-lo (voto por nível de renda), o pagamento aos membros do Parlamento (permitindo o ingresso nele de trabalhadores), a nivelção dos distritos eleitorais, a eleição anual dos parlamentos (permitindo, assim, um controle mais efetivo) e a revogabilidade dos representantes parlamentares, retomando e radicalizando as propostas de John Cartwright.

O movimento *cartista* não formulou um programa político a partir de um conjunto de ideias socialistas, como se fazia já na França, mas a partir das ideias dos reformadores parlamentares radicais. Os “seis pontos” da Carta estavam baseados no programa que a “Comissão da Reforma”, em Westminster, tinha rascunhado 58 anos antes. As reivindicações de luta pela liberdade já faziam parte da cultura dos artesãos e dos trabalhadores radicais antes mesmo da formação de sua consciência como uma classe trabalhadora independente. A com-

posição do cartismo era heterogênea, com líderes radicais como William Lovett, em Londres, e Thomas Attwood, em Birmingham; moderados como Richard Oastler ou socialistas jacobinos como Julian Harney e James Bronterre O'Brien. O cartismo ensejou, em escala histórica, um novo estágio do desenvolvimento do movimento operário: a passagem das sociedades secretas para as sociedades operárias *de massas*.

Isto teve seu epicentro na Inglaterra, onde o desenvolvimento industrial era mais avançado e a atividade da classe operária mais aberta. A Convenção Geral das Classes Operárias da Grã-Bretanha, o “parlamento operário” convocado no início de 1839 pelos cartistas, discutiu publicamente a organização da greve geral como meio de conquista do poder político. No seio da “Associação de Operários Alemães” da Inglaterra, enfrentaram-se as duas concepções, pois um de seus membros mais influentes, Wilhelm Weitling (chefe espiritual da *Liga dos Justos*, organização de operários comunistas, que não tardou em ser afastado da Associação) admitia apenas uma forma de propaganda, aquela das sociedades clandestinas de conspiradores, enquanto Karl Marx exigia que se pusesse fim à propaganda secreta e que se transformassem as limitadas agitações subterrâneas em um vasto movimento de massas.

A preferência por sociedades secretas tinha sido favorecida pela repressão social e política reinante na fase precedente:

Por causa do Congresso de Viena, houve um florescimento de sociedades secretas, que minavam o solo da vida política e social do continente europeu. Na França, as associações blanquistas eram uma forma de ‘carbonarismo’. A ‘Liga dos Justos’ surgiu da ‘Liga dos Exilados’. Estes eram intelectuais emigrados de diversas nações. Alguns artesãos que haviam ingressado nessa *Ligue des Bannis* acabaram separando-se dos intelectuais e formando a ‘Liga dos Justos’. Composta quase que exclusivamente por operários, ela logo se tornou socialista, tendência que se desenvolveu por completo com o golpe de força ensaiado pelos blanquistas em 1839, no qual tomaram parte alguns membros da Liga (Frugoni, 1947).

Enquanto a antiga desconfiança em relação aos ‘intelectuais’ começava a desaparecer entre os operários e seus representantes, e ‘o proletariado ia buscar suas armas intelectuais na filosofia’, os filósofos descobriam nos operários, nesses ‘bárbaros’ de nossa sociedade civilizada, o ‘elemento prático da emancipação do homem’. Depois da rebelião dos tecelões da Silésia em junho de 1844, Marx declarava, no *Vorwärts*, que a Alemanha não podia ‘encontrar o elemento ativo de sua liberação senão no proletariado (Andreas, 1977).

A fusão da ideia, da força material de classe e da organização revolucionária pavimentava seu caminho. O vínculo entre a “Liga” (basicamente alemã) e a “Carta” (inglesa) ensejou uma nova síntese política para a luta dos trabalhado-

res: “Os artistas que haviam ingressado na Liga o fizeram com a condição de que pudessem manter sua ligação com o partido. O seu intuito era organizar uma espécie de núcleo comunista no cartismo, para ali expandir o programa e os objetivos dos comunistas” (Riazanov, 2012). A Liga dos Justos tinha, apesar dos alemães serem preponderantes entre seus membros, um caráter internacional:

A Liga dos Justos devia alguns traços de sua organização secreta às sociedades secretas neobabeuvistas com as quais as comunas da Liga em Paris tinham estreitas relações. Os membros da Liga estavam obrigados a difundir os princípios, fazer novos recrutamentos, fundar associações oficiais de operários e artesãos... Foi somente nos grandes centros da Liga, em Paris e Londres, e mais tarde em Genebra, que as comunas tiveram uma existência e uma atividade contínuas, apoiando-se sempre em associações operárias paralelas (Adreas, 1977).

Karl Marx, residente em Paris (onde ficou do final de 1843 até cinco de fevereiro de 1845, quando foi expulso por sua colaboração com o *Vorwärts* e partiu para Bruxelas), manteve-se nesse período à margem das sociedades secretas. Não aderiu à “Liga dos Justos”, apesar de frequentar as suas reuniões na rua Vincennes, vigiadas pela polícia prussiana, e apesar da estima que tinha pelos artesãos comunistas, enquanto homens e lutadores: “Entre eles — escreveu em 1844 — a fraternidade não é uma palavra vazia, mas uma realidade, e toda a nobreza da humanidade irradia desses homens endurecidos pelo trabalho”, nos quais ele admirava “o gosto pelo estudo, a sede de conhecimentos, a energia moral, a necessidade de desenvolvimento”.

Convidado pela Liga dos Justos a aderir a ela, Marx filiou-se no início de 1847. Sob sua e a influência ainda maior de Friedrich Engels (que aderiu à liga antes de Marx, e convidou insistentemente este a fazer o mesmo), foram estabelecidos novos estatutos, cujo primeiro artigo afirmava: “O fim da Liga é a derrubada da burguesia, o reino do proletariado, a supressão da antiga sociedade burguesa fundada no antagonismo de classes e o estabelecimento de uma nova sociedade sem classes e sem propriedade privada”. A Liga foi reorganizada depois que Marx e Engels exigiram que se suprimisse dela tudo o que favorecesse a “superstição autoritária”. Desse modo, colocou-se um fim a todo tipo de conspiração, que requeria métodos ditatoriais da direção. Assim, a atividade da Liga concentrou-se na propaganda pública, pelo menos enquanto fosse possível.

O congresso da Liga aprovou a publicação de uma revista cujo único número apareceu em setembro de 1847 com o título de *Revista Comunista*. Nesse número, apareceu como epígrafe, substituindo o antigo lema da Liga “Todos os Homens são Irmãos” o indicado por Engels por sugestão de Marx, “*Proletários*

de todos os países, uni-vos". O internacionalismo operário, iniciado pelos operários grevistas de Manchester e Lyon, virava *programa político*. Existia já na Inglaterra uma *classe* operária nascida da fábrica, que fazia valer suas reivindicações através do poderoso movimento cartista; havia alguma liberdade de reunião e de associação; havia, além dos numerosos operários e artesãos de todos os países europeus, exilados políticos franceses, alemães, italianos e poloneses de todas as opiniões. O cartismo testemunhou o despertar político da classe operária no cenário social. Com base no programa democrático, organizou manifestações de massas e até uma greve geral em 1842, que abarcou mais de cinquenta mil operários e que inaugurou a prática dos "piquetes móveis" posteriormente difundida mundialmente.

A ação dos cartistas foi eficiente, eles conseguiram mudanças efetivas, tais como a primeira lei de proteção ao trabalho infantil (incluída na *Factory Act*), a lei de imprensa (1836), a reforma do Código Penal (1837), a regulamentação do trabalho feminino e infantil, a lei de supressão dos direitos alfandegários sobre os cereais (esta, em aliança com os políticos liberais e a burguesia industrial) tornando-os mais baratos para o consumo do povo) e a lei das associações políticas. A luta dos trabalhadores contra o capital foi, portanto, em escala histórica e internacional, a consequência das contradições que, no sistema de produção capitalista, opunham o capital ao trabalho assalariado. Essa luta atravessou diversas fases: as primeiras reações anticapitalistas dos trabalhadores focalizaram os instrumentos da dominação capitalista (as máquinas, as leis contra a "ociosidade", das quais se tentava fugir), para só depois atacarem as próprias relações sociais, baseadas na propriedade privada burguesa dos meios de produção, que forneciam sustentação a esses instrumentos. O movimento operário organizado foi o resultado da percepção, pelos trabalhadores, do caráter irreconciliável das contradições de classe.

A *organização independente de classe*, surgida da concentração física e social da classe operária, expressava a ideia de uma luta de longo prazo, na qual o que estava em jogo era o próprio poder, "a exigência da apropriação de todos os meios de produção em nome da sociedade pelo proletariado elevado à direção política exclusiva", nas palavras de Engels. Em que pesem os avanços sociais, o capitalismo apresentava a clara tendência para a diminuição da parte dos salários na totalidade da riqueza produzida:

A distribuição da riqueza social entre o capital e o trabalho tornou-se ainda mais desigual. Com o mesmo capital, o capitalista controla uma quantidade maior de trabalho. O poder da classe capitalista sobre a classe operária cresceu, a posição social do trabalhador piorou, desceu um degrau mais abaixo da do capitalista (Marx, 1976).

A tendência para a miséria social relativa se transformava em tendência para a miséria social absoluta em períodos de crise, afetando de modo especial os antigos artesãos qualificados transformados em operários de fábrica:

Nas primeiras crises capitalistas, o papel de vanguarda dos artesãos qualificados nas lutas operárias foi documentado pelos historiadores. Os trabalhadores das primeiras indústrias de produção massiva desempenharam um papel relativamente passivo em períodos de conflitos sociais produzidos pelas crises, embora os potenciais trabalhadores fabris criados pelos processos de decomposição dos pequenos produtores mercantis e camponeses amiúde resistissem o próprio trabalho assalariado capitalista. A maior parte de mão de obra nas indústrias capitalistas de bens de consumo era composta por mulheres e crianças, que enfrentavam enormes obstáculos na sua luta pela igualdade no mercado de trabalho e também por assumir um papel no movimento operário (por exemplo, nas primeiras greves na indústria têxtil e da vestimenta). As mulheres se faziam menos ilusões no referente à importância de suas habilidades individuais na produção capitalista, e não possuíam os mesmos direitos políticos e o mesmo poder dos homens (O'Connor, 1987, p. 57).

Foram necessárias décadas de luta para superar esses problemas e unificar o conjunto da classe operária, com independência de sexo, nacionalidade, raça ou idade. Gradualmente, foi se impondo a consciência de que qualquer luta que se limitasse a “melhoras” na condição dos trabalhadores não conseguiria inverter a tendência para a crescente miséria social: “A organização dos trabalhadores, sua sempre crescente resistência, possivelmente operasse como muro de contenção ao aumento da miséria, mas o que aumentava com certeza era a insegurança da existência” (Engels, 1980). As condições de trabalho *e de vida* se tornavam cada vez mais incertas com o avanço do capitalismo. Essa era a base da tendência objetiva para uma luta contra as próprias bases do regime de produção do capital. Marx notara que

os efeitos de todos estes avanços sobre o salário relativo dos operários são o resultado mecânico da produção mercantil e do caráter de mercadoria da força de trabalho. E por isso que a luta contra a queda do salário relativo traz em si a luta contra o caráter de mercadoria da força de trabalho, isto é, contra a produção capitalista em seu conjunto. A luta contra a queda relativa do salário já não é uma luta que se desenvolve no terreno da economia mercantil, mas um assalto revolucionário, subversivo, contra a existência dessa economia, é o *movimento socialista do proletariado* (Marx, 1973).

Através do *movimento operário*, a luta inicialmente dispersa dos trabalhadores se transformou em *luta de classe*. O movimento operário, inicialmente, retomou as formas de luta características dos movimentos e classes oprimidas que o pre-

cederam: escravos, plebeus, artesãos, camponeses, mas não se limitou a retomá-las: também as reformulou, de acordo com as novas condições de produção, criando formas específicas de organização. Na luta do movimento operário, porém, não houve duas fases em sequência cronológica, primeiro sindical (em defesa do valor da força de trabalho) e, só depois, política (luta pelo poder na sociedade e pela abolição da exploração capitalista). Toda luta de classes tendia a ser uma *luta política*.

No berço histórico do movimento operário (a Inglaterra), os sindicatos, de um lado, e as organizações e reivindicações políticas (sufrágio universal, parlamento aberto aos representantes dos trabalhadores), do outro, como vimos, surgiram paralelamente. As primeiras grandes vitórias da classe operária na luta em defesa da força de trabalho foram o produto de movimentos de natureza e conotações claramente políticas. A luta sindical e a ação política operária não estiveram separadas por períodos históricos diferenciados: foram duas faces de uma mesma atividade de classe. O pensamento socialista contemporâneo surgiu junto com o próprio capitalismo, expressando a sensibilidade de diversos setores sociais ou de pessoas oriundas de classes sociais diversas em relação ao caráter dramático e destrutivo das contradições e catástrofes sociais geradas pelo sistema capitalista.

A maioria dos pensadores socialistas ficou convencida de que essa desagregação social só teria fim com a abolição da propriedade privada dos meios de produção. Ao mesmo tempo, teve consciência de que as novas forças produtivas criadas pelo capitalismo (o sistema industrial) tornavam possível a realização prática de uma sociedade socialista baseada na propriedade coletiva dos meios de produção, ideia cuja formulação precedera em muito ao próprio capitalismo e inicialmente apresentada dentro de ideologias religiosas. O avanço da produção e a nova legalidade relativa para a ação operária, por outro lado, criavam a possibilidade para iniciativas reformistas dentro do sistema vigente. Nas condições criadas pela expansão do mercado capitalista, por sua vez, setores de trabalhadores começaram a tentar contorná-lo, escapando ao destino cruel reservado à classe operária. Na Inglaterra, vinte e oito tecelões entraram para a história como os “Pioneiros de Rochdale”, iniciando o movimento que seria conhecido como *cooperativismo*, lançado em 1844 com a constituição da primeira cooperativa de consumo. Rapidamente, o cooperativismo estendeu-se para a Europa continental. Os dirigentes cartistas mais importantes criticaram-no de forma severa, o que não impediu que o cooperativismo progredisse de maneira cada vez mais rápida.

O cooperativismo era uma alternativa à luta de classes:

Marx imaginava a sociedade futura como unificada no trabalho, mas via a sociedade do seu tempo dividida em duas classes opostas, e acreditava acelerar a vinda da unidade estimulando em todos os sentidos essa cisão para provocar uma catástrofe resolutive. Com isso concluiu agravando o mal presente sem conseguir aproximar o utópico bem futuro. Das suas lições os operários aprenderam só a parte que ensinava a organizar a luta contra o adversário, esquecendo ou perdendo da vista o fato de que, por cima de qualquer contingência da luta, existiu sempre uma mais elevada solidariedade de relações entre trabalho e capital... A realidade histórica, sempre mais rica e complexa do que a imaginação, criou eventos destinados a moderar ou desviar o impulso para a catástrofe final. Da própria organização do trabalho surgiu o movimento cooperativista que unificou, ainda em zonas muito restritas, as funções de capital e trabalho, fazendo os operários participarem dos frutos do seu capital (Ruggiero, 1973).

O problema consistia em que esse capital *não era seu* e em que, com o desenvolvimento capitalista, essas “zonas” se restringiram. Seus inegáveis sucessos, no entanto, fizeram com que se afastasse da luta de classes um contingente significativo de trabalhadores, motivo e objeto da crítica dos socialistas cartistas ao cooperativismo. Cooperativismo, sindicalismo e cartismo (ou seja, a ação política) mostravam diversas faces da ação operária.

O cartismo antecipou debates posteriores do movimento operário ao dividir-se em duas alas: 1) A ala partidária da força moral, confiante numa aliança com setores da burguesia e na pressão moral da justiça das suas reivindicações, que os levaria à vitória. Essa ala baseava-se em sua ação no sul da Inglaterra, onde predominavam os velhos trabalhos artesanais; 2) A ala partidária da força física, responsável pela organização das greves e convencida de que só a ação direta dos operários os levaria ao triunfo. Sua base de recrutamento era o norte industrial, especialmente os operários de Manchester, núcleo da revolução industrial e do proletariado fabril moderno. A *Carta*, assim, antecipou debates ulteriores sobre reformismo e revolução. Em 1842, no auge do cartismo, foi feita uma petição que exigia o sufrágio universal e a resolução de problemas econômicos prementes. Apesar dos três milhões de assinaturas que a acompanharam, a petição foi recusada pelo Parlamento inglês. Nem a reforma eleitoral, nem o desenvolvimento do movimento cartista interessaram, porém, Robert Owen, para quem o sufrágio universal era uma simples “mania popular”. (Gren-di, 1973).

A pressão e a ação no Parlamento não obteriam, para Owen, alterações decisivas no sistema de produção, baseado na propriedade privada. Mas a classe operária já era uma presença incontornável no cenário político e social: na década de 1840,

a história europeia assumiu uma nova dimensão: o problema social, ou melhor, a revolução social em potência encontrava expressão típica no fenômeno do proletariado. Sobre a base de uma classe operária que crescia e se mobilizava, era agora possível uma nova e mais significativa fusão da experiência e das teorias jacobino-revolucionárias-comunistas, com as socialistas-associacionistas (Hobsbawm, 1981).

Do outro lado do Canal da Mancha, a inquietação operária encontrava também seus veículos. Em 1840, na França, o sapateiro Pierre-Joseph Proudhon publicou *O que é Propriedade?*, panfleto de enorme repercussão, onde respondia à pergunta do título com uma resposta simples: “É um roubo”. Baseando-se em informações históricas, jurídicas e econômicas, Proudhon procurava demonstrar que toda a propriedade tem em sua raiz um ato de roubo, atacando o conceito de renda, que seria o direito de exigir algo a troco de nada. Proudhon identificava uma parcela da população como produtores de riqueza (os trabalhadores) e outra como seus usurpadores (os proprietários). Dessa forma, concluiu que a propriedade era impossível, só podendo existir como ficção jurídica imposta pela força através do Estado: os cidadãos só estariam livres da imposição da propriedade numa sociedade onde o Estado não existisse. Proudhon veio a ser, por isso, considerado o pai ideológico do anarquismo: ele, porém, era adversário de qualquer espécie de violência e do próprio conceito de revolução.

No festival operário comemorativo da Proclamação da República Francesa de 1792, celebrado em Londres em 1845, o manifesto de convocação declarou que “os democratas de todos os países desejam que a igualdade à qual aspirou a Revolução Francesa renasça na França e se estenda à toda a Europa”. No seu informe a respeito desse festival, Engels escrevia que “atualmente *a democracia é o comunismo*. A democracia se transformou em princípio proletário, princípio de massas”. A Liga dos Justos tinha organizado o festival junto aos cartistas ingleses e exilados revolucionários continentais. Em 1847, a última onda de atividade cartista conquistou a jornada de trabalho de dez horas: a primeira vitória “sindical” de alcance histórico da classe operária foi produto de um movimento claramente político. O *Ten Hour Act* culminou uma batalha de quase duas décadas (o *Ten Hour Movement*). A lei tornou-se possível graças à aliança (tácita) da burguesia industrial com a classe operária, em oposição à aristocracia latifundiária. Em troca da jornada das dez horas de trabalho, as classes trabalhadoras apoiaram os esforços dos representantes liberais para abolir a proteção cerealífera (o que era contrário aos interesses dos *landlords*).

A restrição legal à jornada de trabalho enfrentou resistência dos fabricantes nos primeiros momentos de sua implantação. Muitos fabricantes colocavam-se acima da lei, além de contarem com a recomendação dos juízes (originários da

classe capitalista) para que os inspetores de fábrica do Estado fizessem “vista grossa à (não) aplicação da lei”. A “jornada de trabalho legalmente limitada”, segundo Marx, apenas “esclarece quando termina o tempo que o trabalhador vende e quando começa o tempo que a ele mesmo pertence”.

Em finais de 1848, depois do *meeting* de Kennington Commons, o movimento cartista já estava esfacelado e derrotado. No final dessa década, o movimento dividiu-se: seus membros intelectuais e de classe média se agruparam na “Associação Nacional para a Reforma Parlamentar e Financeira”; seus membros operários, por sua vez, apoiaram a Associação Nacional da Carta (dirigida por Ernest Jones e George Harney) e a Liga Nacional da Reforma (dirigida por Bronterre O’Brien), ambas de programa socialista. Harney e Jones mantinham estreito contato com os exilados operários e artesãos alemães, junto aos que gozavam de ampla influência Marx e Engels. Com o declínio e o fim do cartismo, fechou-se a primeira etapa histórica do movimento operário, iniciada em 1795 e com centro na Inglaterra, durante a qual “viveu e se desenvolveu a tradição de um radicalismo popular. Faltou a direção formativa e educativa de um partido político operário. Os frutos colhidos pelo sindicalismo só foram possíveis em razão do privilégio único (da Inglaterra) de uma economia imperial (Grendi, 1971).

Sua importância histórica pode ser medida pelo fato de ter lançado e dado uma base de massas a duas reivindicações centrais do operariado, que teriam influência decisiva em futuros movimentos, e na própria estruturação contemporânea das sociedades capitalistas: a) a redução da jornada de trabalho; b) o sufrágio universal e secreto. Para Georges Rudé, “o cartismo foi, de fato, um movimento popular rico e multifacetado, herdeiro de uma tradição política radical, mas também filho das más colheitas e da pobreza, das habitações precárias, da falta de saúde e do emprego que acompanharam o crescimento de uma nova sociedade industrial”. (Rudé, 1982). O impacto das reivindicações cartistas, em contrapartida, foi internacional, pois serviu de referência a movimentos operários de outros países. Em 1848, a questão do sufrágio universal foi um dos componentes da onda revolucionária que abrangeu toda Europa. A redução da jornada de trabalho (para oito horas), no que lhe concerne, seria a grande campanha em que se basearia internacionalmente a estruturação de partidos operários de massa. A tentativa de usar o modelo sindicalista ou mutualista não somente para lutar por maiores salários, mas também para derrotar a sociedade existente e estabelecer uma nova, feita na Inglaterra entre 1829 e 1834. Durante o cartismo, no entanto, fracassou, o que destruiu na Inglaterra o movimento socialista e proletário revolucionário precocemente

(Hobsbawm, 1981, p. 292-293), predispondo-o daí em diante para uma atuação reformista.

A formulação programática mais transcendente foi o *Manifesto Comunista*, publicado em finais de fevereiro de 1848, em Londres, em língua alemã. Antes disso, Friedrich Engels tinha dado a conhecer um pequeno “catecismo” conhecido como *Princípios de Comunismo* (Engels, 1990). É provável que o próprio Marx tenha levado os originais do “Manifesto” de Bruxelas, sua residência de exílio depois de expulso da Alemanha, para Londres, na última semana de fevereiro de 1848 (Andréas, 1963). A urgência foi ditada pela explosão da “revolução de fevereiro”, na França. O *Manifesto* tinha sido encomendado pela *Liga dos Justos*, organização composta basicamente por operários e artesãos alemães exilados, ao próprio Marx. Quando o texto foi encomendado em novembro de 1847, a opinião dominante era que Europa estava às vésperas de uma revolução. Apesar do sentimento de urgência, Marx demorou em entregar o documento.

No final de janeiro de 1848, a direção da Liga, residente em Londres, enviou a Marx uma carta impaciente:

Informamos que o Comitê Regional de Bruxelas deverá prosseguir imediatamente à notificação do cidadão Marx de que se o *Manifesto do Partido Comunista*, cuja redação o mesmo consentiu em realizar, não chegar a Londres até terça-feira, 1º de fevereiro, maiores medidas serão tomadas contra ele. Caso o cidadão Marx não escreva o ‘Manifesto’, o Comitê Central exige a imediata devolução dos documentos que lhe foram cedidos pelo Congresso (da Liga dos Comunistas).

A carta foi assinada por Bauer, Schapper e Moll, três operários alemães exilados em Londres, dirigentes da Liga. Assim, Marx se apressou em concluir o documento solicitado. A publicação do *Manifesto*, em fevereiro de 1848, coincidiu com o início da esperada revolução.

O “comunismo” diferenciava-se do “socialismo”, que era considerado uma doutrina burguesa identificada com os esquemas reformistas experimentais e utópicos dos ideólogos pequeno-burgueses. Os comunistas eram aqueles que estavam a favor da derrubada revolucionária da ordem existente e do estabelecimento de uma sociedade igualitária. Em pouco mais de meio século, tinha se evoluído das primeiras e pequenas organizações operárias clandestinas até organizações maiores e a formulação de uma doutrina que propunha a constituição do proletariado como “classe dominante”. O movimento operário inglês não criou um modelo geral, mas evidenciou tendências e características que estiveram presentes em todos os países com desenvolvimento capitalista industrial.

Desde seus primórdios, o movimento operário (inglês, francês e alemão, nessa primeira fase de sua história) teve consciência de expressar as aspirações de uma classe *universal*. As revoluções europeias de 1848 foram seu primeiro grande teste no cenário político internacional.

Referências

- ABENDROTH, Wolfgang. **Historia Social del Movimiento Obrero Europeo**. Barcelona: Laia, 1978.
- ANDREAS, Bert. **La Liga de los Comunistas**. México: Cultura Popular, 1977.
- _____. **Le Manifeste Communiste de Marx et Engels**. Milão: Feltrinelli, 1963.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. São Paulo: Difel, 1972. pp. 82-85.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: **Obras Escolhidas**. Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 222-232.
- BERGIER, Jean-François. “Borghesia industriale e classe lavoratrice”. In: MANCA, Ciro (org). **Formazione e Trasformazione dei Sistemi Economici in Europa dal Feudalesimo al Capitalismo**. Padua: CEDAM, 1995.
- BERTAUX, Daniel. **Destinos pessoais e estruturas de classe**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BORGES, Altamiro. **Origem e Papel dos Sindicatos**. Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC, Brasília, 14 a 25 de agosto de 2006.
- BROUÉ, Pierre; DESVAGES, Hubert. **La Rivoluzione**. Dalle rivoluzioni contadine alle rivoluzioni proletarie. Milão: Arnoldo Mondadori, 1979.
- CECÉRÈS, Benigno. **Le Mouvement Ouvrier**. Paris: Seuil, 1967.
- CHEVALIER, Louis. **Classes Laborieuses et Classes Dangereuses à Paris pendant la Première Moitié du XIXe siècle**. Paris: Editions Perrin, 2002.
- DE RUGGIERO, Guido. **El Concepto del Trabajo en su Génesis Histórica**. Buenos Aires: La Pléyade, 1973.
- DOLLÉANS, Edouard. **Histoire du Mouvement Ouvrier**. Paris: Armand Colin, 1946.
- _____. **Le Chartisme (1831-1848)**. Paris: Marcel Rivière, 1949.
- ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. “Crítica ao programa de Erfurt”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- _____. **Princípios de Comunismo e Outros Textos**. São Paulo: Mandacaru, 1990.
- _____. **Socialisme Utopique et Socialisme Scientifique**. Paris: Editions Sociales, 1973.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

FRUGONI, Emilio. **Génesis, Esencia y Fundamentos del Socialismo**. Buenos Aires: Americalee, 1947.

GRENDI, Edoardo. **Le Origini del Movimento Operaio Inglese 1815-1848**. Bari: Laterza, 1973.

GUÉRIN, Daniel. **As Lutas de Classes durante a I República**. Bourgeois et bras-nus. Lisboa: Afrontamento, 1975.

GUIZOT, François. **Historia General de la Civilización de Europa**. O curso de História moderna desde la caída del Imperio Romano hasta la Revolución de Francia. Barcelona: Librería de J. Oliveres y Gavarró, 1839.

HALÉVY, Elie. **The Growth of Philosophic Radicalism**. Londres: Faber & Gwyer, 1928.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

_____. **Revolucionários**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982

_____. **Os trabalhadores**. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____; RUDÉ, George. **Capitão Swing**. São Paulo: Francisco Alves, 1982.

IANNI, Octavio. **A sociologia de Florestan Fernandes**. Estudos Avançados. vol. 10, nº 26, Universidade de São Paulo, jan./abr. 1996.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajetória Política do Brasil 1500-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KUCZYNSKI, Jürgen. **Evolución de la Clase Obrera**. Madri: Guadarrama, 1976.

LEFRANC, Georges. **La Huelga**. Historia y presente. Barcelona: Laia, 1972.

LUXEMBURGO, Rosa. **Introducción a la Economía Política**. Córdoba: Pasado y Presente, 1972.

MANTOUX, Paul. **A Revolução Industrial no Século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MARX, Karl. **Introducción a la Crítica de la Economía Política (1857)**. Córdoba: Pasado y Presente, 1973.

_____. “Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos”. In: **Col. Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **O Capital**. Livro I, vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

- _____. **Poverty of Philosophy**. Moscou: Progress Publishers, 1966.
- _____. **Sobre os Sindicatos**. São Paulo: Ched, 1980.
- _____. **Trabajo Asalariado y Capital**. Pequim: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1976.
- _____; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- _____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Cidade do Homem, 1980.
- O'CONNOR, James. **Crisis de Acumulación**. Barcelona: Península, 1987.
- PERELMAN, Michael. **A história secreta da acumulação primitiva e a economia política clássica**. O Comuneiro. n° 26, mar. de 2018.
- REBOUL, Marc. **Naissance du Chartisme**. Paris: Bordas, 1979.
- RIAZANOV, David. **Marx y Engels**. Buenos Aires: IPS, 2012.
- ROSE, Michael E. **The allowance system under the new poor law**. In: **Economic History Review**. Vol. 19, n° 3, Londres, 1998.
- ROSENBER, Arthur. **Democracia e Socialismo**. História política dos últimos 150 anos. São Paulo: Global, 1986.
- RUDÉ, George. **Ideologia e Protesto Popular**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- RUSCONI, Gian Enrico. "Capitalismo". In: BOBBIO, Norberto et al (eds.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1986, pp. 144-XX.
- SALE, Kirkpatrick. **La Révolte Luddite**. Paris: L'Échappée, 2006.
- SWEEZY, Paul. **The Theory of Capitalist Development**. Nova York: Monthly Review Press, 1956.
- TARLÉ, Eugenio. **La Clase Obrera en la Revolución Francesa**. Buenos Aires: Futuro, 1961.
- THOMPSON, Edward P. "La sociedade inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?" In: _____. **Tradición, Revuelta y Conciencia de Clase**. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1984, pp. 13-61.
- _____. "Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial". In: _____. **Tradición, Revuelta y Conciencia de Clase**. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1984, pp. 239-293.
- _____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AUTORAS E AUTORES

Álvaro Anacleto

Graduado em Licenciatura em História pela UFPB, mestre em Geografia e Desenvolvimento Territorial pela Unesp, compõem a Coordenação Política Pedagógica da ENFF.

Ana Ester Ceceña

Licenciada em Economia Política - Universidade Nacional Autônoma de México, e doutorado em Relaciones Económicas Internacionales - Universidade de Paris I, Sorbona, França. Membro do Instituto de Investigações Econômicas da Universidade Nacional Autônoma do México- UNAM - México e Coordenadora do Observatório Latino-americano de Geopolítica Coordenadora do Observatório latino americano de geopolítica. Professora da UNAM. Participa de grupo de investigação do Conselho Latino americano de Ciências Sociais (CLACSO). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Internacional, atuando principalmente nos seguintes temas: América Latina, bom viver, geopolítica, mudanças civilizatórias, militarização.

Ayra Tupinambá (Vanessa R. dos Santos)

Indígena Moradora no Território Indígena Tupinambá de Olivença (Ilhéus/BA). Educadora no Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara (Aldeia Itapuã) e na Formação de Professores da Prefeitura Municipal de Ilhéus. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Ensino e Relações Étnico Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia (PPGER/UFSB). Geógrafa pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Vitória da Conquista

Carla Maria Loop

Licenciada em Educação do Campo, pela UnB e Especialização em Linguagens, pela UnB. Atualmente compõe a coordenação política e pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes em Guararema SP.

Casé Angatu (Carlos José F. Santos)

Indígena Morador na Aldeia Gwarĩni Taba Atã - Território Indígena Tupinambá de Olivença (Ilhéus/BA). Docente na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e no Programa de Pós-Graduação Ensino e Relações Étnico Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia (PPGER/UFSB). Doutor pela FAU-USP, Mestre em História PUC/SP e Historiador pela UNESP.

David Barrios Rodríguez

Doutor em Estudios Latinoamericanos pela Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). Desde 2008 é integrante do Observatorio Latinoamericano de Geopolítica (OLAG) e dedica-se ao estudo das formas de militarização contemporânea, especialmente na América Latina e Caribe. Escreveu artigos científicos e de divulgação em mais de 10 países. A pesquisa que desenvolveu durante o mestrado foi reconhecido pela melhor tese em Ciências Sociais da UNAM e foi publicado na Coleção de Pós-Graduação com o título *As cidades impossíveis. Violências, medos e formas de Militarização contemporânea em cidades latino-americanas: Medellín-Ciudad Juárez* (2014). Suas publicações mais recentes incluem os artigos "Trajetórias contemporâneas do medo na América Latina" em os *Cadernos da América Latina*, Universidade Paris VIII (Vincennes-Saint Denis) (2017) e "Laboratório de Guerra Urbana: Rio de Janeiro no Siglo XXI" *Cadernos de Estudos do Sistema Penal e Direitos Humanos*, Universidade de Buenos Aires, Argentina (2018).

Eliane de Moura Martins

Licenciada em História pela UFSM, com Mestrado e Doutorado em sociologia pela UFRGS. Atualmente compõe a coordenação política e pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes em Guararema SP.

Elielson Pereira da Silva

Doutor em Ciências, com ênfase em Desenvolvimento Socioambiental, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, com estágio pós-doutoral em Antropologia na Universidade Estadual do Maranhão, atualmente em curso. Possui mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, junto ao Núcleo de Meio Ambiente, da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA), e graduação em Administração pela Universidade da Amazônia (2011). No doutorado desenvolveu a pesquisa intitulada *Necrosaber e regimes de verificação: governamentalidade bioeconômica da plantation do dendê no Brasil e na Colômbia*, com intercâmbio acadêmico realizado no Instituto de Estudios Regionales (INER), da Universidad de Antioquia, Colômbia. Atua em projetos de pesquisa que abordam temáticas referidas ao *necrosaber*, regimes veridicionais das novas plantations, mineração em terras tradicionalmente ocupadas e direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais. Também é pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA.

Fábio Tomaz Ferreira da Silva

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFS-Car), Especialista em Estudos Latino Americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), membro da Coordenação Política Pedagógica da ENFF.

Giovanny Simon Machado

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Mestre em História pela Higher School of Economics de São Petersburgo e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Iraida Vargas Arenas

Antropóloga, UCV. Doutora em História e Geografia pela Universidad Complutense de Madrid. Investigadora Nacional Emérita, Fonacit, Professora Titular Jubilada UCV. Atualmente docente-investigadora da Escuela Venezolana de Planificación. Cronista Adjunta de la Ciudad de Caracas.

Jörg Nowak

Trabalha como Professor Visitante na Universidade de Brasília. e foi bolsista Marie Curie na Escola de Política e Relações Internacionais da Universidade de Nottingham. Publicou em 2019 com Palgrave o livro “Mass Strikes and Social Movements in Brazil and India (Greve de Massas e Movimentos Sociais no Brasil e na Índia)” e trabalha com greves e movimentos sociais, logística e infra-estrutura e marxismo althusseriano.

Luciano Pereira da Silva

Arqueólogo, Historiador e Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT); membro do ICOMOS – Brasil; presidente da Associação de Pesquisa Xaraiés; conselheiro no CEPESCA-MT pela Associação de Pesquisa Xaraiés; presidente da “Comissão de Registro de Saberes Imateriais dos Pescadores e das Pescadoras Tradicionais no Município de Cáceres”.

Manuela Areias Costa

Historiadora e Professora Adjunta da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), no Curso de Licenciatura em História e no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória); membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS-Brasil); coordenadora do Fórum em Defesa do Patrimônio Cultural de MS; atuou como conselheira no Conselho Estadual de Pesca de Mato Grosso (CEPESCA-MT), entre os anos de 2018 e 2019, pela Associação de Pesquisa Xaraiés.

María Celia Cotarelo

Doutora em Ciências Sociais e professora de História da Universidad de Buenos Aires. Membro fundadora e diretora do Programa de investigação sobre Movimiento de la Sociedad Argentina (Pimsa) de Buenos Aires desde 2019. Autora do livro *Argentina 1993-2010: el proceso de formación de una fuerza social* e organizadora do livro *La revolución en el Bicentenario: reflexionando sobre la emancipación, los grupos y clases subalternas*, dentre outras publicações.

Messilene Gorete da Silva

Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mestranda em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe pela UNESP, compõem a Coordenação Política Pedagógica da ENFF.

Nicolás Iñigo Carrera

Professor de História. (Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras) (1971). Estudios de posgrado: Programa de Formación de Investigadores en Desarrollo Urbano y Regional (1973-74) (Instituto Torcuato DiTella, Centro de Estudios Urbanos y Regionales). Pesquisador Sênior do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Professor Aposentado com assento no Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani” (Facultad de Filosofía y Letras – Universidad de Buenos Aires). Investidor do Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina (PIMSA).

Oswaldo Coggiola

Estudou História e Economia na Universidade de Córdoba (Argentina) até ser dela expulso pelas autoridades do golpe militar de 1976 (dez anos depois, reinstaurada a democracia, a mesma Universidade lhe concedeu sua Medalha de Honra). Foi preso político nas ditaduras militares de Onganía e Lanusse, e, também, do governo de Isabel Perón. Concluiu seus estudos nas disciplinas mencionadas (duas licenciaturas) na Universidade de Paris VIII, onde também fez o Mestrado em História. Doutorou-se em História Comparada das Sociedades Contemporâneas na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em 1983, sob a orientação da Profa. Madeleine Rébérioux. Há 37 anos leciona na Universidade de São Paulo (USP), onde é Professor Titular de História Contemporânea e foi Chefe do Departamento de História, sendo especializado em História Econômica e História da América Latina. Organizou vinte congressos e simpósios internacionais de importante repercussão. Foi Professor Visitante na Universidade de Stanford (EUA), na Universidade de Roma “La Sapienza” (Itália), na Universidade de La Paz (Bolívia), na Universidade da República de Montevidéu (Uruguai), na Universidade de Jadvapur de Kolkata [Calcutá] na Índia, entre outras. Publicou 70 livros e centenas de artigos em revistas especia-

lizadas e em todo tipo de meio de comunicação. Formou 62 Mestres e Doutores na USP. Dirigente sindical, foi vice-presidente da Adusp (Associação Docente da USP) e do Andes-Sindicato Nacional, em várias oportunidades.

Ricardo Antunes

Professor Titular de Sociologia no IFCH/UNICAMP. Publicou recentemente *O Privilégio da Servidão (O novo proletariado de serviços na era digital)* (Boitempo, 2018). Publicou também *Os Sentidos do Trabalho* (Boitempo), publicado também na Itália, Inglaterra/Holanda, EUA, Portugal, Índia e Argentina; *Adeus ao Trabalho?* (Cortez), Edição Especial de 20 Anos, publicado também na Itália, Espanha, Argentina, Colômbia e Venezuela; *O Continente do labor* (Boitempo); *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil* (organizador) (Boitempo), Vol. I, II e III. Atualmente coordena as *Coleções Mundo do Trabalho* pela Boitempo e *Trabalho e Emancipação*, pela Expressão Popular. Foi Professor Visitante na Universidade Ca'Foscari (Veneza/Itália) e *Visiting Research Fellow* na Universidade de Sussex (Inglaterra) e ministrou conferências em várias universidades da Europa, EUA, além da Índia e China. Publicou também vários artigos em revistas no exterior.

Ricardo Lara

Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Pós-doutorado pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Pesquisador Bolsa Produtividade CNPq. Editor Chefe da Revista *Katálisis*.

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Possui graduação em Sociologia pela Universidad Central de Venezuela, doutorado em História e Civilização - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França; pós-doutorado na Université de Québec à Montreal, Canadá e no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), França. Atualmente é professora Titular da Universidade Federal do Pará vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PPGDSTU /Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e Programa de

Pós-Graduação em Antropologia PPGA. Colabora no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: Escravidão no Pará, Comunidades Remanescentes de Quilombo, Territórios, Identidades e Cartografia Social.

Rosana Cebalho Fernandes

Licenciada em Pedagogia pela UNEMAT, com Mestrado no programa Territorial na América Latina e Caribe pela UNESP, doutoranda em educação pela UNICAMP. Atualmente é Coordenadora Geral da ENFF.

Rosmeri Witcel

Licenciada em História, pela UFPB, com especialização em Residência Agrária pela FUP-UNB. Mestrado no programa Territorial na América Latina e Caribe pela UNESP. Atualmente compõe a coordenação política e pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes em Guararema SP.

Sergio Guerra Vilaboy

Formado em História pela Universidade de Havana e doutor em Filosofia (Ph. D.) pela Universidade de Leipzig (Alemanha). Atualmente é Professor Catedrático, Chefe do Departamento de História e Presidente da Cátedra "Eloy Alfaro" da Universidade de Havana. Ele também é presidente da Associação de Historiadores da América Latina e do Caribe (ADHILAC) e de sua Seção Cubana. Acadêmico de Número da Academia de História de Cuba. Membro do Conselho Consultivo da Biblioteca da Cátedra de Cultura Cubana "Alejo Carpentier" da Universidade de Santiago de Compostela (Galiza), Espanha. Publicou mais de trezentos artigos e ensaios sobre a história da América Latina em diversas revistas nacionais e internacionais, além de 8 brochuras e 11 livros, além de outros 16 em coautor. Foi coordenador das obras coletivas *La Habana / Veracruz, Veracruz, La Habana, las dos shores* (México, 2002 e 2010) - Prêmio Anual da Academia Cubana de Ciências (2004) - de História Universal I. História Antiga e Média (Havana, 2004) - Prêmio da Universidade de Havana ao

Melhor Resultado em Ciências Sociais (2005); História da Revolução Cubana. Síntese e comentário (Quito, 2005, Caracas 2006, Espanha, 2009) - Prêmio da Universidade de Havana para o "Livro Científico Mais Publicado" (2005) -, das Revoluções Latino-americanas do século 20 (México, 2006), A Revolução Mexicana: uma luta que mudou a história de um povo. 1910-1940 (México e Quito, 2010) e de Cuba. A History (Nova York / Melbourne, 2010), dentre outros. Seus trabalhos publicados também incluem: Artisans in the Latin American Revolution. Colômbia, 1849-1854 (Havana, 1991 e Santafé de Bogotá, 2000); Paraguai: da independência à dominação imperialista. 1811-1870 (Havana, 1984 e Assunção, 1991); Etapas e processos da História da América Latina (México, 1997); América Latina e a independência de Cuba (Caracas, 1999); História mínima da América (La Habana, 2001 e 2003), Breve História da América Latina (La Habana, 2006 e 2010), Ernesto Che Guevara (Caracas, 2007) e Cronología del Bicentenario (La Habana, 2010). Para seu livro, Cinco séculos de historiografia latino-americana (México, 2002, Havana, 2003 e 2009) recebeu em 2002 o "Prêmio para o melhor resultado na direção de estudos fundamentais de Ciências e Humanidades" pela Universidade de Havana e em 2010 obteve uma Menção no Prêmio da Crítica por Ciência e Tecnologia. Também seu trabalho O dilema da independência. As lutas sociais de emancipação latino-americana (tem seis edições: México, 1993, Santafé de Bogotá, 2000 e Havana, 2000, 2002, 2003 e 2007), obteve o Prêmio Científico Anual de melhor livro publicado no ano letivo 1993-1994 pela Universidade de Havana, bem como em 1995 recebeu o Prêmio de "Resultado de Pesquisa Nacionalmente Relevante" da Academia de Ciências de Cuba.

Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes

Historiadora, com mestrado na Universidade Federal Fluminense - UFF (1985) e doutorado em Filosofia - Université de Paris X, Nanterre (1992). Atua na Pós-Graduação em História da UFF. Integra o NIEP-MARX/UFF - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o marxismo. Na Fiocruz, participa da pós-graduação da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-EPSJV, coordenou e participou de curso de Especialização "Trabalho, Educação e Movimentos Sociais". Em atuação conjunta entre Escola Nacional de Saúde Pública-ENSP, a EPSJV e o Ministério da Saúde, coordenou coletivamente e atuou no mestrado profissional "Trabalho, Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais". Principais áreas de atuação: Teoria e Filosofia da História, Epistemolo-

gia, História do Brasil República, História Contemporânea. Autora de Reflexões Im-pertinentes (2005), de O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história (2010), e de inúmeros artigos em periódicos nacionais e internacionais. Docente da Escola Nacional Florestan Fernandes-MST. Coordenadora do GT História e Marxismo-Anpuh (Associação Nacional de História). Integra diversos conselhos editoriais no país e no exterior.

ORGANIZADORES E REVISORES

Monalisa Pavonne Oliveira

Professora na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Professora do Mestrado Profissional em História (ProfHistória)/ UFRR. Coordenadora do ProfHistória/UFRR, biênio 2021-2022. Doutora em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 2016. Pesquisadora Visitante na Universidade de Lisboa (Lisboa/ Portugal), pelo Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior (PDSE), entre 2014 e 2015. Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em 2010. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em 2005. Organizou com Maria Clara Ferreira, o livro “Associações religiosas leigas de negros, pardos e brancos nas Minas do Ouro”, em 2015. Colaboradora/ Colunista na Revista Contemporartes Revista Semanal de Difusão Cultural (2018-2019). Organizadora da Coleção História do Tempo Presente, volumes 1, 2 e 3, em conjunto com Tiago Siqueira Reis, Carla Monteiro de Souza e América de Lyra Jr.. Coordenadora do projeto “Capacitação e identificação de bens culturais, junto às comunidades de religiosidade de matriz africana e afro-brasileira mapeadas pelo IPHAN/RR entre os anos de 2016 e 2018, em Boa Vista/RR”. Líder do Grupo de Pesquisa História Colonial e Ensino de História. Dedicase a temas relacionados ao Ensino de História, Relações Étnico-Raciais, História do Tempo Presente e História do Brasil Colônia.

Tiago Siqueira Reis

Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História pela Universidade Nova de Lisboa, linha de pesquisa História Contemporânea. Membro do Grupo de Trabalho e Orientação (GTO), coordenado por Virgínia Fontes. Pesquisador integrante do Grupo de História

Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Organizou a publicação da Coleção História do Tempo Presente, Volumes 1, 2 e 3 com Monalisa Oliveira, Carla Monteiro e Américo Lyra. Áreas de interesse: História da Saúde; História Política e Social da Saúde no Tempo Presente; História do Trabalho; Estado, Poder e Sociedade Civil; História do Tempo Presente.

COLABORADORES

Revisora:

Rita Nogueira (Letras – Universidade Federal Fluminense). Email: ritano-
gueira@id.uff.br

Tradutores:

Afonso Henrique de Menezes Fernandes (Doutorando em História pela
Universidade Federal Fluminense). Email: afonsomenezes@gmail.com

Raphael Castelo Brando da Silva (Mestre em História pela Universidade
Federal Fluminense). Email: raphael.castelo.branco.da.silva@gmail.com

ISBN 978-655955029-6



9

786559

550296